



O MUNDO DAS EMBAIXADAS

*Organização, agentes e práticas diplomáticas
(séculos XII a XVIII)*

Daniel Pimenta Oliveira de Carvalho
Marília de Azambuja Ribeiro Machel

Thiago Groh

ORGANIZAÇÃO

O MUNDO DAS EMBAIXADAS

*Organização, agentes e práticas
diplomáticas (séculos XII a XVIII)*

Daniel Pimenta Oliveira de Carvalho
Marília de Azambuja Ribeiro Machel
Thiago Groh

ORGANIZAÇÃO



RECIFE
2024

Universidade Federal de Pernambuco

Reitor: Alfredo Macedo Gomes

Vice-Reitor: Moacyr Cunha de Araújo Filho

EDITORA ASSOCIADA À



Editora UFPE

Diretor: Junot Cornélio Matos

Vice-Diretor: Diogo Cesar Fernandes

Editor: Artur Almeida de Ataíde

Conselho Editorial (Coned)

Alex Sandro Gomes (CIN)

Carlos Newton Júnior (CAC)

Eleta de Carvalho Freire (CE)

Margarida Maria de Castro Antunes (CCM)

Marília de Azambuja R. Machel (CFCH)

Editoração

Revisão de texto: Flávio Gonzalez e Igor Bandim

Projeto gráfico: Adele Pereira

Imagem da capa: “Jean de Dinteville and Georges de Selve (The Ambassadors)” (Hans Holbein the Younger, 1533), com alterações (corte e edições de cor), disponível *online* em The National Gallery, Reino Unido, sob licença Creative Commons (CC BY-NC-ND 4.0)

Catálogo na fonte

Bibliotecária Kalina Ligia França da Silva, CRB4-1408

M965 O mundo das embaixadas [recurso eletrônico] : organização, agentes e práticas diplomáticas (séculos XII a XVIII) / organizadores : Daniel Pimenta Oliveira de Carvalho, Marília de Azambuja Ribeiro Machel, Thiago Groh. – Recife : Ed. UFPE, 2024. 1 recurso online (507 p.) . – (Série Ars Historica)

Vários autores

Inclui referências

ISBN 978-65-5962-282-5 (online)

1. Serviço diplomático e consular – Historiografia. 2. Diplomacia – Historiografia. 3. Diplomatas – História – Séc. XII a XVIII. 4. Embaixadores – História – Séc. XII a XVIII. I. Carvalho, Daniel Pimenta Oliveira de (Org.). II. Ribeiro, Marília de Azambuja (Org.). III. Groh, Thiago (Org.). IV. Título da série.

327.2

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2024-065)

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.



Série Ars Historica

A Série *Ars Historica* foi concebida com o intuito de promover uma mais ampla divulgação da produção científica na área da História junto à sociedade, ao disponibilizar para estudantes, professores e pesquisadores obras de consistente valor acadêmico, resultado de recentes pesquisas realizadas no campo historiográfico, e textos clássicos já esgotados repropostos em edições revisadas e atualizadas. Todos os volumes da Série são produzidos em formato digital e disponibilizados gratuitamente.

Marília de Azambuja Ribeiro Machel

Diretora da Série Ars Historica

Obras publicadas

O desconforto da governabilidade

Rômulo Luiz Xavier do Nascimento

Os Escravos do Santo

Robson Pedrosa Costa

Tratos & mofatras

George F. Cabral de Souza

Política e sociedade no Brasil oitocentista

Cristiano Luís Christillino

Movimentos sociais negros em Pernambuco

Ivaldo Marciano de França Lima

Isabel Cristina Martins Guillen

A lenda do ouro verde

Regina Beatriz Guimarães Neto

Entre sobrados e mucambos

Wellington Barbosa da Silva

Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil

José Marcelo Marques Ferreira Filho

Cultura letrada no espaço euro-atlântico

Luís Filipe Silvério Lima

Marília de Azambuja Ribeiro Machel

A narrativa como combate

Kleber Clementino

Fora do(s) eixo(s)

Flávio Weinstein Teixeira

Paulo Marcondes Ferreira Soares

Saúde e Sociedade no Brasil

Carlos Miranda

Serioja Mariano

A palavra e a imagem

Luísa Ximenes Santos

Historiografia: Rastros e vestígios documentais de trabalhadoras e trabalhadores

Antonio Torres Montenegro

Karlene Sayanne Ferreira Araújo

Para além do ocidente cristão

Bruno Uchoa Borgongino

Um continente, vários mundos

Gustavo Acioli

Kleber Clementino

História oral, tempo presente e narrativas de trabalhadoras e trabalhadores

Regina Beatriz Guimarães Neto

Lideranças protestantes imigrantes no Brasil

Paulo Julião da Silva

Carlos André Silva de Moura

José Roberto de Souza

Sumário

Apresentação 10

PARTE I

A ORGANIZAÇÃO DA DIPLOMACIA: PRÁTICAS E NEGOCIAÇÕES 22

CAPÍTULO I

Uma aproximação à diplomacia castelhana da Baixa Idade Média: formas, meios e pessoas ao serviço régio 23

Óscar Villarroel González

CAPÍTULO II

Refletindo em torno do papel diplomático das rainhas de Portugal (séculos XII a XV) 66

Manuela Santos Silva

CAPÍTULO III

O bispo-embaixador: D. Miguel de Portugal e a primeira embaixada restauracionista em Roma (1641-1642) 98

Luciano Cesar da Costa

CAPÍTULO IV

As missões diplomáticas aos Países Baixos: Antônio Vieira, o embaixador oculto de el-rei 132

Thiago Groh

CAPÍTULO V

Propaganda e espetáculo: o uso político do mecenato e da imprensa por parte dos representantes de D. João v junto à corte papal (1707-1728) 153

Marília de Azambuja Ribeiro Machel

CAPÍTULO VI

Família e diplomacia: uma mulher nas negociações luso-espanholas para a paz (1777-1778) 200

Ana Leal de Faria

PARTE II

OS AGENTES DA DIPLOMACIA: PERFIS, ATUAÇÕES E TRAJETÓRIAS 238

CAPÍTULO VII

Embaixadores portugueses do século xv 239

Douglas Mota Xavier de Lima

CAPÍTULO VIII

**A trajetória política de Yahyā ū Tā'fufi (m. 1518):
contribuição ao estudo da diplomacia luso-magrebina 277**

Afonso Celso Malecha Teixeira

CAPÍTULO IX

Pedro de Mascarenhas: a trajetória do embaixador de D. João III 322

Raphael Henrique Dias Barroso

CAPÍTULO X

***Pax hispanica* ou paz imperfeita? A embaixada de Juan Bautista
de Tassis na França de Henrique IV (1599-1604) 356**

Marcella Miranda

CAPÍTULO XI

**“Vendo quanto nos outros reynos foi estimada a felicidade que
o nosso alcançou”: a *relaçam* e a missão diplomática do padre
Inácio Mascarenhas em 1641 402**

Daniel Pimenta Oliveira de Carvalho

CAPÍTULO XII

**Antônio de Sousa de Macedo: teoria e prática da diplomacia
na época da Restauração 451**

Rodrigo Ricupero

Apresentação

José Damião Rodrigues

A história diplomática está de regresso. Bem, na verdade, a história diplomática nunca desapareceu totalmente do horizonte historiográfico, mas perdera algum do protagonismo e da dinâmica que havia detido em décadas mais distantes devido às modas e aos “giros” ou “viragens” que, por vezes, afectam¹ as ciências humanas, conforme referiu, com humor, Jean-Louis Fabiani há já alguns anos:

Les sciences sociales passent pour avoir connu de très nombreux “tournants” au cours des trente dernières années (linguistique, culturel, critique, pragmatique, micrologique, mais aussi “historique” pour la sociologie, etc.). Nos disciplines ressembleraient-elles désormais au Tour de Corse, le rallye automobile “aux dix mille virages”?²

- 1 A ocorrência de grafias não majoritárias no português brasileiro, em diferentes seções do presente volume, está de acordo com as práticas ortográficas do país de origem de seus autores.
- 2 Cf. FABIANI, Jean-Louis. La généralisation dans les sciences historiques: obstacle épistémologique ou ambition légitime? *Annales: Histoire, Sciences Sociales*, Paris, ano 62, n. 1, p. 9-28, maxime p. 9, jan./fev. 2007.

Associada à história política e militar, durante largo tempo dedicada ao estudo dos grandes congressos, de negociações precisas ao nível das altas esferas políticas, dos tratados ou da trajectória de alguns embaixadores, em suma à chamada “grande política”, a história diplomática viu perder parte do seu prestígio com o triunfo de perspectivas historiográficas influenciadas pelos *Annales*, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, sob a égide de Fernand Braudel, que privilegiou o estudo das estruturas e das conjunturas e de uma história longa em detrimento da história política. Neste contexto, e embora os *Annales* e os seus discípulos não ocupassem a totalidade da arena discursiva da ciência histórica, os acontecimentos e os actores associados à história diplomática foram condenados a ocupar um plano secundário. A vaga estruturalista reforçou este movimento, na medida em que a história diplomática foi associada a um conservadorismo metodológico e a uma abordagem cronológica *événementielle*, de “tempo curto”. Seria somente a partir da década de 1990 que a situação começaria a modificar-se.

A *nouvelle histoire*, desde os anos de 1970, já chamara a atenção para a necessidade de se renovarem os estudos sobre a cultura e as representações e de se encontrarem novos objectos historiográficos. Foram, no entanto, as tendências que se desenharam no final do século xx no campo das ciências humanas em geral e que se consolidaram em décadas mais recentes que permitiram à história diplomática adquirir um novo fôlego. Desde logo, e em contexto de globalização, importa sublinhar que, entre as áreas mais dinâmicas ou promissoras nas historiografias, acompanhando os movimentos que se desenham em outras ciências humanas, nomeadamente com a crítica aos modelos desenvolvidos a partir do quadro estrito do Estado-nação e dos “nacionalismos metodológicos”, estão as chamadas história transnacional, história conectada, história mundial (*world history*) e história global (*global history*), tal como a *Atlantic history* anglo-saxónica, que não se deve confundir com uma história

do Atlântico. Independentemente do que possam reivindicar cada uma destas orientações ou perspectivas, o que devemos relevar é a sua opção por escalas de observação e modelos analíticos que pretendem romper com os limites das fronteiras nacionais e um centramento no pólo do Estado-nação, permitindo, assim, desconstruir a história diplomática tradicional³.

Por outro lado, na linha da micro-história italiana e da crítica às grandes meta-narrativas, diversos estudos delineados nos últimos anos pela chamada “nova história diplomática” e que podem ser inscritos nos campos da história global⁴ ou da história dos impérios, como as *connected histories* de Sanjay Subrahmanyam⁵, ou de uma renovada história política, têm colocado no centro do palco uma constelação de actores – não necessariamente europeus nem indivíduos de elevada condição social ou que tivessem ocupado cargos de grande prestígio, mas que actuaram como diplomatas, intérpretes e *go-betweens*⁶ – e as suas trajectórias vitais, adoptando uma perspec-

3 Cf., a este respeito, CASALILLA, Bartolomé Yun. *Historia global, historia transnacional e historia de los imperios: el Atlántico, América y Europa (siglos XVI-XVIII)*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2019. p. 46-48, p. 136.

4 Cf. CUERVA, Rubén González. La historia global de la diplomacia desde la Monarquía Hispánica. *Chronica Nova*, n. 44, p. 21-54, 2018.

5 Cf. SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected histories: notes towards a reconfiguration of Early Modern Eurasia. In: LIEBERMAN, Victor (ed.). *Beyond binary histories: re-imagining Eurasia to c. 1830*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2002. [1999], p. 289-316; *Id.*, Holding the world in balance: the connected histories of the Iberian Overseas Empires, 1500-1640. *American Historical Review*, v. 112, n. 5, p. 1359-1385, dez. 2007; *Id.*, Sobre comparaciones y conexiones: notas sobre el estudio de los imperios ibéricos de Ultramar, 1490-1640. In: CHARTIER, Roger; FEROS, Antonio (dir.). *Europa, América y el mundo: tiempos históricos*. Madrid-Barcelona: Fundación Rafael del Pino-Fundación Carolina-Colegio Libre de Eméritos-Marcial Pons, 2006. p. 239-262; *Id.*, *Impérios em concorrência: histórias conectadas nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

6 Cf. SIMON, Schaffer; LISSA, Roberts; KAPIL, Raj; JAMES, Delbourgo (ed.). *The brokered world: go-betweens and global intelligence, 1770-1820*. Sagamore Beach, Ma.: Watson Publishing International, 2009; TREMML-WERNER, Birgit; GOETZE, Dorothee. A multitude of actors in Early Modern diplomacy. *Journal of Early*

tiva microanalítica e um olhar muito próximo das fontes, revelando, através de uma cuidadosa análise, a filigrana de relações interpessoais e de redes e a intensa circulação de pessoas, bens, ideias e informação que contribuiu para os encontros culturais e para unir diversas partes do globo⁷. É assim que a “nova história diplomática”, ao voltar o seu foco para os actores históricos secundários e para as suas práticas, tem permitido lançar luz, por exemplo, sobre o papel dos cônsules e da instituição consular no período moderno. A consulta da correspondência consular é essencial, pois detalha o modo como os cônsules foram construindo redes de sociabilidade e de informação eficazes e fornecendo importantes detalhes sobre os processos de comunicação formal e informal entre os actores e as instituições ao serviço das respectivas formações políticas⁸.

O revigoramento a que se assistiu da história diplomática, muito em concreto por via de novos eixos de investigação, passa por nomes consagrados como Lucien Bély, ou pelos de outros historiadores, como John Watkins, Diana Carrió Invernizzi, Sowerby Hennings, Rossana Cox ou Toby Osborne. Esta “nova história diplomática” – cuja novidade, diga-se, alguns autores questionam – tem sido

Modern History, n. 23, p. 407-422, 2019; SUBRAHMANYAM, Sanjay. Once bitten, twice shy: a French traveller and go-between in Mughal India, 1648-67. *The Indian Economic & Social History Review*, v. 58, n. 2, p. 153-212, 2021.

- 7 Cf. SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Three ways to be alien: travels and encounters in the Early Modern World*. Waltham, Mass.: Brandeis University Press, 2011; *Id.*, *Europe's India: words, people, empires, 1500-1800*. Cambridge, Ma.: Harvard University Press, 2017.
- 8 Cf. MELISSEN, Jan; PASARÍN, Ana-Mar Fernández (ed.). *Consular affairs and the transformation of diplomacy*. Leiden: Brill, 2011; BARTOLOMEI, Arnaud *et al.* (dir.). *De l'utilité commerciale des consuls: l'institution consulaire et les marchands dans le monde méditerranéen (xviiie-xxe siècle)*. Rome-Madrid: Publications de l'École française de Rome, 2017. Disponível em: <http://books.openedition.org/efr/3253>. Acesso em: 18 nov. 2024; RODRIGUES José Damião. À espera da paz: negociações luso-espanholas e espaço cortesão na correspondência consular francesa. In: SANZ, Virginia León (ed.). *Europa y la Monarquía de Felipe v*. Madrid: Sílex, 2019. p. 175-192, “Sílex Universidad”.

construída em grande parte a partir da aplicação de conceitos e de metodologias que estão a ser usados em outros territórios historiográficos, como a história social ou a história cultural, mas também mobilizando contribuições da antropologia, da sociologia e mesmo dos *cultural studies*, daí resultando estudos que contribuíram para revelar dimensões mais ricas e complexas das sociedades e dos grupos estudados. Esta articulação ou interpenetração da nova história diplomática com os estudos de género⁹ ou com a história cultural e a história da arte possibilitou outras abordagens, nomeadamente graças a estudos incidindo sobre os intercâmbios políticos e culturais, as negociações diplomáticas e a circulação de ofertas entre formações políticas europeias e não-europeias – uma história diplomática transcultural –, mas, de igual modo, a revisitação de temas e actores históricos bem conhecidos a partir de ângulos novos, um dos aspectos que, como veremos, está presente neste volume. Por fim, vale a pena apontar que uma das vertentes que também podemos identificar no actual momento da história diplomática é o diálogo continuado com a área das relações internacionais, um intercâmbio que se iniciou nos anos de 1950, e o debate em torno das respectivas contribuições para um melhor conhecimento do jogo diplomático.

O livro que ora se apresenta, organizado por Daniel Pimenta Oliveira de Carvalho, Marília de Azambuja Ribeiro Machel e Thiago Groh, reúne as contribuições de doze historiadoras e historiadores de Portugal, Espanha e Brasil, cobrindo um arco cronológico que vai do século XII ao século XVIII, merecendo referência que três capítulos respeitam ao período medieval e que quatro são dedicados ao tempo da Restauração. No que respeita à estrutura formal do livro, este apresenta-se organizado em duas secções, cada uma com seis capítulos: “A organização da diplomacia: práticas e negociações” e

9 Cf. POHLIG, Matthias. Gender and the formalisation of diplomacy in Early Modern Europe. *The International History Review*, v. 44, n. 5, p. 1062-1076, 2022. DOI: 10.1080/07075332.2021.1924830.

“Os agentes da diplomacia: perfis, atuações e trajetórias”. Os textos publicados não têm todas as mesmas características: enquanto uns se configuram sobretudo como um “estado da arte” historiográfico do tema tratado, outros, por seu lado, apresentam-se sob o prisma de um estudo de caso, seja na forma do acompanhamento e análise de uma trajetória vital específica, seja focando-se num episódio concreto de uma determinada experiência diplomática. No seu conjunto, porém, ilustram de um modo bem conseguido algumas das linhas de força que caracterizam as práticas actuais da história diplomática, que passamos a exemplificar.

Os dois capítulos que se constituem como “estados da arte” dizem respeito à Idade Média. Óscar Villarroel González dedica o seu texto à diplomacia castelhana na Baixa Idade Média. Tomando como referência a importante obra de Miguel Ángel Ochoa Brun, elabora uma síntese para os séculos XIII-XV, embora recuando até ao século XI, mostrando a centralidade dos encontros reais, a gradual intervenção de outros agentes e a inexistência de “um aparato institucional próprio” do que se poderia considerar a “diplomacia” nestes séculos. Merece ainda ser destacada a referência ao papel do segredo e da “espionagem”, o que está em linha com os estudos conduzidos para outros períodos¹⁰. Já Douglas Mota Xavier de Lima, em capítulo que abre a segunda seção, expõe a evolução da historiografia portuguesa entre os anos de 1950 e os de 2020 e a da estrangeira desde a década de 1930 no tocante à identificação dos “embaixadores” portugueses na centúria de Quatrocentos. O autor menciona as investigações de Maria Alice Pereira Santos e Diogo Faria, que, com base no método prosopográfico, permitiram identificar quase uma

¹⁰ Cf. BÉLY, Lucien. *Espions et ambassadeurs au temps de Louis XIV*. Paris: Fayard, 1990; TARACHA, Cezary. *Ojos y oídos de la Monarquía Borbónica: la organización del espionaje y la información secreta durante el siglo XVIII*. Madrid: Ministerio de Defensa, 2011.

centena de agentes diplomáticos no período considerado. Deve ser aqui destacado que sugere rumos de pesquisa para o futuro.

Dois dos capítulos deste volume, ambos incluídos na primeira seção do mesmo, têm como protagonistas mulheres: um, de Manuela Santos Silva, apresenta-nos as rainhas de Portugal como agentes das relações políticas entre os reinos cristãos peninsulares nos séculos XII a XV; o outro, da autoria de Ana Leal de Faria, ilustra de forma detalhada a actuação da rainha-mãe D. Mariana Vitória, viúva de D. José I, junto de Carlos III, seu irmão, e a dimensão que a autora designou como “o lado humano das relações internacionais”. Mesmo tratando-se de rainhas e de infantas, um dos propósitos destes dois textos consiste em reafirmar o papel que as mulheres desempenharam no estabelecimento ou na consolidação dos laços existentes entre distintas formações políticas, ultrapassando, assim, quer os tradicionais modelos domésticos de género, quer os seus espaços locais e regionais de origem.

Um outro capítulo, de Afonso Celso Malecha Teixeira, centra-se na figura de um importante protagonista da história do Magrebe atlântico nos inícios do século XVI, Yahyā ū Tāʿuft, deslocando o foco do nosso olhar para o outro lado da fronteira étnica, cultural e militar que opunha cristãos e muçulmanos. A partir de um inquérito que contrasta as interpretações de diversos historiadores, o autor busca identificar as motivações daquele que foi apontado como sendo um “mouro de paz” e que mereceu a confiança de D. Manuel I, mas perseguia objectivos pessoais no contexto da luta entre facções na região da Duquela.

A maior parte dos capítulos que compõem o presente volume coloca os leitores perante as histórias de vida, as trajetórias vitais, ou parte das mesmas, de diferentes personagens que foram chamados a desempenhar uma ou várias missões diplomáticas, tendo cada um maior ou menor experiência nesse domínio. Além dos casos antes apresentados, podemos, assim, acompanhar, por ordem

cronológica, a trajetória de Pedro de Mascarenhas, embaixador ao serviço de D. João III, devida a Raphael Henrique Dias Barroso; a embaixada de Jean Bautiste de Tassis a França, entre 1599 e 1604, ao serviço da Monarquia Hispânica, texto de Marcella Miranda; e um conjunto de análises que têm como pano de fundo a cronologia da Restauração: Luciano Cesar da Costa aborda a embaixada do bispo D. Miguel de Portugal a Roma (1641-1642) e as dificuldades por ele encontradas na cidade papal, nomeadamente as que resultaram dos conflitos com o embaixador castelhano e sua criação; Thiago Groh analisa a embaixada do padre António Vieira às Províncias Unidas, situando a sua presença numa sequência de embaixadores portugueses e de equívocos e propondo uma leitura crítica da actuação do jesuíta; Daniel Pimenta Oliveira de Carvalho segue o itinerário do padre jesuíta Inácio de Mascarenhas, da casa de Santa Cruz à Catalunha e a Génova; e Rodrigo Ricupero estuda as reflexões produzidas por António de Sousa de Macedo na década de 1650 com base em cinco textos daquele autor e a partir da grelha da “razão de Estado”.

Deste conjunto de capítulos, e em linha com uma perspectiva microanalítica que tem permitido à “nova história diplomática” obter tão bons resultados, fica claro que só este tipo de abordagem permite apreender as vivências e as experiências concretas dos sujeitos históricos, os contextos e as circunstâncias em que se movimentaram, desvendar o impacto das respectivas experiências nas decisões que tomaram e reconstituir as redes de sociabilidade em que se integraram¹¹. A título de exemplo, podemos ver como Marcella Miranda revela que a experiência diplomática foi essencial para Jean Bautiste de Tassis conceber novas perspectivas e avaliar à luz da “razão de Estado” o seu papel nas negociações, enquanto

11 Cf. CARRIÓ-INVERNIZZI, Diana. A new diplomatic history and the networks of Spanish diplomacy in the Baroque Era. *The International History Review*, v. 36, n. 4, p. 603-618, 2014. DOI: 10.1080/07075332.2013.852120.

Rodrigo Ricupero mostra como a mesma “razão de Estado” se encontrava presente no discurso de António de Sousa de Macedo, decorrendo o recurso a essa formulação da vivência do autor. Nas palavras de Marcella Miranda, a respeito do embaixador ao serviço da Monarquia Hispânica:

Estudar a vida e os escritos de Juan Bautista de Tassis nos permite visualizar e entender, às vésperas da teorização da razão de Estado, como as linguagens da política vão sendo construídas e tecidas como respostas imediatas aos desafios – políticos – impostos pelas guerras confessionais, que não deixam de ser também, como observam os contemporâneos de Tassis, guerras por interesse de Estado.

A partir de um acompanhamento próximo do percurso dos sujeitos, fica patente a historicidade das suas trajetórias vitais, situadas espacial e temporalmente, e como a opção por uma escala de observação microscópica, ainda que em permanente diálogo com uma dimensão macro, transporta em si um potencial de análise que permite contornar as armadilhas das metanarrativas e dos modelos preconcebidos.

Finalizamos esta digressão pelo volume agora dado à estampa com o texto de Marília de Azambuja Ribeiro Machel. Situado na interseção entre a história diplomática, a história cultural e a história da arte, o capítulo em questão é dedicado ao mecenato e ao papel da imprensa na promoção da monarquia portuguesa e do rei D. João V em Roma. A análise da “política romana” do *Magnânimo* inicia-se com as exéquias de Pedro II, “primeiro ato de representação política de D. João V na cidade pontifícia”, elencando-se depois sucessivas manifestações da estratégia joanina de autoglorificação, nomeadamente os cortejos e espectáculos celebrados entre 1721 e 1724, todos objetos de divulgação impressa em italiano e merecedores, inclusive, de serem celebrados em peças musicais. A autora assinala, por fim, que, entre 1730 e 1750, não se registraram publicações

dedicadas a Portugal ou aos seus diplomatas, tal correspondendo a uma reorientação do investimento régio luso, que privilegiou mais outros espaços e desde logo o próprio reino.

Em jeito de breve conclusão, e retomando algumas ideias expostas acima, diremos que os contributos reunidos neste volume procuram dar conta, com sucesso, da experiência diplomática de diversos agentes ao serviço da coroa portuguesa ou que mantinham relações com os portugueses. No essencial, este conjunto de trabalhos encontra-se alinhado com as propostas da “nova história diplomática” e confirma a pertinência das abordagens que têm vindo a ser desenvolvidas. Esperamos agora que os leitores possam usufruir dos resultados alcançados, que se deseja sejam aprofundados em posteriores investigações.

Referências

BARTOLOMEI, Arnaud *et al.* (dir.). *De l'utilité commerciale des consuls: l'institution consulaire et les marchands dans le monde méditerranéen (xvii^e-xx^e siècle)*. Rome-Madrid: Publications de l'École française de Rome, 2017. Disponível em: <http://books.openedition.org/efr/3253>. Acesso em: 31 out. 2024.

BÉLY, Lucien. *Espions et ambassadeurs au temps de Louis XIV*. Paris: Fayard, 1990.

CARRIÓ-INVERNIZZI, Diana. A new diplomatic history and the networks of Spanish diplomacy in the Baroque Era. *The International History Review*, v. 36, n. 4, p. 603-618, 2014. DOI: 10.1080/07075332.2013.852120.

CASALILLA, Bartolomé Yun. *Historia global, historia transnacional e historia de los imperios: el Atlántico, América y Europa (siglos xvi-xviii)*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2019. p. 46-48, p. 136.

CUERVA, Rubén González. La historia global de la diplomacia desde la Monarquía Hispana. *Chronica Nova*, n. 44, p. 21-54, 2018.

FABIANI, Jean-Louis. La généralisation dans les sciences historiques: obstacle épistémologique ou ambition légitime?. *Annales: Histoire, Sciences Sociales*, Paris, ano 62, n. 1, p. 9-28, maxime p. 9, jan./fev. 2007.

MELISSEN, Jan; PASARÍN, Ana-Mar Fernández (ed.). Consular affairs and the transformation of diplomacy. Leiden: Brill, 2011.

POHLIG, Matthias. Gender and the formalisation of diplomacy in Early Modern Europe. *The International History Review*, v. 44, n. 5, p. 1062-1076, 2022. DOI: 10.1080/07075332.2021.1924830.

RODRIGUES, José Damião. À espera da paz: negociações luso-espanholas e espaço cortesão na correspondência consular francesa. In: SANZ, Virginia León (ed.). *Europa y la Monarquía de Felipe v*. Madrid: Sílex, 2019. p. 175-192, Colecciones: Sílex Universidad.

SIMON, Schaffer; LISSA, Roberts; KAPIL, Raj; JAMES, Delbourgo (ed.). *The brokered world: go-betweens and global intelligence, 1770-1820*. Sagamore Beach, Ma.: Watson Publishing International, 2009.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected histories: notes towards a reconfiguration of Early Modern Eurasia. In: LIEBERMAN, Victor (ed.). *Beyond binary histories: re-imagining Eurasia to c. 1830*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2002. [1999], p. 289-316.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Sobre comparaciones y conexiones: notas sobre el estudio de los imperios ibéricos de Ultramar, 1490-1640. In: CHARTIER, Roger; FEROS, Antonio (dir.). *Europa, América y el mundo: tiempos históricos*. Madrid-Barcelona: Fundación Rafael del Pino-Fundación Carolina-Colegio Libre de Eméritos-Marcial Pons, 2006. p. 239-262.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Holding the world in balance: the connected histories of the Iberian Overseas Empires, 1500-1640. *American Historical Review*, v. 112, n. 5, p. 1359-1385, dez. 2007.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Three ways to be alien: travails and encounters in the Early Modern World*. Waltham, Mass.: Brandeis University Press, 2011.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Impérios em concorrência: histórias conectadas nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Europe's India: words, people, empires, 1500-1800*. Cambridge, Ma.: Harvard University Press, 2017.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Once bitten, twice shy: a French traveller and go-between in Mughal India, 1648-67. *The Indian Economic & Social History Review*, v. 58, n. 2, p. 153-212, 2021.

TARACHA, Cezary. *Ojos y oídos de la Monarquía Borbónica: la organización del espionaje y la información secreta durante el siglo XVIII*. Madrid: Ministerio de Defensa, 2011.

TREMML-WERNER, Birgit; GOETZE, Dorothée. A multitude of actors in Early Modern diplomacy. *Journal of Early Modern History*, n. 23, p. 407-422, 2019.

PARTE I

A organização da diplomacia: práticas e negociações

CAPÍTULO I

Uma aproximação à diplomacia castelhana da Baixa Idade Média

Formas, meios e pessoas ao serviço régio*

Óscar Villarroel González

Introdução

A história da historiografia da diplomacia castelhana é vasta atualmente. Após mais de uma década de trabalhos de diversas índoles centrados nela, alcança-se um conhecimento de suas formas de funcionamento, do pessoal disponível e da organização por parte da monarquia muito mais amplo do que podíamos contar há vinte anos. Ao longo dos últimos quinze anos, certamente, muito se trabalhou neste terreno, acompanhando (e em contato na maior parte das vezes) a historiografia europeia que, nos últimos tempos, renovou profundamente as formas de abordar a história desse elemento

* O presente trabalho se desenvolveu no interior do projeto PACNECON (*Pacto, negociación y conflicto en la cultura política castellana, 1230-1516*): PID2020-113794GB-I00. Tradução do original em espanhol realizada por Daniel Pimenta Oliveira de Carvalho e Douglas Mota Xavier de Lima.

tão próprio da organização dos poderes e dos Estados, como são suas relações exteriores.

Por isso, começa a ser possível a realização, ao menos de forma introdutória e aproximada, de uma síntese do que conhecemos sobre a diplomacia castelhana dos séculos da Baixa Idade Média (aqueles em que de forma mais abundante se fixou a atenção dos pesquisadores). Em uma síntese específica da diplomacia castelhana, pois ainda que pudesse ter uma evolução neste aspecto muito semelhante à dos outros poderes peninsulares (exatamente como com o resto do ocidente europeu), não se pode pôr em dúvida que sua atuação e formas de trabalho eram completamente independentes e alheias às dos outros reinos peninsulares. Esse esclarecimento é necessário, dado que não se pode dizer que não se tenha realizado uma aproximação à diplomacia dos séculos propostos, pois já o fez há alguns anos, no marco de sua obra monumental, Miguel Ángel Ochoa Brun¹.

A obra de Ochoa Brun, que se tornou um clássico incontornável para qualquer um que se aproxime da diplomacia medieval ibérica, foi a primeira a empreender uma análise completa da matéria em todo o âmbito peninsular (desde a antiguidade até a modernidade), incluindo todos os reinos que nele se desenvolveram, do reino visigodo até a monarquia dos Reis Católicos, atravessando todos os espaços de poder: desde os reinos hispano-muçulmanos até o reino de Mallorca, passando por Portugal, Castela, o reino asturleonês, Catalunha, a Coroa de Aragão... Sem dúvida, foi um esforço monumental, em que não somente se mostrou uma evolução dessa diplomacia, com algumas das principais missões e linhas gerais de suas transformações, como também se realizou uma análise geral

1 Os volumes especificamente medievais são os números 1, 2, 3 e 4: OCHOA BRUN, Miguel Ángel. *Historia de la diplomacia española*. Madrid: Ministerio de Asuntos Exteriores, 1991-2003.

contemplando suas formas². O único “porém” que se pode levantar contra esta última análise é que ela era geral, de modo que não atendia em concreto a nenhuma dessas diplomacias que havia examinado previamente (ainda que bebesse muito da castelhana e da aragonesa, especialmente desta última, para a qual há muito mais fontes que permitem conhecer melhor seu funcionamento).

Dessa forma, o que se pretende neste trabalho é apresentar uma série de linhas de análise geral da diplomacia da Coroa de Castela entre os séculos XIII e XV, finalizando antes do reinado dos Reis Católicos. Partindo da obra de Ochoa Brun, incontornável, e com o apoio de todos os trabalhos que se realizaram nos últimos anos sobre as múltiplas facetas da diplomacia castelhana, será apresentada uma avaliação do seu funcionamento e desenvolvimento. Para tanto, atentar-se-á exclusivamente aos dados de que vamos dispondo até os dias de hoje, sem estender os paralelismos plausíveis com outras diplomacias para além da conjectura, e sem chegar a afirmá-los. Tudo o que se avançou nos últimos anos, sem dúvida, torna-o possível e, inclusive, desejável. Dados o espaço concedido aqui e o objetivo final do livro em seu conjunto, será apenas uma aproximação, uma atualização do conhecimento disponível a seu respeito, tendo-se muita consciência de que nos próximos anos ainda se avançará muito mais, e que o que será dito se poderá, sem dúvida, ampliar.

Evolução da política exterior

É difícil estabelecer um ponto inicial para a diplomacia castelhana. Em primeiro lugar, não se pode separar a diplomacia castelhana da leonesa, pois são claramente contínuas e baseadas em interesses

2 Ele o realizou, concretamente, após finalizar toda a sua análise medieval (salvo o período dos Reis Católicos), no volume 3: *Ibid.*, v. III, p. 285-430.

muito semelhantes ao longo dos séculos da Idade Média Central. Visto assim, também seria difícil falar das origens da diplomacia leonesa, o que nos levaria, indubitavelmente, à época em que se costuma falar do reino das Astúrias.

São conhecidos os contatos de Afonso II com Carlos Magno, que nos transmitem de forma curiosa os relatos carolíngios (especialmente quanto à posição que assume o rei asturiano frente ao, ainda, rei carolíngio). Para além dessa questão, destaca-se um interesse precoce por parte dos reis do núcleo ocidental em fazer contato com outros poderes cristãos de seu entorno. Sem uma aspiração militar, mas simplesmente com uma intenção de se fazer presente também entre os reinos ocidentais, em concreto, e aparentemente com a intenção de mostrar seus êxitos nas lutas contra o Islã hispânico.

Realmente até o século XI não vamos encontrar uma continuidade nos contatos extrapirenaicos. Na época de Fernando I, podemos intuir que estes já não eram nada extraordinários, pois vemos como seus dois filhos se casaram com mulheres extrapeninsulares (a de Sancho, Alberta, era talvez de origem inglesa, e Afonso de forma repetida casou com mulheres do círculo aquitano e borgo-nhês). Afonso VIII não faria senão continuar de forma mais extensa esse caminho, buscando alianças extrapeninsulares que levaram seus embaixadores tanto à Inglaterra quanto ao Império.

Somente a partir de Afonso VIII, podemos, pelo menos atualmente, começar a vislumbrar um pouco o funcionamento e o pessoal da diplomacia castelhana. Para seu reinado, conhecemos ao menos 74 embaixadores (cifra que é, na verdade, mais elevada, dado que em algumas missões sabemos que eram vários os enviados, ainda que não possamos saber quantos)³. Ademais, esse foi

3 Veja-se a esse respeito: VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar. Embajadores y política exterior de Alfonso VIII. In: LLIDÓ MIRAVÉ, Javier; VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar (coord.). *El embajador en la alta y la plena Edad Media peninsular*. Gijón: Trea, 2023. p. 153-176.

o primeiro monarca que conduziu uma autêntica política exterior, buscando estabelecer alianças exteriores que pudessem lhe trazer um benefício em sua política peninsular (caso inglês) ou então que o situassem no concerto ocidental (o Império).

O papel de Afonso x

O rei castelhano foi, sem dúvida, um claro precursor no que tange às relações que construiu no âmbito ocidental, para Afonso x, o Sábio, monarca de quem se disse que foi o primeiro a apresentar a coroa castelhana (unidas já de forma definitiva Leão e Castela) como um ator principal no concerto político da Europa ocidental⁴. Para além de ser o monarca de que conhecemos uma atividade mais extensa para os séculos anteriores (e inclusive até o século xiv⁵), o certo é que seu reinado ampliou notavelmente as zonas de ação da diplomacia castelhana até aquele momento, levando suas embaixadas desde o Ilcanato até a Noruega, passando por Bizâncio e pela Cúria romana. Pode-se debater as razões para isso, havendo-se alegado diversas possibilidades, desde “*el fecho del Imperio*”⁶ até suas aspirações peninsulares⁷, porém não cabe dúvida de que, seja qual

4 AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. *Directrices fundamentales de la política peninsular de Alfonso x: relaciones castellano-aragonesas de 1252 a 1263*. Madrid: Aldecoa, 1986, p. 15-17.

5 VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar. La diplomacia al servicio del poder: una aproximación al caso de Alfonso x. In: AUROV, Oleg; MAREY, Alexander (coord.). *La historia y el poder, el historiador en el poder*. Madrid: Iberoamericana-Vervuert. No prelo.

6 O “*fecho del Imperio*” é o termo usado na historiografia hispânica para referenciar a candidatura de Afonso x ao trono do Império em meados do século xiii, tendo como base a linhagem do monarca castelhano, filho de Beatriz da Suábia, filha do imperador Felipe da Suábia (1198-1208) e neta de Frederico Barba-Ruiva (1152-1190). [Nota dos tradutores]

7 Veja-se: GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Alfonso. *Alfonso el Sabio*. Barcelona: Ariel, 2004; AYALA MARTÍNEZ, *op. cit.*; *Id.* Relaciones de Alfonso x con Aragón y Navarra, *Alcanate*, IV, p. 101-146, 2004-2005.

fosse a razão, o monarca desempenhou uma atividade diplomática muito intensa, cujas formas apenas começaram a ser analisadas.

A esse respeito, viu-se recentemente como o reinado do rei sábio foi um momento de mudança importante. Com ele, a diplomacia começou a se desenvolver de uma forma diferenciada, conforme o motivo ou o destinatário. Assim, pôde-se comprovar como Afonso x inclinava-se por uma representação sem grandes prelados quando se dirigia aos reinos ocidentais, algo que não ocorria quando o destinatário era o papado ou quando a missão tinha relação com a questão do título imperial⁸. Ademais, foi o último momento em que a presença de prelados foi majoritária na diplomacia castelhana, abrindo caminho, desde finais do século, a uma mudança completa nesse aspecto⁹.

Isso denotava uma clara consciência da utilidade que a diplomacia tinha para as pretensões régias, assim como das variações que deviam se ter em conta segundo o destinatário ou a questão a tratar, fato que mostra uma clara utilização da diplomacia por parte do rei para apresentar seu poder de uma determinada forma no exterior, e com isso uma clara consciência de Afonso x da imagem com a qual queria que Castela se apresentasse no concerto dos reinos ocidentais, em seus diferentes cenários.

Os séculos de maturidade

Desde o reinado de Afonso x, assistimos, ao longo dos dois últimos séculos medievais, a um período de maturidade da diplomacia castelhana. Para além do próprio funcionamento da diplomacia, que veremos nas seções seguintes, parece indubitável que a Coroa de

8 VILLARROEL GONZÁLEZ, *op. cit.*

9 *Id.* Reyes, obispos y papas en Castilla: el papel de los prelados en las relaciones con el papado (siglos XIII y XV), *Anuario de Estudios Medievales*, v. 51, n. 1, p. 29-72, 2021.

Castela ficou inserida de forma permanente nos jogos e conflitos da política internacional do ocidente europeu. Fosse quais fossem suas efetivas intenções ou objetivos (a política peninsular ou os conflitos europeus), o certo é que o reino de Castela foi um agente a ter-se em conta nas questões que afetaram o conjunto das monarquias ocidentais. Pode ser que a sua própria ação exterior fosse muito reduzida até 1336¹⁰; mas, desde o início da Guerra dos Cem Anos, isso mudou¹¹. Assim, por exemplo, podia interessar a Afonso XI conseguir apoios em suas lutas contra os merínidas e o controle do Estreito de Gibraltar, mas o certo é que França e Inglaterra realmente contaram com Castela como uma potência de interesse em seu conflito mútuo, por se tratar de um agente de primeira ordem no Golfo de Biscaia, e o tratado com Felipe de Valois e o de 1345 são os melhores exemplos¹². O impacto que Castela tinha no contexto francês é um bom exemplo disso¹³.

Na segunda metade do século XIV, chegou-se ao ponto culminante, em muitos aspectos, dessa evolução. Por um lado, o interesse pela aliança castelhana (assim como os problemas internos do reino) levou a que a guerra entre França e Inglaterra se dirimisse em solo castelhano, cada qual em busca de manter ou alçar ao trono o candidato e aliado próprio, e atuando outros agentes ocidentais,

10 Ainda que as relações com a França tenham sido muito frequentes em busca de acordo e inclusive de aliança: DAUMET, Georges. *Mémoire des relations de la France et de la Castille de 1255 à 1320*. Paris: Fontemoing, 1913, p. 86-115.

11 MITRE FERNÁNDEZ, Emilio. Castilla ante la Guerra de los Cien Años". In: GOBIERNO DE NAVARRA. *Guerra y diplomacia en la Europa Occidental 1280-1480*. Pamplona: Gobierno de Navarra, 2005. p. 199-235.

12 DÍAZ MARTÍN, Luis Vicente. El pontificado y Castilla en el marco de las relaciones internacionales a mediados del siglo XIV". *Archivos Leoneses: revista de estudios y documentación de los Reinos Hispano-Occidentales*, n. 70, p. 351-356, 1981.

13 IÑARREA DE LAS HERAS, Ignacio. Castilla y la Guerra de los Cien Años, entre 1337 y 1366, en la literatura francesa del siglo XIV. *Revista de literatura medieval*, n. 14, p. 101-140, 2012.

como era o papado de Avignon¹⁴. Uma situação que culminaria, como é sabido, com a duradoura aliança franco-castelhana¹⁵.

Desde esse momento, a atuação de Castela nos problemas ocidentais foi constante: na Guerra dos Cem Anos junto à sua aliada França¹⁶, no Cisma do Ocidente (sozinha, com a França ou junto a esse reino e à Inglaterra)¹⁷, assim como na conclusão do Cisma e no problema conciliarista¹⁸. Em uma época em que podemos perceber como uma série de questões de índole internacional levou a todo um concerto de reinos no âmbito ocidental (equiparável ao que seguirá ocorrendo na época moderna e contemporânea), Castela passou a ser um ator de primeira ordem com uma ativa diplomacia¹⁹.

Os meios e as pessoas

Dessa forma, ao largo dos séculos da Baixa Idade Média, o interesse e a atuação de Castela no campo ocidental europeu não fizeram senão crescer de forma imparável. Estivessem os interesses dos reis no interior do reino, da península, ou no conjunto da Europa

14 DÍAZ MARTÍN, Luis Vicente. Los inicios de la política internacional de Castilla (1360-1410). In: RUCQUOI, Adeline (coord.). *Realidad e imágenes del poder: España a fines de la Edad Media*. Valladolid: Ámbito, 1988. p. 57-83.

15 DAUMET, Georges. *Étude sur l'alliance de la France et la Castille au xive et au xve siècles*. Paris: Émile Bouillon, 1898.

16 MITRE FERNÁNDEZ, *op. cit.*; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis. *Navegación y comercio en el Golfo de Vizcaya: un estudio sobre la política marinera de la casa de Trastámara*. Madrid: CSIC, 1959.

17 SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis. *Castilla, el Cisma y la crisis conciliar (1378-1440)*. Madrid: CSIC, 1960.

18 *Ibid.*; VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar. *El rey y el papa: política y diplomacia en los albores del Renacimiento (el siglo xv en Castilla)*. Madrid: Sílex ediciones, 2010; ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel. *La situación europea en época del Concilio de Basilea: informe de la delegación del reino de Castilla*. León: Centro de Estudios e Investigación "San Isidoro", 1992.

19 DÍAZ MARTÍN, *op. cit.*, p. 62-63.

ocidental, o certo é que se fizeram presentes no teatro europeu e desempenharam um papel, em muitas ocasiões, de protagonista.

A questão que se nos coloca, então, é que meios tinham para isso. Como funcionava a diplomacia castelhana nesses momentos? E, na medida em que possamos conhecer o seu funcionamento, como evoluiu? Podemos suspeitar que de forma muito semelhante à dos outros reinos ocidentais, mas, tal como em cada um deles existe uma particularidade²⁰, inclusive em termos documentais, parece lógico pensar que Castela não foi uma exceção (nem na norma, nem na especificidade). Como se disse na introdução, acreditamos estar em condições de realizar pelo menos uma aproximação nesse terreno, contemplando tanto a diplomacia direta quanto a indireta.

A diplomacia direta

Como se sabe, costuma-se falar em diplomacia direta quando são as próprias autoridades que ostentam o poder ou a soberania as que negociam de forma pessoal, ocupando-se, assim, de forma direta da política exterior (diferentemente da indireta, quando o fazem por pessoas intermediárias).

Esse tipo de diplomacia poderíamos dividir em diversos subtipos, dado que, no fundo, há notáveis diferenças internas. Por um lado, estariam as reuniões entre dois soberanos ou mais, o que se conhece no âmbito hispânico na Idade Média como “vistas”²¹; por outro lado, há que se ter em conta quando um soberano se entrevistava

20 Ver, por exemplo, o caso do Aragão de Jaime II: PÉQUIGNOT, Stéphane. *Au nom du roi: pratique diplomatique et pouvoir durant le règne de Jacques II d'Aragon (1291-1327)*. Madrid: Casa de Velázquez, 2009, p. 25-41.

21 Ver a esse respeito, em termos gerais: OCHOA BRUN, *op. cit.*, v. I, p. 129 *et seq.*, v. III, p. 291-300. Para o caso português: FARIA, Diogo. *A diplomacia dos reis de Portugal no final da Idade Média*. 2021. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Porto, Porto, 2021, p. 159-200.

diretamente com embaixadores alheios (neste caso o receptor atuava diretamente, e não o emissor); e por último, a diplomacia direta desenvolvida de forma epistolar.

As vistas

No contexto ocidental, foi-se conhecendo, nos últimos anos, a forma de funcionamento desse tipo de encontros²². Diferentemente, por exemplo, do caso português²³, para o caso castelhano, as vistas e encontros reais foram não mais do que considerados, salvo por Ochoa Brun (tanto de forma específica para o período entre Afonso VI e Afonso VIII quanto dentro da análise geral da diplomacia medieval hispânica²⁴). Faltam, sem dúvida, análises específicas que nos permitam apreciar alguns dos detalhes que podem oferecer mais informação sobre seu funcionamento, para além da evolução política que se mostrou até agora, ainda que graças ao trabalho de Ochoa Brun contemos com um rol delas, que possivelmente se poderá ampliar nos próximos anos²⁵.

Salvo alguma exceção, Ochoa Brun situa no reinado de Afonso VI o início das vistas reais como algo mais habitual²⁶. No total, o benemérito historiador da diplomacia resenhou um conjunto de 142 exclusivamente castelhanas, ao que podemos acrescentar outras 20 (no momento), o que nos permite contar com uma cifra que, mesmo sem ser completa, serve-nos de base para comprovar sua evolução. Desse modo, a diplomacia direta castelhana coincide em algo com

22 Uma análise geral, com exemplos de todo o Ocidente, em: MOEGLIN, Jean Marie; PÉQUIGNOT, Stéphane. *Diplomatie et "relations internationales" au Moyen Âge (IX^e-XV^e siècle)*. Paris: Presses Universitaires de France, 2017, p. 155-201.

23 Veja-se o trabalho mencionado de FARIA, *op. cit.*

24 OCHOA BRUN, *op. cit.*, v. I, p. 129-135, e para os períodos da Alta Idade Média e da Idade Média Central: *Ibid.*, v. III, p. 291-300.

25 *Ibid.*, Apêndice I, p. 127-133.

26 *Ibid.*, v. I, p. 130.

o restante do ocidente europeu: a redução significativa do número de “vistas” e encontros pessoais. No âmbito ocidental, Moeglin e Péquignot viram como se substituíam rapidamente pela expedição de embaixadores, ainda mais quando os reis podiam estar perto do lugar de negociação e despachar rapidamente mensageiros²⁷. Concluíram que, de forma geral, no conjunto da Europa ocidental, os encontros pessoais de monarcas eram menos frequentes no período da Baixa Idade Média, ainda que tenham existido algumas exceções de monarcas que recorriam a elas com certa frequência (como no caso de Luís XI, que confiava em sua capacidade de persuasão)²⁸. Sendo muito acertada a opinião de Diogo Faria²⁹, que nos recomenda evitar juízos demasiado generalistas baseados em casos específicos, o certo é que esse esquema parece de fato se reproduzir em Castela.

Efetivamente, desde o século XI até finais do século XIII, produziu-se um total de 114 vistas reais (com onze monarcas), sendo Afonso VIII o que em mais ocasiões recorreu a elas, um total de 30, seguido de Afonso X, com 20. Entre a ascensão de Fernando IV e 1475 (quando Ochoa Brun interrompeu sua listagem), houve, no entanto, somente 48 vistas (das quais somente 17 foram no século XV). Ou seja, de fato vemos uma tendência à redução desse tipo de reuniões, encontrando-se um caso como o de Henrique III, que levou a cabo somente uma. Não deixa de ser interessante, aliás, que Henrique IV, contemporâneo de Luís XI da França, tivesse também uma inusitada atividade nesse sentido, com 9 reuniões (o mesmo que seus três antecessores juntos). Além disso, há alguns elementos assinalados pelos dois autores mencionados que se repetem no caso castelhano. Por exemplo, a conflitividade levou em ocasiões à reiteração das reuniões³⁰. Assim, Afonso VIII e Afonso IX foram os

27 MOEGLIN; PÉQUIGNOT, *op. cit.*, p. 223-224.

28 *Ibid.*, p. 226.

29 FARIA, *op. cit.*, p. 159-160.

30 Para uma análise geral, ver *Ibid.*, p. 157-158.

que mais se reuniram, com um total de 13 reuniões, em um período que, como se sabe, foi especialmente conturbado.

A análise dessas reuniões, sem dúvida, nos oferecerá mais informação nos próximos anos. Em algumas ocasiões, isso foi feito (Ochoa Brun mostrou a evolução das vistas de Bayona de 1290³¹, e Carceller Cerviño as desta mesma localidade de 1463³²) e pôde-se analisar, ainda que parcialmente, a organização, o protocolo, o lugar, entre outros. Sobre os participantes dessas reuniões, acompanhando os reis, é pouco o que se disse até agora³³, embora saibamos que pode acrescentar muito quanto ao seu valor propagandístico sua presença como testemunhas e fiadores, etc.³⁴

Em conclusão, trata-se de um campo aberto ainda à investigação, e uma análise mais ampla e detida sobre o conjunto nos permitiria uma descrição geral sobre sua incumbência, o tipo de fórmulas empregadas, o local escolhido e o critério de sua escolha, o vocabulário político que se utilizava, os tratados alcançados, quem e por que acompanhava os reis, a logística e os custos – algo sempre complicado no caso castelhano³⁵ –, coisa que, por questão de espaço, não podemos realizar aqui.

A negociação direta com embaixadores

Certamente esta é uma categoria de difícil enunciação. Até agora não foi avaliada no interior da definição de diplomacia direta, mas,

31 OCHOA BRUN, *op. cit.*, v. I, p. 295-296.

32 CARCELLER CERVIÑO, María del Pilar. El papel de la nobleza en las negociaciones de Bayona de 1463. In: CARCELLER CERVIÑO, María del Pilar; NIETO SORIA, José Manuel (coord.). *La nobleza y la cultura política de la negociación en la Baja Edad Media*. Madrid: Sílex, 2020, p. 221-244.

33 O trabalho mencionado de Carceller Cerviño é um dos poucos exemplos.

34 *Ibid.*, 163-164.

35 MOEGLIN; PÉQUIGNOT, *op. cit.*, p. 161-234.

desde meu ponto de vista, creio que é aqui que se deve enquadrar, concretamente.

Há de se ter em conta que, no momento da recepção de uma embaixada, podiam se dar duas situações. Que o monarca receptor nomeasse uma comissão para negociar com os embaixadores, ou que fosse ele (ou ela) quem diretamente assumisse a negociação (com ou sem o Conselho Real). Encontramos dois bons exemplos castelhanos. Em 1417, a rainha Catarina de Lancaster assumiu ela mesma a negociação com os embaixadores aragoneses de Afonso v, ficando claro que seria ela a tomar a decisão³⁶. Porém, em 1254, Afonso x nomeou Lope, bispo do Marrocos, e García López de Toledo para negociar com os embaixadores ingleses³⁷; ou ainda em 1429, João II recebeu a embaixada francesa e nomeou como negociadores Gutierre Gómez de Toledo e os doutores Periañez e Diego Rodríguez³⁸. Parece óbvio que no primeiro caso nos encontramos diante do exercício da diplomacia direta por parte do monarca ou governante (ainda que diante de si tivesse embaixadores de outro rei ou rainha).

Seja como for, esse tipo de negociações também foi pouco considerado. Não há qualquer estudo a esse respeito centrado especificamente nelas. O máximo que podemos encontrar é uma atenção especial a alguma negociação em concreto na qual isso ocorre, mas mais focada no que se estava negociando do que nas formas

36 CARCELLER CERVIÑO, María del Pilar; VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar. *Catalina de Lancaster: una reina y el poder*. Madrid: Sílex Ediciones, 2021, p. 400-403; CINGOLANI, Stefano Maria; VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar. La importancia del embajador: cambios de personal y la negociación de Alfonso v con Castilla (1417-1418). In: NIETO SORIA, José Manuel; VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar (coord.). *El embajador: evolución en la Edad Media peninsular*. Gijón: Trea, 2021. p. 255-284.

37 AYALA MARTÍNEZ. *Directrices*, op. cit., p. 67.

38 GALÍNDEZ DE CARVAJAL, Lorenzo. *Crónica del serenísimo príncipe don Juan segundo de este nombre en Castilla y en León*. Edição de Cayetano Rosell. Madrid: Rivadeneyra, 1877, p. 468.

empregadas³⁹. Fica, por isso, muito ainda por fazer aqui, posto que, de fato, nem sequer temos uma cifra para esse tipo de negociações.

A diplomacia epistolar

Esta, por sua vez, foi uma forma de negociação e de relação diplomática tratada pela historiografia, ao menos no que tange à sua inclusão em um tipo determinado e em uma análise geral. Com efeito, Moeglin e Péquignot a consideraram em sua análise das relações exteriores no período medieval⁴⁰, examinando como o intercâmbio de cartas escritas em certas ocasiões atuava como um autêntico substituto das reuniões em pessoa⁴¹. Ademais, esse também foi o objeto de uma análise específica em um seminário na *École Française de Rome*, mesmo centrado somente nas mulheres⁴².

A esse respeito, salvo os trabalhos apresentados sobre o caso castelhano nessa reunião em Roma, nada mais se fez. Certamente, neles se pôde verificar como o indicado por Moeglin e Péquignot, sobre o intercâmbio de informações e a apresentação de posições próprias em negociações por meio do escrito, é algo que de fato podemos rastrear na documentação⁴³. Eles perceberam como, a par-

39 Bom exemplo é o caso mencionado em: CINGOLANI; VILLARROEL, *op. cit.*

40 MOEGLIN; PÉQUIGNOT, *op. cit.*, p. 234-247.

41 *Ibid.*, p. 234: “[...] une sorte de rencontre à distance”.

42 LAZZARINI, Isabella; NIETO SORIA, José Manuel; ROCHWERT-ZUILI, Patricia (coord.). *Correspondance de femmes et diplomatie (Espagne, France, Italie, ix-xv)*. Paris: e-Spania Books, 2021.

43 Ver, especialmente (por contemplarem o caso castelhano), os trabalhos de: ROCHWERT-ZUILI, Patricia. *Práctica y estrategia diplomáticas en la correspondencia de María de Molina con Aragón*; PELAZ FLORES, Diana. *El lenguaje de la intermediación política femenina entre Aragón y Castilla en la cancellería de Pedro IV*; VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar. *Catalina de Lancaster y la diplomacia castellana: una aproximación a través de las cartas*; CARCELLER CERVIÑO, María del Pilar. *Las cartas autógrafas de Juana de Portugal: testimonios del papel de la reina en el conflicto sucesório*; e RÁBADE OBRADÓ, María del Pilar. *Entre la familia y la diplomacia: cartas de Isabel la Católica a Juan II de Aragón*.

tir da segunda metade do século xiv, o tipo documental está claramente estabelecido e começa a ser abundante em alguns casos⁴⁴. Para o caso castelhano, porém, temos uma importante desvantagem na documentação; por isso, podemos somente projetar e analisar esse tipo de relações nos contextos em que se tenham preservado os documentos (caso de Aragão), e mesmo assim sempre submetidos aos azares da conservação arquivística.

Apesar disso, é um elemento a ter em conta e que, muito possivelmente, nos anos vindouros seguirá nos oferecendo importantes informações.

A diplomacia indireta

A diplomacia desenvolvida por meio de pessoas interpostas, dotadas dos poderes necessários, assim como da documentação que as credenciava, foi o tipo de negociação mais considerado pela historiografia ao longo dos anos. É aí que a renovação dos estudos teve maior impacto no que tange ao Ocidente Medieval, como bem mostra o magnífico trabalho de Moeglin e Péquignot, bem como sua formidável bibliografia⁴⁵.

Para o caso de Castela, que aqui nos interessa, sem dúvida se começou a avançar muito na maior parte de seus aspectos, o que não impede que possamos perceber espaços em que ou existe um grande vazio, ou este vazio apenas começou a ser preenchido.

As formas documentais

Atualmente pouco sabemos sobre os tipos documentais. Ochoa Brun realizou uma análise geral da diplomacia espanhola na Idade

44 MOEGLIN; PÉQUIGNOT, *op. cit.*, p. 234.

45 *Ibid.*, p. 757-1072.

Média, porém baseando-se mais em tipos que encontramos efetivamente em contexto aragonês e que para o castelhano podíamos, até há muito pouco tempo, somente supor. Foi recentemente quando, graças à pesquisa e à análise específica de fundos documentais (especialmente aragoneses), começou-se tanto a localizar documentação diplomática castelhana quanto a realizar a análise dos tipos que a compõem. O certo é que, como assinalou não faz muito tempo Péquignot, a diplomática da diplomacia foi em geral pouco considerada (e inclusive abandonada) em sua análise⁴⁶. Existiram os antecedentes de Queller⁴⁷ e Chaplais (focado no caso inglês⁴⁸), mas desde então pouco se havia feito. No caso castelhano, de fato, nada se tinha feito antes da análise de Ochoa Brun. Entretanto, recentemente alguns trabalhos vêm sendo realizados nessa linha, em que se destaca o caso de Vigil Montes⁴⁹.

Nos últimos anos, ademais, a pesquisa vem explorando material inédito, com ênfase nos arquivos da Coroa de Aragão, o que permitiu a descoberta de documentações diplomáticas castelhanas até então desconhecidas, tais como cartas de poder, memoriais e cartas de crença, entre outras⁵⁰, chegando a se conservar, inclusive, as

46 PÉQUIGNOT, *op. cit.*, p. 23.

47 QUELLER, Donald E. *The office of ambassador in the Middle Ages*. Princeton: University Press, 1967, p. 110-148, que em seu quinto capítulo realiza uma primeira análise tipológica.

48 CHAPLAIS, Pierre. *English Medieval Diplomatic Practice*. London: Public Record Office, 1975-1982. 2 v.

49 VIGIL MONTES, Néstor. La importancia del documento escrito en la génesis de la diplomacia monárquica, la diplomática en las relaciones luso-castellanas a fines de la Edad Media. *Documenta & Instrumenta*, n. 15, p. 145-163, 2017; *Id.* “Livro de demarcações entre estes reinos e os de Castela e de Contratos de pazes”, a charter for diplomatic relations between Castile and Portugal in the late Middle Ages”, *Documenta & Instrumenta*, n. 13, p. 133-165, 2015.

50 Veja-se, por exemplo, Archivo de la Corona de Aragón, Cancillería, Registros, 2937, em que estão copiados múltiplos documentos castelhanos.

instruções dadas aos embaixadores⁵¹. Graças a isso e à análise da documentação já conhecida e publicada, podemos fazer uma comparação com o que sabemos que ocorria no restante da Europa ocidental.

Em geral, sabemos que, antes da segunda metade do século XII, os limites entre tipos documentais ainda eram difusos, para além do próprio problema de conservação com que nos deparamos⁵². Os documentos existiam, e as fontes falam de alguns documentos de forma geral, e de outros de forma mais concreta. As *tractoria* eram comuns desde o século VIII e nelas se indicava a categoria do enviado, ainda que uma carta selada fosse normalmente identificativa do enviado. As menções a instruções ou cartas de crença são pouco habituais⁵³. Na segunda metade do século XII, em Castela, temos alguns exemplos. O melhor, talvez, seja o chamado Tratado de Seligenstadt. Nele, que em Castela se conservou em diversos arquivos eclesiásticos⁵⁴, mostra-se como os enviados tinham poderes determinados e atuavam por mandato régio, sem que se tenham conservado tais documentos e nem sequer tenham sido mencionados no tratado de forma específica. Com os núncios enviados à Inglaterra em 1177 ocorre o mesmo: levavam documentos com a exposição régia, e confia-se no que diziam, mas não se mencionava nenhum tipo de credencial (ainda que a exposição bem pudesse ser uma instrução)⁵⁵.

51 Veja-se o caso de Arxiu Històric de la Ciutat (Barcelona), Carpeta 6, 11-2, f. 2r.

52 PÉQUIGNOT, Stéphane. Les instructions aux ambassadeurs des rois d'Aragon (XIII^e-XV^e siècles): jalons pour l'histoire de la fabrique d'une parole royale efficace. *Cahiers d'Études Hispaniques Médiévales*, n. 31, p. 17-43, 2008.

53 MOGLIN ; PÉQUIGNOT, *op. cit.*, p. 382.

54 Ver, por exemplo, Archivo Capitular de Cuenca, I, caja 1, nº 1; também em Archivo Capitular de Burgos, v. 17, f. 434r. O documento foi publicado por: GONZÁLEZ GONZÁLEZ, Julio. *El reino de Castilla en época de Alfonso VIII*. Madrid: CSIC, 1960. v. II, p. 857-863.

55 PETERBOROUGH, Benedicto. *Gesta regis Henrici secundi Benedicti abbatis*. Edição de William Stubbs. London: Longman, 1867, p. 144-155.

Desde finais do século XII e ao longo do século XIII, contudo, começamos a ter notícias de documentação mais concreta (cartas de crença, *littera passus*⁵⁶), mesmo se em raras ocasiões está conservada (pelo menos para o caso castelhano). Alguns documentos podemos suspeitar que eram conhecidos, mas não sabemos se eram utilizados. Por exemplo, quando em 1207 Afonso IX de León escrevia a João I de Inglaterra, indicava-lhe que enviasse a algum fiel seu “que sobre isto [a aliança mútua] conheça e possa dar e receber garantias”⁵⁷. Parece que estava falando de cartas de poder, mas nada se conservou.

No caso das cartas de poder, ainda estavam se homogeneizando em finais do século XII. Era um tipo documental que não tinha existência própria e que muitas vezes ficava evidenciado nos tratados alcançados. Porém, temos uma menção de 1190 em que fica claro que efetivamente alguns desses documentos já eram concretamente utilizados pela chancelaria castelhana. Trata-se de uma carta almôada, explicando que os embaixadores castelhanos que chegaram a Sevilha em julho daquele ano traziam cartas em que se indicava que se lhes havia dado poderes plenos: (“e mostraram as cartas que lhes credenciavam em qualidade de plenipotenciários”)⁵⁸.

Durante o reinado de Fernando III, as fontes seguem sendo igualmente escassas: há menções a *nuncii*, mas não a qualquer

56 MOEGLIN; PÉQUIGNOT, *op. cit.*, p. 384.

57 “rogamus quatinus aliquem de vestris fidelem discretum nuncium ad nos destinetis, et talem qui super hoc sciat, et possit dare et recipere securitatem ad honorem et commodum nostrum et vestrum”: RYMER, Thomas. *Foedera, Conventiones, Litteræ et Cujuscunque Generis Acta Publica, Inter Reges Angliæ et alios quosvis imperatores, reges, principes uel communitat.* La Haya: Joannem Neaulme, 1745, v. I, p. 45.

58 “et montrèrent les lettres qui les accréditaient en qualité de plénipotentiaires”, na tradução do árabe ao francês feita por: PROVENÇAL, Levy. *Un recueil de lettres officielles almohades, étude diplomatique et historique. Hesperis*, n. XXVIII, p. 1-80, 1941, p. 64-65.

documentação⁵⁹. Temos de esperar até Afonso x, de quem sabemos que em 1269 já utilizava as cartas de crença. Efetivamente, nesse ano, os *Annales placentini gibellini* indicam claramente como se recebeu seu enviado “*cum litteris credencie*”⁶⁰. Será a partir de datas muito próximas a esta que começaremos a dispor da própria documentação em si, conservada na maior parte das vezes em arquivos alheios à Coroa de Castela, fruto de uma conservação mais ou menos fortuita, e dependente já do interesse do destinatário dessas missões castelhanas. Seja como for, entre os séculos XIII e XV, começamos a contar com documentos certamente interessantes, que permitiram, e permitirão no futuro, uma análise mais exhaustiva das missões específicas e, a partir daí, também do funcionamento da diplomacia em si.

Para dar somente alguns exemplos, conservamos alguns dos poderes emitidos pela chancelaria castelhana dirigidos ao rei da França, que passaram a se conservar no arquivo da monarquia galesa, como os dos anos 1266, 1270, 1345, 1391 e 1435⁶¹. Em algumas ocasiões, inclusive, conservam-se instruções do rei de Castela para seus embaixadores, por diversas casualidades de arquivo ou por interesses curiosos das autoridades receptoras, como é o caso das instruções dos embaixadores castelhanos de 1429 e 1444 que se encontram no arquivo de Barcelona⁶². São, como se vê, casos isolados, mas uma revisão pausada e minuciosa da documentação existente sem dúvida nos oferecerá muito mais resultados. É provável, ainda assim, que nos encontremos com uma possível falta de homogeneidade e, sobretudo, que seja muito difícil conseguir séries documentais. Porém, há exemplos de que se pode fazê-lo. Sem dúvida, no

59 Ver, por exemplo, os enviados ante o imperador para tratar do matrimônio de Fernando com Beatriz de Suábia (JIMÉNEZ DE RADA. *De rebus Hispaniae*).

60 *Monumenta Germaniae Historica*, SS, 18, 1, p. 535.

61 Archives Nationales de France, J599, 5 y 10; J602, 45; J603, 69; y J605, 79, respectivamente.

62 Arxiu Històric de la Ciutat de Barcelona, 1.C.III-2, carpeta 6, 1 y 5, respectivamente.

momento, são impossíveis tanto uma sistematização quanto uma análise estatística desse aspecto, mas há que se avançar na busca em profundidade nos arquivos para poder realizá-las.

As pessoas

Outro dos aspectos em que se pode pôr o foco da investigação sobre a diplomacia são as pessoas que colaboraram com a monarquia castelhana no desenvolvimento de trabalhos diplomáticos. Esta é, talvez, a questão que mais se trabalhou nos últimos trinta anos e, especialmente, em alguns aspectos, nos últimos anos.

Ochoa Brun, em sua exposição da diplomacia castelhana no período medieval, já oferecia um certo catálogo desses embaixadores, ao longo da evolução que ia mostrando. O mesmo se pode dizer dos trabalhos de Luis Vicente Díaz Martín, onde, ainda que de forma superficial no decorrer de sua análise, iam-se mencionando diversos embaixadores. Eles estabeleceram, sem dúvida, um ponto de partida interessante. Nos últimos anos, começamos a encontrar rastros desses embaixadores, procurando construir uma lista ou catálogo deles, ainda que incompletos, e em muitos casos parciais (por seu conteúdo tanto temático quanto cronológico)⁶³, e apenas mais recentemente se foi realizando um elenco de embaixadores castelhanos, ainda inconcluso, mostrando-se caminhos variados a partir de diferentes propósitos de investigação, como a formação

63 Eu mesmo analisei, por exemplo, os embaixadores eclesiásticos durante o século xv (até 1474 na verdade): VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar. Eclesiásticos en la diplomacia castellana en el siglo xv, *Anuario de Estudios Medievales*, v. 40, n. 2, p. 791-819, 2010. Ou ainda no trabalho de Francisco de Paula Cañas Gálvez sobre os burocratas de João II: CAÑAS GÁLVEZ, Francisco de Paula. La diplomacia castellana durante el reinado de Juan II: la participación de los letrados de la Cancillería Real en las embajadas regias. *Anuario de Estudios Medievales*, v. 40, n. 2, p. 691-722, 2010.

dos enviados régios⁶⁴, a direção de missões diplomáticas⁶⁵ ou as relações com o papado⁶⁶. Esses elencos, que por si só se apresentavam como incompletos, seguem sendo objeto de trabalho e até o momento temos documentados 668 embaixadores castelhanos desde 1151 até 1474.

Isso, em seu estado atual, já é certamente relevante, pois nos permite apreciar como o uso da diplomacia foi muito mais habitual do que podíamos pensar, inclusive no período da Idade Média Central e na transição para a Baixa Idade Média. Desse modo, os 74 embaixadores documentados para Afonso VIII⁶⁷ ou os 95 para Afonso X⁶⁸ nos falam claramente de uma intensa atividade diplomática que não faria senão continuar e evoluir com o tempo. Henrique III, por exemplo, nos seus 16 anos de reinado, despachou um total de 7 embaixadores, quase o mesmo que Afonso VIII, que reinou quase 59 anos.

Essas listas, ademais, permitiram realizar algumas análises parciais sobre os tipos de embaixador, sua condição, formação, missões, etc., algo que nos permite conhecer melhor o funcionamento desse importante aparato régio, assim como entender quais podiam ser as razões, em cada momento, pelas quais o rei escolhia um embaixador, para isso tendo em conta suas necessidades, o tipo de servidores que tinha à sua disposição, a situação interna do reino, a imagem que do mesmo monarca e de seu reino se queria passar no exterior, assim como a experiência prévia que podiam acumular os distintos personagens entre os quais nomeava seus diplomatas. Esses tipos de condicionantes são distintos, sem dúvida, nos diversos períodos,

64 VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar. La formación de los diplomáticos en la Castilla bajomedieval, *Studia Histórica: Historia Medieval*, v. 36, n. 2, p. 117-146, 2018.

65 *Id.* Comunicar y negociar por el rey: los eclesiásticos al frente de embajadas en la diplomacia castellana (siglos XIII al XV). In: VIGIL MONTES, Néstor (coord.). *Comunicación política y diplomacia en la Baja Edad Media*. Évora: Cidehus, 2019.

66 *Id.* Reyes, *op. cit.*

67 *Id.* Embajadores y política, *op. cit.*

68 *Id.* La diplomacia al servicio, *op. cit.*

e, conforme se avance no conhecimento ou na análise específica de outros reis, poderão ser apreciadas as diversas mudanças. Mas essas mesmas diferenças nos permitem, também, uma melhor compreensão de como e por que funcionava a diplomacia de uma determinada forma em um momento concreto, e sempre dentro de uma determinada cultura política que ia se desenvolvendo por todo o ocidente medieval.

Os meios burocráticos na Corte

Como é bem sabido, nas diversas monarquias ocidentais e em um processo que avançou em velocidades diversas e com momentos diferentes de avanço e retrocesso, desde o século XI, iniciou-se um processo de construção de aparatos régios de governo, que foram aprofundando sua capacidade de controle e governo sobre o conjunto do reino de seus componentes sociais. Nesse processo, os diversos aparatos régios foram se contruindo e ampliando de forma paulatina, engendrando, em diversos momentos, conjuntos institucionais e administrativos que lhes serviam de apoio e que iam sendo necessários para a gestão das cada vez mais amplas atividades governativas régias. Foram, então, gradativamente surgindo elementos de controle e colaboração política (Conselho Real), de gestão e administração da Justiça (audiências reais), de arrecadação e gestão de gastos (câmaras de contas, escritórios de contas), de gestão e produção documental (chancelarias) que, com diversos nomes, foram aparecendo em todo o ocidente europeu, e Castela não foi alheia a esse fenômeno⁶⁹.

⁶⁹ Ver, por exemplo, para cada um deles: DIOS, Salustiano de. *El Consejo Real de Castilla (1285-1522)*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1982; DÍAZ MARTÍN, Luis Vicente. *Los orígenes de la Audiencia Real castellana*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1997; GARRIGA ACOSTA, Carlos Antonio. *La Audiencia y las chancillerías castellanas (1371-1525): historia política, régimen jurídico y práctica institucional*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1994; LADERO QUESADA,

A diplomacia, dado o caráter de representação do poder do rei e do reino no exterior, assim como seu eminente papel executivo em relação às posturas e atuações políticas do poder, pareceria chamada a ter uma evolução semelhante. No entanto, não foi assim. Como se sabe, foi apenas em finais do século xv e princípios do xvi que começaram a surgir no Ocidente órgãos institucionais que passaram a centralizar a gestão e execução das diretrizes políticas no exterior, dando origem aos germens dos Conselhos e Secretarias de Estado, como foi o caso de Castela⁷⁰.

Ou seja, até bem no final do período aqui em estudo, a diplomacia não se dotou de um aparato institucional próprio para a gestão de seus negócios e burocracia, o que constituiu uma exceção dentro dos grandes aparatos que serviram para construir os Estados régios ao longo do período medieval, salvo talvez pelo caso inglês⁷¹. Isso não deixava de ser uma peculiaridade, o que não significa que não se tivesse consciência de sua importância, que fica evidenciada pela especial relação que se fazia da documentação diplomática em alguns arquivos⁷².

Porém, nos últimos anos, pôde-se ir apreciando como houve algumas tentativas iniciais, algumas dependências institucionais concretas, que podem equiparar-se ao que se deu em outros conjuntos

Miguel Ángel. *La Hacienda Real de Castilla (1369-1504)*. Madrid: Real Academia de la Historia, 2009; MARTÍN PRIETO, Pablo. Invención y tradición en la cancellería de Alfonso VIII de Castilla (1158-1214). *Espacio Tiempo y Forma, Serie III Historia Medieval*, n. 26, 2013, p. 209-244; KLEINE, Marina. *La cancellería real de Alfonso X: actores y prácticas en la producción documental*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2015; CAÑAS GÁLVEZ, Francisco de Paula. *Burocracia y cancellería en la corte de Juan II de Castilla (1406-1454): estudio institucional y prosopográfico*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2012.

70 OCHOA BRUN, *op. cit.*, v. IV, p. 390 *et seq.*

71 Ver os trabalhos de: CUTTINO, George Peddy. *English Diplomatic Administration, 1259-1399*. London: Oxford University Press, 1940; CHAPLAIS, Pierre. *Essays in Medieval Diplomacy and Administration*. London: Hambledon, 1981.

72 MOEGLIN; PÉQUIGNOT, *op. cit.*, p. 145 *et seq.*

institucionais (como os Conselhos Reais ou as Audiências, com formações iniciais diversas entre os séculos XIII e XIV que resultam na organização definitiva da segunda metade do XIV⁷³). Efetivamente, no caso castelhano, temos podido observar como em um dado momento houve uma especial dependência da Chancelaria e do latim, o que levou a uma certa organização específica (ao menos em aparência), em um processo associado à questão da castelhanização da administração e da burocracia régias⁷⁴. Se no início do reinado de Afonso X esse uso alcançava já 70%, durante seu reinado, o castelhano passou a ser a língua permanente da chancelaria régia. Com isso, o latim foi deslocado e relegado na Chancelaria a questões muito concretas: a comunicação com a Igreja e a diplomacia com outros reinos. De fato, durante esse reinado, pôde-se apreciar como os escrivães que dominavam o latim passaram a ser os que, de forma constante, participavam na elaboração da documentação diplomática (ainda que não fosse sua única função)⁷⁵.

Desde princípios do século XIV, entretanto, começamos a identificar uma mudança. Efetivamente, nas Cortes de Valladolid de 1312, estabeleceu-se pela primeira vez o cargo de escrivão de latim⁷⁶. Ao longo da primeira metade desse século, o cargo teve não apenas que evoluir, como também se organizar e ampliar em número (sem dúvida pela maior necessidade que se foi tendo dele). Assim, em meados do século, temos já documentada a figura do notário maior

73 VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar. Diplomacia y construcción monárquica: la participación eclesiástica castellana, *Medievalista*, n. 28, p. 192-223, dic. 2020.

74 A este respeito veja-se: FERNÁNDEZ ORDOÑEZ, Inés. La lengua de los documentos del rey: del latín a las lenguas vernáculas en las cancellerías regias de la península ibérica. In: MARTÍNEZ SOPENA, Pascual; RODRÍGUEZ LÓPEZ, Ana María (ed.), *La construcción medieval de la memoria regia*. Valencia: Universitat de València, 2011, p. 323-362, p. 328-332.

75 Veja-se: VILLARROEL GONZÁLEZ, *op. cit.*, p. 198-199; baseando-me nos dados de KLEINE, *op. cit.*

76 GONZÁLEZ CRESPO, Esther. Organización de la cancellería castellana en la primera mitad del siglo XIV. In *la España Medieval*, n. 8, p. 447-470, 1986, p. 449.

de latim⁷⁷, o que nos denota uma maior importância administrativa e, sem dúvida, a existência de alguns notários “menores” ou uma organização abaixo dessa figura. Isso perdurou pelo menos até a primeira Guerra Civil castelhana, pois, durante o reinado de Pedro I, seguimos documentando esse cargo⁷⁸.

Após a ascensão da dinastia Trastâmara, o sistema aparentemente mudou. Deixamos de documentar a figura do notário maior de latim, para documentar somente a existência de escrivães de latim. No entanto, e isso é digno de nota, as pessoas que encontramos desempenhando essas funções tinham uma vinculação especial com a diplomacia, tendo sido, e sendo, embaixadores régios⁷⁹. A evolução estava levando à concentração desse tipo de tarefas na figura de um secretário, cargo que alcançou grande peso na gestão administrativa da monarquia⁸⁰. Assim, já em 1429, ao menos, temos documentada a figura do secretário de latim, que seguiu se desenvolvendo ao longo do século xv e na qual encontramos, também, uma vinculação especial com a diplomacia⁸¹.

Sem dúvida, fica muito por fazer nesse aspecto, o que depende de podermos documentar em mais ocasiões tais cargos, bem como de comprovar a continuidade desse vínculo com a diplomacia, mas não deixa de ser relevante no que tange à linha organizativa que parece se mostrar, especialmente quando tinham *status* de secretários os que acometiam tais funções, sendo, ao menos em aparência, um antecedente da especialização do secretário de Estado.

77 DÍAZ MARTÍN, Luis Vicente. *Colección documental de Pedro I de Castilla (1350-1369)*. Salamanca: Junta de Castilla y León, 1999, v. 3, doc. 749, p. 95; e ACA, Cancillería, Reg. 557, f. 142v-147r, publicado em: FERRER I MALLOL, María Teresa. *Entre la paz y la guerra: la Corona catalano-aragonesa y Castilla en la Baja Edad Media*. Barcelona: CSIC, 2005, p. 555.

78 VILLARROEL GONZÁLEZ, *op. cit.*, p. 200.

79 *Ibid.*, p. 200-201.

80 CAÑAS GÁLVEZ, *op. cit.*, p. 311.

81 VILLARROEL GONZÁLEZ, *op. cit.*, p. 201-202.

As finanças da diplomacia

Parece evidente a grande importância que a disponibilidade econômica tinha no desenvolvimento de qualquer atividade régia, pois devia-se poder pagar os gastos e os soldos das pessoas implicadas. A esse respeito, a diplomacia não apenas era distinta, como também implicava alguma especificidade, como a necessidade de realizar gastos fora do reino, pelo que as fontes de rendimentos deviam estar claras antes de partir a missão. Ademais, a própria natureza dos enviados (representantes do rei e, com isso, do reino) requeria que estivessem dotados de emolumentos suficientes para que sua presença e aparência fossem dignas e honoráveis, o que, na realidade, supunha gastos importantes na exibição de luxo e aparato. Isso já foi reconhecido no próprio século xv: John Fortescue, por exemplo, dizia que o embaixador precisava ir “honoravelmente acompanhado” e que devia mostrar “magnificência e liberalidade”⁸² e isso porque, como bem assinalou Currin, não eram simples agentes, já que representavam a honra do rei⁸³. Evidentemente, a situação variava muito de uma missão para outra, pois dependia da duração da tarefa e do número de componentes que tivesse. Assim, não era o mesmo uma missão destinada ao rei aragonês em Saragoça, que a missão enviada, por exemplo, ao Concílio de Basileia⁸⁴.

82 FORTESCUE, John. *The governance of England*. Edição de Charles Plummer. Oxford: Clarendon Press, 1926, p. 124: “honorably accompanied”; “magnificence and liberalite”.

83 CURRIN, John M. “Pro expensis ambassatorum”: Diplomacy and Financial Administration in the Reign of Henry VII, *English Historical Review*, n. 108, p. 589-609, 1993, p. 590.

84 Sobre essa missão e a pompa que se produziu (com o que podemos valorar seu custo), veja-se: GONZÁLEZ ROLÁN, Tomás; SAQUERO SUÁREZ-SOMONTE, Pilar. La llegada de los embajadores castellanos al Concilio de Basilea: edición cotejada de sus fuentes principal y derivada. In: LÓPEZ FÉREZ, Juan Antonio; LÓPEZ FONSECA, Antonio; MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, Marcos (ed.). *Homenaje al profesor Alfonso Martínez Díez*. Madrid: Ediciones Clásicas, 2016. p. 333-347.

Conhecemos certos dados sobre o que supôs a diplomacia em termos de gastos, assim como sobre sua gestão e forma de funcionamento, no caso de diversos poderes ocidentais⁸⁵. Podemos descrever em grandes linhas os gastos necessários para um embaixador (e para o poder que o enviava), bem como os que assumia, em teoria, quem o recebia⁸⁶. Não obstante diversas diferenças, tanto no funcionamento como na conservação da documentação, os embaixadores recebiam uma remuneração por dia de missão, alimentação, alojamento e gastos de vestimenta. Com isso, ademais, deviam pagar os gastos de transporte, que podiam ser muito caros, dependendo do meio escolhido e da quantidade de pessoas a transportar⁸⁷. A isso se deviam somar os gastos dos acompanhantes do embaixador, que corriam por sua conta⁸⁸. Se era no exterior, era mais custoso, claro, e, ao final de sua missão, eles deviam entregar uma justificação de seus gastos⁸⁹.

Contudo, para o caso castelhano, temos poucas informações sobre essas questões⁹⁰. Em parte, porque é um campo ainda inexplorado pelas pesquisas, e em parte também pela falta de fontes. Apenas temos notícias bastante extraordinárias (por serem escassas e acidentais) sobre quantidades. Por exemplo, sabemos que Gómez García de Valladolid, embaixador na França em 1286, recebeu um

85 Ver a esse respeito: MOEGLLIN; PÉQUIGNOT, *op. cit.*, p. 424-430.

86 VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar. Una vida en el camino: el viaje diplomático y sus peligros. In: CARCELLER-CERVIÑO, María del Pilar (coord.). *Viajes y viajeros en la Edad Media*. Madrid: La Ergastula, 2021, p. 63-84, p. 71-73. Para a península em termos gerais, veja-se: OCHOA BRUN, *op. cit.*, vl. III, p. 377 *et seq.*

87 *Ibid.*, p. 372-376.

88 *Ibid.*, p. 377.

89 Veja-se o caso de Simó de Salzet, embaixador aragonês: JUNCOSA BONET, Eduard, “Aço que jo Simó Salzet, fiu per lo rey d’Aragó al rey d’Armènia”: el memorial en primera persona de una embajada. In: NIETO SORIA, José Manuel; VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar (coord.). *El embajador en la Edad Media peninsular*. Gijón: Trea, 2021, p. 97-142.

90 Como exemplo, repare-se que os dados utilizados por Ochoa Brun são de origem navarra ou aragonesa: OCHOA BRUN, *op. cit.*, v. III, p. 381-382.

total de 10.000 maravedis pela viagem, mais 6838 pelos gastos, e mais 4000 pela duração da estadia (que se prolongou no destino⁹¹, com o que se pode presumir que ele havia adiantado a quantia). Pouco tempo depois, em 1292, os três embaixadores castelhanos enviados a Paris receberam 19.442 maravedis⁹². Mais tarde, já no século xv, sabemos que Gutierre Gómez de Toledo recebeu para a sua missão a Roma em nome do rei João II e do infante Henrique um total de 10.000 dobrões de ouro, ainda que essa quantia incluísse o dinheiro necessário para lograr sua missão (“para dar na Corte romana, onde lhe parecesse que cumpria, para a expedição dos negócios”)⁹³. Isso nem sempre era suficiente, e os embaixadores estavam submetidos ao acaso das viagens, podendo se ver na necessidade de mais dinheiro. As soluções, nesse caso, passavam por conseguir dinheiro emprestado. Foi o caso de Gonzalo Rodríguez que, sendo embaixador em Constantinopla, teve que receber 255 libras valencianas por empréstimo do embaixador aragonês de Pedro, o Grande⁹⁴.

Assim, parece que havia uma dupla possibilidade: que se entregasse uma quantidade pelo montante total (como vimos em ambos os casos) de forma prévia, mas também que logo se apertassem as contas e se enviasse o dinheiro que havia sido gasto a mais⁹⁵. Esse é, sem dúvida, como se percebe, um campo em que ainda se deve aprofundar a investigação para compreender melhor como se geria e justificava o dinheiro.

91 BAUTISTA, Francisco J. *Los hombres del rey: la transición de Alfonso X el Sabio a Sancho IV* (1276-1286). Salamanca: [s.n.], 2021, v. II, p. 1166.

92 NIETO SORIA, José Manuel. *Iglesia y poder real en Castilla: el episcopado, 1250-1350*. Madrid: Universidad Complutense, 1988, p. 52-53. Esse autor indica que eram 40 maravedis diários para cada um, o dobro do que recebia um conselheiro real.

93 GALÍNDEZ DE CARVAJAL, *op. cit.*, p. 388: “para dar en Corte romana, donde le paresciese que complía, para la expedición de los negocios”.

94 CINGOLANI, Stefano M. *Diplomatarí de Pere el Gran: 2. Relacions internacionals i política exterior* (1260-1285). Barcelona: Pagès Editors, 2015, p. 349-350; ACA, Cancillería, Reg. 50, f. 197v-198r.

95 Já o viu assim OCHOA BRUN, *op. cit.*, v. III, p. 377.

Outros aspectos

Há, ademais, outros elementos que se têm em conta ultimamente na análise da diplomacia, ou em paralelo com ela. Questões como os limites difusos entre diplomacia e espionagem, pela informação que os embaixadores podiam dar de seu destino, e, próxima a esta questão, a relação entre segredo e diplomacia. Além disso, consideraram-se também as consequências que a diplomacia podia ter em outros âmbitos, como a cultura e a arte, por meio de contatos e influências que foram examinadas nos últimos anos.

Diplomacia, informação, segredo e espionagem

Efetivamente, a busca de informação, o segredo e a espionagem são coisas que, de forma muito habitual, no imaginário coletivo, estão associadas à diplomacia. Isso que o cinema pôde difundir à cultura geral não é, no entanto, algo único e exclusivo da época contemporânea, como bem sabemos. Os poderes da Idade Média também se viram imbuídos dessa necessidade de obter informação, de forma mais ou menos oculta, que lhes permitisse tomar as decisões adequadas e avaliar suas diversas possibilidades. Assim, vários estudos têm mostrado como a informação que podiam enviar os representantes diplomáticos era fundamental para a tomada de decisão, ainda mais quando eles, em muitas ocasiões, permaneciam em seu destino durante muito tempo, recebendo novas instruções e informando ao rei sobre o que viviam e viam no decurso de sua missão⁹⁶. Isso, decerto, é algo ainda insuficientemente analisado⁹⁷. Nesse sentido, o estabelecimento de embaixadas permanentes implicou certamente uma mudança, dado que supunha a possibilidade de que enviassem informação de forma frequente, o que se pôde compro-

96 Vejam-se os exemplos que dão MOEGLIN; PÉQUIGNOT, *op. cit.*, p. 623-624.

97 *Ibid.*, p. 625.

var para os estados italianos do século xv⁹⁸. Francesco Sforza, por exemplo, tinha uma especial precaução em receber informações, e por isso seus embaixadores permanentes tinham essa função de forma habitual: remeter informes ao duque⁹⁹.

Nesse terreno, Castela não ficava para trás. Não contava com embaixadas permanentes (não pelo menos até os Reis Católicos), porém sabemos que, já em finais do século xiv, seus embaixadores e representantes eram uma fonte permanente de informação e tinham entre suas tarefas escrever ao rei tratando tanto da evolução do negócio encomendado quanto de tudo aquilo que pudesse ser de interesse para o monarca. Tomem-se como exemplos o dos embaixadores enviados por Henrique III à corte parisiense em 1398 pela questão da subtração de obediência¹⁰⁰, assim como o dos embaixadores na Cúria do mesmo monarca já nos primeiros anos do século xv¹⁰¹. Estes expediam informação de forma constante. Ademais, sabemos também que se enviavam documentos considerados importantes. Por exemplo, os enviados ao Concílio de Basileia remetiam documentos ao rei para que estivesse a par do que ocorria no entorno da reunião, incluídas aí as atuações de outros reis¹⁰².

Como vemos, a monarquia castelhana fazia o possível para manter-se informada, isso porque um perigo evidente era a desinformação ou a informação manipulada. Esta geralmente era emitida por

98 *Ibid.*, p. 633.

99 LAZZARINI, Isabella. Renaissance diplomacy. In: GAMBERINI, Andrea; LAZZARINI, Isabella (ed.). *The Italian Renaissance State*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, p. 425-443, p. 431.

100 VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar. *Embajadores castellanos en el III Concilio de París (1398): un informe diplomático inédito*. Historia Medieval, n. 36, 2023, p. 1263-1966. Espacio, Tiempo y Forma. Serie III. DOI: 10.5944/etfiii.36.2023.34627.

101 *Id.* Comunicación y diplomacia en el Cisma de Occidente: Castilla, el papado e Italia a principios del siglo xv, *eHumanista*, n. 38, p. 99-115, 2018.

102 Archivo General de Simancas, Estado-Francia, K-1711, f. 67r (onde se indica que se havia enviado certos documentos ao rei). Ver a este respeito: VILLARROEL GONZÁLEZ. Diplomacia y construcción, *op. cit.*, p. 214-215.

um poder alheio a Castela, mas interessado nos assuntos a tratar. São conhecidas as tentativas muito frequentes de Bento XIII, tanto para desinformar sobre a posição castelhana frente à subtração de obediência em Paris¹⁰³, quanto para fazer chegar aos ouvidos régios as palavras que empurrassem Castela na direção que ele desejava¹⁰⁴. Nesse campo, era pouco o que se podia fazer, para além de estarem os embaixadores atentos às informações ou documentos falsos que pudessem circular ali onde estivessem destinados. E isso, aparentemente, era conhecido pela monarquia castelhana, pois, no caso dos embaixadores em Paris, em 1398, sabemos que tinham sido encarregados de mostrar a verdadeira posição do rei de Castela, portanto conheciam a desinformação e tinham ordens para lutar contra ela¹⁰⁵.

Um segundo nível a se ter em conta na diplomacia era o segredo. Este foi examinado recentemente, em suas diversas facetas, por José Manuel Nieto Soria, que mostrou como tinha uma importância notável na diplomacia em diversos momentos e com variada intensidade¹⁰⁶. Certamente, não deixa de ser relevante o fato de que algo dificilmente evidenciado na documentação em geral apareça finalmente evidenciado (com a intenção subjacente que possa haver) nas crônicas do período. Assim, Nieto Soria analisou nesse recente trabalho como o segredo podia rodear os embaixadores de diversas formas e como podemos chegar a saber que existia, mas não o que havia por detrás dele. Ele mostrou como em certas ocasiões os embaixadores pediam para falar em segredo com o monarca a que se dirigiam, para

103 *Id.* Embajadores castellanos, *op cit.*

104 VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar. Formas de comunicación en Castilla durante el Gran Cisma de Occidente. In: MÜLLER, Harald; HOTZ, Brigitte (dir.). *Gegenpäpste: ein unerwünschtes mittelalterliches Phänomen*. Colonia: Bohlau, 2012. p. 315-335.

105 VILLARROEL GONZÁLEZ. Embajadores castellanos, *op. cit.*

106 NIETO SORIA, José Manuel. Secreto de embajador. Aproximación cronística a una práctica diplomática en la Castilla Trastámara. In: NIETO SORIA, José Manuel; VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar (coord.). *El embajador en la Edad Media peninsular*. Gijón: Trea, 2021. p. 13-28.

tratar de questões que pensavam poder ser delicadas, ou que, se fossem escutadas em público, poderiam resultar em prejuízos para as suas missões¹⁰⁷. Também existia a possibilidade de que uma embaixada tivesse uma missão pública, mas também outra secreta. Isso em raras ocasiões se chega a conhecer, mas há exemplos¹⁰⁸.

Este último aspecto se aproxima do outro tipo de missões em que a busca de informação e o segredo estavam na base: a espionagem. Nesse terreno, trabalhou-se bastante nos últimos anos na historiografia ocidental, desde o já clássico trabalho de Cirot¹⁰⁹, até outros muito mais recentes e desde pontos de vista distintos, como os de Allmand, Alban, Arthurson, Dénecé e Deuve, Griffiths, Koutrakou ou González Sánchez¹¹⁰. No caso castelhano, o estudo de Santiago González Sánchez é dos poucos que se dedicaram a analisar a questão, oferecendo um magnífico trabalho panorâmico sobre o conjunto peninsular nos alvares do século xv. Certamente podemos pensar que fica bastante por fazer, mas também não é difícil imaginar a

107 *Ibid.*, p. 15-19.

108 *Ibid.*, p. 21-23.

109 CIROT, Georges. L'espionnage en Espagne au temps de la Reconquête. *Bulletin Hispanique*, v. 19, n. 4, p. 259-264, 1917.

110 ALBAN, J. R.; ALLMAND, Christopher. Spies and Spying in the Fourteenth Century. In: ALLMAND, Christopher (ed.). *War, Literature and Politics in the Late Middle Ages*. Liverpool: Liverpool University Press, 1976. p. 73-101.; ALLMAND, Christopher. Les espions au Moyen Âge. *L'Histoire*, n. 55, p. 34-41, 1983; *Id.* Intelligence in the Hundred Years War. In: NEILSON, Keith; MCKERCHER, B. J. C. (ed.). *Go Spy the land: military Intelligence in History*, West-port: Praeger Publishers, 1992. p. 32-47; ARTHURSON, Ian. Espionage and Intelligence from the Wars of the Roses to Reformation. *Nottingham Medieval Studies*, n. xxxv, p. 134-154, 1991; DENECE, Eric; DEUVE, Jean. *Les services secrets au Moyen Âge*. Rennes: Éditions Ouest France, 2011; DEUVE, Jean. *Les services secrets normands: la guerre secrète au Moyen Âge (900-1135)*. Condé-sur-Noireau: Éditions C. Corlet, 1990; GRIFFITHS, R. A. Un espion breton à Londres, 1425-1429. *Annales de Bretagne et des Pays de l'Ouest*, v. LXXXVI, n. 3, p. 399-403, 1979; KOUTRAKOU, Nike. Diplomacy and Espionage: Their Role in the Byzantine Foreign Relations. *Graeco-Arabica*, n. 6, p. 125-144, 1995; GONZÁLEZ SÁNCHEZ, Santiago. El espionaje en los reinos de la Península Ibérica a comienzos del siglo xv. *En la España Medieval*, n. 38, p. 135-194, 2015.

dificuldade para se encontrar informação a respeito, ainda que o trabalho mencionado nos mostre, sem dúvida, o caminho a seguir.

À guisa de conclusão

Como se pôde comprovar ao largo do presente trabalho, é muito o que já foi feito no estudo da diplomacia castelhana, mesmo que, apesar disso, não se possa evitar a sensação de que há muitos âmbitos nos quais é possível avançar e sobre os quais ainda devemos nos aprofundar.

Conhecemos um grande conjunto de embaixadores desde o século XII, mas ainda nos ficam muitos por conhecer, e somente uma análise pormenorizada dos diversos reinados nos permitirá alcançar uma lista mais extensa desses indivíduos. Apenas com ela, poder-se-á avançar, então, na realização de uma análise prosopográfica mais completa do que as que se fez até agora dos embaixadores de Castela. Ainda que identifiquemos as linhas principais de sua diplomacia, um conhecimento mais exato do pessoal com que se contou nos permitirá compreender como o poder régio utilizava a diplomacia no desenvolvimento de sua política.

Outros objetivos ficam por alcançar, como pudemos ver. Uma análise pormenorizada das vistas régias nos permitirá compreender melhor como e quando negociavam os reis, assim como de que forma essas reuniões se realizavam. E mais ainda no que tange à negociação direta dos reis com os embaixadores que recebia, algo que sabemos ter ocorrido em diversas ocasiões e que, como se comentou, é uma análise ainda por empreender.

O quadro é similar no contexto da documentação. Ainda que paulatinamente tenhamos encontrado exemplos, e alguns foram mencionados, de como a diplomacia castelhana se encontrava inserida nos modos documentais do ocidente europeu, é evidente que a localização de mais documentos nos permitirá uma melhor análise. Através

dela, sem dúvida, poderemos aceder também a uma mais ampla percepção do entorno burocrático da corte que manejava a diplomacia. Um contexto sobre o qual dispomos de algumas conjecturas, como foi referido, mas que ficará apenas nisso enquanto não se realizem análises mais específicas. E o mesmo, enfim, se pode dizer das finanças da diplomacia, do segredo, da espionagem ou da comunicação.

Desse modo, podemos concluir, os estudos que ano após ano se vêm publicando nos permitem conhecer cada vez um pouco melhor o funcionamento e o desenvolvimento da diplomacia castelhana; porém, fica ainda muito por fazer, e nos anos vindouros seguiremos avançando em seu conhecimento. Sempre é bom saber que há bastante trabalho a ser feito.

Referências

ALBAN, J. R.; ALLMAND, Christopher. Spies and Spying in the Fourteenth Century. In: ALLMAND, Christopher (ed.). *War, Literature and Politics in the Late Middle Ages*. Liverpool: Liverpool University Press, 1976. p. 73-101.

ALLMAND, Christopher. Intelligence in the Hundred Years War. In: NEILSON, Keith; MCKERCHER, B. J. C. (ed.). *Go Spy the land: Military Intelligence in History*. West-port: Praeger Publishers, 1992. p. 32-47.

ALLMAND, Christopher. Les espions au Moyen Âge. *L'Histoire*, n. 55, p. 34-41, 1983.

ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel. *La situación europea en época del Concilio de Basilea*: informe de la delegación del reino de Castilla. León: Centro de Estudios e Investigación "San Isidoro", 1992.

ARTHURSON, Ian. Espionage and Intelligence from the Wars of the Roses to Reformation. *Nottingham Medieval Studies*, n. xxxv, p. 134-154, 1991.

AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. *Directrices fundamentales de la política peninsular de Alfonso x: relaciones castellano-aragonesas de 1252 a 1263*. Madrid: Aldecoa, 1986.

AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. Relaciones de Alfonso x con Aragón y Navarra. *Alcanate*, n. iv, p. 101-146, 2004-2005.

BAUTISTA, Francisco J. *Los hombres del rey: la transición de Alfonso x el Sabio a Sancho iv (1276-1286)*. Salamanca: [s.n.], 2021. 2 v.

CAÑAS GÁLVEZ, Francisco de Paula. *Burocracia y cancellería en la corte de Juan II de Castilla (1406-1454): estudio institucional y prosopográfico*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2012.

CAÑAS GÁLVEZ, Francisco de Paula. La diplomacia castellana durante el reinado de Juan II: la participación de los letrados de la Cancillería Real en las embajadas regias. *Anuario de Estudios Medievales*, v. 40, n. 2, p. 691-722, 2010.

CARCELLER CERVIÑO, María del Pilar; VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar. *Catalina de Lancáster: una reina y el poder*. Madrid: Sílex ediciones, 2021.

CARCELLER CERVIÑO, María del Pilar. El papel de la nobleza en las negociaciones de Bayona de 1463. In: CARCELLER CERVIÑO, María del Pilar; NIETO SORIA, José Manuel (coord.). *La nobleza y la cultura política de la negociación en la Baja Edad Media*. Madrid: Sílex, 2020. p. 221-244.

CARCELLER CERVIÑO, María del Pilar. Las cartas autógrafas de Juana de Portugal: testimonios del papel de la reina en el conflicto sucesorio. *Correspondances de femmes et diplomatie*, édité par Isabella Lazzarini et al., e-Spania Books, 2021, <https://doi.org/10.4000/books.esb.3967>.

CHAPLAIS, Pierre. *English Medieval Diplomatic Practice*. London: Public Record Office, 1975-1982. 2 v.

CHAPLAIS, Pierre. *Essays in Medieval Diplomacy and Administration*. London: Hambledon, 1981.

CINGOLANI, Stefano M. *Diplomatari de Pere el Gran: 2. Relacions internacionals i política exterior (1260-1285)*. Barcelona: Pagès editors, 2015.

CINGOLANI, Stefano Maria; VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar. La importancia del embajador: cambios de personal y la negociación de Alfonso V con Castilla (1417-1418). In: NIETO SORIA, José Manuel; VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar (coord.). *El embajador: evolución en la Edad Media peninsular*. Gijón: Trea, 2021. p. 255-284.

CIROT, Georges. L'espionnage en Espagne au temps de la Reconquête. *Bulletin Hispanique*, v. 19, n. 4, p. 259-264, 1917.

CURRIN, John M. "Pro expensis ambassatorum": Diplomacy and Financial Administration in the Reign of Henry VII. *English Historical Review*, n. 108, p. 589-609, 1993.

CUTTINO, George Peddy. *English Diplomatic Administration, 1259-1399*. London: Oxford University Press, 1940.

DAUMET, Georges. *Étude sur l'alliance de la France et la Castille au xive et au xve siècles*. Paris: Émile Bouillon, 1898.

DAUMET, Georges. *Mémoire des relations de la France et de la Castille de 1255 à 1320*. Paris: Fontemoing, 1913.

DENECE, Eric; DEUVE, Jean. *Les services secrets au Moyen Âge*. Rennes: Éditions Ouest France, 2011.

DEUVE, Jean. *Les services secrets normands: la guerre secrète au Moyen Âge (900-1135)*. Condé-sur-Noireau: Éditions C. Corlet, 1990.

DÍAZ MARTÍN, Luis Vicente. *Colección documental de Pedro I de Castilla (1350-1369)*. Salamanca: Junta de Castilla y León, 1999.

DÍAZ MARTÍN, Luis Vicente. El pontificado y Castilla en el marco de las relaciones internacionales a mediados del siglo xiv. *Archivos Leoneses: revista de estudios y documentación de los Reinos Hispano-Occidentales*, n. 70, p. 351-356, 1981.

DÍAZ MARTÍN, Luis Vicente. Los inicios de la política internacional de Castilla (1360-1410). In: RUCQUOI, Adeline (coord.). *Realidad e imágenes del poder: España a fines de la Edad Media*. Valladolid: Ámbito, 1988. p. 57-83.

DÍAZ MARTÍN, Luis Vicente. *Los orígenes de la Audiencia Real castellana*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1997.

DÍOS, Salustiano de. *El Consejo Real de Castilla (1285-1522)*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1982.

FARIA, Diogo. *A diplomacia dos reis de Portugal no final da Idade Média*. 2021. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Porto, Porto, 2021.

FERNÁNDEZ ORDOÑEZ, Inés. La lengua de los documentos del rey: del latín a las lenguas vernáculas en las cancillerías regias de la península ibérica. In: MARTÍNEZ SOPENA, Pascual; RODRÍGUEZ LÓPEZ, Ana María (ed.). *La construcción medieval de la memoria regia*. Valencia: Universitat de València, 2011. p. 323-362.

FERRER I MALLOL, María Teresa. *Entre la paz y la guerra: la corona catalano-aragonesa y Castilla en la Baja Edad Media*. Barcelona: CSIC, 2005.

FORTESCUE, John. *The governance of England*. Edição de Charles Plummer. Oxford: Clarendon Press, 1926.

GALÍNDEZ DE CARVAJAL, Lorenzo. *Crónica del serenísimo príncipe don Juan segundo de este nombre en Castilla y en León*. Edição de Cayetano Rosell. Madrid: Rivadeneyra, 1877.

GARRIGA ACOSTA, Carlos Antonio. *La Audiencia y las chancillerías castellanas (1371-1525): historia política, régimen jurídico y práctica institucional*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1994.

GONZÁLEZ CRESPO, Esther. “Organización de la cancillería castellana en la primera mitad del siglo xiv”. En *la España Medieval*, n. 8, p. 447-470, 1986.

GONZÁLEZ GONZÁLEZ, Julio. *El reino de Castilla en época de Alfonso VIII*. Madrid: CSIC, 1960. 3 v.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Alfonso. *Alfonso el Sabio*. Barcelona: Ariel, 2004.

GONZÁLEZ ROLÁN, Tomás; SAQUERO SUÁREZ-SOMONTE, Pilar. La llegada de los embajadores castellanos al Concilio de Basilea: edición cotejada de sus fuentes principal y derivada. In: LÓPEZ FÉREZ, Juan Antonio; LÓPEZ FONSECA, Antonio; MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, Marcos (ed.). *Homenaje al profesor Alfonso Martínez Díez*. Madrid: Ediciones Clásicas, 2016. p. 333-347.

GONZÁLEZ SÁNCHEZ, Santiago. El espionaje en los reinos de la Península Ibérica a comienzos del siglo xv. En *la España Medieval*, n. 38, p. 135-194, 2015. DOI: 10.5209/revelem.2015.v38.49040.

GRIFFITHS, R. A. Un espion breton à Londres, 1425-1429. *Annales de Bretagne et des Pays de l'Ouest*, v. LXXXVI, n. 3, p. 399-403, 1979.

IÑARREA DE LAS HERAS, Ignacio. Castilla y la Guerra de los Cien Años, entre 1337 y 1366, en la literatura francesa del siglo xiv. *Revista de literatura medieval*, n. 14, p. 101-140, 2012.

JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. *De rebus Hispaniae*. Fecha: 1300/1399. Signatura: BH MSS 143. Materia: España. Disponível em: <https://patrimoniodigital.ucm.es/s/patrimonio/item/86845>. Acesso em: 16 jun. 2024.

JUNCOSA BONET, Eduard, “Aço que jo Simó Salzet, fiu per lo rey d’Aragó al rey d’Armènia”: el memorial en primera persona de una embajada. In: NIETO SORIA, José Manuel; VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar (coord.). *El embajador en la Edad Media peninsular*. Gijón: Trea, p. 97-142, 2021.

KLEINE, Marina. *La cancellería real de Alfonso x: actores y prácticas en la producción documental*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2015.

KOUTRAKOU, Nike. Diplomacy and Espionage: Their Role in the Byzantine Foreign Relations. *Graeco-Arabica*, n. 6, p. 125-144, 1995.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel. *La Hacienda Real de Castilla (1369-1504)*. Madrid: Real Academia de la Historia, 2009.

LAZZARINI, Isabella; NIETO SORIA, José Manuel; ROCHWERT-ZUILLI, Patricia (coord.). *Correspondance de femmes et diplomatie (Espagne, France, Italie, ix-xv)*. Paris: e-Spania books, 2021.

LAZZARINI, Isabella. Renaissance diplomacy. In: GAMBERINI, Andrea; LAZZARINI, Isabella (ed.). *The Italian Renaissance State*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 425-443.

MARTÍN PRIETO, Pablo. Invención y tradición en la cancellería de Alfonso VIII de Castilla (1158-1214). *Espacio Tiempo y Forma, Serie III Historia Medieval*, n. 26, p. 209-244, 2013.

MITRE FERNÁNDEZ, Emilio. Castilla ante la Guerra de los Cien Años. In: GOBIERNO DE NAVARRA. *Guerra y diplomacia en la Europa Occidental 1280-1480*. Pamplona: Gobierno de Navarra, 2005. p. 199-235.

MOEGLIN, Jean Marie ; PÉQUIGNOT, Stéphane. *Diplomatie et “relations internationales” au Moyen Âge (IX^e-XV^e siècle)*. Paris: Presses Universitaires de France, 2017.

MONUMENTA Germaniae Historica, ss, 18, 1.

NIETO SORIA, José Manuel. *Iglesia y poder real en Castilla: el episcopado, 1250-1350*. Madrid: Universidad Complutense, 1988.

NIETO SORIA, José Manuel. Secreto de embajador: aproximación cronística a una práctica diplomática en la Castilla Trastámara. In: NIETO SORIA, José Manuel; VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar (coord.). *El embajador en la Edad Media peninsular*. Gijón: Trea, 2021. p. 13-28.

OCHOA BRUN, Miguel Ángel. *Historia de la diplomacia española*. Madrid: Ministerio de Asuntos Exteriores, 1991-2003.

PELAZ FLORES, Diana. El lenguaje de la intermediación política femenina entre Aragón y Castilla en la cancillería de Pedro IV. *Correspondances de femmes et diplomatie*, édité par Isabella Lazzarini et al., e-Spania Books, 2021, <https://doi.org/10.4000/books.esb.3942>.

PÉQUIGNOT, Stéphane. *Au nom du roi: pratique diplomatique et pouvoir durant le règne de Jacques II d'Aragon (1291-1327)*. Madrid: Casa de Velázquez, 2009.

PÉQUIGNOT, Stéphane. Les instructions aux ambassadeurs des rois d'Aragon (XIII^e-XV^e siècles): jalons pour l'histoire de la fabrique d'une parole royale efficace. *Cahiers d'Études Hispaniques Médiévales*, n. 31, p. 17-43, 2008.

PETERBOROUGH, Benedicto. *Gesta regis Henrici secundi Benedicti abbatis*. Edição de William Stubbs. London: Longman, 1867.

PROVENÇAL, Levy. Un recueil de lettres officielles almohades, étude diplomatique et historique. *Hesperis*, n. XXVIII, p. 1-80, 1941.

QUELLER, Donald E. *The office of ambassador in the Middle Ages*. Princeton: University Press, 1967.

RÁBADE OBRADÓ, María del Pilar. Entre la familia y la diplomacia: cartas de Isabel la Católica a Juan II de Aragón. *Correspondances*

de femmes et diplomatie, édité par Isabella Lazzarini *et al.*, e-Spania Books, 2021, <https://doi.org/10.4000/books.esb.3975>.

ROCHWERT-ZUILL, Patricia. Práctica y estrategia diplomáticas en la correspondencia de María de Molina con Aragón. *Correspondances de femmes et diplomatie*, édité par Isabella Lazzarini *et al.*, e-Spania Books, 2021, <https://doi.org/10.4000/books.esb.3925>.

RYMER, Thomas. *Foedera, Conventiones, Literæ et Cujuscunque Generis Acta Publica, Inter Reges Angliæ et alios quosvis imperatores, reges, principes uel communitat.* La Haya: Joannem Neaulme, 1745.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis. *Castilla, el Cisma y la crisis conciliar (1378-1440)*. Madrid: CSIC, 1960.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis. *Navegación y comercio en el Golfo de Vizcaya: un estudio sobre la política marinera de la casa de Trastámara*. Madrid: CSIC, 1959.

VIGIL MONTES, Néstor. “Livro de demarcações entre estes reinos e os de Castela e de Contratos de pazes”, a chartulary for diplomatic relations between Castile and Portugal in the late Middle Ages, *Documenta & Instrumenta*, 13, p. 133-165, 2015.

VIGIL MONTES, Néstor. La importancia del documento escrito en la génesis de la diplomacia monárquica, la diplomática en las relaciones luso-castellanas a fines de la Edad Media. *Documenta & Instrumenta*, n. 15, p. 145-163, 2017.

VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar. Catalina de Lancáster y la diplomacia castellana: una aproximación a través de las cartas. *Correspondances de femmes et diplomatie*, édité par Isabella Lazzarini *et al.*, e-Spania Books, 2021, <https://doi.org/10.4000/books.esb.3947>.

VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar. Comunicación y diplomacia en el Cisma de Occidente: Castilla, el papado e Italia a principios del siglo xv. *eHumanista*, n. 38, p. 99-115, 2018.

VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar. Comunicar y negociar por el rey: los eclesiásticos al frente de embajadas en la diplomacia castellana (siglos XIII al XV). In: VIGIL MONTES, Néstor (coord.). *Comunicación política y diplomacia en la Baja Edad Media*. Évora: Cidehus, 2019. DOI: <https://doi.org/10.4000/books.cidehus.6979>.

VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar. Diplomacia y construcción monárquica: la participación eclesiástica castellana. *Medievalista*, n. 28, p. 192-223, dic. 2020. DOI: [10.4000/medievalista.3313](https://doi.org/10.4000/medievalista.3313).

VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar. Eclesiásticos en la diplomacia castellana en el siglo XV. *Anuario de Estudios Medievales*, v. 40, n. 2, p. 791-819, 2010.

VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar. *El rey y el papa: política y diplomacia en los albores del Renacimiento (el siglo XV en Castilla)*. Madrid: Sílex ediciones, 2010.

VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar. Embajadores y política exterior de Alfonso VIII. In: LLIDÓ MIRAVÉ, Javier; VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar (coord.). *El embajador en la alta y la plena Edad Media peninsular*. Gijón: Trea, p. 153-176, 2023.

VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar. Formas de comunicación en Castilla durante el Gran Cisma de Occidente. In: MÜLLER, Harald; HOTZ, Brigitte (dir.). *Gegenpäpste: Ein unerwünschtes mittelalterliches Phänomen*. Colonia: Bohlau, p. 315-335, 2012.

VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar. La diplomacia al servicio del poder: una aproximación al caso de Alfonso X. In: AUROV, Oleg; MAREY, Alexander (coord.). *La Historia y el poder, el historiador en el poder*. Madrid: Iberoamericana-Vervuert. No prelo.

VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar. La formación de los diplomáticos en la Castilla bajomedieval. *Studia Histórica: Historia Medieval*, v. 36, n. 2, p. 117-146, 2018.

VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar. Reyes, obispos y papas en Castilla: el papel de los prelados en las relaciones con el papado (siglos XIII y XV). *Anuario de Estudios Medievales*, v. 51, n. 1, p. 29-72, 2021. DOI: 10.3989/aem.2021.51.1.02.

VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar. Una vida en el camino: el viaje diplomático y sus peligros. In: CARCELLER-CERVIÑO, María del Pilar (coord.). *Viajes y viajeros en la Edad Media*. Madrid: La Ergastula, 2021. p. 63-84.

VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar. *Embajadores castellanos en el III Concilio de París (1398): un informe diplomático inédito*. *Historia Medieval*, n. 36, p. 1263-1966, 2023. Espacio, Tiempo y Forma. Serie III. DOI: 10.5944/etfiii.36.2023.34627

CAPÍTULO II

Refletindo em torno do papel diplomático das rainhas de Portugal (séculos XII a XV)

Manuela Santos Silva

Aos eventuais leitores deste ensaio devemos deixar o aviso de que a utilização que faremos do termo “diplomacia” e dos seus derivados poderá ser considerada abusiva para a época sobre a qual vamos incidir a nossa reflexão. No entanto, os historiadores atuais têm utilizado o termo, bem como outros que definem a forma de levar a cabo o que hoje chamamos de “relações internacionais”, porque não temos palavras ou expressões correspondentes para uma época em que esses contactos se faziam de forma tão diferente da nossa, e tendo como enquadramento situações tão diversas das que hoje existem.

De facto, a ligação íntima que se estabelecia entre o rei guerreiro e conquistador e a região que obtivera por meio do seu labor ou por herança dos seus antecessores levava a que tivesse uma conceção patrimonial do reino que explica a tradição de deixar o território a todos os seus filhos e filhas, mesmo que os quinhões legados fossem diversos e se não concedesse a todos o mesmo tipo de autoridade e

ofício¹. Na Península Ibérica dos séculos XI e XII, tal aconteceu com frequência. Mas, mesmo depois de se tornar habitual que apenas um dos filhos herdasse a dignidade régia e o território correspondente², o monarca continuava a dispor dos seus filhos, irmãos ou outros parentes para estabelecer matrimónios com membros de famílias reais de reinos vizinhos ou mais longínquos, criando laços de parentesco que se pretendia que fossem consolidar os Tratados e Pactos de Aliança e Amizade firmados entre reinos³. No cumprimento dessas premissas, ganhava especial importância o matrimónio do filho herdeiro, e por outro, a busca de casamentos interessantes do ponto de vista político para as filhas.

As infantas nunca casavam com pretendentes de estatuto inferior ao seu e eram “colocadas” em famílias reais ou ducais, cuja valia para o seu próprio reino de origem se revelava útil⁴. Protagonizavam, assim, o que a antropologia chama de “circulação de mulheres”,

-
- 1 SHADIS, Miriam. Unexceptional Women: power, authority and queenship in Early Modern Portugal. In: TANNER, H. J. (ed.). *Medieval Elite Women and the exercise of power: 1100-1400*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2019, p. 247-270, p. 248-249; FERREIRA, Maria do Rosário. La reine est morte: la succession politique des filles de roi aux XI^e et XII^e siècles. *e-Spania*, n. 17, fév. 2014. Disponível em: <http://e-spania.revues.org/23433>. Acesso em: 26 abr. 2022.
 - 2 O que já estava assimilado como normal pelo menos no século XIII ibérico, ver: SILVA, Manuela Santos. Regal power and the royal family in a thirteenth-century Iberian legislative programme. In: WOODACRE, Elena; DEAN, Lucinda H. S.; JONES, Chris; MARTIN, Russel E.; ROHR, Zita Eva (ed.). *The Routledge History of Monarchy*. Abingdon: Routledge, 2019, p. 70-88, p. 73-75.
 - 3 SILVA, Manuela Santos. Relações Internacionais na Idade Média: tratados de amizade, alianças dinásticas, movimentações territoriais. In: MENDONÇA, Manuela; REIS, Maria de Fátima (coord.). *Raízes medievais do Brasil moderno: do Reino de Portugal ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2016. p. 95-109.
 - 4 Praticando normalmente a *homogamia* – “les conjoints sont de même condition sociale” – ou a *hipergamia*, ou seja, “l’épouse est d’un rang supérieur à celui de son mari”. LETT, Didier. *Famille et parenté dans l’Occident médiévale, v-xve siècle*. Paris: Hachette Supérieur, 2000, p. 85.

permitindo aos reinos dos seus pais a composição de uma rede de contactos e apoios que se poderia revelar muito importante⁵.

Os membros da família envolvidos nessas alianças ficavam, então, numa situação privilegiada para, em caso de necessidade, servirem de interlocutores entre a família do seu cônjuge e a sua família de origem. No caso de se tratar do enlace do rei com a filha de um outro monarca, o papel da consorte vinda de um outro reino ganhava maior importância. Embora tradicionalmente não se tenha dado relevância historiográfica ao papel das rainhas como embaixadoras, ou, pelo menos, intervenientes, nas negociações entre o seu país de adoção e outros reinos, nomeadamente, o de origem, não é difícil encontrar vestígios de ações desse tipo desempenhadas por muitas delas. Os episódios que sempre conheceram mais relevância reportavam-se, normalmente, a momentos de grande importância político-militar entre reinos, aparecendo as rainhas como “pacificadoras” entre o marido e o pai, não quebrando, desse modo, a tradicional capacidade de atuação cingida à esfera familiar. Mas não é, assim, de admirar que se conheça por parte de muitas um papel de relativa importância do ponto de vista diplomático, uma vez que, pelo conhecimento da língua, pelas relações pessoais e afetivas que mantinham com quem governava o reino onde tinham nascido – o seu pai, o seu irmão, um seu primo etc. –, eram interlocutoras privilegiadas em matérias de algum melindre, embora também houvesse, por vezes, da parte de algumas senhoras, o recurso às suas relações familiares para enfrentar os maridos quando, por alguma

5 Não era raro que dois reinos – como Portugal e Castela em várias ocasiões – resolvessem que “de uma assentada uma infanta portuguesa casaria com o futuro rei de Castela e uma infanta castelhana casaria com o futuro rei de Portugal” (Sousa, Bernardo Vasconcelos e. *D. Afonso IV*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 22).

razão, se sentiam desconsideradas ou mesmo maltratadas por parte dos cônjuges e das suas famílias e reinos de adoção⁶.

Na realidade, nem sempre o papel que desempenhavam se pode considerar estritamente diplomático e, mesmo quando o era, a sua visibilidade não saía normalmente da sombra, exceto em casos quase excepcionais. Porém, parece-me de relevância notar também que, mesmo longe dos reinos de nascimento e onde tinham passado a infância, pelo menos – aos quais, na maior parte das vezes, não regressavam –, as rainhas não deixavam de se manter a par do que se passava com os seus parentes, sobretudo quando sobrevinham tempos inquietos.

O estatuto de rainha nos reinos medievais da Península Ibérica

Se a ligação entre a natureza do rei conquistador e a tendência para legar o seu território aos descendentes como se se tratasse de património próprio se compreende facilmente, levando à hereditariedade do ofício monárquico, essa mesma realidade também origina outra tradição – quiçá obrigação – de levar, pelo menos, o herdeiro do trono a procurar uma consorte num outro reino vizinho ou distante. É que é mais uma vez a conceção patrimonial do reino que a isso leva, partindo da premissa de que a aliança e a amizade entre os cônjuges reais e as suas famílias também são extrapoláveis para os reinos que através deles ficam unidos.

Naturalmente que essa conceção de simbolizar no casal real – e não só no rei – o próprio reino e a sua continuidade só se começa

6 RODRIGUES, Ana Maria S. A. Infantas e Rainhas: garantes de paz, pretextos para guerras. In: *A Guerra e a Sociedade na idade Média. VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais. Actas II*. Porto de Mós-Alcobaça-Batalha: Campo Militar de S. Jorge (CIBA), p. 39-59, 2009. Como veremos, a rainha D. Maria de Portugal, casada com Afonso XI de Castela, de quem falaremos daqui a pouco, protagonizou ambas as situações.

a teorizar no momento em que a maior parte dos reinos já praticavam a hereditariedade do ofício de rei. É essa circunstância que, na realidade, dá às consortes dos reis um papel na instituição da monarquia que anteriormente – quando o rei era escolhido por eleição – não tinham⁷: o de mães dos descendentes reais e dos seus sucessores⁸. Coincidindo com uma generalização dos conceitos moralizantes cristãos, a magna obra *Las Siete Partidas*, de Afonso x, rei de Castela e Leão (1252-1284), já só concebe que o título de *Infante* – utilizado na Península Ibérica para designar os filhos de rei – possa ser dado aos nascidos do rei e da sua rainha⁹, não incluindo todos os filhos naturais ou bastardos que este pudesse ter. E, decorrendo dessa mesma ideia, retoma-se o que vinha já previsto na legislação romana: que só os filhos nascidos dentro do casamento pudessem herdar os bens deixados pelo casal, estabelecendo, assim, uma dicotomia profunda entre filhos legítimos e ilegítimos¹⁰.

Todas essas novidades trazidas, quer pelo renascimento do interesse pela legislação romana revista pelo Imperador cristão Justiniano no século vi, quer pela própria moralização dos costumes segundo os mesmos parâmetros religiosos, terão como consequência uma elevação da importância do papel da mulher do rei e obrigarão a uma cuidadosa pesquisa por entre todas as famílias adequadas,

7 No código visigodo do século vii – ver: SCOTT, Samuel Parson (ed.) *The Visigothic Code (Forum judicum)*. Boston: The Boston Book Company, 1910) – e na sua versão castelhana, datada de 1241 – ver *Fuero Juzgo ó Recopilacion de las Leyes de los Wisigodos Españoles*. Madrid: Por Don Isidro de Hernandez Pacheco, 1792. –, a mulher do rei e os filhos do rei não têm estatuto dentro da monarquia.

8 *Las Siete Partidas del Rey Don Alfonso El Sabio cotejadas con varios códices antiguos*. v. 1 (Espéculo). Madrid: La Real Academia de la Historia, 1807, Libro II, Títulos II, III, IV.

9 *Las Siete Partidas del Rey Don Alfonso El Sabio cotejadas con varios códices antiguos*. v. 2 (Segunda Partida). Madrid: La Real Academia de la Historia, 1807, Título VII.

10 KARRAS, Ruth. *Unmarriages: women, men, and sexual unions in the Middle Ages*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2012, p. 16-17.

quando se tratar de escolher uma consorte para qualquer dos filhos e, sobretudo, para o sucessor do rei. Torna-se, assim, essencial, que a consorte régia seja também ela de estirpe semelhante e que traga mais valias para a família do seu marido¹¹.

Assim, embora não seja, de modo algum, obrigatório, torna-se frequente a utilização do casamento do herdeiro ou do rei com a filha de um monarca doutro reino de modo a que, através dessa união, se torne um aliado provável, ou, em casos decorrentes de guerra – geralmente com reinos vizinhos –, se evite a continuação das hostilidades, através de um ou mais casamentos entre as famílias reais de ambos os reinos¹².

Por que deviam os reis casar-se com filhas de outros monarcas?

O reinado de D. Fernando, rei de Portugal entre 1367 e 1383, foi fecundo no estabelecimento de múltiplos compromissos matrimoniais quer para o rei, que tinha subido ao trono quando ainda era solteiro, quer – mais tarde – para a sua única filha legítima, Beatriz. Esses compromissos eram consequência dos pactos e tratados que o rei ia assinando, quer com o seu arqui-inimigo e vizinho reino de Castela, quer com os eventuais aliados internos ou externos à Península Ibérica. As diversas situações foram relatadas na chamada “Crónica de D. Fernando” redigida por Fernão Lopes no século seguinte e permitem-nos avaliar as reações manifestadas pelos diversos grupos sociais perante as várias hipóteses de casamento que se apresentavam ao seu rei e perante as escolhas que este optava por fazer. O episódio mais detalhadamente descrito, e que mais

11 *Las Siete Partidas*, op. cit., v. II, Título VI, Ley I.

12 RODRIGUES, Ana Maria S. A. Casamentos régios na Idade Média: um feixe de problemas. In: RODRIGUES, Ana Maria S. A.; SILVA, Manuela Santos; FARIA, Ana Leal. *Casamentos da Família Real Portuguesa: diplomacia e cerimonial*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2016, v. I., p. 35-56, p. 38-41.

movimentou a sociedade das principais cidades portuguesas, foi o da decisão tomada por D. Fernando de renegar o acordo prévio estabelecido com o rei Enrique 11 de Castela de casar com a sua jovem filha Leonor e, em vez disso, sem aparentemente prestar atenção às consequências que daí adviriam, celebrar matrimónio com D. Leonor Teles, que não pertencia a qualquer família régia, embora fosse aparentada com muitos importantes nobres peninsulares.

As relações entre Portugal e Castela encontravam-se muito deterioradas desde que chegara ao trono de Castela o meio-irmão do rei Pedro 1, depois da morte deste às suas mãos. D. Fernando tomara posição como defensor legitimista do antigo rei e, segundo o historiador Peter Russell, em resposta à solicitação de um grande número de *emperogilados* – antigos partidários de D. Pedro 1 de Castela – D. Fernando aceitara a coroa castelhana para ele próprio durante uma investida que fizera na Galiza.¹³ Tal atitude viria, naturalmente, a iniciar um complicado período bélico e diplomático entre os dois reinos, de que viria a fazer parte o compromisso de casamento entre o rei de Portugal e a filha do rei castelhano, como complemento de um tratado de paz assinado em Alcoutim em 31 de março de 1371.

No entanto, narra o cronista Fernão Lopes, algum tempo depois, durante a reunião das Cortes de Castela em Touro, chegaram notícias sobre o casamento do rei de Portugal com uma fidalga portuguesa “que chamavom Dona Lionor Tellez de Meneses”.¹⁴ Temendo represálias pelo não cumprimento dos sponsais que já realizara com a infanta Leonor de Castela, D. Fernando pedia a D. Enrique “que nom ouvesse por nojo de el nom poder casar com sua filha”, pois pretendia “ficar e seer seu amigo” e manter os compromissos

13 RUSSELL, P. E. *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000, p. 179.

14 LOPES, Fernão. *Crónica de D. Fernando*. Porto: Livraria Civilização, [s.d.], p. 157.

de devolver a Castela algumas vilas e lugares que havia conquistado na campanha militar anterior. E o rei de Castela, perante a sua boa vontade, de momento, aceitou a oferta, impondo, naturalmente, mais algumas condições.

Em Portugal, porém, as reações foram mais exacerbadamente contra esse casamento. D. Leonor Teles fora casada com D. Lourenço da Cunha, vassalo do rei, e só por anulação do matrimónio pudera se consorciar com o rei, e não era de família real, pelo que não traria ao reino qualquer benefício. E o cronista explica que D. Fernando:

[...] nom prestou razões que lhe sobresto falassem os de seu consselho, dizendo que nom era bem casar, com tal molher como aquella, seemdo molher de seu vassalo, e leixar taes casamentos de Iffantes filhas de Reis como achava, assi como delRei Daragom, e delRei de Castella, com tanto sua honrra e acreçemtamento do reino¹⁵.

Não tendo, porém, tais conselhos surtido qualquer efeito, Fernão Vasques comunicou ao rei em nome de todos:

[...] que eles como verdadeiros Portugueses lhe vijnham dizer, que tomasse molher filha de Rei, qual convijnha a seu estado; e que quamdo com filha de Rei casar nom quisesse, que tomasse huuma filha dhuum fidalgo de seu reino, qual sua merçee fosse, de que ouvesse filhos legítimos, que reinassem depos elle, e nom tomasse molher alhea¹⁶.

A argumentação contrária ao casamento do rei baseava-se, assim, em duas premissas de natureza diferente: a questão do casamento bígamo por parte de D. Leonor, mas, sobretudo, o facto de este matrimónio real não contribuir para a honra e o acrescentamento do reino, como sucederia se D. Fernando casasse com uma filha de rei.

¹⁵ LOPES, *op. cit.*, p. 190.

¹⁶ *Ibid.*, p. 190.

Ações diplomáticas desempenhadas por rainhas consortes e outras mulheres de poder

As razões que expusemos na Introdução deste estudo são provavelmente suficientes para que se compreendam as razões pelas quais as rainhas consortes poderiam ser encarregadas pelos seus maridos de algumas ações diplomáticas. Tendo vivido parte da sua vida no reino dos seus pais, todos eles detentores de ofícios de liderança, pertencendo por isso às famílias de elite que detinham todos os ofícios de autoridade, correspondendo-se, ou podendo fazê-lo, com quem decidia que relacionamento manter com os outros reinos, e nomeadamente com o do seu marido, muitas rainhas poderiam ser bem sucedidas em missões desse tipo, apelando a uma argumentação diversa, de carácter moralizante, religioso, político, mas também privado, e a uma ascendência comum e à comunhão de valores dela nascida. Para além disso, havia uma crescente conceção de monarquia cooperante entre o rei, a sua mulher e os seus filhos, sobretudo o mais velho, provável sucessor do monarca.¹⁷

Em Portugal, o mesmo monarca Fernando de quem estivemos a falar, legislando em 13 de setembro de 1375 sobre Direitos Reais inalienáveis da pessoa do rei, obrigava todos ao cumprimento do que fora decretado, incluindo os grandes do reino, mas abria uma exceção para a rainha:

E isto que aqui havemos ordenado, nom entendemos, nem é nossa tenção de fazer prejuízo, nem tirar à rainha minha molher, que tem parte do regimento do reino, e do Estado, que nos DEOS deu, jurisdições, e quaisquer direitos, que lhe fossem dados, e outorgados, de que ela use, e pode usar nas Vilas, e Terras, e Lugares, que ela haja, e tenha per qualquer

17 SILVA, Manuela Santos Silva. *Filipa de Lencastre: a rainha inglesa de Portugal*. Lisboa: Temas & Debates, 2013, p. 159, p. 221-230.

maneira; mais queremos, e mandamos, que os aia, e tenha, e use deles como lhe foram, e som outorgados¹⁸.

Maria de Portugal (1328-1350), filha de Afonso IV, mulher de Afonso XI de Castela

O chamado “Episódio da Formosíssima Maria” do poema *Os Lusíadas* de Luís Vaz de Camões¹⁹, muito conhecido, raramente foi utilizado, do ponto de vista histórico, como um bom exemplo do exercício de funções diplomáticas por parte de uma rainha consorte. No entanto, esse relato da intervenção de D. Maria de Portugal, rainha de Castela, junto de seu pai Afonso IV para que se juntasse ao genro na que seria chamada Batalha do Salado (30 de outubro de 1340)²⁰ contra os muçulmanos, ganha ainda mais importância quando se tem em conta todo o historial do relacionamento entre o rei Afonso XI de Castela e a sua mulher e, por conseguinte, com o sogro Afonso IV de Portugal com quem mantivera um estado de guerra entre 1336-1339²¹. Curiosamente, o poema cala a intervenção papal, ativa durante todo esse período, no sentido de fazer cooperar ambos os reis na luta contra os muçulmanos, e centra a negociação entre filha e pai, transformando-a num assunto de família e até pessoal.

Entrava a formosíssima Maria
Pelos paternais paços sublimados,
Lindo o gesto, mas fora de alegria,
E seus olhos em lágrimas banhados;
Os cabelos angélicos trazia

18 BALEIRAS S. CAMPOS, Isabel Maria Garcia de Pina N. *Leonor Teles, uma mulher de poder?* 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008, p. 44.

19 Localizado no Canto III, a partir da estrofe nº 102.

20 Narrado em diversas fontes cronísticas e, de forma muito detalhada, no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* 21G15, inserido em: MATTOSO, José. *Narrativas dos Livros de Linhagens*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, p.127-142.

21 RODRIGUES. *Infantas*, op. cit., p. 39-59.

Pelos ebúrneos ombros espalhados:
Diante do pai ledado, que a agasalha,
Estas palavras tais, chorando, espalha:

Quantos povos a terra produziu
De África toda, gente fera e estranha,
O grão Rei de Marrocos conduziu
Para vir possuir a nobre Espanha:
Poder tamanho junto não se viu,
Depois que o salso mar a terra banha.
Trazem ferocidade, e furor tanto,
Que a vivos medo, e a mortos faz espanto.

Aquele que me deste por marido,
Por defender sua terra amedrontada,
Co'ò pequeno poder, oferecido
Ao duro golpe está da Maura espada;
E se não for contigo socorrido,
Ver-me-ás dele e do Reino ser privada,
Viúva e triste, e posta em vida escura,
Sem marido, sem Reino, e sem ventura.

Isabel de Portugal, duquesa da Borgonha (1430-1471), mulher de Filipe III, duque da Borgonha

Um caso bem estudado que revela uma especial intervenção política por parte de uma mulher de poder é o de Isabel de Portugal, que desempenhou de forma frequente o ofício de procuradora de seu marido, em negociações de paz entre a França e a Inglaterra no século xv, em que o Ducado da Borgonha desempenhava funções de moderador. Monique Sommé, biógrafa de Isabel²², concluiu que a delegação de poder que o seu marido lhe confiava se apresentava de forma totalmente diferente das que ele usara relativamente às suas

22 SOMMÉ, Monique. *Isabelle de Portugal, Duchesse de Bourgogne: une femme au pouvoir au xve. Siècle*. Septentrion: Presses Universitaires, 1998.

duas esposas anteriores, pela ausência total de restrições que lhe impunha, tornando-a tão poderosa quanto ele próprio. Aproveitando o parentesco de Isabel com a dinastia reinante dos Lancaster em Inglaterra (1399-1471), o duque Filipe III considerava que “não há alguém mais digno de confiança nem mais adequada ao ofício do que a sua muito cara e amada companheira, a duquesa”, permitindo que ela o representasse ainda nas negociações com França e com a casa de Anjou e ainda com Génova, Aragão e Portugal, naturalmente²³.

A mesma historiadora Monique Sommé compilou, num volume intitulado *La correspondance d'Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne (1430-1471)*, um impressionante número de cartas (254) escritas e recebidas por Isabel, enquanto duquesa da Borgonha, algumas das quais poderão confirmar esta sua importante faceta diplomática²⁴. Escolhemos trazer-vos uma missiva escrita por Isabel em 1435 ao seu irmão Duarte, rei de Portugal, sucessor do pai de ambos, João I, que também vem publicada no chamado *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte ou Livro da Cartuxa*. Tendo como título “*Trelado d' huma carta que me screveo a duquesa*”, a epístola consiste, nada mais, nada menos, do que num relato de sua irmã Isabel, na primeira pessoa, de todos os acontecimentos que tinham ocorrido em Arras, Ducado da Borgonha, nesse mesmo ano de 1435, por ocasião da assinatura de um tratado entre a França e a Inglaterra, tendo por intermediários precisamente os duques. E explica D. Isabel logo no primeiro parágrafo da sua epístola: “Muyto Honrrado e Poderoso senhor porque sey que uos prazera saber o que se tratou em este conselho e Ruy borjes non poderja tudo bem reter uos escreuo em

23 *Apud* SOMMÉ, Monique. Les délégations de pouvoir à la duchesse de Bourgogne Isabelle de Portugal au milieu du xve siècle. In: *Les princes et le pouvoir au Moyen Age. xxiii^e congrès (Brest, 1992)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1993, p. 285-301: “personne n'était plus digne de confiance ni plus agréable à ses sujets que sa très chère et très amée compaigne la duchesse”.

24 SOMMÉ, Monique (ed.). *La correspondance d'Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne (1430-1471)*. Ostfildern: J. Thorbecke, 2009.

soma o que se fez”²⁵. Ou seja, a duquesa sentiu necessidade de ser ela própria a descrever os acontecimentos ao seu irmão rei, por não confiar nas capacidades de memória – e quem sabe de discernimento – do enviado de Portugal à conferência a que ela própria e seu marido tinham presidido.

Filipa de Lencastre, filha dos Duques de Lancaster John e Blanche, mulher de João I, rei de Portugal

Mas será na única inglesa que foi rainha de Portugal – conhecida como Filipa de Lencastre (corruptela de Lancaster) – que concentraremos a nossa atenção, tentando reconstituir os momentos em que foi chamada, ou quis interferir, em situações políticas interessadas na sua opinião e ação conciliadoras. E, apesar da dificuldade em descobrir fontes para o efeito, pudemos confirmar que a sua influência política, diplomática e informal foi múltipla e geograficamente diversa.

Correspondência com os familiares em Inglaterra

Conhecem-se desde 1940, quatro cartas escritas por D. Filipa de Lencastre a figuras gradas da sociedade inglesa, pertencentes à sua família. Também é do conhecimento público uma única epístola que lhe veio dirigida por um parente num momento conturbado da História de Inglaterra²⁶.

Para além dessas missivas, chegaram-nos dez cartas enviadas para o rei português por Richard II entre janeiro de 1387 e 19 de

25 DIAS, João José Alves Dias; MARQUES, A. H. de Oliveira; RODRIGUES, Teresa F. (ed.) *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (livro da Cartuxa)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982, p. 97-99.

26 ENTWISTLE, W. J.; RUSSELL, P. E. A Rainha D. Felipa e a sua corte. In: *Congresso do Mundo Português*: publicações. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, 1940. v. II, p. 339-346.

outubro de 1393²⁷ e cinco escritas por João I de Portugal ao rei e a outras instâncias de Inglaterra no reinado de Henry IV, três delas, aliás, em torno do assunto do casamento da filha natural do primeiro com o conde de Arundel²⁸. Curiosamente, não existem vestígios de correspondência trocada entre o duque de Lancaster e Filipa²⁹.

Da correspondência de Filipa com Inglaterra em tempos de Richard II, detetamos um grande empenho em olhar por aqueles que, tendo estado ao seu serviço em Portugal, haviam regressado ao reino de origem. Foi o caso de Adam Davempport, que viera para a Península Ibérica como capelão dos Lancasters e aqui ficara por oito ou nove anos desempenhando funções de chanceler da rainha. Desejando regressar ao reino natal para passar os seus últimos dias – como acontece com qualquer um que está fora do seu país, comenta a rainha³⁰, – mas não tendo em Inglaterra quaisquer benefícios, D. Filipa pedia ao seu primo que ele próprio lhes concedesse³¹, no que lhe faria muita honra e prazer.

27 PERROY, Edouard (ed.). *The Diplomatic Correspondence of Richard II*. London: Offices of the Royal Historical Society, 1933, [73], p. 47-48; [87], p. 56-57; [109], p. 72-73; [135], p. 91-93; [144], p. 97-98; [180], p. 126-127; [195], p. 140-141; [196], p. 141-142; [197], p. 142-143.

28 HINGESTON, Rev. F. C. (ed.). *Royal and Historical Letters during the reign of Henry the Fourth King of England and France and Lord of Ireland*. London: Longman, Green, Longman, and Roberts, 1860, v. I. (A. D. 1399-1404), [LXXII], p. 191-4; [LXXXII], p. 228-229; HINGESTON, Rev. F. C. (ed.). *Royal and Historical Letters during the reign of Henry the Fourth King of England and France and Lord of Ireland*. v. II (A.D. 1405-1413). London: Her Majesty's Stationery Office, 1965, [CLXXXIX], p. 83-86; [CXC], p. 87-91; [CXCI], p. 92-95.

29 RUSSELL, *op. cit.*, p. 581.

30 “nien meins come chescun esteant hors de son propre paijs de naturelle inclination, desire de resorter a ycelle, il ad tresgrand desir [...] de fere ses darreins jours en vostre tresnoble terre d'Engleterre”: LEGGE, M. Dominica (ed.). *Anglo-Norman Letters and Petitions from All Souls Ms.182*. Oxford: Blackwell, 1940, [28], p. 73-74.

31 “vous supplie, mon tresgracieux seigneur, le plus effectuellement que je saye ou puisse que mon dit clerc veuilliéz avoir especialment recommandéz et de vostre bonteuse noblesse lui doner le premiere benefice que apartiendra a vostre

A rainha de Portugal dirigia-se a Richard II de forma cortês e delicada, mas não deixava de insinuar intimidade, dizendo-se desejosa de saber novidades³². Também dava ela própria notícias da sua família que, deduzia, seriam recebidas com satisfação pelo primo. Informava-o de que, à data do envio da carta, o marido e os quatro filhos se encontravam bem de saúde.

Da parte da rainha o interesse na manutenção dos laços afectivos com o irmão era ainda mais forte. Na única carta que nos chegou, escrita do seu punho a Henry IV, Filipa mantém o tom respeitoso – “Muito alto e muito poderoso príncipe”³³, mas acrescenta “meu especialmente bem-amado irmão”, recomendando-se humildemente de todo o seu coração à sua alta nobreza. Diz-se ansiosa por saber notícias sobre a saúde e sucessos do irmão e certa de que este também quererá saber que o rei de Portugal, seu cunhado, todos os seus sobrinhos e irmã se encontram igualmente bem³⁴.

donison convenable pour son estat, parmy quel el pourra le plus honorablement soy meinteigner”: *Ibid.*

32 “Trespouissant Prince, mon treshonuré et tresredoubté seigneur, je me recomand a vous le plus entièrement que say ou puisse, de trestout mon cuer desirante de vous et de vostre treshaute roial estat d'oier et savoir bones et gracieuses nouvelles, desquelx je pri a Dieu q'il me lesse toudiz avoir si bones come mon cuer desir ou come vous saveréz mesmes miex deviser, a la tresp parfaite léésce et souveraigne confort de moy”: *Ibid.*

33 ENTWISTLE ; RUSSELL, *op. cit.*, p. 22: “Tres haut et très puissant prince”.

34 “Sovereynement desirant doier et souvent savoir de Vostre estat et santié et en especial de la prosperitee de Vostre tres gentil persone si bons plesantes et joieuses nouvelles come vous mesme tres noble prince meulx les savez deviser ou en ascune manière souheider pur vostre sovereyn ease et confort. Et pur ce que je suy certeine que vous tres volontiers en oirez semblablement decea Vous signifie que le Roy mon Seigneur soverain tous mes enfans vos entiers nepveuz que tous tdis se recomandent tres humblement a vous et moy leur miere Vostre entiere suer al feisance dycestes estioms tres tous seins et hettez de corps Regracioms nostre Createur que tousjours vous veulle mentenir en honeur et prosperitee selon Vostre desir”: *Ibid.*

As cartas que a rainha de Portugal dirigiu aos seus primos Thomas Arundel, arcebispo de Cantuária, e Henry, bispo de Norwich, datam do ano de 1399 e respeitam a uma conjuntura de mudança relativamente ao governo de Inglaterra, envolvendo seus familiares muito próximos. Filipa utilizou a sua influência no sentido de apaziguar alguns conflitos entre pessoas que lhe eram caras.

Henry Despenser, bispo de Norwich, caíra em desgraça aos olhos do irmão de Filipa, Henry, que lutava contra o primo Richard II pelo trono de Inglaterra. Em carta destinada ao arcebispo de Cantuária, Thomas Arundel, Filipa pede-lhe que a secundasse nos esforços que fazia no sentido de tentar que o irmão perdoasse o bispo de Norwich, pois o conflito entre ambos trazia-a muito preocupada. As diligências da rainha portuguesa chegaram certamente ao conhecimento do seu primo Henry Despenser, que, em carta dirigida a Filipa, agradece-lhe não só a intermediação que fizera a seu favor em diversas instâncias, como o facto de ter intercedido junto do irmão para que o perdoasse, como ainda a carta que lhe escrevera e enviara por uma das donzelas da sua casa – Elizabeth Elmham – tentando transmitir-lhe alento. O bispo Despenser confessava-se muito debilitado em termos de saúde, embora aliviado pelas notícias que lhe tinham trazido da sua régia prima.

A expressão da familiaridade entre os correspondentes mantém-se essencial. Filipa chama a Thomas Arundel *Reverendo pai em Deus*, mas também muito caro e amado primo, saudando-o de coração e querendo ser informada sobre como ele passava³⁵. O mesmo tratamento é dirigido a Henry Despenser, bispo de Norwich, que também classifica como muito caro e especialmente bem-amado

35 “nous vous saluons d’entier coer, en desiderantz toutdis d’oier et savoir continuallyment bones nouvelles de vous et de vostre honorable estat, liquel li tout puisant toutz jours veulle meinteignere et gardere en honure et prosperité”: LEGGE, *op. cit.*, [287], p. 347.

primo³⁶. Este último, porém, em missiva dirigida à rainha, em manifestação de gratidão, é bem mais respeitador, evitando a alusão ao parentesco entre ambos, exceto na parte final da carta em que, despedindo-se, se classifica como “vosso muito humilde capelão e orador [...] e se vos praz, vosso primo se disso sou digno”³⁷.

Cronologicamente a última carta desse conjunto foi escrita pela rainha de Portugal ao mesmo bispo de Norwich. Por ela ficamos a saber que o agradecido primo tinha enviado a Filipa, por meio de dois portadores – o tesoureiro Thomas Payn e o arauto Arundel – panos de Rheims e de lã, bem como umas pequenas malas ou bolsas de mão, que a rainha muito apreciara. Deduzimos, portanto, que a intervenção da rainha junto do irmão tinha surtido algum efeito, tal como já sucedera em época anterior – em 1393 – quando, por pedido da prima, Richard II tinha concedido perdão a um empregado do posto alfandegário de King’s Lynn, acusado do homicídio de um barqueiro³⁸.

Filipa de Lancaster tinha, assim, a noção de que, mesmo de longe, podia mudar o desenvolvimento de algumas situações e que, ocorrendo dentro da sua esfera familiar e de conhecimentos, tal intervenção lhe competia. Para isso também terá contribuído o constante vaivém de ingleses e de portugueses entre os dois reinos que permitia que a rainha se mantivesse a par de tudo o que se passava com os seus na sua ilha natal.

Mais tarde, reinando já o seu irmão Henry em Inglaterra, a rainha de Portugal “propôs [...] cimentar as relações entre as duas

36 “Reverent père en Dieu, mon treschier et tresenterement bien amee cousin, je vous salue tressouvent et du cuer”: *Ibid.*, [307], p. 372.

37 *Ibid.*, [297], p. 360-361: “Tres excellente et tresredoubté, tres gracieuse et ma souveraigne dame, je me recomand a vostre tres hautisme nobleie aussi humblement et obessamment come ascun loial coer en ascun manere sciët ou pluis puist [...]. Vostre tres humble chapellain et orateur Henry Evesque de Norwicz, et si plesire vous soit, vostre cousin si j'estoy digne”.

38 RUSSELL, *op. cit.*, p.580.

cortes” – inglesa e portuguesa – através da realização de um casamento anglo-português³⁹. Combinado entre os dois irmãos reais⁴⁰, o matrimónio visava unir Beatriz – uma filha natural do rei de Portugal, nascida provavelmente por 1380⁴¹ – e Thomas Fitzalan, primo dos Lancasters, recentemente empossado do Condado de Arundel, grande apoiante do novo rei de Inglaterra⁴².

As negociações não deixaram, porém, de ser complexas. O casamento obrigou a realizar muitas ações diplomáticas e trocas de missivas entre Filipa e o seu irmão, João I, e o cunhado, e ainda a intervenção de outros negociadores⁴³. Depois de largos meses de negociações cruzadas, a 26 de novembro de 1405, em Lambeth⁴⁴, perto de Londres, estando presente o irmão de Beatriz, Afonso,

39 *Ibid.*, p. 582.

40 A Rainha Filipa reconhece numa carta que escreveu ao seu irmão em 4 de novembro do mesmo ano: “que vous le savez bien qu’il (le Comte d’Arundel) est ore mariee nom pas, par son proper movement, mes eins par votre comandement en partie, a l’instance de moi”: HINGESTON, *op. cit.*, v. II, p. 99; RUSSELL, *op. cit.*, p. 582.

41 MARQUES, A. H. de Oliveira. LENCASTRE, D. Filipa de (1360-1415). In: SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1981. v. III, p. 479-480.

42 GOODMAN, Anthony. *A History of England from Edward II to James I*. New York, Longman, 1972, p. 204; “Most of the rest of his life was passed fighting against the domestic and foreign enemies of the house of Lancaster”: MC FARLANE, K. B. *Lancastrian Kings and Lollard Knights*. Oxford: Clarendon Press, 1972, p. 65.

43 SILVA, Manuela Santos. O casamento de D. Beatriz (filha natural de D. João I) com Thomas Fitzalan (Conde de Arundel) – paradigma documental da negociação de uma aliança. In: FARIA, Ana Leal; BRAGA, Isabel Drumond. *Problematizar a História, Estudos de História Moderna em Homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata*. Lisboa: Caleidoscópio; Centro de História da Universidade de Lisboa, 2007. p. 77-91.

44 WALSINGHAM, Thomas. *Chronicon Angliae, ab Anno Domini 1328 usque ad annum 1388*. London-Oxford-Cambridge-Edinburgh-Dublin: Longman & Co., Trubner & Co., Parker & Co., Macmillan & Co., A & C. Black, A. Thom, 1874, v. II, p. 272; SOUSA, D. António Caetano de. *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra: Atlântida, 1947, t. I, p. 391.

conde de Barcelos, foi o próprio rei de Inglaterra Henry IV⁴⁵ que a entregou a seu marido Thomas Fitzalan, conde de Arundel, na presença de alguns dos principais magnates do reino⁴⁶ e perante o Arcebispo de Cantuária, primaz de Inglaterra.

O feliz sucesso de mais essa iniciativa levou Peter Russell a “extrair bons argumentos para sustentar a tese de que terá sido por ação da personalidade da rainha que a ligação entre a Inglaterra e Portugal evoluiu para além de uma formal aliança militar e comercial”⁴⁷.

Portugal e Castela

Sem que haja indícios de uma ação individual direta por parte de Filipa, as tréguas e a assinatura da paz com Castela que foram conseguidas no reinado de seu marido muito deveram aos esforços de Catalina de Lancaster, sua meia-irmã, como o reconhece o nosso cronista Fernão Lopes: “Esta Rainha dona Caterina, sendo seu

45 “Et ulterius praefatus Reverendissimus in Christo Pater, Dominus Thomas, Cantuarensis Archiepiscopus praedictus, publice etiam interrogavit. – Quis dabit et praesentabit istam nobilem Dominam Beatricem praefato Domino Thomae, Comiti Arrondelliae, Surriae, et Warrenniae, matrimonialiter fore copulandam? Et tunc in continenti praefatus excellentissimus in Christo Princeps, Dominus Henricus, Rex Angliae et Franciae praedictus, respondit quod ipse, *qui vices Patri sui* quod eam in ea parte gerere volebat, praefatam Dominam Beatricem saepe dicto nobili Domino, Domino Thomae, Comiti Arrondelliae, Surriae et Warrenniae, matrimonialiter fore conjugendam, coram praefato Reverendo in Christo Patre, Domino Thoma, Archiepiscopo praedicto realiter exhibuit, et ipsam sibi cum magna solemnitate praesentavit”: *Ibid*.

46 “in strenuissimi Principis Domini Henric, Principis Walliae, filii sui [Dominus Henricus], et nobilium Dominorum, Edwardi Ducis Ebor, Edmundi Comitis Kantiae, Ricardi Comitis Warrewitiae Alphonsi Comitis et filii magnifici et potentis Principis Joannis Dei Gratia Regis Portugalliae et Algarbiorum, aliorumque Dominorum et Militum, in multitudine copiosa ibidem personaliter existentium, ac discretorum virorum magnorum Martini de Sensu Legum Doctoris, Henrici Vuare, utriusque juris inceptoris, et Willielmi Milton, in legibus Baccalaurei”. *Ibid*.

47 RUSSELL, *op. cit.*, p. 583.

marido vivo, trabalhava muito com elle que ouvese boa paaz e amizade com dom Joham Rey de Purtuguall, casado com sua irmãa”⁴⁸. Não é difícil adivinhar, pelos indícios que nos são apresentados, que as iniciativas tomadas pela rainha de Castela e regente na menoridade do filho herdeiro do trono eram muitas vezes previamente concertadas, através de correspondência que não conhecemos, com a sua irmã Filipa.

De facto, diz-nos Fernão Lopes que, em vida de seu marido, D. Catalina tentava convencê-lo a desistir das ambições sobre Portugal, uma vez que a sustentação de tais aspirações era frágil e carecia de base legal segura⁴⁹. Mas o alcance de uma paz duradoura entre os dois reinos era retardado por exigências de parte a parte.

Castela exigia compensações de Portugal pelos danos da guerra, tal como Portugal de Castela, aliás, mas pretendia ainda do seu potencial futuro aliado indemnizações que os nobres portugueses, que se haviam aliado aos reis castelhanos, exigiam pelos bens que lhes haviam sido expropriados em Portugal. Além disso, pretendia-se vincular uma certa quantidade de navios da frota portuguesa à ajuda permanente a Castela, sobretudo na luta entretanto iniciada por este reino contra Granada. Esses pontos foram os principais responsáveis pelo arrastamento das negociações de paz até 1411.

Isso, apesar de tais conversações terem sido conduzidas desde 1408 por Catalina, com uma óbvia intenção de encontrar soluções que pudessem resolver o contencioso entre os dois reinos. Depois da morte de Enrique III, quer a regência quer a tutela do jovem rei Juan II ficaram entregues à rainha viúva e ao seu tio Fernando, depois de um contencioso no qual o monarca de Portugal sempre mostrou estar do lado da cunhada⁵⁰.

48 LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1983, v. II. p. 412.

49 *Ibid.*

50 *Ibid.*, p. 437.

Ambos os regentes estavam interessados em chegar a um entendimento com D. João I. O infante D. Fernando tinha dois objetivos principais em vista. Um deles era a preparação de uma campanha militar decisiva contra o reino de Granada, na qual pretendia envolver a força naval portuguesa, como já vimos. Por outro lado, Fernando apresentava-se como um forte candidato ao trono, se bem que se lhe opusessem vários outros pretendentes credíveis ao trono de Aragão. Devido ao seu empenho em ganhar tal importante corrida, convinha-lhe que cessassem as hostilidades com Portugal, que até lhe poderia servir de aliado⁵¹.

Não deve ter sido, assim, particularmente difícil a Catalina assumir a direção das negociações com Portugal, oferecendo-se como medianeira entre João I de um lado e o conselho real castelhano e o infante D. Fernando do outro⁵².

Os cronistas Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara constituem-se como as principais fontes para a história do processo de paz, dando grande destaque ao enorme desejo da rainha de Castela em pacificar as relações políticas entre o seu reino e o de sua irmã e cunhado⁵³. Nas cartas transcritas por Fernão Lopes, evidencia-se a expressão dos afetos entre as duas famílias:

Muy cara e mui amada a que com todo nosso coraçao mui inteiramente bem queremos, irmã amiga Rainha de castella e de Leom. Nos, el Rex de Purtugall e do Alguarve, vos

51 ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*. Lisboa: Editorial Escol, [s. d.], p. 21.

52 VALDEÓN BARUQUE, Julio. *Los Trastámaras: el triunfo de una dinastía bastarda*. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 2001, p. 175; “temdo desto esperto sentido, traballhou de tall guissa que o Ifamte dom Fernamdo tio del Rey e todollos gramdes do Regno do Conselho de seu filho leixaram encarguo a ella que falase no trauto da paz e iguoaldase quoaesquer cousas que a ella pertemcesem”: LOPES, *Crónica de D. João I*, op. cit., p. 422.

53 “A Rainha dona Caterina que muito desejava paaz e asesequo amtre Purtuguall e Casteella”: *Ibid*.

inviámos muito saudar, como a irmã e amiga que muito amamos e prezamos e pera que quéríamos que Deos dese tanta saúde e vida e homrra como vos mesmo desejaes⁵⁴.

Os relatos também nos vão dando conta dos protocolos reservados aos reais parentes. Uma das embaixadas enviadas a Castela pelos reis de Portugal foi muito bem recebida, com muitas honras e presentes e, quando recebida pela regente e pelos filhos, entregou-lhes as encomendas que levavam dos infantes de Portugal para as suas primas, irmãos do rei e para o infante D. Fernando, sua mulher e filhos. Seguiu-se a essa cerimónia a do beijar das mãos⁵⁵.

Apesar de tudo isso, não se apresentava tarefa fácil alcançar a paz. Queixava-se D. João I que em todos os encontros lhe tinham sido requeridas “tam desvairadas e desiguoaes cousas” que nunca tivera condições para avançar com qualquer proposta de entendimento entre as duas partes. Propunha, portanto, que a assinatura da paz não fosse condicionada por cláusulas com as quais ele não podia concordar. Mas a *paz boa e simples* que ele pretendia, malgrado a boa vontade demonstrada pela rainha de Castela, acabou por obrigar a algumas cedências. O rei de Portugal manteve-se firme na recusa em se ver obrigado por meio de um tratado a enviar dez galés e homens armados para qualquer campanha que os seus aliados cristãos quisessem levar a cabo contra os vizinhos muçulmanos de Granada. E mesmo numa das matérias mais melindrosas, a da compensação dada aos portugueses que haviam abandonado o reino e tinham, por isso, sido expropriados dos seus bens, conseguiu que ficassem excluídos os que o haviam desertado no período mais sensível – de 1383 a 1396 – fazendo João I exigência semelhante aos governantes de Castela relativamente aos seus naturais exilados em Portugal⁵⁶.

54 *Ibid.*, p.426.

55 *Ibid.*, p.430.

56 ZURARA, *op. cit.*, p. 22.

Como era habitual, à assinatura das pazes seguiram-se algumas negociações conducentes ao reforço dos laços de sangue por via matrimonial. Segundo nos informa Fernão Lopes, D. João I já tinha encetado conversações com o infante D. Fernando, futuro rei de Aragão, de modo a se estabelecerem uniões matrimoniais entre vários dos seus filhos. A rainha D. Catalina mandou, entretanto, recado ao seu cunhado para que “nos casamentos nã se tremete-se”⁵⁷. De facto, a rainha de Castela combinara com a sua irmã Filipa um encontro para acordarem casamentos entre as duas linhagens. Porém tal encontro que reuniria as duas irmãs não se veio a realizar por razões não esclarecidas⁵⁸. E assim, à data da sua morte em 1418, os objetivos primaciais da atuação de Catalina de Lancaster – afiançar e potenciar os laços de sangue com os reinos de seus irmãos – estavam ainda em grande parte por cumprir⁵⁹.

Portugal e Aragão

A assinatura das pazes de 1411 não fez diminuir a desconfiança entre os vários reinos cristãos ibéricos. Portugal empenhou-se desde essa altura na preparação da campanha militar dirigida a Ceuta, e esse esforço exigiu tais movimentações e investimentos, que não passaram despercebidos a todos os monarcas da Península Ibérica.

Os genoveses moradores na cidade de Lisboa tinham feito correr o boato de que seria a cidade de Sevilha o objetivo do ataque português. Tais rumores chegaram mesmo sob a forma de carta ao conselho do Rei e à regente D. Catalina que mandou vir a Castela uma delegação que, em nome do rei de Portugal, fez um juramento

57 LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*, op. cit., p. 445.

58 ECHEVARRÍA, Ana. *Catalina de Lancaster: Reina Regente de Castilla (1372-1418)*. Nerea: Hondarribia, 2002, p. 179.

59 *Ibid.*, p. 171, 174, 179.

sobre o compromisso de paz assumido anteriormente⁶⁰. Mas depois de Castela ter sido assegurada de que a campanha naval não se lhe dirigia, foi a vez de Aragão se sentir inseguro. Aos seus embaixadores respondeu D. João I: “Vós direis [...] a El-Rei D. Fernando, meu amigo, depois de apresentardes as minhas saudações, que ele saiba de forma segura que os meus preparativos não são contra ele, nem contra nada do que lhe pertence”⁶¹.

Mesmo assim, D. Filipa sentiu-se na obrigação de escrever também ao rei de Aragão, a quem tratou por “muy amado e muj preçado rrey d Aragom, sobrinho amigo”. Na sua mensagem, deixou bem claro que tinha visto a carta de que os seus enviados tinham sido portadores e que assistira, certamente, à audiência que o marido lhes concedera – “per o que elles da uossa parte diserom, foy certa do que deseiauades saber”. Referia ainda a carta com que D. João I respondera ao monarca aragonês. Por saber que o marido dera todas as explicações referentes à matéria em causa, Filipa apenas tranquilizou o “sobrinho”, dizendo-lhe que nunca tinham tido intenção de causar qualquer dano ao seu território e património e oferecia-lhe mesmo os seus préstimos para qualquer auxílio que aquele monarca pudesse necessitar de Portugal. A despedida era calorosa: “Deus, por sua merçee, uos tenha em sua guarda e me enuje sempre de uos boas nouas”⁶².

Portugal e Granada

Se a preparação da campanha militar secreta, entre 1411 e 1415, causou incómodo aos monarcas de Castela e Aragão, compreende-se que ao reino muçulmano de Granada ainda tenha produzido mais

60 ZURARA, *op. cit.*, p. 71-73.

61 *Ibid.*, p. 75.

62 *Monumenta Henricina*. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960, v. II, p. 121-122.

sobressaltos. O regente de Castela, D. Fernando, para poder dedicar-se por inteiro à luta pelo trono de Aragão, tinha assinado tréguas com Granada e convencera o rei de Portugal a abster-se de dirigir qualquer ataque contra o reino nazari ibérico⁶³. Mesmo assim, o monarca granadino, alarmado com a perspectiva de um ataque iminente ao seu território por parte do exército português, enviou a Portugal uma grande embaixada pedindo a certificação de que não seria o alvo da expedição⁶⁴.

D. João I recebeu-os em audiência e assegurou-lhes que o seu objetivo não era a conquista do último reduto muçulmano ibérico. Porém, os enviados do reino nazari de Granada, pouco convencidos de que estavam livres de perigo, tentaram obter mais informações por parte da rainha. Na embaixada, tinha vindo “a rica forra, que era a principal das mulheres do Rei Mouro” – segundo narra o cronista Gomes Eanes de Zurara – e pediu uma audiência a D. Filipa, explicando-lhe que só assim conseguiria cumprir a missão de que vinha incumbida. No seu discurso dirigido à rainha cristã, argumentou: “E porquanto ela sabia quanto os bons pedidos das mulheres tocam os corações dos maridos, quando lhes pedem algumas coisas que desejam”, rogou-lhe que conseguisse que o seu marido desse aos seus companheiros uma resposta definitiva sobre o assunto que os fizera vir a Portugal. Prometia-lhe, em troca, compensações: “pois que ela tinha uma filha para casar em breve tempo poderia ver o agradecimento pela sua boa vontade, pois lhe garantia enviar-lhe o melhor e mais rico enxoval que nunca fora dado a nenhuma princesa moura ou cristã”.

D. Filipa, porém, terá sido perentória na recusa em interferir nos assuntos político-militares do seu marido.

Eu não sei, respondeu ela, o modo como os vossos reis se comportam com as suas mulheres, porém, entre os cristãos,

63 ZURARA, *op. cit.*, p. 24.

64 *Ibid.*, p. 78.

não se considera bem que alguma rainha ou princesa se intrometa nos feitos de seu marido, pois que, em tais casos eles têm os seus conselhos onde resolvem os feitos como entendem e as mulheres são tanto melhores quanto maior diligência se abstém de tentar saber o que não lhes compete, pois conhecem seguramente que os seus maridos com seus conselheiros têm maior cuidado sobre o que convém à honra do seu estado, do que o que elas podem conhecer.

Desse modo, concluía D. Filipa, as rainhas conseguiam que os desejos que exprimiam lhes fossem sempre atendidos, pois “os pedidos são tais que os maridos não têm motivo para lhos negar”. E as que assim não faziam, “não são havidas por bem educadas e discretas”.

Rematava, assim, recusando a oferta dos reis de Granada – “com a graça de Deus, à minha filha não faltará enxoval para o seu casamento” – e recomendando à enviada granadina que, se assim o entendesse, se dirigisse diretamente a D. João I solicitando-lhe as informações desejadas: “se vós lhe solicitardes o que é justo, ele concordará com muito boa vontade”⁶⁵.

D. Filipa, segundo o cronista, não se considerava, assim, uma instância de recurso. Afirmava que não interferia em negócios do reino que outros muito melhor do que ela estavam capacitados para resolver. Esta atitude também não era nova: Isabel de Pina Baleiras concluía que muito poucas provas objetivas ficaram de que Leonor Teles se tivesse imposto de forma invasiva nos negócios do reino ou opondo-se à opinião do rei. Tudo nos indica que Filipa terá optado por aparentar um mesmo tipo de comportamento. Mas, em matérias de índole política e em que podia atuar como rainha e parente, não deixava de se envolver e pôr em prática, sobretudo, os seus dotes de conciliadora.

65 *Ibid.*, p. 78-80.

Concluindo

O papel das rainhas consortes medievais está indissociavelmente ligado à ideia de monarquia hereditária. Constituem com os maridos uma unidade inquebrantável que se mantém com o objetivo principal de produzir descendência e, por isso, participam com ela na ideia de monarquia⁶⁶: lembremos que o rei D. Fernando se refere a D. Leonor Teles como “a rainha minha mulher, que tem parte do regimento do reino”.

Nesse regimento do reino, elas vivem acompanhadas das mulheres do seu séquito, servidas por elas e pelos oficiais destacados para o efeito, dedicadas à obrigação fundamental de produzirem os herdeiros do marido e do reino, de os educarem para os seus altos ofícios e para as suas futuras responsabilidades⁶⁷. No entanto, participam na governação segundo as suas competências.

Uma das mais importantes é a da preservação do reino do seu marido, e que há de ser dos seus filhos, e o seu acrescentamento, pelo que a ligação com os seus parentes de origem é incentivada e deve ser duradoura. Por isso, o papel de embaixadoras do seu reino de adoção junto de outros reinos onde possuam familiares lhes cabe com perfeição. Em tais ambientes, podem, por exemplo, encarregar-se de conduzir negociações conducentes a alianças dinásticas e de, através delas, ajudar a evitar guerras entre reinos e procurar aliados preciosos. Numa sociedade de príncipes, que funciona em rede, a família pode estar em quase todos os reinos do Ocidente.

66 PELAZ FLORES, Diana. *Poder y representación de la reina en la Corona de Castilla (1418-1496)*. Ávila: Junta de Castilla y León, 2017, p. 49-64.

67 SILVA, Manuela Santos. “Quales cosas debe el rey catar en su casamento”: qualidades, comportamento e harmonia exemplar do casal real na legislação ibérica medieval” In: RODRIGUES, Ana Maria S. A.; SILVA, Manuela Santos; FARIA, Ana Leal de (coord.). *Casamentos da Família Real Portuguesa: êxitos e fracassos*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2017. v. III, p. 17-38.

Referências

BALEIRAS S. CAMPOS, Isabel Maria Garcia de Pina N. *Leonor Teles, uma mulher de poder?* 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008.

CAMÕES, Luís Vaz de. *Os Lusíadas*. Lisboa, 1572. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000162.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.

DIAS, João José Alves Dias; MARQUES, A. H. de Oliveira; RODRIGUES, Teresa F. (ed.). *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (livro da Cartuxa)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

ECHEVARRÍA, Ana. *Catalina de Lancaster: Reina Regente de Castilla (1372-1418)*. Nerea: Hondarribia, 2002.

ENTWISTLE, W. J.; RUSSELL, P. E. A Rainha D. Felipa e a sua corte. In: *Congresso do Mundo Português: publicações*. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, 1940. v. 11, p. 339-346.

FERREIRA, Maria do Rosário. La reine est morte: la succession politique des filles de roi aux XI^e et XII^e siècles. *e-Spania*, n. 17, fév. 2014. Disponível em: <http://e-spania.revues.org/23433>. Acesso em: 26 abr. 2022.

FUERO Juzgo ó Recopilacion de las Leyes de los Wisigodos Españoles. Madrid: Por Don Isidro de Hernandez Pacheco, 1792.

GOODMAN, Anthony. *A History of England from Edward 11 to James 1*. New York, Longman, 1972.

KARRAS, Ruth. *Unmarriage: women, men, and sexual unions in the Middle Ages*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2012.

HINGESTON, Rev. F. C. (ed.). *Royal and Historical Letters during the reign of Henry the Fourth King of England and France and Lord of*

Ireland. London: Longman, Green, Longman and Roberts, 1860. v. I (A.D. 1399-1404).

HINGESTON, Rev. F. C. (ed.). *Royal and Historical Letters during the reign of Henry the Fourth King of England and France and Lord of Ireland*. London: Her Majesty's Stationery Office, 1965. v. II (A.D. 1405-1413).

Las Siete Partidas del Rey Don Alfonso El Sabio cotejadas con varios códices antiguos. Madrid: La Real Academia de la Historia, 1807. v. I (Espéculo); v. 2 (Segunda Partida).

LEGGE, M. Dominica (ed.). *Anglo-Norman Letters and Petitions from All Souls Ms.182*. Oxford: Blackwell, 1940.

LETT, Didier. *Famille et parenté dans l'Occident médiévale, v-xve siècle*. Paris: Hachette Supérieur, 2000.

LOPES, Fernão. *Crónica de D. Fernando*. Porto: Livraria Civilização, [s.d.].

LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1983. v. II.

MARQUES, A. H. de Oliveira. LENCASTRE, D. Filipa de (1360-1415). In: SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1981. v. III, p. 479-480.

MATTOSO, José. *Narrativas dos Livros de Linhagens*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.

MC FARLANE, K. B. *Lancastrian Kings and Lollard Knights*. Oxford: Clarendon Press, 1972.

Monumenta Henricina. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960. v. II.

PELAZ FLORES, Diana. *Poder y representación de la reina en la Corona de Castilla (1418-1496)*. Ávila: Junta de Castilla y León, 2017.

PERROY, Edouard (ed.). *The Diplomatic Correspondence of Richard II*. London: Offices of the Royal Historial Society, 1933.

RODRIGUES, Ana Maria S. A. Casamentos régios na Idade Média: um feixe de problemas. In: RODRIGUES, Ana Maria S. A.; SILVA, Manuela Santos; FARIA, Ana Leal. *Casamentos da Família Real Portuguesa: diplomacia e cerimonial*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2016. v. 1, p. 35-56.

RODRIGUES, Ana Maria S. A. Infantas e Rainhas: garantes de paz, pretextos para guerras In: *A Guerra e a Sociedade na idade Média*. VI *Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*. Actas II. Porto de Mós-Alcobaça-Batalha: Campo Militar de S. Jorge (CIBA), 2009. p. 39-59.

RUSSELL, P. E. *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

SCOTT, Samuel Parson (ed.). *The Visigothic Code (Forum judicum)*. Boston: The Boston Book Company, 1910.

SHADIS, Miriam. Unexceptional Women: power, authority and queen-ship in Early Modern Portugal. In: TANNER, H. J. (ed.). *Medieval Elite Women and the exercise of power: 1100-1400*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2019. p. 247-270.

SILVA, Manuela Santos Silva. *Filipa de Lencastre: a rainha inglesa de Portugal*. Lisboa: Temas & Debates, 2013.

SILVA, Manuela Santos. “Quales cosas debe el rey catar en su casamento”: qualidades, comportamento e harmonia exemplar do casal real na legislação ibérica medieval. In: RODRIGUES, Ana Maria S. A.; SILVA, Manuela Santos; FARIA, Ana Leal de (coord.). *Casamentos*

da Família Real Portuguesa: êxitos e fracassos. Lisboa: Círculo de Leitores, 2017. v. III, p. 17-38.

SILVA, Manuela Santos. O casamento de D. Beatriz (filha natural de D. João I) com Thomas Fitzalan (Conde de Arundel): paradigma documental da negociação de uma aliança. In: FARIA, Ana Leal (coord.). *Problematizar a História, Estudos de História Moderna em Homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata*. Lisboa: Caleidoscópio; Centro de História da Universidade de Lisboa, 2007. p. 77-91.

SILVA, Manuela Santos. Regal power and the royal family in a thirteenth-century Iberian legislative programme. In: WOODACRE, Elena; DEAN, Lucinda H. S.; JONES, Chris, MARTIN, Russel E.; ROHR, Zita Eva (ed.). *The Routledge History of Monarchy*. Abingdon: Routledge, 2019. p. 70-88.

SILVA, Manuela Santos. Relações Internacionais na Idade Média: tratados de amizade, alianças dinásticas, movimentações territoriais. In: MENDONÇA, Manuela; REIS, Maria de Fátima (coord.). *Raízes medievais do Brasil moderno: do Reino de Portugal ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2016. p. 95-109.

SOMMÉ, Monique (ed.). *La correspondance d'Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne (1430-1471)*. Ostfildern: J. Thorbecke, 2009.

SOMMÉ, Monique. *Isabelle de Portugal, Duchesse de Bourgogne: une femme au pouvoir au xv^e. Siècle*. Septentrion: Presses Universitaires, 1998.

SOMMÉ, Monique. Les délégations de pouvoir à la duchesse de Bourgogne Isabelle de Portugal au milieu du xve siècle. In: *Les princes et le pouvoir au Moyen Age. XXIIIe congrès (Brest, 1992)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1993. p. 285-301.

sousa, António Caetano de. *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra: Atlântida, 1947. t. I.

sousa, Bernardo Vasconcelos e. *D. Afonso IV*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

VALDEÓN BARUQUE, Julio. *Los Trastámaras: el triunfo de una dinastía bastarda*. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 2001.

WALSINGHAM, Thomas. *Chronicon Angliae, ab Anno Domini 1328 usque ad annum 1388*. London-Oxford-Cambridge-Edinburgh-Dublin: Longman & Co., Trubner & Co., Parker & Co., Macmillan & Co., A & C. Black, A. Thom, 1874. v. II.

ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*. Lisboa: Editorial Escol, [s.d.].

CAPÍTULO III

O bispo-embaixador

D. Miguel de Portugal e a primeira embaixada restauracionista em Roma (1641-1642)

Luciano Cesar da Costa

O presente capítulo versa sobre a diplomacia lusa durante a chamada Restauração Portuguesa. Como se sabe, a monarquia portuguesa ficou submetida ao poder espanhol entre 1580 e 1640. A União das Coroaas foi o momento em que as duas coroas, Portugal e Espanha, estavam na cabeça do mesmo rei. Porém, o então Duque de Bragança foi aclamado pela nobreza portuguesa como novo rei de Portugal, rompendo, assim, com a hegemonia espanhola. Mas a aclamação era ainda o início de um longo processo que marcaria a consolidação da nova dinastia reinante. Era bastante evidente que os Filipes não aceitariam a rebeldia portuguesa contra o domínio espanhol, motivo esse que levaria a um longo período de guerra.

Esse embate também se manifestaria no campo diplomático. Portugal passa, então, a enviar diplomatas para os mais diversos pontos do continente para formar alianças e, sobretudo, para ganhar o reconhecimento do novo rei de Portugal por seus pares – os reis da Europa. Nesse mesmo cenário, havia ainda de ser considerado

um outro poder temporal fundamental na Europa: o Papa. O pontífice não era apenas o líder espiritual da Cristandade, mas também o senhor de um vasto domínio territorial, que agia concomitantemente como líder temporal e espiritual. Essa dupla função papal ampliava ainda mais a sua importância dentro do contexto europeu.

Ciente dessa realidade, o novo rei de Portugal D. João IV logo passaria a enviar diplomatas para Roma, a fim de obter o apoio papal para a nova dinastia. Naturalmente, esse caminho era muito mais delicado do que se poderia supor. A monarquia espanhola, que mantinha uma ampla rede de diplomatas e agentes em Roma, contava ainda com agentes informais: mercadores, artistas e religiosos. Vale ainda dizer que sua presença militar também era significativa: vice-reinados espanhóis na Itália – como a Sicília e Nápoles – forneciam considerável número de soldados e tropas e ameaçavam os territórios papais.

O rei português sabia que qualquer embaixada deveria começar com uma escolha prudente de seu embaixador. Tal escolha não era tema negligenciado pelas artes de governar¹. Assim como era comum a produção de livros instrutivos para auxiliar o bom governo e boas práticas, conhecidos como “espelhos de príncipe”, foram produzidos, ao longo do século XVII, inúmeros manuais chamados de “espelhos de embaixador”. Vera y Figueroa foi o autor de um dos mais célebres desses textos, intitulado *El Embaxador*², que destina,

1 Existe um vasto conjunto de obras que analisam o conceito de Razão de Estado para o período, e parte dessa síntese pode ser percebida em: SENNELART, Michel. *As Artes de Governar*. São Paulo. Editora 34, 2006.

2 VERA Y FIGUEROA, D. Juan Antonio de. *El Embajador*. Sevilla: Por Francisco de Lyra, 1620. A obra foi publicada em 1620, ganhando inúmeras publicações ao longo do século XVII. Marca, a rigor, um momento de grande expansão da diplomacia espanhola pela Europa, sendo, portanto, uma síntese da formação de uma rede diplomática europeia. Dessa forma, o critério adotado para a escolha foi o contexto histórico de sua publicação, bem como a grande circulação que alcançou. Ver: GUTIÉRREZ, Conchi. The diplomacy of letters of the count of La Roca in Venice (1632-1642). In: INVERNIZZI, Diana Carrió (dir.). *Embajadores*

inclusive, grande parte de seu conteúdo à escolha dos embaixadores. Algumas de suas recomendações parecem bastante triviais, tais como ser um homem nobre, digno e capaz de arcar com os custos da embaixada. Porém, outras questões parecem ser mais esclarecedoras. O autor espanhol recomenda que o escolhido nem deveria ser jovem demais, nem velho demais. Isso porque, enquanto os primeiros contam com excesso de ação, os últimos são mais lentos e, quase sempre, homens de “pouca ação”. Mas o ponto mais relevante da descrição desse embaixador ideal era o não recurso à violência. O embaixador deveria usar as armas do espírito, mas nunca as armas de fogo. Contudo, como veremos a seguir, essa não era a tônica dos embaixadores em Roma.

Ciente da necessidade do reconhecimento papal, D João IV enviaria uma embaixada para Roma nos primeiros anos de seu reinado. O primeiro embaixador português enviado foi D. Miguel de Portugal, agraciado com o título de Bispo do Lamego. O bispo nasceu em Évora, filho de D. Luiz de Portugal, 3º Conde do Vimioso, sendo sua casa uma das primeiras a apoiar a Restauração. Sua origem nobre logo o levou ao Colégio de São Pedro em Coimbra, onde seria mais tarde professor, depois de graduar-se na Universidade de Coimbra. Em síntese, era um nobre letrado³. Em 1637, era por fim nomeado para o bispado de Lamego.

Vale ressaltar que a escolha de D. Miguel de Portugal concorda com o perfil dos embaixadores enviados durante a Restauração Portuguesa, como mostra a obra de síntese, *Optima-Pars*⁴, que

Culturares: transferencias y lealtades de la diplomacia española de la Edad Moderna. Madrid: Uned, p. 186-204, 2016.

- 3 GAMA, Fonseca da. *O Bispo-embaixador D. Miguel de Portugal*. Conferência feita em Lamego, no Teatro Ribeiro Conceição, a 20/12/1944, no início das comemorações do centenário da Diocese. Lamego: Edições-Crisos, 1945.
- 4 CARDIM, Pedro; MONTEIRO, Nuno Gonçalves; CUNHA, Mafalda Soares da (org.). *Optima Pars*: as elites do Antigo Regime no espaço ibero-americano. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

analisa os diversos comportamentos e nuances das elites políticas portuguesas na época moderna. Parte dessa obra – cujo foco está nas embaixadas enviadas para regiões ocidentais, excluindo Ásia e África – trata do recrutamento de embaixadores dentro do reino, no extenso período de 1640 até 1834. Em termos de recorte e metodologia, os autores reforçam a utilização de uma grande variedade de fontes, o que parece extremamente comum para os estudos da diplomacia. Dessa forma, apesar de exceder claramente as balizas da presente pesquisa, é possível desenhar algumas linhas gerais sobre a diplomacia portuguesa.

O primeiro ponto evidente é que, em sua grande maioria, os embaixadores eram essencialmente nobres; alguns poucos mercadores também foram nomeados para o cargo, mas sempre com “postos menores”, como os de enviados e de encarregados de negócios, deixando as “embaixadas” em si para um grupo mais seleto. Essa prática coincidia com o costume do modelo vigente na Europa moderna. Também existia uma evidente hierarquia entre os locais de envio: quanto mais afastado era o posto, menos era a presença da primeira nobreza do reino nessas missões. Assim, até o consulado pombalino, era frequente a percepção da nobreza atuando nas embaixadas.

Outro contorno nítido é a grande presença dos diplomatas de “ocasião”, já que poucos embaixadores foram evidentemente embaixadores de carreira com longas e permanentes missões. A exceção marcante era Francisco de Sousa Coutinho, que atuaria como embaixador em diversas praças por um longo período, inclusive em Roma. Além desse caso, verificam-se alguns homens letrados que também atuavam na diplomacia, tais como Francisco de Andrade e Leitão e Rodrigo Botelho de Moraes. Os religiosos também não eram frequentes, salvo nas embaixadas enviadas para Roma, desde que esse religioso fosse evidentemente nobre.

Assim, parecia uma escolha natural ter D. Miguel de Portugal como embaixador para Roma, não apenas por sua evidente nobreza,

mas por sua posição como bispo católico. Já em janeiro de 1641, seria ele requisitado pelo rei em Lisboa, pelo qual viria a ser nomeado embaixador para Roma. Como antes afirmado, o grande objetivo dessa embaixada era o reconhecimento por parte do Papa da realeza e legitimidade do novo rei, D. João iv. O primeiro indício que temos sobre a embaixada para Roma é o temor de um ataque castelhano. D. João iv enviaria diversas cartas para os representantes portugueses na França, o Doutor Antonio Coelho de Carvalho e o Monteiro-mor Francisco Mello. Basicamente, o rei informara aos embaixadores que deveriam fazer todo o esforço necessário para contar com o apoio francês dentro de Roma, para que o embaixador francês facilitasse a entrada do Bispo do Lamego na cidade, bem como uma eventual passagem por qualquer território de controle francês. Temendo um ataque castelhano por terra, decidiu-se que o bispo deveria ser enviado a Roma por mar, com uma breve passagem por La Rochelle, na França.

As instruções dadas por D. João iv ao bispo eram elucidativas e mostravam, na verdade, que o rei português estava bem ciente das dificuldades da embaixada.

Por atalhar quanto seja possível as dúvidas e contradições que se podem mover por parte dos ministros Del Rey de Castela em razão de seres admitido como meu embaixador convirá que tanto que desembarcardes em Itália prossigais a caminho de Roma, sem vos deter nem esperar licença⁵.

A recomendação do monarca lusitano deixava evidente o receio de um eventual ataque espanhol, pois, como observado, as forças em terra do rei castelhano eram bem expressivas dentro da Itália.

5 Trata-se de uma obra coletiva em diversos volumes que organizam as principais correspondências diplomáticas portuguesas, sendo uma das principais fontes utilizadas ao longo da pesquisa: *Corpo Diplomático Português*: contendo os actos e as relações políticas de Portugal com as diversas potências do mundo. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892, v. 12, p. 284-285.

Novamente, D. João IV fora taxativo ao mostrar a necessidade de uma postura prudente ao andar em Roma.

E com os cardeais vassalos do rei de Castela (sendo admitido por meu embaixador) vos haveis, se lhes derem a isso lugar segundo o estilo, e em caso vos faltarem na cortesia devida, escusareis também fazer-lhe dando conta de tudo ao Papa; porém se Sua Santidade tardar em vos reconhecer por meu embaixador enquanto o não fizer será acertado andares por Roma com as cortinas da carroça corridas por escusar questões e os inconvenientes que delas se pode seguir⁶.

O texto torna evidente a fragilidade portuguesa, temendo não apenas o ataque espanhol, mas também a possibilidade do não reconhecimento papal. Porém, ainda assim, a coroa defende que, uma vez reconhecido, o embaixador não deveria aceitar qualquer descortesia: “E encontrado vos na rua com o embaixador de Castela que se entende vos não visitará-lhe fareis a cortesia que ele vos fizer”⁷. Esse fragmento talvez possa ser considerado um dos mais centrais na análise das embaixadas em Roma. O rei português admite a possibilidade de ataques castelhanos, recomenda que eles sejam evitados e, por fim, conclui que, uma vez que aconteçam, deve o embaixador responder à altura a qualquer provocação. Existem, nesse caso, três possibilidades: não ser percebido, o que era desejável; ser percebido e tratado com igualdade; ou ser ofendido e atacado. Trata-se, assim, de um controle de situações futuras, mostrando que Portugal poderia ter uma diplomacia “rebelde”, mas isso não excluía uma percepção ampliada do jogo político que se formava e que Portugal precisava manobrar.

Não obstante, existiam outros temores importantes, como a expedição e a possível interceptação de correspondências: “e sendo necessário enviar adiante algum aviso ou recado o fareis por termos

⁶ *Ibid.*, p. 288.

⁷ *Ibid.*, *loc. cit.*

acautelados, e de que se não possa tomar ocasião de duvidar ou vos mandar deter”⁸. É bastante elucidativa a necessidade de controlar o que se podia escrever nas correspondências e outros documentos. Sobre isso, Peter Burke, em obra recente, fala por diversas vezes na importância da “gestão do silêncio”. Para o autor inglês, qualquer personagem político deveria entender o que poderia ser dito⁹.

Importante ressaltar que muitas dessas cartas poderiam ser interceptadas por outros embaixadores, inimigos, ou simplesmente se extraviarem em face dos longos caminhos que percorriam. Como mencionado antes, a “gestão do silêncio” também estava presente nessas cartas. O historiador português Pedro Cardim analisou em detalhes a correspondência diplomática portuguesa durante a época moderna e esbarrou com os textos do embaixador Soares de Abreu – um dos enviados portugueses para Westfália – que afirmava que “nem tudo se podia escrever”¹⁰. Ora, se nem tudo poderia ser escrito, qual deveria ser a função das cartas? Elas eram informes menores? Eram apenas instrumentos pragmáticos?

Duas ressalvas devem ser feitas a essas questões. Em primeiro lugar, como já foi abordado, muitas dessas cartas continham complexos sistemas de cifras que dificultavam sua interceptação; as cartas eram redigidas em várias cópias, fazendo com que as duplicatas garantissem o envio, mas também tornassem inviável a substituição da carta original por outra, uma vez que algumas delas poderiam chegar junto com a carta falsa, que seria logo desvendada.

Ademais, o que Pedro Cardim argumenta, com razão, é que as cartas eram também tratados políticos. Ao analisar a situação das cortes na Europa, bem como a posição do reino português em face a

8 *Ibid.*, p. 297.

9 BURKE, Peter. *A arte da conversação*. São Paulo: Edusp, 1995.

10 CARDIM, Pedro. “Nem tudo se pode escrever”: correspondência diplomática e informação “política” em Portugal durante el siglo xvii. *Cuadernos de Historia Moderna*, Anejo iv, p. 95-128, 2005.

seus adversários, as cartas forneciam uma noção bastante avançada das relações internacionais do período. Elas não eram instrumentos, eram manifestações de um discurso político¹¹.

Algumas instruções do rei eram ainda mais diretas e pragmáticas. O monarca informava ao ministro sobre a importância de tratar e enviar cartas aos principais cardeais, inclusive os nepotes. Porém, o soberano admitia desconhecer a forma de tratamento adequada, enviando, assim, diversas cartas com formas de tratamento distintas. Reforçava ainda que o embaixador deveria solicitar ao secretário da embaixada, Rodrigo Rodrigues de Lemos, a forma mais adequada para tratar esses ministros estrangeiros. Outro dos oficiais das embaixadas que deveria auxiliar o bispo logo foi escolhido para secretário, Pantaleão Rodrigues Pacheco. Entre as recomendações, constava ainda a necessidade do envio de cartas pelo embaixador francês, no período em questão, o Conde de Vidigueira.

Há ainda um trecho curioso da carta sobre as instruções que deveriam ser seguidas quando ocorria a morte do Papa¹². Vale recordar as recomendações de Saavedra Fajardo presentes no capítulo terceiro e a importância da *Sede Vacante* para as embaixadas. A grande recomendação das instruções reais era que o Bispo do Lamego seguisse as inclinações dos oficiais franceses, o que se explica em parte pela quase ausência da influência portuguesa dentro da congregação de cardeais nas primeiras embaixadas.

Outra orientação evidente das instruções é sobre os custos das embaixadas. Afirmo o rei que, para os primeiros gastos da embaixada, receberia o embaixador cinco mil cruzados, sendo necessário a “obrigação de dar conta” quando sobejado algum dinheiro. O embaixador

11 Sobre a noção do discurso político em Portugal, são válidas as seguintes obras: TORRALBA, Luis Reis. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1981-1982. 2 v.; CURTO, Diogo Ramada. *O discurso político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Universidade Aberta, 1988.

12 *Corpo Diplomático, op. cit.*, v. 12, p. 288.

não poderia, assim, usar os recursos livremente, uma vez que deveria prestar conta dos gastos e justificar qualquer descontrolo ou excesso. Porém, conforme pode-se depreender da obra de Ana Leal, as embaixadas romanas eram as mais onerosas, sendo improvável que o dinheiro fosse sobrar. Mais tarde, um outro embaixador, Francisco Sousa Coutinho, escreveria longas cartas ao Rei e ao Conselho de Estado sobre as despesas bastante elevadas em terras romanas¹³.

Depois das instruções formais da embaixada, é essencial analisar em detalhes a troca de correspondência entre os vários embaixadores lusos. Nelas é possível perceber que Paris assumiu uma centralidade inquestionável dentro da rede diplomática brigantina, pois as longas distâncias entre Roma e Lisboa fizeram da França uma ponte entre as duas regiões. Assim, entender a atuação do embaixador português em Paris também é parte determinante para compreender o papel das embaixadas romanas¹⁴.

Uma das primeiras missivas trocadas entre os embaixadores lusos já evidenciava as relações de proximidade entre a monarquia portuguesa e a francesa. Não se tratava de uma amizade despretensiosa. Sem dúvida, a diplomacia francesa desejava a manutenção da guerra entre Portugal e Espanha para mais uma vez enfraquecer sua grande rival, a Espanha. O marquês de Fontaine era o embaixador francês em Roma e deveria, devido a um acordo entre as monarquias, auxiliar o bispo do Lamego, o que de fato fazia, já que o próprio bispo declarara em suas primeiras cartas: “me assiste com grande afeto”. O afeto com o francês não deixaria, porém, de contrastar com o desafeto com os “cristãos-novos”. Lamego escreveu

13 FÁRIA, Ana Leal de. *Arquitectos da paz: a diplomacia portuguesa de 1640 até 1815*. Lisboa: Tribuna, 2008.

14 CARVALHO, Daniel Pimenta Oliveira de. O conflito político português na Europa em meados do século xvii: diplomacia, informação e imprensa. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos [En ligne]*, Colloques, oct. 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/65837>. Acesso em: 12 jul. 2018.

alertando Vidigueira sobre o grande perigo que oferecia o jesuíta Fernandes Vila Real, e completou dizendo que esses jesuítas eram “os maiores inimigos da coroa”¹⁵. Importa ressaltar que Vila Real não era um jesuíta, mas Lamego o trata por tal. A postura do bispo fora bastante radical em face à comunidade judaica portuguesa de Roma, que, mais tarde, seria a grande financiadora das embaixadas lusas¹⁶.

Vale lembrar que, na embaixada do Bispo do Lamego, todas as instruções recomendavam o apoio e a boa correspondência com o embaixador francês em Roma – em alguns casos solicitavam a anuência do embaixador francês antes que fosse tomada qualquer medida. Como se sabe, a França – em constante atrito com os Habsburgos espanhóis – precisava enfraquecer os castelhanos. Parte desse enfraquecimento vinha do apoio aos rebeldes portugueses e catalães, que poderiam manter a pressão bélica na fronteira e aliviar a tensão na fronteira França-Espanha. O apoio francês era, como já fora analisado antes, um dos prováveis caminhos para a diplomacia restauracionista.

Essas questões mais gerais podem ser percebidas na instrução inicial, bem como nas primeiras cartas entre o Conde de Vidigueira, embaixador luso na França, e o Bispo do Lamego. Porém, é a partir do desenrolar das epístolas que se pode perceber as questões mais centrais que envolveram essa primeira embaixada, a saber, o encontro entre o embaixador português e o embaixador castelhano nas ruas de Roma.

Durante todas as passagens das epístolas diplomáticas, fica evidente o objetivo político da Santa Sé, bem como dos próprios franceses, de que o embaixador português ficasse oculto na cidade até seu

15 *Corpo Diplomático*, op. cit., v. 12, p. 291.

16 NEVOA, James Nelson. La nação entre la corte y la ciudad: los cristianos nuevos portugueses em la ciudad eterna. In: LÓPEZ-SALAZAR, Ana Isabel; DÍAZ DEL CAMPO, Francisco J. Moreno (coord.). *La Monarquía Hispánica y las minorías*. Madrid: Silex, 2019.

reconhecimento. Em parte, essa postura também era defendida nas instruções iniciais do rei português. Como se sabe, a história não se desenrola na instrução, na regra, na lei, mas, sim, nas sarjetas, nas ruas e nos espaços públicos.

O cardeal Bique, principal responsável da Sé para realizar a comunicação com os portugueses, deixou evidente o formato a ser seguido: “andar incógnito, só com três lacaios, cortinas corridas, e que Sua Santidade não segurava minha pessoa”¹⁷. Curiosamente a instrução papal não era diferente da própria instrução régia, que recomendava que o embaixador andasse sempre oculto.

Como aponta o historiador Carlos Ziller Camenietzki, o grande objetivo da diplomacia espanhola naquele período era que o embaixador português não fosse recebido e que todos os religiosos que apoiassem a causa lusa fossem punidos pelo papa. Na verdade, não resta dúvida de que a diplomacia espanhola do período era extremamente agressiva. Exemplo disso é que o Conde-Duque de Olivares recomendou que se prendesse ou matasse D. Duarte, irmão do novo rei português. Segundo Camenietzki, Olivares adotou uma política agressiva em relação à presença portuguesa em Roma, substituindo, inclusive, o Marquês de Castelo Rodrigo, que possuía relações com os portugueses, por D. Juan de Chumacero y Carrilo, que ocuparia a função temporariamente, recebendo, então, instruções precisas:

Que não se admita nem se trata o tirano como rei de Portugal em nenhuma ação ou função, nem se receba embaixada sua nem dos estados daquele reino durante esta rebelião, nem apresentação sua de prelazias, abadias nem de outras assemelhadas, como prebendas ou benefícios eclesiásticos do Patronato Real.¹⁸

17 *Corpo Diplomático, op.cit.*, v. 12, p. 293.

18 CAMENIETZKI, Carlos Ziller. *O Paraíso Proibido*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014, p. 173.

Apesar do esforço da diplomacia castelhana, o embaixador português conseguiu entrar em Roma disfarçado de jesuíta na madrugada do dia 22 de novembro de 1641, como argumenta Carlos Ziller Camenietzki. A entrada foi ainda viabilizada pelo evidente apoio do embaixador francês – marquês de Fontaine – que, junto com soldados franceses e catalães, auxiliou o embaixador, como nos explica o autor. Novamente o rei castelhano foi enérgico, trocando o embaixador D. Juan de Chumacero pelo Marquês de Los Velez, e foi com esse embaixador que se desenrolaram os principais eventos em Roma.

Curiosamente, porém, a entrada “oculta” do embaixador relatada pelas fontes espanholas é exposta de maneira distinta em outros relatos. Teodor Amayden – um neerlandês que vivia em Roma a serviço da coroa castelhana – propalou comentários bem lúcidos sobre a realidade portuguesa em Roma. Ao descrever a entrada, Amayden reforça como o embaixador português não foi apenas acompanhado pelo embaixador francês, marquês de Fontaine, mas também por grande número de homens armados com “pistolas”, reforçando ainda que muitos cardeais permaneceram em Roma para que o Colégio fosse reunido em função da “entrada triunfal”. Mais uma vez, o que se observa é uma disputa de narrativas, enquanto uns falam em “oculto”, outros falam em “triunfal”¹⁹.

Logo, o enfrentamento tornou-se inevitável, como mostram os documentos coevos, nos quais relata o embaixador ao rei, em carta de 21 de agosto de 1642.

Na tarde de quarta-feira 20 do corrente, e porque da minha casa até a do embaixador me seguiam em uma espia do marquês de Los Velles e pelas ameaças que andavam fazendo, mandei descobrir se havia alguma inquietação em sua casa, e

19 ADEMOLLO, Alessandro. *La Questione della Indipendenza Portoghese a Roma dal 1640-1670*. Firenze: Tipografia della Gazzetta d'Italia. 1878, p. 25.

avisaram-me que com grande diligência se preparavam carroças e armas para ele sair²⁰.

As possibilidades de ataque eram tão evidentes que o próprio Cardeal Barberino avisou ao ministro da justiça da corte que tomasse medidas para evitar as “insolências do marquês” de Los Velez. Novamente, os alertas não evitaram o confronto.

Logo na primeira rua me saiu ao encontro do marquês com quarenta lacaios do seu acompanhamento ordinário, quase todos os soldados do presídio Gayeta com sete ou oito carroças cheias de oficiais de guerra que mandaram vir de Nápoles, e de outros castelhanos de sua facção, deixando tomada outras ruas com diferente gente armada, para que em nenhum acontecimento me pudesse recolher, sem ser assaltado²¹.

O fragmento evidencia duas questões: o grande poder castelhano na Itália, inclusive com o envio de homens de Nápoles, importante vice-reinado italiano, agora percebido pelas cartas coevas; e, novamente, o embaixador português seguindo com precisão as instruções que recomendavam que o conflito fosse evitado. Vale reforçar que os espelhos de embaixadores, manuais instrutivos para essas autoridades, abominavam o uso de violência. Nesse panorama, o embaixador tentou se recolher, sem sucesso. O relato prossegue:

Como fomos descobertos dos castelhanos bradarão que parassem ao embaixador de Espanha, respondeu-lhes da nossa parte que parassem eles, com que começaram a sair os seus com as espadas nuas, e depois de uma brevíssima suspensão dispararam um tiro de fogo, a que se seguiram muitas outras da nossa parte como da sua o que resultou foi ficarem mortos dos que me acompanhavam um cavaleiro de malta francês pagem do embaixador, e um laiaio seu italiano, e outro meu

20 *Corpo Diplomático, op. cit.*, v. 12, p. 296.

21 *Ibid.*, *loc. cit.*

também italiano, e um pagem do agente por natural Julião Ferreira natural de Torres Vedras ficou ferido naquele conflito, e não aparecendo em toda aquela noite, foi achado ao dia seguinte em uma igreja morto, e entendesse que o mataram a sangue frio na casa do cardeal Albornos.²²

A violência foi a tônica do encontro. Pistolas, tiros e espadas determinaram a morte de diversos oficiais. Nota-se, nesse evento, que a guerra física foi seguida também por uma guerra de papel, sendo os manuscritos parte determinante desse conflito²³, ou ainda, como escreveria Francisco Coutinho, “peleijando com as línguas e com as penas”²⁴. Castelhanos e portugueses adotaram diversas narrativas.

A carta do embaixador português de 21 de agosto de 1642 relata o prejuízo em que havia ficado o marquês de Los Velez.

Porém não consiste nisso a sustância da reputação se não em que o marquês fugiu vigorosamente pelo espaldar da carroça deixando-a no campo com os cavalos mortos, e se meteu em uma tenda de onde depois o levaram para a casa do cardeal Albornos²⁵.

O relato português marca uma contradição. Logo nas primeiras linhas da carta ao rei, o embaixador sinaliza a tentativa de escapar ao confronto, “se recolher”; na segunda parte da mesma carta, ao tratar do embaixador espanhol, reforça que esse teria “fugido vergonhosamente”²⁶. Não seria essa mesma postura adotada pelo marquês no início da história? Nesse relato, observa-se uma adaptação do discurso: se nos espelhos de embaixador e nas instruções régias a violência não era admitida, agora o conflito é admissível em vista da defesa da honra.

22 *Ibid.*, p. 297.

23 BOUZA, Fernando. *Corre manuscrito*. Madrid: Marcial Pons, 2001.

24 *Corpo Diplomático, op. cit.*, v. 13, p. 337.

25 *Ibid.*, v.12, p. 297.

26 *Ibid.*, p. 298.

O confronto e a violência nas ruas de Roma foram logo sentidos. De imediato, a casa do marquês de Los Velez passou a ser guardada por homens enviados pela Sé, diversos gentis-homens romanos que começaram a comentar a ofensa que se fazia à Santa Sé por parte de Castela. Vale ressaltar a posição de destaque ocupada por Pedro Fajardo de Zúñiga y Requeséns, 5º Marquês de Los Velez, que era um dos Grandes da Espanha²⁷. É importante enfatizar também que a família Fajardo era conhecida pela belicosidade, sendo, inclusive, uma família que se destacava por manter sua função militar²⁸.

Para garantir que não ocorressem outros episódios de violência, a própria Sé instalou guarda na frente da casa do Bispo. Na intensa correspondência entre o bispo-embaixador e o Conde de Vidigueira, este reforçava a ideia de que, se não fosse recebido, iria pedir ao rei licença para se retirar. Ciente dessa circunstância, o próprio rei recomenda que, se ele não fosse recebido até o dia 20 de novembro de 1642, deveria se retirar daquela corte. O monarca, por sua vez, não deixou de reconhecer os esforços do embaixador, o que não impedia o temor de que aquele encontro tivesse abalado o sucesso da embaixada: “Posto que procurado pelo marquês, e que o bispo sucedeu tão favoravelmente não pude deixar de reear que de tal novidade resultam alguma alteração, e maior dilação da recepção da minha embaixada”²⁹. A verdade é que a recepção da embaixada parecia cada vez mais distante.

27 Trata-se uma lista dos reis espanhóis que nomearam as grandes casas espanholas, com datas e nomes precisos: Archivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Manuscritos do Convento da Graça, Tomo: 5E, cota: PT/TT/MMCG/5E, p. 9.

28 CHACÓN JIMENEZ, Francisco; MOLINA PUCHE, Sebastián. Familia y elites locales en las tierras de señorío: las relaciones clientelares como elemento de promoción social. In: ANDÚJAR CASTILLO, Francisco; DÍAZ LÓPEZ, Julián Pablo (coord.). *Los señoríos en la Andalucía Moderna: el marquesado de los Vélez*. Almería: Instituto de Estudios Almerienses, 2007, p. 57-75, p. 64-65.

29 *Corpo Diplomático, op. cit.*, v. 12, p. 436.

Ainda em outras cartas entre Vidigueira e Lamego, observa-se essa tentativa de ter a embaixada reconhecida. Porém, o bispo-embaixador parecia ter um senso de realidade bastante aguçado: “que assim os agressores e os assaltados ficássemos tendo a culpa a fim de se poder escrever como de feito se escreveu ao núncio dessa corte... que eram os portugueses e os franceses os culpados”³⁰. Essa resolução da Santa Sé aponta, na verdade, uma busca de neutralidade. Conforme antes colocado, nem sempre era prudente para o Papa assumir um lado e, talvez, tenha sido essa a postura mais marcante do papado em relação ao novo rei de Portugal.

Apesar da clareza do embaixador, a retórica portuguesa não poderia enfraquecer-se e diversos outros relatos foram escritos. Um dos mais interessantes encontra-se na troca de correspondência entre Vidigueira e Pantaleão Rodrigues Pacheco, um dos agentes da embaixada em Roma: “bem sei que em todos as ocasiões Vossa Senhoria que não impedem as roupas eclesiásticas o valor português, quando atrevidos o querem experimentar”³¹. Novamente, o bom uso da espada, a valentia e bravura são valorizados, permitindo questionar-se qual, de fato, era a melhor conduta para um embaixador: pacificação ou guerra? Porém o grande elemento do trecho é a conciliação entre a roupa eclesiástica e a coragem.

Apesar de toda a retórica, a embaixada continuava a não ser reconhecida. O cardeal Bique, responsável por comunicar as principais decisões da Sé, informou ao Bispo do Lamego que tinham decidido não o receber como enviado português, por “acharem impedimentos em minha pessoa depois do encontro com o marquês”³². Seguindo as instruções anteriores, deveria o embaixador deixar a corte, mas, mesmo assim, ele resolveu adiar sua saída, informando ao cardeal que só poderia deixar a corte depois de dar “satisfação”

³⁰ *Ibid.*, p. 325.

³¹ *Ibid.*, p. 328.

³² *Ibid.*, p. 330.

ao seu rei. Dessa comunicação, depreendem-se duas ideias centrais para a embaixada: de fato, o encontro com o embaixador espanhol tinha acirrado os ânimos e prejudicado a embaixada; além disso, o embaixador português, apesar de inexperiente nas embaixadas, sabia manobrar o *status* diplomático e a necessidade de dar satisfação ao rei sobre sua saída de Roma.

A diplomacia – sempre cercada por “meios caminhos” e soluções conciliatórias – também não deixou de levar em conta essa realidade. O papa acabou por receber o embaixador como um particular, removendo, em seguida, a guarda de sua casa. Na mesma carta em que Lamego informava a Vidigueira sobre essa decisão, também expusera novamente a importância do embaixador francês, que solicitava diretamente à Sé a manutenção da guarda, o que de fato acabou acontecendo.

Apesar da solução, o bispo do Lamego solicitou a Vidigueira que pedisse licença ao rei para seu retorno, bem como que providenciasse as embarcações. Justamente em razão dessa insistência do bispo-embaixador com o Conde de Vidigueira, veio a ocorrer um dos primeiros atritos entre os embaixadores. Como seria possível perceber mais tarde, a centralidade de Vidigueira dentro da rede diplomática incomodaria profundamente outros embaixadores. O bispo do Lamego, apesar de inexperiente como diplomata, já era um religioso experiente, e a resposta viria acompanhada de um tom, no mínimo, ácido:

Porém como Vossa Excelência se acha tão distante dessa cúria, e sem inteira notícia do estado das coisas presentes nelas, possa ter confiança para dizer a v.E., que nunca poderá parecer conveniente o persistir esse querer estar nessa terra contra a vontade do senhor dela, e com tão manifesto perigo de ser oprimido por nossos inimigos, e não pareça a v.E. que por haver passado o primeiro encontro, e se haver ausentado o marquês de Los Velles tem cessado o fundamento do temor, porque os poderes do Rei de Castela em Roma não dependem

da assistência do seu embaixador, pois quase todos os príncipes e barões romanos são seus vassallos.³³

O bispo-embaixador continuou destilando senso de realidade a seu compatriota e, mais do que isso, um profundo conhecimento do mundo romano, informando também sobre as impossibilidades bélicas portuguesas.

E o que v.e aponta do socorro de soldados que pode vir de Portugal a Liorne mostra bem que não está v.e. ainda informado de que... pelas terras dos príncipes da Itália não pode passar milícia estrangeira... e sobretudo pouca importância este socorro quando os castelhanos podem aqui por em campo mais gente que em Castela.³⁴

O conhecimento do bispo não era só empírico, mas fruto da obtenção de documentos sigilosos, inclusive papéis sobre a Liga que se formara na Itália, da qual o papa faria parte. Mais uma vez, a superioridade militar espanhola também era sentida na Espanha. As diversas gazetas publicadas pela propagandística Brigantina também davam conta dessa presença militar espanhola na península e das medidas papais contra essa descompostura. “Foram postas guardas e muitos lugares da cidade, e se dobraram as que estavam nas portas dela, com grandes penas de não deixarem entrar pessoa alguma suspeita de favorecer a parte de Castela”. O relato descreve como borgonheses que vinham de Nápoles foram impedidos de entrar na cidade: “Sua Santidade mandou logo ver os muros, com rodem de o fazer reparar com toda diligência”³⁵. Os relatos coevos mostram mais uma vez a proximidade entre os vice-reinados italianos da Espanha e os embaixadores em Roma. Existe uma extensa

33 *Ibid.*, p. 332.

34 *Ibid.*, p. 344.

35 DIAS, Eurico Gomes. *Gazetas da Restauração (1641-1648): uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas* (edição transcrita). Lisboa: Colecção Biblioteca Diplomática do MNE, 2006, p. 131.

bibliografia que fornece dicas sobre essa proximidade entre Roma e os vice-reinados³⁶.

A carta de Lamego para Vidigueira dá conta ainda da retirada do Marquês de Los Velez de Roma. As diversas gazetas publicadas durante a Restauração também relatavam essa saída: “O dito embaixador de Castela Marques dos Velles, se sahio daqui aos 28 de agosto pera Aquila em Abruza, acompanhando dos cardeais Albornoz e Montalto e do Duque Savelli embaixador da Hungria, e muitos soldados que iam ao redor de suas carroças”³⁷.

Como parece razoável supor, as narrativas castelhanas e portuguesas são acompanhadas de perto pelas narrativas italianas publicadas em muitas gazetas. Parte dessas publicações foi compilada por Alessandro Ademollo em publicação na segunda metade do século XIX. O pequeno livreto reúne diversos escritos coevos feitos na Itália, como os de Giacinto Gigli e Teodor Amayden, ambos coetâneos dos eventos ocorridos em Roma entre os dois embaixadores ibéricos. Ademais, Ademollo reúne muitos *avvisi*, textos correntes na Itália moderna que simplesmente informavam os principais acontecimentos e notícias. Produzidos com irregular periodicidade, os *avvisi* não deixaram de informar sobre os embates diplomáticos em Roma.

Um dos pontos mais centrais expostos pelos relatos de Amayden é um encontro realizado na casa do cardeal Sacchetti, no qual Panfilio e Barberini, importantes membros da Cúria, decidiram por não receber o embaixador português. Mais uma vez, as fontes

36 RIVERO RODRIGUEZ, Manuel. *La edad de oro de los virreyes en la Monarquía Hispánica durante los siglos XVI y XVII*. Madrid: Akal, 2011; RIBOT GARCIA, Luis Antonio. *El arte de Gobernar: estudios sobre la España de Los Austrias*. Madrid: Alianza Editorial, 2006.

37 MENDES, Caroline Garcia. “Por ser nova de grande alegria para este reino, se pôs nessa Gazeta”: a circulação de notícias e a Gazeta “da Restauração” em Portugal (1641-1647). *Labor Histórico*, v. 2, n. 1, p. 124-136, jan./jun. 2016, p. 132-133. Ver DIAS, *op. cit.*

coevas indicam que a não recepção do embaixador já estava decidida antes mesmo de sua chegada à cidade³⁸.

Amayden reforça ainda o grande constrangimento pelo número elevado de criados do embaixador português, afirmando que o bispo do Lamego teria “casa maior do que qualquer outro embaixador”³⁹ e indicando ainda que tal acompanhamento era inadequado para um bispo – lembre-se, nesse caso, de que a determinação do Colégio de Cardeais era que o embaixador andasse “oculto” pela cidade, o que parece ter sido ignorado pelo enviado português. O autor neerlandês reforça ainda a importância do apoio francês ao enviado português. Marquês de Fontaine teria mesmo dado a “mão direita” ao embaixador português, o que ficou manifesto com a entrada do Bispo do Lamego, quando fora recepcionado com grande número de oficiais franceses. Mais uma vez, as fontes coevas colocam sobre a entrada “triunfal”, mas Ademollo faz a ressalva de que Lamego não teria colocado as armas de Portugal na porta de sua casa, como era costume entre os embaixadores.

Amayden comenta ainda sobre o alojamento do embaixador português. Conforme se sabe, havia, nas sociedades de Antigo Regime, inúmeras disputas cerimoniais relacionadas às habitações, logo, habitar um palácio volumoso e bem localizado era sinal de prestígio e honra para um embaixador⁴⁰. Apesar de inicialmente ficar alocado no palácio do embaixador francês, o Bispo de Lamego e todo o corpo diplomático português passaram para o Palácio de Cupis, bem no centro da Piazza Navona. Assim sendo, Amayden critica a escolha portuguesa, pois o palácio estava próximo da Igreja de S. Giacomo (Tiago) dos espanhóis e, assim, tanto a praça quanto a igreja eram controladas por estes. Essa realidade deixava os “bárbaros rebeldes”

38 ADEMOLLO, *op. cit.*, p. 23.

39 *Ibid.*, p. 25

40 ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

presos dentro de sua própria casa. Ademais ele reclama do perjúrio que teriam cometido contra a porta da Igreja de S. Giacomo, relatando ainda que um ministro da Igreja sugerira fechar a porta “na cara” do embaixador⁴¹. Os relatos de Amayden reforçam ora o grande isolamento dos portugueses dentro de seu palácio – “estavam os portugueses com grande temor, armados como em campanha”⁴², ou, ainda, o embaixador “preso no palácio feito em fortaleza sem poder sair de casa”⁴³ –, ora a forte presença pública do embaixador, ainda que confinado em sua residência: “Lamego que se escondia deixa-se ver publicamente, receber visitas, e debruçando-se nas janelas da Piazza Navona”⁴⁴. A situação se agravou de tal maneira que fora proposto que o bispo ficasse hospedado no Palácio Vaticano, em segurança. Naturalmente, a Sé tentou encontrar muitas soluções conciliatórias. O cardeal Francesco Barberino tentou dialogar com o marquês de Los Velez, que prontamente o respondeu que “não agia como embaixador, mas com um inimigo pessoal e que o mataria com as próprias mãos”⁴⁵.

Como parece razoável supor, os relatos coevos reunidos por Ademollo não deixaram de mencionar o encontro dos embaixadores. Amayden mencionou o temido encontro e não deixou de bambear suas opiniões em defesa dos castelhanos. Ao descrever as intenções do embaixador castelhano, marquês de Los Velez, Amayden reforçou que a questão de Los Velez não era ampliar os conflitos, afirmou mesmo que a “cólera” estava do lado português. O próprio Amayden relatou que teria cruzado com a carroça do embaixador português em uma das vielas de Roma e que, ao avistá-lo, teria mandado voltar a carroça, mas que ainda assim conseguira observar o português:

41 ADEMOLLO, *op. cit.*, p. 28-29.

42 *Ibid.*, p. 37.

43 *Ibid.*, p. 38.

44 *Ibid.*, p. 63.

45 *Ibid.*, p. 39.

“vinha em carruagem aberta o que deu oportunidade de observá-lo bem, tinha cara de louco e sorria”⁴⁶. Observa-se, assim, a construção da narrativa do embaixador português. Amayden não deixou de reforçar como o verdadeiro agressor era o embaixador português, em associação com o enviado francês, “de modo que a corte assiste ao delito tramado por portugueses e franceses”⁴⁷.

Giacinto Gigli, por sua vez, parece ter uma percepção menos partidária do encontro dos embaixadores. Explica Gigli que o embaixador português estava na casa do embaixador francês, no palácio do duque Di Cere, quando encontrou com o embaixador espanhol que voltava da casa do cardeal Roma Milanese. Gigli admite, entretanto, que o embaixador espanhol já andava pelas ruas de Roma com oitenta homens armados, buscando lentamente encontrar o embaixador português.

A descrição de Gigli remonta que o encontro teria ocorrido no dia 20 de agosto, quando o enviado português entrava na estrada de S. Maria, enquanto o espanhol estava na estrada do Corso, reforçando que o embaixador português “montava carroça sem guarda como era costume”⁴⁸. Um italiano que já previa o ocorrido acabou por correr até a casa do embaixador de França, que, “pegando em armas”, partiu em socorro do bispo-embaixador. Outro aviso importante foi dado aos “Barigello” de Roma. Ainda que a fonte não deixe claro do que se trata, tudo indica que se tratava de oficiais romanos que guardavam as ruas⁴⁹. Quanto ao encontro em si, a escrita de Gigli mais uma vez denota a complexidade dos ocorridos. Gigli reforça que os espanhóis atiraram logo, mandando uma “chuva de balas”, mas apenas quando viram os homens franceses entrando

46 *Ibid.*, p. 41.

47 *Ibid.*, p. 42.

48 *Ibid.*, p. 43.

49 PARLAGRECO, Carlo. *Dizionario Portoghese-Italiano*. Milano: Antonio Vallardi, 1935, p. 55.

na rua. O tom não é definido. Tratava-se de uma reação ao avanço francês, ou apenas da conclusão de um ataque que não dependia do reforço francês que chegava? O questionamento, ainda que simples, demonstra que a pena de Gigli é imparcial, pois não conseguiu definir de quem partira o ataque, ainda que tenha admitido que os espanhóis teriam realizado um “ato de armas atroz”.

Ainda na descrição de Gigli, a troca de armas parece ter ocorrido em acordo com as demais fontes supracitadas. O autor romano mostra como um jovem cavaleiro de Malta teria sido morto na disputa. A sua presença e sua morte são, sim, mencionadas, bem como de que forma ele teria ferido com um disparo a mão do embaixador espanhol. Dessa vez, observamos que o relato português omite a agressão feita pelo cavaleiro de Malta, mencionando apenas que teria sido morto pelos espanhóis. Do lado português, reforça que três foram mortos: o cavaleiro de Malta, um catalão e um escritor do embaixador português. Mais uma vez, as armas catalãs, portuguesas e francesas aparecem juntas contra os espanhóis em Roma. Do lado espanhol, foram sete os mortos, mas muitos feridos, tanto que outros sete morreriam nos dias seguintes; a carruagem espanhola teria sido esmagada e o sangue dos cavalos podia ser percebido nas ruas, bem como uma das colunas que ficou destruída com os tiros de arcabuz.

Quanto à fuga de ambos os personagens, Gigli segue os relatos espanhóis e portugueses. O embaixador espanhol teria se refugiado na casa do cardeal Albernoz, enquanto o português teria passado a noite em uma osteria. No dia seguinte, os soldados do papa iriam escoltar o embaixador português até a sua casa, onde lá permaneceriam com quinhentos soldados montados e a pé, guardando a praça e a “boca das ruas”. O cardeal Antonio Barberino andava pelas ruas a cavalo, mandando que todos fechassem as portas e que aqueles que estavam nas ruas fossem para suas casas.

Ademollo sugere que o próprio governo espanhol teria mandado retirar o embaixador, mas, curiosamente, Amayden permanece

sustentando a narrativa de que o marquês de Los Velez não teria agido mal, mas teria apenas se defendido do ataque português e francês. Porém, como admite o próprio Amayden, a retirada do embaixador deixou a corte com a opinião geral de que o marquês de Los Velez teria agido de caso pensado.

O próprio diário do governador romano remete à grande presença de armas na casa do cardeal Albernoz, o que indica, mais uma vez, a premeditação do embaixador espanhol⁵⁰. Sobre a presença das armas, Amayden argumenta que o objetivo era apenas que o bispo do Lamego evitasse encontrá-lo, por conta do volume das armas, não sendo premeditada a ação de Los Velez. Evidencia-se, assim, um embate discursivo entre Amayden e o próprio governador, mas, em ambos os casos, parece clara a presença das armas espanholas na casa do cardeal romano. Entretanto, o documento do governador romano fornece uma outra pista fundamental sobre o encontro dos governadores: a abertura de um processo para averiguar o ocorrido. Note-se, assim, que a corte romana de fato tendeu a acusar Los Velez pelo ocorrido, o que culminou em sua condenação, que, ainda que importante, não foi exemplo, como nos mostra o diário.

Que o julgamento foi realizado com toda a sinceridade, pode-se ver da sua leitura, pois haverá testemunhas, que depõem de uma para a outra parte, e assim se consideraram em prejuízo da falsidade do Marquês de Los Velez foi condenado a servir por soldado na guerra que surgiu com o duque de Parma, outras mentes teriam ido para cadeia, mas a conjuntura o beneficiou assim como muitos outros prisioneiros da vida⁵¹.

Como parece lícito supor, os espanhóis afirmavam que a corte romana apoiava os portugueses “não menos que os franceses”. Reforça ainda que, na manhã seguinte, “toda boa gente de Roma”

50 ADEMOLLO, *op. cit.*, p. 49.

51 *Ibid.* p. 49.

foi oferecer ajuda ao marquês. Nessa mesma lógica, o cardeal Francesco solicitou ao marquês que não saísse de casa, a quem o enviado espanhol prontamente advertiu que “respondia somente ao seu rei”⁵². Os cardeais nacionais (protetores de coroa) receberam a mesma ordem, ainda que ela tenha sido revogada depois. Ainda assim, tudo indica a retirada do embaixador espanhol em “trajes de campo” e que os embates com o embaixador francês ficariam para depois. Assim, Amayden acaba por reconhecer a retirada do embaixador espanhol, ainda que com penas elogiosas ao mesmo, e prossegue dizendo que a corte romana temia que o marquês andasse com seus homens pelas ruas de Roma e, com eles, um terço de Roma andasse junto. Mais uma vez, o peso populacional dos castelhanos em Roma se faz sentir, como apresenta a historiografia corrente⁵³.

As facções romanas também se desenham quando os cardeais Bichi e Verospi ficam ao lado dos franceses e, consequentemente, dos portugueses; outros cardeais, porém, ficam com os castelhanos, como é o caso de Facchinetti, Roma e Albernoz. Quando da retirada do marquês de Los Velles, outros cardeais também deixam Roma, Ceva e Montaldo, como também relata Amayden. Por fim, a congregação de São Tiago se reúne para decidir a questão do marquês. Importante reiterar, mais uma vez, a importância das religiosidades “nacionais” para as questões políticas em Roma. A congregação acabou por decidir que não era possível uma “acomodação”, já que o embaixador francês estava se armando com “cento e cinquenta homens” e tinha encarregado um “pajem” de assassinar o marquês. A congregação de São Tiago, que era, assim, parte fundamental da “Roma espanhola”, acabou opinando pela retirada do marquês de Roma.

52 *Ibid* p. 52.

53 DANDELET, Thomas. *La Roma Española (1500-1700)*. Barcelona: Editorial Crítica, 2002; FLETCHER, Catherine. *Diplomacy in Renaissance Rome: the rise of the resident ambassador*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

Mais uma vez, Giacinto Gigli manifesta sua preocupação com a possibilidade de um perigo real de uma “guerra civil” em Roma. E fala como o marquês de Los Velez enviou, antes de sua retirada, muitos soldados pelas ruas de Roma, principalmente para as portas de S. Bernardo e S. Giovanni, onde feriram alguns soldados que estavam de guarda. A “tropa” do embaixador encontraria ainda com alguns soldados do papa, contra os quais alguns tiros foram disparados, mas tudo se “acalmou sem nenhum perigo.” Ainda assim, o povo ficou preocupado, achando que se tratava de mais um tumulto, de tal sorte que o papa mandou dizer ao embaixador “que se fosse embora, fosse embora em seu posto [porta]”. As diversas portas (pórticos) de Roma estavam, na verdade, em constante disputa. Em outra ocasião, um cavaleiro do embaixador espanhol teria saído de Roma pela Porta do Popolo para ir até Tivoli, mas no retorno pretendia entrar pela Porta de S. Lourenzo, sendo impedido pelos homens do cardeal Antonio – cardeal protetor da França e governador de armas de Roma. O embaixador espanhol ficou mesmo aflito com o embate, reforçando que desejava apenas “sair de Roma em paz de espírito”. Assim, mais uma vez, nas contendas romanas, a palavra final passaria a ser do papa.

Entretanto, o que os relatos anteriores mostram é a já conhecida disputa entre França e Espanha. Cabe adicionar a essa disputa a política da família Barberini, uma das mais influentes de Roma e, ao menos nesse momento, defensora dos interesses franceses na cúria. Tal realidade se manifesta não apenas pelo próprio papa Urbano VIII, que era da família Barberini, mas também pelo forte nepotismo do período. Urbano VIII e os Barberini negociavam espaços dentro da Cúria e, não à toa, Amayden demonstrou grande revolta quando o cardeal Barberino encontrou-se com o embaixador francês. A política dos Barberini, sempre ambígua, bem como a presença do cardeal Antonio – protetor da França – deixavam o embaixador espanhol em alerta constante. Como conta Amayden, o

cardeal Antonio era governador de armas de Roma e já tinha prometido “queimar vivo” o marquês⁵⁴.

Por fim, os cardeais protetores da Espanha informaram à Congregação de Estado sobre a resolução do embaixador de deixar Roma, mas não antes de solicitar que fosse aberto processo contra o enviado português, Bispo do Lamego. Alegavam os espanhóis as faltas do embaixador português: o desrespeito à ordem de não sair de casa em Roma; o uso de armas; a ofensa ao gentil-homem, embaixador espanhol. Todavia, a acusação mais grave fora endereçada ao cardeal Antonio, que teria interferido no arrolamento de testemunhas. Amayden afirma mesmo que o cardeal teria mandado prender uma das testemunhas dispostas a dizer a verdade⁵⁵. Alguns dias depois – completando uma semana da batalha nas ruas de Roma –, o embaixador espanhol se retiraria da corte, sem conseguir qualquer tipo de satisfação da corte romana contra os embaixadores franceses e portugueses. O marquês propôs voltar à Roma com as tropas espanholas de Nápoles. Já os espanhóis, por sua vez, esperavam em Roma por isso, mas essa esperança acabou por extinguir-se, como conclui Ademollo.

Na correspondência seguinte, Lamego também informa a Vidigueira sobre a chegada de um novo embaixador espanhol, em novembro de 1642⁵⁶. A saída do bispo acabou por ser adiada por um pedido do marquês de Fontaine, pois, como se sabe, o embaixador francês e o bispo tinham grande proximidade. Lamego acolheu a sugestão do “amigo” para que ficasse mais dois meses em Roma. Por fim, Fontaine, em franca solidariedade ao caso português,

54 ADEMOLLO, *op. cit.*, p. 56.

55 *Ibid.*, p. 56.

56 Não se tem certeza sobre o nome do embaixador enviado, mas tudo indica que tenha sido Ramiro Núñez de Gúzman, duque de Medina de las Torres. Ver: OCHOA BRUN, Miguel Angel. *Historia de la diplomacia española: repertório diplomático – listas cronológicas de representantes desde la Alta Edad Media hasta el año 2000*. Madrid: Ministerio de los Asuntos Exteriores, 2002, p. 250.

sugeriu que os dois embaixadores saíssem juntos da corte romana, como forma de protestar pelo não reconhecimento do embaixador português. Cabe ainda reforçar, como admite o próprio Amayden, que o embaixador português preparava uma “suntuosa” carruagem, ainda mais que a primeira, para sair de Roma. Destarte, a saída dos embaixadores acompanhados de seus respectivos aliados desenha o jogo de forças da Europa da década de 1640.

Antes de sua saída, o bispo-embaixador tentou um último movimento face ao reconhecimento da embaixada: a redação de um “memorial” que foi entregue pouco antes de o embaixador completar um ano naquela corte. Há, ao longo de todo o memorial, um tom firme e bastante claro sobre a realidade portuguesa e da própria Sé, com o qual o bispo-embaixador mostrava uma vez mais sua clareza política.

O embaixador reforçou em sua redação que não tinha aquela embaixada qualquer intenção de pedir “confirmação do título de rei”, nem qualquer tipo de ajuda para se “defender” ou “sustentar”, querendo, apesar disso, a benção apostólica.⁵⁷ Em outro trecho, não deixou de intimidar as posições políticas do papado: “a se pode presumir que obrava mais com Vossa Santidade as contradições do rei de Castela do que a justiça e obrigação da suprema cabeça da igreja.” Novamente apelou à imparcialidade papal, “sem se inclinar a parcialidades temporais em matéria meramente espiritual”⁵⁸. Pelo próprio tom do memorial, já se percebe a ousadia do bispo-embaixador, não apenas demonstrando a parcialidade do papado, bem como seu descuido com o tema religioso. A retórica do bispo não colou. Apesar de tudo, era evidente ao papado que o reconhecimento de Portugal não era mera questão espiritual. A guerra entre Portugal e Espanha era, na verdade, um elemento fundamental dentro do jogo de xadrez

57 *Corpo Diplomático, op. cit.*, v. 12, p. 341.

58 *Ibid.*, *loc. cit.*

européu da segunda da metade do século XVII. Lembre-se de que França e Espanha disputavam o controle hegemônico da Europa. A França – liderada pelo cardeal Richelieu – adotava uma política externa cada vez mais agressiva e abandonava paulatinamente o uso da religião nas artes de governar, quase sempre adotando políticas de expansão contra outros reinos católicos. A Espanha não estava em realidade diferente, pois enfrentava não apenas a pressão francesa em suas fronteiras, mais também dois levantes internos: Portugal e Catalunha. Assim, Portugal estava inserido em uma trama internacional muito mais complexa do que se pode imaginar. E o papa sabia disso, tal como o embaixador.

Já ao término do memorial, o bispo-embaixador começa a preparar seu terreno para a saída da corte, advertindo sobre o desprestígio com que era tratado e sobre como esse tratamento não era compatível com a dignidade real⁵⁹. Apesar do desejo de se retirar da corte, os franceses continuavam a insistir que era necessário manter a atividade diplomática e a troca de correspondências e que, apesar do apoio de Fontaine à saída do bispo do Lamego, as negociações deveriam continuar.

Ao manifesto escrito pelo bispo do Lamego adicionam-se outras publicações portuguesas para retratar o ocorrido nas ruas de Roma. Entre as publicações mais relevantes, encontram-se as Gazetas da Restauração, que retratam em detalhes não apenas as dificuldades políticas internas do reino, como também diversas notícias sobre a Europa moderna, incluindo Roma.

Por fim, Lamego sinalizou em carta para Vidigueira que tentaria ser recebido como bispo, a fim de dar conta “da minha igreja”. O papa acena positivamente sobre a visita privada do bispo, mas procura determinar a forma cerimonial da sua entrada, devendo vir à noite, entrando por uma porta e saindo por outra. Porém, o bispo

59 *Ibid.*, *loc.cit.*

acabou por entender sobre a “pouca vontade, que Sua Santidade tinha de me falar, pois me mandava o fizesse de maneira, que não convinha a minha autoridade”⁶⁰. Esse fato acarreta na recusa de Lamego, que acaba não sendo recebido como embaixador, mas apenas na condição de prelado.

O desfecho da embaixada é bem definido por Gigli, o relato mais imparcial sobre essa missão diplomática:

Partiu de Roma Bispo Lamego embaixador do Rei de Portugal depois de ter gasto muito dinheiro e feito grande e suntuoso aparato para poder aparecer como esperava no passeio que queria fazer quando foi ao Papa, mas tendo muito boas intenções (O Papa) ele não foi então recebido, e o embaixador francês partiu sem efeito, e ele ficou muito desgostoso com o Papa⁶¹.

A saída do embaixador da corte também passou por diversas mediações. Como fora exposto, o embaixador na França receava que sua saída fosse sentida pelos franceses, mas, ao final, o próprio Fontaine não apenas apoiou a decisão, mas saiu junto com o bispo-embaixador da cidade em tom de protesto. Outra marca importante mencionada por Gigli é o custo das embaixadas em Roma, que, como visto, eram das mais elevadas dentro das cortes europeias⁶². Assim sendo, a missão primária da embaixada não seria cumprida, pois Portugal precisaria ainda de trinta e um anos para ter seu rei reconhecido pelo papa. Ao retornar a Portugal, D. Miguel de Portugal teria seus feitos reconhecidos pelo rei, sendo nomeado, inclusive, para cargo de prestígio no reino. Porém, o

60 *Ibid.*, p. 344.

61 ADEMOLLO, *op. cit.*, p. 66.

62 COSTA, Luciano Cesar da. As dificuldades financeiras dos embaixadores portugueses em Roma: mecanismos de financiamento e estratégias políticas globais. *Esboços*, v. 29, n. 51, p. 508-526, maio/ago. 2022.

bispo-embaixador teria pouca chance de usufruir dessa honra, pois faleceria logo em seguida.

Trata-se, dessa maneira, de um exemplo bastante singular de quando uma trajetória individual se confunde com a própria história diplomática. D. Miguel foi um desbravador, visto que Portugal não emitira ou detivera expediente diplomático há mais de sessenta anos e, ainda assim, ele teve uma atuação diplomática expressiva, ora ao ser recebido privadamente pelo papa, ora ao enfrentar bravamente os ataques castelhanos nas ruas de Roma. Como um embaixador de “ocasião”, D. Miguel de Portugal atuou com bastante coerência frente à poderosa diplomacia castelhana, ainda que o sucesso de sua missão possa ser francamente questionado, afinal, o novo rei de Portugal ainda estava longe de deixar de ser rebelde e de ter sua realeza reconhecida por seus pares europeus e, em última instância, pela própria Santa Sé.

Referências

ADEMOLLO, Alessandro. *La Questione della Indipendenza Portoghese a Roma dal 1640-1670*. Firenze: Tipografia della Gazzetta d'Italia. 1878.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT). *Manuscritos do Convento da Graça*, Tomo: 5E, cota: PT/TT/MMCG/5E, p. 9.

BOUZA, Fernando. *Corre manuscrito*. Madrid: Marcial Pons, 2001.

BURKE, Peter. *A arte da conversação*. São Paulo: Edusp, 1995.

CAMENIETZKI, Carlos Ziller. *O paraíso proibido*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.

CARDIM, Pedro; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CUNHA, Mafalda Soares da (org.). *Optima Pars: as elites do Antigo Regime no espaço ibero-americano*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

CARDIM, Pedro. “Nem tudo se pode escrever”: correspondência diplomática e información “política” en Portugal durante el siglo XVII. *Cuadernos de Historia Moderna*, Anejo IV, p. 95-128, 2005.

CARVALHO, Daniel Pimenta Oliveira de. O conflito político português na Europa em meados do século XVII: diplomacia, informação e imprensa. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], Colloques, oct. 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevo-mundo/65837>. Acesso em: 12 jul. 2018.

CORPO Diplomático Português: contendo os actos e as relações políticas de Portugal com as diversas potências do mundo. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892. 15 v.

CHACÓN JIMENEZ, Francisco; MOLINA PUCHE, Sebastián. Familia y elites locales en las tierras de señorío: las relaciones clientelares como elemento de promoción social. In: ANDÚJAR CASTILLO, Francisco; DÍAZ LÓPEZ, Julián Pablo (coord.). *Los señoríos en la Andalucía Moderna: el marquesado de los Vélez*. Almería: Instituto de Estudios Almerienses, 2007. p. 57-75.

COSTA, Luciano Cesar da. As dificuldades financeiras dos embaixadores portugueses em Roma: mecanismos de financiamento e estratégias políticas globais, *Esboços*, v. 29, n. 51, p. 508-526, maio/ago. 2022.

CURTO, Diogo Ramada. *O discurso político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Universidade Aberta, 1988.

DANDELET, Thomas. *La Roma Española (1500-1700)*. Barcelona: Editorial Crítica, 2002.

DIAS, Eurico Gomes. *Gazetas da Restauração: (1641-1648): uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas (edição transcrita)*. Lisboa: Coleção Biblioteca Diplomática do MNE, 2006.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*: investigação sobre a sociologia da realza e da aristocracia da corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FARIA, Ana Leal de. *Arquitectos da paz*: a diplomacia portuguesa de 1640 até 1815. Lisboa: Tribuna, 2008.

FLETCHER, Catherine. *Diplomacy in Renaissance Rome*: the rise of the resident ambassador. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

GAMA, Fonseca da. *O bispo-embaixador. D. Miguel de Portugal*: conferência feita em Lamego, no Teatro Ribeiro Conceição, a 20/12/1944, no início das comemorações do centenário da Diocese. Lamego: Edições-Crisos, 1945.

GUTIÉRREZ, Conchi. The diplomacy of letters of the count of La Roca in Venice (1632-1642). In: INVERNIZZI, Diana Carrió (dir.). *Embajadores Culturales*: transferencias y lealtades de la diplomacia española de la Edad Moderna. Madrid: UNED, 2016. p. 187-204.

MENDES, Caroline Garcia. “Por ser nova de grande alegria para este reino, se pôs nessa Gazeta”: a circulação de notícias e a Gazeta “da Restauração” em Portugal (1641-1647), *Labor Histórico*, v. 2, n. 1, p. 124-136, jan./jun. 2016.

NEVOA, James Nelson. La nación entre la corte y la ciudad: los cristianos nuevos portugueses en la ciudad eterna. In: LÓPEZ-SALAZAR, Ana Isabel; DÍAZ DEL CAMPO, Francisco J. Moreno (coord.). *La Monarquía Hispánica y las minorías*. Madrid: Silex, 2019.

OCHOA BRUN, Miguel Angel. *Historia de la Diplomacia Española*: repertório diplomático – listas cronológicas de representantes desde la Alta Edad Media hasta el año 2000. Madrid: Ministerio de los Asuntos Exteriores, 2002.

PARLAGRECO, Carlo. *Dizionario Portoghese-Italiano*. Milano: Antonio Vallardi, 1935.

RIBOT GARCIA, Luis Antonio. *El arte de Gobernar*: estudios sobre la España de Los Austrias. Madrid: Alianza Editorial, 2006.

RIVERO RODRIGUEZ, Manuel. *La edad de oro de los virreyes en la Monarquía Hispánica durante los siglos XVI y XVII*. Madrid: Akal, 2011.

SENNELART, Michel. *As artes de governar*. São Paulo: Editora 34, 2006.

TORGAL, Luis Reis. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1981-1982. 2 v.

VERA Y FIGUEROA, D. Juan Antonio de. *El Embajador*. Sevilla: Por Francisco de Lyra, 1620.

CAPÍTULO IV

As missões diplomáticas aos Países Baixos **Antônio Vieira, o embaixador oculto de el-rei**

Thiago Groh

A independência da República dos Países Baixos do domínio espanhol marcou não apenas o início do declínio da Casa dos Áustrias, mas também da transformação da paisagem política e econômica europeia, que se estendeu por todo o globo no conflito com Portugal, onde o controle pelo comércio de açúcar e o tráfico negreiro protagonizavam as disputas em que o resultado final foi uma derrota na Ásia, um empate na África e uma vitória na América para os portugueses no entendimento de Charles R. Boxer¹.

Ao mesmo tempo em que esse conflito se desenrola nas diferentes partes do mundo, incluindo a Europa, Portugal enfrenta outro grave problema: a falta de legitimidade do novo monarca D. João IV diante de seus pares europeus, consequência do golpe de 1º de dezembro de 1640, que aclamou o então duque de Bragança,

¹ BOXER, Charles R. *O império marítimo português: 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.124.

rei de Portugal no lugar de Filipe IV², episódio que marca o início do processo de Restauração de Portugal, que se estendeu até os anos de 1668 e 1669, com o reconhecimento da independência por parte da Espanha e depois do papa, legitimando a dinastia brigantina. Contudo, esses dois conflitos não foram solucionados apenas ou somente pelo uso das forças bélicas, pois foi preciso recorrer à diplomacia para pôr fim às disputas.

Nesse contexto é que se inserem os esforços diplomáticos do padre Antônio Vieira nas negociações pela recuperação do Nordeste do Brasil ocupado pelos holandeses desde 1630. Depois da frustrada tentativa de conquista de Salvador em 1624, os neerlandeses se estabeleceram em uma ampla faixa do Nordeste brasileiro controlando a principal zona de produção do açúcar, tendo a cidade de Recife como centro, em um duro golpe contra Portugal, que tinha, assim, sua principal fonte econômica suprimida pelo inimigo, que alguns anos depois também conquistaria Angola, passando a controlar o tráfico negreiro no Atlântico.

A relação entre Portugal e Holanda, que eram parceiros comerciais e importantes praças de negócios, começou a entrar em crise ainda durante o período da União Ibérica, quando Filipe IV impôs restrições comerciais, rompendo unilateralmente os contratos entre lusitanos e neerlandeses em 1621, o que motivou as investidas holandesas nas colônias portuguesas³. O conflito com o antigo parceiro comercial significou para Portugal, após a Restauração, um problema econômico, político e militar, uma vez que era necessário reabrir os canais de venda do açúcar produzido no Nordeste brasileiro, receber o reconhecimento das monarquias europeias – principalmente participando do Congresso de Vestfália onde as forças políticas europeias se reorganizaram – e recuperar as colônias perdidas.

2 Usaremos aqui a nomenclatura espanhola para os reis Filipes.

3 VALLADARES, Rafael. *Independência de Portugal: guerra e restauração, 1640-1680*. Lisboa: A Esfera do Livro, 2006, p. 35

O processo de Restauração de Portugal percorreu, então, um longo caminho, não somente temporal, mas também político e diplomático-militar que se desenvolveu tanto no interior do Reino e no Império quanto em diferentes espaços da Europa, notadamente na luta estabelecida contra o invasor holandês pelos pernambucanos e nas tratativas de Vieira e outros diplomatas nas cortes. A monarquia brigantina havia de durar mais que um inverno, contrariando os diagnósticos de Filipe IV, e para tanto uma rede articulada e eficiente de diplomatas foi necessária. D. João IV tratou de rapidamente enviar representantes às principais cortes (França, Inglaterra, Suécia, Holanda e Roma) nos primeiros meses de seu governo.

A embaixada portuguesa em Haia foi estabelecida em janeiro de 1641 com a nomeação de Tristão de Mendonça Furtado, que somente chegou a Haia em abril do ano de 1641, momento em que ocorre concomitantemente a publicação de Provisão Régia retomando a liberdade de comércio com os holandeses⁴. Fidalgo, com diversos serviços prestados à Coroa, era um homem das armas e não das letras. Como resultado, acabou perdido no complexo mundo dos negócios e da política que regia os rumos da República dos Países Baixos com suas companhias comerciais e singularidades⁵.

A escolha do fidalgo como embaixador em Haia deu-se pelo seu histórico de serviços prestados juntos às armas e provavelmente por um julgamento errado de D. João IV e seus conselheiros, que certamente acreditaram nas boas relações com os holandeses e na existência de um inimigo em comum, a Espanha, para enviar ao país Tristão de Mendonça Furtado, que não tinha nenhuma habilidade política e diplomática. A escolha dos emissários para a ocupação das primeiras embaixadas de Portugal após a Restauração não respeitou

4 Provisão Régia de 21 de janeiro de 1641.

5 Para compreender o funcionamento político da República dos Países Baixos, conferir: MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

muitos critérios de modo a se formar ou estabelecer um perfil para os embaixadores. A preferência por juristas e formados em Letras era antecedida pela capacidade econômica do escolhido de se estabelecer no exterior, dadas as condições econômicas da Coroa⁶.

Mesmo não tendo as melhores qualidades para a função, a embaixada de Mendonça Furtado foi significativa por três motivos. O primeiro pelo reconhecimento como embaixador representante de uma autoridade estrangeira, ao ser recebido de acordo com as leis dos *direitos das gentes*, entrando na cidade de Haia de acordo com os rigores protocolares. O segundo pelo rápido acordo conseguido com os holandeses – um acordo frágil, ignorado na maior parte do tempo pelos dois lados, mas que serviu de baliza para todo o processo de discussão diplomática até o acordo final de 1661, como apontou Edgar Prestage⁷. O terceiro ponto é que a política holandesa foi revelada sem qualquer cerimônia como de paz na Europa e de guerra no ultramar, ou uma paz fingida, como ponderou Ronaldo Vainfas⁸. Essa política demorou um tempo para ser percebida pelos portugueses e seus representantes, e de certo modo foi implementada no processo de Restauração de Pernambuco.

A embaixada de Tristão de Mendonça Furtado é marcada pelo acordo de trégua de 1641. A sua frágil redação e o desinteresse holandês em estabelecer efetivamente uma paz refletem-se nas consequências do seu estabelecimento com a invasão do Maranhão, São

6 Sobre o perfil dos embaixadores portugueses, ver: CARDIM, Pedro, MONTEIRO; Nuno Gonçalo; CUNHA, Mafalda Soares da (org.). *Optima Pars: as elites do Antigo Regime no espaço ibero-americano*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

7 PRESTAGE, Edgar. O papel da diplomacia na luta entre portugueses e holandeses pela posse do Brasil – (1641-1661). *Revista de Estudos Históricos*, [S. l.], n. 1-3, p. 1-26, jan./dez. 1926.

8 *Id.* A embaixada de Tristão de Mendonça Furtado. *O Instituto Revista Científica e Literária*, [S. l.], v. 67, 1920; VAINFAS, Ronaldo. Guerra declarada e paz fingida na Restauração Portuguesa. *Tempo*, [S. l.], v. 14, n. 27, p. 82-100, 2009.

Tomé e Angola, sendo esta última fundamental para o controle do comércio escravo. Os portugueses, para além de lamentarem tais consequências, seguiram todo o período de negociação reclamando contra o desrespeito ao acordo. Mendonça Furtado foi substituído pelo jurista Francisco de Andrade Leitão⁹, desembargador da Casa da Suplicação, que recebera a incumbência de tentar reverter os pontos desfavoráveis a Portugal no acordo assinado pelo seu antecessor e também garantir a manutenção da paz entre as duas nações, com a retomada dos territórios invadidos após o estabelecimento do acordo.

Com serviço diplomático prestado ao lado de D. Antão de Almada na Inglaterra no ano de 1641, o jurista desembarca em Haia munido de experiência e pronto para descobrir a posição holandesa, que até então era dúbia para os portugueses, sobre as colônias invadidas, principalmente as de São Tomé e Angola. Assim, o embaixador logo apresenta 13 violações que acreditava terem os holandeses feito ao tratado de 1641. Leitão, tal como o antecessor, também cometeu seus equívocos e excessos e muito protestou junto à Assembleia dos Estados Gerais. A sua missão, contudo, também foi limitada pela posição de Portugal em não abrir mão da devolução das conquistas feitas após o Tratado de Trégua¹⁰. Apesar da verve jurídica, Andrade Leitão também foi envolvido pelo jogo holandês. A estrutura política de governo confederado levava a um lento processo de decisões que favorecia as companhias comerciais, como bem nota Evaldo Cabral de Mello, e também permitia ao *stathouder* e aos Estados Gerais fazer promessas ao embaixador português¹¹, que, ao cabo e ao fim, acreditava que esta era a melhor situação para Portugal, na medida em que, mesmo não

9 Antes de ocupar a embaixada nos Países Baixos, Francisco de Andrade Leitão havia servido em Londres junto com D. Antão Vaz de Almada entre 1641 e 1642. Ao ser substituído por Francisco de Sousa Coutinho, foi nomeado embaixador plenipotenciário em Münster. Ver: FARIA, Ana Leal de. *Arquitectos da Paz: a diplomacia portuguesa de 1640-1815*. Lisboa: Tribuna da História, 2008.

10 MELLO, *op. cit.*, p.44-47

11 *Ibid.*, p. 45.

recuperando os territórios tomados durante o processo do Tratado de 1641, não sofreria novas derrotas e, assim, poderia deixar essa frente para outro momento e dispendar as energias e economias do reino na luta contra os espanhóis e no reconhecimento da monarquia.

Leitão permanece como embaixador em Haia até 1643, quando D. João IV nomeou Francisco de Sousa Coutinho, o primeiro embaixador de carreira de Portugal, para ocupar o posto nos Países Baixos. O mais longo representante do rei no país batavo foi nomeado com a missão de garantir a participação de Portugal no Congresso de Vestfália, continuar a negociar um tratado de paz e propor a polêmica compra do Nordeste do Brasil pela quantia de 2.000.000 de cruzados, que seriam pagos em prestações¹². A participação em Vestfália com voz ativa ou passiva significaria um importante reconhecimento da monarquia Brigantina na Europa.

Representante da Casa de Bragança em Madri durante o governo de Filipe IV até a Restauração, Sousa Coutinho fora o responsável pelas tratativas do casamento do D. João IV com D. Luísa de Gusmão em 1632. Foi nomeado para a embaixada de Estocolmo na Suécia com a Restauração em 1640, onde permaneceu até sua nomeação para Haia. Sujeito de grande ilustração, conhecia o latim e o francês, e possuía especial habilidade em negociar e estabelecer acordos. Quanto a sua personalidade, era marcada pela prudência¹³, elemento indispensável na diplomacia¹⁴.

12 *Ibid.*, p.58.

13 Sobre o perfil dos embaixadores e as “qualidades” exigidas ou aconselhadas para o cargo, a prudência era uma das que primeiro figuravam nos manuais de “espelho de embaixador”, que tornaram-se muito comuns no século XVII, apesar da origem provável na Renascença. Ver: VERA Y FIGUEROA, D. Juan Antonio de. *El Embajador*. Sevilha: Por Francisco de Lyra, 1620; e COSTA, Luciano Cesar da. *Teatro do mundo: embaixadas e diplomacia em Roma durante a Restauração Portuguesa (1640-1671)*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

14 GROH, Thiago. *O embaixador oculto: Antônio Vieira e as negociações entre Portugal e a República dos Países Baixos*. Curitiba: Prisma, 2015, p. 17-18.

Três anos após a aclamação de D. João IV, a monarquia resistia, mas as frentes de combate de Portugal não diminuavam. As batalhas com a Espanha na fronteira, o não reconhecimento da dinastia brigantina, a economia frágil e a luta com os holandeses, que ganhava novo elemento com o início da Insurreição Pernambucana, indicavam que o trabalho diplomático pouco tinha avançado e D. João IV ainda estava distante de garantir a sobrevivência do Império. Mas, por outro lado, já se sabia que o Império Oriental, na Ásia, estava perdido¹⁵.

No campo diplomático, a derrota na Ásia foi tomada como um fato consumado desde o início dos debates. Pouco ou nada foi feito para recuperar os territórios perdidos. As instruções secretas de Francisco de Sousa Coutinho revelam a visão dos portugueses em relação a esse espaço do Império. Elas instruíam o diplomata a exigir a restituição de todas as colônias tomadas pelos holandeses, mas focar na recuperação do Nordeste do Brasil, ou seja, no negócio do Brasil, ficando a discussão sobre os territórios na Ásia para o caso de os holandeses aceitarem a proposta do negócio e, assim, poder barganhar uma posição favorável a Portugal¹⁶.

Essa questão revela que para Portugal as conquistas no Oriente já não tinham um peso econômico relevante para se dispender alguma força na sua recuperação. De fato, a colonização implementada pelos portugueses naquela região difere completamente da feita na América e na África. A Ásia, contudo, ainda era uma região relevante para o Império tanto comercialmente quanto na prestação de serviços à coroa, ao menos até o final do século XVII.

A chegada de Sousa Coutinho à Holanda indica a preocupação de Portugal com a situação junto a essa nação, que primeiro reconheceu a monarquia portuguesa, como fica evidente pelo tratado de 1641. Ainda sobre o perfil dos embaixadores, podemos afirmar que, a partir de 1643-1644, com algumas mudanças realizadas nas

15 MELLO, *op. cit.*, p. 59.

16 *Ibid.*, *loc. cit.*

embaixadas, há uma melhor definição das características esperadas dos embaixadores à medida que a função passa a ganhar um caráter mais político-jurídico, abandonando os ares aventureiros dos primeiros anos. É a partir desse momento também que os diplomatas portugueses passam a travar uma verdadeira guerra de papel¹⁷, com publicações a favor da causa de Portugal no intuito de convencer os governos e ganhar simpatia para as suas reivindicações. O novo embaixador também levava consigo autorização para comprar o Recife dos holandeses em conjunto com a entrada de Portugal num acordo geral de paz no Congresso de Vestfália¹⁸. A ideia da compra era uma jogada interessante, se não fossem os problemas econômicos de Portugal, que permitia a D. João IV evitar um conflito armado e ao mesmo tempo ganhar tempo no campo diplomático com as longas negociações. Anos depois, a compra se tornaria uma obsessão do padre Antônio Vieira, que cegamente acreditaria ser ela a única saída para Portugal e o Brasil.

A embaixada de Sousa Coutinho seguiria tranquila até 1645-1646, quando o movimento de Restauração do Recife começa a ganhar força e os holandeses a passam a sofrer suas primeiras derrotas. É nesse momento que o jesuíta Antônio Vieira chega a Haia, depois de uma passagem por Paris, junto à embaixada do conde da Vidigueira, com a missão de sondar o desenvolvimento das negociações diplomáticas. Uma missão rápida de poucos meses, na qual o jesuíta colheu informações e sondou possibilidades.

Cumprida a primeira missão, Vieira retornou ao Reino entusiasmado com o que tinha visto e ouvido. Provavelmente viu e ouviu

17 Sobre a guerra de papéis, ver: BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. Papeles, batallas y público barroco: la guerra y la Restauração Portuguesa en la publicística española de 1640-1668. *Fundação das Casas de Fronteira e Alorna*, 2010. Disponível em: www.fronteira-alorna.pt/Textos/papelesbatallas. Acesso em: 1º ago. 2022.

18 PRESTAGE, Edgar. *As relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda, de 1640 a 1668*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928, p. 212.

apenas aquilo que lhe interessou, deixando para trás qualquer outra questão que se opusesse aos seus planos futuros. Em suma, foi muito mais uma atividade de sondagem da situação diplomática portuguesa na luta contra os holandeses e no reconhecimento da monarquia brigantina que propriamente uma missão para estabelecer algum acordo ou negócio. É também nesse momento que o religioso toma contato com a comunidade judaica de Amsterdã, que muito provavelmente já conhecia por ouvir dizer.

Saído de Lisboa em 1º de fevereiro de 1646, na época das chuvas, fato que tornou a viagem mais cansativa, chegou a Paris vinte dias depois para se encontrar com o conde da Vidigueira, futuro marquês de Niza, embaixador português naquela cidade e que centralizava o “comando” das ações diplomáticas para o reconhecimento da dinastia brigantina. O encontro entre o religioso e o conde acabou não ocorrendo, pois o embaixador tinha saído em viagem, deixando a embaixada a cargo de Antônio Moniz de Carvalho, que ocupava a função de residente. Foi com ele que Vieira se inteirou das ações e dos negócios, principalmente das tratativas para uma aliança com a França contra a Espanha.

De Paris seguiu para os Países Baixos, com uma parada na cidade de Rouen, onde havia outra importante comunidade sefardita portuguesa. O jesuíta tinha consciência da importância desses homens para o reino, tanto econômica quanto socialmente – desde 1644, já os defendia em público, conclamando pela volta desses homens e pelo relaxamento das perseguições inquisitoriais. O Sermão de São Roque de 1644, pregado na capela real diante de toda a corte, é o marco inicial das ideias do jesuíta sobre os judeus, ao menos publicamente. Nesse mesmo sermão, ele defende a criação de uma companhia comercial¹⁹. Sobre a passagem de Vieira por Rouen, podemos inferir um pouco do que lá fez e dos favores que

19 VIEIRA, Antonio. *Sermões*. [S. l.]: Editora das Américas, 1858, v. 20.

obteve por meio de sua carta remetida à comunidade local, logo que chegou a Haia²⁰.

É também a partir desse contato com a comunidade judaica de Rouen que Vieira torna-se defensor dos sefarditas portugueses no estrangeiro e publica anonimamente o texto *Proposta que se fez ao sereníssimo rei D. João IV a favor da gente da nação sobre a mudança de estilos do Santo Ofício e do fisco*²¹, causa que passa a defender e a usar para negociar junto aos judeus nos Países Baixos. Ali, Vieira pôde verificar a receptividade a suas ideias em favor dos sefarditas portugueses. A cidade começava a tolerar o judaísmo e tinha grande circulação de impressos escritos em português e castelhano de autores judeus como o poeta Antônio Henriques Gomes, que traduziu a *Phenix da Lusitania*, poema de Manuel Tomás em homenagem a D. João IV, e que viveu na cidade²². De certo modo, Antônio Vieira plantou no coração daquela comunidade a esperança pela mudança e retorno a Portugal.

Sua majestade saberá muito cedo por cartas quão leais vassallos tem em Ruão, e quão merecedores de os ter perto de si, e se Deus me leva a seus reais pés, eu prometo a Vossas Mercês que fique muito mais confirmado no bom ânimo em que o deixei, porque até agora o persuadia com argumentos e discursos, e daqui por diante poderei fazer com experiência de vista²³.

20 VIEIRA, Antônio. *Cartas*. Coordenadas e anotadas por João Lúcio de Azevedo. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925, v. 1, p. 89.

21 *Id.* Proposta feita a El-rei D. João IV em que se lhe representa o miserável estado do reino e a necessidade que tinha de admitir os judeus mercadores que andavam por diversas partes da Europa. In: *Id. Escritos históricos e políticos*. Organização de Alcir Pécora. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

22 ABREU, Ilda Soares de. *Manuel Fernandes de Vila Real: vida e morte pela causa da Restauração*. *Promontoria*, Faro, n. 6, 2008, p. 285.

23 VIEIRA. *Cartas*, *op. cit.*, p. 168.

Em Haia, usando vestes seculares e espada na cintura, pois a roupa religiosa – ainda mais o hábito jesuíta – não era recomendável para a localidade, ao chegar à cidade holandesa, Vieira teve com Francisco de Sousa Coutinho, que inicialmente o recebeu com pouca simpatia, mas logo os ânimos passaram para uma relação amistosa, segundo João Lúcio de Azevedo, que credita ao jesuíta e suas habilidades a mudança de animosidade inicial por parte do embaixador português²⁴. Ali, Vieira colheu informações sobre as negociações e negócios da embaixada, atuou nos bastidores e também tomou frente das negociações. Ouviu ainda de Sousa Coutinho reclamações sobre as demoras no envio de notícias de Lisboa e de orientações para o estabelecimento de um acordo com os holandeses.

É no jogo das negociações diplomáticas, muito mais que em suas cartas do período, que a missão do padre Antônio Vieira é revelada, pois não era somente uma missão secreta. Ela também o fazia um embaixador oculto na medida em que seus poderes de negociação são imbuídos da premissa de que fala em nome e com a aprovação do rei, sem um limite específico como normalmente ocorria com os embaixadores ou plenipotenciários que carregavam autorização específica e clara para agir dentro de determinada situação. Principalmente na segunda missão em 1647-1648, o jesuíta, “eminência parda” do rei, agirá também como uma espécie de “ministro dos negócios” no exterior²⁵.

E dentro dessas negociações que é convencido por Sousa Coutinho da necessidade de compra do Nordeste brasileiro como a única saída possível para a questão com os holandeses. Ao mesmo

24 AZEVEDO, João Lúcio de. *História de padre Antônio Vieira*. Lisboa: Clássica, 1992, v. 1, p. 90.

25 BESSELAAR, José van den. Antônio Vieira e a Holanda. *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, III série, n. 14, p. 5-35, 1971, p. 34; VAINFAS, Ronaldo. *Antônio Vieira: jesuíta do rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 113; GROH, *op. cit.*, p. 30.

tempo, percebe a necessidade dos subornos para obter apoio e fazer o acordo com os holandeses sair, pois, como bem lembra Evaldo Cabral de Mello, os Países Baixos eram uma república de mercados, onde imolar a honra nacional em favor de um interesse privado não era dos fatos mais graves²⁶. Essa lógica comercial holandesa, juntamente com a ampla e confusa divisão administrativa, foi o principal entrave para as negociações diplomáticas, mas também favoreceu os portugueses em diversos momentos, como na obtenção de artilharias e navios de guerra.

É ao longo desse período nos Países Baixos que o padre Antônio Vieira tomou contato com a comunidade de judeus portugueses de Amsterdã. Ronaldo Vainfas chama atenção para o fato de muitos historiadores creditarem esse encontro à segunda missão do jesuíta, mas foi na primeira, chegando a frequentar a importante sinagoga da cidade e a assistir à pregação do rabino Menasseh ben Israel, principal orador daquele templo e importante impressor da comunidade. O rabino, filho de pais portugueses, provavelmente nasceu em Lisboa ou em La Rochelle ou um pouco antes de a família emigrar para Amsterdã, ou no caminho, mas certamente após o pai condenado pela Inquisição ser reconciliado em 1603²⁷. O encontro com o rabino foi importante para Vieira aderir de vez à defesa dos judeus em Portugal, assim como para o desenvolvimento das ideias

26 MELLO, *op. cit.*, p. 85.

27 AZEVEDO, João Lúcio de. *História dos cristãos-novos portugueses*. Lisboa: Livraria Clássica, 1975, p. 394. Azevedo indica também a possibilidade de o rabino Menasseh ben Israel ter nascido na Ilha da Madeira, com a família fugindo pelo mar e não por terra. Para Ronaldo Vainfas, esta última indicação do local de nascimento é pouco provável (Vainfas, *op. cit.*, p.123). Valmir Francisco Muraro afirma, contudo, que Menasseh ben Israel tinha por costume declarar-se “Português de nascimento e Batavo de espírito”. A imprecisão do local e da data de nascimento na Época Moderna era muito comum, pois, somente entre os nobres, a preocupação com os registros de nascimento era mais cuidadosa. MURARO, Valmir Francisco. *Padre Antônio Vieira: retórica e utopia*. Florianópolis: Insular, 2003, p. 130.

milenaristas do jesuíta. Vieira, contudo, não conseguiu o encontro com Saul Mortera, que dividia com Menasseh a condução da sinagoga.

No retorno ao reino, mostra-se entusiasmado como o que viu e ouviu, tanto que logo foi ao encontro do rei D. João IV para lhe contar os detalhes da missão e mostrar seu êxito como diplomata. De fato, o sucesso da primeira missão do jesuíta estava no contato com as comunidades judaicas e no apoio que obteve delas. Tal apoio era fundamental para as pretensões do reino, por seu peso político e financeiro, e também tornou impreterível a realização da segunda missão entre os anos de 1647 e 1648.

No período entre a primeira e a segunda missão, o jesuíta maquinaria seu plano para o sucesso definitivo de Portugal junto às monarquias europeias e, assim, para concretizar a Restauração do reino. Voltou ao púlpito e à intimidade da família real, valendo-se de sua habilidade com as palavras e as letras para conquistar o apoio necessário. A situação de Portugal em meados de 1646 não era simples. Na Europa, havia a ameaça dos exércitos espanhóis na fronteira e no além-mar as esquadras holandesas, como bem notou Ronaldo Vainfas²⁸. Já no Brasil, a Insurreição Pernambucana avançava sobre o domínio holandês.

Não somente a soberania do reino estava em risco, como a sobrevivência do próprio Império. Vieira não vislumbrava muitas saídas e certamente ignorou as alternativas. Talvez isso tenha sido fruto da pressão imposta pelos chamados “valentões”, grupo que fazia oposição ao jesuíta, por sua falta de habilidade política em visualizar além do óbvio ou pela sua veia messiânica para a salvação do reino. O jesuíta, como já afirmamos, por vezes apenas ouvia e via o que lhe convinha, o que se somava à sua praticidade e teimosia em manter suas ideias.

Vieira lamuriava-se pelos avanços da Insurreição Pernambucana, pois acreditava que tal ação poderia colocar tudo a perder no caso

28 VAINFAS, *op. cit.*, p. 119.

de derrota. Perder-se-iam não apenas frações do Império, mas ele todo e quizá o próprio reino. Manifestava sua angústia por cartas, escritas ainda no tempo em que passou pelos Países Baixos, ao rei e ao marquês de Niza. Contudo, Vieira ainda gozava de grande confiança do rei e sua discrição na primeira missão foi decisiva para o segundo envio do jesuíta como embaixador oculto a França e aos Países Baixos. Dessa vez, Vieira usaria de todos os artifícios que conhecia para buscar a liga com a França e a paz com os Países Baixos. Oficialmente seu envio para Amsterdã foi justificado pela necessidade de Portugal adquirir armas bélicas e navios, justamente para a luta contra os holandeses.

Vieira partiu, então, em agosto de 1647 para Paris e depois seguiria a Amsterdã. O agora marquês de Niza havia retornado à embaixada francesa com a missão de conseguir a simpatia do cardeal Mazarino para a causa portuguesa e consequentemente para a liga entre as nações, estabelecendo uma ação conjunta contra Espanha. O embaixador levava ordens para oferecer o Arcebispado de Évora e outras benesses eclesiásticas ao cardeal ou a seu irmão Miguel Mazarino, arcebispo de Aix, assim como levava grande quantidade de gêneros como pimenta e produtos indianos para ofertar e, assim, obter apoios e alianças políticas que o favorecessem no desenvolvimento da missão. O marquês ainda carregava ordens para buscar o casamento entre D. Teodósio, primogênito de D. João IV, e a M^{lle} de Montpensier, filha mais velha do duque d'Orleans.

Por sua vez o cardeal Mazarino garantia o apoio da França na compra dos territórios portugueses conquistados pelos holandeses, inclusive com a disponibilidade de a rainha ceder joias pessoais para ajudar na empreitada, por outro lado não podia firmar uma liga com Portugal e contra a Espanha²⁹. Também não havia

29 SANTAREM, Visconde de. *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo, desde o princípio da monarquia*

oposição, no entender do conde da Ericeira, ao casamento entre D. Teodósio e Ana Maria Luísa, a M^{lle} de Montpensier, mas também não haveria vantagens.

Por outro lado, havia a aproximação do Congresso de Münster e os riscos, apesar de que, convenhamos, pequenos a essa altura, de um insucesso da Insurreição Pernambucana. É imbuído desse espírito que Vieira parte para sua segunda missão diplomática a Paris e Amsterdã. Logo na chegada à França, o jesuíta busca um encontro secreto com o cardeal Mazarino para apostar suas últimas fichas no enlace matrimonial entre as duas casas e a formalização de uma liga entre as nações³⁰. Vale ressaltar que o casamento entre os dois infantes era desejado por Portugal desde os primeiros anos da Restauração.

Sem rodeios, então Antônio Vieira propõe ao cardeal não apenas o casamento dos jovens herdeiros, mas também a entrega de Portugal e do Brasil para a França. O plano mirabolante do jesuíta era assim: D. Teodósio casar-se-ia com Ana Maria e, no caso de não terem herdeiros ou mesmo de acontecer uma vacância do trono, caberia à França assumir o trono de Portugal e do Brasil. A essa altura, o príncipe português já tinha recebido o título de príncipe do Brasil, pois, de acordo com os planos de Vieira, o rei D. João IV deveria renunciar ao trono português, ficando apenas rei do Grão-Pará e deixando para os franceses o Brasil – não invadido pelos holandeses – e Portugal, que governariam até que D. Teodósio atingisse a maturidade para ser entronado³¹.

portuguesa até aos nossos dias. Lisboa: Typographia Academica Real das Sciencias, 1858-1860, p. 200; ERICEIRA, Conde da. *História de Portugal Restaurado*. Porto: Livraria Civilização, 1945, v. 2, p. 240-241.

30 PRESTAGE, *op. cit.*, p.40.

31 AZEVEDO, João Lúcio de. O Padre Antônio Vieira julgado em documentos franceses: diplomacia da Restauração, *Arquivo de História e Bibliografia*, 1, Coimbra, 1925.

O plano audacioso de Vieira que tinha o aval de D. João IV não abalou o cardeal francês Jules Mazarino, mesmo ele sendo mais favorável à causa portuguesa que seu antecessor, o cardeal Richelieu³². Não era possível aceitar tal ousadia, afinal, se os próprios portugueses não davam conta de seus súditos, como poderia um rei estrangeiro resolver esse problema? A primeira grande derrota diplomática estava, então, consolidada. Era preciso investir agora o máximo para solucionar o imbróglio com os Países Baixos, o que para o jesuíta Antônio Vieira significava comprar dos holandeses o Nordeste do Brasil.

As negociações com os Países Baixos não seriam fáceis. Havia os problemas políticos decorrentes da complexa rede política de uma república dividida em províncias, os interesses de duas companhias comerciais distintas, a WIC e a WOC, os avanços da Insurreição Pernambucana, a proximidade do Congresso de Münster e a crise econômica de Portugal. Tudo parecia conspirar contra Vieira e a dinastia Brigantina. Não bastava apenas acertar um valor para a compra do Nordeste, era preciso garantir uma paz definitiva e a representação em Münster. Francisco de Sousa Coutinho fazia tudo que estava ao seu alcance, buscava um acordo junto ao *stathouder* e colocava em ação a *guerra de papéis*, como nomeou Bouza Álvares³³ – a batalha de panfletos travada pelo embaixador português em favor da causa portuguesa visava à obtenção de apoio e à divulgação das questões e vitórias do reino ibérico. Essa *guerra* envolvia não apenas Coutinho, mas também outros embaixadores e homens das letras, além de cristãos-novos que financiavam a impressão e a distribuição dos panfletos portugueses.

Os panfletos eram impressos em diferentes línguas, principalmente em latim, e distribuídos em lugares estratégicos. Outro meio

32 MELLO, *op. cit.*, p. 99-100.

33 BOUZA ÁLVARES, *op. cit.*

usado por Coutinho para obter apoio era o suborno de deputados e outras pessoas para conseguir fazer andar as negociações, porém tal prática parecia pouco efetiva e muito dispendiosa³⁴. Vieira não participou dessa batalha e ocupou-se com outras atividades nos Países Baixos, como buscar o estreitamento dos laços com a comunidade sefardita portuguesa de Amsterdã, levando consigo carta de crédito de um importante financista cristão-novo, Duarte da Silva, que o favoreceu na obtenção de crédito junto à comunidade. Porém, a prisão repentina do financista em Portugal pela Inquisição nos finais de 1647 colocou em risco os laços com as comunidades judaicas em Amsterdã e Rouen. A situação, porém, seria contornada logo, com Jerônimo Nunes da Costa assumindo o papel de fiador do crédito aos portugueses³⁵.

Em meados desse ano, a Guerra dos Trinta Anos estava se aproximando do fim, e os holandeses ofertaram aos portugueses um humilhante tratado de paz que reclamava a posse sobre o território do Brasil entre o Maranhão e o rio Real em Sergipe, exigindo também o domínio sobre a costa meridional da África, entre o Cabo de Lopo Gonçalves até o Cabo da Boa Esperança, incluindo a Ilha de São Tomé e o Morro de São Paulo, localizado no litoral baiano, como garantias. Além dos territórios, cobrava dos colonos do Brasil uma indenização de mil caixas de açúcar por ano, durante três anos, e mais um número de animais – cavalos, bois e carneiros – como compensação dos prejuízos causados pela Insurreição, que a essa altura limitava o domínio holandês no Brasil a Olinda e Recife. Uma afronta que agravaria ainda mais a crise econômica

34 MELLO, *op. cit.*, p. 85.

35 Jerônimo Nunes da Costa tinha como “nome de sinagoga” Moseh Curiel. Ver: ISRAEL, Jonathan I. The diplomatic career of Jeronimo Nunes da Costa: an episode in Dutch-Portuguese Relations of seventeenth century. In: ISRAEL, Jonathan I. *Conflicts of Empires Spain, the low countries and the struggle for world supremacy*. 1585-1713. London: The Hambledon Press, 1997, p.171-172.

portuguesa e dificilmente permitiria uma recuperação do reino, caso fosse aceita³⁶.

Vieira e Sousa Coutinho, então, apresentaram uma contraproposta à Assembleia Geral dos Países Baixos, onde concordavam com a maioria dos itens pedidos pelos holandeses, mas se opunham a conceder a neutralidade ao Ceará, a devolução de escravos e outros bens materiais retirados do território dominado durante a guerra, como a indenização por parte dos colonos. Os portugueses propunham também a fiscalização do acordo por comissários nomeados pelos governos de Recife e Salvador, tal como a manutenção da liberdade religiosa no Brasil Holandês³⁷.

A ideia de Vieira e Coutinho era buscar uma saída digna e possível, ao menos no entendimento deles, para os colonos e garantir sobrevida ao reino. Assim, Sousa Coutinho não titubeou em financiar uma série de panfletos em favor da causa portuguesa. As notícias das negociações logo chegaram a Lisboa e exaltaram os ânimos dos “valentões” que compreendiam o acordo como uma derrota para Portugal e uma afronta ao esforço dos colonos e dos que lutaram pela Restauração. Eles reagiram às posições dos embaixadores com a publicação de panfletos que acusavam Vieira e Coutinho de serem os verdadeiros “judas do Brasil”. D. João IV buscava um meio-termo nesse conflito interno – sabia o rei que era preciso tirar proveito das oportunidades, mesmo das adversas. Derrotado, mas não vencido, o diplomata Antônio Vieira retornou ao reino, então, em outubro de 1648 sem nenhum acordo feito com os holandeses, mas com a compra da fragata Fortuna garantida e o *Papel Forte* como última cartada contra seus inimigos que triunfavam com a Insurreição Pernambucana.

36 MELLO, *op. cit.*, p.133.

37 *Ibid.*, p.133.

Por fim, a ação do padre Antônio Vieira, mesmo com todos os poderes que lhe foram cedidos, não conseguiu trazer grande feito a Portugal, pelo menos do ponto de vista diplomático. Para o religioso, esse período termina com a derrota de seu *Papel Forte* e a alcunha de *judas* pela tentativa de entrega de Pernambuco aos holandeses. Por outro lado, esse período da vida de Vieira é importante para o desenvolvimento do seu milenarismo e para reforçar a compreensão de que era ele um joanista e não um sebastianista. Por outro lado, é o tão criticado acordo de 1641 que acaba balizando a relação entre as duas nações até a definição do acordo final.

Referências

ABREU, Ilda Soares de. *Manuel Fernandes de Vila Real: vida e morte pela causa da Restauração*. *Promontoria*, Faro, n. 6, p. 281-289, 2008. Disponível em: <https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/7363>. Acesso em: 2 ago. 2022.

AZEVEDO, João Lúcio de. *História de Antonio Vieira*. Lisboa: Clássica, 1992. v. I.

AZEVEDO, João Lúcio de. *História dos cristãos-novos portugueses*. Lisboa: Livraria Clássica, 1975.

AZEVEDO, João Lúcio de. O padre António Vieira julgado em documentos franceses: diplomacia da Restauração. *Arquivo de História e Bibliografia*, 1, Coimbra, 1925.

BESSELAAR, José van den. António Vieira e a Holanda. *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*. III série, n. 14, p. 5-35, 1971.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. Papeles, batallas y público barroco: la guerra y la Restauração Portuguesa en la publicística española de 1640-1668. *Fundação das Casas de Fronteira e Alorna*, 2010. Disponível

vel em: www.frenteira-alorna.pt/Textos/papelesbatallas. Acesso em: 1º ago. 2022.

BOXER, Charles R. *O império marítimo português: 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CARDIM, Pedro; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CUNHA, Mafalda Soares da (org.). *Optima Pars: as elites do Antigo Regime no espaço ibero-americano*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

COSTA, Luciano Cesar da. *Teatro do mundo: embaixadas e diplomacia em Roma durante a Restauração Portuguesa (1640-1671)*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

ERICEIRA, Conde da. *História de Portugal Restaurado*. Porto: Livraria Civilização, 1945. v. 2.

FARIA, Ana Leal de. *Arquitectos da paz: a diplomacia portuguesa de 1640-1815*. Lisboa: Tribuna da História, 2008.

GROH, Thiago. *O embaixador oculto: Antônio Vieira e as negociações entre Portugal e a Republica dos Países Baixos*. Curitiba: Prisma, 2015.

ISRAEL, Jonathan I. The diplomatic career of Jeronimo Nunes da Costa: an episode in Dutch-Portuguese Relations of seventeenth century. In: ISRAEL, Jonathan I. *Conflicts of Empires Spain, the low countries and the struggle for world supremacy. 1585-1713*. London: The Hambledon Press, 1997.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

MURARO, Valmir Francisco. *Padre Antônio Vieira: retórica e utopia*. Florianópolis: Insular, 2003.

PRESTAGE, Edgar. A embaixada de Tristão de Mendonça Furtado à Holanda em 1641. *O Instituto Revista Científica e literária*, [S. l.], v. 67, 1920.

PRESTAGE, Edgar. *As relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda, de 1640 a 1668*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928.

PRESTAGE, Edgar. O papel da diplomacia na luta entre portugueses e holandeses pela posse do Brasil – (1641-1661). *Revista de Estudos Históricos*, [S. l.], n. 1-3, p. 1-26, jan./dez 1926.

SANTAREM, Visconde de. *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo, desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Lisboa: Typographia Academica Real das Sciencias, 1858-1860.

VAINFAS, Ronaldo. *Antônio Vieira: jesuíta do rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

VAINFAS, Ronaldo. Guerra declarada e paz fingida na Restauração Portuguesa. *Tempo*, [S. l.], v. 14, n. 27, p. 82-100, 2009.

VALLADARES, Rafael. *Independência de Portugal: guerra e restauração, 1640-1680*. Lisboa: A Esfera do Livro, 2006.

VERA Y FIGUEROA, D. Juan Antonio de. *El Embajador*. Sevilha: Por Francisco de Lyra, 1620

VIEIRA, Antônio. *Cartas*. Coordenadas e anotadas por João Lúcio de Azevedo. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925.

VIEIRA, Antônio. *Escritos históricos e políticos*. Organização de Alcir Pécora. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

VIEIRA, Antônio. *Sermões*. [S. l.]: Editora das Américas, 1858. v. 20.

CAPÍTULO V

Propaganda e espetáculo

O uso político do mecenato e da imprensa
por parte dos representantes de D. João v junto
à corte papal (1707-1728)*

Marília de Azambuja Ribeiro Machel

Não há novidade em dizer que o reinado de D. João v, rei de Portugal entre 1707 e 1750, pode ser considerado um momento peculiar da história da monarquia portuguesa. De fato, já há algum tempo, existe um certo consenso por parte da historiografia acerca da especificidade de seu governo, uma especificidade não poucas vezes identificada com a ideia de absolutismo e associada a uma série de transformações na política interna do reino¹.

* Este texto é uma versão em língua portuguesa, revisada e atualizada, de: RIBEIRO, Marília de Azambuja. Politics, spectacle and propaganda: the political use of patronage and press by John v's representatives in Rome during the first half of 18th century. In: CORREDOIRA, Pilar Díez del Corral (ed.). *Politics and the arts in Lisbon and Rome: The Roman dream of John v of Portugal* (Oxford University Studies in the Enlightenment). Oxford: Voltaire Foundation, 2019, p. 43-73.

1 MONTEIRO, Nuno Gonçalves. Identificação da política setecentista: notas sobre Portugal no início do período joanino. *Análise Social*, Lisboa, v. xxxv, n. 157, p. 961-987, 2001, p. 965-967.

Outro aspecto frequentemente invocado pela historiografia para definir essa peculiaridade do reinado joanino são as mudanças nos alinhamentos políticos externos e na política diplomática colocadas em ato durante o seu governo no contexto das transformações do quadro político europeu causadas pela Guerra de Sucessão da Espanha – uma guerra que configurou uma emblemática mudança na política internacional da monarquia portuguesa na medida em que foi a única vez, ao longo de todo o período moderno, que Portugal optou por participar de um conflito armado de dimensão europeia².

A adesão de Portugal à guerra ao lado da “Grande Aliança” composta por Inglaterra, Países Baixos e Império em maio de 1703 teve múltiplas e diversificadas consequências para o reino luso. A mais importante delas talvez tenha sido o fortalecimento da “opção atlântica”, ou seja, da prioridade dada aos interesses ultramarinos no Atlântico, que, já esboçada no governo de D. Pedro II, afirma-se definitivamente durante o governo joanino, graças à assinatura do Tratado de Methuen com a Inglaterra pouco antes do fim desse mesmo ano³.

Outro efeito importante da participação portuguesa na Guerra de Sucessão da Espanha foi o fato de que, pela primeira vez desde a instauração da dinastia dos Bragança à frente do reino português, o principal aliado luso no contexto do mundo católico deixou de ser a monarquia francesa e passou a ser a coroa austríaca – uma condição que, como veremos, graças à situação conjuntural da relação de Portugal com as outras grandes potências católicas – Espanha e França – se estenderia pelo menos até a segunda metade da década de 1720⁴.

2 *Ibid.*, p. 966-967.

3 FRANCIS, Alan Davis. *The Methuens and Portugal, 1691-1708*. Cambridge: Cambridge University Press, 1966.

4 RODRIGUES, José Damião. Os horizontes borbónicos do reinado de D. João V. In: MARCOS, David Martín (ed.). *Monarquías encontradas: estudos sobre Portugal y España en los siglos XVII-XVIII*. Madrid: Sílex, 2013, p. 177-204.

Além do mais, a vinda do arquiduque Carlos para Lisboa em março de 1704 – consequência direta da adesão portuguesa à aliança antibourbônica – parece não só ter favorecido um maior contato entre as elites portuguesas e as elites das outras monarquias europeias⁵, mas também ter beneficiado o fortalecimento da diplomacia de representação do reino português ao longo do governo de D. João v.

Nesse contexto, o fortalecimento das relações diplomáticas com a Santa Sé pode ser considerado um dos principais focos da diplomacia de representação joanina⁶ – uma escolha que pode causar uma certa perplexidade se for considerada a relativa perda de importância política do Papado após a Paz de Vestefália (1648), mas que se torna bastante compreensível se considerarmos que uma das principais ambições de D. João v era a de reconquistar para a monarquia lusa a paridade com as três grandes potências católicas da Europa (França, Espanha e Império) que lhe era reconhecida até o início da União Ibérica em 1580. A obtenção de um tratamento equivalente ao que era dado a essas três monarquias por parte do Papado era, então, considerada um elemento-chave na recuperação desse *status* no âmbito político⁷. Ademais, não podemos subestimar a importância que as

5 MONTEIRO, *op. cit.*, p. 968.

6 CARDIM, Pedro; MONTEIRO, Nuno Gonçalves; FELICISSIMO, David. A diplomacia portuguesa no Antigo Regime: perfil sociológico e trajetória. In: CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalves. *Optima Pars Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 282-322, p. 292; e MARCOS, David Martín. From the Archduke to the Turk, from the Patriarch to the Nuncio: political notes for understanding the construction of a Johannine image in Rome. In: CORREDOIRA, Pilar Díez del Corral (ed.). *Politics and the arts in Lisbon and Rome: The Roman dream of John v of Portugal (Oxford University Studies in the Enlightenment)*. Oxford: Voltaire Foundation, 2019, p. 17-41.

7 MONTEIRO, Nuno Gonçalves. Relações de Portugal com a Santa Sé no reinado de D. João v. *Janus*, [S. l.], 1999-2000. Disponível em: https://www.janusonline.pt/arquivo/1999_2000/1999_2000.html. Acesso em: 7 mar. 2019.

questões de precedência conservaram nas relações entre os estados europeus ao longo da primeira metade do século XVIII⁸.

Todo o governo joanino foi marcado pela canalização de ingentes recursos financeiros para a corte papal, pela intensa atuação dos representantes portugueses enviados para Roma com o intuito de obter os variados benefícios almejados pelo monarca e pela busca, nem sempre possível, de um equilíbrio que permitisse uma conciliação entre os interesses dos pontífices e os da coroa portuguesa.

Todavia, apesar dos grandes esforços diplomáticos que foram efetivados pelos representantes portugueses perante a cúria pontifícia, a contrapartida obtida pelo reino luso, como veremos, nem sempre esteve à altura das expectativas do monarca português. Por exemplo, o título de “Rei Fidelíssimo”, designação que representava a tão desejada paridade de tratamento entre a monarquia portuguesa e as outras três grandes monarquias católicas da Europa, só seria concedida a D. João V em 1748, ou seja, apenas dois anos antes da sua morte, quando, já muito doente, não era nem mesmo capaz de governar o próprio reino.

De fato, como veremos, o êxito da política diplomática joanina em Roma esteve bastante sujeito às mudanças constantes no equilíbrio das forças políticas da Europa e foi em grande parte determinado pela fragilidade intrínseca de ambas as cortes – a portuguesa e a papal – no contexto do quadro político da primeira metade dos Setecentos.

Independentemente de seus resultados, a “política romana” implantada por D. João V durante os primeiros vinte anos do seu reinado – sobre a qual aqui em particular nos deteremos – não só fez da corte papal o lugar de negociação de seus interesses políticos,

8 Sobre o papel que o Papado teve ao longo da Idade Moderna na elaboração de um sistema que classifica os estados católicos e que está na base da ordem de precedência e na concessão de diferentes privilégios a cada um deles, ver: VISCEGLIA, Maria Antonietta. *Roma e le sue cerimonie in età moderna*. Roma: Viella, 2002.

mas também a elevou a espaço privilegiado de divulgação de uma imagem construída para a autorrepresentação de sua monarquia. Para tanto, parte significativa desses recursos financeiros enviados para Roma foi revertida pelos representantes da corte portuguesa na corte pontifícia em forma de mecenato artístico, musical e literário voltado para a promoção dessa imagem.

As exéquias de D. Pedro II

O primeiro ato de representação política de D. João V na cidade pontifícia teve lugar ainda durante o primeiro ano de seu governo, quando, em 13 de setembro de 1707, realizaram-se solenes exéquias em homenagem ao seu falecido pai, D. Pedro II⁹, na Igreja de Santo Antônio dos Portugueses, igreja da nação portuguesa em Roma.

Apesar da morte de D. Pedro ter acontecido num momento delicado para as relações entre Portugal e o Papado – uma vez que o reino luso estava diretamente envolvido na Guerra de Sucessão da Espanha, ao lado da Inglaterra, da Holanda e do Império, enquanto o papa Clemente XI¹⁰ apoiava, ainda que não abertamente, o partido borbônico – a ocasião era certamente propícia para celebrar a afirmação política da dinastia dos Bragança no contexto europeu.

Nenhum lugar melhor que a cidade pontifícia, espaço pretensamente “neutro” e caracterizado pela presença de representantes das várias nações católicas da Europa, para se colocar em ato essa celebração, sobretudo se considerarmos o fato de D. Pedro ter sido o primeiro rei da dinastia bragantina a ter a legitimidade de seu poder reconhecida pelo Estado pontifício.

Concebida conforme os modelos oferecidos pelas exéquias simbólicas dedicadas a Carlos II de Espanha e ao imperador Leopoldo I,

9 Morto em dezembro de 1706.

10 Giovanni Francesco Albani, papa desde 23 de novembro de 1700.

que tiveram lugar em Roma, respectivamente, em 1701 e 1705, a cerimônia dedicada à memória de D. Pedro II marcou o início de uma presença mais expressiva da coroa portuguesa na vida cultural romana que caracterizaria toda a primeira parte do reinado joanino¹¹.

A concepção da “máquina fúnebre” e dos aparatos decorativos para a ocasião foi deixada a cargo de Carlo Fontana, arquiteto e cenógrafo romano que já anteriormente havia prestado serviços à nação portuguesa¹² e que, dois anos antes, havia projetado o aparato dos já mencionados funerais em honra de Leopoldo I na Igreja de Nossa Senhora da Alma (*Santa Maria dell'Anima*), igreja da nação alemã-imperial na cidade papal¹³.

Segundo o *Diário* do abade Francesco Valesio¹⁴, a igreja da nação portuguesa em Roma, após ter suas portas cerradas por mais de um ano devido a conflitos com a Congregação da Santa Visita, foi novamente fechada em 16 de junho de 1707 para o início da preparação da decoração efêmera de marcado cariz propagandístico que seria mostrada ao público somente cerca de três meses mais tarde¹⁵.

Faltando poucos dias para a celebração das exéquias petrinas, em 8 de setembro de 1707, o próprio Clemente XI dirigiu-se a Santo António para ver a construção¹⁶ – um gesto de reaproximação que

11 DELAFORCE, Angela. Giovanni V di Braganza e le relazioni artistiche e politiche del Portogallo con Roma. In: ROCCA, Sandra Vasco; BORGHINI, Gabriele (a cura di). *Giovanni V di Portogallo (1707-1750) e la cultura romana del suo tempo*. Roma: Argos, 1995, p. 21-39, p. 21.

12 O mesmo arquiteto romano já havia estado a serviço de D. Pedro II em 1700, quando desenhou para a mesma Igreja de Santo António o aparato para a festa da Sexta-Feira Santa.

13 DEUPI, Victor. *Architectural Temperance: Spain and Rome, 1700-1759*. New York: Routledge, 2015, p. 15.

14 Conservado no *Archivio Storico Capitolino*, em Roma, o *Diário* de Francesco Valesio (1700-1711; 1724-1742) é a principal crônica, até hoje conhecida, dos acontecimentos que tiveram lugar na corte pontifícia durante a primeira metade do século XVIII.

15 VALESIO, Francesco. *Diario di Roma*. 6 v. Milano: Longanesi & C., 1977-79. v. III, 1978, p. 827.

16 *Ibid.*, p. 881.

talvez se explique pelo acirramento das relações entre o Papado e o Império – principal aliado católico dos portugueses na Guerra de Sucessão da Espanha – que caracterizou o início do reinado de José I.

Essa reaproximação deve ter parecido interessante para ambas as partes, uma vez que, nesse momento, por um lado, Portugal perdia o protagonismo que havia tido no teatro da guerra nos anos 1704 e 1705 (perda ademais confirmada pela recente derrota das tropas anglo-luso-holandesas na batalha de Almansa, em 25 de abril de 1707), enquanto, por outro, aprofundava suas relações com Viena, através do casamento de D. João V com a “segunda arquiduquesa”, irmã do imperador.

Note-se que, em todo o aparato elaborado por Fontana para as exéquias de D. Pedro¹⁷, não foi feita menção alguma à Guerra de Sucessão da Espanha em que Portugal e Papado se alinhavam em lados opostos¹⁸. Num contexto em que cada vez mais o foco da disputa se deslocava da Península Ibérica para os territórios itálicos, o que claramente atenuava a importância da participação lusa no conflito, a coroa portuguesa parece ter optado por utilizar as exéquias de D. Pedro, sobretudo, como uma celebração das relações entre Portugal e Roma: nelas D. Pedro será especialmente louvado por ter assinado a Paz com Espanha em 1668, permitindo o restabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e o Papado e o reconhecimento pontifício da legitimidade da dinastia dos Bragança à frente de um reino luso autônomo.

17 Na impossibilidade de se fazer no breve espaço deste artigo uma exaustiva descrição da complexa iconografia das exéquias petrinhas, recomendamos a pormenorizada descrição que dela fez Paola Ferraris: FERRARIS, Paola. I funebri regali in S. Antonio dei Portoghese: due schede. In: ROCCA, Sandra Vasco; BORGHINI, Gabriele (a cura di). *Giovanni V di Portogallo (1707-1750) e la cultura romana del suo tempo*. Roma: Argos, 1995, p. 263-288, p. 263-274.

18 Sobre o alinhamento de Clemente XI ao lado do partido borbônico apesar de sua suposta neutralidade diante do conflito pelo trono espanhol, ver: MARCOS, David Martín. *El Papado y la Guerra de Sucesión española*. Madrid: Marcial Pons, 2011.

Nelas a imagem de D. Pedro é construída a partir de um conjunto de virtudes apropriadas a um verdadeiro *rector* cristão, e Portugal é representado – retomando esquemas que remetem à tradição das cerimônias realizadas pela coroa portuguesa em Roma desde os tempos de D. Manuel I – como uma monarquia de vocação universal, dotada de uma marcada dimensão ultramarina¹⁹ – uma escolha que permitia ao pequeno estado peninsular propugnar uma grandeza que não poderia ter se se colocasse em confronto com as grandes potências nas questões de política europeia.

Além disso, ao colocar o foco na dimensão imperial de sua monarquia e no caráter messiânico-cristão da expansão de seus domínios fora da Europa, a celebração das exéquias de D. Pedro não só antecipa duas importantes chaves interpretativas que a corte joanina vai eleger para construir suas formas de autorrepresentação – a herança de Roma e o universalismo cristão –, mas também expressa um programa político que proclama o interesse de Portugal em manter seu papel na difusão do cristianismo nos demais continentes. Com isso, aponta para a posição política que será assumida pelos lusos no contexto de uma das questões mais relevantes que marcaram o Papado de Clemente XI: a chamada controvérsia dos ritos chineses, disputa que dizia especificamente respeito ao Padroado português no Oriente e que, como sabemos, seria uma das principais pautas da diplomacia joanina perante a Santa Sé.

Chegado o dia da celebração, foram entregues aos vinte e três cardeais que assistiram à cerimônia²⁰ e aos demais presentes uma “relação volante sobre a máquina”²¹ e um “livro sobre a mesma com

19 CARDIM, Pedro. La aspiración imperial de la monarquía portuguesa (siglos XVI y XVII). In: SABATINI, Gaetano (a cura di). *Comprendere le monarchie iberiche: risorse materiali e rappresentazioni del potere*. Roma: Viella, 2010, p. 37-72, p. 47.

20 *Não foram convidados os cardeais* Joseph-Emmanuel de la Trémoille, Francesco Del Giudice e Troiano Acquaviva d'Aragona, representantes da causa borbônica na corte papal.

21 “relazione volante dela machina”

gravuras em cobre”²², com o intuito de permitir uma fruição correta dos conteúdos desse discurso veiculado através do aparato textual-
-iconográfico preparado por Fontana. Alguns desses opúsculos em formato *in quarto*, com a relação que descreve minuciosamente e explica o complexo aparato, chegaram até nós: escritos em italiano, constando de apenas oito páginas, sem imagens, eles foram preparados pelo editor Giorgio Placho para serem distribuídos na ocasião²³.

Entretanto, com o intuito de divulgar para um público mais amplo o conteúdo político expresso por esse aparato efêmero, pelo mesmo Giorgio Placho fez-se preparar uma segunda edição, mais solene, em formato *in folio*, dessa relação em língua italiana²⁴, agora acompanhada por doze gravuras, possivelmente as mesmas que compunham o livro de incisões distribuído separadamente no dia do evento, e a oração latina proferida pelo abade Giovanni Vincenzo Lucchesini no dia seguinte à cerimônia²⁵. Segundo Valesio²⁶, o jesuíta António do Rego – então representante do rei em Roma – não querendo que os opúsculos com a relação fossem vendidos, permitiu somente a venda de uma ode de Francesco Posterla que os acompanhava como “suplemento”²⁷.

22 “libro dela medesima con intagli in rame” (VALESIO, *op. cit.*, p. 884).

23 *Funerale celebrato nella chiesa di Santo Antonio della nazione portoghese in Roma per la morte del re di Portogallo. Don Pietro 2. l'anno 1707. In:* Roma: nella stamperia di Giorgio Placho intagliatore, e gettatore di caratteri alla piazza della Chiesa di S. Marco, 1707.

24 *Funerale celebrato nella chiesa di santo Antonio della nazione portoghese in Roma per la morte del re di Portogallo Don Pietro secondo l'anno 1707.* Romae: Ex Typographia Georgii Plachi Caelaturam Prositentis, & Characterum Fusoriam in Platea Ecclesiae Sancti Marci, 1707, esta última contendo a *Oratio in funere Petri 2: Lusitaniae regis habita in templo S. Antonii nationi Lusitanae. Ab Joanne Vincentio lucchesinio patritio lucensi anno 1707.*

25 VALESIO, *op. cit.*, p. 887.

26 *Ibid.*

27 POSTERLA, Francesco. *Per la mole funebre eretta in S. Antonio de' Portoghesi: in occasione delle solenni esequie celebrate alla s.r.m. di Pietro 11 re di Portogallo.* Ode pindarica di F. Posterla... Roma: Stamperia Niccolò de Martiis, 1707.

Além desses, pelo menos outros cinco impressos dedicados à celebração da morte de D. Pedro II vieram a lume em Roma naquele mesmo ano: uma tradução para a língua portuguesa da mesma “relação sobre a máquina”, provavelmente destinada aos membros da “nação portuguesa” em Roma e em Lisboa, publicada *in oitavo*, por Antonio Rossi²⁸; uma coletânea de composições poéticas dedicadas ao aparato cenográfico de Carlo Fontana²⁹ e *as edições dos sermões proferidos pelos jesuítas Miguel Dias e Anton Maria Bonucci por ocasião das exéquias*³⁰.

Contabilizam-se, assim, oito publicações apenas durante o início do reinado de D. João V – uma quantidade significativa se considerarmos que, durante a regência e o reinado de D. Pedro (1668-1706) realmente muito pouco foi publicado sobre Portugal na cidade pontifícia. Durante as últimas três décadas do século XVII, só temos conhecimento da publicação de quatro opúsculos – uma relação³¹,

28 *Funeral, que se celebrou na Real Igreja de S.to Antonio da Nacção Portugueza em Roma, pella morte do Serenissimo Rey de Portugal Dom Pedro II. aos 13 de Setembro de 1707.* Roma: na officina de Antonio de Rossi na Praça de Ceri, 1707.

29 *Componimenti poetici in lode dell'illustrissimo signor caualier Carlo Fontana, architetto, inuentore, e dispositore della famosa mole funebre eretta nella Chiesa di S. Antonio dell'insigne nazione lusitana per il defonto re' di Portogallo Pietro II di gloriosissima ricordanza dedicati al Molto Revendo Padre Antonio del Rego della Compagnia del Gesù.* In: Roma: Nella Stamperia di Gio: Francesco Buagni, 1707.

30 DIAS, Miguel. *Sermam nas exequias del Rey N.S. D. Pedro 2. Que pregou o R. P. Miguel Dias da Companhia de Jesu, Assistente pelas províncias de Portugal Em Roma na Igreja de S. ANTONIO da Nacam Portugueza No Anno 1707.* Em Roma: na estamperia de Joam Francisco Chracas, 1707; BONUCCI, Anton Maria. *Orazione nelle solenni esequie della maesta' del re' di Portogallo scritta in italiano e in portoghese da Antonio Maria Bonucci della Compagnia di Giesu e detta nel primo linguaggio dal medesimo nella chiesa nazionale di S. Antonio in Roma.* In: Roma: nella stamparia di Antonio de' Rossi alla piazza di Ceri, 1707 (edição bilingue em italiano e português) e *Id. Sermam nas exequias do serenissimo senhor Dom Pedro II rei de Portugal, celebradas na Igreja de Santo Antonio da nacao portugueza, em Roma.* Roma: na Officina de Antonio da Rosa, 1707 (com somente a versão portuguesa do texto).

31 *Relatione dell'ambasciata straordinaria d'obediencia inuiata dal serenissimo principe Don Pietro... de' regni di Portogallo, e de gl'Algabri, &c. alla santità di nostro*

duas composições poéticas³² e uma oração³³ – relativos à embaixada extraordinária de D. Francisco de Sousa (1669-1670) e de um livro em dois volumes sobre a história das guerras contra os holandeses no Brasil³⁴.

Mesmo durante os últimos anos do reinado de D. Pedro, quando o reino luso aderiu à Grande Aliança, muito pouco sobre Portugal foi publicado na Itália. Alguns poucos panfletos sobre a participação

signore papa Clemente 10. prestata dall'illustrissimo... D. Francesco di Sousa... In Roma, & in Bologna: per Giacomo Monti, 1670. Publicada também em Lisboa nesse mesmo ano: Relaçam da embaixada extraordinaria de obediencia, enviada do serenissimo Principe Dom Pedro... dada pelo Illustrissimo, e Excelentissimo Senhor Dom Francisco de Sousa Conde do Prado, Marquez das Minas... Embaixador Extraordinario de Obediencia à Santidade do Papa Clemente x. Lisboa: Of. Antonio Craesbeeck de Mello, 1670. O opúsculo relata, primeiramente, a viagem de Francisco de Sousa e depois narra a sua entrada em Roma em 19 de outubro de 1669, quando, acompanhado de 120 carroças, foi recebido com toda a pompa pelo papa Clemente IX.

- 32 SANCTIS, Giovanni Battista. *La fama per l'arriu in Roma dell'eccellentiss: signor Francesco Sosa ambasciador di Portogallo oda di Gio. Battista De Santis indirizzata al medemo eccellentissimo ambasciador di Portogallo. In Roma: per Nicol'Angelo Tinassi, 1670 e L'ercole Lusitano: Per PIII.mo e ex.mo il signore D. Francisco de Sousa, conte di Prado, marchese delle Mine, & ambasciator alla Santita di N. S. Clemente IX, etc. Roma: per Francesco Tizzoni, 1669.*
- 33 CALDEIRA, Antonio Velez. *Pro solemnī obedientia, quam praestitit sanctissimō D.N. Clementi 10., nomine serenissimī Portugalliae, et Algarbiorum principis Petri eius legatus,... Franciscus de Souza marchio de Minas,... oratio habita in publico consistorio 22. Maij anni 1670. à doctore Antonio Vellez Caldeyra, militiae Christi equite, in supremo apud Lusitanos iustitiae tribunali regio senatore,... Romae: ex typographia Varesij, 1670. – cuja tradução é publicada em Lisboa, nesse mesmo ano: Id., Oracam na solemne embaixada de obediencia, que em nome do Serenmo. Principe D. Pedro [...] deu o seu embaxador extraordinario [...] D. Francisco de Souza [...] ao nosso Santissimo Padre Clemente x: Feita em Consistorio publico em 22 de Mayo de 1670. Lisboa: a custa de Miguel Manescal livreiro na Rua Nova, 1671.*
- 34 SANTA TERESA, João José de. *Istoria delle guerre del regno del Brasile accadute tra la corona di Portogallo, e la republica di Olanda composta, ed offerta alla sagra reale maesta' di Pietro Secondo re di Portogallo &c. dal P.F. Gio. Gioseppe di S. Teresa carmelitano scalzo. Parte prima [-seconda]. In Roma: nella stamperia degl'eredi del Corbelletti, 1698. Obra reeditada em 1700 “nella stamperia di Antonio de Rossi”.*

de Portugal na guerra vieram à luz em Nápoles em 1704, ano em que o Arquiduque Carlos desembarcou em Lisboa e fez de Portugal um importante centro de operação dos aliados. Nesses primeiros anos do século XVIII, em que o foco da guerra ainda era a conquista de Madri e que a Península Ibérica era teatro das grandes batalhas, a publicística portuguesa expressou-se, sobretudo, através das prensas dos editores ibéricos.

Ainda que em 1704 D. Pedro já tivesse contribuído para a realização do conjunto de doze estátuas monumentais dos apóstolos destinadas aos nichos da Basílica de São João de Latrão³⁵ por meio da encomenda da imagem de São Tomé feita ao escultor francês Pierre Legros, o jovem, somente a cerimônia de exéquias realizada em honra à sua morte três anos mais tarde pode ser considerada como um verdadeiro divisor de águas no que diz respeito ao uso das artes e da imprensa para a construção de uma imagem para a dinastia bragançana no contexto da corte papal.

Uma imagem que a partir dessa cerimônia cada vez mais fará uso de uma rede de atores envolvidos numa forma de fazer política que passava pela intensa utilização de produtos editoriais, e que muitas vezes implicou no estabelecimento de uma ligação entre mecenas, escritores e impressores: não bastava mais apenas “preparar, projetar, encomendar” para depois “apresentar, mostrar, fazer ver”, fazia-se necessário “relatar, noticiar, divulgar”. Desse modo, a promoção do mecenato artístico dos portugueses em Roma ganha uma nova dimensão, caracterizada pela existência de dois públicos: o dos eventos em si – composto pelos círculos políticos da corte papal, ou seja, a nobreza romana, os cardeais e representantes das nações estrangeiras – e os leitores dos livros, dos opúsculos e, logo mais, das gazetas, seja na corte papal, seja fora dela.

35 Idealizadas por Francesco Borromini em 1650, mas realizadas somente a partir de 1703, graças à intervenção de Clemente XI e do cardeal Benedetto Pamphili.

Triunfos romanos

Três meses após a realização da cerimônia de exéquias em honra a D. Pedro II, em 10 de dezembro de 1707, chegaria à corte romana na condição de enviado extraordinário do rei de Portugal, André de Melo e Castro³⁶. Segundo filho varão do primeiro Conde das Galveias, Dinis de Melo e Castro³⁷, o jovem canonista André de Melo³⁸ era, em vinte e cinco anos, o primeiro membro da nobreza cortesã a ser enviado como representante da corte portuguesa perante a Santa Sé³⁹. Escolhido ainda durante o reinado de D. Pedro II, ele veio a Roma para ocupar uma sede vacante desde 1698 – uma mudança de atitude nas relações diplomáticas entre Portugal e Roma que provavelmente era ditada pelos rumos da Guerra de Sucessão e pela necessidade de defender os interesses da liga pró-habsbúrgica perante a corte papal.

O primeiro ano de sua estadia perante a corte pontifícia foi marcado por problemas de cerimonial⁴⁰ que adiaram para abril de

36 VALESIO, *op. cit.*, p. 926.

37 Membro dos Conselhos de Estado e da Guerra de D. Pedro II.

38 Doutor em Cânones pela Universidade de Coimbra, André de Melo e Castro chega a Roma quatro dias depois de completar 39 anos de idade. Para uma reconstrução de sua biografia, ver: VALE, Teresa Leonor M. *Arte e diplomacia: a vivência romana dos embaixadores joaninos*. Lisboa: Scribe, 2015, p. 25-45.

39 O último representante da nobreza cortesã portuguesa a ser enviado em missão diplomática para Roma havia sido D. Luís da Silva Teles, bispo de Lamego, embaixador de Portugal perante a Santa Sé entre 1676 e 1682. Depois dele sucederam-se os letrados Domingos Barreiro Leitão (1683-1691) e Bento da Fonseca (1692-1698) na condição de “residentes”. Ambos haviam sido substituídos pelo jesuíta Antônio do Rêgo, que, na ausência de servidores diplomáticos de primeira – embaixador – ou terceira ordem – residente –, fazia as vezes de representante diplomático de Portugal perante a Santa Sé. Quando André de Melo e Castro chega a Roma em 1707, já há sete anos não havia na corte romana nem embaixadores, nem residentes da coroa portuguesa. Ver: SAMPAYO, Luís Teixeira de. O Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros (1925). In: SAMPAYO, Luís Teixeira de. *Estudos históricos*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1984, p. 165-266, p. 230.

40 Segundo o testemunho deixado pelo estribeiro de André de Melo e Castro, a corte romana costumava ser frequentada por embaixadores e residentes e não

1708 a primeira audiência privada de André de Melo e Castro com o papa⁴¹, pela dificuldade do enviado de encontrar uma morada adequada para si e seus familiares⁴² e pela guerra que se desencadeou entre o Papado e o Império a partir da ocupação de Comacchio pelas tropas imperiais em maio de 1708 – conflito que possivelmente foi uma das causas que fez com que sua entrada pública na corte papal só tivesse lugar em abril de 1709, ou seja, cerca de três meses após a assinatura do acordo entre Clemente XI e os Habsburgos que levou o pontífice a reconhecer o arquiduque Carlos rei da Espanha antes do final de 1709.

Nesse sentido, a entrada pública de André de Melo e Castro configura-se em grande parte como uma festa do partido imperial. Segundo Valesio, na noite do dia 14 de abril de 1709, após o enviado ter conduzido seu cortejo de carruagens pelas ruas de Roma, os “aliados da casa de Áustria”⁴³ iluminaram a cidade papal, acendendo tochas e luminárias em todos os seus palácios⁴⁴. Do mesmo modo, três dias mais tarde, por ocasião do *Te Deum* que teve lugar na Igreja de Santo António dos Portugueses, com o objetivo de festejar o

tinha estabelecido tratamento para enviados extraordinários. Diante disso, passaram-se seis meses até que se determinasse o cerimonial adequado ao representante português. Ver: DE BELLEBAT. *Relation du voyage de Monseigneur André de Mello de Castro à la Cour de Rome, en qualité de envoyé extraordinaire du roi de Portugal Dom Jean V.* Paris: Chez Anisson, 1709, p. 23-24.

41 VALESIO, Francesco. *Diario di Roma*. 6 vols. Milano: Longanesi & C., 1977-1779., v. IV, 1978, p. 58.

42 Apenas chegado a Roma, André de Melo e Castro alojou-se temporariamente no afastado Monastério da Santa Cruz de Jerusalém, então gerido pelos cistercienses da Congregação de São Bernardo; depois deslocou-se para o palácio que havia pertencido ao monsenhor Marco Antonio Buratti (m. 1702), na então tumultuada zona limítrofe do bairro espanhol. Somente entre junho e novembro de 1708, mudar-se-ia para o Palácio Cavallerini all'Argentina, em *Via dei Barbieri*, sua morada até 1719, quando se transferiria para o Palácio Cesarini, no *rione Pigna*, sua residência até deixar Roma, em 1728.

43 “aderenti di casa d'Austria”.

44 VALESIO, *op. cit.*, v. IV, p. 259.

casamento de D. João v com Maria Ana de Áustria, irmã do arquiduque Carlos e do imperador D. José I, esteve presente um “grandíssimo séquito de cavaleiros portugueses, alemães e ingleses”⁴⁵.

A entrada propriamente dita é largamente mencionada pela literatura histórico-artística, graças à suntuosidade dos principais coches que nela foram utilizados. Aquilo que, todavia, gostaríamos de destacar é a valência política do programa iconográfico elaborado para as três primeiras carroças e a forte conexão entre a mensagem veiculada nesse evento e aquela difundida pelas exéquias de D. Pedro II realizadas dois anos antes.

Conhecemos dois opúsculos que se dedicam à narrativa desse acontecimento: a já citada *Relation du Voyage* escrita pelo estribeiro de André de Melo e Castro⁴⁶, que foi publicada numa edição bilíngue português-francês⁴⁷, impressa em Paris, em 1709, e uma descrição, escrita em italiano, por Francesco Posterla – o mesmo que tinha escrito a ode para ser vendida como suplemento do programa das exéquias de D. Pedro – e publicada anonimamente em Roma nesse mesmo ano⁴⁸. Todavia só a primeira delas oferece uma explicação para a iconografia dos coches.

A obra do estribeiro De Bellebat, que narra muito mais que apenas a entrada pública de André de Melo e Castro, é dotada de várias gravuras que incluem não só detalhes da decoração dos coches de aparato, mas uma série de brasões que correspondem exatamente ao tipo de ilustração que desde o final do século XVII era utilizada nos opúsculos que narravam as entradas dos representantes diplomáticos, sendo a única exceção um retrato equestre

45 “grandissimo seguito di cavalieri portoghesi, alemanni e inglesi”. *Id.*, p. 261.

46 DE BELLEBAT, *op. cit.*

47 Ainda que a discrepância entre o texto em português e o em francês seja bastante significativa em certos trechos.

48 POSTERLA, Francesco. *Esatta Descrizione Delle Suntuose Carozze Delle Liuree e Della Prima Publica Comparsa Satta In Roma Dall'illustriss et Eccellentissimo Signore D. Andrea de Mello de Castro*. In: Roma: Dom. Ant. Ercole, 1709.

do jovem D. João v, construído a partir do modelo oferecido pelo retrato equestre de Luís xiv coroado pela vitória diante do cerco de Namur de Pierre Mignard⁴⁹. Nessa gravura, o rei português é representado em primeiro plano a cavalo, de armadura, a ser coroado com os louros da vitória, com suas tropas ao fundo e em frente a uma cidade murada, tendo ao centro um medalhão com o mote *PREAVIA VICTORIAE*⁵⁰.

Nela nos é explicado que as quatro figuras que compõem os quatro braços do primeiro carro correspondem às quatro partes do mundo “nas quaes o valor Portugues nem somente tremulou Bandeiras, mas conquistou Impérios”⁵¹ e que a pintura colocada na proa da carroça refere-se ao descobrimento das Índias, com os ventos Elíseos representados como meninos alados enquanto outros meninos colocados sobre um pedestal indicam, com um compasso sobre um mapa-múndi, “o caminho para se conseguir tam gloriosa impresa”⁵². No ângulo da mesma figura, são colocados os rios Ganges e da Prata, que dialogam com as imagens do Tejo e do Tibre, representadas pelas duas esculturas em madeira que sustentavam a concha que ficava abaixo, aos pés do cocheiro. Já na popa, estava pintada a “Grande Lusitania” vestida de Pallas e sentada sobre o globo terrestre, enquanto é coroada pela “Imperial Diadema”, tendo ao seu lado o “famoso Hércules” e aos seus pés “os despojos de seus Triunfos”, representados por dois “bárbaros” acorrentados e suas armas rendidas⁵³. Havia ainda as estátuas na parte de trás do coche representado a religião, colocada entre a África e a América,

49 O quadro de Mignard atualmente faz parte da coleção do Palácio de Versailles.

50 Uma referência ambígua se pensarmos que em 7 de maio daquele mesmo ano o exército anglo-português tinha sofrido uma terrível derrota na Batalha de Caia (Batalla de La Gudiña, para os espanhóis).

51 DE BELLEBAT, *op. cit.*, p. 33.

52 *Ibid.*, p. 37.

53 *Ibid.*, p. 38.

que estende a mão à figura de um mouro que parece sair da carroça, “emblema do Cattolico zelo dos Reis de Portugal”⁵⁴.

Tratava-se de um discurso iconográfico que estabelece uma relação de continuidade com o programa das exéquias de D. Pedro na medida em que novamente se utiliza de uma forma transfigurada do antigo cerimonial romano – no caso da entrada o dos antigos triunfos, naquele das exéquias o dos antigos ritos funerários⁵⁵ – e que repro põe os mesmos temas de cunho universalista cristão. Eram, assim, escolhas paralelas que evidenciavam a reivindicação por Portugal de uma dimensão imperial própria: seja a partir da retomada da tradição milenarista manuelina⁵⁶ e pela apropriação de pressupostos que por mais de dois séculos haviam caracterizado o discurso político do recém-extinto ramo espanhol da dinastia habsbúrgica⁵⁷, seja pela

54 *Ibid.*, p. 39.

55 A consciência dessa retomada das cerimônias da Roma antiga no contexto da Roma papal fica evidente no parágrafo de abertura do principal texto elaborado para a divulgação do programa das exéquias de D. Pedro: “Era costume dos Antigos, particularmente dos Romanos, celebrar a memória da morte dos seus Heróis com magnífica pompa [...] Mas isso que foi fruto de supersticiosa Gentilidade, tornou-se um ato de Piedade Cristã, a qual, se em muitos lugares do mundo católico se deu a conhecer como liberal, e agradecida aos Defuntos, em Roma, particularmente, se praticou esse piedoso costume, com os funerais solenes celebrados por diversas Personagens, para quem a razão exigia esses atos de magnífica gratidão” (“Fu costume degli Antichi, particolarmente Romani, di celebrare con pompe magnifiche la memoria della morte de’suoi Eroi [...] Ma ciò che fu effetto di supersticiosa Gentilità, è divenuto pio atto di Religione, e di Pietà Cristiana, la quale, se in molti luoghi del Mondo Cattolico si fece conoscere liberale, e grata verso delli Defonti, in Roma particolarmente esercitò questo pio costume, con le solenni esequie celebrati à diversi Personaggi, verso i quali la ragione richiedeva questi atti di magnifica gratitudine”). *Funerale*, *op. cit.*, p. 1.

56 RIBEIRO, Marília de Azambuja. Legitimar um rei com profecias: messianismo, milenarismo e profetismo no discurso político do Portugal moderno (sécs. xvi-xvii). *Magallánica Revista de História Moderna*, [S. l.], 3, p. 77-100, 2015.

57 PAGDEN, Anthony. *Signori del Mondo: ideologie dell'impero in Spagna, Gran Bretagna e Francia 1500-1800*. Bologna: Il Mulino, 2005, p. 37-114.

adoção de um imaginário alimentado a partir da memória do império romano.

A mesma temática imperial caracterizaria o aparato iconográfico dos primeiros coches de cerimônia da entrada pública que Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses, marquês de Fontes, embaixador extraordinário de Portugal, fez na corte pontifícia em 8 de julho de 1716, cujas alegorias são construídas a partir da alusão aos versos épicos de *Os Lusíadas* (1572) de Luís de Camões, em que se cantam as origens do império de Portugal no Oriente. O impresso, sem gravuras, produzido por Luca Antonio Chracas – editor ligado aos austríacos, já autor de outras relações desse mesmo tipo⁵⁸ – para narrar o evento⁵⁹ explica o complexo programa em que o tema das esculturas e da decoração pictórica são as navegações lusas e o caráter cristão da expansão marítima de Portugal, responsável pela difusão do Evangelho nas terras bárbaras do além-mar e o triunfo do cristianismo sobre o Islã e o paganismo⁶⁰.

Esse discurso, que pode num primeiro momento parecer passadista e puramente evocativo, na verdade, dialoga diretamente com o

58 *Ingresso fatto in Roma dall'eccellentissimo signore Gio. Vincislao di Gallas... Il dì 13. Maggio 1714; Descrittione del corteggio fatto per la prima udienza pubblica data dalla santità di nostro signore papa Clemente XI Il dì 22 maggio 1714....; Solenne ingresso fatto in Roma il dì 26. Luglio 1714. Dall'eminentissimo, e reverendissimo principe il signor cardinale Wolfgang Annibale Schrattenbach,... Col distinto raguaglio di tutta la funzione fatta il dì 28 detto nel concistoro pubblico nel ricevere il cappello.*

59 *Distinto raguaglio del sontuoso treno di carrozze con cui andò all'udienza di sua santità il dì 8. Luglio 1716. L'illustrissimo, ed eccellentissimo signore don Rodrigo Annes de Saa, Almeida, e Meneses,...* In Roma: nella stamperia di Gio.Francesco Chracas, presso S. Marco al Corso, 1716.

60 APOLLONI, Marco Fabio. Le carrozze dell'ambasceria del Marchese di Fontes nel Museo Nazionale delle Carrozze a Lisbona In: ROCCA, Sandra Vasco; BORGHINI, Gabriele (a cura di). *Giovanni V di Portogallo (1707-1750) e la cultura romana del suo tempo*. Roma: Argos, p. 423-42, 1995; e DELAFORCE, Angela. Art and Diplomacy: the Marquês de Abrantes and the Splendour of his Embassy to Rome. In: DELAFORCE, Angela. *Art and Patronage in Eighteenth-Century Portugal*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. P. 117-164.

programa político dos representantes joaninos em Roma, uma vez que as instruções recebidas por Rodrigo Anes de Sá, antes de ele deixar Lisboa rumo à corte papal em janeiro de 1712 (mesmo mês que em Utrecht haviam tido início as negociações para pôr fim à Guerra de Sucessão da Espanha)⁶¹ deixam claro que o seu principal objetivo perante a Santa Sé era defender os interesses do Padroado Régio Português no Oriente⁶². Tais interesses, então, estavam sendo ameaçados pelo envolvimento dos missionários da província portuguesa da Companhia de Jesus na China e do bispo português de Macau nos conflitos com Charles Maillard de Tournon, Patriarca de Antioquia e legado pontifício para a Índia e a China, acerca da chamada controvérsia dos ritos chineses.

Note-se que, já nas *Instruções* que André de Melo e Castro recebeu quando partiu para Roma em 1707⁶³, fazia-se referência à questão do Padroado nos bispados do Oriente e das “queixas” de Portugal sobre os ministros da *Propaganda Fide* e que, em 1709, o seu estribeiro De Bellebat, na já mencionada relação por ele escrita, associava diretamente aos “Padres da Companhia” os êxitos catequéticos de Portugal nos quatro cantos do mundo⁶⁴.

Nesses mesmos anos, ademais, sabemos dos esforços feitos pelo inquisidor-mor do reino de Portugal e recém-nomeado cardeal Nuno da Cunha e Ataíde⁶⁵ na tentativa de obter a autorização da Inquisição romana para a publicação da *Clavis Prophetarum* de

61 Os confrontos militares prolongar-se-iam até o outono de 1712. Entretanto, a elevação do arquiduque Carlos ao trono imperial, por morte do seu irmão em abril de 1711, alterara profundamente o contexto internacional da guerra, pois as potências aliadas não estavam interessadas em ter um “novo Carlos v” como único governante à frente do Império e da coroa de Espanha.

62 Suas *Instruções* foram publicadas em: BRAZÃO, Eduardo. *Relações Externas de Portugal*: reinado de D. João v. 2 v. Porto: Livraria Civilização, 1938, v. II, p. 39-47.

63 Também publicadas em BRAZÃO, *op. cit.*, p. 11-23.

64 De Bellebat, *Relation du voyage*, p. 39.

65 Elevado ao cardinalato em 18 de maio de 1712.

António Vieira⁶⁶, obra profética em língua latina, em que o jesuíta português sustenta, a partir das profecias de cunho milenarista, que seria um rei de Portugal o futuro imperador do Quinto Império profetizado por Daniel, ao interpretar o sonho de Nabucodonosor⁶⁷. A publicação dessa obra deve ter especialmente despertado o interesse de D. João v, em grande parte porque ela fornecia uma chave de leitura teológica que justificava não só a expansão ultramarina de Portugal – uma vez que o Quinto Império é um império cristão que se estenderia por todo o mundo e levaria à destruição do Islã – mas também permitia uma associação entre Lisboa e a Roma antiga através da ideia de *translatio imperii*: se o quarto império, segundo Daniel, era o império dos romanos, Lisboa seria a nova Roma.

A partir dessa relação, ficam ainda mais claras as razões do constante paralelismo entre estes dois temas – a herança de Roma e o universalismo cristão – que caracterizara a propaganda joanina na corte papal até a década de 1720. É nesse meandro de referências que devemos compreender, por exemplo, a dimensão simbólica da representação da cidade de Lisboa colocada no primeiro coche do cortejo de Rodrigo Anes de Sá, onde a capital portuguesa é representada como a própria Roma, vestida de armadura antiga com uma coroa cívica suspensa sobre a sua cabeça, como que a anunciar o destino que aguardava para a cidade às margens do Tejo.

66 PELOSO, Silvano. *Antônio Vieira e o Império Universal: a Clavis Prophetarum e os documentos inquisitoriais*. Rio de Janeiro: De Letras, 2007, p. 112-116; e MACHEL, Marília de Azambuja Ribeiro. A corte portuguesa e a campanha pela publicação da *Clavis Prophetarum* do Padre António Vieira (séculos xvii-xviii). *Análise Social*, Lisboa, v. LVI, n. 2, p. 264-283, 2021.

67 Nessa mesma linha discursiva, podemos colocar a *Istoria ela vita, ed eroiche azioni di don Alfonso Enriches primo e piissimo re di Portogallo*, escrita pelo jesuíta Anton Maria Bonucci e publicada em Veneza em 1719. Bonucci, que era Assistente em Roma pela província portuguesa da Companhia de Jesus, não só já havia participado como orador da cerimônia de exéquias de D. Pedro II, como colocaria sua pena a serviço do cardeal Cunha durante sua estadia em Roma na década de 1720.

Lisboa era, ademais, ladeada pela figura da abundância com sua cornucópia, uma das características do vindouro império – que era alimentada real e metaforicamente pela descoberta de jazigos de ouro e diamantes nos territórios do Brasil – e sobreposta a um pequeno dragão, símbolo da Casa dos Bragança, que aniquilava a meia-lua dos turcos. Sendo esta última figura uma referência à tradição milenarista portuguesa colocada a serviço do conflito contra os turcos que tinha lugar naquele mesmo ano de 1716.

Como é sabido, D. João v participou ativamente da campanha contra o sultão Achmet III, que em 1715 havia atacado as possessões venezianas no Mediterrâneo, conquistando primeiro a Moreia e depois assediando Corfu. Os portugueses participaram da defesa da ilha jônica como parte da “armada cristã” organizada por Clemente XI que auxiliou as tropas venezianas e austríacas. Tendo enviado somente duas pequenas esquadras comandadas pelo conde de Rio Grande, Lopo Furtado de Mendonça, a participação dos portugueses na guerra foi, na verdade, bastante exígua. Ainda assim, os portugueses, depois dos próprios venezianos, foram aqueles que mais exploraram a sua atuação na chamada oitava guerra otomano-veneziana em sua publicística.

Conhecemos três relações impressas em italiano que tratam das expedições portuguesas no Mediterrâneo⁶⁸, mas como indica o nome de uma delas, *Segunda relação* (*Seconda relazione*), deve ter

68 *Seconda relazione più esatta della squadra, che sua maestà di Portogallo mandò in soccorso dell'armata cristiana ad istanza di n.s. papa Clemente 11. Uscita dal porto di Lisbona il di 5. Del presente mese di Luglio [di 1716]; Relazione della squadra, che sua maestà di Portogallo mandò in soccorso dell'armata cristiana ad istanza di n. Sig. Papa Clemente 11. In quest'anno 1717. Uscita da Lisbona alli 28. D'aprile, ed arrivata à Palermo nel 24. Di maggio.* (ambas sem data ou qualquer referência ao lugar de publicação e ao editor) e *Stato delle Naui spedite in soccorso dell'armi ausiliari dalla Maesta del Re di Portogallo ad'istanza di N. S. Papa Clemente xi. Nell presente Anno del 1717.* Roma: Chracas Typographus, 1717. Além dessas elatís em elat italiana, uma outra, em língua portuguesa foi publicada em Messina: CASTELO BRANCO, Pedro de Sousa de. *Rellacao do sucesso que teve a armada de Veneza onida com*

existido pelo menos uma outra, no caso “a primeira”, sobre a expedição de julho de 1716, relativa ao assédio de Corfu⁶⁹. Na verdade, nessa ocasião, as naveas portuguesas só chegaram quando os turcos já haviam levantado o cerco à ilha.

Diante disso, nos parece difícil dar crédito ao discurso oficial pontifício⁷⁰ de que o maior triunfo diplomático de Portugal durante a década de 1710, isto é, a elevação da Colegiada de S. Tomé (ex-Capela Real) à dignidade de igreja e basílica patriarcal em 7 de novembro de 1716⁷¹, tenha sido fruto do auxílio enviado para socorrer os venezianos⁷². Na verdade, essa concessão nos parece muito mais o fruto da reaproximação entre Portugal e o Papado – que teve lugar

as esquadras auxiliares de Portugal e Outros príncipes catholicos na Costa de Morea contra o poder othomano. Messina: Vittorino Maffei, 1717.

69 Talvez seja possível considerar como parte paralela dessa propaganda sobre as forças bélicas portuguesas a edição *Dell'istoria delle guerre di Portogallo* que veio à luz em Roma em 1716 “nella stamperia del De Martiis el Pace”. A obra era uma continuação da *Historia delle guerre di Portogallo succedute per l'occasione della separazione di quel regno dalla Corona Cattolica descritte, e dedicate alla Sacra Maestà di Pietro 2. Re di Portogallo* de Alessandro Brandano, publicada em Veneza em 1689, por Paolo Baglioni.

70 Conforme é dito na a correspondência enviada nos anos de 1716 e 1717 pelo Núncio Papal em Lisboa Vincenzo Bichi (Archivio Segreto Vaticano, Segreteria di Stato, Nunziatura di Portogallo, Segnatura 73, foglio 59r e 282r; Segnatura 74, foglio 8r).

71 FERNANDES, Cristina. Music, ceremonial and architectural spaces in the patriarchal church of King John v: the remaking of Roman models In: CORREDOIRA, Pilar Díez del Corral (ed.). *Politics and the arts in Lisbon and Rome: The Roman dream of John v of Portugal (Oxford University Studies in the Enlightenment)*. Voltaire Foundation: Liverpool University Press, p. 125-160, 2019.

72 A vitória na Batalha de Matapão, de que efetivamente participou a segunda esquadra enviada por D. João v em auxílio à “armada cristã”, só teve lugar em julho de 1717, então não pode ter influenciado na concessão de Clemente xi. Todavia, ela seria um dos eventos militares mais celebrados do reinado joanino e em grandes partes das cerimônias de exéquias que se fizeram após a morte do rei. A batalha chegou até mesmo a ser celebrada em um retrato do monarca pintado por Giorgio Domenico Duprà na década de 1720, obra hoje conservada no Museu Nacional de Arte Antiga em Lisboa.

a partir da chegada de André de Melo e Castro à corte papal – e um consolo diante do fato de Clemente XI ter emitido em 1715 a bula *Ex illa die* contra as práticas dos jesuítas portugueses e a sustento da posição de Tournon.

Tal reaproximação já dera seus primeiros frutos na primeira metade da década de 1710: com a ereção da Capela Real à Colegiada em 1710, a elevação de Nuno da Cunha e Ataíde a cardeal em 1712 e o envio das faixas bentas para o filho primogênito de D. João em 1714. Resultados obtidos também graças ao apoio recebido pelos representantes portugueses de figuras importantes da cúria papal como os cardeais Annibale Albani, sobrinho de Clemente XI⁷³, e Michelangelo Conti, que, tendo sido núncio papal em Lisboa entre 1698 e 1710, era então o Cardeal Protetor da coroa de Portugal em Roma.

É realmente muito difícil avaliar o impacto das formas de propaganda de que aqui tratamos nas escolhas políticas do Papado em favor do reino português, ainda que elas certamente tenham transformado a visibilidade do reino de Portugal em Roma e tenham sido mantidas nessas mesmas formas até o início da década de 1720⁷⁴. Nesse período, as relações entre D. João V e o Papado permaneceram relativamente distendidas como demonstram algumas ações do rei português – tais quais um segundo envio de tropas em auxílio aos venezianos em 1717 e a confirmação pelos teólogos da Universidade de Coimbra da bula *Unigenitus* promulgada por Clemente XI contra os jansenistas franceses em 1713 – e a concessão, por parte do papa Albani, de novos privilégios para a Patriarcal em

73 Que apoiou a indicação de Nuno da Cunha e Ataíde para o capelo cardinalício. DELAFORCE, *Giovanni V*, op. cit., p. 26.

74 Em 1718, quando Rodrigo Anes de Sá deixa a cidade pontifícia para retornar a Lisboa, e André de Melo e Castro passa a ocupar o cargo de Embaixador – ele faz uma nova cavalcada de aparato no dia de sua primeira audiência pública. A notícia do evento será agora veiculada no contexto da primeira gazeta impressa da cidade de Roma, o *Diário*, fundado em 1716 por Luca Antonio Chracas, o mesmo autor da relação da entrada do marquês de Fontes em 1716.

1717 e do capelo cardinalício para José Pereira de Lacerda em 29 de novembro de 1719.

O início do ano de 1720, todavia, seria marcado pela ruptura dessa relação relativamente harmônica entre os dois soberanos, uma vez que Clemente XI negava-se a conceder o capelo cardinalício a Vincenzo Bichi, que, então, findava o exercício de sua nunciatura em Lisboa. Tal objeção tocava diretamente no projeto da coroa portuguesa de obter um tratamento equivalente ao dado à França, Espanha e Império, que, àquela altura, já tinham garantido o direito de nomeação a cardeal de todos os antigos núncios em seus territórios. Ademais, toda a questão deve ter sido vivida pela corte de Portugal como uma espécie de retrocesso, tendo em vista que Michelangelo Conti, que havia sido núncio em Lisboa antes de Bichi, havia recebido o capelo antes mesmo de seu retorno a Roma. A morte de Clemente XI, no início de 1721, acabaria por deixar o problema em aberto.

A eleição de Michelangelo Conti

Após a morte de Clemente XI, teve início o primeiro conclave que se seguiu à Guerra de Sucessão da Espanha, marcado, sobretudo, pelo fim da aliança Madri-Viena que havia caracterizado a política romana ao longo dos últimos dois séculos – inevitável consequência da passagem do trono espanhol para as mãos dos Bourbons – e pela ascensão de uma facção “clementina” ligada a Annibale Albani, sobrinho do finado papa, como resultado do protagonismo adquirido pela família de Clemente XI ao longo dos vinte e um anos de seu pontificado⁷⁵.

Nesse conclave, o exíguo partido hispânico, composto somente por três cardeais nacionais e liderado pelo cardeal Francisco Acquaviva de Aragón, embaixador de Felipe V em Roma e Cardeal Nacional

75 VISCEGLIA, Maria Antonietta. *Morte e elezione del papa: norme, riti e conflitti (Età moderna)*. Roma: Viella, 2013, p. 386.

da Espanha, foi orientado a unir-se aos também pouco numerosos cardeais ligados à corte de Paris. Já o partido habsbúrgico, conduzido pelo cardeal Miguel Frederico Van Althan, com o apoio do jesuíta Juan Álvaro Cienfuegos Villazón, então Ministro Plenipotenciário do Império em Roma, preocupava-se, sobretudo, em evitar a eleição de qualquer figura do Sacro Colégio que defendesse uma forte primazia papal e que consequentemente pudesse ao longo de seu pontificado trazer à tona questões de âmbito jurisdicional⁷⁶. Após as falidas tentativas de eleição do cardeal Fabrício Paolucci, ex-Secretário de Estado de Clemente XI, apoiado por Albani e por Acquaviva, mas eliminado pelo veto habsbúrgico, e do cardeal napolitano Francesco Pignatelli⁷⁷, “o papa dos alemães”⁷⁸, excluído pelo veto de Felipe V no início do mês de maio, Michelangelo Conti foi eleito papa com o nome de Inocêncio XIII.

Os dois cardeais de que então dispunha Portugal – o Inquisidor-Mor do Reino e membro do Conselho de Estado, Nuno da Cunha e Ataíde, cardeal com o título de Santa Anastácia, e o bispo do Algarve, José Pereira de Lacerda, cardeal com o título de Santa Susana –, como se sabe, não chegaram a Roma a tempo de participar do conclave. Ambos haviam partido de Lisboa rumo à corte papal no dia 9 de maio de 1721, ou seja, exatamente um dia após a eleição do novo papa, como nos informa a *Gazeta de Lisboa* do dia 15 de maio de 1721: “Sesta

76 *Id.*, p. 388-389.

77 Bispo de Nápoles desde 1703, o teatino Pignatelli era ligado aos Habsburgo desde os tempos de Carlos II de Espanha. Filho do marquês de Cerchiare e príncipe de Nojo, era dotado de uma potente parentela política, pertencendo à mesma família de Inocêncio XII; era ainda parente de Tiberio Carafa – figura de primeiro plano do partido austríaco napolitano – e de Maria Anna Giuseppina Pignatelli, esposa de Michael Johann III, conde de Althan.

78 “el papa de los alemanes”, expressão utilizada pelo Frei Salvador Ascânio, agente de Acquaviva, para referir-se a Francesco Pignatelli em missiva enviada ao marquês de Grimaldo, José Martínez de Grimaldo y Gutiérrez de Solorzano, Secretário de Estado de Felipe V em 1721 (Arquivo Geral de Simancas (ACS), Secretaría de Estado, Legajos, 4789).

feyra 9 do corrente partiraõ deste porto para Roma os Eminentissimos, & Reverendissimos Senhores Cardeaes da Cunha, & Pereira”⁷⁹.

Acreditamos, na verdade, que D. João v só resolveu enviar seus purpurados para Roma quando Michelangelo Conti passou a ser considerado um possível candidato ao trono pontifício. Considerando que as informações enviadas de Roma levavam de 8 a 15 dias para chegar a Lisboa, note-se que o rei português decidiu pela “tardia” partida de Cunha e Pereira apenas em 6 de maio⁸⁰, ou seja, cerca de duas semanas depois que Conti se afirmou como elegível nos escrutínios do conclave.

Certamente a eleição de Inocêncio XIII era muito bem vista pela corte de Portugal, uma vez que Michelangelo Conti tinha atuado por doze anos como núncio papal em Lisboa – tendo sido figura-chave nas negociações que levaram ao realinhamento de Portugal com Carlos de Habsburgo no contexto da Guerra de Sucessão da Espanha⁸¹ – e que, de volta a Roma, graças à simpatia da rainha Maria Ana de Áustria, foi nomeado Protetor da nação portuguesa (1710) e Cardeal Protetor do rei de Portugal (1714) junto à corte pontifícia.

Deve ter sido, então, com grande satisfação que os dois cardeais portugueses receberam a notícia da eleição do papa Conti ao desembarcarem no porto de Livorno após nove dias de viagem⁸².

79 *Gazeta de Lisboa*, 15 de maio de 1721, p. 159.

80 Segundo a *Gazeta de Lisboa* do dia 8 de maio (p. 151-152), foi na terça-feira, 6 de maio, que “foy sua Magestade [...] servido resolver, que os Cardeaes Portuguezes o Eminentissimo & Reverendissimo Cardeal da Cunha, e o Eminentissimo & Reverendissimo Cardeal Pereyra fossem a Roma a votar no Conclave”.

81 Francesco Valesio comenta em seu *Diário*, no dia 1º de julho de 1701, que, em Roma, os cardeais franceses se lamentavam das dificuldades que então os representantes das cortes francesa e espanhola estavam encontrando na corte portuguesa toda vez que tentavam obter de D. Pedro alguma resposta positiva aos seus interesses devido às intervenções de Conti em sentido contrário. VALESIO, *op. cit.*, III, p. 432.

82 O *Diario Ordinario* de 28 de maio de 1721 (p. 5) informa que “*In Livorno, sono arrivati da Lisbona, in 9 giorni di felicissimo viaggio, Gli Eminenissimi Signori Cardinali*

A mesma satisfação com que a notícia foi acolhida na corte portuguesa cerca de duas semanas mais tarde, quando na segunda-feira, 2 de junho, “chegou hum postilhão de Roma com a noticia de estar eleyto Summo pontifice o Eminentissimo Cardeal Conti, Nuncio Apostolico que foy neste Reyno & seu Protector na Curia Romana”⁸³: mandaram-se pôr luminárias por três dias⁸⁴ e na Academia Real de História, o conde de Ericeira dedicou um panegírico ao novo papa⁸⁵.

É sabido o quanto a eleição de Inocêncio XIII alimentou na corte portuguesa expectativas de um ainda maior estreitamento das relações entre Portugal e Roma que pudesse pôr fim às questões então em aberto, como a da concessão do barrete cardinalício ao monsenhor Bichi. Assim podemos considerar consequência dessas esperanças a política da espetacularidade colocada em ato pelos representantes da corte joanina junto à corte papal durante os primeiros dois anos de seu pontificado. Uma política que nesse momento aprimorou ainda mais o uso propagandístico dos instrumentos editoriais, em particular a partir da utilização da publicização das ações dos representantes da nação portuguesa em Roma na gazeta impressa que desde 1718 existia na corte romana, o já mencionado *Diario Ordinario* da família Chracas⁸⁶.

Nugno da Cunha d'Attayde e Giuseppe Pereira da Lacerda Vescovo Faraoniense Portoghesi, quali presentemente si crede che possono venire fra alcuni giorni”.

83 *Gazeta de Lisboa*, 5 de junho de 1721, p. 184.

84 *Gazeta de Lisboa*, 19 de junho de 1721, p. 200.

85 Panegírico recitado na Real Academia da História em 5 de junho de 1721 e publicado no primeiro volume da *Collecçam dos documentos, estatutos e memorias da Academia Real da Historia Portuguesa. Coleção dos documentos, estatutos e memórias da Academia Real da História Portuguesa, que neste ano de 1721, se compuseram e se imprimiram por ordem dos seus censores, dedicada a el rei nosso senhor, seu elatíssimo protetor e ordenada pelo conde de Villamayor, secretário da mesma academia*. Lisboa Ocidental: na oficina de Pascoal da Sylva, Impresso de S. Majestade real, 1721.

86 Saverio Franchi chega mesmo a afirmar que Giovan Francesco Chracas – dono, com os irmãos, da casa de impressão responsável pelo *Diario Ordinario* – encontrava-se a serviço do cardeal Cunha. FRANCHI, Saverio. *Drammaturgia Romana II* (1701-1750). Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1997, p. 172.

Para a maior glória de Portugal

Os cardeais portugueses que chegaram a Roma no final de maio de 1721 logo se associaram ao embaixador português na organização de inúmeros eventos que marcam os anos do pontificado de Inocêncio XIII. Repetidos são, por exemplo, em 1721, os cortejos com que André de Melo e Castro, elevado a embaixador extraordinário da coroa portuguesa em 1718, dirige-se às audiências papais e às residências dos membros do Sacro Colégio, sendo particularmente conhecida aquela em que Jaime III Stuart, “o velho pretendente”, e a esposa deixam sua residência em Albano para ir assistir à procissão das carroças do embaixador português das sacadas do Palácio Orsini⁸⁷.

Esse ano foi também marcado pelo apogeu do mecenato teatral dos representantes da corte joanina em Roma. Ainda que durante a década de 1710, o marquês de Fontes já tivesse patrocinado dois espetáculos em honra da monarquia portuguesa que tiveram lugar em seu palácio nos anos de 1713 e 1714 e que os testemunhos escritos desses eventos tenham chegado até nós graças a dois libretos impressos por Girolamo Rabetti, na cidade italiana de Lucca⁸⁸, nada se compara ao mecenato músico-teatral colocado em ato por André de Melo e Castro⁸⁹ e pelos cardeais Cunha e Pereira.

87 *Diario Ordinario* de 4 de outubro de 1721 (nº 660, p. 2) e de 11 de outubro de 1721 (nº 663, p. 2). Sobre a presença dos Stuart em Roma, ver: CORP, Edward. *The Stuarts in Italy, 1719-1766: a royal court in permanent exile*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

88 *Nuova aurea, e culta età dell'onore presagio festivo alla nascita del principe del Brasile da cantarsi nel palazzo dell'eccellentissimo signore Marchese di Fontes... Posto in musica dal sig. Abbate Nicola Porpora...* In Lucca: per Girolamo Rabetti, 1713 e *Applauso genetliaco alla reale altezza del signor Infante di Portogallo, da cantarsi nel palazzo dell'eccellentissimo signore marchese di Fontes Ambasciadore Straordinario della Maestà Portoghese alla Santità di N. S. papa Clemente XI. Posto in musica dal signor Domenico Scarlatti...* In Lucca: per Girolamo Rabetti, 1714.

89 Para uma análise minuciosa dos espetáculos promovidos pelo embaixador português e do mecenato artístico a eles relacionados, ver: FERNANDES, Cristina. *Eventi-spettacolo nella cerchia di André de Melo e Castro, ambasciatore*

Dos trinta e dois espetáculos teatrais realizados no ano de 1721 de que se tem conhecimento⁹⁰, seis foram patrocinados por esses três representantes lusitanos, assim, juntamente com Michael Van Althan – cardeal protetor do Império –, Pietro Ottoboni – vice-chanceler do estado pontifício – e o príncipe Francesco Maria Ruspoli, eles foram os mais importantes mecenas dessa temporada operística. Dentre essas peças, aquelas dotadas de maior significado político, seja pelo seu conteúdo, seja pelo público para o qual foram executadas, são a pastoral *La virtù negl'amori*⁹¹ e as cantatas *La Ninfa del Tago*⁹² e *Religione, Virtù, Nobiltà*⁹³.

A primeira delas, um melodrama com texto de Gaetano Lemer e música de Alessandro Scarlatti, foi apresentada com cenografia de Francesco Galli Bibiena no Teatro Capranica – o mais importante

portoghese a Roma (1718-1728): Aspetti materiali, sociali e politici della performance. In: GOULET, Anne-Madeleine; DOMÍNGUEZ, José María; ORIOL, Élodie (dir.). *Spectacles et performances artistiques à Rome (1644-1740): une analyse historique à partir des archives familiales de l'aristocratie École Française de Rome*, p. 353-378, 2021.

90 FRANCHI, *op.cit.*, p. 176-178.

91 *La Virtù negl'Amori. Componimento musicale fatto cantare dall'Eccellenza del Signor D. Andrea de Mello de Castro Ambasciadore Ordinario della Maestà del Rè di Portogallo In occasione di publica gioia per il solenne Possesso preso dalla Santità di N. S. Papa Innocenzo Decimoterzo Nel giorno 16. Di Novembre dell'anno 1721.* Roma: Antonio de' Rossi, 1721. Ver: KUNTZ, Daniele. 'S'unisca il Tago al Tebro, il Tebro al Tago': The Politics of Portuguese Patronage in Alessandro Scarlatti's *La virtù negli amori*. In: CORREDOIRA, Pilar Diez del Corral (ed.). *Politics and the arts in Lisbon and Rome: The Roman dream of John V of Portugal* (Oxford University Studies in the Enlightenment). Voltaire Foundation: Liverpool University Press, p. 75-92, 2019.

92 *La Ninfa del Tago, componimento musicale fatto cantare dall' eminentiss., e reverendiss. Principe Nuno da Cunha cardinale di s. Chiesa, e generale Inquisitore in tutti i domini portoghesi per il giorno del felice nome della S. R. M. Di Giovanni v, Re' di Portogallo.* In Roma: Antonio de' Rossi, 1721.

93 *Festa accademica di lettere e d'arme de'signori Convittori del Collegio Clementino per l'anno 1721 sotto gli auspici dell' principe il sig. Card. Di S. Susanna Gioseffo Pereira De La Cerda consigliere di stato della real maestà di Portogallo.* In Roma: Nella stamperia di Galeazzo Chracas, 1721.

palco teatral da cidade de Roma naqueles anos – em novembro de 1721⁹⁴, por ocasião da elevação de Inocêncio XIII à cátedra pontifícia⁹⁵, graças ao mecenato do embaixador de André de Melo e Castro⁹⁶, como nos indica o libreto impresso por Antonio dei Rossi:

A oportunidade de representá-la foi a suma e filial devoção que o potentíssimo rei D. JOÃO V de Portugal professa ao nosso Santíssimo Padre e Senhor INOCÊNCIO XIII [...] e o imenso júbilo e o interesse desse muito pio monarca para a gloriosa exaltação de seu Pontificado: assim, a Excelência do Sr. DOM ANDRÉ DE MELO DE CASTRO, seu Embaixador, julgou necessário demonstrar distintamente a alegria do seu Príncipe, da sua Nação, [...] pela Feliz Posse de Sua Santidade.⁹⁷

94 O espetáculo foi assistido por dezenove cardeais – dentre os quais o cardeal Acquaviva (representante da coroa de Espanha) e o cardeal Althan (representante do Império), o Velho Pretendente da Grã-Bretanha com a princesa, sua mulher, o príncipe e princesa de Módena, o embaixador de Veneza – outros ministros, príncipes e princesas, cavalheiros e damas romanas. *Gazeta de Lisboa*, 15 de janeiro de 1722.

95 Diversamente do que muitas vezes afirmou a historiografia, a data que consta na capa do libreto – 16 de novembro de 1721 – não diz respeito ao dia da apresentação da peça, mas, sim, à data da cerimônia de posse de Inocêncio XIII na Igreja de São João em Latrão. A peça, na verdade, só seria encenada no domingo sucessivo, dia 23 de novembro – data do encerramento das festividades oficiais do Senado Romano ligadas a essa ocasião, que se concluíram pela manhã. A peça teve duas reapresentações, na quarta-feira, 26, e na quinta-feira, 27. *Diario Ordinario*, n. 681 (29 nov. 1721), p. 20-21. Para uma descrição da cerimônia de posse de Michelangelo Conti, ver: *Gazette de Paris* de 1721, n° 53, p. 608-616; e *Gazeta de Lisboa*, n° 1 (1° jan. 1722), p. 3.

96 Além dessa peça, o embaixador de Portugal foi nesse mesmo ano patrono de outros dois espetáculos teatrais junto à modesta sala de Santa Lucia ela Tinta, duas comédias – *La Circe in Italia* e *La serva nobile* – que, voltadas para um público mais popular que tradicionalmente frequentava esse espaço, parecem mais frutos de um mecenato privado de André de Melo e Castro, uma vez que não compartilham nem em forma nem em conteúdo com os demais espetáculos promovidos pelos representantes do rei de Portugal em Roma. FRANCHI, *op. cit.*, p. 170.

97 “*L'occasione di rappresentarla è stata la somma, e figliale Devozione, che il potentissimo Rè GIOVANNI V di Portogallo professa al nostro Santissimo Padre e Signore*

La ninfa del Tago, de compositor desconhecido, com música também atribuída a Alessandro Scarlatti e patrocinada pelo cardeal Cunha, fora executada em 22 de outubro de 1721, por ocasião do aniversário de 32 anos de D. João v, no palácio do embaixador português. Já *Religione, Virtù, Nobiltà* foi uma peça musicada por Francesco Gasparini e dedicada a Inocêncio XIII, tendo sido executada no contexto de uma festa acadêmica promovida pelo cardeal Pereira que teve lugar no Colégio Clementino em outubro desse mesmo ano⁹⁸.

Nas duas primeiras peças, é claramente retomado o mesmo tema dos vínculos entre Roma e Lisboa⁹⁹, todavia a linguagem adotada nessas serenatas apresenta-se em parte renovada, na medida em que parece ter se adequado ao gosto dos Arcades¹⁰⁰. Um estilo que – como também a escolha de Lemer e Scarlatti ou mesmo a de Antonio dei Rossi, impressor dos libretos¹⁰¹ – aponta para a efetiva aproximação entre os representantes de Portugal em Roma e a Academia da Arcádia que teve lugar em 1721¹⁰² e que certamente

INNOCENZO XIII (...) e l'immenso giubilo, ed interesse da quel piissimo Monarca concesso per la di lui gloriosissima esaltazione al Ponteficato: onde l'Eccellenza del Signor DON ANDREA DE MELO DE CASTRO suo Ambasciadore, ha creduto dovere distintamente rimostrare la letizia del suo Principe, della sua Nazione, [...] per il Felice Possesso presone dalla Santità Sua". *La Virtù negl'Amori*, op. cit., p. 4-5.

98 Dos três espetáculos, esse é o mais amplamente noticiado pelo *Diário Ordinário* (nº 663, 11 de outubro de 1721, p. 14). Note-se que o próprio opúsculo que trata do evento saiu pelas prensas da família Chracas (*Festa accademica*, op. cit.)

99 BERMEJO, Saúl Martinez. Voi mi rinuovate: Rios, serenatas e impérios en el Portugal de D. João v y de Mariana de Austria, *Magallánica - Revista de História Moderna*, 3, 2015, p. 101-121.

100 Sobre a produção musical ligada à Academia da Arcadia, ver: TCHAROS, Stephanie. *Opera's Orbit: Musical Drama and the Influence of Opera in Arcadian Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

101 Lemer e Scarlatti eram membros da Academia da Arcádia e Antonio dei Rossi o impressor da mesma Academia.

102 DIXON, Susan. *Between the Real and the Ideal: The Accademia degli Arcadi and Its Garden in Eighteenth-Century Rome*. Newark: University of Delaware Press, 2006.

correspondia a uma tentativa de aproximação com os membros da família Albani, que, como vimos, ainda conservavam um importante papel político na cúria papal: em setembro desse ano, os cardeais Cunha e Pereira foram admitidos no seio dessa instituição¹⁰³, tendo o próprio D. João em 25 de novembro recebido o nome pastoral e a posição que antes tinham pertencido a Clemente IX.¹⁰⁴

Durante o carnaval de 1722, os cardeais portugueses vão promover outros quatro espetáculos, dois no Teatro Capranica¹⁰⁵, um no Seminário Romano¹⁰⁶ e outro no Colégio Clementino¹⁰⁷. Todavia, para além dos espetáculos teatrais, o cardeal Cunha buscou deixar uma marca menos fugaz de sua passagem pela cidade papal: detentor do título de Santa Anastasia no Palatino desde 1712, o cardeal português dedicou-se à reestruturação do interior do edifício da basílica de que era o cardeal-presbítero, contratando para

103 *Diario Ordinario*, nº 657, 27 de setembro de 1721, p. 5.

104 Sobre a nomeação de D. João V para a Academia da Arcádia, ver: DELAFORCE, Giovanni V, *op. cit.*, p. 26. André de Melo e Castro também se tornaria pastor árquiepo em 1723.

105 Nino. *Drama per musica da recitarsi nella sala dell'ill.mo Sign. Federico Capranica nel Carnevale dell'anno 1722. Dedicato all'Em.mo e Rev.mo Principe il Sig. Cardinale Nuno de Cunha inquisitore generale di tutti li Regni di Portogallo*. Roma: nella Stamperia del Bernabò. Si vendono nella Libreria di Pietro Leone di Pasquino all'Insegna di S. Gio. di Dio, 1722 e Arminio, *dramma per musica da recitarsi nella sala dell'ill.mo sign. Federico Capranica nel carnevale dell'anno 1722. Dedicato all'em.mo e rev.mo principe, il sig. Cardinale Nuno De Cunha inquisitore generale di tutti li regni di Portogallo*. In Roma: nella Stamperia del Bernabò, 1722.

106 *L'idomeneo, tragedia da rappresentarsi dai Signori Convittori delle Camere Grandi del Seminario. Romano nel presente Anno 1722*. In Rome, per il Zenobj, 1722. O texto da tragédia é precedido por uma “Dedicatoria de’ Convittori delle Camere Grandi del Seminario Romano al Cardinale Nunio da Cunha, Inquisitor Generale di tutti i Regni”, com data de 6 de fevereiro de 1722.

107 *Il Cid tragedia di Pietro Cornelio recitata da’ signori cavalieri del Collegio Clementino nelle vacanze del carnevale dell'anno 1722. Dedicata all'emo... il sig. card. di S. Susanna Gioseffo Pereira de la Cerda*. In Roma: nella stamperia del Chracas, presso S. Marco al corso, 1722.

tanto o pintor romano Michelangelo Cerruti e o arquiteto maltês Carlo Gimach.

Conforme registra em seu *Diário* o Pe. Manuel de Campos¹⁰⁸, a obra realizada nessa basílica seria a mais importante de suas realizações em Roma: “a Coroa das suas graças”¹⁰⁹. Opinião que parece ter sido igualmente compartilhada pelo próprio cardeal, uma vez que este põe em ato uma verdadeira campanha de divulgação editorial de seu feito¹¹⁰. O *Diario Ordinario* dedicou várias páginas à Missa Solene realizada para a inauguração da nova Santa Anastasia, em 21 de abril de 1722¹¹¹. Nesse ano, foram publicadas pelos menos cinco obras dedicadas ao cardeal Cunha – muito provavelmente, por ele financiadas – que propagavam a notícia da reforma por ele empreendida na basílica: as *Breves notícias*¹¹² de Filippo Cappello, canônico da própria basílica; a *História de Santa Anastácia* do já mencionado Anton Maria Bonucci¹¹³, a *História da Basílica de Santa*

108 Jesuíta que embarcou com os cardeais para Roma em 1721. Seu diário que relata os acontecimentos na corte de Roma nos anos de 1721 e 1722 está conservado em Lisboa no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Armário Jesuítico, liv. 27 (“Aditamentos e notícias de Roma”). O códice contém 226 páginas – 206 dizem respeito à transcrição das cartas do Pe. Campos, a respeito das quais estamos preparando uma edição crítica.

109 *Diário do Pe. Manoel de Campos*, carta de 14 de março de 1722 (ANTT, Armário Jesuítico, liv. 27, f. 355v).

110 Sobre as doações de Cunha para a reforma da basílica de Santa Anastasia, ver: *Diario Ordinario*, nº 630, 26 de julho de 1721, p. 7.

111 *Diario Ordinario*, nº 590, de 25 de abril de 1721.

112 CAPELLO, Filippo. *Brevi notizie dell'antico, e moderno stato della chiesa collegiata di S. Anastasia di Roma raccolte, e consacrate all'eminentissimo... principe, il signor cardinale Nuno da Cunha de Attayde*. In Roma: nella stamperia di Pietro Ferri, sotto la libreria Casanatense, 1722.

113 BONUCCI, Anton Maria. *Istoria di S. Anastacia vergine e martire romana, Figliuola di Pretestato, e discepola di S. Grisogono: uccisa per Cristo sotto diocleziano Imperadore, Descritta da Anton Maria Bonucci della Compagnia di Gesu, e dedicata all'E.mo e R.mo principe, il Signor cardinale Nuno da Cunha di Ataide, inquisitor generale di Portogallo, e sue conquiste...* Roma: Stamperia del Komarek, 1722.

Anastácia pelo árcade Giovanni Maria Crescimbeni¹¹⁴, o elogio de Giovanni Battista Mancini¹¹⁵ e um poema de Isidoro Nardi¹¹⁶.

No livro de Crescimbene, existe uma gravura que evoca a existência de uma medalha comemorativa para o evento. Ademais, o cardeal Cunha fez-se retratar em outra gravura com a imagem da fachada de Santa Anastasia ao fundo¹¹⁷: composição excepcional que remete aos esquemas dos retratos dos arquitetos, incomum no contexto dos retratos de cardeais do período, nos quais os cardeais são normalmente representados sobre fundo neutro, sem qualquer alusão à igreja de que são titulares. Já em janeiro de 1722, o cardeal português havia conseguido ter o principal almanaque de efemérides da cidade de Roma – o *Notizie per l'anno...* (o futuro *Annuario Pontificio*) da família Chracas – dedicado à sua pessoa¹¹⁸, o que colo-

114 CRESCIMBENI, Giovanni Maria. *L'istoria della basilica di S. Anastasia titolo cardinalizio, scritta da Gio. Mario Crescimbeni arciprete di S. Maria in Cosmedin, e custode generale d'Arcadia*. In Roma: Per Antonio de' Rossi nella strada del seminario romano vicino alla Rotonda. Con licenza de' superiori, 1722.

115 MANCINI, Giovanni Battista. *Eminentissimi Principi NUNNIO DE CUNHA, S. ANASTASIE PRAESB. CARDINALI Joannis V Lusitaniae Regi ab intimis, summisque consiliis, Portugalliae supremo Religionis Censori ob reparatum, ornatum, actum sui Tituli Templum. Johannes Baptista Mancinus ex Lupis Romanus*, Romae, Ex Typographie Tinassia, 1721. Uma notícia sobre a publicação desse opúsculo saiu no *Diário Ordinário* de 25 de março de 1722 (nº 729, p. 11).

116 NARDI, Isidoro. *All'Eminentis., e Reverendiss. Signore Cardinale Nuno da Acunha, Cardinal Prete, Inquisitore Generale dei Regno di Portogallo, e de Regni, ed Isole di Conquista, nel prendere il possesso del suo titolo nella chiesa di S. Anastasia*. Roma: Nella Stamperia di Giorgio Placho, Intagliatore, e Gettatore de'Caratteri, à S. Marco, 1721.

117 Uma dessas gravuras pode ser vista no álbum factício *Retratos de cardeaes, bispos, e varoens portuguezes illustres em nobreza, armas, letras, e santidade coordenados nos mezes de Abril, e maio do anno do Senhor 1791* conservado na Biblioteca Nacional de Lisboa, *Coleção Iconografia*, Cota EA-4-A.

118 *Notizie per l'anno 1722. Dedicate all'eccellentissimo, e reverendissimo principe il signor cardinale Nuno da Cunha del tit. di S. Anastasia inquisitore generale in tutti i Regni di Portogallo*. In Roma, nella stamperia del Chracas presso s. Marco al Corso, 1722.

cava o seu prestígio no mesmo nível daquele dos principais da hierarquia romana e dos mais importantes cardeais nacionais.

Sabemos ainda que ele promoveu a publicação de pelo menos um outro opúsculo com um poema dedicado a si e a D. João v¹¹⁹. Diante disso, podemos, assim, afirmar, sem sombra de dúvida, que, se os primeiros anos do pontificado do papa Conti correspondem ao período de maior empenho propagandístico da coroa portuguesa junto à Santa Sé, o cardeal Cunha foi o representante da corte portuguesa em Roma que mais recursos dispensou com o uso da imprensa em prol da própria glória e da glória da nação e da monarquia portuguesa¹²⁰.

Já o ano de 1723 foi marcado pela aclamação de André de Melo e Castro como pastor árcade e pela doação de quatro mil escudos feita por D. João v à Arcádia para que essa pudesse construir uma nova sede para seus encontros. Tal doação, ao nosso ver, marca uma transformação significativa da imagem que o monarca português procurará construir para si: cada vez menos voltado para a ideia de *rector* cristão, de imperador do Quinto Império, ele procurará afirmar uma imagem de monarca protetor das artes, das letras e das ciências, conforme um modelo já bem estabelecido na virada do século anterior por Luís xiv de França. Essa representação que já fora adotada, ainda que subalternamente, para exaltar o finado D. Pedro no programa iconográfico de suas exéquias romanas, a partir de 1720 seria transformada no cerne da nova imagem política forjada para D. João v. Uma imagem construída não só através dessa relação com a Arcádia, mas também e sobretudo graças à fundação da Academia Real da História no contexto do reino português¹²¹.

119 *Joanni Quinto potentissimo Lusitaniae regi carmen de solemni pompa ejusdem gloriosissimo nomini instituta ab eminentiss. & reverendiss. domino Nunno de Cuñha s.r.e. cardinali amplissimo. Auctore Antonio Francisco Felici Romano. Excudebat Romæ: Ioannes Franciscus Buagni, 1722.*

120 O cardeal Cunha deixou a corte papal para voltar a Lisboa em 2 de maio de 1722.

121 Ver: МОНА, Isabel Ferreira da. *A Academia Real de História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Minerva, 2003.

O início de 1724 será marcado pela realização do último espetáculo teatral promovido por André de Melo e Castro durante o Papado de Inocêncio XIII: a fábula pastoral *La Tigrena*¹²², realizada no contexto das celebrações do infante Alexandre, quarto filho dos monarcas portugueses¹²³. Nesse ano, todavia, teria início o progressivo declínio dos investimentos feitos em propaganda por Portugal em Roma. Se os primeiros anos do pontificado do papa Conti foram marcados pela espetacularização e divulgação pública das atividades dos representantes da corte portuguesa em Roma – considere-se aqui, por exemplo, o caso do batismo da judia Esperança¹²⁴ e o da cerimônia feita para as conclusões de teologia do Fr. José Maria da Fonseca Évora¹²⁵ na Igreja de Aracoeli¹²⁶ –, provavelmente impul-

122 *La Tigrena: favola pastorale da cantarsi nel Palazzo dell'Eccellenza del Signor Andrea de Mello de Castro Conte das Galveias, Ambasciadore Ordinario della Maestà del Rè di Portogallo, alla Santità di N. S. Papa Innocenzo XIII*. Nel giorno 2 Gennaro dell'anno MDCCXXIV. Roma: per Antonio de' Rossi nella strada del Seminario Romano, 1724.

123 Sobre essas celebrações, ver: FERNANDES, Cristina, *Eventi-spettacolo, op. cit.*; *Id.* Música, cerimonial e representação política: Sant'Antonio dei Portoghesi no contexto das igrejas nacionais em Roma durante a época barroca (1683-1728) *In*: FERREIRA, Manuel Pedro; CASCUDO, Teresa (coord.). *Música e História: estudos em homenagem a Manuel Carlos de Brito*. Lisboa: Colibri, p. 153-173, 2017, e *Id.* Portuguese celebrations in Rome, between the embassy and the national church: sacred and secular music for the glory of the king. *In*: BERTI, Michela; CORSWAREM, Émilie (ed.). *Music and the identity process: The national churches of Rome and their networks in the early modern period*. Turnhout: Brepols, p. 305-328, 2019.

124 *Diario Ordinario*, nº 648, 6 de setembro de 1721, p. 8.

125 Doutor em Cânones que veio para Roma juntamente com o marquês de Fontes em 1712. Na corte papal, em dezembro desse mesmo ano, fez-se franciscano junto ao convento de Aracoeli. A partir daí, ele construirá um percurso de sucesso dentro da Ordem e no contexto da Cúria Apostólica que o conduzirá a ser escolhido em 1730 para representar os interesses de Portugal em Roma. Sobre a história do complexo de Aracoeli, ver: APRICENA, Marianna Brancia di. *Il complesso dell'Aracoeli sul Colle capitolino: IX-XIX secolo*. Roma: Quasar, 2000.

126 Notícias sobre a cerimônia são dadas no *Diario Ordinario* de 18 de julho de 1722 (nº 775, p. 6) e num opúsculo publicado pela família Chracas, *Incomparabilis*

sionados pela esperança na ligação mantida entre o novo papa e a monarquia lusa, ao longo de 1722 e 1723, o agravamento das condições de saúde do pontífice e o fracasso das negociações diplomáticas para a satisfação das ambições joaninas devem ter gerado a impressão na coroa portuguesa de que a ostentação de todos aqueles gastos era na verdade pouco proveitosa politicamente.

Apesar de todas essas iniciativas propagandístico-políticas promovidas pelo rei de Portugal e seus representantes, o problema na nomeação do cardeal Bichi ainda permanecia em aberto. Segundo o Pe. Campos, já em fevereiro de 1722, corria o boato de que D. João v pudesse romper relações diplomáticas por causa dessa questão: “Corre aqui por gente do Povo que os nossos Cardeais e Embaxador tudo vai para a Lisboa”¹²⁷. Todavia, a assinatura do Tratado de Cambrai

apparatus in Templo Aracaelitano ad theologicas theses publico certimini expositas... regi Joanni quinto dicatas brevi metro descriptus a F. Flaminio Dondi. Roma, ex Typographia Chracas, 1720). Os aparatos da cerimônia foram custeados por André de Melo e Castro (a ordem de pagamento ao ‘festarolo’ Francesco Antonio Girella pelos trabalhos feitos para essa ocasião, datada de 22.12.1723, conserva-se na Biblioteca da Ajuda, Ms. 49-VIII-16, f. 167-69). Graças a um desenho conservado no Gabinetto Comunale di Disegni e Stampe de Roma e publicado, pela primeira vez, em PIETRANGELI, Carlo. Una disputa teologica all’Aracoeli, *Bollettino dei Musei Comunali di Roma*, Nuova Serie, IV, 1990, p. 63-68, sabemos da presença nessa ocasião de um trono vazio ao centro, que deveria ser idealmente ocupado pelo próprio D. João v, a quem as conclusões eram dedicadas. O citado trono é desenhado pelo Pe. Manuel de Campos em seu diário quando ele descreve a cerimônia realizada em Aracoeli. *Diário do Pe. Manoel de Campos*, ANTT, Armário Jesuítico, liv. 27, f. 421r. Sobre essa cerimônia, ver: BORGHINI, Gabriele. ‘Apparati Luso Romani tra Chiesa e Palazzo’ In: ROCCA, Sandra Vasco; BORGHINI, Gabriele (a cura di). *Giovanni v di Portogallo (1707-1750) e la cultura romana del suo tempo*. Roma: Argos, p. 247-61, 1995, p. 247; e CORREDOIRA, Pilar Diez del Corral. Una basilica diventata teatro: Santa Maria in Aracoeli and the diplomatic ambitions of Jose Maria Fonseca de Évora in Eighteenth Century Rome. In: ANDERSON, Roberta; EISENDLE, Reinhard; SUNER, Suna (ed.). *Performance of Diplomacy in the Early Modern World* (no prelo).

127 *Diário do Pe. Manoel de Campos*, carta de 28 de fevereiro de 1722, (ANTT, Armário Jesuítico, liv. 27, f. 349v).

em 21 de março de 1721, reafirmando a aliança bourbônica franco-espanhola, num momento em que as relações entre Portugal e Madri já estavam muito tensas devido aos conflitos de interesse das duas coroas sobre os territórios da América do Sul, provavelmente determinou a escolha de D. João V por não ganhar novos opositores e optar pela manutenção das relações com a Santa Sé, ainda que a única vitória diplomática dos portugueses durante o Pontificado de Inocêncio XIII tenha sido a eleição de António Manuel de Vilhena para o cargo de Grão-Mestre da Ordem de Malta em junho de 1722.

Certamente muito pesou também nesse insucesso o alinhamento de Portugal com seu principal aliado católico desde os tempos da Guerra de Sucessão da Espanha: o partido austríaco¹²⁸. Tendo consolidado seu poder na Itália ao fim da Guerra da Quadrúplice Aliança, o imperador estava muito mais interessado em reforçar as raízes recém-fincadas de seu poder nos territórios italianos do que em favorecer os interesses portugueses. Confirmação disso são os importantes benefícios obtidos na década de 1720 pelos napolitanos e sicilianos, novos vassalos do imperador, e pelos aliados italianos do Império, como os venezianos e os Saboia.

O fim de uma era

Podemos, assim, dizer que, enquanto os anos do pontificado de Clemente XI e Inocêncio XIII correspondem ao período de maior empenho propagandístico da coroa portuguesa perante a Santa Sé, os anos do pontificado de Bento XIII (1724-1730) foram caracterizados

¹²⁸ No *Diario Ordinario*, são largamente documentadas as relações entre os cardeais portugueses e os cardeais Althan, Cienfuegos e Schönborn, representantes do Império em Roma. O cardeal Cienfuegos era um velho conhecido de Portugal, uma vez que fora enviado para Portugal como representante imperial durante a Guerra de Sucessão espanhola e tinha sido um importante articulador do matrimônio entre D. João V e Maria Ana de Áustria.

pela progressiva redução da propaganda política colocada em ato pelos representantes portugueses na corte pontifícia.

Diante do fortalecimento político de Portugal durante a segunda metade da década de 1720, graças à reaproximação com os Bourbons de Espanha¹²⁹, nem mesmo a concessão do capelo cardinalício para João da Mota e Silva em 1727 foi capaz de reduzir as tensões entre a coroa portuguesa e o Papado¹³⁰, que acabariam por levar ao rompimento de D. João v com o papa Orsini e a consequente saída de seus representantes da corte papal em março de 1728, em grande parte ainda devido à não resolução da questão Bichi.

Mesmo depois que Portugal reatou as relações com a Santa Sé durante o pontificado de Clemente xii e que o barrete cardinalício foi concedido a Bichi em 1732, essas formas triunfantes de fazer política não seriam mais retomadas pela coroa portuguesa durante o reinado de D. João v. As estratégias políticas adotadas por Portugal em Roma, a partir de então, seriam outras: os interesses portugueses agora seriam defendidos por meio de avultosos pagamentos e conspícuas doações; o rei de Portugal não mais enviaria diplomatas de elevada categoria social como Rodrigo Anes de Sá e André de

129 RODRIGUES, *op. cit.*, p. 191-192.

130 A controvérsia acerca dos ritos chineses e malabares continua acesa na corte pontifícia ao longo da década de 1720, decênio marcado pelo estabelecimento de relações diplomáticas entre D. João v e os imperadores da China e pela confirmação do decreto de Tournon por Bento xiii através do breve *Ad aureas nostras* de 1727. Ver: RUSSO, Mariagrazia. *Embaixada de D. João v de Portugal ao Imperador Yongzheng, da China (1725-1728)*. Lisboa: Fundação Oriente, 2005; SALDANHA, António Vasconcelos. *De Kangxi para o Papa, pela Via de Portugal: memória e documentos relativos à intervenção de Portugal e da Companhia de Jesus na questão dos Ritos Chineses e nas relações entre o Imperador Kangxi e a Santa Sé*. Macau: Instituto Português do Oriente, 2002; RAMOS, João de Deus. *História das relações diplomáticas entre Portugal e a China*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1991; e PAVONE, Sabina. Tra Roma e il Malabar: il dibattito intorno all'amministrazione dei sacramenti ai paria nelle carte dell'Inquisizione romana (secc. xvii-xviii). *Discipline e prassi sacramentali in contesti extra Europei, xvi-xviii secolo, numero monografico Cristianesimo nella storia* 31, 2010, p. 647-680.

Melo e Castro para representá-lo perante a Santa Sé¹³¹; e nenhuma publicação dedicada a Portugal, sua política ou seus representantes seria feita em Roma entre 1730 e 1750¹³².

Não acreditamos, ademais, que as encomendas e as construções feitas por José Maria da Fonseca Évora possam ser debitadas a D. João V¹³³, ainda que tenham servido aos negócios de Portugal na corte romana durante a década de 1730¹³⁴. Seus interesses transcendiam de muito os de enaltecer a nação ou a monarquia portuguesa¹³⁵, e os recursos de que dispunha tinham fontes muito variadas e não diretamente ligadas ao patronato do rei português. Ainda assim, tanto ele quanto Manuel Pereira Sampaio foram importantes intermediadores entre a corte portuguesa e os artistas e artesãos romanos num momento em que os recursos empregados em mecenato

131 Não o eram nem José Maria da Fonseca Évora nem Manuel Pereira Sampaio representantes diplomáticos da corte portuguesa em Roma, respectivamente, em 1734-1742 e 1742-1750.

132 A única exceção é um opúsculo publicado pela Academia da Arcádia por ocasião da doença do rei na década de 1740. *Adunanza tenuta dagli Arcadi per la ricuperata salute della sacra real maestà di Giouanni 5. re di Portogallo*. In Roma: nella stamperia di Antonio de' Rossi, 1744.

133 Nem as obras feitas por Évora em Aracoeli nem aquelas por ele realizadas nos conventos franciscanos da Província romana, com a exceção de Palazzola, parecem-nos corresponder a um direto interesse da coroa portuguesa. Ainda que hoje a atuação do franciscano em Roma seja geralmente atrelada pela historiografia à nação portuguesa e à figura de D. João V, na verdade, Évora exerceu muitas funções em Roma para além da de ministro e embaixador do rei de Portugal. Para conferir os inúmeros cargos que Évora ocupou entre 1720 e 1740 perante a ordem franciscana e a Santa Sé, tendo atuado, entre outros encargos como comissário apostólico e embaixador pontifício, ver: APRICENA, Marianna Brancia di. Le comitenze di padre José Maria de Fonseca ed Evora a Roma e sul territorio. In: ROCCA, Sandra Vasco; BORGHINI, Gabriele (a cura di). *Giovanni V di Portogallo (1707-1750) e la cultura romana del suo tempo*. Roma: Argos, p. 153-84, 1995, p. 153.

134 Dentre eles, destacamos a negociação para obtenção do capelo cardinalício para o Patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida.

135 Como de fato havia feito na cerimônia de suas conclusões de teologia que teve lugar na Igreja de Aracoeli em 1722.

artístico por D. João v perante a corte papal passaram a ser aplicados para outro fim: o de fazer de Lisboa a “Nova Roma”. Se já temos notícias de compras e encomendas feitas pelo rei português para artistas romanos desde os primeiros anos de seu reinado¹³⁶, nas décadas de 1730 e 1740, os recursos destinados ao mecenato enviados para Roma por D. João v passaram a estar voltados para o enriquecimento dos palácios e igrejas do reino e não mais para a produção de propaganda política diante da Santa Sé: aos poucos, Lisboa tomará o lugar de Roma, como espaço privilegiado para a divulgação da imagem autorrepresentativa da monarquia portuguesa, e a cidade pontifícia, cada vez mais, se afirmará no horizonte de D. João v, sobretudo, como um modelo.

Referências

APOLLONI, Marco Fabio. Le carrozze dell’ambasceria del Marchese di Fontes nel Museo Nazionale delle Carrozze a Lisbona. In: ROCCA, Sandra Vasco; BORGHINI, Gabriele (a cura di). *Giovanni v di Portogallo (1707-1750) e la cultura romana del suo tempo*. Roma: Argos, 1995. p. 423-442.

APRICENA, Marianna Brancia di. *Il complesso dell’Aracoeli sul Colle capitolino: IX-XIX secolo*. Roma: Quasar, 2000.

APRICENA, Marianna Brancia di. Le comitenze di padre José Maria de Fonseca ed Evora a Roma e sul territorio. In: ROCCA, Sandra Vasco; BORGHINI, Gabriele (a cura di). *Giovanni v di Portogallo (1707-1750) e la cultura romana del suo tempo*. Roma: Argos, 1995. p. 153-184.

¹³⁶ ROCCA, Sandra Vasco. Le committenze pittoriche di Giovanni v. In: ROCCA, Sandra Vasco; BORGHINI, Gabriele (a cura di). *Giovanni v di Portogallo (1707-1750) e la cultura romana del suo tempo*. Roma: Argos, p. 283-375, 1995.

BERMEJO, Saúl Martínez. Voi mi rinuovate: rios, serenatas e impérios en el Portugal de D. João v y de Mariana de Austria. *Magallánica – Revista de História Moderna*, [S. l.], n. 3, p. 101-121, 2015.

BORGHINI, Gabriele. 'Apparati Luso Romani tra Chiesa e Palazzo' In: ROCCA, Sandra Vasco; BORGHINI, Gabriele (a cura di). *Giovanni v di Portogallo (1707-1750) e la cultura romana del suo tempo*. Roma: Argos, 1995. p. 247-261.

BRAZÃO, Eduardo. *Relações Externas de Portugal: reinado de D. João v*. Porto: Livraria Civilização, 1938. 2 v.

CAMÕES, Luís Vaz de. *Os Lusíadas*. Lisboa, 1572. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000162.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CARDIM, Pedro. La aspiración imperial de la monarquía portuguesa (siglos XVI y XVII). In: SABATINI, Gaetano (a cura di). *Comprendere le monarchie iberiche. Risorse materiali e rappresentazioni del potere*. Roma, Viella, p. 37-72, 2010. p. 37-72.

CARDIM, Pedro; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; e FELICISSIMO, David. A diplomacia portuguesa no Antigo Regime: perfil sociológico e trajectória. In: CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da; e MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Optima Pars Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, p. 282-322, 2005. p. 282-322.

CORP, Edward. *The Stuarts in Italy, 1719-1766: a royal court in permanent exile*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

CORREDOIRA, Pilar Diez del Corral. Una basilica diventata teatro: Santa Maria in Aracoeli and the diplomatic ambitions of Jose Maria Fonseca de Évora in Eighteenth Century Rome. In: ANDERSON, Roberta; EISENDLE, Reinhard; SUNER, Suna (ed.). *Performance of Diplomacy in the Early Modern World*. (no prelo).

DELAFORCE, Angela. Art and Diplomacy: the Marquês de Abrantes and the Splendour of his Embassy to Rome, *In: DELAFORCE, Angela. Art and Patronage in Eighteenth-Century Portugal*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p. 117-164.

DELAFORCE, Angela. Giovanni v di Braganza e le relazioni artistiche e politiche del Portogallo con Roma. *In: ROCCA, Sandra Vasco; BORGHINI, Gabriele (a cura di). Giovanni v di Portogallo (1707-1750) e la cultura romana del suo tempo*. Roma: Argos, 1995. p. 21-39.

DEUPI, Victor. *Architectural Temperance: Spain and Rome, 1700-1759*. New York: Routledge, 2015.

DIXON, Susan. *Between the Real and the Ideal: The Accademia degli Arcadi and Its Garden in Eighteenth-Century Rome*. Newark: University of Delaware Press, 2006.

FERNANDES, Cristina. Eventi-spettacolo nella cerchia di André de Melo e Castro, ambasciatore portoghese a Roma (1718-1728): aspetti materiali, sociali e politici della performance. *In: GOULET, Anne-Madeleine; DOMÍNGUEZ, José María; ORIOU, Élodie (dir.). Spectacles et performances artistiques à Rome (1644-1740): Une analyse historique à partir des archives familiales de l'aristocratie École Française de Rome*, p. 353-378, 2021. p. 353-378.

FERNANDES, Cristina. Music, ceremonial and architectural spaces in the patriarchal church of King John v: the remaking of Roman models. *In: CORREDOIRA, Pilar Diez del Corral (ed.). Politics and the arts in Lisbon and Rome: the roman dream of John v of Portugal (Oxford University Studies in the Enlightenment)*. Oxford: Voltaire Foundation: Liverpool University Press, p. 125-160, 2019. p. 125-160.

FERNANDES, Cristina. Música, cerimonia e representação política: Sant'Antonio dei Portughesi no contexto das igrejas nacionais em Roma durante a época barroca (1683-1728) *In: FERREIRA, Manuel*

Pedro; e CASCUDO, Teresa (coord.), *Música e História: estudos em homenagem a Manuel Carlos de Brito*. Lisboa: Colibri, p. 153-173, 2017. p. 153-173.

FERNANDES, Cristina. Portuguese celebrations in Rome, between the embassy and the national church: sacred and secular music for the glory of the king. In: BERTI, Michela; e CORSWAREM, Émilie (eds.). *Music and the identity process: the national churches of Rome and their networks in the early modern period*. Turnhout: Brepols, p. 305-328, 2019. p. 305-328.

FERRARIS, Paola. I funebri regali in S. Antonio dei Portoghese: due schede. In: ROCCA, Sandra Vasco; BORGHINI, Gabriele (a cura di). *Giovanni v di Portogallo (1707-1750) e la cultura romana del suo tempo*. Roma: Argos, 1995. p. 263-288.

FRANCHI, Saverio. *Drammaturgia Romana II (1701-1750)*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1997.

FRANCIS, Alan Davis. *The Methuens and Portugal, 1691-1708*. Cambridge: Cambridge University Press, 1966.

KUNTZ, Daniele. 'S'unisca il Tago al Tebro, il Tebro al Tago': *The Politics of Portuguese Patronage in Alessandro Scarlatti's La virtù negli amori*. In: CORREDOIRA, Pilar Diez del Corral (ed.). *Politics and the arts in Lisbon and Rome: the roman dream of John v of Portugal* (Oxford University Studies in the Enlightenment). Oxford: Voltaire Foundation, 2019. p. 75-92.

MACHEL, Marília de Azambuja Ribeiro. A corte portuguesa e a campanha pela publicação da Clavis Prophetarum do Padre António Vieira (séculos XVII-XVIII). *Análise Social*, Lisboa, v. LVI, n. 2, p. 264-283, 2021.

MARCOS, David Martín. *El Papado y la Guerra de Sucesión española*. Madrid: Marcial Pons, 2011.

MARCOS, David Martín. From the Archduke to the Turk, from the Patriarch to the Nuncio: political notes for understanding the construction of a Johannine image in Rome. In: CORREDOIRA, Pilar Díez del Corral (ed.). *Politics and the arts in Lisbon and Rome: the roman dream of John v of Portugal* (Oxford University Studies in the Enlightenment). Oxford: Voltaire Foundation, 2019. p. 17-41.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Identificação da política setecentista: notas sobre Portugal no início do período joanino. *Análise Social*, [S. l.], v. XXXV, n. 157, p. 961-87, 2001.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Relações de Portugal com a Santa Sé no reinado de D. João v. *Janus*, 1999-2000. Disponível em: https://www.janusonline.pt/arquivo/1999_2000/1999_2000.html. Acesso em: 7 mar. 2019.

MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real de História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Minerva, 2003.

PAGDEN, Anthony. *Signori del Mondo: ideologie dell'impero in Spagna, Gran Bretagna e Francia 1500-1800*. Bologna: Il Mulino, 2005.

PAVONE, Sabina. Tra Roma e il Malabar: il dibattito intorno all'amministrazione dei sacramenti ai paria nelle carte dell'Inquisizione romana (secc. XVII-XVIII). *Discipline e prassi sacramentali in contesti extra Europei, XVI-XVIII secolo*, numero monografico Cristianesimo nella storia 31, p. 647-680, 2010.

PELOSO, Silvano. *Antônio Vieira e o Império Universal: a Clavis Prophetarum e os documentos inquisitoriais*. Rio de Janeiro: De Letras, 2007.

PIETRANGELI, Carlo. Una disputa teologica all'Aracoeli. *Bollettino dei Musei Comunali di Roma*, Nuova Serie, v. IV, p. 63-68, 1990.

RAMOS, João de Deus. *História das relações diplomáticas entre Portugal e a China*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1991.

RIBEIRO, Marília de Azambuja. Legitimar um rei com profecias: messianismo, milenarismo e profetismo no discurso político do Portugal moderno (sécs. XVI-XVII). *Magallánica – Revista de História Moderna*, [S. l.], n. 3, p. 77-100, 2015.

RIBEIRO, Marília de Azambuja. Politics, spectacle and propaganda: the political use of patronage and press by John v's representatives in Rome during the first half of 18th century. In: CORREDOIRA, Pilar Díez del Corral (ed.). *Politics and the arts in Lisbon and Rome: the roman dream of John v of Portugal* (Oxford University Studies in the Enlightenment). Oxford: Voltaire Foundation, 2019. p. 43-73.

ROCCA, Sandra Vasco. Le committenze pittoriche di Giovanni v. In: ROCCA, Sandra Vasco; BORGHINI, Gabriele (a cura di). *Giovanni v di Portogallo (1707-1750) e la cultura romana del suo tempo*. Roma: Argos, 1995. p. 283-375.

RODRIGUES, José Damião. Os horizontes bourbónicos do reinado de D. João v. In: MARCOS, David Martín (ed.). *Monarquías encontradas: estudios sobre Portugal y España en los siglos XVII-XVIII*. Madrid: Sílex, 2013. p. 177-204.

RUSSO, Mariagrazia. *Embaixada de D. João v de Portugal ao Imperador Yongzheng, da China (1725-1728)*. Lisboa: Fundação Oriente, 2005.

SALDANHA, António Vasconcelos. *De Kangxi para o Papa, pela Via de Portugal*: Memória e Documentos relativos à intervenção de Portugal e da Companhia de Jesus na questão dos Ritos Chineses e nas relações entre o Imperador Kangxi e a Santa Sé. Macau: Instituto Português do Oriente, 2002.

SAMPAYO, Luís Teixeira de. O Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros (1925). In: SAMPAYO, Luís Teixeira de.

Estudos históricos. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1984. p. 165-266.

TCHAROS, Stephanie. *Opera's Orbit: Musical Drama and the Influence of Opera in Arcadian Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

VALE, Teresa Leonor M. *Arte e diplomacia: a vivência romana dos embaixadores joaninos*. Lisboa: Scribe, 2015.

VALESIO, Francesco. *Diario di Roma*. Milano: Longanesi & C., 1977-1979. 6 v.

VISCEGLIA, Maria Antonietta. *Morte e elezione del papa: norme, riti e conflitti (Età moderna)*. Roma: Viella, 2013.

VISCEGLIA, Maria Antonietta. *Roma e le sue cerimonie in età moderna*. Roma: Viella, 2002.

CAPÍTULO VI

Família e diplomacia

Uma mulher nas negociações luso-espanholas para a paz (1777-1778)*

Ana Leal de Faria

Numa época em que o conceito de Estado-nação ainda não existia e os principais atores da vida política pertenciam às casas reinantes europeias, os seus laços de parentesco prefiguravam aquilo que, a partir de finais do século XVIII, veio a designar-se por “relações internacionais”, conceito utilizado por Jeremy Bentham para designar as negociações entre soberanos (*mutual transactions between sovereigns*)¹. Com efeito, as uniões matrimoniais da realeza constituíam um dos princípios básicos das relações entre os Estados, selando tratados de paz e patenteando alianças, o que exigia negociação e implicava a diplomacia como instrumento de equilíbrio nos jogos de poder

* Este artigo é uma reelaboração de: FARIA, Ana Leal de. Laços dinásticos e relações diplomáticas: a intervenção da Rainha-Mãe nas negociações Luso-Espanholas (1777-1778). In: *De Madrid a Sto. Ildefonso: a definição das fronteiras do Brasil*. XXIX Colóquio de História Militar. Lisboa: CPHM, 2021, p. 83-112.

1 BENTHAM, Jeremy. *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation*. Oxford: Clarendon Press, 1789, p. 327

entre as potências. O problema do equilíbrio², aliás, é outro desses princípios, movimentando uma pequena multidão de diplomatas e levando os diversos Estados europeus a procurarem ter representantes permanentes nos mais importantes palcos de negociação.

No século XVIII, a questão acabou por extravasar o espaço do continente europeu, atingindo os espaços coloniais das potências em confronto. As disputas sobre os limites das “conquistas” de duas potências europeias, Portugal e Espanha, nos territórios da América Meridional, não só implicaram ministros e diplomatas de ambos os lados, como levaram a recorrer aos laços familiares que uniam as coroas espanhola e portuguesa. Essas relações de consanguinidade, se não tinham impedido a guerra entre as duas nações, pelo menos mantinham abertos canais de comunicação, muito úteis quando se tratou de negociar a paz. É o que procuraremos exemplificar com a visita da rainha D. Mariana Vitória, viúva de D. José de Portugal e mãe de D. Maria I, ao seu irmão Carlos III de Espanha.

Por um lado, esse encontro entre irmãos é um bom exemplo de um recurso que, não sendo inédito na diplomacia europeia como estratégia para encobrir arranjos que se pretendiam manter na mais estrita reserva, vai-se tornando cada vez mais raro à medida que as estruturas diplomáticas se vão consolidando e se assiste a uma progressiva profissionalização da diplomacia, cuja consolidação é relativamente tardia. Só nos finais do século XVIII, o termo entrou no dicionário da Academia Francesa (1797), enquanto a

2 As reflexões de Charles D'Avenant (1656-1714) sobre a balança comercial, publicadas em D'AVENANT, Charles. *An Essay upon the probable methods of making a People Gainers in the Balance of Trade*. London: Printed for James Knapton..., 1699, seguiu-se D'AVENANT, Charles. *An Essay upon the Balance of Power*. London: Printed for James Knapton, 1701. Ver: WHITWORTH, Charles (ed.). *The political and commercial works of that celebrated writer Charles D'Avenant*. Farnborough: Gregg Press, 1967. 5 v. (edição fac-similada da primeira edição londrina de 1771), v. II, p. 163-382 e v. III, p. 297-360.

designação de diplomata apenas surgiu no vocabulário político por volta de 1830.

Por outro lado, essa visita de família chama a atenção para a posição da mulher no que diz respeito ao exercício do poder. Tanto na Idade Média quanto na Moderna, encontramos, no seio das camadas sociais mais elevadas, personagens femininas a quem foram atribuídas importantes responsabilidades políticas, como as rainhas ou as regentes. É o caso de D. Mariana Vitória, que de rainha consorte passou a regente, durante a doença do marido. Já não encontramos mulheres na universidade (a não ser disfarçadas de homem), nem na administração pública e, muito menos, na representação diplomática.

Esses são territórios, fundamentalmente, masculinos, e o processo histórico tardou em abri-los às mulheres. A carreira diplomática foi um dos últimos redutos do *homo virilis* – em Portugal, por exemplo, só no último quartel do século xx foram admitidas mulheres na profissão diplomática – o que não quer dizer que princesas, rainhas consortes ou senhoras da alta nobreza não tenham desempenhado papéis relevantes em acordos diplomáticos, embora de forma discreta no plano do protagonismo político.

O desenvolvimento e sistematização que a diplomacia alcançou na época moderna, aliados à crescente organização do aparelho de Estado, fornecem-nos fontes abundantes, sobretudo de carácter epistolar, fundamentais para a reconstituição dos comportamentos e da vida nas cortes e para o estudo das condições em que se desenvolvia o trabalho diplomático.

A carta era o suporte de uma comunicação obrigada a percorrer distâncias e a esperar o tempo necessário para a chegada do correio. Entre os diversos agentes e a Secretaria de Estado, estabelecia-se uma rede de informações regulares que passava pela distribuição dos despachos que Lisboa enviava, em simultâneo e em duplicado, para as diversas legações no estrangeiro, assim como cada uma delas enviava às restantes a cópia dos ofícios que mandava para a

corte. A leitura dessa abundante epistolografia era uma das tarefas mais importantes da governação.

O cruzamento dessa copiosa correspondência diplomática permite reconstituir o processo negocial, detetar os agentes informais e/ou os secretos e ainda recolher elementos fundamentais para o estudo do quotidiano da corte, desde férias e divertimentos da família real ao tratamento das doenças e enfermidades, do protocolo cortesão ou diplomático ao cerimonial da hospitalidade a visitantes ilustres, da reciprocidade na troca de presentes às rivalidades e ciúmes entre familiares, etc. Quanto aos aspetos estritamente políticos, para além dos próprios tratados, temos também instruções aos diplomatas, memórias, exposições e relatórios.

A intervenção diplomática de D. Mariana Vitória enquadra-se numa questão que da Europa medieval passou para a América: a definição das fronteiras entre territórios de Portugal e de Espanha, que vieram a dar origem a novas nações, embora na época as potências coloniais não concebessem a especificidade e relativa autonomia dos seus territórios ultramarinos nos planos político, económico e social. Efetivamente, no século XVIII, o domínio colonial vai-se impondo progressivamente na consciência política europeia, mas a noção de unidade estatal, territorial e mesmo identitária não existia.

As numerosas lutas marítimas e coloniais desse período eram prolongamentos dos conflitos continentais na Europa, refletindo as relações políticas entre as cinco potências possuidoras de um império ultramarino: Inglaterra, França e Espanha, as três maiores, seguidas de Portugal e da Holanda. Além disso, as regras do chamado exclusivo colonial, apesar de muito simples, frequentemente davam lugar a conflitos. Sobretudo, a prática ilícita de contrabando gerava incidentes e contestações constantes, movimentando a diplomacia das potências europeias envolvidas nessas disputas e rivalidades, bem características duma época em que se pensava existir uma quantidade invariável de recursos a dividir por todas as nações.

Assim sendo, considerava-se que o primeiro imperativo político do Estado era alargar o mais possível o seu comércio, assegurando uma balança comercial favorável através do fomento das exportações e da proteção aos produtos nacionais.

No entanto, depois do tratado de Paris, que pôs termo à Guerra dos Sete Anos (1763), observamos uma mudança fundamental. Apesar da vitória ser dos ingleses, tendo a França perdido a maioria das suas colônias e dispondo-se a Espanha a desempenhar um papel mais importante do que aquele que tinha exercido até então, nem por isso a competição colonial teve uma retoma clássica. No último quartel do século, uma importante novidade se impôs: os espaços coloniais transformaram-se em campos de confronto violento entre as potências, sem que a força das armas atingisse os seus territórios na Europa.

O maior desses conflitos será a guerra da independência dos Estados Unidos da América. Coincidindo no tempo, temos as negociações para uma solução quanto à disputa sobre a definição das fronteiras entre o Rio Grande do Sul e os territórios espanhóis, debaixo de um prudente sigilo sobre os acordos envolvidos, mas sob o olhar atento das potências: Inglaterra, aliada a Portugal por vários tratados anteriores; França, rival de Inglaterra e interessada no apoio espanhol.

É nesse contexto político de grande complexidade que se situa a atuação da rainha-mãe, escorada nos “Compêndios Cronológicos” mandados elaborar pelo marquês de Pombal, com o historial das negociações luso-espanholas, desde o Tratado de Madrid de 1750 até ao início das novas negociações sobre os limites do Brasil. D. Mariana Vitória recebera-os a 12 de fevereiro de 1777, poucos dias antes da morte do marido³.

3 *Exposiçãoens do Marquês de Pombal à Rainha D. Marianna Victoria sobre o estado da questão com Hespanha a respeito das contendias no Rio Grande do Sul apresentadas no princípio do anno de 1777 e contendo declaração das Negociaçãoens tanto em Madrid como em Londres e Paris para terminar a discussão assim como as medidas*

A participação direta da rainha viúva nas negociações para ultimar a paz luso-espanhola, concluída pelo segundo Tratado de El Pardo, em 11 de março de 1778, revela a sua boa preparação política e o interesse pelas relações internacionais. Foi ela, por exemplo, que informou o embaixador Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (1726-1780) sobre o fim do Pacto de Família e sobre o reconhecimento da independência dos Estados Unidos pelos franceses, notícia que lhe tinha dado Carlos III, seu irmão, manifestando forte desgosto por não ter tido conhecimento prévio do assunto. Considerava-se, assim, “inteiramente livre e desembaraçado de concorrer para alguma das obrigações estipuladas no mesmo”⁴.

Guerra e diplomacia entre Lisboa e Madrid

Quando D. José morreu, Portugal e Espanha estavam novamente em guerra em torno de um problema que se arrastava entre as duas coroas desde a origem da fundação da Colônia do Sacramento (1680). A questão resume-se no seguinte:

1. A colônia fora ocupada por forças espanholas (1705), no contexto da Guerra de Sucessão de Espanha e depois devolvida a Portugal pelo Tratado de Utreque (1715), assinado por mediação inglesa.
2. Foi atribuída à Espanha pelo Tratado de Madrid (1750) e confirmada na posse de Portugal pelo 1º Tratado de El Pardo (1761).
3. Voltou a ser invadida por tropas espanholas (1762) e devolvida novamente a Portugal em virtude do Tratado de Paris (1763),

tomadas para a defesa do Reino, 1776-1777. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), Caixa 915, Pasta 3, Maço 2.

4 *Ofício de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Madrid, 21 de março de 1778. ANTT, MNE, Caixa 630 (Ofícios de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho).*

embora prevalecendo a querela em torno da restituição do Rio Grande do Sul.

4. Em 1777, estava novamente em guerra, visto que o marquês de Pombal não conseguira resolver o conflito por via diplomática, acabando por empreender uma ação supostamente defensiva na região. O poderoso ministro esperava forçar o apoio de Inglaterra, que, entretanto, estava demasiado ocupada a enfrentar os revoltosos da América do Norte para corresponder ao apelo português. Em resposta, Carlos III de Espanha criara o vice-reinado do La Plata, com sede em Buenos Aires, ocupando a Ilha de Santa Catarina e a Colônia do Sacramento (fevereiro-junho de 1777). A situação era grave, podendo mesmo chegar-se a um estado de guerra em território peninsular.

Em Madrid, as negociações tinham-se iniciado em meados de 1775, conduzidas por Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho⁵, pela parte de Portugal e pelo marquês de Grimaldi⁶, por parte de Espanha, depois substituído pelo conde de Florida Branca (1777-1792)⁷.

Os diplomatas portugueses funcionavam em rede, prestando todas as informações consideradas úteis, muitas delas obtidas por meios que mais se assemelhavam aos da espionagem. A correspondência circulava entre as legações portuguesas de Londres, Paris e

5 Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (Vila Viçosa, 28 de dezembro de 1726 - Madrid, 6 de fevereiro de 1780) ocupou vários postos militares no Reino, após o que exerceu o cargo de governador e de capitão-general na capitania-geral do Reino de Angola entre 1764 e 1772; em 1777, foi nomeado embaixador em Espanha, cargo no qual ficaria em exercício até à sua morte.

6 Pablo Jerónimo Grimaldi y Pallavicini (1710-1789). Secretário de Estado e do Despacho entre 1763 e 1776. Ver a *Resposta à memória que apresentou D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho relativa a negociação intentada para tratar da regra e [sinalamento] de limites das possessões espanholas e portuguesas na América Meridional*. Biblioteca Nacional (Brasil), Manuscrito 10, 3, 025. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/272777>. Acesso em: 1º nov. 2020.

7 José Moñino y Redondo (1728-1808). Tomou posse como Secretario do Despacho em 19 de fevereiro de 1777, cargo que desempenhou até 27 de fevereiro de 1792.

Madrid e entre estas e Lisboa e vice-versa. Aliás, as ligações familiares não se limitavam à família real; estendiam-se também aos seus diplomatas: os ministros portugueses em Paris e em Madrid, respectivamente Vicente e Francisco de Sousa Coutinho, que eram irmãos gémeos, e Luís Pinto de Sousa [Coutinho], futuro 1º visconde de Balsemão, plenipotenciário em Londres, que era primo de ambos. Foram os ofícios deste último que serviram de base às instruções do marquês de Pombal para o embaixador português em Madrid.

A morte de D. José e o afastamento do seu ministro proporcionaram, finalmente, um ambiente favorável a uma resolução do conflito por via diplomática. A Corte de Madrid⁸ fez saber que era desejo de Sua Majestade Católica “viver na boa paz e harmonia que pede o estreito parentesco das duas Reais Famílias, e o interesse bem entendido de ambos os Estados”. E de Lisboa seguiram os mais veementes protestos de reciprocidade na “conservação da Paz, e aumento da amizade e boa harmonia entre as duas Cortes”⁹. As negociações intensificaram-se e a correspondência entre a secretaria de Estado, na altura sob a responsabilidade de Aires de Sá e Melo, e a legação portuguesa em Madrid aumentou bastante, atingindo uma média de cerca de três ofícios por semana.

Tratava-se de concluir, o mais rapidamente possível, um acordo honroso para ambas as partes com a finalidade de marcar os confins

8 *Despacho do Secretário de Estado Ayres de Sá e Mello para Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 24 de fevereiro de 1777.* ANTT, MNE, Caixa 615 (Despachos do Secretário de Estado Ayres de Sá e Mello para Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho em Madrid, 1776-1778). Novas credenciais e instruções sobre o luto por morte de D. José seguiram, datadas desse mesmo dia, para todas as legações portuguesas.

9 *Despachos do Secretário de Estado Ayres de Sá e Mello para Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 18 de março e 8 de abril de 1777.* ANTT, MNE, Caixa 615. Depois do afastamento do marquês de Pombal, o Visconde de Vila Nova da Cerveira foi nomeado secretário de Estado dos Negócios do Reino e o marquês de Angeja foi feito presidente do Real Erário. Aires de Sá e Melo continuou como secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.

dos respectivos domínios na América. Segundo o secretário de Estado, isso é que era fundamental; a designação era meramente secundária: “Seja Convenção, seja Tratado, seja Concordato, ou qualquer outro nome que lhe chamem, contanto que se venha a ficar na certeza de que até aqui chega a Espanha, e alli já principia o Dominio de Portugal”¹⁰.

Uma mediação familiar

D. Mariana Vitória estava a par das negociações para se obter uma paz definitiva com Espanha, constantemente obstruídas por Inglaterra e dificultadas pelas intrigas dos diplomatas franceses e espanhóis na corte de Lisboa contra os interesses de Portugal no sul do Brasil. Nesse contexto de sistemáticos obstáculos diplomáticos, a ideia da sua mediação surgiu como uma possibilidade com vantagens que pareciam evidentes. A rainha viúva era mãe da soberana de Portugal e irmã do rei de Espanha. Por um lado, a negociação seria mais fácil se fosse direta, por outro, o pretexto de um encontro entre irmãos poderia escamotear um eventual fracasso.

Excluída a possibilidade de uma mediação francesa ou inglesa, dada a delicada conjuntura internacional que se vivia, com Inglaterra e França em campos opostos perante a eclosão da Guerra da Independência dos Estados Unidos da América (1775-1783), abandonada a hipótese do Rei Católico se deslocar a Lisboa – constou, em junho de 1777, que Carlos III “falava seriamente em fazer huma visita a Sua Augusta Irmã”¹¹, o que, provavelmente, mais não era do

10 *Despacho do Secretário de Estado Ayres de Sá e Mello para Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 21 de maio de 1777.* ANTT, MNE, Caixa 615.

11 *Despacho do Secretário de Estado Ayres de Sá e Mello para Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 1º de julho de 1777.* ANTT, MNE, Caixa 615.

que uma manobra diplomática – acabou por se retomar a sugestão de mediação da rainha-mãe, avençada pelas cortes de Londres e de Paris.

D. Mariana Vitória seria a medianeira de um acordo de paz entre os dois soberanos, cujos termos deveriam ser mantidos em segredo, pelo menos enquanto não estivessem acauteladas todas as condições políticas decorrentes dos compromissos assumidos anteriormente com Inglaterra por parte de Portugal.

Em matéria de política externa, nada é simples. É certo que seria necessário, em primeiro lugar, negociar um tratado de demarcação ou de limites, mas isso não era suficiente. Seria também importante e necessário confirmá-lo com uma aliança defensiva e fortificá-lo por um bom regulamento de comércio entre Portugal e Espanha¹². Contudo, no plano internacional, não se pode fazer tábua rasa do passado. Havia que ter em conta os vários compromissos anteriormente assumidos:

1. Pelos acordos assinados entre Portugal e Inglaterra, nos tempos da Restauração (1642 e 1654), tinha havido cedências de vantagens comerciais;
2. Pelos tratados de paz luso-castelhana (1668 e 1715), assinados por mediação britânica, havia compromissos defensivos;
3. Pelo tratado de Liga Defensiva (1703), no contexto da Guerra de Sucessão de Espanha, Portugal tinha prometido mais do que queria à Inglaterra, obrigando-se a declarar guerra a Castela e/ou França no caso da declaração de guerra destas potências à Inglaterra ou aos Estados Gerais¹³.

12 *Despacho do Secretário de Estado Ayres de Sá e Mello para Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 21 de maio de 1777.* ANTT, MNE, Caixa 615.

13 *Tratado da Liga Defensiva entre El-Rei D. Pedro II e, Anna, Rainha da Grã-Bretanha e os Estados Geraes dos Países Baixos...* In: CASTRO, José Ferreira Borges de (coord.). *Collecção dos tratados, convenções, contratos e actos publicos:*

Por um lado, previa-se que nem tudo o que os portugueses estavam dispostos a ceder seria bem aceite pelos ingleses, pelo que continha ganhar tempo. Por outro, era voz unânime que o projeto de acordo era vantajoso para a Espanha e prejudicial para Portugal, o que muito tinha desagradado ao governo da nova rainha, D. Maria I.

As instruções ao embaixador Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho insistiam num ajuste que respeitasse as linhas do Tratado de 1750 de modo a obter a maior porção de terreno possível, mas não de forma tão obstinada que se arriscasse falhar a conclusão do Tratado, porque, de acordo com Aires de Sá e Mello, “o certo he que mais ou menos algumas léguas naquelas partes não fazem hum objecto importante”¹⁴.

Portugal exigia:

1. A cessação de hostilidades na América meridional, com evacuação para a Europa de todas as esquadras e tropas.
2. O Tratado de Madrid de 1750 como base para a demarcação da linha de fronteira.
3. O estabelecimento de um prazo para a restituição de tudo quanto as tropas de Sua Majestade Católica tinham tomado, aceitando também a evacuação da Colônia do Sacramento pelas forças nacionais, desde que não houvesse dúvida quanto ao ponto de partida da linha dos Limites.
4. O ajuste imediato dos artigos sobre o comércio, regulando “os géneros, direitos deles, ou franquezas que sejam uteis reciprocamente”¹⁵.

celebrados entre a coroa de Portugal e as mais potencias desde 1640 ate ao presente. 8 vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1856. Tomo II, p. 140-159.

14 *Despacho do Secretário de Estado Ayres de Sá e Mello para Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Bellas, 15 de agosto de 1777.* ANTT, MNE, Caixa 615.

15 *Despacho do Secretário de Estado Ayres de Sá e Mello para Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 24 de maio de 1777.* ANTT, MNE, Caixa 615.

Mas, a prioridade era mesmo a cessação das hostilidades luso-espanholas, esperando-se que as negociações seguissem a “Estrada Real da boa fé e da lisura, desprezando os rodeios do que aqui se chamam finezas ou delicadezas políticas de que eu nada sei, e certamente não desejo praticar”¹⁶.

Lisboa insistia para que se respeitassem as “rayas da demarcação” na América segundo o Tratado de Limites de 1750, acordo esse que os espanhóis consideravam ter-lhes sido prejudicial. Por isso, exigiam ser compensados. As negociações, que tinham chegado a um impasse, acabaram por ser desbloqueadas pela cedência das ilhas de Ano Bom e de Fernando do Pó, respondendo à exigência espanhola de “algum lugar nas Costa de Africa”, embora correndo o risco de “desgostar” e ofender “todas as Potencias que negoceiam em escravos”. Havia, pois, o receio de que se Paris e Londres soubessem que se preparava um tratado de comércio e que se concediam a Espanha estabelecimentos em África, tudo fariam para impedir o acordo. Foi para evitar esse perigo que se combinou que tudo aquilo que dissesse respeito ao comércio e à África “se metesse em Artigos separados e secretos”¹⁷.

Seguiu para Madrid uma cópia do Tratado de Limites de 1750, com o mapa original que se fez para dar base ao referido acordo. Diga-se de passagem que havia em Lisboa pouquíssimos exemplares devido à devastação causada pelo terramoto de 1755. Sá e Melo não se coibiu de acrescentar que a referida carta não parecia muito exata¹⁸, confirmando a tese de que o famoso mapa das cortes seria

16 *Despacho do Secretário de Estado Ayres de Sá e Mello para Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 4 de maio de 1777. ANTT, MNE, Caixa 615.*

17 *Despacho do Secretário de Estado Ayres de Sá e Mello para Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Bellas, 26 de julho de 1777. ANTT, MNE, Caixa 615.*

18 *Despacho do Secretário de Estado Ayres de Sá e Mello para Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 18 de junho de 1777. ANTT, MNE, Caixa 615.*

uma carta diplomática, sem grandes preocupações de rigor geográfico. Dessa vez, os argumentos portugueses baseavam-se na urgência de um acordo sobre a definição dos limites, não havendo tempo para fazer novo mapa: “teremos obra para muitos anos, e com despesas consideráveis de enviar Mathemáticos, e Engenheiros, os quaes com duvidas e disputas dilatarão o Negocio muito alem da nossa vida”. O método mais adequado para se chegar ao fim com brevidade seria seguir-se o dito Tratado de 1750 “e com hum Carta à vista fazer nella os pontos de divisão”¹⁹.

Enquanto se ultimavam os preparativos para a viagem da rainha-mãe, foram aceites as razões portuguesas e o novo acordo de limites, juntamente com um mapa, foi assinado no Palácio Real de La Granja de San Ildefonso, residência de verão da família real espanhola, a 1º de outubro de 1777. Portugal e Espanha acordavam na paz (artigo 1); na libertação recíproca dos prisioneiros (artigo 11); na entrega da margem setentrional do Rio da Prata aos espanhóis, a Colônia do Sacramento com o seu território e a ilha de S. Gabriel e demais estabelecimentos (artigo 111); definia com precisão a fronteira meridional do Brasil, diminuída, mas menos controversa (artigos VIII a XIV); Portugal reconhecia o domínio das Ilhas Filipinas, Marianas e “o mais que possui n’aquellas partes a Corôa de Hespanha”, renunciando a qualquer ação ou direito que a elas pudesse ter pelo Tratado de Tordesilhas (1494) e pelas condições da Escritura (1529) celebrada em Saragoça (artigo XXI); Espanha comprometia-se a restituir e a evacuar a Ilha de Santa Catarina (artigo XXII).

Em artigos secretos, ficavam projetados mais três acordos para além deste Tratado Preliminar de Limites, que devia servir-lhes de fundamento: um tratado de perpétua e indissolúvel aliança; um

19 *Despacho do Secretário de Estado Ayres de Sá e Mello para Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Bellas, 26 de julho de 1777. ANTT, MNE, Caixa 615.*

tratado de comércio; e um outro tratado definitivo de limites (artigo I); também se prometia fechar, mutuamente, os portos da América meridional aos inimigos de ambas as partes (artigo II); Portugal aceitava ceder à Espanha as Ilhas de Ano Bom (artigo III) e de Fernando do Pó (artigo IV).

O sigilo manteve-se durante o máximo tempo possível. Só a 14 de dezembro foi tornado público o acordo, com a desculpa de que se tinha demorado muito tempo a imprimir. De qualquer forma, a explicação não convenceu ninguém. Os ministros estrangeiros, que suspeitavam da existência de artigos secretos, lançavam boatos para ver se descobriam alguma coisa. A França, que se preparava para entrar no conflito americano ao lado dos revoltosos, pressionava o gabinete espanhol para iniciar as negociações com Portugal. Por sua vez, Florida Branca pressionava Portugal a aceitar a proposta. Para o gabinete português, isso equivalia a dar um passo em falso, arriscando a hostilidade inglesa. A única coisa a fazer seria conseguir de Londres o estabelecimento de um estatuto de neutralidade para Portugal e insistir, em Madrid, para que se cumprisse, no mais absoluto segredo, o estipulado em Santo Ildefonso, mantendo as outras potências na convicção de que apenas se estavam a ajustar os limites das colônias na América meridional e, com eles, a paz entre os dois Estados²⁰.

Entretanto, preparava-se o Tratado de Aliança, que se desejava concluir o mais brevemente possível. O problema era conciliar os acordos assinados com Espanha com os compromissos contraídos com Inglaterra para não prejudicar a paz, nem nos domínios de Portugal, nem nos do monarca espanhol. Para isso, seria necessário conciliar os compromissos do Tratado de 16 de maio de 1703, que diziam respeito às obrigações assumidas por Portugal na defesa das

20 *Despacho do Secretário de Estado Ayres de Sá e Mello para Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Vila Viçosa, 11 de novembro de 1777.* ANTT, MNE, Caixa 615.

potências aliadas (Inglaterra e Holanda) em caso de guerra com as potências beligerantes (Espanha e França). Não se podia “dar hum motivo a que os Inglezes entendessem que se rompião os tratados anteriores”, antes era necessário que o plano do novo tratado fosse regulado pelos acordos de paz de 1668 e de 1715 entre Portugal e Espanha, ambos garantidos por Inglaterra²¹.

Uma visita entre irmãos, o lado humano das relações internacionais

Entretanto, Francisco de Sousa Coutinho recebeu ordens para se informar, debaixo do mais absoluto sigilo, sobre todos os preparativos que a corte de Madrid estava a fazer para receber D. Mariana Vitória e a sua numerosa comitiva. A corte de Lisboa queria saber se o Rei Católico a mandaria esperar em Badajoz ou na raia, com que comitiva e com que tropas, se mandava carruagens ou se haviam de continuar até Madrid as que viessem de Lisboa, se mandariam compor as estalagens ou casas de repouso ou se seria necessário que seguissem trapeiros portugueses para esse efeito, se o comestível na jornada correria por conta do Rei Católico ou se seria de mandar cozinheiros, copeiros e mais oficiais para este efeito e assim sucessivamente²². Por D. Rodrigo de Sousa Coutinho (futuro conde de Linhares), que seguia para Madrid ao encontro do pai, acompanhando de longe o séquito real, sabemos que o monarca espanhol não poupou nos meios para receber condignamente a rainha viúva.

A magnificência com que El Rei trata sua irmã é indezível; são tantos os coches da comitiva que não cabendo em Badajoz estão debaixo dos arcos da ponte; são infinitas as sejes, caleças,

21 *Despacho do Secretário de Estado Ayres de Sá e Mello para Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 6 de fevereiro de 1778. ANTT, MNE, Caixa 615.*

22 *Despacho do Secretário de Estado Ayres de Sá e Mello para Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Bellas, 15 de setembro de 1777. ANTT, MNE, Caixa 615.*

carros de matos; há mais de 50 mezas prontas para comerem, e de diferentes graduaçoens; pelo caminho se vêem fazendo pam excelente para a comitiva; até vem moinhos para se moer trigo; vem agoa de Madrid para a Rainha, para que não beba agoa mà destas terras, onde he muito mà. [...] A respeito da magnificência da jornada, he superior a toda a expressão, pois só da Caza eram 12 coches alem de mais de 80 d'aluguer, a que chamão coelheiras; era infinito o número da gente que comia e vinha à custa d'El Rei. Creio que em tudo havia mais de 2000 pessoas. O número de cozinheiros passava de 60, e até o dos depenadores d'aves passavam de 20 [...] He incrível a grandeza com que todos aqui se tratão, e com que são tratados todos os da comitiva da Rainha, de forma que estão todos admirados, e bem se pode dizer do muito que se come aqui [...]”²³.

Da comitiva portuguesa faziam parte o conde de Vale de Reis, mordomo-mor de D. Mariana Vitória; o conde de Aveiras, veador; a futura condessa de Ficalho, camareira-mor; a condessa de Lumiares, dama de companhia; D. Isabel da Gama, dama de honor; Teresa Capuers, açafata. E ainda havia lugar para o capelão, o confessor, o médico, o cirurgião, as criadas de toucador, de retrete, de engomadoria; e mais de sessenta criados, desde o cozinheiro e seu ajudante, passando pelos moços de carga do guarda-roupa, pelos da estrabaria e por 30 moços de cavalharice²⁴.

Deixaram Lisboa a 21 de outubro de 1777, passaram por Vila Viçosa e daí, uma semana depois, partiam para Badajoz, seguindo por Mérida, Almaraz, Oropesa e Naval-Carnero rumo a S. Lourenço do Escorial, onde a família real passava férias. Aí chegaram a 5 de novembro. Poucos dias depois, a corte mudou-se para o Palácio Real

23 *Apud* SILVA, Andrée Mansuy-Diniz. *Portrait d'un homme d'État*: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812. Paris; Lisboa: Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 2002-2006. 2 v. v. I, p. 383-390.

24 BRAGA, Paulo Drumond. *A rainha discreta*: Mariana Vitória de Bourbon. Lisboa: Círculo de Leitores, 2014, p. 226.

de La Granja de Santo Ildefonso, na Serra de Guadarrama. A residência tinha sido mandada construir por Filipe v, sob inspiração do Palácio de Versalhes, sem esquecer os magníficos jardins à maneira francesa. Aí se festejou o aniversário do príncipe das Astúrias, após o que se puseram novamente em marcha, agora para Madrid, onde chegaram no dia 2 de dezembro. Um mês depois, o frio intenso que se fazia sentir na capital e a incomodidade do seu enorme palácio levou a nova mudança, desta vez para o Palácio Real de El Pardo, junto a Madrid, menos frio e mais alegre, depois das importantes obras de beneficiação empreendidas por Carlos III, modernizando a construção quinhentista original.

Em contacto constante com o embaixador, a rainha mãe de Portugal conciliou a amizade fraterna, os divertimentos da corte e os seus numerosos achaques com a elaboração do tratado que confirmava e completava o ajuste sobre os limites dos domínios de ambas as Coroas na América meridional. Na correspondência diplomática, encontramos inúmeras referências aos divertimentos e relações de D. Mariana com a família real espanhola, ao seu gosto pela porcelana, às suas esmolas e obras de caridade, às suas doenças e achaques, à sua predileção pela vida ao ar livre e pelos desportos, a pesca e, sobretudo, a caça. Sempre que podia, participava em batidas de lobos e caçadas a veados, gamos, perdizes e pombos, com uma pontaria certa. De humor afável e alegre, com uma constante boa disposição, ao serão, gostava de conversar e de jogar às cartas, não dispensando a sua partida de Trinta e um²⁵.

Sua Magestade passa muito bem; quarta feira matou hum Lobo, huma Loba, e hum Veado; Hontem doze Perdizes; hoje vai aos Pombos; à noite faz a sua Partida do Trinta e hum, com o Agrado, e Alegria, que parece escondem por algum

25 O Trinta e um é um jogo de cartas, fácil e divertido, que se pode jogar em todas as idades e com grupos grandes ou pequenos. Permite uma competição amigável e partidas com apostas ou simplesmente de brincadeira.

tempo a Magestade, para que o prazer de assistir-lhe, brilhe sem alguma mistura de temor²⁶.

Segundo D. Rodrigo de Sousa Coutinho, D. Mariana Vitória falava bem francês e era tida como pessoa sensata e de companhia agradável.

A Rainha Mãe tem falado duas vezes aos Embaixadores; fala excellentemente francês; todos admirão o seo grande juízo, e desejavam que apparecesse mais vezes pois que não quer deixar o retiro do nosso paiz, o que causa infinita pena a todos, pois todo o mundo se admira do seo grande juízo e a todos encanta a sua conversação²⁷.

Desde a sua chegada que acompanhou de perto as negociações. Aliás, o embaixador tinha ordens para a inteirar do andamento dos trabalhos²⁸. Pretendia-se um acordo que “nos una com a Espanha, sem nos comprometer com Inglaterra”. Essa era a questão. Se o Tratado de Aliança estipulasse um compromisso que claramente transgredisse ou fosse contraditório com o que se tinha prometido aos ingleses, não seria de esperar que eles pacificamente o aceitassem.

Acerte-se, pois, no meio de não provocar a Inglaterra, e a Rainha Nossa Senhora convirá em tudo o mais que for estreitar, fortificar e perpetuar a amizade, alliança e interesses das Cortes de Lisboa e de Madrid; tanto hé o desejo e o gosto que S. M. tem de comprazer e de se aliar com seu Augusto Tio e com a Real Família Catholica²⁹.

Tratava-se de tentar conciliar o que se acordasse com os espanhóis com o estipulado no Tratado de 1703 com os ingleses e holandeses.

26 *Ofício de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Madrid, 25 de janeiro de 1778. ANTT, MNE, Caixa 630.*

27 *Apud SILVA, op. cit., p. 390.*

28 *Despacho do Secretário de Estado Ayres de Sá e Mello para Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Palácio de Vila Viçosa, 11 de novembro de 1777. ANTT, MNE, Caixa 615.*

29 *Despacho do Secretário de Estado Ayres de Sá e Mello para Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Palácio de Vila Viçosa, 7 de dezembro de 1777. ANTT, MNE, Caixa 615.*

O ministro espanhol acabou por ter uma ideia brilhante: incluir tudo o que se estipulara nos tratados antecedentes, assinados por mediação de Inglaterra, evitando, assim, que agora “se pudessem queixar de alterarmos o estabelecido, porque não fazemos mais do que renovar o que já estava feito”. A solução encontrada foi transcrever *ipsis verbis* os artigos III e IV do tratado de 1668 (o primeiro relativo à livre circulação entre Portugal e Espanha, tal como se usava no tempo de D. Sebastião, e dando o segundo a mesma segurança, liberdades e privilégios aos ingleses), incluindo-os no disposto do artigo VIII do novo acordo.

Em fim, Exmo. Senhor, sahimos de mil embarços [escrevia Sousa Coutinho]. E o tempo que vier nos ensinará, seja a estreitar mais esta Aliança, seja a servir da outra, como nos for conveniente; e não he pouco fazer hum intervalo de boa Fé, entre as duras circunstancias d’Europa, para ou obter a Neutralidade, ou seguir o Partido que melhores conveniências nos fizer, e maior segurança, e socego nos prestar nos Tempos futuros³⁰.

A situação política internacional agravava-se. Era urgente concluir as negociações para passar, nas palavras de Sousa Coutinho, do “restabelecimento dos males passados” à “segurança da Neutralidade futura”³¹. Havia indícios de uma próxima guerra na Europa, como efetivamente aconteceu³² e as sucessivas derrotas dos ingleses, na

30 *Ofício de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Madrid, 9 de fevereiro de 1778.* ANTT, MNE, Caixa 630.

31 *Ofício de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Madrid, 29 de janeiro de 1778.* ANTT, MNE, Caixa 630.

32 Em numerosos dos seus ofícios, Sousa Coutinho prevê a futura Guerra da Sucessão da Baviera, que consistiu num confronto entre uma aliança Saxo-Prussiana contra a Áustria (julho de 1778 a maio de 1779) para evitar que os Habsburgo ficassem com o Eleitorado da Baviera. Embora a guerra se tenha limitado a algumas pequenas escaramuças, morreram milhares de soldados devido a doenças e fome, facto que deu o nome de Kartoffelkrieg (Guerra da Batata) ao conflito. Para alguns historiadores, essa foi a última das “Guerras de Gabinete” (Kabinettskriege) do Antigo Regime, nas quais as tropas eram

América setentrional, faziam temer a extensão do conflito, já que a França apoiava os revoltosos americanos. O embaixador não descansava “athé ver o Estado seguro, com os Bens [...] e com huma segura Neutralidade”.³³

“V. Ex^a exponha tudo isto à Rainha May Nossa Senhora”³⁴

Os trabalhos estavam a chegar ao fim, mas eram extremamente delicados e melindrosos. Tratava-se de concluir a paz com Espanha sem correr o risco de desagradar a Inglaterra. Era preciso ter cuidado e não infligir o disposto em anteriores acordos e convenções. A minuta do Tratado de Aliança e Comércio enviada por Madrid foi aprovada em Lisboa e ultimava-se a sua tradução em português enquanto o embaixador recebia ordens para inteirar D. Mariana Vitória do andamento das negociações e não avançar senão com o seu acordo.

V. Ex^a ouvirá o que a este respeito lhe disser a Rainha May Nossa Senhora; e participando-mo para fazer presente a Sua Augusta Filha, espero, e he natural que pelas sublimes luzes de Suas Magestades se venha no conhecimento de algum arbítrio que no efeito nos una com a Espanha, sem nos comprometer com Inglaterra³⁵.

Dias mais tarde, Aires de Sá e Melo recomendava:

mobilizadas enquanto os diplomatas viajavam entre capitais para resolver os problemas dos seus monarcas. As subseqüentes guerras revolucionárias francesas e as guerras napoleónicas seriam diferentes em termos de extensão, estratégias e táticas.

33 *Ofício de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Madrid, em 30 de janeiro de 1778.* ANTT, MNE, Caixa 630.

34 *Despacho do Secretário de Estado Ayres de Sá e Mello para Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Palácio de Salvaterra de Magos, 22 de fevereiro de 1778.* ANTT, MNE, Caixa 615.

35 *Despacho do Secretário de Estado Ayres de Sá e Mello para Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Palácio de Salvaterra de Magos, 15 de fevereiro de 1778.* ANTT, MNE, Caixa 615.

V. Ex^a exponha tudo isto à Rainha May Nossa Senhora [...] e aprovando-o Sua Magestade, se conclua nesta parte; entrando logo nos exames das Tarifas, e outras particularidades que facilitem, e metam em prática e movimento o recíproco Comércio³⁶.

A rainha-mãe levou muito a sério as suas funções. Apesar de doente, com uma rinite aguda e fortes dores reumáticas³⁷, manteve sempre um ânimo alegre e teve intervenção direta nas negociações³⁸. Os incômodos da doença não a impediram de analisar atentamente o plano de tratado português, seguindo as instruções da corte de Lisboa e só depois de ter aprovado os artigos I, II, IV e VIII, o embaixador o apresentou a Florida Branca.

Li-lhe as explicaçoens que Ex^a havia escrito aos Artigos I^o, II^o, IV^o e VIII^o do Plano de Tratado; aprovou-as, e me ordenou fosse falar ao Conde de Florida Branca com o mesmo. Fui, e pouco tempo d'exame, concordou com tudo; e só fez reparo em que a nota do Artigo VIII viesse escrita na cópia de hum Artigo d'outro Tratado de 13 de Fevereiro de 1668 [...]; que não tinha duvida nas clauzulas da Nota, mas que se havião

36 *Despacho do Secretário de Estado Ayres de Sá e Mello para Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Palácio de Salvaterra de Magos, 22 de fevereiro de 1778.* ANTT, MNE, Caixa 615.

37 *Ofício de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Madrid, 21, 24 e 26 de fevereiro de 1778.* ANTT, MNE, Caixa 630.

38 De acordo com o relatório do cirurgião Domingos Carvalho, a rainha, alguns dias depois de ter chegado, teve um “defluxo” que persistiu e se tornou mais insistente mal a corte foi para Madrid, associado a tosse “ferina” que muito a molestava e que só se mitigou quando se mudaram para o Real Sítio de El Pardo. Em meados de fevereiro, renovou-se ainda com mais intensidade, embora sem febre, mas com dores nas juntas das mãos e dos pés. No dia 24 desse mês, D. Mariana teve uma dor violenta na curva da perna esquerda, conservando as dores nas mãos e uma tosse muito intensa. Embora não fosse “moléstia que possa dar o mais leve cuidado”, os médicos entenderam que o melhor remédio seria sujeitá-la à sangria do braço, na esperança de que se atenuassem os incômodos. O tratamento foi aplicado pelas 10h30 da manhã desse mesmo dia. *Relatório de Domingos Carvalho, Real Sítio de El Pardo, 24 de fevereiro de 1778.* ANTT, MNE, Caixa 630.

por ou antes, ou depois [...] porque assim hé que tinha lugar. Pareceu-me justa a Reção [...] Fui referir tudo à Rainha Mai Nossa Senhora que julgou que se podia fazer a Tradução na forma que expunha o Ministro³⁹.

Com acesso privilegiado ao rei espanhol, D. Mariana Vitória também interferiu na data da assinatura do acordo, sobrepondo-se às diretrizes de Lisboa e evitando um eventual recuo por parte dos espanhóis. Efetivamente, nas vésperas da cerimónia, marcada para o dia 11 de março⁴⁰, com o documento já passado a limpo nas duas línguas e pronto para ser assinado, o embaixador recebeu instruções para esperar pela tradução, mas a rainha-mãe recusou, ordenando-lhe que assinasse o texto tal qual estava, sem esperar pela versão portuguesa. Fosse este um estratagema diplomático ou uma ordem direta da própria rainha-mãe, como informa o embaixador, o que é certo é que este a cumpriu, “com infinito prazer d’El Rey e dos Principes” e grande contentamento geral, a ponto de Carlos III lhe ter dado plenos poderes para, em seu nome, oferecer à rainha de Portugal o que ela quisesse e dele dependesse⁴¹.

O Tratado de Amizade e Garantia entre D. Maria I e Carlos III foi assinado no Real Sítio de El Pardo, a 11 de março de 1778 e ratificado por ambos os monarcas a 24 desse mês e ano⁴². Era, simultaneamente, um tratado de aliança e um acordo de comércio, posteriormente completado por uma pauta aduaneira⁴³.

39 *Ofício de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Real Sítio de El Pardo, 28 de fevereiro de 1778. ANTT, MNE, Caixa 630.*

40 *Ofício de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Madrid, 7 de março de 1778. ANTT, MNE, Caixa 630.*

41 *Ofício de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Madrid, 11 de março de 1778. ANTT, MNE, Caixa 630.*

42 CASTRO, *op. cit.*, v. III, p. 268-290.

43 *Ofício de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, São Lourenço do Escorial, 18 de outubro de 1778. ANTT, MNE, Caixa 630.*

O Tratado de Santo Ildefonso tinha tido como objetivo estabelecer a paz e os limites dos domínios respetivos na América e na Ásia, mas tratava-se de um acordo provisório, para servir de base e fundamento ao definitivo⁴⁴. Descontando o óbvio exagero dos relatos entusiastas de D. Francisco de Sousa Coutinho, explicável pelo imenso trabalho que tinha tido no desanuviamento das relações entre as duas cortes, o que é certo é que o Tratado de El Pardo não era apenas um tratado de aliança entre Portugal e Espanha, mas, sim, verdadeiramente, um acordo de neutralidade. Sousa Coutinho considerou-o uma “grande obra, que, na verdade, contribuindo para o socego e felicidade de Portugal, fará certamente huma época na política de toda a Europa”⁴⁵.

Este novo tratado era extremamente cauteloso e hábil quanto à Inglaterra. No fundo, afirmava paz e amizade entre as duas nações beligerantes, dava garantias recíprocas a todos os seus domínios da Europa e ilhas adjacentes, estabelecia que tanto Portugal quanto Espanha gozariam nos respetivos domínios de todas as vantagens no comércio, e de todos os privilégios, liberdades e isenções que se haviam concedido até então, e concederiam dali por diante, “à nação mais favorecida e mais privilegiada de todas as que commerciavam nos mesmos” (artigo VII); reconhecia as listas e aranzéis de 23 de outubro de 1668 e demais pautas aduaneiras (artigos X a XII); e tornava pública a cedência das ilhas de Ano Bom e Fernando do Pó à coroa espanhola para o comércio de escravos como compensação pelas cessões, restituições e renúncias feitas no Tratado Preliminar de Limites de 1º de outubro de 1777 (artigo XIII). Dias depois, o embaixador podia mandar para Lisboa o ponto da situação:

Este hé em breve, todo o estado do Negocio actual, que a Rainha Mai Nossa Senhora me fez a honra de comunicar hoje

44 CASTRO, *op. cit.*, v. III, p. 230.

45 *Ofício de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Madrid, 11 de março de 1778*. ANTT, MNE, Caixa 630.

com a alegria que lhe resulta de ver chegado o tempo para que tanto cooperou, d'estabelecer como única, e verdadeiramente solida, a união, e estreita amizade entre a duas Monarchias⁴⁶.

A permanência na corte espanhola

Durante todo o tempo da sua estadia em Espanha, o que mais custou à rainha-mãe foi suportar as saudades das filhas, dos netos e da restante família que ficara em Portugal. Quando o correio vindo de Lisboa trouxe a notícia da morte do conde dos Arcos⁴⁷, juntamente com a habitual correspondência particular e oficial, o embaixador teve receio que afetasse a saúde, já debilitada, de D. Mariana Vitória, que muito estimava o falecido. Foi imediatamente ao palácio, consultou a camareira-mor, o conde de Aveiras e D. Isabel da Gama, mas todos foram de opinião que o maior dano à saúde de Sua Majestade era a ausência de notícias de família e que, assim, indo tudo junto, talvez a rainha suportasse melhor o desgosto. De facto, segundo D. Francisco de Sousa Coutinho, “com o seu Heroico Espírito sentio a morte do dito Conde quanto hera natural, mas não lhe fez prejuízo algum, dormio muito bem e esta manhã a achei muito melhor”⁴⁸.

Assinado o tratado por ambos os monarcas, a troca das ratificações ocorreu a 1º de abril. Entre meados desse mês e finais de junho, a saúde de D. Mariana piorou, com frequentes ataques de reumatismo e inflamação nos olhos que, novamente, a obrigaram às incômodas (e inúteis) sangrias, acabando por permanecer na corte do irmão por mais alguns meses.

46 *Ofício de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Madrid, 23 de março de 1778*. ANTT, MNE, Caixa 630.

47 D. Manuel José de Noronha e Menezes, filho do 4º marquês de Marialva e casado com D. Juliana Xavier de Lencastre, 7ª condessa dos Arcos. Foram os pais de D. Marcos de Noronha e Brito, 8º conde dos Arcos e último vice-rei do Brasil.

48 *Ofício de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Madrid, 28 de fevereiro de 1778*. ANTT, MNE, Caixa 630.

Em finais de abril, a corte deslocara-se para o Real Sítio de Aranjuez, nas margens do Tejo, a cerca de 20 quilômetros de Madrid. A etiqueta portuguesa impedia as damas do convívio social e das festas durante a doença da sua ama, mas a benevolência de Carlos III, com o consentimento da irmã, abriu algumas exceções. A partir de julho, as melhoras de D. Mariana eram visíveis. O rei acabou por dar ordem para toda a corte passar a Madrid, execução que ainda levaria oito dias de preparativos, possibilitando que a rainha “baixe do Palacio em huma cadeirinha a ver os Jardins”, assim como ainda houve tempo para que apreciase “um modelo da actual moda de pentear, e vestir da Corte de Paris, em huma boneca alta de cinco palmos, e que dizem custou, com o seu transporte, 6 mil cruzados”⁴⁹, presente do embaixador de França à princesa herdeira, Maria Luísa de Parma (mãe de D. Carlota Joaquina).

A 11 de julho, a corte chegou à capital espanhola. A jornada da rainha mãe foi de apenas “2h e 43 minutos”, tão rápida que nenhum dos coches da família real a pode seguir. “A sua robustez natural hé superior a todos os males”, comentou o embaixador. O estado de saúde de D. Mariana melhorava a olhos vistos: “já provava a agilidade dos braços, para ver se podia ir à Caça”⁵⁰.

Em Madrid, ocupou o tempo a fazer visitas. Foi ver os fornos da fábrica de porcelana onde, a pedido do irmão, escolheu algumas peças entre as que mais lhe agradaram, tanto para si quanto para mandar às suas filhas; deslocou-se ao Palácio del Buen Retiro (segunda residência e local de lazer régio na capital espanhola) para admirar alguns móveis e quadros; depois foi ao Paseo del Prado, onde muita gente a esperava para a ver em bom estado de saúde; saiu uma terceira vez para visitar o Gabinete de História Natural,

49 *Ofício de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Palácio Real de Aranjuez, 6 de julho de 1778. ANTT, MNE, Caixa 630.*

50 *Ofício de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Madrid, 11 de julho de 1778. ANTT, MNE, Caixa 630. A distância até ao centro de Madrid é de cerca 45 quilômetros.*

que muito lhe agradou; e empregou os seus últimos dias na capital, praticando “infinitos atos de Caridade”⁵¹.

Apesar de estar cumprida a sua missão, a rainha-mãe continuou a interessar-se pelos negócios políticos. O embaixador considerava-a, mesmo, a interlocutora privilegiada da sua filha, soberana de Portugal, para saber as intenções do rei de Espanha, “sobre o estado presente da Guerra da Europa, e sobre o desejo que a mesma Senhora tinha de que fosse preservado Portugal a hum semelhante flagelo”. A sua grande preocupação era de que não se fizesse nada que pudesse pôr em perigo os limites da neutralidade⁵².

Em Santo Ildefonso, a partir de meados de agosto, a rainha-mãe passou melhor. Seguiu uma cura de banhos; deu os seus passeios, ora em carriola nos jardins, ora na sege para merendar noutros lugares; ao serão, divertia-se com o seu jogo de cartas preferido; voltou a visitar fábricas, demonstrando grande liberalidade nos ricos presentes que deu aos diretores dos estabelecimentos de vidro e de papel que visitou; continuou a prática esmoler aos pobres, às igrejas, aos soldados; retomou a pesca, um dos seus passatempos favoritos; em outubro, voltou a caçar, sem dúvida o desporto que mais apreciava, participando em batidas aos veados, onde a sua pontaria certa lhe valeu dezenas de troféus e, já no Escorial, tomou parte numa grande batida aos lobos⁵³.

A Rainha May Nossa Senhora ganha todos os dias no seu precioso restabelecimento; e também todos os dias sahe a pescar com muito gosto; hoje vai às trutas em lugar mais reservado para a caça de El Rey Catholico; e athé observeo o seu

51 *Ofício de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Madrid, 5 de agosto de 1778. ANTT, MNE, Caixa 630.*

52 *Ofício de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Palácio Real de La Granja de Santo Ildefonso, 23 de agosto de 1778. ANTT, MNE, Caixa 630.*

53 *Ofícios de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Palácio Real de La Granja de Santo Ildefonso, 27 de setembro, 5 e 8 de outubro, e São Lourenço do Escorial, 13 de outubro de 1778. ANTT, MNE, Caixa 630.*

restabelecimento na paixão com que está nesta diversão; pois requerendo-lhe algumas vezes, que hé tarde, e o clima pouco seguro, sempre resiste, athé encher a conta, que se tem proposto: à noite faz a sua Partida com muita alegria, e interesse; em fim, graças a Deus, vai muito bem. [...] Hontem foi com toda a sua Familia, e a Sr^a Infanta merendar no campo junto à Caza da Matta, e o fizeram com extrema alegria, comendo e bebendo sobre a terra [...] a mesma Senhora não tinha outro assento, que o dos degraos em que sobe à sege; a Senhora Infanta⁵⁴ estava no chão, fazendo círculo com toda a Familia [...]⁵⁵

Inicialmente prevista para meados de setembro, a partida de D. Mariana foi sendo adiada, tendo a rainha decidido marcar definitivamente o dia 5 de novembro, data em que se completava um ano desde a sua chegada a S. Lourenço do Escorial e entrada na corte do irmão. A partir de meados de outubro, os ofícios do embaixador passaram a dar conta dos preparativos para o regresso da rainha-mãe, que ele próprio acompanhará até Talavera, não prossequindo viagem por motivos de saúde e também por pressão dos negócios políticos. O gosto de D. Mariana pela porcelana levava-a a desejar demorar-se um dia mais em Talavera para ver as fábricas, planeando chegar a 16 de novembro a Elvas⁵⁶.

Reciprocidade protocolar e significado político dos presentes

Para além da logística da viagem, a reciprocidade protocolar encontra-se entre as preocupações do embaixador:

54 Refere-se à infanta Maria Josefa Carmela de Bourbon (1744-1801), filha de Carlos III e de Maria Amália da Saxónia. Foi a companheira favorita de D. Mariana Vitória, que lhe deixou uma joia em testamento.

55 *Ofícios de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Palácio Real de La Granja de Santo Ildefonso, 1 e 3 de setembro de 1778.* ANTT, MNE, Caixa 630.

56 *Ofício de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, São Lourenço do Escorial, 11 outubro de 1778.* ANTT, MNE, Caixa 630.

A magnificência das Mesas, e destribuição das Carroagens hé a mesma do anno passado; porém como El Rey comprou a Baxélla do Marquez de Lancenada em que entrão huns magníficos Certuns, ou Platós, que servem a huma Meza de cem Pessoas, se mandaram hir para Badajós, para que ali fosse servida a Meza de Estado com o mayor esplendor; o que faz necessário que em Elvas se corresponda igualmente por conta dos Espanhóes que ali passarem [...]⁵⁷.

Também a usual troca de presentes seria, segundo o embaixador, uma excelente ocasião para evidenciar a magnificência e liberalidade da soberana de Portugal, de grande significado político na época, aconselhando a que se seguisse a estratégia da política externa joanina:

Os presentes a Pessoas uteis, e que por outra parte tem servido à Rainha May Nossa Senhora, hera hum dos Artigos a conservar hum Imperio útil ao Real serviço, e hum voz sonora em toda a Corte; desgraçadamente se vê no Mundo, que hum semelhante chave abre muitos Gabinetes, e facilita muitas vontades; e hum Soberano chega aos seus fins por todos os meyo[s] [...] O Sr. Rey Dom João o 5º facilitou por eles sempre a sua Neutralidade, e herão tão diferentes os tempos, quanto está bem patente. Humas tantas facilidades ao fundo de pouca importância em Comercio, e em Hospitalidade às duas Naçoens, sempre pela mediação desta, de que depende a outra, nos concervarão em socego⁵⁸.

Tratava-se de garantir uma política de neutralidade na Europa e de manter boas relações com o país vizinho, de um e outro lado do Atlântico: “Nós somos felices se nos conservarmos sempre em Pás

57 *Ofícios de Francisco Inocência de Sousa Coutinho, São Lourenço do Escorial, 13 e 18 de outubro de 1778.* ANTT, MNE, Caixa 630.

58 *Ofício, de Francisco Inocência de Sousa Coutinho, Palácio Real de La Granja de Santo Ildefonso, 23 de agosto de 1778.* ANTT, MNE, Caixa 630.

[sic] com a Hespanha, único vezinho na Europa, e na América”⁵⁹. Os presentes eram sinais de magnificência e generosidade. Tinham inegável significado político como demonstrações exteriores da riqueza de quem dava e do seu apreço por quem recebia. Francisco de Sousa Coutinho não deixou de enaltecer o luxo raro das ofertas de Carlos III à irmã:

Depois lhe mandou El Rey a única meza que se havia acabado na mesma Fábrica, que levou seis anos de trabalho, e que pelos grandez jornáes dos que trabalhavam, se avaliou em vinte mil pezos: hé verdade que esta grande despeza, de que huma parte procedeu das diligencias das pedras de todas as cores, em toda a Espanha, facilitou as outras obras da mesma qualidade; de sorte que, a segunda Meza e companheira, levou só dois anos; e eu a vi acabar de polir e também há-de pertencer à Rainha May Nossa Senhora. [...] Não tem iguais na Europa, assim pela grandeza, como pela ordem d'Architectura que segue⁶⁰.

O embaixador, que tanto trabalhara para a assinatura da paz, desejava sinceramente que se mantivesse o bom entendimento recíproco e que a política externa espanhola, no difícil contexto internacional da Guerra de Independência dos Estados Unidos, não pusesse em causa a tão desejada neutralidade, obrigando Portugal a tomar partido, caso Carlos III viesse a colocar-se ao lado da França e dos revoltosos contra a Inglaterra, como veio a acontecer em junho do ano seguinte (Tratado de Aranjuez). A matéria era melindrosa. Francisco de Sousa Coutinho sabia, pelos informadores e informadoras que tinha na corte, que se preparavam generosas oferendas para a rainha-mãe e toda a sua comitiva, o que se somava a outras

59 *Ofício de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Palácio Real de La Granja de Santo Ildefonso, 14 de setembro de 1778. ANTT, MNE, Caixa 630.*

60 *Ofício de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Madrid, 11 de julho de 1778. ANTT, MNE, Caixa 630.*

dávias do monarca à família real portuguesa, já anteriormente enviadas. Ora, segundo o costume, eram os hóspedes que, à despedida, deviam presentear o seu anfitrião em sinal de agradecimento. Em questões de cortesia, a soberana de Portugal não podia ficar atrás do rei de Espanha, nem em matéria de fausto nos presentes e nas receções à comitiva espanhola em território português, nem na reciprocidade cerimonial, como refere a Aires de Sá e Melo num dos seus ofícios:

Acresce a isto huma pequena reflexão; a grande Caza de hum grande Monarcha tem os mesmos costumes em grande, que as pequenas dos Particulares: não vi nunca que nenhum Parente, e nenhum Amigo se despedisse da Caza em que esteve alojado, sem mostrar o seu reconhecimento aos Filhos, e Criados da mesma: e nunca vi, se não agora, que o Dono da Caza, depois de ter feito mil grandezas, regále a todos os Criados do seu Hospede com a magnificencia que V. Ex^a terá visto na Lista Secretíssima, que lhe mandei: e parece que não são necessárias muitas deligências para ver que isto necessita retribuição⁶¹.

Embora fosse prática dos monarcas presentear os embaixadores e ministros dos príncipes estrangeiros quando se despediam da corte onde estavam acreditados, em sinal de apreço pelos soberanos que aqueles representavam, esta era uma situação diferente, de laços familiares entre a realza. Mesmo tratando-se de uma relação entre irmãos e entre tio e sobrinha, sobrepunha-se o sentido de Estado. Não convinha que a rainha de Portugal ficasse atrás na retribuição da generosidade do soberano espanhol. Assim, o embaixador teve o cuidado de se informar sobre a qualidade, o preço e os destinatários das ofertas, obtendo uma lista que, sob o máximo sigilo, apressou-se a enviar para Portugal:

61 *Ofício de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Palácio Real de La Granja de Santo Ildefonso, 8 de outubro de 1778. ANTT, MNE, Caixa 630.*

Aos dous Chefes [Mayordomo mayor y Cavallerizo mayor], dous Retratos [del Rey] guarnecidos de Brilhantes, de valor de doze mil cruzados cada hum.

As duas Damas [Camarera mayor y Dama], outros dous Retratos, mas muito melhores, e de mais valor.

A D. Izabel da Gama, hum Adereço de Zafiras e Brilhantes, que custou seis mil cruzados.

As outras Assafatas, humas peças que custaram a vinte mil reales, dous mil cruzados cada huma.

A Domingos de Carvalho [Cirujano de Camara], hum presente de valor de duzentas moedas [una sortiga de Brilhantes].

Ao Medico, outro menor [un puño de baston y una caja].

Ao Confessor, hum de duzentas moedas [una Sortiga de un Zafiro com su orla de Diamantes].

Ao Secretario, outro de duzentas moedas [una Sortiga de Brilhantes].

A hum dos que carregão as Espingardas, e que nãm aceitou a comedoria a dinheiro, Espada de ouro, Fivelas, e Relogio, tudo do valor de duzentas moedas.

A todos os mais do mesmo Emprego, no valor de sincoenta moedas; e daqui para baixo em proporção a todos.

Pede-se que nenhuma Pessoa suspeite que esta Relação foi; porque pelo muito que se escreve dessa Corte, se sabe aqui logo⁶².

Ainda a propósito da relação entre diplomacia e segredo, dias depois, o embaixador confidenciava ao secretário de Estado que “nenhum Officio, nem a minha própria honra permitem que eu

62 *Relação Secretíssima pelas obrigaçoens em que El Rey pos a quem a confiou e que eu pude de haver debaixo de outro segredo natural, e de huma Sagrada, para governo da Rainha Nossa Senhora, dos presentes, que o mesmo Senhor faz à Família da Rainha May Nossa Senhora, Madrid, 4 de novembro de 1778.* ANTT, MNE, Caixa 630. Entre parêntesis retos incluem-se explicações adicionais conforme o documento em espanhol, remetido juntamente com o Officio enviado de Santo Ildefonso, em 8 de outubro de 1778. Essa lista é mais extensa no que se refere à indicação dos agraciados.

possa dizer tudo o que sei, e tudo o que sinto; V. Ex^a verá Pacheco, de cuja inteligência não duvida, elle lhe dirá de palavra toda a força desta resolução”. A delicadeza dos vários assuntos, nomeadamente a concessão de graças ou apreciações sobre altas figuras do Estado, exigia a máxima discrição possível. Carlos III estava pronto a conceder ao médico Figueiróla e ao cirurgião Domingos de Carvalho a graduação de médico e cirurgião da sua Real Câmara, com alguma pensão. Era necessário que a rainha de Portugal os autorizasse a aceitar “estas graças honorárias, porque estando ao serviço de Suas Magestades, não querem perder esta honra”. Mas, de maior sensibilidade ainda era a recomendação, que mais uma vez fazia, de se cair nas boas graças da princesa das Astúrias. É “hum Princeza que sabe comandar” e que tem “hum Império absoluto no espírito do Principe; este nam fala, nem ouve, se nam o que ella quer que fale ou oiça”. Ora, como o príncipe tem “voto de qualidade” no gabinete do pai, pois nenhum ministro contradiz a sua vontade porque ignoram o dia em que ele “será Senhor de tudo”, “por esta cauza vem a Princeza a ter hum credito infinito, e hum Partido numerozo”⁶³.

As funções diplomáticas eram encaradas como um serviço ao soberano e não como uma carreira profissional em benefício próprio, embora fosse legítimo esperar uma recompensa por parte do senhor a quem se tinha fielmente servido. Uma das máximas de Francisco de Sousa Coutinho era “sempre que se pode devemos aliar a decência pública da Função, com o bem do Estado que nunca acaba”⁶⁴. Ao aproximar-se o fim de mais uma etapa da sua missão, o embaixador desabafava:

63 *Officio de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, São Lourenço do Escorial, 24 de outubro de 1778. ANTT, MNE, Caixa 630. Refere-se a Maria Luísa de Parma e ao futuro Carlos IV, pais de D. Carlota Joaquina, futura mulher de D. João VI, futuros reis de Portugal e do Brasil.*

64 *Officio de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, São Lourenço do Escorial, 4 de novembro de 1778. ANTT, MNE, Caixa 630.*

Resta-me duas grandes consolaçoens: a 1^a, que na fidelíssima Lista, que mandei a V. Ex^a, não entro eu, nem podia entrar por couza alguma; 2^a, porque eu estou infinitamente mais pobre do que estava quando sentei praça de soldado; e assim não podem nunca, e em nenhum tempo, os que forem meus Inimigos, dizer que eu para retribuição dos meus Presentes procurei os que a Rainha Nossa Senhora devia fazer: Trabalho pela sua gloria, pelo seu socego, pela sua segurança; vejo avizinhar-se-me a morte, e estou tranquilo; porque já mais faltei á minha obrigação no Real Serviço⁶⁵.

Segunda-feira, 2 de novembro, foi o dia aprazado por Carlos III para fazer a entrega dos presentes à sua irmã, coincidindo com a chegada do correio de Portugal com várias ofertas, tendo o rei autorizado a que os seus destinatários recebessem essas dádivas nesse mesmo dia. Vinha uma caixa de joias e um magnífico retrato de D. Maria I para o Conde de Florida Branca, mas, para além do primeiro ministro, também quatro altos dignitários espanhóis foram presenteados em nome da soberana de Portugal: o ministro das Índias, com um par de fivelas; o marquês mordomo-mor, com uma caixa de esmalte com o melhor anel; o duque de Lozada, com uma caixa de pedra e o segundo anel; e D. Miguel de Muzquiz, com três pares de botões.

Em nome de D. Mariana Vitória, a princesa das Astúrias recebeu um adereço de topázios e brilhantes, “com muitas outras galantarias da China, e caças da Índia”. E, em reconhecimento das atenções com que Maria Luísa de Parma tinha obsequiado a sua mãe, D. Maria I mandou-lhe uma caixa cheia de diamantes brutos de grande valor; a Infanta D. Josefa também recebeu uma semelhante, embora um pouco menos valiosa, para além do presente que a rainha mãe sua tia lhe deu: crisólitas e peças de seda e de cassa. O príncipe das Astúrias foi obsequiado com um estojo em forma de

65 *Ofício de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Palácio Real de La Granja de Santo Ildefonso, 8 de outubro de 1778. ANTT, MNE, Caixa 630.*

peixe, guarnecido de brilhantes; as duas pequeninas princesas, suas filhas, receberam duas plumas de diamantes.

Os dias que antecederam a partida da rainha-mãe foram preenchidos com “disposições de jornada, gala, presentes e convites”. De acordo com o embaixador, que, evidentemente, desejava enaltecer o seu trabalho, na corte espanhola “se não via mais que festa, pasmo e reconhecimento”. Vários elementos da família real desejaram obsequiar D. Mariana Vitória na hora da despedida: o príncipe das Astúrias ofereceu à sua tia uma caixa de esmalte com o seu retrato guarnecido de brilhantes; o Infante D. Gabriel (futuro marido da infanta portuguesa D. Mariana Vitória), um relógio, cadeias e um estojo de pedra com brilhantes; o Infante D. António, dois anéis, um de esmeraldas, outro de diamantes; as duas infantinhas⁶⁶, ainda muito pequeninas e que tinham chorado muito no primeiro encontro com a idosa rainha, obsequiaram-na com um estojo e uma caixa, e a mais velha decorou “hum cumprimento muito bem feito, augurando a sua Tia hum feliz viagem e oferecendo-lhe com galantaria o presente em nome das duas irmãs”⁶⁷.

A troca de ofertas continuou num frenesim. Ninguém queria ficar atrás em liberalidade. Os próprios membros da comitiva de D. Mariana Vitória, incumbidos de levar os presentes aos elementos da família real espanhola, receberam deles generosas prendas: plumas ou flores de brilhantes, pássaros de diamantes, caixas de ouro com dobrões no mesmo precioso metal e mesmo uma gaiola em bronze com um pássaro mecânico, cantando diversas melodias.

Nestas voltas de presentes e na repartição de muito dinheiro que deu a Rainha May Nossa Senhora a todos os indivíduos que

66 Refere-se às filhas do futuro Carlos IV, D. Carlota Joaquina, a mais velha (1775-1830) e Maria Luisa Carlota (1777-1782), que “depois de hum anno hera a segunda vez Sua Magestade as via porque da primeira choraram muito”.

67 *Ofício de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, São Lourenço do Escorial, 4 de novembro de 1778. ANTT, MNE, Caixa 630.*

a servirão, e a inúmeros Pobres, e Conventos, se passou o dia em sumo prazer [...] porque absolutamente ninguém o esperava, e se não ouvem mais do que louvores e vivas a Portugal⁶⁸.

O Rei Católico também foi muito generoso. Ao criado que chegara com os presentes de Portugal, mandou dar um relógio guarnecido de brilhantes, cadeias, sinete e um anel no valor de trezentos dobrões; o médico e o cirurgião foram nomeados “da Câmara”, com uma pensão anual de cem dobrões cada um; os “costas” que carregaram as espingardas ficaram a receber dez reales por dia, vitalícios. A política de presentes aconselhada pelo embaixador dava os seus frutos:

Quando combino as Instruções com que vim para esta corte⁶⁹ com os afectos sinceros presentes, e com a alegria mútua, que reina em todos os corações, e quando enfim me lembro do cuidado com que na devida antecipação representei a necessidade dos Presentes, que fazem tanta glória no dia de hoje, me encho de jubilo, e louvor à Providencia Divina que se servio de hum tam fraco Instrumento para dissipar as Trevas, que por tantos anos tinham cuberto as duas Reaes Familias de sentimento, e os Povos d'odio, e vingança: ainda a louvo mais quando vejo a minha gloria despida de todo o interesse, e só cercada dos Louros, que cortei com tanto trabalho, com tanto perigo, e com tanta ruina da minha saúde. [...] Não pode V. ex^a imaginar que estrepido, e estimação tem feito os presentes, sobretudo dos Diamantes brutos; a nação toda está pasmada, e como tonta⁷⁰.

No dia 5 de novembro, pela manhã, iniciou-se a viagem de regresso a Portugal. De acordo com os relatos de Francisco de Sousa Coutinho, a rainha-mãe deixou “huma grande saudade nesta Real Familia, e nos povos, a quem beneficiou muito a sua ardente caridade”. À despedida, o Rei Católico, que acompanhou a irmã até ao

68 *Ibid.*

69 Nomeado em 1775.

70 *Ofício de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, São Lourenço do Escorial, 4 de novembro de 1778. ANTT, MNE, Caixa 630.*

último momento, recusando distrair-se do desgosto com uma ida à caça, “derramou bastantes lagrimas, e exigio da mesma Senhora a promessa de voltar a vê-lo dentro de dous, ou trez anos”⁷¹.

Em conclusão

Tal não foi possível. D. Mariana Vitória morreu pouco tempo depois, em 15 de janeiro de 1781. A sua visita permitira um desanuviamento nas relações entre os dois países vizinhos. Não só contribuiu ativamente para o estabelecimento e consolidação da paz, como abriu caminho para nova aliança dinástica em moldes semelhantes à realizada pela diplomacia joanina: um novo duplo casamento ibérico, negociado a partir de 1782, por D. Henrique de Meneses, 3º marquês de Loureçal, embaixador em Madrid, com instruções para negociar “com decência e dignidade” um “grande e importante negócio”. O texto refere-se ao casamento dos infantes de Portugal, D. Mariana Vitória e D. João (futuro D. João VI) com os infantes de Espanha, D. Gabriel António (filho de Carlos III e de sua esposa já falecida, Maria Amália da Saxónia) e D. Carlota Joaquina (filha de Carlos IV e de Maria Luísa de Parma), que veio a se realizar em 1785⁷².

Francisco de Sousa Coutinho resumiu em poucas palavras a estratégia da política externa portuguesa no último quartel do século XVIII: assegurar uma “solida conservação da nossa amizade com Espanha [...] de maneira que de concerto comum nos faça segurar também da França, e não risque nada com a Inglaterra”⁷³.

71 *Ofício de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, São Lourenço do Escorial, 31 de outubro de 1778*. ANTT, MNE, Caixa 630.

72 FARIA, Ana Leal de. Pactos de família ou alianças políticas?: os casamentos da família real portuguesa na segunda metade do século XVIII. In: FARIA, Ana Leal de; RODRIGUES, Ana Maria S. A.; SILVA, Manuela Santos (coord.). *Casamentos da família real portuguesa: diplomacia e cerimonial*. 2 vols. Lisboa: Círculo de Leitores, 2017, v. II. p. 139-180.

73 *Ofício de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Palácio Real de La Granja de Santo Ildefonso, 11 de agosto de 1778*. ANTT, MNE, Caixa 630.

Garantir a neutralidade portuguesa era o ponto de equilíbrio mais vantajoso para todos. Para isso, seria necessário retomar a política joanina de bom entendimento com Espanha, consolidando os laços familiares que uniam as duas cortes. A viagem da rainha-mãe à corte do seu irmão Carlos III tinha, precisamente, esse objetivo, facilitando um acordo de paz imediato e possibilitando futuras alianças.

Uma vez reconhecida a independência dos Estados Unidos por Inglaterra, retomavam Portugal e Espanha a opção da “troca das princesas”. Para a política externa portuguesa, essa dupla aliança matrimonial permitiria reformular a sua posição de equilíbrio de modo a evitar a exclusividade da aliança inglesa, embora sem a excluir, nem sem ter que hostilizar a França ou a Espanha. No entanto, a Revolução Francesa irá, novamente, perturbar o equilíbrio na Península Ibérica. Com a Espanha aliada à França (1795), Portugal retomará a sua “velha aliança” marítima.

Referências

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império: Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Lisboa: Afrontamento, 1993.

BÉLY, Lucien. *La société des princes: xvie-xviii siècle*. Paris: Fayard, 1999.

BÉLY, Lucien. *Les relations internationales en Europe: xvii-xviii siècles*. Paris: PUF, 2001.

BENTHAM, Jeremy. *An introduction to the principles of morals and legislation*. Oxford: Clarendon Press, 1789.

BRAGA, Paulo Drumond. *A rainha discreta: Mariana Vitória de Bourbon*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2014.

D'AVENANT, Charles. *An essay upon the balance of power*. London: Printed for James Knapton, 1701.

D'AVENANT, Charles. *An essay upon the probable methods of making a People Gainers in the Balance of Trade*. London: Printed for James Knapton, 1699.

CASTRO, José Ferreira Borges de (coord.). *Collecção dos tratados, convenções, contratos e actos publicos: celebrados entre a coroa de portugal e as mais potencias desde 1640 ate ao presente*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1856. 8 v.

FARIA, Ana Leal de. Laços dinásticos e relações diplomáticas: a intervenção da Rainha-Mãe nas negociações Luso-Espanholas (1777-1778). In: *De Madrid a Sto. Ildefonso: a definição das fronteiras do Brasil*. XXIX Colóquio de História Militar. Lisboa: CPHM, 2021. p. 83-112.

FARIA, Ana Leal de. Pactos de família ou alianças políticas?: os casamentos da família real portuguesa na segunda metade do século XVIII In: FARIA, Ana Leal de; RODRIGUES, Ana Maria S. A.; SILVA, Manuela Santos (coord.). *Casamentos da família real portuguesa: diplomacia e cerimonial*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2017. v. II, p. 139-180.

MACEDO, Jorge Borges de. *História diplomática portuguesa: constantes e linhas de força*. 2. ed. Lisboa: Tribuna da História, 2006.

MARTINEZ, Pedro Soares. *História diplomática de Portugal*. 3. ed. Coimbra: Almedina, 2010.

SILVA, Andrée Mansuy-Diniz. *Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812*. Paris; Lisboa: Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 2002-2006. 2 v.

WHITWORTH, Charles (ed.). *The political and commercial works of that celebrated writer Charles D'avenant*. Farnborough: Gregg Press, 1967. 5 v.

PARTE II

Os agentes da diplomacia: perfis, atuações e trajetórias

CAPÍTULO VII

Embaixadores portugueses do século xv

Douglas Mota Xavier de Lima

Si sus enbaxadores enbia bien ordenados,
Cavalleros muy buenos, doctores bien letrados,
Con buen apostamiento e bien aconpañados,
De los que a ellos veen luego serán notados.
Algunt príncipe muy grande dizen, çierto será
El que tal enbaxada onrada enbiará;
El que nunca le vio luego le notará,
E su fama muy grande non la olvidará

Rimado de Palacio, Pero López de Ayala¹

O trecho da obra castelhana *Rimado de palacio*, de Pero López de Ayala (1332-1407), chanceler, embaixador e um dos principais intelectuais ibéricos da segunda metade do século xiv, expressa a diversidade da diplomacia medieval e, principalmente, dos homens

¹ LÓPEZ DE AYALA, Pero. *Libro rimado de palacio*. Edición de Kenneth Adams. Madrid: Ediciones Cátedra, 1993, p. 242, versos 617-618.

envolvidos nas missões diplomáticas de finais da Idade Média, indivíduos de origem e estatuto variados, que eram escolhidos por diferentes critérios e para embaixadas igualmente diversas. Homens de distintos estratos da nobreza, membros do clero secular e do regular, letrados ligados às instâncias da burocracia, mercadores de grosso trato, oficiais de armas, integrantes de minorias religiosas, além de viajantes e outros estrangeiros em trânsito constituíam o mosaico dos embaixadores de finais do medievo.

A multiplicidade dos homens reflete, ainda, a variedade dos emissores, posto que reis, príncipes, imperadores, papas, poderes urbanos, entre outros detentores de autoridade, enviavam representações diplomáticas, formando uma das particularidades da diplomacia medieval, isto é, relações diplomáticas estabelecidas entre múltiplos detentores de autoridade e não centradas em estados. Contudo, em meio a essa diversidade de práticas e agentes e com a permanência das chamadas embaixadas *ad hoc*, evidencia-se em finais do medievo a gradativa constituição do ofício de embaixador, com delimitações acerca dos atributos relacionados a tais homens, como vícios a serem evitados, valores a serem cultivados e práticas a serem implementadas; das funções relacionadas aos agentes diplomáticos, identificando os portadores de poderes para representar e negociar e outros que apenas levavam missivas; e da inserção da atividade diplomática na burocracia, cada vez mais concentrada nas competências dos conselhos reais.

Ao longo da Idade Média, múltiplos foram os termos empregados para designar os enviados diplomáticos e delimitar as suas funções, sendo os principais *nuntii*, *legati* e *missi*. Não obstante, a partir de finais do século XII, sobretudo com a retomada do direito romano na Europa, acompanha-se uma alteração da tríade, com a gradativa afirmação dos vocábulos *procurator*, identificando os homens que portavam procurações e detinham poderes de negociar e concluir acordos, e *ambaxator/ambasciatori*, para se referir aos enviados em

missões solenes e de elevado estatuto social². Esse processo teve seu início nas cidades italianas e gradativamente se generalizou pelas chancelarias da Europa cristã. Apesar disso, se, em termos jurídicos, identifica-se uma distinção cada vez mais clara entre mensageiros e embaixadores – isto é, entre homens responsáveis apenas por levar mensagens e outros designados para negociar –, fora desse âmbito, a história dos enviados diplomáticos é menos linear e com delimitações tênues.

Nos séculos xiv e xv, as unidades políticas na Europa caracterizavam-se por sua grande diversidade, tanto em dimensões territoriais e estruturas administrativas como em formas de governo. No período, como detentores de autoridade pública soberana, podem-se encontrar comunidades de camponeses livres reunidas em federações, confederações de pequenas cidades, principados seculares e eclesiásticos, estados regionais dominados por uma grande cidade, reinos e impérios. Consequentemente, os mecanismos de gestão da diplomacia e das práticas diplomáticas não eram uniformes, variando significativamente conforme as regiões. Ademais, a designação do conjunto de enviados diplomáticos também se apresentava altamente maleável, alterando-se de acordo com a documentação, sendo possível notar nas fontes narrativas a frequente sobreposição entre mensageiros, embaixadores ordinários e enviados extraordinários, ao passo que nos documentos provenientes das chancelarias há a tendência maior à distinção em termos jurídicos e nos atributos dos homens.

2 QUELLER, Donald. E. L'evolution du rôle de l'ambassadeur: les pleins pouvoirs et le traité de 1201 entre les croisés et les vénétiens, *Le Moyen Âge*, v. LXVII, p. 479-501, 1961; *Id.* Early venetian legislation concerning foreign ambassadors, *Studies in the Renaissance*, v. 12, p. 7-17, 1965; *Id.* *The office of ambassador in the Middle Ages*. New Jersey: Princeton, 1967; LAZZARINI, Isabella. The preparatory work: from choice to instructions. In: AZZOLINI, Monica; LAZZARINI, Isabella (ed.). *Italian Renaissance Diplomacy: a sourcebook*. Toronto: Pontifical Institute of Medieval Studies, p. 11-16, 2017.

Nesse cenário difuso, nas últimas décadas as investigações da chamada nova história da diplomacia³ têm deslocado a atenção dos problemas terminológicos e institucionais acerca do ofício de embaixador e dado cada vez maior importância aos homens, analisando as trajetórias individuais, os perfis sociais, os vínculos com as autoridades políticas, a formação intelectual etc. Mais do que estudos biográficos centrados em poucos embaixadores solenes, homens de relevo que se destacaram em determinadas missões diplomáticas do período,⁴ tais investigações têm se preocupado com

- 3 Sobre o tema, ver: GIUDICI, Giacomo. From the new diplomatic history to new political history: the rise of the holistic approach. *European History Quarterly*, v. 48, n. 2, p. 314-324, 2018; HOGAN, Michael J. The “Next Big Thing”: the future of diplomatic history in a global age. *Diplomatic History*, v. 28, n. 1, p. 1-21, jan. 2004; SCHWEIZER, Karl W.; SCHUMANN, Matt J. The revitalization of diplomatic history: renewed reflections. *Diplomacy & Statecraft*, v. 19, n. 2, p. 149-186, 2008. Especificamente sobre a diplomacia medieval, ver: WATKINS, John. Toward a new diplomatic history of medieval and early modern Europe. *Journal of Medieval and Early Modern Studies*, v. 38, p. 1-14, Winter 2008; LIMA, Douglas Mota Xavier de. Novos olhares sobre a diplomacia medieval. *Revista Transversos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 77-91, 2015.
- 4 O estudo biográfico dos embaixadores medievais de finais da Idade Média também acompanhou os novos aportes da renovação historiográfica acerca da diplomacia medieval, podendo ser exemplificado por: AUTRAND, Françoise. Gontier Col, un “conseiller diplomatique” de Charles VI. In: CLAUZEL, Denis *et al.* (ed.). *Arras et la diplomatie européenne, Xve-xvie siècles*. Arras: Artois Presses Université, 1999, p. 27-45; AUTRAND, Françoise. *Jean de Berry: l’art et le pouvoir*. Paris: Fayard, 2000; COULON, Damien. Lluís Sirvent, homme d’affaires et ambassadeur barcelonais (vers 1385-1444). In: MALAMUT, Élisabeth; OUFELL, Mohamed (dir.). *Les échanges en méditerranée médiévale: marqueurs, réseaux, circulations, contacts*. Aix-en-Provence: Presses Universitaires de Provence, 2012, p. 215-242; FERNÁNDEZ GALLARDO, Luis. *Alonso de Cartagena (1385-1456): una biografía política en la Castilla del siglo xv*. Valladolid: Junta de Castilla y León, 2002; FIGLIUOLO, Bruno. *Il diplomatico e il trattatista: Ermolao Barbaro ambasciatore della Serenissima e il De officio legati*. Napoli: Guida Editori, 1999; OLIVERA SERRANO, Cesar. Servicio al rey y diplomacia castellana: don Juan Manuel de Villena. *Anuario de Estudios Medievales*, v. 25, n. 1, p. 463-488, 1995; SERRANO DE HARO, Antonio. *El embajador don Pero López de Ayala (1322-1407)*. Madrid: Ministerio de Asuntos Exteriores, 2001. Contudo, o principal acúmulo

o coletivo de sujeitos da diplomacia, permitindo novos conhecimentos acerca do funcionamento desse importante dispositivo político em finais da Idade Média⁵.

Em meio a essas discussões, o presente capítulo se propõe a apresentar o estado da arte sobre os embaixadores portugueses do século xv, partindo dos acúmulos historiográficos da última década, especificamente do resultado de investigações monográficas com base no método prosopográfico. Para isso, primeiramente serão tratadas as contribuições acerca do tema relativas ao âmbito europeu tardo-medieval, e, num segundo momento, apresentados apontamentos sobre o caso português quatrocentista.

Em busca dos embaixadores

A renovação da história política no último quartel do século passado reverberou em diferentes áreas dos estudos medievais, e uma delas foi a história social do Estado. Tendo como eixo de investigação a gênese das formações estatais, os estudos promoveram a revisão do processo de burocratização que marca os últimos séculos medievais com foco no mapeamento e análise do conjunto dos servidores do rei/servidores do Estado que atuaram na construção e a condução das estruturas governativas, assim como de uma variedade de indivíduos que exerceram influência extraoficial nas redes centrais, regionais ou locais de poder⁶. Para tal, a prosopografia (biografia coletiva ou multibiografia) mostrou-se um método de suma importância,

decorrente do referido movimento historiográfico encontra-se no conhecimento do conjunto de embaixadores, sendo assim o foco do presente capítulo.

- 5 Para uma abordagem abrangente sobre o tema, ver: PÉQUIGNOT, Stéphane. *Ambassades et ambassadeurs*. In: MOEGLIN, Jean-Marie (dir.). *Diplomatie et "Relations internationales" au Moyen Âge (ixe-xve siècle)*. Paris: PUF, 2017, p. 345-493.
- 6 GENET, Jean-Philippe; LOTTES, Günther (dir.). *L'État moderne et les élites (xiii-xviii siècles)*: apports et limites de la méthode prosopographique. Paris: Publications de la Sorbonne, 1996; REINHARD, Wolfgang (org.). *Las élites del poder y la*

possibilitando um significativo conhecimento da sociedade política tardo-medieval.

Com origens no século XIX, o método prosopográfico ficou consagrado pela obra de Theodor Mommsen acerca dos senadores romanos e suas carreiras, constituindo um recurso singular para a pesquisa sobre determinados grupos sociais, em especial as elites. Em síntese, o método consiste na recolha da maior quantidade possível de dados biográficos dos membros do grupo selecionado (nascimento, morte, casamento, família, cultura, ocupações etc.), a fim de, a partir desses dados, elaborar uma espécie de biografia coletiva, identificando aspectos ou características comuns comparáveis⁷. O trabalho prosopográfico desenvolveu-se entre os medievalistas especialmente a partir de meados do século XX e legou importantes contribuições acerca dos participantes de guildas de mercados, dos membros de confrarias e ordens religiosas, dos oficiais da burocracia e dos ocupantes de cargos nas câmaras urbanas e nas assembleias representativas⁸. Não obstante, uma das dificuldades

construcción del Estado. México: Fondo de Cultura Económica, 1997; *Les serviteurs de l'État au Moyen Âge*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1999.

- 7 STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia Política*, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011; BULST, Neithard. Sobre o objeto e o método da prosopografia. *Politeia: história e sociedade*, v. 5, n. 1, p. 47-67, 2005.
- 8 AUTRAND, Françoise (ed.). *Prosographie et genèse de l'État Moderne*. Paris: CNRS, 1986; FERNANDES, Fátima Regina. A metodologia prosopográfica aplicada às fontes medievais: reflexões estruturais. *História da historiografia*, n. 8, p. 11-21, 2012; HOMEM, Armando Luís de Carvalho. Prosopographie et Histoire de l'État. La bureaucratie des rois portugais aux XIVe et XVe siècles: recherches faites, recherches à faire. In: GENET; LOTTES, *op. cit.*, p. 29-37; NORTE, Armando. Lentos, escolares e letrados: das origens do Estudo Geral ao final do século XV. In: FERNANDES, Hermenegildo (coord.). *A Universidade medieval em Lisboa, séculos XIII-XVI*. Lisboa: Tinta da China, 2013, p. 89-148; VIZCAÍNO, Rafael Narbona. El método prosopográfico y el estudio de las élites de poder bajomedievales. In: *El Estado en la Baja Edad Media: nuevas perspectivas metodológicas*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 1999, p. 31-49; VONES-LIEBENSTEIN, Ursula. El método prosopográfico como punto de partida de la historiografía eclesiástica. *Anuario de Historia de*

recorrentemente assinaladas pelos pesquisadores é a definição do grupo de análise para além da identificação prévia com base em algo em comum (função, atividade, estatuto social ou outra coisa), sendo necessário incorporar elementos agregadores do grupo, como vínculos pessoais, laços de parentesco e vassalidade, interesses compartilhados etc. Tais apontamentos mostram-se ainda mais relevantes no que se refere ao estudo dos embaixadores medievais.

Homens de estatuto diversificado e que exerciam diferentes funções, os enviados diplomáticos não compartilhavam um ofício, sendo a participação na diplomacia circunstancial – a depender dos desígnios do emissor da embaixada e dos objetivos de cada missão – e provisória – durando apenas o período entre a nomeação da comitiva e o desfecho da embaixada –, ainda que alguns homens tenham se notabilizado por atuarem em várias missões e se tornado verdadeiros especialistas das negociações diplomáticas⁹. Entre os embaixadores encontram-se homens de diferentes segmentos da nobreza, oficiais da administração central, regional e local, clérigos regulares e seculares, mercadores, oficiais de armas, estrangeiros exilados ou em trânsito e minorias sociais, como mouros e judeus. Por essas características, somadas às particularidades de cada tipologia documental, a definição dos embaixadores medievais como um grupo coeso mostra-se complexa e, por vezes, limitada.

la Iglesia, n. 14, p. 351-364, 2005. Acrescenta-se que, entre 1980 e 2020, a revista *Medieval Prosopography* congregou as pesquisas na temática, sendo a principal publicação sobre grupos sociais medievais com base no método prosopográfico. Desde 2022, o periódico migrou plenamente para o modelo virtual e passou a ser designado pelo nome de *Medieval People*. Ver: <https://scholarworks.wmich.edu/medpros/>.

- 9 Sobre os especialistas na condução da diplomacia, ver: GANSHOF, François. *Histoire des relations Internationales*: tome premier – le Moyen Âge. Paris: Hachette, 1953, p. 267-268; AUTRAND, Françoise; CONTAMINE, Philippe. Naissance de la France, naissance de sa diplomatie: le Moyen Âge. In: AUTRAND, Françoise et al. *Histoire de la diplomatie française*: I. Du Moyen Âge à l'Empire. Paris: Perrin, 2005, p. 41-177, p. 120-125; PÉQUIGNOT, op. cit., p. 411-418.

Apesar disso, alguns estudos, em geral decorrentes de teses de doutoramento, se debruçaram sobre o tema a fim de identificar o conjunto de enviados diplomáticos, os critérios de recrutamento dos embaixadores, a participação de diferentes estratos sociais na diplomacia, entre outras questões. Esse é o caso da obra *Au nom du roi*, de Stéphane Péquignot, que produziu um dicionário biográfico de 349 homens que atuaram como embaixadores do rei de Aragão entre 1291 e 1327;¹⁰ e da obra *Ambassades et ambassadeurs de Philippe le Bon*, de Anne-Brigitte Spitzbarth, que mapeou 621 indivíduos que participaram das missões diplomáticas do ducado borguinhão no século xv.¹¹ Ao passo que reafirmam a heterogeneidade do conjunto de enviados diplomáticos de finais da Idade Média, tais investigações, estruturadas respectivamente a partir dos volumosos fundos documentais da coroa de Aragão e do ducado da Borgonha, permitem reavaliar a questão da composição das embaixadas, das competências culturais dos embaixadores e da atuação dos enviados diplomáticos, assim como delimitam de forma mais precisa a inserção dos diferentes estratos sociais na condução das missões, analisando casos de especialização por destino ou objeto da negociação.

Outros estudos, ainda que com características distintas, também contribuíram para o conhecimento sobre a atuação dos embaixadores e a identificação dos enviados diplomáticos de finais da Idade Média. Esse é o caso do livro *Embajada y embajadores en la Historia de España*, de Miguel Ángel Ochoa Brun¹², da obra de Eva Pibiri, acerca dos embaixadores e mensageiros do duque de Savoia entre

10 PÉQUIGNOT, Stéphane. *Au nom du Roi: pratique diplomatique et pouvoir durant le règne de Jacques II d'Aragon (1291-1327)*. Madrid: Casa de Velázquez, 2009.

11 SPITZBARTH, Anne-Brigitte. *Ambassades et ambassadeurs de Philippe le Bon, troisième duc Valois de Bourgogne, 1419-1467*. Turnhout: Brepols, 2013.

12 OCHOA BRUN, Miguel-Ángel. *Embajadas y embajadores en la historia de España*. Madrid: Aguilar, 2002.

1391 e 1465¹³, e dos trabalhos de Óscar Villarroel González, particularmente o artigo “La formación de los diplomáticos en la Castilla bajomedieval” (2018), onde o autor apresenta uma síntese acerca de 340 embaixadores mapeados entre 1255 e 1470¹⁴.

Esses apontamentos não são exaustivos, mas visam demonstrar, ainda que parcialmente, o significativo avanço das pesquisas acerca dos enviados diplomáticos medievais nas últimas décadas, investigações que tanto contribuíram para o mapeamento de embaixadas e embaixadores como detalharam uma série de aspectos relativos ao tema, desde a escolha dos enviados à trajetória dos embaixadores. Além disso, tais estudos expressam a diversidade dos fundos documentais europeus, que, em certos casos, como para os citados reino de Aragão e ducado da Borgonha, são abundantes e permitem levantamentos exaustivos e análises múltiplas, em contraste com outras unidades políticas, como o reino de Castela, com vestígios documentais menos pródigos. Nesse cenário, as fontes acerca da diplomacia em Portugal durante a Idade Média mostram-se mais próximas das condições observadas para Castela do que para Aragão, com essa limitação documental condicionando as pesquisas. De todo modo, tais barreiras também têm sido superadas por meio de novas investigações.

Os embaixadores medievais portugueses

A diplomacia não constitui objeto de destaque na historiografia portuguesa e, conseqüentemente, não compõe um campo autônomo

13 PIBIRI, Eva. *En voyage pour Monseigneur: ambassadeurs, officiers et messagers à la cour de Savoie (XIV^e-XV^e siècles)*. Lausanne: Société d'histoire de la Suisse romande, 2011.

14 VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar. La formación de los diplomáticos en la Castilla bajomedieval, *Studia Historica. Historia Medieval*, v. 36, n. 2, p. 117-146, 2018. Ver, ainda: *Id.*, *Eclesiásticos en la diplomacia castellana en el siglo XV. Anuario de Estudios medievales*, v. 40, n. 2, p. 791-819, 2010.

entre os estudos medievais. Contudo, a temática, por vezes reduzida à dimensão das relações diplomáticas do reino de Portugal, foi abordada pontualmente em diferentes estudos e contemplada em edições documentais, ainda que poucos tenham colocado a diplomacia como objeto principal da investigação¹⁵. Esse cenário dá sinais de alteração na última década; no entanto, em geral, o trabalho sobre a diplomacia na historiografia portuguesa tende a ser algo pontual ante outras temáticas levadas a cabo por alguns historiadores ou um eixo de investigação secundário que se relaciona com outro tema principal¹⁶.

Especificamente sobre os embaixadores medievais portugueses, notam-se importantes aportes sobre a trajetória de determinados personagens (vínculos sociopolíticos, ofícios, formação etc.), porém a atividade diplomática e o exercício da negociação costumam ser elementos dispersos entre vários aspectos da análise. Ademais,

15 Para um balanço sobre o tema, ver: BRANCO, Maria João; FARELO, Mario. *Diplomatic relations: Portugal and the others*. In: MATTOSO, José (dir.). *The historiography of medieval Portugal, c.1950-2010*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011, p. 231-259, p. 232-233; LIMA, Douglas Mota Xavier de. *A diplomacia portuguesa quatrocentista: notas historiográficas*. In: RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros; FRANÇA, Susani Silveira Lemos (org.). *A escrita da história de um lado a outro do Atlântico*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018, p. 251-269; FARIA, Diogo. *A diplomacia dos reis de Portugal no final da Idade Média (1433-1495)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2021, p. 27-58.

16 Tal aspecto pode ser observado no caso de BAQUERO MORENO, Humberto Carlos. *A Batalha de Alfarrobeira*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1979, 2 v. Nesta obra, o autor analisou a guerra civil portuguesa travada entre facções da nobreza e a monarquia em meados do século xv e, entre múltiplos temas, tratou das relações peninsulares no contexto do conflito. Baquero Moreno, um dos expoentes da renovação da história política medieval em Portugal, desenvolveu inúmeros trabalhos sobre a sociedade portuguesa de finais da Idade Média, abrangendo temas diversos como marginalidade, criminalidade, movimentos sociais, contestações nobiliárquicas, itinerários régios e as relações diplomáticas do reino, como foco nas relações ibéricas e na presença de Portugal no Mediterrâneo.

evidencia-se que os trabalhos tenderam a se concentrar nos embaixadores que atuaram de forma mais constante em embaixadas ou em missões de grande relevo, como a assinatura de tratados (Windsor e Tordesilhas, por exemplo) e acordos de casamentos, permanecendo ofuscada a atividade de homens que participaram esporadicamente em missões diplomáticas ou em comitivas ordinárias, ainda que esses sejam a maior parcela dos embaixadores do período. Em linhas gerais, prevalece o estudo de caso ante a visão de conjunto sobre os embaixadores. Exemplificando essa abordagem hegemônica do tema no que se refere ao final da Idade Média, citam-se os estudos: de António Joaquim Dias Dinis, sobre Fernão de Álvares Baldaia e Fernão Luís¹⁷; de Sérgio Pinto, sobre Vasco Domingues¹⁸; de António Domingues de Sousa Costa sobre o doutor Lançarote¹⁹; de Eduardo Nunes sobre Dom Frey Gomes, abade de Florença²⁰; de Ivo Carneiro de Sousa, sobre Fernão Álvares Baldaia²¹; de Humberto Carlos Baquero Moreno sobre Álvaro de Ataíde, João Fernandes da Silveira, Rui de Sousa e João de Sousa²²; de Armando Luís de

17 DIAS DINIS, António Joaquim. *Dois embaixadores de el-Rei D. Afonso* v. Braga: Editora Franciscana, 1955.

18 PINTO, Sérgio Silva. Vasco Domingues: o primeiro negociador da aliança anglo-portuguesa. *Separata do Diário do Minho*, n. 11, 792, nov. 1956.

19 COSTA, P. António Domingues de Sousa. O doutoramento em Bolonha do secretário de D. João I – Doutor Lançarote, conde palatino e embaixador ao Concílio de Pisa, *Itinerarium*, III, p. 202-220, 1957.

20 NUNES, Eduardo. *Dom Frey Gomes*: abade de Florença, 1420-1440. Braga: Livraria Editora Pax, 1963.

21 SOUSA, Ivo Carneiro de. A fortuna de Fernão de Álvares Baldaia: mercador, embaixador e cavaleiro do Porto. *Humanidades*: revista trimestral da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, n. 3, p. 47-72, abr. 1983.

22 BAQUERO MORENO, Humberto Carlos. Álvaro Gonçalves de Ataíde, conde da Atouguia, alcaide do castelo de Coimbra nos primórdios do reinado de D. Afonso v, *Castrum. Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos*, v. 1, p. 6-7, 1984; *Id.*, Um grande diplomata português do século xv: o doutor João Fernandes da Silveira. In: ACADEMIA PORTUGUESA DE HISTÓRIA (ed.). *A diplomacia na história*

Carvalho Homem, sobre Lourenço Anes Fogaça²³; de Manuela Mendonça, sobre o cardeal D. Jorge da Costa²⁴; de André Garrido sobre Luís Pires²⁵; de Pedro Caetano sobre João Fernandes da Silveira²⁶; de Carlos Graf sobre D. João Esteves de Azambuja²⁷; de Duarte de Babo Marinho, sobre Pedro Gonçalves de Malafaia, Gomes Eanes e Martim de Távora²⁸; e as atas do colóquio sobre D. Afonso, 4º conde de Ourém, com diferentes capítulos que ressaltam a atuação diplomática do conde²⁹.

Com uma abordagem diferenciada, algumas investigações promoveram análises mais genéricas sobre o conjunto de embaixadores medievais, sendo o caso do estudo de Alberto Gonçalves, sobre

de Portugal: actas do colóquio. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1990, p. 93-103; *Id.*, Dois negociadores do Tratado de Tordesilhas: Rui de Sousa e João de Sousa. *Oceanos*, n. 18, p. 12-14, 1994.

- 23 HOMEM, Armando Luís de Carvalho. Diplomacia e burocracia nos finais da Idade Média: a propósito de Lourenço Anes Fogaça, chanceler-mor (1374-1395) e negociador do Tratado de Windsor. In: MAGALHÃES, Joaquim Romero de *et al.* (ed.). *Estudos e ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*. Lisboa: Sá da Costa, 1988, p. 217-228.
- 24 MENDONÇA, Manuela. *D. Jorge da Costa: "Cardeal de Alpedrinha"*. Lisboa: Colibri, 1991.
- 25 GARRIDO, André. *D. Luís Pires: retalhos da vida de um prelado quatrocentista*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Porto, Porto, 2007.
- 26 CAETANO, Pedro Nunes Pereira. *A Burocracia Régia como veículo para a titulação nobiliárquica: o caso do doutor João Fernandes da Silveira*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Porto, Porto, 2011.
- 27 GRAF, Carlos Eduardo de Verdier. *D. João Esteves de Azambuja: exemplo de interligação de poderes (séculos XIV e XV)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2011.
- 28 MARINHO, Duarte Maria Monteiro de Babo. A ação diplomática de Pedro Gonçalves de Malafaia na libertação do Infante D. Pedro de Aragão (1432): antecedentes e significados. *Revista Portuguesa de História*, v. XLVI, 2015; *Id.*, A atuação diplomática de Gomes Eanes e de Martim de Távora com vista à libertação do Infante D. Fernando (1439-1441). *Revista Mátia Digital*, v. 6, p. 155-185, 2018.
- 29 ANDRÉ, Carlos Ascenso (coord.). *D. Afonso, 4º conde de Ourém e a sua época*: actas do Congresso Histórico. Ourém: Câmara Municipal de Ourém, 2004.

os enviados ao Concílio de Basileia³⁰; de Manuela Mendonça, sobre os embaixadores na costa africana³¹; de Humberto Baquero Moreno, sobre os negociadores do Tratado de Tordesilhas³²; de Saul Gomes, sobre os embaixadores na Santa Sé³³; de Mário Farelo, sobre a representação portuguesa em Avignon³⁴; de Tiago Viúla de Faria, sobre os embaixadores nas relações anglo-portuguesas³⁵; de Armando Martins, sobre os embaixadores de D. Fernando e D. João I³⁶; de Margarida Ventura e José Varandas, acerca dos embaixadores implicados na questão de Tânger³⁷; de Duarte de Babo Marinho, sobre a

30 GONÇALVES, A. Alberto. Representação oficial portuguesa no Concílio ecuménico de Basileia, em 1436. In: GONÇALVES, A. Alberto. *Portugal e a sua história, figuras e factos*. Porto: Livraria Civilização, p. 278-283, 1939.

31 MENDONÇA, Manuela. Diplomatas portugueses na costa africana (1434-1495): uma releitura de João de Barros). *Mare Liberam: revista de história dos mares*, v. 10, p. 341-353, dez. 1995.

32 BAQUERO MORENO, Humberto Carlos. O papel da diplomacia portuguesa no Tratado de Tordesilhas. *Revista da Faculdade de Letras*, v. 12, p. 135-150, 1995.

33 GOMES, Saul António. Embaixadores de Portugal junto da Santa Sé. In: AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001, v. II, p. 103-110.

34 FARELO, Mário. La représentation de la couronne portugaise à Avignon et ses agents (1305-1377). *Anuario de Estudios Medievales*, v. 40, n. 2, p. 723-763, 2005.

35 FARIA, Tiago Viúla de. Por prol e serviço do reino?: o desempenho dos negociantes portugueses do Tratado de Windsor e suas consequências nas relações com Inglaterra (1384-1412). In: *Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais. A Guerra e a Sociedade na Idade Média*. SPEM, v. 2, p. 209-227, 2009; *Id. The Politics of Anglo-Portuguese Relations and their Protagonists in the Later Middle Ages (c.1369-c.1499)*. Tese (Tese em História) – University of Oxford, Oxford, 2012.

36 MARTINS, Armando. Embaixadores de D. João numa missão à corte papal em fins do século XIV: problemas políticos, diplomáticos e culturais. In: MENDONÇA, Manuela; REIS, Maria de Fátima (coord.). *Raízes medievais do Brasil moderno: guerra e diplomacia*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2019, p. 81-97.

37 VENTURA, Margarida; VARANDAS, José. Notas sobre diplomacia e criptodiplomacia após a derrota de Tânger (1437-1472). In: MENDONÇA, Manuela; REIS, Maria de Fátima (coord.). *Raízes medievais do Brasil moderno: guerra e diplomacia*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2019, p. 121-152

participação da linhagem dos Abreu nos assuntos diplomáticos³⁸; além de alguns trabalhos sobre os oficiais de armas³⁹.

Especificamente sobre o século xv, acrescenta-se a esse mapeamento a significativa contribuição advinda dos trabalhos de Joaquim Veríssimo Serrão, sobre as relações entre Portugal e a França⁴⁰; de Humberto Carlos Baquero Moreno, sobre o contexto diplomático da batalha de Alfarrobeira⁴¹; de Luís Adão da Fonseca, sobre o condestável D. Pedro e a revolução catalã⁴²; de Manuela Mendonça, sobre as relações externas de Portugal⁴³; e de Julieta Araújo, sobre as relações entre Portugal e Castela⁴⁴. Em que pese as particularidades

38 MARINHO, Duarte Maria Monteiro de Babo. Os de Abreu: uma linhagem minhota ligada à diplomacia do século xiv português. In: 5.º Congresso Internacional Casa Nobre: um património para o futuro. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2020, tomo 1, p. 61-75.

39 LIMA, João Paulo de Abreu. Oficiais de Armas em Portugal nos Séculos xiv e xv. In: *Actas do 17º Congresso Internacional das Ciências Genealógica e Heráldica*. Lisboa: Instituto Português de Heráldica, 1986, v. II, p. 309-344; LIMA, João Paulo de Abreu; SANTOS, Maria Alice Pereira dos. Quem foi Gonçalo Caldeira: testemunhos para uma análise de funções políticas na corte portuguesa Quatrocentista de D. João I a D. Afonso V. *Revista da Faculdade de Letras: ciências e técnicas do património*, 1ª série, v. II, p. 335-346, 2003; SANTOS, Maria Alice Pereira dos. A diplomacia no reinado de D. João I: breve reflexão sobre os oficiais de armas. In: SEIXAS, Miguel Metelo de; ROSA, Maria de Lurdes (coord.). *Estudos de heráldica medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2012, p. 199-207; TAVARES FILHO, Franklin Maciel. *Os arautos no Portugal quatrocentista: D. João I e a reforma do sistema heráldico (1385-1433)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014; MARINHO, Duarte Babo. Diplomacia visual na Baixa Idade Média portuguesa: os oficiais de armas. *Medievalista* [em linha], v. 24, jul./dez., 2018.

40 SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França (1431-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian; Centro Cultural Português, 1975.

41 MORENO, A. *Batalha*, op. cit.

42 FONSECA, Luís Adão da. *O Condestável D. Pedro de Portugal: a Ordem Militar de Avis e a Península Ibérica do seu tempo (1429-1466)*. Porto: INIC, 1982.

43 MENDONÇA, Manuela. *Relações externas de Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Colibri, 1994.

44 ARAÚJO, Julieta. *Portugal e Castela na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri, 2009.

de cada obra, elas redefiniram o entendimento acerca das relações entre Portugal e as demais regiões da Cristandade no século xv e, conseqüentemente, permitiram novos aportes sobre os embaixadores portugueses; em especial, sobre a atuação desses homens.

Algumas investigações realizadas fora da historiografia portuguesa, mas centradas no reino de Portugal, também incidiram sobre o tema dos embaixadores, trazendo igualmente contribuições para o conhecimento acerca dos enviados diplomáticos medievais portugueses. Esse é o caso do estudo de Charles Samaran sobre Vasco de Lucena⁴⁵; de Peter Russel, sobre João Fernandes Andeiro⁴⁶; de Fátima Fernandes, sobre Diogo Lopes de Pacheco⁴⁷; de Jacques Paviot, sobre Vasco Fernandes de Lucena⁴⁸; de Néstor Vigil Montes, sobre João Esteves de Azambuja e Rui Lourenço⁴⁹; e de Douglas Lima, sobre Afonso Pereira⁵⁰. Nesse conjunto, citam-se, ainda, as investigações de Isabel Beceiro Pita, sobre os embaixadores que atuaram nas relações entre Portugal e Castela, trabalhos que se distinguem por promoverem a análise do conjunto de embaixadores, observando tendências nos perfis dos enviados diplomáticos

45 SAMARAN, Charles. Vasco de Lucena à la cour de Bourgogne: documents inédits. *Bulletin des études portugaises de l'institut français du Portugal*, tome v, fasc. 1, p. 13-26, 1938.

46 RUSSEL, Peter E. João Fernandes Andeiro at the court of John of Lencaster: 1371-1381. *Revista da Universidade de Coimbra*, v. xiv, p. 20-30, 1940.

47 FERNANDES, Fátima Regina. Diogo Lopes Pacheco: acción política y diplomacia entre Portugal y Castilla en el siglo xiv. *Studia histórica. Historia medieval*, n. 18-19, p. 211-224, 2000-2001.

48 PAVIOT, Jacques. Vasco Fernandes de Lucena. *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, n. 39, p. 87-96, 2000.

49 VIGIL MONTES, Néstor. João Afonso Esteves de Azambuja y Rui Lourenço, dos perfis de eclesiástico diferentes en los primeros compases de la construcción de las paces entre Portugal y Castilla (1389-1407). In: VILAR, Hermínia; BRANCO, Maria João (ed.). *Ecclesiastics and political state building in the Iberian monarchies, 13th-15th centuries*. Évora: CIDEHUS, p. 129-146, 2016.

50 LIMA, Douglas Mota Xavier de. Quem foi o embaixador Afonso Pereira?. *Medievalis*, v. 4, 2015.

e, em especial, as competências culturais dos embaixadores⁵¹. Este exemplo é emblemático por representar um novo enfoque sobre os embaixadores, tanto por uma abordagem voltada ao corpo de homens que atuaram nas missões diplomáticas, como pelas relações com a chamada nova história da diplomacia medieval.

O panorama apresentado até o momento evidencia que o fato de a diplomacia portuguesa de finais da Idade Média não constituir um tema de destaque na historiografia não resulta na ausência de investigações e, por conseguinte, numa terra árida. Pelo contrário, os trabalhos citados demonstram os múltiplos aportes oferecidos pelos estudos desde o século passado, contribuições que têm subsidiado e impulsionado pesquisas recentes sobre a temática dos embaixadores⁵². Tais investigações se caracterizam pelo mapeamento siste-

51 BECEIRO PITA, Isabel. La tendencia a la especialización de funciones en los agentes diplomáticos entre Portugal y Aragón (1412-1465). In: BECEIRO PITA, Isabel. *El Poder Real en la Corona de Aragón*. xv Congreso de Historia de la Corona de Aragón. Zaragoza: Gobierno de Aragón, v. 2, p. 441-455, 1994; *Id.* Las negociaciones entre Castilla y Portugal en 1399. *Revista da Faculdade de Letras: História*, 2ª série, n. 13, p. 149-186, 1996; *Id.* La consolidación del personal diplomático entre Castilla y Portugal (1392-1455). In: MONTES ROMERO-CAMACHO, Isabel; MARTÍNEZ, Antonio Claret García (coord.). *La Península Ibérica en la era de los descubrimientos (1391-1492)*: actas III Jornadas Hispano-Portuguesas de Historia Medieval. Sevilla, v. 2, tomo 2, p. 1735-1744, 1997; *Id.* La importancia de la cultura en las relaciones peninsulares (siglo xv), *Anuario de estudios medievales*, n. 29, p. 79-104, 1999.

52 Outros estudos, ainda que não relacionados à diplomacia, às relações diplomáticas ou aos embaixadores, tiveram contribuição seminal para subsidiar e impulsionar as investigações prosopográficas sobre o conjunto de embaixadores quatrocentistas. Como indicado anteriormente, qualquer seleção acerca dos embaixadores medievais implica abordar um grupo fluido pelas características circunstanciais da atividade diplomática no período, demandando aportes relativos a outras dimensões sociais, mormente a burocracia régia, a clerezia e a aristocracia ligada à corte. Nesse caso, citam-se: FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965; HOMEM, Armando Luís de Carvalho. Conselho Real ou Conselheiros do Rei?: a propósito dos “privados” de D. João I. In: HOMEM, Armando Luís de Carvalho. *Portugal nos finais da Idade Média*: Estado, instituições, sociedade política. Lisboa: Livros Horizonte, 1990,

mático dos enviados diplomáticos quatrocentistas, empreendendo uma análise aprofundada de tais homens por meio da prosopografia a fim de compreender as trajetórias individuais e coletivas, a rede

p. 221-253.; DUARTE, Luís Miguel. *Justiça e criminalidade no Portugal medievo 1459-1481*. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Porto, Porto, 1993; COSTA, Paula Pinto. *A Ordem Militar do Hospital em Portugal: dos finais da Idade Média à Modernidade*. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Porto, Porto, 1998; OLIVEIRA, Luís Filipe. *A coroa, os mestres e os comendadores: as Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Algarve, Faro, 2006; FARELO, Mário. *A oligarquia camarária de Lisboa: (1325-1433)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009; FARIA, Diogo. *A chancelaria de D. Manuel I: contribuição para o estudo da burocracia régia e dos seus oficiais*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Porto, Porto, 2013; RODRIGUES, André Moutinho. *A consciência de Avis: aproximação prosopográfica dos confessores da família real portuguesa (1385-1481)*. *En la España Medieval*, v. 42, p. 181-210, 2019. Ademais, em torno de Carvalho Homem constituiu-se um grupo de investigação que empreendeu diversos estudos prosopográficos acerca da burocracia régia, trabalhos igualmente importantes para as pesquisas acerca da diplomacia. Esse é o caso de: ALMEIDA, Ana Paula Godinho. *A Chancelaria régia e os seus oficiais em 1462*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Porto, Porto, 1996; BORLIDO, Armando Carvalho. *A Chancelaria e os seus oficiais em 1463*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Porto, Porto, 1996; BRITO, Isabel Carla Moreira de. *A burocracia régia tardo-afonsina: a administração central e os seus oficiais em 1476*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Porto, Porto, 2001; CAPAS, Hugo Alexandre Ribeiro. *A Chancelaria Régia e os seus oficiais no ano de 1469*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Porto, Porto, 2001; CARVALHO, António Eduardo Teixeira de. *A Chancelaria Régia e os seus oficiais em 1468*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Porto, Porto, 2002; DURÃO, Maria Manuela. *1471 – Um ano africano no desembargo de D. Afonso v*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Porto, Porto, 2002; FERREIRA, Eliana Gonçalves Diogo. *1473 – Um ano no desembargo do “africano”*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Porto, Porto, 2001; FREITAS, Judite de. *Temos por bem e mandamos: a burocracia régia e os seus oficiais em meados de Quatrocentos (1439-1460)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Porto, Porto, 1999; HENRIQUES, Isabel Bárbara de Castro. *Os caminhos do desembargo: 1472, um ano na burocracia do “africano”*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Porto, Porto, 2001; MONTEIRO, Helena Maria. *A Chancelaria Régia e os seus oficiais: (1464-1465)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade

de relações familiares e os vínculos pessoais, os critérios de escolha dos embaixadores, as competências culturais e a atuação desses homens na diplomacia.

A primeira manifestação desses novos estudos é a tese *A sociologia da representação político-diplomática no Portugal de D. João I*, de Maria Alice Pereira dos Santos, defendida em 2015 na Universidade Aberta de Portugal, em Lisboa⁵³. Após analisar o *Livro de Arazos* em pesquisa de mestrado, Santos apropriou-se das investigações portuguesas acerca da burocracia régia com base na prosopografia e das discussões historiográficas acerca da gênese medieval do Estado moderno⁵⁴, a fim de analisar os representantes diplomáticos do reino de Portugal durante o reinado de D. João I. A tese inicia com um breve apanhado acerca do quadro teórico-metodológico do estudo e apresenta uma caracterização sucinta do contexto político e das relações diplomáticas do reino, finalizando com apontamentos igualmente abreviados sobre o tema central da pesquisa, os embaixadores. No estudo de Santos, como indicado no título da tese, o mapeamento das biografias dos representantes diplomáticos e o estabelecimento de perfis coletivos são utilizados mais no intuito de compreender a sociedade política portuguesa, com destaque às

do Porto, Porto, 1997; MOTA, Eugénia Pereira da. *Do “Africano” ao “Príncipe Perfeito” (1480-1483). Caminhos da burocracia régia*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Porto, 1989; VAZ, Vasco Rodrigo dos Santos Machado. *A boa memória do monarca. Os escrivães da Chancelaria de D. João I (1395-1433)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Porto, 1995.

53 SANTOS, Maria Alice Pereira. *A sociologia da representação político-diplomática no Portugal de D. João I*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Aberta de Portugal, Lisboa, 2015.

54 Refere-se especificamente aos estudos conduzidos em torno dos projetos *Genèse de l'État Moderne (1984-1986)* e *Origins of the Modern State – Centuries XIII-XVIII (1989-1992)*. Sobre tais projetos, ver: *L'État moderne: genèse. Bilans et perspectives*. Paris: CNRS, 1990; GENET, Jean-Philippe. *La Genèse de l'État Moderne. Les enjeux d'un programme de recherche. Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 118, n. 1, p. 3-18, 1997.

redes familiares, do que para analisar a atuação dos embaixadores na diplomacia ou outras problemáticas mais relacionadas às práticas diplomáticas. Não obstante, a principal contribuição da tese está no catálogo prosopográfico de 52 embaixadores, sistematizado ao longo de mais de trezentas páginas. Santos conclui que as personalidades envolvidas nas missões diplomáticas do reinado joanino participavam do círculo próximo do monarca, sendo escolhidas no Conselho Régio e acumulando, muitas vezes, cargos no desembargo ou na Corte. Ademais, a autora evidenciou que, em termos da composição social, a nobreza e o clero predominavam nas missões, com uma menor participação dos letrados, e que algumas famílias inseridas no oficialato de D. João I permaneceram no serviço régio durante vários reinados e tiveram membros sucessivamente participando de embaixadas.

Um ano depois, em 2016, Douglas Mota Xavier de Lima defendeu a tese *A diplomacia portuguesa no reinado de D. Afonso V (1448-1481)*, na Universidade Federal Fluminense, em Niterói, Rio de Janeiro⁵⁵. Partindo das discussões desenvolvidas na pesquisa de mestrado acerca das alianças externas de Portugal em torno da viagem do infante D. Pedro e do diálogo com os acúmulos da nova história da diplomacia medieval e moderna, Lima analisou diferentes dimensões da diplomacia do reinado de D. Afonso V: as bases institucionais que assessoravam o monarca nos assuntos diplomáticos; as bases humanas da diplomacia, isto é, os homens que atuaram nas embaixadas; e as práticas diplomáticas, considerando as práticas de negociação e o cerimonial diplomático. A tese abarca um

55 LIMA, Douglas Mota Xavier de. *A diplomacia portuguesa no reinado de D. Afonso V (1448-1481)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Relacionados à tese, ver ainda: *Id.* Nobreza e diplomacia em Portugal (século XV). *Mirabilia Journal*, v. 26, p. 93-107, 2018; *Id.* Os enviados diplomáticos no reinado de D. Afonso V (1448-1481). In: MENDONÇA, M.; REIS, M. *op. cit.*, p. 257-276.

amplo escopo de problemáticas acerca da diplomacia do período e tem na análise dos enviados diplomáticos um de seus pilares, demonstrando ainda a promoção das pesquisas relativas à diplomacia portuguesa de finais da Idade Média como um objeto autônomo. Lima mapeou 83 homens que atuaram em missões no reinado afonsino, apresentando um catálogo prosopográfico relativo a 57 desses homens. As conclusões do autor reafirmam a predominância da nobreza nas missões diplomáticas, definida no estudo como “elite de sangue”, sendo observadas clivagens internas do grupo, com os agentes diplomáticos concentrando-se em setores da nobreza associados ao oficialato, como a “nobreza de serviço” e a “nobreza nova”. Em síntese, Lima defende que o perfil do enviado diplomático português era de um homem próximo ao monarca, comumente presente no funcionalismo régio, e que tinha um saber marcado pelo conhecimento das letras e pelas virtudes cristãs.

A tese de Duarte de Babo Marinho, *Os embaixadores portugueses nos reinos ibéricos (1431-1474): um estudo sociodemográfico*, defendida em 2017 na Universidade do Porto, expressa igualmente o amadurecimento e a especificidade do tema entre os estudos da história política do reino de Portugal no século xv⁵⁶. A tese estrutura-se em torno da prosopografia dos embaixadores portugueses entre os finais do reinado de D. João I, particularmente da assinatura do tratado luso-castelhano de paz de Medina del Campo, em 1431, avançando até meados do reinado de D. Afonso V (1448-1481), antes do início da guerra de sucessão de Castela (1475-1479). A escolha do recorte espacial da investigação justifica-se pelo fato de os reinos

56 MARINHO, Duarte de Babo. *Os embaixadores portugueses nos reinos ibéricos (1431-1474): um estudo sociodemográfico*. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Porto, Porto, 2017. Relacionados à tese, ver ainda: *Id.* Os agentes diplomáticos da Baixa Idade Média portuguesa (1431-1474): uma elite ao serviço da Coroa, *História: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, v. 7, n. 2, p. 10-30, 2017; *Id.* A diplomacia e os diplomatas na baixa Idade Média portuguesa (1431-1475). *Medievalista* [on-line], n. 27, 2020.

ibéricos, especialmente Castela, representarem o principal pilar das relações diplomáticas portuguesas, concentrando o maior volume de embaixadas e, conseqüentemente, de embaixadores. Em meio a abundantes estudos acerca das relações diplomáticas ibéricas do período selecionado, o ineditismo da tese demonstra-se na sistematização de dados acerca dos enviados diplomáticos do reino de Portugal e em fazer sobressair as múltiplas dimensões relacionadas a tais agentes, como a história eclesiástica, as mutações da nobreza, a história política dos reinos, a afirmação dos saberes letrados etc. Marinho construiu um catálogo prosopográfico com 54 embaixadores, observando que a maioria dos enviados diplomáticos participou de menos de duas ou três missões, ao passo que gradativamente se constituiu um pequeno grupo de indivíduos com participação em mais de quatro embaixadas, formando um núcleo especializado de embaixadores. Ademais, Marinho corrobora com os resultados alcançados em outras investigações, reafirmando que a nobreza era o grupo social que mais se destacava na diplomacia portuguesa e que determinadas famílias estiveram mais propensas à atividade diplomática, como os membros das famílias Silveira, Azevedo, Almeida e Malafaia.

Com poucos anos de intervalo, em 2020, Isabel Olímpia Eugénio defendeu a dissertação *A diplomacia entre Portugal e Castela na 2ª metade do século XIV e no século XV: embaixadas e embaixadores*, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa⁵⁷. Trabalho ambicioso, ainda que deveras sucinto, abarca o período entre o reinado de D. Fernando, iniciado em 1367, e o fim do reinado de D. Afonso V, em 1481. No entanto, a dissertação carece de aprofundamento, apresentando apontamentos acerca do contexto político-diplomático do extenso recorte cronológico em três breves capítulos. A estruturação

57 EUGÉNIO, Isabel Olímpia. *A diplomacia entre Portugal e Castela na 2ª metade do século XIV e no século XV: embaixadas e embaixadores*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2020.

da dissertação evidencia uma fragilidade do estudo frente às investigações sobre a diplomacia medieval, posto que o trabalho não consegue apresentar eixos analíticos transversais com base no tema embaixadas e embaixadores, ao passo que condiciona a abordagem da questão à exposição das relações diplomáticas luso-castelhanas. De todo modo, Eugénio apresenta como anexo um catálogo com 69 biografias de embaixadores que constitui uma sistematização relevante para futuras pesquisas.

No ano seguinte, em 2021, Diogo Faria defendeu a tese *A diplomacia dos reis de Portugal no final da Idade Média (1433-1495)*, na Universidade do Porto⁵⁸, constituindo o trabalho mais atualizado e completo acerca da diplomacia quatrocentista portuguesa até o momento. Estudo extenso, que abarca o período entre o fim dos reinados de D. João I e de D. João II, a tese de Faria distingue-se pelo refinamento das análises, em diálogo com as pesquisas internacionais sobre a diplomacia medieval e moderna, e pela amplitude da abordagem, que apresenta importantes apontamentos acerca da historiografia, das fontes disponíveis e das relações diplomáticas de Portugal, além de analisar as diferentes tipologias documentais, as vistas régias, as embaixadas, os embaixadores, a organização logística da diplomacia e as práticas diplomáticas, como a recolha de informações e os cerimoniais. Especificamente sobre os embaixadores, Faria apresenta um catálogo com notícias biográficas acerca de 93 homens que atuaram como enviados diplomáticos portugueses, concluindo que o maior número de embaixadores foi recrutado da nobreza, ainda que gradativamente o peso dos nobres nas missões tenha diminuído em cerca de

58 FARIA, Diogo. *A diplomacia dos reis de Portugal no final da Idade Média (1433-1495)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Porto, Porto, 2021. Relacionados à tese, ver ainda: *Id.* A participação de letrados laicos nas embaixadas portuguesas do final da Idade Média (1385-1495). In: VIGIL MONTES, Néstor (dir.). *Comunicación política y diplomacia en la Baja Edad Media*. Évora: Publicações do Cidehus, 2019.

10 pontos percentuais ao longo do recorte; ao passo que o perfil dos embaixadores tendeu a se concentrar nos letrados relacionados ao desembargo, indivíduos com formação universitária e associados às mais altas instâncias da burocracia régia, e que também alcançavam destaque nas embaixadas de outros reinos cristãos. Ademais, o autor indica que cerca de 11% dos embaixadores constituíram o núcleo especializado da diplomacia portuguesa de finais da Idade Média, com participações em três ou mais missões, ao passo que o maior conjunto de enviados teve presença restrita a uma ou duas ocasiões. Por fim, em termos de composição das embaixadas, Faria afirma que a conjugação clássica de um nobre com um letrado e um clérigo numa comitiva encabeçada por três elementos não é detectável nas embaixadas organizadas pelos reis de Portugal entre 1433 e 1495.

Considerações finais

Procurou-se, ao longo das páginas anteriores, apresentar o estado da arte acerca dos embaixadores portugueses do século xv, considerando o significativo acúmulo de pesquisas nas últimas décadas e, principalmente, os novos aportes possibilitados por estudos monográficos centrados na diplomacia quatrocentista do reino de Portugal ou especificamente nos enviados diplomáticos. Como assinalado, ao menos duas características distinguem essas novas investigações das pesquisas realizadas até então: a diplomacia como objeto principal de pesquisa, constituindo uma temática autônoma, ainda que relacionada a outras preocupações acerca da história política do reino português, com os trabalhos demonstrando amplo diálogo com as pesquisas internacionais sobre o tema; e o foco no conjunto dos embaixadores, o que permite deslocar a atenção das individualidades para questões relacionadas aos perfis, como os grupamentos sociais mais presentes nas missões, os atributos culturais dos embaixadores, os critérios de escolha dos enviados e a

constituição de um conjunto de homens especializados nos assuntos diplomáticos.

Atualmente, é possível afirmar que ao longo do século xv, em Portugal, a nobreza predominou entre os grupos sociais relacionados à diplomacia, contudo, as pesquisas demonstram que as clivagens internas do grupo expressavam-se na participação nas missões, com nobres de altas linhagens tendo uma participação mais pontual nas embaixadas, especialmente missões solenes como as embaixadas de obediência, ao passo que homens de grupamentos inferiores da nobreza, especialmente relacionados à burocracia régia, tenderam a ocupar constantemente a posição de embaixadores. Do mesmo modo, acompanhando a tendência observada em outros reinos da Europa cristã, a participação do clero nas missões diplomáticas recuou, passando a concentrar-se nas embaixadas à Santa Sé e aos concílios, assim como nas negociações matrimoniais. A análise panorâmica empreendida por Faria (2021) revela ainda que, ao longo do século, o número de nobres nas embaixadas regrediu, ao passo que os letrados do desembargo gradativamente se afirmaram nas missões. O escrutínio realizado pelo autor acerca das embaixadas também evidenciou que o modelo comumente empregado para caracterizar a composição das missões diplomáticas do período não se aplica plenamente ao caso português, onde a configuração seguiu organizações distintas. Em relação aos atributos culturais dos embaixadores, as investigações têm demonstrado a importância da cultura letrada dos enviados diplomáticos, que abarcava o conhecimento das línguas para negociação, graus acadêmicos relacionados ao Direito Canônico e Civil e à Teologia e os saberes do *Trivium* e do *Quadrivium*, com alguns embaixadores destacando-se por sua produção literária e atuação como cronistas.

Nesse cenário de acúmulos, convém indicar finalmente algumas questões em aberto a fim de finalizar o presente capítulo. Pelas características da diplomacia medieval, o levantamento minucioso

dos embaixadores, mais do que informar sobre a condução da diplomacia, tende a oferecer resultados importantes acerca da sociedade política local. Pesquisas como as de Santos (2015) e, principalmente, de Marinho (2017), têm evidenciado a relação entre a diplomacia e as redes familiares e clientelares do reino de Portugal, explorando temáticas como a permanência de determinadas famílias nos ofícios da burocracia e nas missões diplomáticas. Apesar disso, essa é uma dimensão a ser aprofundada, identificando casos de nobilitação, redes políticas construídas pelos indivíduos e pelas linhagens, assim como o papel da diplomacia (benefícios e rendas recebidas, honra adquirida, experiências no estrangeiro etc.) para a constituição do poder e da memória das linhagens⁵⁹.

Uma vez que as investigações têm se estruturado em torno de marcos políticos da história portuguesa quatrocentista, como os reinados, a assinatura de tratados de paz ou o início de guerras, resta em aberto a compreensão do impacto dos momentos de transição e crise política para o conjunto dos embaixadores. Essa é uma problemática brevemente abordada por Marinho (2017) para as relações ibéricas no que se refere ao contexto de Alfaro (1448-1449), mas que poderia ser ampliada e aprofundada, considerando o período da Revolução de Avis (1383-1385) e a transição dos reinados de D. João I e D. Duarte e de D. Afonso V e D. João II.

Outra dimensão que carece de investigações é a questão cerimonial, por vezes deixada em segundo plano ou desconsiderada nas análises. A problemática foi explorada por Lima (2016) e Faria (2021),

59 Essa é uma questão que foi esboçada para o caso da viagem do Conde de Ourém ao concílio de Basileia. O diário acerca da viagem é um texto coetâneo do deslocamento, contudo, a preservação da narrativa e a posterior edição do material no século XVI sugerem estratégias memorialísticas tanto da casa de Bragança como de famílias ligadas por vínculos de clientela que tiveram membros participando da ilustre missão de meados do século XV. Sobre o tema, ver: SCHAFFER, Martha. An update and a new perspective on the Diário da Jornada do Conde de Ourém. *E-humanista*, v. 31, p. 171-232, 2015.

demonstrando a importância de os embaixadores estarem inseridos na cultura cortesã do período, uma vez que participavam constantemente de cerimoniais da corte como banquetes e festas, além das audiências e recepções de embaixadas igualmente ritualizadas. Lima (2016) também assinalou a maior presença gradativa de embaixadores ligados à produção literária (cronistas, poetas do cancionero, tradutores, latinistas etc.) nas últimas décadas do século xv, questão que carece de aprofundamento. Os autores ainda avançaram pontualmente sobre a gestualidade dos embaixadores e a troca de presentes, mas, considerando o significativo desenvolvimento da chamada diplomacia cultural nas últimas décadas⁶⁰ e a importância da relação arte e diplomacia para a sociedade renascentista, essa é uma dimensão que permanece pouco analisada para o século xv português.

Por fim, assinala-se que a incorporação de novas fontes manuscritas portuguesas de arquivos públicos e privados e, em especial, documentos de arquivos estrangeiros podem oferecer novos aportes para o tema, como no que se refere às cartas trocadas pelos embaixadores, às instruções e às procurações recebidas para negociar. A tese de Faria (2021), por exemplo, evidencia a riqueza de informações disponibilizadas pela incorporação de novos documentos, com o autor conseguindo identificar diplomas inéditos sobre as relações diplomáticas de Portugal, entre eles documentos da Biblioteca Pública de Évora referentes às missões de João Fernandes

60 Exemplificam essa tendência: ADAMS, Robyn; COX, Rosanna (ed.). *Diplomacy and early modern culture*. New York: Palgrave Macmillan, 2011; BIERDERMANN, Zoltán; GERRITSEN, Anne; RIELLO, Giorgio. *Global gifts: the material culture of diplomacy in early modern Eurasia*. New York: Cambridge University Press, 2017; BOUND, Kirsten; BRIGGS, Rachel; HOLDEN, John; JONES, Samuel. *Cultural diplomacy*. London: Demos, 2007; HAMPTON, Timothy. *Fictions of embassy: literature and diplomacy in Early Modern Europe*. Ithaca: Cornell University Press, 2009; REYNOLDS, David. International History, the Cultural Turn, and the Diplomatic Twitch. *Cultural and Social History*, v. 3, n. 1, p. 75-91, 2006; SOWERBY, Tracey; CRAIGWOOD, Joanna (ed.). *Cultures of diplomacy and literary writing in the early modern world*. Oxford: Oxford University Press, 2019.

da Silveira nas cidades italianas e no papado, no contexto da conquista de Constantinopla (1453).

Quicá, uma vez que o mapeamento dos embaixadores quatrocentistas portugueses está, em linhas gerais, realizado, as vindouras investigações possam se concentrar em temáticas mais específicas acerca da diplomacia e dos enviados diplomáticos, assim como no levantamento documental em arquivos estrangeiros. Essa é uma história ainda a ser escrita, mas que atualmente dispõe de subsídios ricos, atualizados e inovadores que constituíram a nova história da diplomacia medieval portuguesa.

Referências

ANDRÉ, Carlos Ascenso (coord.). *D. Afonso, 4º conde de Ourém e a sua época: actas do Congresso Histórico*. Ourém: Câmara Municipal de Ourém, 2004.

ARAÚJO, Julieta. *Portugal e Castela na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri, 2009.

AUTRAND, Françoise. Gontier Col, un “conseiller diplomatique” de Charles VI. In: CLAUZEL, Denis et al. (ed.). *Arras et la diplomatie européenne, xve-xvie siècles*. Arras: Artois Presses Université, 1999. p. 27-45.

AUTRAND, Françoise. *Jean de Berry: l’art et le pouvoir*. Paris: Fayard, 2000.

AUTRAND, Françoise (ed.). *Prosographie et genèse de l’État Moderne*. Paris: CNRS, 1986.

AUTRAND, Françoise; CONTAMINE, Philippe. Naissance de la France, naissance de sa diplomatie: le Moyen Âge. In: AUTRAND, Françoise et al. *Histoire de la diplomatie française: 1. Du Moyen Âge à l’Empire*. Paris: Perrin, 2005. p. 41-177.

BAQUERO MORENO, Humberto Carlos. *A Batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1979. 2 v.

BAQUERO MORENO, Humberto Carlos. Álvaro Gonçalves de Ataíde, conde da Atouguia, alcaide do castelo de Coimbra nos primórdios do reinado de D. Afonso v, *Castrum. Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos*, v. I, p. 6-7, 1984.

BAQUERO MORENO, Humberto Carlos. Dois negociadores do Tratado de Tordesilhas: Rui de Sousa e João de Sousa. *Oceanos*, n. 18, p. 12-14, 1994.

BAQUERO MORENO, Humberto Carlos. Um grande diplomata português do século xv: o doutor João Fernandes da Silveira. In: *A diplomacia portuguesa na história de Portugal: actas do Colóquio A Diplomacia Portuguesa na História de Portugal*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1990. p. 93-103.

BAQUERO MORENO, Humberto Carlos. O papel da diplomacia portuguesa no Tratado de Tordesilhas. *Revista da Faculdade de Letras*, v. 12, p. 135-150, 1995.

BECEIRO PITA, Isabel. La consolidación del personal diplomático entre Castilla y Portugal (1392-1455). In: *La Península Ibérica en la era de los descubrimientos (1391-1492): actas III Jornadas Hispano-Portuguesas de Historia Medieval*. Sevilla, v. 2, tomo 2, p. 1735-1744, 1997.

BECEIRO PITA, Isabel. La importancia de la cultura en las relaciones peninsulares (siglo xv). *Anuario de estudios medievales*, n. 29, p. 79-104, 1999.

BECEIRO PITA, Isabel. Las negociaciones entre Castilla y Portugal en 1399. *Revista da Faculdade de Letras – Historia*, 2ª série, n. 13, p. 149-186, 1996.

BECEIRO PITA, Isabel. La tendencia a la especialización de funciones en los agentes diplomáticos entre Portugal y Aragón (1412-1465). In: *El Poder Real en la Corona de Aragón: xv Congreso de Historia de la Corona de Aragón*. Zaragoza: Gobierno de Aragón, v. 2, p. 441-455, 1994.

BRANCO, Maria João; FARELO, Mario. Diplomatic relations: Portugal and the others. In: MATTOSO, José (dir.). *The historiography of medieval Portugal, c.1950-2010*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011. p. 231-259.

BULST, Neithard. Sobre o objeto e o método da prosopografia. *Politeia: História e Sociedade*, v. 5, n. 1, p. 47-67, 2005.

CAETANO, Pedro Nunes Pereira. *A Burocracia Régia como veículo para a titulação nobiliárquica: o caso do doutor João Fernandes da Silveira*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Porto, Porto, 2011.

COSTA, P. António Domingues de Sousa. O doutoramento em Bolonha do secretário de D. João I: Doutor Lançarote, conde palatino e embaixador ao Concílio de Pisa. *Itinerarium*, v. III, p. 202-220, 1957.

COULON, Damien. Lluís Sirvent, homme d'affairs et ambassadeur barcelonais (vers 1385-1444). In: MALAMUT, Élisabeth; OUFELLI, Mohamed (dir.). *Les Échanges en Méditerranée médiévale: marqueurs, réseaux, circulations, contacts*. Aix-en-Provence: Presses Universitaires de Provence, 2012. p. 215-242.

DIAS DINIS, António Joaquim. *Dois embaixadores de el-Rei D. Afonso v*. Braga: Editora Franciscana, 1955.

EUGÉNIO, Isabel Olímpia. *A diplomacia entre Portugal e Castela na 2ª metade do século XIV e no século XV: embaixadas e embaixadores*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2020.

FARELO, Mário. La représentation de la couronne portugaise à Avignon et ses agents (1305-1377). *Anuario de Estudios Medievales*, v. 40, n. 2, p. 723-763, 2005.

FARIA, Diogo. *A diplomacia dos reis de Portugal no final da Idade Média (1433-1495)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Porto, Porto, 2021.

FARIA, Diogo. A participação de letrados laicos nas embaixadas portuguesas do final da Idade Média (1385-1495). In: VIGIL MONTES, Néstor (dir.). *Comunicación política y diplomacia en la Baja Edad Media*. Évora: Publicações do Cidehus, 2019.

FARIA, Tiago Viúla de. Por prol e serviço do reino?: o desempenho dos negociantes portugueses do Tratado de Windsor e suas consequências nas relações com Inglaterra (1384-1412). In: *Actas das VI Jornadas luso-espanholas de Estudos Medievais: a guerra e a sociedade na Idade Média*. v. 2, SPEM, p. 209-227, 2009.

FARIA, Tiago Viúla de. *The politics of Anglo-Portuguese relations and their protagonists in the Later Middle Ages (c.1369-c.1499)*. Tese (Doutorado em História) – University of Oxford, Oxford, 2012.

FERNANDES, Fátima Regina. Diogo Lopes Pacheco: acción política y diplomacia entre Portugal y Castilla en el siglo XIV. *Studia histórica. Historia medieval*, n. 18-19, p. 211-224, 2000-2001.

FERNANDES, Fátima Regina. A metodologia prosopográfica aplicada às fontes medievais: reflexões estruturais, *História da Gistoriografia*, n. 8, p. 11-21, 2012.

FERNÁNDEZ GALLARDO, Luis. *Alonso de Cartagena (1385-1456): una biografía política en la Castilla del siglo XV*. Valladolid: Junta de Castilla y León, 2002.

FIGLIUOLO, Bruno. *Il diplomatico e il trattatista*: Ermolao Barbaro ambasciatore della Serenissima e il De officio legati. Napoli: Guida Editori, 1999.

FONSECA, Luís Adão da. *O Condestável D. Pedro de Portugal*: a Ordem Militar de Avis e a Península Ibérica do seu tempo (1429-1466). Porto: INIC, 1982.

GANSHOF, François. *Histoire des relations Internationales*: le Moyen Âge. Paris: Hachette, 1953. Tome premier.

GARRIDO, André. *D. Luís Pires*: retalhos da vida de um prelado quatrocentista. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Porto, Porto, 2007.

GENET, Jean-Philippe (dir.). *L'état moderne*: genèse. Bilans et perspectives. Paris: CNRS, 1990.

GENET, Jean-Philippe. La Genèse de l'État Moderne. Les enjeux d'un programme de recherche. *Actes de la recherche en sciences sociales*. v. 118, n. 1, p. 3-18, 1997.

GENET, Jean-Philippe; LOTTES, Günther (dir.). *L'état moderne et les élites (XIIIe-XVIIIe siècles)*: apports et limites de la méthode prosopographique. Paris: Publications de la Sorbonne, 1996.

GIUDICI, Giacomo. From the new diplomatic history to new political history: the rise of the holistic approach. *European History Quarterly*, v. 48, n. 2, p. 314-324, 2018.

GOMES, Saul António. Embaixadores de Portugal junto da Santa Sé. In: *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Direção de Carlos Moreira de Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 103-110, 2000-2001. v. II.

GONÇALVES, A. Alberto. Representação oficial portuguesa no Concílio Ecuménico de Basileia, em 1436. In: *Portugal e a sua história, figuras e factos*. Porto: Livraria Civilização, 1939. p. 278-283.

GRAF, Carlos Eduardo de Verdier. *D. João Esteves de Azambuja: exemplo de interligação de poderes (séculos XIV e XV)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Porto, Porto, 2011.

HOGAN, Michael J. The “Next Big Thing”: The future of diplomatic history in a global age. *Diplomatic History*, v. 28, Issue 1, p. 1-21, jan. 2004.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho. Diplomacia e burocracia nos finais da Idade Média: a propósito de Lourenço Anes Fogaça, chanceler-mor (1374-1395) e negociador do Tratado de Windsor. In: *Estudos e ensaios em Homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*. Lisboa: Sá da Costa, 1988, p. 217-228.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho. Prosopographie et histoire de l'État. Le bureaucratie des rois portugais aux XIVe et XVe siècles: recherches faites, recherches à faire. In: GENET, Jean-Philippe; LOTTES, Günther (dir.). *L'État moderne et les élites (XIIIe-XVIIIe siècles)*: apports et limites de la méthode prosopographique. Paris: Publications de la Sorbonne, 1996. p. 29-37.

LAZZARINI, Isabella. The preparatory work: from choice to instructions. In: AZZOLINI, Monica; LAZZARINI, Isabella (ed.). *Italian Renaissance Diplomacy: a sourcebook*. Toronto: Pontifical Institute of Medieval Studies, 2017. p. 11-16.

LIMA, Douglas Mota Xavier de. *A diplomacia portuguesa no reinado de D. Afonso V (1448-1481)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

LIMA, Douglas Mota Xavier de. A diplomacia portuguesa quatrocentista: notas historiográficas. In: RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros; FRANÇA, Susani Silveira Lemos (org.). *A escrita da história de um lado a outro do Atlântico*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. p. 251-269.

LIMA, Douglas Mota Xavier de. Os enviados diplomáticos no reinado de D. Afonso V (1448-1481). In: MENDONÇA, Manuela; REIS, Maria de Fátima. (coord.). *Raízes medievais do Brasil moderno: guerra e diplomacia*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2019.

LIMA, Douglas Mota Xavier de. Nobreza e diplomacia em Portugal (século XV). *Mirabilia Journal*, v. 26, p. 93-107, 2018.

LIMA, Douglas Mota Xavier de. Novos olhares sobre a diplomacia medieval. *Revista Transversos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 77-91, 2015.

LIMA, Douglas Mota Xavier de. Quem foi o embaixador Afonso Pereira?. *Medievalis*, v. 4, 2015.

LIMA, João Paulo de Abreu. Oficiais de Armas em Portugal nos séculos XIV e XV. In: *Actas do 17º Congresso Internacional das Ciências Genealógica e Heráldica*. Lisboa: Instituto Português de Heráldica, 1986. v. II, p. 309-344.

LIMA, João Paulo de Abreu e SANTOS, Maria Alice Pereira dos. Quem foi Gonçalo Caldeira: testemunhos para uma análise de funções políticas na corte portuguesa Quatrocentista. De D. João I a D. Afonso V. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, 1ª série, v. II, p. 335-346, 2003.

LÓPEZ DE AYALA, Pero. *Libro Rimado de Palacio*. Edición de Kenneth Adams. Madrid: Ediciones Cátedra, 1993.

MARINHO, Duarte Maria Monteiro de Babo. A ação diplomática de Pedro Gonçalves de Malafaia na libertação do Infante D. Pedro de Aragão (1432): antecedentes e significados. *Revista Portuguesa de História*, v. XLVI, 2015.

MARINHO, Duarte Maria Monteiro de Babo. A atuação diplomática de Gomes Eanes e de Martim de Távora com vista à libertação do Infante D. Fernando (1439-1441). *Revista Mátia Digital*, v. 6, p. 155-185, 2018.

MARINHO, Duarte Maria Monteiro de Babo. Os agentes diplomáticos da Baixa Idade Média portuguesa (1431-1474): uma elite ao serviço da Coroa. *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, v. 7, n. 2, p. 10-30, 2017.

MARINHO, Duarte Maria Monteiro de Babo. A diplomacia e os diplomatas na baixa Idade Média portuguesa (1431-1475). *Medievalista* [Online], v. 27, 2020.

MARINHO, Duarte Maria Monteiro de Babo. *Os embaixadores portugueses nos reinos ibéricos (1431-1474): um estudo sociodemográfico*. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Porto, Porto, 2017.

MARINHO, Duarte Maria Monteiro de Babo. Diplomacia visual na Baixa Idade Média portuguesa: os oficiais de armas. *Medievalista* [Em linha], v. 24, jul./dez. 2018.

MARINHO, Duarte Maria Monteiro de Babo. Os de Abreu: uma linhagem minhota ligada à Diplomacia do século XIV português. In: 5.º Congresso Internacional Casa Nobre: um património para o futuro. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2020. Tomo 1, p. 61-75.

MARTINS, Armando. Embaixadores de D. João numa: missão à corte papal em fins do século XIV: problemas políticos, diplomáticos e culturais. In: MENDONÇA, Manuela; REIS, Maria de Fátima (coord.). *Raízes medievais do Brasil moderno: guerra e diplomacia*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2019. p. 81-97.

MENDONÇA, Manuela. Diplomatas portugueses na costa africana (1434-1495: uma releitura de João de Barros). *Mare Liberam: revista de história dos mares*, v. 10, p. 341-353, dez. 1995.

MENDONÇA, Manuela. *D. Jorge da Costa: “Cardeal de Alpedrinha”*. Lisboa: Colibri, 1991.

MENDONÇA, Manuela. *Relações externas de Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Colibri, 1994.

MOEGLIN, Jean-Marie (dir.). *Diplomatie et “Relations internationales” au Moyen Âge (IXe-XVe siècle)*. Paris: PUF, 2017.

NORTE, Armando. Lentos, escolares e letrados: das origens do Estudo Geral ao final do século XV. In: FERNANDES, Hermenegildo (coord.). *A Universidade medieval em Lisboa: séculos XIII-XVI*. Lisboa: Tinta da China, 2013. p. 89-148.

NUNES, Eduardo. *Dom Frey Gomes: abade de Florença, 1420-1440*. Braga: Livraria Editora Pax, 1963.

OCHOA BRUN, Miguel-Ángel. *Embajadas y embajadores en la historia de España*. Madrid: Aguilar, 2002.

OLIVERA SERRANO, Cesar. Servicio al rey y diplomacia castellana: don Juan Manuel de Villena. *Anuario de Estudios Medievales*, v. 25, n. 1, p. 463-488, 1995.

PAVIOT, Jacques. Vasco Fernandes de Lucena. *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, n. 39, p. 87-96, 2000.

PÉQUIGNOT, Stéphane. Ambassades et ambassadeurs. In: MOEGLIN, Jean-Marie (dir.). *Diplomatie et “Relations internationales” au Moyen Âge (IXe-XVe siècle)*. Paris: PUF, p. 345-493, 2017.

PÉQUIGNOT, Stéphane. *Au nom du Roi: pratique diplomatique et pouvoir durant le règne de Jacques II d'Aragon (1291-1327)*. Madrid: Casa de Velázquez, 2009.

PIBIRI, Eva. *En voyage pour Monseigneur: ambassadeurs, officiers et messagers à la cour de Savoie (XIVe-XVe siècles)*. Lausanne: Société d'histoire de la Suisse romande, 2011.

PINTO, Sérgio Silva. Vasco Domingues: o primeiro negociador da aliança anglo-portuguesa. *Separata do Diário do Minho*, n. 11, 792, nov. 1956.

QUELLER, Donald. E. L'évolution du rôle de l'ambassadeur: les pleins pouvoirs et le traité de 1201 entre les croisés et les vénétiens. *Le Moyen Âge*, v. LXVII, p. 479-501, 1961.

QUELLER, Donald. Early Venetian legislation concerning foreign ambassadors. *Studies in the Renaissance*, v. 12, p. 7-17, 1965.

QUELLER, Donald. *The office of ambassador in the Middle Ages*. New Jersey: Princeton, 1967.

REINHARD, Wolfgang (org.). *Las élites del poder y la construcción del Estado*. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

RUSSEL, Peter E. João Fernandes Andeiro at the Court of John of Lancaster: 1371-1381. *Revista da Universidade de Coimbra*, v. XIV, p. 20-30, 1940.

SAMARAN, Charles. Vasco de Lucena à la cour de Bourgogne: documents inédits. *Bulletin des études portugaises de l'institut français du Portugal*, tome V, n. 1, p. 13-26, 1938.

SCHAFER, Martha. An update and a new perspective on the Diário da Jornada do Conde de Ourém. *E-humanista*, v. 31, p. 171-232, 2015.

SANTOS, Maria Alice Pereira dos. A diplomacia no reinado de D. João I: breve reflexão sobre os oficiais de armas. In: SEIXAS, Miguel Metelo de; ROSA, Maria de Lurdes (coord.). *Estudos de Heráldica Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2012. p. 199-207.

SANTOS, Maria Alice Pereira. *A sociologia da representação político-diplomática no Portugal de D. João I*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Aberta de Portugal, Lisboa, 2015.

SCHWEIZER, Karl W.; SCHUMANN, Matt J. The revitalization of diplomatic history: renewed reflections. *Diplomacy & Statecraft*, v. 19, n. 2, p. 149-186, 2008.

SERRANO DE HARO, Antonio. *El embajador don Pero López de Ayala (1322-1407)*. Madrid: Ministerio de Asuntos Exteriores, 2001.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França (1431-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1975.

LES serviteurs de l'État au Moyen Âge. Paris: Publications de la Sorbonne, 1999.

SOUSA, Ivo Carneiro de. A fortuna de Fernão de Álvares Baldaia: mercador, embaixador e cavaleiro do Porto. *Humanidades: revista trimestral da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, n. 3, p. 47-72, abr. 1983.

SPITZBARTH, Anne-Brigitte. *Ambassades et ambassadeurs de Philippe le Bon, troisième duc Valois de Bourgogne, 1419-1467*. Turnhout: Brepols, 2013.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia Política*, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

TAVARES FILHO, Franklin Maciel. *Os arautos no Portugal quatrocentista: D. João I e a reforma do sistema heráldico (1385-1433)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

VENTURA, Margarida; VARANDAS, José. Notas sobre diplomacia e criptodiplomacia após a derrota de Tânger (1437-1472). In: MENDONÇA, Manuela; REIS, Maria de Fátima (coord.). *Raízes medievais do Brasil moderno: guerra e diplomacia*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2019. p. 121-152.

VIGIL MONTES, Néstor. João Afonso Esteves de Azambuja y Rui Lourenço, dos perfiles de eclesiástico diferentes en los primeros compases de la construcción de las paces entre Portugal y Castilla (1389-1407). In: VILAR, Hermínia; BRANCO, Maria João (ed.). *Ecclesiastics and political state building in the Iberian monarchies, 13th-15th centuries*. Évora: CIDEHUS, 2016. p. 129-146.

VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar. Eclesiásticos en la diplomacia castellana en el siglo xv. *Anuario de Estudios medievales*, n. 40, 2, p. 791-819, 2010.

VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar. La formación de los diplomáticos en la Castilla bajomedieval. *Studia Historica. Historia Medieval*, v. 36, n. 2, p.117-146, 2018.

VIZCAÍNO, Rafael Narbona. El método prosopográfico y el estudio de las élites de poder bajomedievales. In: *El Estado en la Baja Edad Media: nuevas perspectivas metodológicas*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, p. 31-49, 1999.

VONES-LIEBENSTEIN, Ursula. El método prosopográfico como punto de partida de la historiografía eclesiástica. *Anuaria de Historia de la Iglesia*, n. 14, p. 351-364, 2005.

WATKINS, John. Toward a new diplomatic history of Medieval and Early Modern Europe. *Journal of Medieval and Early Modern Studies*, v. 38, p. 1-14, winter 2008.

CAPÍTULO VIII

A trajetória política de Yahyā ū Tāʿfuft (m. 1518)

Contribuição ao estudo da diplomacia lusu-magrebina

Afonso Celso Malecha Teixeira

A categoria *mouros de paz* (ou *mouro das pazes*), termo amplamente utilizado pela historiografia para descrever os magrebinos aliados e vassalos dos portugueses durante a conquista do Marrocos, obscurece a grande diversidade de atitudes e posicionamentos políticos possíveis nesse período. Essa categoria nos oferece uma visão imóvel da História, apresentando uma falsa realidade de submissão absoluta de certos magrebinos em face da conquista portuguesa. O exame detalhado da vida desses *mouros de paz* revela uma realidade completamente diferente. Neste capítulo, analisaremos a vida do “mouro de paz” mais notável: Yahyā ū Tāʿfuft (m. 1518). Ele foi reconhecido como grande *qāʿid* da Doukkala – região ao sul do Marrocos – e unificou o maior número de tribos sob sua autoridade. Ao lado de Nuno Fernandes de Ataíde, o capitão da cidade de Safim, ele encarna a era de ouro da suserania portuguesa no sul do Magrebe.

O estudo aprofundado de um único personagem nos permite ver os detalhes das estratégias postas em prática e os projetos políticos

pessoais dos magrebinos. Yaḥyā ū Tāʿfuft é visto pela historiografia contemporânea como o paradigma dos *mouros de paz*. Assim, a fim de criticar essa noção, é preciso analisá-lo profundamente. Da mesma forma, este estudo é um esforço de restabelecer a agência dos magrebinos, de modo que não podemos evitar a evocação dos indivíduos concretos que fazem a História. A utilização exclusiva de um termo genérico como “magrebino”, não é menos criticável que “Muçulmanos” ou “mouro de paz”.

A vida de Yaḥyā ū Tāʿfuft entre 1507 e 1518

Yaḥyā ū Tāʿfuft era de origem berbere, como indicam seu nome e diversos documentos¹. Ele assina um documento como Abū Zakariyā Yaḥyā ibn Muḥammad². Não sabemos nada sobre sua vida antes do ano de 1507, data do primeiro documento que o menciona³. Trata-se de uma carta dos habitantes de Safim dirigida ao Rei Dom Manuel I, na qual os notáveis da cidade prestam queixa contra o capitão Diogo de Azambuja por ter conspirado com ‘Alī ibn Wašmān e Yaḥyā ū Tāʿfuft para destituir e assassinar ‘Abd al-Raḥman. Para compreendermos melhor esse episódio, precisamos remontar ao início da intervenção portuguesa na política da cidade de Safim.

Safim era uma cidade praticamente independente, pois os *amīr-s*⁴ de Marrakech não exerciam verdadeiramente nenhuma

1 “[...] porque este Mourro he Barbarro e nom sse ffaz as vezes ho que ele mamda pera isto.” éd. Pierre de Cénival, David Lopes, Robert Ricard & Chantal de La Véronne. *Les sources inédites de l'Histoire du Maroc. Première série. Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques du Portugal*. Paris: Paul Geuthner, 1934-1948, p. 556, v. 1-3, tomo I. (doravante, *SIHM*, Port.) Ele é provavelmente originário da vila de Tāʿfuft, localizada a 15 léguas de Azamor, mencionada em outro documento, ver: *SIHM*, Port., t. I, p. 483.

2 *Ibid.*, p. 316.

3 A carta é datada de 13 de agosto de 1507: *Ibid.*, p. 136.

4 Em português, costuma-se dizer “emir”. Preferimos realizar uma transcrição mais próxima da grafia em árabe clássico.

autoridade além das cercanias de sua capital. Leão, o Africano, afirma que quando o poder dos soberanos de Marrakech começou a declinar, o governo de Safim foi tomado pela família dos Farḥūm⁵. Por volta de outubro de 1488, na época em que D. João II renova os vínculos de vassalagem da cidade⁶, o *qā'id* de Safim era Aḥmad ibn 'Alī ibn Farḥūm. Intrigas e querelas entre os dois sobrinhos desse personagem foram a porta de entrada dos portugueses nos assuntos locais. Aḥmad ibn 'Alī era já muito idoso e não governava *de facto* a cidade. Seus sobrinhos, Yaḥyā al-Zayyat e 'Abd al-Raḥman, disputavam o poder, servindo-se de alianças com castelhanos e portugueses.

Em 16 de outubro de 1488, quando a suserania do Rei João II é renovada, é Yaḥyā al-Zayyat quem representa seu tio. Dez anos mais tarde, em 28 de setembro de 1498, em uma carta de Diogo Borges à Rainha Dona Leonor de Avis, é narrado como Yaḥyā al-Zayyat traiu o acordo com os portugueses e tomou todo o poder para si. Ele foi acusado de conspirar com os castelhanos para “darem esta terra a el-Rey Dom Fernando [d'Aragão]”⁸. Diogo de Borges conta à rainha suas tentativas de fazer entrar na cidade 'Abd al-Raḥman, para que ele pudesse intervir em favor da Coroa portuguesa. Essa entrada, contudo, não foi autorizada por Yaḥyā al-Zayyat, que ameaçou assasinar 'Abd al-Raḥman. Exilado nas cercanias de Safim, ele organiza com Diogo Borges e com o feitor Nuno de Freitas um golpe para tomar o poder.

5 L'AFRICAIN, Jean-Léon. *Description de l'Afrique*. Éd. et trad. por A. Épaulard e comment. pour Th. Monod, H. Lhote et R. Mauny. Paris: Adrien-Maisonneuve Éditeur, 1956, p. 117-118.

6 Não temos o tratado original em que Safim tona-se cidade vassala do Rei de Portugal. A existência desse vínculo por volta de 1488, no entanto, prova que já havia uma feitoria portuguesa na cidade.

7 *Qā'id* significa “comandante”. No caso das cidades magrebina, ele também assume a liderança das cidades, à frente de um conselho de notáveis locais.

8 “darem esta terra a el-Rey Dom Fernando”. *SIHM*, Port., t. I, p. 38.

Diogo Borges fez uma descrição heroica desse evento. ‘Abd al-Raḥman entrou secretamente na cidade, graças à ajuda dos portugueses. Entrou a cavalo, acompanhado de três outros magrebinos a pé e dois cristãos armados. Eles se esconderam na feitoria portuguesa. No momento do ataque, ‘Abd al-Raḥman teria proclamado suas vassalagem e fidelidade ao Rei e à Rainha de Portugal. A narrativa insiste sobre como ‘Abd al-Raḥman foi vitorioso, apesar de ter bem menos homens ao seu lado. Yaḥyā al-Zayyat foi ferido por um golpe de lança de ‘Abd al-Raḥman, mas conseguiu escapar com seus partidários. Depois disso, o povo de Safim reconheceu ‘Abd al-Raḥman como seu novo soberano⁹.

Dois anos mais tarde, em 15 de junho de 1500, o Rei D. Manuel escreveu uma carta a ‘Abd al-Raḥman¹⁰, na qual diz que ele não poderia portar o título de senhor de Safim, visto que o senhorio da cidade pertencia somente ao rei de Portugal. ‘Abd al-Raḥman deveria se contentar com os títulos de šayḥ¹¹ e de qā’id¹².

9 “Asy, Senhora, sayo da casa de Vosa alteza, levando a vosa bandeyra alevantada, e dizendo: ‘Vyva el-Rey Dom Manuell e ha Senhora Rinha Dona Lianor, meus senhores, cuyjo vassalo eu sou’. Asy, Senhora, que elle nom sayo há peleja com mais armas, nem mais homens, salvo estes cynqyo que aquy nomeo, e ele seis; e logo que foy manhã, andando elle correndo a terra, se lhe viriam obra dez Mouros pera elle bem desarmados, e da parte de seu tyo se aguntou grande cantydade de gente e d’elles bem armados [...] Senhora, que tanto ho afadigou que Abodarramem remete a seu irmão e a toda a gente que com elle vynham, que me parece que seriam mais de trezentos homens; [...] e alcançou a seu irmão, e dey-lhe hūua grande lançada no cavalo e outra no corpo, que nom pode tyrar a lança d’elle, e cayo do cavalo case morto”: *Ibid.*, p. 40.

10 *Ibid.*, p. 51.

11 Normalmente grafado, em português, como *cheikh* ou *sheikh*. Preferimos realizar uma transcrição mais próxima da grafia em árabe clássico.

12 “Mais lhe dizee que nos parece que elle nom se deve chamar senhor de Çafy nem querer que lho chamem, pois o senhorio he nosso e a cidade esta per nossa; somente deve aver por bem de se chamar xequ e alcaide por nos da dicta cidade; e que asy lhe emcomendamos que o faça, porque o contrayro nom he rezom nem se deve fazer”: *Ibid.*, p. 55-56.

Essa história revela como os portugueses não tinham o poder ou controle absoluto sobre suas cidades vassalas. Os notáveis magrebins, isto é, as classes dominantes locais, colaboravam com os portugueses segundo seus próprios interesses e projetos políticos pessoais. Yaḥyā al-Zayyat renovou o acordo de vassalagem com o Rei de Portugal e, ao longo dos anos, abandonou suas obrigações, governando como senhor independente. ‘Abd al-Raḥman aliou-se aos Portugueses para derrotar seu irmão e tomar o poder da cidade e, dois anos depois, já se declarava como senhor independente de Safim. O que vemos, portanto, é a manifesta capacidade de agir dos magrebins durante a conquista portuguesa. A colaboração com o poder estrangeiro, nesse contexto, não significava a submissão cega, mas servia, antes de tudo, a uma estratégia política para promover um projeto político próprio e autônomo.

‘Abd al-Raḥman “tinha uma filha muito bonita que se apaixonou por um homem do povo, mas que era o líder de um partido numeroso” (leia-se, um grupo de mercenários), chamado ‘Alī ibn Wašmān. Um drama familiar desdobrou-se, tendo consequências políticas importantes. “Através da cumplicidade da sua mãe e de uma escrava”, a filha de ‘Abd al-Raḥman dormiu com ‘Alī ibn Wašmān várias vezes. Alertado por um serviçal, ‘Abd al-Raḥman “ficou furioso com a sua esposa e ameaçou-a de morte”. A esposa que “sabia da maldade do seu marido, mandou dizer ao sedutor para ficar de guarda”¹³. Com a ajuda de Yaḥyā ū Tā’fuft, que na altura já tinha influência nos assuntos da cidade, Alī ibn Wašmān assassinou ‘Abd al-Raḥman durante uma cerimônia na grande mesquita. Os dois conspiradores partilharam o poder¹⁴.

Yaḥyā ū Tā’fuft surge na cena política, portanto, diretamente imbricado em uma disputa de facções políticas magrebins. No

13 Todas as citações entre aspas, nesse parágrafo, estão em L’AFRICAIN, *op. cit.*, p. 118.

14 *Ibid.*, p. 117-121; *SIHM*, Port., t. I, p. 136-138.

primeiro documento a mencioná-lo, datado de 1507, os notáveis da cidade de Safim queixam-se ao capitão Diogo de Azambuja pelo assassinato de ‘Abd al-Raḥman, manifestando-se contrários aos conspiradores. Os notáveis que assinam essa carta pertencem às tribos de Ragrāga, Doukkala e à cidade de Safim. A descrição de Yaḥyā ū Tā’fuft é a de um opositor virulento à presença portuguesa. A intenção de desacreditá-lo diante do Rei de Portugal é evidente. Eles o acusam de utilizar a aliança com os portugueses para favorecer secretamente os mouros, em detrimento dos cristãos¹⁵. Não podemos saber se essas acusações eram ou não fundadas. Contudo, o reconhecimento de seus inimigos e aliados da sua ambição política é inegável.

Depois de ter assassinado ‘Abd al-Raḥman e tomado o poder, Yaḥyā ū Tā’fuft tornou-se o governador da cidade, enquanto ‘Alī ibn Wašmān foi a Mogador – outra cidade sob domínio português – negociar com Diogo de Azambuja o apoio das forças portuguesas. As diferentes facções de clãs e tribos estavam em guerra. ‘Alī ibn Wašmān pediu a Diogo de Azambuja para socorrer Safim, a fim de evitar a perda da cidade. Eles partiram de Mogador com 12 portugueses. Novas negociações foram organizadas e uma delegação de notáveis magrebinos – dentre os quais estava ‘Alī ibn Wašmān – foi enviada a Portugal para prestar homenagem ao Rei. Esse novo acordo garantiu o governo da cidade a dois *qā’id*-s – ‘Alī ibn Wašmān et Yaḥyā ū Tā’fuft – e exigia a construção de uma fortaleza para melhor proteger a feitoria já existente desde, pelo menos, 1488.

Diogo de Azambuja se utilizou da rivalidade entre os dois *qā’id*-s para transformar a feitoria em base militar. Yaḥyā ū Tā’fuft foi contra a construção e, por isso, ‘Alī ibn Wašmān foi preferido pelo capitão português. Diogo de Azambuja persuadiu ‘Alī ibn Wašmān a matar

15 Esta mesma acusação é feita por Azdūr, um notável da tribo dos Banū Maḡīr em janeiro de 1513. *Ibid.*, p. 381.

Yaḥyā. Este, para escapar, se refugiou na feitoria portuguesa, pois não sabia que o capitão era o articulador da tentativa de assassiná-lo, o responsável por ela. Yaḥyā ū Tāʿuft ficou abrigado na feitoria por uma semana. Ao fim desse período, Diogo de Azambuja o deixou partir para Portugal para se desculpar ao Rei.

Uma carta mais tardia apresenta outras informações sobre os eventos passados em Safim nesta época. Yaḥyā enviou dois embaixadores – ‘Abd Allah al-Liḥyani e Yaḥyā Wazanazāg – para falar ao rei e lhe explicar seu desejo de construir uma fortaleza. Diogo de Azambuja não esperou o retorno da embaixada e, com ‘Alī ibn Wašmān, deixou entrar na cidade a tribo dos Banū Maḡīr¹⁶, que a pilharam por três dias¹⁷. Esse episódio é narrado numa carta datada de 2 de julho de 1509¹⁸, escrita pelos habitantes de Safim ao Rei Dom Manuel I. Este documento evidencia a mudança na vida política da cidade. Ao comparar as assinaturas dessas duas cartas – a de 13 de agosto de 1507 e a de 2 de julho de 1509 –, podemos notar que todos os notáveis foram substituídos. As tribos e clãs favoráveis a Yaḥyā estão, nessa época (em 1509), no poder, o que explica a decisão, apresentada nessa carta, de proclamá-lo intermediário entre cristãos e muçulmanos. Vale insistir nessa mudança porque ela está escondida no emissário da carta. A referência genérica aos “habitantes de Safim” não nos permite ver dois aspectos fundamentais: primeiro, não se trata de todos os habitantes de Safim, mas de uma elite de notáveis. Segundo, não são os mesmos notáveis da primeira carta, mas um novo grupo. Contrariamente à primeira carta, eles se posicionam contra ‘Abd al-Raḥman (“Sabereis antes de mais, ó nosso mestre, que o nosso ódio por ‘Abd al-Raḥman foi apenas devido à sua rebelião contra vós e à sua recusa em submeter-se

16 O texto árabe escreve Maḡīr com um ġ; contudo, segundo Pierre de Cénival, essa letra deve ter o valor de um g duro. Ver nota 1. *Ibid.*, p. 193.

17 *Ibid.*, p. 192.

18 Esta data é incerta. *Ibid.*, p. 177-202.

à vossa autoridade”¹⁹). Assim, a guerra civil que se desenrola em Safim opõe, de um lado, Yaḥyā ū Tā’fuft, à frente das tribos dos ‘Abda, dos Ragrāga, dos Ratnāna et dos Doukkala, e, de outro, Diogo de Azambuja, ‘Alī ibn Wašmān e os Banū Magīr²⁰. Esse último partido venceu a disputa e Yaḥyā permaneceu exilado em Portugal por três anos.

As trocas epistolares entre o Reino de Portugal, os agentes coloniais e as tribos magrebina constituem um *corpus* privilegiado para o estudo das populações da região sul do atual Marrocos. O historiador Yassir Benhima, seguindo as pesquisas de Ahmed Bouchareb, pôde criar um mapa da geografia tribal da região no século xvi²¹. A configuração dessas tribos alterou-se muito desde o final do século xiv, principalmente em razão do enfraquecimento do poder central Marínida²² e de seus representantes na região. Novas ondas de migração árabe forçaram as populações berberes da Doukkala a buscar novos territórios. No início do século xvi, somente os Mšanzāya continuavam a ocupar os territórios próximos de al-Madīna²³. Os Banū Magīr, anteriormente mencionados, deixaram Safim após a conquista dos portugueses e se refugiaram na montanha que leva seu nome, localizada a cerca de 30 quilômetros da cidade²⁴. Os Ragrāga e os Šiādma são “os Barbaros e Alarves do Castelo Real até Aguz”²⁵. Expulsos pelos árabes, os Ragrāga se instalaram nas

19 O texto original está em árabe. Seguimos aqui a tradução feita para o francês: *Ibid.*, p. 191.

20 *Ibid.*, p. 199.

21 BENHIMA, Yassir. *Safi et son territoire: une ville dans son espace au Maroc* (11^e-16^e siècle). Paris: L'Harmattan, 2008, p. 140.

22 Banū Marīnid, Marīnidas ou, ainda, Merīnidas, foram uma dinastia que governou o Magrebe, na área que corresponde, em grande medida, ao Marrocos atual, do século xiv ao xvi. Sua capital era a cidade de Fez.

23 *Ibid.*, p. 139.

24 L'AFRICAIN, *op. cit.*, p. 127.

25 СИМ, Port., t. I, p. 278. Por “Bárbaros”, entenda-se “berberes” e por “Alarves”, “Árabes”.

montanhas e pequenas elevações ao longo do rio Tansīft. A partir desse grupo, surgem os Ratnāna. Os Šiādma são também, segundo Benhima, originados a partir dos Ragrāga. Essa fragmentação mostra uma grande transformação na organização tribal e na representação coletiva dos Ragrāga²⁶.

As populações de origem árabe estavam sedentarizadas há bastante tempo. No começo do século xvi, elas estavam divididas em dois grandes grupos – Benhima os chama de confederações –, os Šarqiyya (a gente do leste, šarq) e os Ġarbiyya (a gente do oeste, ġarb). A referência geográfica no nome próprio desses grupos revela a importância das delimitações territoriais, tanto para a política local como para a constituição de identidades²⁷.

Os Ġarbiyya estavam limitados à zona costeira entre os Mšanzāya de al-Madīna, ao norte, a cidade de Safim, no sul, e seus homólogos, a leste. Os Šarqiyya se dividiam em seis tribos. Os Awlād Bū'zīz viviam nas cercanias de Azamor, limitados ao sul pelos Mšanzāya. Os Awlād Fraj ocupavam a margem sul do Um al-Rbī'. Os Awlād Ya'qūb viviam a nordeste de Safim. Os Awlād 'Amrān se subdividiam em dois ramos: os Awlād 'Amrān de Yilayskāwn habitavam os arredores dessa localidade, enquanto os Awlād 'Amrān Āyt 'Alī viviam no nordeste de Safim, na planície de Šīm. Os Awlād Sbīta estavam limitados ao norte pelos Awlād Bū'zīz, a oeste pelos Mšanzāya, a leste pelos Awlād 'Amrān de Yilayskāwn e a sudoeste pelos Ġarbiyya e pelos Awlād 'Amrān Āyt 'Alī²⁸.

Os 'Abda, localizados principalmente na região sul de Safim, ao redor do rio Tansīft, fazem parte da onda migratória árabe mais recente na região. Eles viviam provavelmente mais concentrados na embocadura do Tansīft, próximo a Agouz²⁹, apesar de sua grande

26 BENHIMA, *op. cit.*, p. 141.

27 *Ibid.*, p. 141-142.

28 *Ibid.*, p. 142.

29 SIHM, Port., t. I, p. 672.

mobilidade. De origem ma'qiliana, esse grupo se estabeleceu no Sous (região próxima à Doukkala) desde o século XIII, ou, mais tardiamente, no Tāmsnā e no Ġarb, no século XV. Os Ma'qil se estendiam em direção ao norte, na região de Hāha. É na continuidade desse movimento migratório que os 'Abda conquistaram o antigo território dos Ragrāga no início do século XVI, antes de conquistar as terras ao norte de Safim, nos séculos seguintes³⁰.

É nessa complexa cena política que o feitor João Lopes chegou a Safim por volta de 15 de dezembro de 1507. Ele criticou a insegurança da cidade, que colocava graves dificuldades ao comércio³¹. O governo de 'Alī ibn Wašmān seguiu com dificuldades. Ele também se opôs à construção da fortaleza, mas Diogo de Azambuja deu prosseguimento às obras clandestinamente. Ainda que os habitantes de Safim dispusessem de um arsenal não negligenciável, muitos haviam deixado a cidade durante os conflitos precedentes³². Em 25 de agosto de 1508, Diogo de Azambuja recebeu o título de governador de Safim³³. Pedro de Azevedo o sucedeu entre 2 de julho e 6 de dezembro de 1509³⁴. Entretanto, ele ficou pouco tempo na cidade. A partir de 17 de abril de 1510, o governo foi dado a Nuno Fernandes de Ataíde.

Durante este período, Yaḥ yā ū Tā'fuft estava em Portugal. A documentação é silenciosa sobre essa sua temporada no reino. É possível supor que ele viveu na corte, mas as crônicas não o mencionam. Seu domínio da língua portuguesa era limitado, porém não desprezível. Sabemos que, em 1514, ele precisou de um intérprete chamado Sulaymān, em uma negociação entre os 'Abda e

30 BENHIMA, *op. cit.*, p. 142-143

31 SIHM, Port., t. I, p. 146.

32 ROSENBERGER, Bernard. Yaḥyā ū Tā'fuft (1506-1518) des ambitions déçues. Hespéris-Tamuda, v. XXXI, p. 21-59, 1993, p. 28.

33 SIHM, Port., t. I, p. 169-173.

34 *Ibid.* p. 221-222.

os portugueses³⁵. Todavia, temos cinco cartas atribuídas a Yaḥyā ū Tā'fuft escritas em *aljamia*³⁶, ou seja, português escrito em caracteres árabes³⁷, o que mostra que ele deve ter aprendido português durante suas estadias no reino. Uma carta posterior de Nuno Fernandes de Ataíde atribui a essa temporada no reino a origem de suas ambições, encorajada por seus amigos judeus³⁸.

Temos poucas informações sobre seu retorno a Safim. Nesse momento, a cidade estava já sob administração portuguesa direta. Yaḥyā se instalou, então, nos campos fora da cidade, onde ele poderia dar provas de sua boa vontade às forças estrangeiras. Ele começa aqui sua carreira de pacificador das tribos magrebina e de colaborador privilegiado dos colonizadores. Seu nome aparece ao lado de dois notáveis em um tratado assinado pela vila de Sarnū em 5 de junho de 1510 com o capitão Nuno Fernandes de Ataíde. Esse documento mostra que Yaḥyā ū Tā'fuft tinha ali uma residência³⁹.

35 *Ibid.* p. 607. Este intérprete é mencionado em várias acusações de Ibrāhīm ibn Zamīrū e de Nuno Fernandes de Ataíde, como testemunha dos atos repreensíveis de Yaḥyā ū Tā'fuft. Ver *Ibid.*, p. 629, 636 e 646. Ele também é mencionado em uma carta do Rei Dom Manuel I, na qual ele dá uma vestimenta de honra a Yaḥyā: *Ibid.*, p. 651.

36 Estes documentos foram editados, traduzidos e analisados por LOPES, David. *Textos em Aljamia Portuguesa: documentos para a História do Domínio Português em Safim extraídos dos Originaes da Torre do Tombo*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1897.

37 David Lopes, seguindo E. Saavedra, considera que a *aljamia* designa todas as línguas europeias escritas em alfabeto árabe. Ele apresenta textos nos quais o polonês, o tamil (língua do sul da Índia), o espanhol e o turco são escritos em caracteres árabes. Nesse sentido, contrariando sua própria definição, David Lopes mostra que a *aljamia* se estende também a outras línguas não europeias. LOPES, David. Prefácio. In: *Id. Textos em Aljamia Portuguesa: documentos para a História do Domínio Português em Safim extraídos dos Originaes da Torre do Tombo*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1897, p. IX-XII.

38 *SIHM*, Port., t. I, p. 353.

39 Este tratado não foi editado no *SIHM*. A referência a ele está em ROSENBERGER, *op. cit.*, p. 30. Uma carta datada de 25 de agosto de 1514 do Rei Dom Manuel I a Yaḥyā evoca esse topônimo, indicando que seus filhos viviam ali: *Ibid.*, p. 602.

O Castelo Real de Mogador foi conquistado em 1510, e, em seguida, Safim foi cercada. Não temos nenhuma informação sobre a participação de Yaḥyā na defesa da ou na ofensiva contra a cidade. Ele provavelmente esperou os resultados dessa batalha para decidir sua posição. Seu nome reaparece no ato de submissão dos ‘Abda, datado de 13 de outubro de 1511⁴⁰. Damião de Góis conta que, durante este mesmo mês, Yaḥyā criticou Nuno Fernandes de Ataíde por não o ter chamado a participar de uma razia contra os Kūṭī. O capitão pediu-lhe desculpas. Segundo o cronista, esse episódio evidencia a lealdade e o ardor de Yaḥyā ū Tā’fuft em servir ao Rei⁴¹.

Dali por diante, Nuno Fernandes empregou os serviços de Yaḥyā de maneira recorrente. Faltava dinheiro na capitania. Havia poucos soldados para defender a cidade e para lançar ataques contra as populações vizinhas⁴². O capitão, portanto, não podia recusar o apoio de Yaḥyā ū Tā’fuft e dos homens sob seu comando. Graças a essa aliança, os ‘Abda e os Ġarbiyya deixaram de ser uma ameaça aos portugueses e, devido a mediação de Yaḥyā, pagavam tributos. Entretanto, o apoio dos ‘Abda significava a hostilidade dos Šarqiyya, seus rivais.

A complexa cena política das tribos árabes e berberes determinava as decisões de Yaḥyā ū Tā’fuft e dos portugueses. As tribos berberes aceitavam mais facilmente a autoridade de Yaḥyā, em razão de sua origem. Isso não garantia, contudo, a aliança com os grupos do interior, os Šarqiyya. Esses estavam mais próximos do *amīr* de Marrakech ou dos Waṭṭāsidas⁴³ de Fez, ou, mais tarde, dos portugueses de Azamor, que eram rivais dos seus conterrâneos

40 *Ibid.*, p. 277-278.

41 GÓIS, Damião de. *Crónica do felicíssimo Rei D. Manuel*. Lisboa: Edições Vercial, 2010, parte III, cap. XIV.

42 *SIHM*, Port., t. I, p. 315 e 332.

43 Trata-se da dinastia que derrubou os Marīnidas e passou a governar a cidade de Fez.

de Safim⁴⁴. Por volta do mês de maio de 1512, uma parte da tribo dos Ġarbiyya passou a ser dominada por uma fração importante dos Šarqiyya, os Awlād ‘Amrān⁴⁵. Uma carta posterior nos mostra que, por volta de agosto, os Ġarbiyya e os ‘Abda estavam sob o comando de Nuno Fernandes e de Yaḥyā ū Tā’fuft⁴⁶. Esse último comandou um ataque, em setembro, sem uma participação portuguesa importante, nas proximidades de Agouz, contra as tropas de Mawlāy Naṣr al-Hinṭātī, o soberano de Marrakech, e lhe impôs uma importante derrota⁴⁷.

A descrição dessa batalha nos é contada pela pena de Ibrāhīm ibn Zamīrū⁴⁸, em uma carta datada de 12 de outubro de 1512⁴⁹. Esse judeu de grande importância na diplomacia local realizou uma grande campanha para desacreditar Yaḥyā ū Tā’fuft. Ele o acusou de ter conspirado junto ao *amīr* de Marrakech para tomar Safim e matar o capitão português. Ele recomendou ao Rei de Portugal retirá-lo do comando das tropas⁵⁰. Ibn Zamīrū construiu uma narrativa na qual os ‘Abda e os Ġarbiyya, sem o consentimento de Yaḥyā, foram pedir o apoio de Nuno Fernandes de Ataíde na batalha contra as tropas de Marrakech. Há uma clara tentativa de descolar a importância dessa vitória militar da figura de Yaḥyā, sem negligenciar,

44 ROSENBERGER, *op. cit.*, p. 31.

45 *SIHM*, Port., t. I, p. 304.

46 *Ibid.*, p. 341.

47 *Ibid.*, p. 358-359.

48 Sobre esse personagem, ver SERFATY, Nicole S. Le rôle des diplomates juifs dans les relations entre le Maroc et le Portugal au XVI^e siècle. In: SERFATY, Nicole S. *Les courtisans juifs des sultans marocains, XIII^e-XVIII^e siècles: hommes politiques et hauts dignitaires*, 1999, p. 107-134. Disponível em: <https://www.cairn.info/les-courtisans-juifs-des-sultans-marocains--291294614X-page-107.htm?contenu=article#re14n014>. Acesso em: 13 dez. 2021.

49 O destinatário não está identificado, mas podemos inferir que se trata de alguém próximo ao Rei, já que Ibn Zamīrū lhe recomenda diversas vezes de “fazer saber Sua Alteza”. *SIHM*, Port., t. I, p. 356-361.

50 *Ibid.*, p. 359.

contudo, a importância da aliança com as tribos. Yahyā foi também acusado de libertar trezentos prisioneiros, sem o consentimento do capitão. Ele, Yahyā, se comportava “[...] como rey moro, e nom como quey esta a mandado d’el-Rey ny capytam”⁵¹.

O principal argumento utilizado para contestar a lealdade de Yahyā ū Tā’fuft era seu exercício do poder de maneira autônoma, sem fazer referência às autoridades portuguesas. Em diversos momentos, ele não se apresentou ou não agiu como simples intermediário, mas como a autoridade *de facto*. Nessa acusação, ainda que ela possa ser falsa, com a finalidade de difamá-lo, não é difícil de acreditar. Yahyā ū Tā’fuft desempenhava um papel privilegiado, atuando praticamente como o único intermediário entre as tribos vassalas e os portugueses. Isso lhe garantia grande força militar, pois comandava as tropas, e um grande poder econômico, dados o recolhimento dos impostos e o butim das razias. Seu poder desperitou a inveja de certos notáveis, entre os quais se destacaram Ibrāhīm ibn Zamīrū e Nuno Fernandes de Ataíde⁵².

Muitos mercadores judeus negociavam com as tribos magrebina nesse período. Eles circulavam bem entre os meios cristãos e muçulmanos. Alguns entre eles participavam ativamente na diplomacia luso-magrebina, em favor dos dois lados. Ibrāhīm ibn Zamīrū tinha a pretensão de se tornar peça fundamental na política magrebina de Portugal⁵³. Ele queria ter o mesmo poder e a mesma importância que Yahyā ū Tā’fuft pôde acumular. Para concretizar esse projeto, ele desenvolveu uma intensa campanha de difamação.

Nuno Fernandes de Ataíde também não estava contente com Yahyā. Em 19 de agosto de 1512, ele escreveu ao rei dizendo que

51 *Ibid.*, p. 360.

52 Este, como veremos, tornar-se-á aliado de Yahyā ū Tā’fuft.

53 Lembremos da carta de 3 de janeiro de 1511, na qual ele oferece seu serviço como intermediário para negociar a vassalagem dos habitantes de al-Madīna ao Rei. *Ibid.*, p. 281-283.

Yahyā ultrapassava suas atribuições, recolhendo ele próprio os tributos, ao invés de enviar os magrebinos a fazer o pagamento em Safim. Além disso, segundo Nuno de Ataíde, Yahyā ū Tā‘fuft utilizava o título de rei em suas cartas, sem mencionar o Rei de Portugal e o governador de Safim⁵⁴. Nuno Fernandes de Ataíde o acusa também de trocar presentes com o *amīr* de Marrakech. Com essa carta, o capitão de Safim constrói um pequeno dossiê com seis outros documentos, a fim de provar suas acusações⁵⁵. O dossiê é composto por:

1. Um depoimento do rabino Mūssa, um médico judeu de Marrakech
2. Um depoimento de Sa‘īd ‘Abd Allah, notável da tribo dos Awlād Sbīta
3. Um depoimento de Habet Benabet, notável da tribo dos ‘Abda
4. Uma cópia da carta de Lopo Fernandes, enviada para Ataíde quando este estava na tribo dos Awlād ‘Amrān
5. Cópias de dois decretos emitidos por Yahyā ū Tā‘fuft

Entre todos esses documentos, as cópias dos decretos de Yahyā ū Tā‘fuft são os mais importantes e merecem uma análise mais detalhada. Esses textos foram promulgados entre 16 e 25 de junho de 1512. Nós temos os originais árabes e as traduções feitas à época conservados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, além da versão copiada na carta de Nuno Fernandes. Esses “decretos” são, na verdade, textos nos quais Yahyā nomeia alguns *muqaddam*⁵⁶ e estabelece um regulamento consuetudinário (*‘urf*). Trata-se de uma evidente demonstração de poder. Ele intervém diretamente no governo

54 *Ibid.*, p. 337-353.

55 Estes documentos foram anexados ao final da carta citada anteriormente. Os decretos de Yahyā estão também publicados: *Ibid.*, p. 316-325, p. 326-327.

56 “Literalmente ‘posto na frente’, esta palavra designa um chefe de tribo, de um clã ou bairro, ou mesmo uma pessoa colocada à frente de uma expedição (militar ou marítima) ou de um cortejo”. BENHIMA, *op. cit.*, p. 302.

das tribos, escolhe seus próprios aliados como *muqaddam*-s e determina multas relativas a cada crime. Ele age como *qā'id* e soberano. As acusações de Nuno Fernandes e de Ibrahīm ibn Zamīrū não eram infundadas nesse aspecto. Yaḥyā utiliza o título de *sūltān* – que Nuno Fernandes de Ataíde traduz como “rei”⁵⁷. Vejamos aqui a reprodução do segundo decreto⁵⁸:

**Ordem de Yaḥyā ū Tā'fuṭ
(Tradução)**

Sem local ou data [cerca de junho de 1512]

Louvado seja Deus somente!

Abū Zakariya Yaḥyā Muḥammad ū Tā'fuṭ – que Deus faça prosperar a sua situação pela Sua graça e generosidade! – colocou 'Amr Akrūš à cabeça da sua tribo para tudo e que é adequado para os seus membros. Estes estão sujeitos às suas ordens e proibições [sob a garantia] dos seus direitos. Quem lhe desobedecer, culpar-se-á apenas a si próprio [do castigo que sofrerá].

E é Deus que dá assistência [que leva] ao bem e cuja ajuda lhe trará Akrūš et sua ḡama'ā!

O sultão ordena que:

Aquele que tiver sido apanhado na casa [que não é sua, com desenhos malignos] deve cinco[enta] dinares;

Aquele que roubou, doze dinares;

Aquele que ferir, dez dinares;

Aquele que provocar uma briga, cinco dinares;

Aquele que tenha injuriado e insultado, doze dinares;

A mulher que tiver insultado o homem, deverá um dinar e um quarto.

Tudo que 'Amr Akrūš julgar conveniente, ele ordenará por ordem de Sid Yaḥyā – que Deus o torne vitorioso – a todos os árabes e berberes contidos em seus dūār-s!

E a salvação !

57 Bernard Rosenberger chama a atenção sobre o fato que *sūltān* aqui não tem o sentido que atribuímos habitualmente. Trata-se, na verdade, de uma designação mais larga para “detentor do poder”. ROSENBERGER, *op. cit.*, p. 33.

58 Para o texto original em árabe ver *SIHM*, Port., t. I, p. 326-327. A tradução que reproduzimos aqui está em *Ibid.*, p. 328-329. Não copiamos a lista dos nomes presentes no final deste documento. Para ver a tradução portuguesa presente na carta de Nuno Fernandes de Ataíde, ver *Ibid.*, p. 349-351.

Em outubro de 1512, Laḥsan Amaḡḡ escreve a Nuno Fernandes de Ataíde para dizer que Yaḥyā ū Tā'fuft havia libertado 184 prisioneiros da região do Dra⁵⁹, e que os notáveis de al-Madīna e das tribos Awlād Ya'qūb, Awlād 'Amrān e Awlād Sbīta pediam-lhe para nomear como qā'id de al-Madīna, Aḥmad ibn al-Ḥaḡḡ. Essas acusações visavam a mostrar como Yaḥyā agia como governador independente e como ele tinha o respeito e o apoio de diversas tribos⁶⁰. Yaḥyā ū Tā'fuft teria, segundo Laḥsan Amaḡḡ, escrito ao soberano de Marrakech para lhe dizer que ele só negociava com os portugueses para salvar seus filhos, que haviam sido enviados como reféns ao capitão de Safim⁶¹.

O feitor Heitor Gonçalves escreveu ao rei em dezembro de 1512 para dizer que Yaḥyā era o responsável pela paz na região e que, graças a ele, os árabes, os 'Abda e os Ġarbiyya pagavam todos os tributos que deviam⁶². Heitor Gonçalves enfatizou que isto só era possível devido ao respeito que as tribos tinham por Yaḥyā. Este

59 Trata-se, sem dúvida, do mesmo episódio narrado por Ibrāhīm ibn Zamīrū, apesar da diferença sobre o número de prisioneiros. Por esta razão, esta carta deve ter uma data próxima ao 12 de outubro de 1512. Ver *Ibid.*, p. 356-361.

60 *Ibid.*, p. 362-365.

61 Para garantir a fidelidade das tribos, era comum as autoridades magrebínas darem seus filhos como reféns para os portugueses. Diferentes de simples prisioneiros de guerra, estes reféns viviam nas mãos do inimigo como pessoas livres que perderam temporariamente sua liberdade. Esta troca de reféns servia como garantia do cumprimento de tréguas ou acordos diplomáticos mais duradouros. Esta prática é identificada desde a Antiguidade. FERRAGU, Gilles. *Otages, une histoire. De l'Antiquité à nos jours*. Paris: Gallimard, 2020; FIERRO, Maribel. Hostages and the dangers of cultural contact: two cases from Umayyad Cordoba. In: ABDELLATIF, R.; BENHIMA, Y.; KÖNIG, D.; RUCHAUD, E. (dir.). *Acteurs des transferts culturels en Méditerranée médiévale*. Munique: Oldenbourg Wissenschaftsverlag, 2012, p. 73-83; JANSEN, Johannes J. G. Hostages. In: *Encyclopaedia of the Qur'ān*. Washington DC: Georgetown University. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1163/1875-3922-q3-EQSIM_00197 Acesso em: 4 jul. 2022.

62 *SIHM*, Port., t. I, p. 366-369.

respeito era devido ao fato dele ser “[...] Mouro como eles”⁶³. Essa opinião positiva contrastava com as intensas acusações e tentativas de desacreditá-lo lançadas por Nuno Fernandes de Ataíde e Ibrāhīm ibn Zamīrū. Certamente, Yaḥyā ū Tāʿfuft tinha aliados entre as forças portuguesas⁶⁴. Esses, como nos mostra o testemunho de Heitor Gonçalves, viam em Yaḥyā a chave indispensável para a submissão das tribos. Provavelmente, essa era a opinião dominante na corte, já que Yaḥyā manteve seu posto de intermediário e comandante das forças magrebina até a sua morte, apesar das acusações.

Em fevereiro de 1513, Nuno Fernandes de Ataíde organizou um segundo dossiê, com testemunhos de diversos notáveis, para dar prova dos abusos de poder de Yaḥyā ū Tāʿfuft. Desta vez, ele era acusado de ter assassinado o judeu Mūssa Dardeiro por suas próprias mãos. Neste dossiê, encontramos os seguintes documentos (é provável que tenha existido uma carta introdutiva que não sobreviveu ao tempo):

1. Um depoimento não identificado contra Yaḥyā ū Tāʿfuft (datado de inícios de 1513)⁶⁵
2. Um depoimento feito por Azdūr, notável da tribo dos Banū Maḡīr, e um outro depoimento, feito por Laḥsan ibn ʿAlī, notável dos Awlād Mṭāʿ (data posterior a 28 de janeiro de 1513)⁶⁶
3. Um depoimento feito por Aḥmad al-Ḥaḡḡ, habitante de al-Madīna (6 fevereiro de 1513)⁶⁷

63 *Ibid.*, p. 368.

64 D. Rodrigo de Noronha é um amigo leal a Yaḥyā ū Tāʿfuft. Conhecido como “Aravia”, pois falava bem a língua árabe, D. Rodrigo é constantemente acusado por Nuno Fernandes de Ataíde de tomar o partido de Yaḥyā, em seu detrimento. Ver *Ibid.*, p. 635, 645, 662.

65 *Ibid.*, p. 378-380.

66 *Ibid.*, p. 381-384.

67 *Ibid.*, p. 385-386.

O primeiro documento, cuja assinatura ilegível não nos permite identificar o autor, afirma que um certo Manṣūr ibn ‘Alī, dos Mšanzāya, declarou ao capitão que, das cinco tribos de al-Madīna, apenas uma pagava o tributo, porque somente uma deu seus filhos como reféns. As outras não pagavam, porque Yaḥyā lhes afirmou que os cristãos eram incapazes de lhes obrigar. Manṣūr ibn ‘Alī contou também que Yaḥyā tinha a intenção de entregar Safim aos mouros.

O segundo documento reitera a ideia de dissimulação de Yaḥyā ū Tā’fuft. Azdūr, notável dos Banū Maġīr, diz que Yaḥyā havia declarado, diante de diversos marabutos, que ele servia aos cristãos para lhes inspirar confiança e se vingar deles. Essa mensagem teria sido transmitida também aos *amīr*-s de Marrakech e da região do Dra. Essa acusação é interessante, porque mostra uma intenção de Yaḥyā ū Tā’fuft de construir ao redor de si uma autoridade independente dos portugueses. A referência a essas declarações diante de diversos marabutos mostra que ele viajava muito, em uma campanha permanente para fazer valer seu poder. A menção de uma possível carta enviada a outros soberanos magrebinos inimigos de Portugal revela uma “política externa” independente. Yaḥyā ū Tā’fuft se apresentava ao *amīr* de Marrakech como soberano. A acusação do primeiro depoimento de uma intenção de dar Safim aos mouros não deve ser, portanto, entendida como uma intenção de entregar Safim a Marrakech, mas como uma vontade de Yaḥyā de construir um domínio autônomo.

Finalmente, no terceiro documento, nós vemos a acusação do assassinato. Aḥmad al-Ḥaġġ fora contratado por Yaḥyā para matar o judeu Mūsā Dardeiro⁶⁸. Esse último criava dificuldades para as atividades econômicas dos Mšanzāya e era partidário dos aliados de Ibrāhīm ibn Zamīrū. Aḥmad al-Ḥaġġ se recusou a participar do

68 A morte de Mūsā Dardeiro já havia sido noticiada desde 15 dezembro de 1512: *Ibid.*, p. 368.

atentado. Se as informações dadas por Laḥsan Amaḡḡ são corretas, Yaḥyā ū Tāʿfuṭ havia nomeado, em 1512, Aḥmad al-Ḥaḡḡ como *qāʿid* de al-Madīna⁶⁹. Ele era, portanto, um antigo aliado de Yaḥyā. Os motivos da recusa em participar do assassinato são desconhecidos. Apesar disso, a execução do plano original não foi frustrada. Um certo Ibn Ġamīl atacou Dardeiro com uma lança e, em seguida, Yaḥyā ū Tāʿfuṭ o decapitou com as próprias mãos. Nesse momento, Yaḥyā teria perguntado ao judeu: “Onde he teu re de Purtugal, e teu Nuno Fernandez, capitam de Çafyn; chama-os agora, que te tyrem de minhas mãos”⁷⁰.

Essas acusações e suspeitas, entretanto, não levaram a nenhuma mudança na política oficial do Reino de Portugal em relação a seu principal intermediário magrebino. Durante o ano de 1513, o *amīr* de Marrakech e o sultão Waṭṭāsidas lançaram diversos ataques contra as possessões portuguesas, sem sucesso. Os portugueses conquistaram Azamor em 3 de setembro daquele ano. Essa situação parece ter favorecido a reconciliação entre Nuno Fernandes de Ataíde e Yaḥyā ū Tāʿfuṭ, pois, em outubro, o capitão escreveu ao Rei, agradecendo ao *qāʿid*⁷¹. A tomada de Azamor fez com que muitos habitantes de al-Madīna, cidade próxima, fugissem. Nuno Fernandes deu, então, o comando da cidade a Yaḥyā.

Não temos mais informações sobre a vida de Yaḥyā ū Tāʿfuṭ durante o ano de 1513. No começo do ano seguinte, entretanto, temos a menção de sua participação em uma razia contra os Awlād Mṭāʿ ao pé dos Montes Claros (Alto-Atlas), ao lado do *adail*⁷² D. Affonso de Noronha, genro de Nuno Fernandes de Ataíde. Esse ataque em pleno território de Marrakech (governada agora pelos Saʿdidas)

69 *Ibid.*, p. 362-365.

70 *Ibid.*, p. 386.

71 *Ibid.*, p. 444.

72 Derivada do árabe *al-dalīl* – o guia – refere-se ao adjunto militar. Ver FARINHA, Antônio Dias. *Os portugueses em Marrocos*. Lisboa: Instituto Camões, 1999.

resultou em um grande butim: 420 cativos, 10 mil ovelhas, 6 mil cabeças de gado, 1500 camelos, 600 burros, 60 cavalos e 7 éguas⁷³.

Após a conquista de Azamor, a tomada de Marrakech parecia ser a consequência lógica. O estabelecimento dos portugueses nas principais cidades costeiras e nos portos mais importantes, ao lado da aliança com grande número de tribos do litoral, tornava essa conquista possível. Entretanto, o capitão de Safim, Nuno Fernandes de Ataíde, e seu homólogo de Azamor, D. João de Meneses, não se entendiam. Mesmo com o avanço das tropas waṭṭāsidas para além do rio Umm Rbī, os dois capitães não conseguiram chegar a um acordo. Além disso, a Coroa não acreditava em uma ameaça concreta das forças magrebina antilusitanas⁷⁴. Essa subestimação foi determinante para as derrotas portuguesas que se seguiram.

Em abril de 1514, Yaḥyā ū Tāʿfuṭ participou de razias e de importantes combates ao lado dos portugueses. Durante a Páscoa desse ano, ele participou de uma batalha perto de Bou Lʿwān. Essa batalha foi uma operação militar conjunta entre os capitães de Safim e Azamor⁷⁵. Yaḥyā comandava 1500 lanças⁷⁶ de Ġarbiyyas e de ʿAbdas⁷⁷. Leão, o Africano, estava presente nesse combate. Segundo seu relato, a vitória portuguesa só foi possível com a chegada de um “reforço de dois mil árabes”⁷⁸. Nuno Fernandes de Ataíde fez uma apreciação extremamente negativa da atitude de Yaḥyā nessa batalha, em uma carta ao rei datada de 12 de setembro de 1514⁷⁹. É pre-

73 *SIHM*, Port., t. 1, p. 480-481.

74 *Ibid.*, p. 462-463, 478, 491-501 e 542-544.

75 *Ibid.*, p. 518-519.

76 Os documentos portugueses dessa época utilizam a palavra “lança” para designar os homens a cavalo. Bernard Rosenberger afirma que entre os marroquinos, a “lança” corresponde a um combatente, enquanto que entre os portugueses, ela refere-se a dois soldados, Ver ROSENBERGER, *op. cit.*, p. 36, nota 98.

77 *SIHM*, Port., t. 1, p. 540-541.

78 “renfort de deux mille Arabes”: L’AFRICAIN, *op. cit.*, p. 124.

79 *SIHM*, Port., t. 1, p. 634-635.

ciso considerar, entretanto, que essa carta é um pedido para que o rei convoque Yaḥyā ao Reino, uma artimanha para Nuno Fernandes se livrar do *qā'id*. Esse pedido foi feito cinco meses após os eventos aqui narrados. Trata-se, portanto, de uma nova iniciativa de Nuno Fernandes e de Ibrahīm ibn Zamīrū para descreditar Yaḥyā.

Não sabemos a origem dessa nova crise de confiança entre o capitão de Safim e do *qā'id* da Doukkala. Contudo, a forte presença waṭṭāsidas na região de Azamor, apesar da derrota em Bou L'wān, pode ajudar a explicar as novas (ou permanentes) suspeitas de Nuno Fernandes. Mawlāy al-Naṣr, o comandante das forças waṭṭāsidas, visava Yaḥyā ū Tā'fuft particularmente. Por volta do período entre o fim de abril e o começo de maio, enquanto os portugueses esperavam um ataque em Azamor, Mawlāy al-Naṣr marchava contra Safim. Seu objetivo era, na verdade, arruinar Yaḥyā e suas terras na região do Sernou. Auxiliado por alguns portugueses de Safim, Yaḥyā ū Tā'fuft contra-atacou, derrotando as tropas de al-Naṣr e forçando sua retirada. O chefe waṭṭāsidas, então, lhe propôs abandonar os portugueses e passar a seu serviço. Yaḥyā recusou e Mawlāy al-Naṣr partiu em direção a Marrakech para tomar a cidade⁸⁰.

O equilíbrio das alianças mudava e muitas tribos deixaram os portugueses. Aquelas comandadas por Yaḥyā ū Tā'fuft, entretanto, continuaram fiéis. Sua vitória contra al-Naṣr lhe valeu elogios na corte e diversas mercês régias. Estevão Rodrigues Berrio, comandante dos navios de guerra ancorados diante de Azamor, escreveu ao rei aconselhando-o de dar cem cavaleiros ao comando de Yaḥyā, a fim de aumentar seu prestígio. Os custos desses novos cavaleiros seriam compensados pelas novas tribos submetidas ao rei e pelos impostos que elas pagariam. Ele também aconselhou o Rei a criar um comando diferente em Azamor para gerir os Šarqiyya. Esses eram inimigos tradicionais dos Ġarbiyya e, portanto, se recusavam

80 *Ibid.*, p. 549-550.

a se submeter ao comando de Yaḥyā⁸¹. O Rei Dom Manuel I rapidamente acatou essas sugestões. Como recompensa por sua vitória contra al-Naṣr e por todos os serviços prestados à Coroa, Yaḥyā ū Tā'fuft e seus descendentes receberam do rei o direito a todos os rendimentos provenientes da região do Sernou⁸².

Yaḥyā ū Tā'fuft estava mais poderoso do que nunca e merecia as graças do Rei Dom Manuel. Essa situação reacendeu a inveja de Nuno Fernandes de Ataíde. Ele recuperou, então, uma antiga carta do Rei, na qual o monarca convocava Yaḥyā ao reino. A carta datava de 22 de novembro de 1512, mas Nuno Fernandes a modificou, para agosto de 1514⁸³. Ele enviou essa carta a Yaḥyā a fim de fazê-lo deixar o país e, nesse ínterim, escreveu uma nova carta ao rei, com acusações contra Tā'fuft⁸⁴. Em grande parte, trata-se das mesmas acusações dos dossiês de 1512 e 1513, nos quais a principal crítica é o fato de Yaḥyā ū Tā'fuft se colocar como soberano independente. Ibrahīm ibn Zamīrū reaparece, encarregado pelo capitão de detalhar todos os malfeitos de Tā'fuft. O judeu insistia na constante tentativa do mouro de trair os portugueses e de agir dissimuladamente. Ele julgava Yaḥyā ū Tā'fuft mais perigoso que o šarīf⁸⁵ Sa'dina de Marrakech⁸⁶.

Tā'fuft foi, então, enviado a Portugal no fim de agosto de 1514⁸⁷. Curiosamente, ele partiu quando poderia ter sido mais útil do ponto de vista militar. O historiador Bernard Rosenberger faz uma análise perspicaz desse episódio⁸⁸. O *amīr* de Marrakech, Abū 'Alī Naṣr al-Hinṭātī, estava ameaçado por todas as partes e parecia inclinado a

81 *SIHM*, Port., t. I, p. 552-558.

82 *Ibid.*, p. 601-602.

83 *Ibid.*, p. 596-597.

84 *Ibid.*, p. 631-637.

85 Também grafado em português como sherif ou xerife.

86 *Ibid.*, p. 621-629.

87 *Ibid.*, p. 606, 607-608.

88 ROSENBERGER, *op. cit.*, p. 38-39.

um acordo com Portugal, talvez até aceitando sua suserania. Temos alguns raros indícios dessas negociações⁸⁹. Yaḥyā ū Tāʿfuft era, para esse soberano, um adversário declarado. Rosenberger supõe que o *amīr* tenha exigido como contrapartida de sua vassalidade o afastamento de Yaḥyā ū Tāʿfuft. Ele propõe também outra hipótese, que considero mais provável que a primeira. Nuno Fernandes de Ataíde se livrou de Tāʿfuft para não ter que dividir a glória de entrar em Marrakech, por ocasião de uma vitória militar ou de um tratado. A conquista de Marrakech era a maior ambição dos capitães portugueses no Magrebe e nenhum deles queria compartilhar esse triunfo. Essa era uma das razões da rivalidade entre Nuno Fernandes e D. João de Meneses. Ele se recusava a colaborar com seu homólogo de Azamor para conquistar a antiga capital Almôada. Após a partida de Yaḥyā, segundo o próprio Nuno Fernandes, as relações com Mawlāy Muḥammad al-Hinṭātī, o “Senhor da Montanha”, melhoraram⁹⁰. Em dezembro, o šarīf Saʿdīna, doravante aliado dos Hinṭātī, iniciava as negociações com o capitão de Safim⁹¹.

Por volta de outubro de 1514, circulavam rumores sobre a volta de Yaḥyā ū Tāʿfuft ao Magrebe. Nuno Fernandes, então, escreveu uma carta ao Rei Dom Manuel, rogando que ele o mantivesse no reino. Nuno Fernandes acusava Yaḥyā de se servir do apoio do rei para acumular crédito e poder, a fim de tornar-se o verdadeiro senhor do Magrebe.

Yaḥyā ū Tāʿfuft era muito mais popular e respeitado que Nuno Fernandes. Ele recolhia os impostos e, segundo o capitão de Safim, guardava uma parte. Essas grandes somas acumuladas deveriam servir para eliminar Nuno Fernandes. Na verdade, o medo do

89 Ver a carta de D. Manuel I à Mawlāy al-Naṣr, datada de 8 de agosto de 1514 e suas instruções para Fernão Dias, datada de 10 agosto de 1514: *Ibid.*, p. 587-589, p. 590-595.

90 *Ibid.*, p. 663.

91 *Ibid.*, p. 668.

capitão era perder sua função, tornando-se inútil para a Coroa. Se o rei confiava em Yahyā ū Tā'fuft e percebesse que ele era o único responsável pela paz e pelo controle da região de Doukkala, então Nuno Fernandes poderia ser considerado insignificante e, portanto, dispensável.

Esse medo não era um exagero. Em novembro, Yahyā ū Tā'fuft ainda estava em Lisboa, onde recebeu vestimentas de honra diretamente do Rei Dom Manuel I⁹². Durante esse tempo, Nuno Fernandes tentava reunir novas testemunhas em Safim, a fim de constituir um terceiro dossiê contra ele⁹³. Seu novo argumento era fazer o rei crer que a ausência de Yahyā ū Tā'fuft não causou a revolta das tribos. O capitão queria se apresentar como o verdadeiro garantidor da paz. Em todas as cartas, até sua morte em maio de 1516, ele manteve essa posição.

Em janeiro de 1515, a ocupação portuguesa parecia particularmente próspera. Todas as populações dentro do triângulo formado entre Azamor, Mogador e Marrakech estavam submetidas à suserania do Rei Manuel I. De Safim, Nuno Fernandes de Ataíde comandava razias frequentes contra as tribos rebeldes⁹⁴. Os notáveis das tribos vassalas se aproveitavam do comércio com o Reino e, principalmente, das razias. Nuno Fernandes e 3000 homens sob seu comando chegaram a uma distância de três léguas de Marrakech, em uma expedição datada de 23 de abril de 1515. A vitória definitiva dos portugueses e de seus vassalos magrebins parecia mais próxima que nunca. Álvaro de Ataíde⁹⁵ chegou a dizer ao rei para vir à África e trazer um Infante para coroá-lo em Marrakech. Os

92 *Ibid.*, p. 651.

93 *Ibid.*, p. 664-666, p. 667-669.

94 DE CÉNIVAL, Pierre. *Expédition contre Marrakech, 23 avril 1515*, apud SIHM, Port., t. 1, p. 687.

95 Pierre de Cénival identifica este personagem como o tio ou um primo de Nuno Fernandes de Ataíde.

habitantes de al-Madīna, vendo que os ‘Abda e os Ġarbiyya enriqueciam em virtude de sua aliança com os portugueses, também quiseram participar da expedição contra Marrakech. Eles disseram, entretanto que sob o comando de Yaḥyā ū Tā‘fuft, eles seriam conduzidos à derrota. Eles desejavam se submeter ao rei de Portugal e de guerrear a seu favor⁹⁶. Na verdade, a situação estava conforme os argumentos de Nuno Fernandes. A suserania portuguesa estava garantida mesmo sem a presença de Yaḥyā ū Tā‘fuft.

Yaḥyā permaneceu em Portugal até pelo menos julho de 1516. Excetuando-se a cerimônia onde recebeu roupas de honra em novembro de 1514, não sabemos nada dessa sua nova temporada em Portugal. Uma mudança de estratégia é a razão desse silêncio. D. Manuel decidiu concentrar a luta contra os Wattāsidas de Fez, ao invés de atacar Marrakech. Yaḥyā tornou-se, portanto, peça secundária no xadrez magrebino. Como parte dessa nova estratégia, o rei mandou construir uma fortaleza na embocadura do rio Wādī Sabū, conhecida como São João da Mamora (atualmente chamada al-Mahdiyya)⁹⁷ e uma segunda deveria ser erguida em Anfa⁹⁸. A destruição de Mamora, em agosto 1515, forçou o abandono imediato dessa política⁹⁹. Nuno Fernandes escreveu ao rei para dissuadi-lo e para incitar a resistência. Ele temia que essa derrota levasse as tribos submetidas a se rebelarem¹⁰⁰.

A vitória dos Wattāsidas subverteu completamente o delicado equilíbrio das alianças na região. O capitão de Safim não podia mais garantir a paz e o pagamento dos impostos. Uma parte da tribo dos Ġarbiyya atacou os Awlād Sbīta. Esse conflito entre dois grupos vassalos de Portugal constituiu uma grave ofensa à autoridade de

96 *Ibid.*, p. 677-682.

97 *Ibid.*, p. 703-706, p. 707-712, p. 713-716, p. 718-720.

98 *Ibid.*, p. 717, p. 718-720.

99 *Ibid.*, p. 726-727, p. 728-731.

100 *Ibid.*, p. 732

Ataíde¹⁰¹. A fim de pacificar o país, Ataíde proclamou uma anistia geral de alguns dias depois de 19 de setembro de 1515, destinada a todas as tribos rebeladas. Ele isentou os rebeldes do pagamento de multas para além dos direitos normais que deviam ao Rei de Portugal¹⁰².

Nuno Fernandes de Ataíde continuou a organizar razias no ano de 1515 até o mês de maio de 1516. No começo de dezembro, D. Affonso de Noronha, genro de Nuno Fernandes, e Lopo Barriga tentaram atacar os Awlād Sbīta no coração do Atlas, mas sem sucesso¹⁰³. No retorno de uma expedição contra os Awlād ‘Amrān, em maio de 1516, Nuno Fernandes de Ataíde foi assassinado¹⁰⁴. Essa tribo atacou Safim logo em seguida, matando muitos portugueses que lá viviam. Graças à morte do capitão, grande parte das tribos recuperaram sua independência.

Os nobres portugueses debateram entre si sobre quem sucederia o comando de Safim. Uns preferiam D. Affonso de Noronha, enquanto outros tomavam o partido de D. Álvaro de Ataíde, que já era bastante idoso, apesar de bom soldado. Essas discussões abriram a oportunidade para os ‘Abda e os Ġarbiyya pilharem a cidade. A situação estava caótica. Trinta e cinco portugueses foram feitos prisioneiros de tribos diversas, incluindo o Adail Lopo Barriga e o feitor Álvaro do Tojal. Affonso de Noronha e Álvaro de Ataíde conseguiram escapar¹⁰⁵.

D. Manuel I decidiu enviar D. Nuno Mascarenhas a Safim como novo governador, acompanhado de Yaḥyā ū Tā’fuft. Após quase dois anos vivendo em Portugal, ele retornava ao Magrebe com a missão de restabelecer o período de glória da ocupação portuguesa. Ele foi

101 Nuno Fernandes de Ataíde faz um balanço da situação geral da Doukkala em uma carta de 19 de setembro de 1515: *Ibid.*, p. 754-758.

102 *Ibid.*, p. 759-760.

103 *Ibid.*, p. 765.

104 GÓIS, *op. cit.*, Parte IV, cap. VI.

105 DE CÉNIVAL, Pierre. Mort de Nuno Fernandes de Ataíde, apud *SIHM*, t. II, Première Partie, p. 4.

nomeado pelo rei como “[...] noso alcaide [*qā’id*] de todo Duquella”¹⁰⁶, recuperando, assim, todos os poderes e a autoridade que tinha sob os ‘Abda e os Ġarbiyya. Ele recebeu também o direito a um quinto do butim e de fazer justiça conforme o costume das tribos. Recebeu, como insígnia de suas funções, o estandarte real e um tambor. A sua guarda de cem cavaleiros foi equipada pelo próprio Rei D. Manuel¹⁰⁷. Esse documento insistia, entretanto, na sua subordinação ao rei e ao capitão português, a fim de evitar as queixas de outrora e veleidades independentistas.

A insubmissão das tribos criava problemas para o abastecimento de Safim. Sem o trigo do interior, era preciso enviar em socorro da cidade víveres e homens. Sabemos disso graças a uma carta do contador Nuno Gato¹⁰⁸. Apesar dessas dificuldades, Yaḥyā ū Tā’fuft pôde ganhar a confiança de certas tribos e as reincorporar à suserania portuguesa¹⁰⁹. A fim de pacificar o país, Tā’fuft proclamou a anistia das tribos que se colocaram sob a proteção dos Sa’dinas¹¹⁰.

A exemplo de seu predecessor, Nuno Mascarenhas governou desconfiando constantemente de Tā’fuft. Ele o proibiu de ir em embaixada visitar o rei de Fez em novembro de 1515¹¹¹. O capitão tinha suas razões. O *qā’id* da Doukkala atuava de maneira ambígua ante os interesses dos portugueses. De um lado, ele garantia o recolhimento dos impostos, assegurava o abastecimento das cidades e combatia os inimigos de Portugal. Por outro lado, ele era intransigente quanto à venda de magrebinos como escravizados. Esse comércio lucrativo durou todo o período da ocupação portuguesa. A intervenção de Yaḥyā para proibir esse comércio ameaçava

106 “[...] noso alcaide de todo Duquella”: *Ibid.*, t. II, Première Partie, p. 7.

107 *Ibid.*, p. 6-9.

108 *Ibid.*, p. 11-15.

109 *Ibid.*, p. 16-18 e 19-23.

110 *Ibid.*, p. 24-26.

111 *Ibid.*, p. 45-46.

diretamente os interesses dos nobres portugueses e dos grandes comerciantes que trabalhavam nessa região. A “desconfiança” de Yaḥyā ū Tāʿfuft não se deve, portanto, ao desvio moral desse personagem (a visão colonial típica do mouro como ardiloso e pouco confiável), mas sim a um conflito de interesses. Para ele, impedir que os magrebinos fossem vendidos como escravos era necessário para ganhar seu apoio e respeito entre as tribos. Não se trata de uma simples defesa de seus conterrâneos (ainda que tal afinidade não possa ser totalmente excluída), mas de um cálculo político. Proteger as tribos da escravidão lhe conferia autoridade e apoio das massas. Nessa disputa pelo comércio de escravizados, Yaḥyā ū Tāʿfuft foi, provisoriamente, vitorioso. O Rei D. Manuel decretou a interdição dessa prática em toda a costa da Doukkala no dia 2 de janeiro de 1517. Esse mesmo documento proibia a venda de armas aos muçulmanos, estabelecendo punições severas contra os cristãos que o fizessem¹¹².

Yaḥyā ū Tāʿfuft acumulou certo número de vitórias contra os Awlād ʿAmrān, em março de 1517¹¹³, e, oito dias mais tarde, no início de abril, contra os Saʿdinas, aos pés do Atlas. O butim foi tão grande que cada um dos cavaleiros recebeu doze ovelhas¹¹⁴. Em seu retorno a Safim, Nuno Mascarenhas celebrou a vitória com Tāʿfuft, fazendo a fortaleza dar disparos de canhão¹¹⁵. Após novos combates contra os Hintātī, os Awlād ʿAmrān restabeleceram as negociações para sua submissão. Esses haviam sido vencidos por Tāʿfuft. Ele decidiu, então, devolver as mulheres e crianças da tribo sem cobrar resgate. Por essa atitude, os Awlād ʿAmrān aceitaram submeter-se aos portugueses¹¹⁶.

112 *Ibid.*, p. 54-56.

113 *Ibid.*, p. 67-69.

114 *Ibid.*, p. 70-72.

115 *Ibid.*, p. 74-75.

116 *Ibid.*, p. 76-78.

O avanço das tropas waṭṭāsidas e Sa’dinas tornava cada vez mais complicada a situação de Yaḥyā. Os ‘Abda passaram para o domínio dos Sa’dinas. Nuno Mascarenhas libertou os Ġarbiyya, sob a condição de eles não se submeterem aos Waṭṭāsidas. Eles foram ter com Tā’fuft e continuaram fiéis a ele. Em 23 de junho de 1517, Yaḥyā ū Tā’fuft voltou a Safim para discutir isso com o capitão. Ele estava acompanhado por trinta ou quarenta cavaleiros e outros homens do Sernou. Os habitantes da cidade, temendo uma traição, pegaram em armas contra Yaḥyā. Os rumores de sua traição haviam sido insuflados por Diogo Lopes, pelo *almocadem*, pelo rabino Ibrahīm¹¹⁷, por outros judeus e por certos árabes não identificados. Esses eventos são contados pelo próprio Yaḥyā ū Tā’fuft em duas cartas endereçadas ao rei, nas quais ele assume o papel de acusador. Ele diz que qualquer magrebino que fosse fazer comércio em Safim era tratado como inimigo e feito prisioneiro (e, provavelmente, escravizado). O capitão e os judeus não tinham, segundo ele, interesse na paz da região, pois lucravam unicamente com a guerra¹¹⁸.

Esse último comentário de Yaḥyā ū Tā’fuft é interessante, porque opõe duas visões sobre a conquista. A primeira a considera como a rapina, cujos lucros provêm do butim e da venda de cativos no nascente mercado atlântico. O segundo ponto de vista, defendido por Yaḥyā nesses documentos, almejava o estabelecimento dos portugueses como intermediários entre a produção agrícola e artesanal do interior e o comércio marítimo. Os lucros deveriam vir unicamente da taxaço das tribos e da compra e venda de diversas mercadorias – de cereais e têxteis, principalmente – nas cidades ocupadas. A defesa da pacificação por Tā’fuft tinha, portanto, um duplo sentido: ela servia à estabilidade necessária ao comércio e funcionava

117 Não parece tratar-se de Ibrahīm ibn Zamīrū, mas sim de um judeu homônimo.

118 *Ibid.*, p. 100-105, p. 106-110.

como uma reafirmação de seu papel como pacificador. Ele queria a paz, pois se apresentava como o garantidor da paz.

Nuno Mascarenhas tentou impedir o envio dessas cartas ao rei. Ele mandou aprisionar o mensageiro de Tā'fuft por alguns dias, enquanto enviava outro navio com cartas de sua lavra para o rei. O *qā'id* teve de fretar um navio para conseguir enviar suas cartas¹¹⁹. D. Manuel I atuou como um moderador, pedindo a Yaḥyā que perdoasse Nuno Mascarenhas. O monarca reconheceu os esforços do *qā'id* na pacificação da região e repreendeu aqueles que o consideraram traidor, ordenando a expulsão desses caluniadores¹²⁰. D. Manuel I escreveu igualmente a Nuno Mascarenhas, repreendendo-o pelas acusações contra Tā'fuft e pelo estado atual da cidade. O tom da carta é, no entanto, apaziguador. O rei pediu novas informações sobre a situação local, incluindo sobre as ações de Yaḥyā ū Tā'fuft¹²¹. O monarca procurou acalmar os dois principais homens da Doukkala e restabelecer a concórdia. D. Rodrigo de Noronha, antigo aliado de Yaḥyā ū Tā'fuft, escreveu a D. Manuel I para defendê-lo e se voluntariou para intervir no sentido de restabelecer a amizade entre o capitão e o *qā'id*¹²².

Uma carta de 29 de julho de 1517 de D. Nuno Mascarenhas ao rei nos revela informações sobre as negociações entre o rei de Fez e Yaḥyā ū Tā'fuft. Esse estava refugiado na região de Skiat. Mensageiros do soberano de Fez informaram-no de que o rei concordou que Yaḥyā não precisaria entregar seu filho como refém, desde que ele cumprisse os seus compromissos. No entanto, Tā'fuft devia lhe enviar quatro filhos de notáveis dos Ġarbiyya e dos Sedja. Sem se reportar a Dom Nuno, Yaḥyā enviou os reféns, além de quatro cavalos, como presentes¹²³.

119 *Ibid.*, p. 111.

120 *Ibid.*, p. 112-114.

121 *Ibid.*, p. 115-116.

122 *Ibid.*, p. 118-121.

123 *Ibid.*, p. 122-127.

O quadro político estava cada vez mais complexo. O rei de Fez enviou três de seus *qā'id*-s a al-Madīna (sendo um deles irmão do rei¹²⁴), onde eles proclamaram a paz com a Doukkala, sem haver saques. Após receberem os reféns, retornaram a Fez. Durante esse tempo, Tā'fuft guerreava contra o šarīf de Marrakech. Nuno Mascarenhas aconselhava Dom Manuel a abandonar suas pretensões de controlar todas as tribos da Doukkala, sugerindo restringir o domínio apenas àquelas que viviam nas cercanias de Safim. Ele insistia também nos elevados custos em manter Yaḥyā. A Coroa dispendia muito dinheiro em pensões e graças diversas. Nuno Mascarenhas acreditava que não valia a pena enganar Tā'fuft, já que ele não ignorava a desconfiança que inspirava entre os portugueses¹²⁵.

Yaḥyā ū Tā'fuft referiu-se aos acontecimentos anteriormente descritos numa carta datada de agosto de 1517, mas alguns dos pormenores são diferentes. Ele disse que, depois de decidir não entregar seu filho ao Rei de Fez, os árabes se rebelaram contra ele e saquearam Sernou. Ele teve de refugiar-se em Safim, onde encontrou mais hostilidades. Os rumores e as acusações contra ele cresceram e os notáveis árabes tentaram assassiná-lo. Ele acusou particularmente os judeus, que serviram como intérpretes, de criarem essas intrigas. Yaḥyā fugiu da cidade e refugiou-se nas terras dos 'Abda e dos Šarqiyya, mas foi recebido com uma hostilidade pior que os Ġarbiyya, vassalos do rei de Fez. Tā'fuft e seus homens fugiram mais uma vez¹²⁶.

Contrariamente ao capitão de Safim, Simão Corrêa, o novo governador de Azamor, via de maneira otimista as ações de Yaḥyā ū Tā'fuft, e acreditava que ele pudesse restabelecer a paz do Rei. Simão Corrêa julgava que Tā'fuft ainda tinha grande prestígio entre

124 *Ibid.*, p. 147-149.

125 *Ibid.*, p. 122-127.

126 *Ibid.*, p. 132-141.

os magrebinos¹²⁷. Parece que ele não estava a par dos recentes episódios em Safim.

Safim sofria com graves problemas de abastecimento. A cidade importava víveres de outras praças africanas, da ilha da Madeira, de Portugal e de Castela. Os mercadores árabes já não traziam trigo ou cevada para a cidade. Os portugueses os forçavam a pagar mais impostos, tornando a situação ainda mais tensa. Os árabes, por outro lado, reclamavam da maneira como eram tratados. Durante esse período, os soberanos de Fez, Marrakech e o Senhor da Montanha invadiram a Doukkala, chegando até as margens do Tansift. Eles enviaram mensageiros a fim de convencer as tribos a se submeterem ao rei de Fez e a abandonarem Tā'fuft. Após uma primeira recusa, os árabes¹²⁸ decidiram enviar seus filhos como reféns e passar à suserania do rei de Fez. Yaḥyā foi, então, refugiar-se em Safim, mas só encontrou inimigos. Ele, então, buscou se esconder em algum lugar dentro do território do šarīf.

Yaḥyā ū Tā'fuft perdia pouco a pouco sua autoridade e seu poder. Por essa razão, suplicava ao Rei de Portugal que combatesse as calúnias contra sua pessoa e que justiça fosse feita em seu nome. Ele buscava desesperadamente o apoio real para restabelecer seu poder. Afirmava que as acusações contra si não passavam de intrigas criadas pelos judeus – sendo os principais Maīl¹²⁹, o rabino Ibrahīm e Ibrahīm da Magaul. Os árabes, sabendo que ele havia caído em desgraça, não o respeitavam mais e recolhiam, eles mesmos, falsos testemunhos para provar suas acusações¹³⁰. No início de setembro, Tā'fuft lutou contra os Sa'dinas na região de Ḥāha, chegando a capturar um dos seus qā'id-s. Yaḥyā trocou esse prisioneiro por

127 *Ibid.*, p. 150-152.

128 Yaḥyā não identifica os nomes das tribos submetidas. Ele se refere genericamente aos "Árabes".

129 Provavelmente Maīr ou Meyer.

130 *Ibid.*, p. 161-163.

Lopo Barriga, que estava cativo desde a morte de Nuno Fernandes de Ataíde¹³¹.

Em 5 de setembro de 1517, Simão Corrêa escrevia que ele também esteve no Hāha, marchando em direção ao sul para combater os Sa'dinas. Ele dizia que os Šarqiyya se diziam prontos a se submeterem a Portugal, sob a condição de que não fossem colocados ao lado dos Ġarbiyya, seus inimigos, sob as ordens de Tā'fuft. Simão Corrêa considerava essa exigência inaceitável, pois o interesse do rei era que todas as tribos fossem reunidas sob um mesmo comando para fazer frente aos Wattāsidas. O capitão de Azamor solicitou ao rei para escrever a Yaḥyā ū Tā'fuft, pedindo que esse nomeasse um *qā'id* para os Šarqiyya¹³².

Essa carta mostra até que ponto o posicionamento das tribos poderia mudar. As alianças eram determinadas por questões materiais imediatas. Em um contexto de guerra constante, as condições necessárias para a reprodução da vida social estavam ameaçadas permanentemente. Para sobreviver, as tribos se submetiam aos poderes mais próximos, aceitando dar-lhes parte de sua produção em troca de apoio militar. As mudanças constantes da conjuntura política as forçavam a buscar outros suseranos. Cumpre sublinhar esse aspecto para provar que as alianças entre as tribos magrebina e os portugueses eram decisões políticas bem calculadas, resultado de uma análise conjuntural minuciosa, interessada unicamente na sobrevivência do grupo e, se possível, em ter algum ganho material.

Não temos outra notícia de Yaḥyā ū Tā'fuft até o anúncio de sua morte em uma carta de Nuno Mascarenhas, datada de 11 de março de 1518¹³³. Os assassinos foram Ġānim, seu irmão Ichchou e sua família, todos pertencentes à tribo dos 'Abda. Eles foram largamente recompensados pelos *amīr-s* *hinṭātī* – o rei de Marrakech

131 *Ibid.*, p. 168-170.

132 *Ibid.*, p. 164-167.

133 *Ibid.*, p. 178-182.

e o Senhor da Montanha. Nuno Mascarenhas acrescenta que alguns Awlād ‘Amrān foram cúmplices da traição da qual Yaḥyā ū Tā‘fuft foi vítima. Nesse mesmo ataque, D. Rodrigo foi capturado pelos Ġarbiyya. Damião de Góis narra a morte de Tā‘fuft com mais detalhes. O *qā’id* de toda a Doukkala foi apunhalado, por ocasião de uma visita diplomática à família de um notável dos Awlād Mta’, que havia sido morto num combate contra o Senhor da Montanha. O cronista enfatiza a lealdade de Yaḥyā ū Tā‘fuft, que se recusou a aliar-se com os Hintātī. “[E] assi acabou ho esforçado cauallheiro Sidehieabentafuf seus dias em seruiço delRei dom Emanuel, com tanta lealdade, quanta se de hum tal caualleiro podia sperar”¹³⁴.

Yaḥyā ū Tā‘fuft visto pelos historiadores contemporâneos

A figura de Yaḥyā ū Tā‘fuft chamou a atenção dos historiadores, principalmente a partir dos anos 1990. Esse personagem suscitou interpretações diferentes, oscilando do elogio da bravura à condenação moral. Depois de ter analisado sua biografia, veremos como seis historiadores estudaram e interpretaram essa figura emblemática da conquista portuguesa do Magrebe. A maioria desses trabalhos foi publicada entre 1990 e 2011. Levamos em conta também o estudo de David Lopes, publicado no fim do século XIX, pois se trata do primeiro texto a fazer de Yaḥyā ū Tā‘fuft um objeto de interesse da historiografia.

Os textos em *aljamia* publicados por David Lopes foram escritos, em sua maioria, por Yaḥyā ū Tā‘fuft¹³⁵. A avaliação desse personagem feita pelo famoso orientalista português é praticamente a mesma do cronista real Damião de Góis. Ele diz que Tā‘fuft “[...] serviu a nossa política com lealdade, e que todas as prevenções dos

¹³⁴ GÓIS, *op. cit.*, parte III, cap. LXIV.

¹³⁵ LOPES, *op. cit.*

nossos foram injustificadas a seu respeito”¹³⁶. O recurso à primeira pessoa do plural evidencia a posição historiográfica tradicional que via na conquista a idade de ouro de Portugal. Essa defesa literal do colonialismo português saúda esse personagem apenas porque ele morreu a serviço do Rei de Portugal. Nessa narrativa nacionalista, Yaḥyā ū Tāʿfuṭ aparece como o aliado que, apesar de ser mouro, trabalhou ativamente pelo sucesso do império.

Não encontramos outros estudos dedicados a esse personagem até 1990. Em um detalhado artigo sobre as regiões da Doukkala e do Sous entre os séculos xv e xvi, Vincent Cornell reinscreve Yaḥyā ū Tāʿfuṭ no quadro da vida política das tribos árabes e berberes. Ele o apresenta como um “um aventureiro berbere da aldeia de Sarnu, próximo a Safim, que foi levado ao poder por um golpe de Estado, orquestrado pelos portugueses, que depôs a antiga família reinante dos Banū Farḥūm”¹³⁷. O problema desse raciocínio é que ele atribui toda a agência aos portugueses. Ele sugere a ideia de que Tāʿfuṭ foi completamente criado pelos portugueses, sem levar em conta sua trajetória política anterior à intervenção lusitana. Sua aliança com ʿAlī ibn Wašmān para depor ʿAbd al-Raḥman mostra que ele construiu uma carreira política autônoma, baseada em relações que tinha com as tribos árabes e berberes da região. Todavia, é preciso considerar que o artigo não é exclusivamente dedicado a analisar a trajetória de Tāʿfuṭ, o que explica certos problemas de sua análise. O autor se propõe a fazer uma avaliação mais vasta (com aspirações globais) das condições socioeconômicas do Magrebe nesse período.

¹³⁶ *Ibid.*, p. xxxiv.

¹³⁷ “[...] a Berber adventurer from the village of Sarnu near Safi who was brought to power by a Portuguese-engineered coup that ousted the previously dominant Banu Farhun ruling family”: CORNELL, Vincent J. Socioeconomic dimensions of Reconquista and Jihad in Morocco: Portuguese Dukkala and the Saʿdī Sus, 1450-1557. *International Journal of Middle East Studies*, v. 22, issue 4, p. 379-418, 1990, p. 386.

O artigo de Bernard Rosenberger, de 1993, é o melhor estudo publicado sobre Yaḥyā ū Tāʿfuft. Ele faz uma análise minuciosa, propondo uma biografia crítica que o apresenta como chefe político sagaz e audacioso. Rosenberger se recusa a atribuir a Yaḥyā um vínculo específico com valores religiosos ou com um sentimento nacional qualquer. Assim, ele não o vê nem como traidor nem como campeão da conquista. Em linhas gerais, ele afirma que o comportamento de Yaḥyā não era diferente do de seus contemporâneos.

Chegou ao poder apunhalando o detentor legal, e por vezes livrava-se de pessoas que se lhe opunham, matando-as. Ele aproveitou a sua posição para extorquir dinheiro e bens de todos os tipos àqueles que estavam sob o seu controle. Saqueou aqueles que não estavam. Mas na sociedade marroquina e portuguesa, estava-se de acordo de que o exercício do poder deveria ser lucrativo, quanto mais fosse para poder redistribuir a riqueza, especialmente para aqueles que estavam ao serviço de um poderoso¹³⁸.

Rosenberger coloca Yaḥyā ū Tāʿfuft no complexo jogo político das aristocracias portuguesas e das chefaturas magrebínas. Tanto os nobres portugueses como os chefes de tribos do Magrebe buscavam os favores de dirigentes mais ricos e poderosos para ganharem, eles próprios, mais riquezas e poder. Por essa razão, Rosenberger associa o fracasso de Yaḥyā ū Tāʿfuft com o fracasso da política ambiciosa de Dom Manuel I. “Dom Manuel e Yaḥyā tinham interesses

¹³⁸ ROSENBERGER, *op. cit.*, p. 55: “Il est parvenu au pouvoir en poignardant le détenteur légal, et il lui est arrivé de se débarrasser par le meurtre de gens qui s’opposaient à lui. Il a profité de sa position pour extorquer de l’argent et des biens de toute sorte à eux qui lui étaient soumis. Il a pillé ceux qui ne l’étaient pas. Mais dans la société marocaine et dans la portugaise, on était d’avis que l’exercice du pouvoir devait rapporter, ne serait-ce que pour être en mesure de redistribuer de la richesse en particulier sur ceux qui étaient au service d’un puissant”.

convergentes, ao menos em certos planos. Eles tinham também cada um suas ambições. Elas foram frustradas”¹³⁹.

O historiador estadunidense Matthew T. Racine viu em Yaḥyā ū Tāʿfuṭ um exemplo da honra cavaleiresca, própria da cultura da nobreza portuguesa¹⁴⁰. Apesar do interesse em se pensar Yaḥyā como alguém que compartilha certas referências culturais com a aristocracia portuguesa, o raciocínio de Racine leva a um julgamento moral desse personagem. Ele utiliza a noção de “honra” como um conceito histórico, partindo dos trabalhos de Julian Pitt-Rivers¹⁴¹ e de Thomas Kuehn¹⁴². Ainda que esses autores busquem escapar de uma definição moral de honra, eles chegam apenas a um significado vazio, graças a formulações genéricas como “[h]onra é o valor de uma pessoa segundo seus próprios olhos, mas também segundo os olhos da sociedade”¹⁴³ ou “honra, então, proporciona um nexo entre ideais de uma sociedade e sua reprodução no indivíduo através sua aspiração em personificá-lo”¹⁴⁴. Trata-se de um raciocínio idealista que toma um produto da ideologia cavaleiresca – a

139 *Ibid.*, p. 59: “D. Manuel et Yaḥyā avaient des intérêts convergents, au moins sur certains plans. Ils avaient aussi des ambitions à leur mesure. Elles ont été déçues”.

140 RACINE, Matthew T. Service and honor in sixteenth-century Portuguese North Africa: Yahya-u-Taʿfūt and Portuguese Noble Culture. *The Sixteenth Century Journal*, v. 32, n. 1, p. 67-90, Spring 2001.

141 PITT-RIVERS, Julian. Honour and social status. In: PERISTIANY, J. G. (ed.). *Honour and shame: the values of Mediterranean Society*. Chicago: University of Chicago Press, 1966, p. 19-77.

142 KUEHN, Thomas. Honor and conflict in a fifteenth-century Florentine family. In: *Id. Law, family, and women: toward a legal anthropology of Renaissance Italy*. Chicago: University of Chicago Press, 1991, p. 129-142.

143 “Honour is the value of a person in his own eyes, but also in the eyes of his society”: PITT-RIVERS, *op. cit.*, p. 21.

144 “Honour, therefore, provides a nexus between the ideals of a society and their reproduction in the individual through his aspiration to personify them”: *Ibid.*, p. 22.

honra – como ferramenta hermenêutica, ao invés de compreender as relações sociais concretas que sustentam essa ideia.

A análise de Racine é moralista, pois ela não define a noção de honra a partir do estudo dos feitos de Yaḥyā ū Tāʿfuṭ e de seus contemporâneos, mas a pressupõe. A honra, para ele, não é um tema de pesquisa do historiador, mas um quadro interpretativo. Ele parte de uma definição dada por antropólogos e autores contemporâneos e a atribui a Yaḥyā. O retrato que ele faz do *qāʿid* da Doukkala é o de alguém que busca desesperadamente a aprovação do “grupo de honra” dos fronteiros (nobres portugueses que comandavam as praças e cidades africanas ocupadas). Assim, para Racine, Yaḥyā é um nobre de segunda classe, em virtude de sua filiação religiosa. Ora, como vimos, a religião não aparece em nenhum momento como um fator importante para definir a política de Yaḥyā ū Tāʿfuṭ. Exceto de uma forma polêmica, a condição de mouro de Yaḥyā é evocada como um atributo que o torna pouco fiável e perigoso. A palavra “mouro”, em português, tem um significado ao mesmo tempo étnico e religioso. Os portugueses desconfiam de Yaḥyā não só porque ele é muçulmano (na verdade, não temos documentos que nos falem das suas práticas religiosas), mas também porque ele é estrangeiro.

A filiação religiosa de Yaḥyā ū Tāʿfuṭ é o problema central abordado pelos dois historiadores citados a seguir: Maria Augusta Lima Cruz e Sanjay Subrahmanyam. Ambos baseiam suas análises na mesma citação de uma carta enviada por Yaḥyā depois de 24 de junho de 1517, provavelmente destinada a D. Nuno da Cunha¹⁴⁵:

Os Mouros dizem que sou cristão, e os Cristãos dizem que sou mouro, e assim estou em balanças sem saber o que [h]

¹⁴⁵ O destinatário da carta é desconhecido, mas certamente trata-se de um amigo de Yaḥyā em Lisboa, talvez seja Nuno da Cunha, seu antigo companheiro de armas.

ei-de fazer de mim, senão o que Deos quiser, e quem boa con-
reição tiver Alá o salvará [...]¹⁴⁶

A historiadora Maria Augusta Lima Cruz escreve o único artigo em português que encontramos dedicado exclusivamente ao estudo desse personagem. Sua análise é inteiramente baseada em suas filiações religiosa e nacional:

O caso de Bentafufa ilustra a história de um homem que, sem arrenegar da fé em que nasceu e foi criado, escolheu colaborar com o “infiel” e invasor e, ao serviço dele, conduzir acções armadas contra / entre os seus “compatriotas” e irmãos de religião.¹⁴⁷

O emprego dessas duas referências – a religião e a pátria – favorece a visão de Yahyā como um traidor. Sua análise pressupõe categorias geo-históricas imperiais¹⁴⁸, baseadas nas oposições binárias Cristandade vs. Islã e Portugal vs. Marrocos. Ora, Yahyā ū Tāʿfuft não possuía qualquer compromisso com o Islã ou com uma nacionalidade marroquina (o Marrocos como unidade política não existia em seu tempo). Ao contrário, ele possui um projeto de poder próprio e independente, de forma a estar pronto para se aliar com qualquer um para cumprir seus objetivos.

Outro problema do estudo de Maria Cruz é sua decisão pela grafia “Betafufa” para o nome de Yahyā ū Tāʿfuft. A grave deformação de seu nome original não apenas coloca dificuldades para os pesquisadores interessados no estudo desse personagem, como também constitui uma forma de violência colonizadora. A autora justifica essa escolha, afirmando se basear na forma utilizada por David

¹⁴⁶ SIHM, t. II, Première Partie, p. 107-108.

¹⁴⁷ CRUZ, Maria Augusta Lima. Mouro para cristãos e cristão para os mouros: o caso de Betafufa. *Anais de História de Além-Mar*, v. III, p. 39-63, 2002, p. 43.

¹⁴⁸ CORONIL, Fernando. Beyond occidentalism: toward nonimperial geohistorical categories. *Cultural Anthropology*, v. 11, n. 1, p. 51-87, 1996.

Lopes¹⁴⁹. Esse autor, entretanto, emprega a transliteração “Iáhia bem Tafufa”, respeitando muito mais a reprodução dos fonemas de seu nome¹⁵⁰. A autora recusa deliberadamente uma transliteração mais fiel ao nome berbere para favorecer uma nomenclatura colonial. Discursivamente, ela retira dos magrebinos sua capacidade de nomear seus próprios antepassados, de sorte que Yaḥyā ū Tā‘fuft só possa existir graças a sua relação (submissa) com os portugueses.

O trabalho mais recente que analisa Yaḥyā ū Tā‘fuft foi escrito por Sanjay Subrahmanyam. Ele utiliza esse personagem como ponto de partida de sua introdução ao livro *Três formas de ser estrangeiro*¹⁵¹, no qual estuda a vida de três outras figuras históricas do início da Era Moderna. Yaḥyā funciona como o exemplo de um personagem enigmático que oscila entre duas fronteiras. Subrahmanyam inicia sua introdução com a citação já evocada (“Os Mouros dizem que sou cristão, e os Cristãos dizem que sou mouro [...]”). Ele vê nessa figura as tensões entre estrutura e agência (*agency*). Mas de que estruturas ele fala?

Subrahmanyam critica corretamente as narrativas históricas nacionais que fazem do Estado o ator principal. Nessa historiografia, nenhum indivíduo ou grupo tem a possibilidade de existir

149 CRUZ, *op. cit.*, p. 40, nota 2.

150 Na introdução do livro de David Lopes, o autor desenvolve uma longa argumentação sobre a transliteração da língua árabe para o português. Ele critica as tentativas de uniformização, feitas principalmente por pesquisadores anglófonos e francófonos, pois o português e o espanhol, em razão de uma influência do árabe mais forte que em quaisquer outros idiomas europeus, deveriam ter regras de transliteração particulares. Ele propõe um sistema que privilegia a fonética, em detrimento da grafia. Nosso interesse aqui não é discutir a pertinência desse método. O que queremos enfatizar é que David Lopes propõe uma grafia coerente, respeitando o nome original, enquanto Maria Cruz o deforma completamente.

151 SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Three ways to be alien: travails & encounters in the Early Modern World*. Waltham: Brandeis University Press, Historical Society of Israel, 2011.

ou ter uma identidade fora da esfera de interação com o poder do Estado¹⁵². Ele critica, aqui, mas utilizando-se de outros termos, o que chamamos, seguindo Fernando Coronil, de categorias geo-históricas imperiais. A fetichização de áreas geográficas, particularmente dos Estados nacionais contemporâneos, nos leva a uma leitura da História que impõe identidades nacionais contemporâneas aos homens e mulheres do passado.

Nesse sentido, Subrahmanyam tem razão em não querer ver Yahyā ū Tā'fuft como um marroquino *avant la lettre*. Contudo, ele reduz sua identidade a sua filiação religiosa. Subrahmanyam substitui o Estado pela religião como o ator principal da História. Por essa razão, ele vê em Yahyā um personagem misterioso, oscilando entre duas fronteiras: a Cristandade e o Islã. O caráter único dessa figura é o fato de ele poder transitar entre dois universos ontologicamente diferentes. Note-se que ele repete o mesmo raciocínio de um conservador como Samuel Huttington. Subrahmanyam chega, então, a um debate estéril sobre a religião que Yahyā preferia. Esse tipo de questão não é apenas inverificável, dadas as fontes disponíveis, mas também é pouco útil. A questão da filiação religiosa de Yahyā ū Tā'fuft é secundária. O historiador não pode sucumbir às tentações das fontes que fazem um julgamento moral de sua conversão (sincera ou não, real ou fictícia). Essa é uma questão própria ao inquisidor, não ao historiador. Para Yahyā ū Tā'fuft, podemos apenas analisar sua carreira política.

Conclusão

Ao longo deste artigo, já apresentamos nossa interpretação desse personagem fascinante da história da conquista portuguesa do Magrebe. Todavia, as biografias suscitam, às vezes, a impressão de

¹⁵² *Ibid.*, p. 15.

exemplaridade ou de um caráter extraordinário do indivíduo. Esse não foi nosso objetivo. Analisando em detalhes a vida de Yaḥyā ū Tā'fuft, nossa intenção foi colocar uma lupa sobre um magrebino participando intensa e ativamente da conquista portuguesa. A excepcionalidade de Yaḥyā reside unicamente em sua perenidade na vida política e na abundância de documentos disponíveis sobre sua vida. Sua biografia é testemunha da capacidade de agir de todos os magrebinos durante os anos de ocupação portuguesa. Outros personagens, como 'Abd al-Raḥman, 'Alī ibn Wašmān ou Ibrahīm ibn Zamīrū, mereceriam igualmente estudos exclusivos de seus percursos políticos. Eles mostram a necessidade das autoridades portuguesas de negociar com os poderes locais para garantir a dominação colonial.

É preciso pensar em Yaḥyā ū Tā'fuft não nos termos de um traidor, de um simples colaborador ou de um anfíbio religioso. Ele é um homem das classes dirigentes, proveniente das chefaturas tribais magrebinas. Seu poder provém de sua força enquanto comandante militar, capaz de organizar razias e de lucrar dos butins, assim como de proteger as rotas de caravanas e de deixar o caminho livre para que os produtos do interior pudessem ser vendidos nas cidades portuárias portuguesas. A conquista colonial é, portanto, antes de tudo, uma negociação entre classes dominantes, entre aristocratas portugueses e as chefaturas e conselhos de notáveis magrebinos. Para eles, a filiação religiosa ou sua origem são detalhes secundários. Para Yaḥyā ū Tā'fuft, os Waṭṭāsidas são tão estrangeiros quanto os portugueses. As negociações com um ou com outro não estão predeterminadas, elas são o resultado de uma análise de conjuntura precisa e desapaixonada. Yaḥyā ū Tā'fuft se alia com os portugueses, pois encontrou neles uma oportunidade mais rentável e promissora. O balanço geral de sua vida que acabamos de fazer nos permite afirmar que, em linhas gerais, ele não avaliou mal a situação.

Referências

- BENHIMA, Yassir. *Safi et son territoire: une ville dans son espace au Maroc (11^e-16^e siècle)*. Paris: L'Harmattan, 2008.
- CORNELL, Vincent J. Socioeconomic dimensions of Reconquista and Jihad in Morocco: Portuguese Dukkala and the Sa'did Sus, 1450-1557. *International Journal of Middle East Studies*, v. 22, issue 4, p. 379-418, 1990.
- CORONIL, Fernando. Beyond occidentalism: toward nonimperial geo-historical categories. *Cultural Anthropology*, v. 11, n. 1, p. 51-87, 1996.
- CRUZ, Maria Augusta Lima. Mouro para cristãos e cristão para os mouros: o caso de Betafufa. *Anais de História de Além-Mar*, v. III, p. 39-63, 2002.
- FERRAGU, Gilles. *Otages, une histoire: de l'Antiquité à nos jours*. Paris: Gallimard, 2020.
- FIERRO, Maribel. Hostages and the dangers of cultural contact: two Cases from Umayyad Cordoba. In: ABDELLATIF, R., BENHIMA, Y., KÖNIG, D.; RUCHAUD, E. (dir.). *Acteurs des transferts culturesl en Méditerranée médiévale*. Munique: Oldenbourg Wissenschaftsverlag, 2012. p. 73-83.
- GÓIS, Damião de. *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*. Lisboa: Edições Vercial, 2010.
- JANSEN, Johannes J. G. Hostages. In: *Encyclopaedia of the Qur'ān*. Washington DC: Georgetown University. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1163/1875-3922_q3_EQSIM_00197. Acesso em: 4 jul. 2022.
- KUEHN, Thomas. Honor and conflict in a Fifteenth-Century Florentine family. In: *Id. Law, family, and women: toward a legal anthropology of Renaissance Italy*. Chicago: University of Chicago Press, 1991. p. 129-142.

L'AFRICAIN, Jean-Léon. *Description de l'Afrique*. Éd. et trad. por A. Épaulard et commen. pour Th. Monod, H. Lhote et R. Mauny. Paris: Adrien-Maisonneuve Éditeur, 1956.

CÉNIVAL, Pierre de; LOPES, David; RICARD, Robert; LA VÉRONNE, Chantal de (ed.). *Les sources inédites de l'Histoire du Maroc – Dynastie Sa'dienne – Archives et Bibliothèques du Portugal*. Paris: Paul Geuthner, 1934-1948. v. 1-3, tomo 1, première série.

LOPES, David. *Textos em Aljamia Portuguesa: documentos para a História do Domínio Português em Safim extraídos dos Originaes da Torre do Tombo*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1897.

PITT-RIVERS, Julian. Honour and social status. In: PERISTIANY, J. G. (ed.). *Honour and shame: the values of Mediterranean Society*. Chicago: University of Chicago Press, 1966. p. 19-77.

RACINE, Matthew T. Service and honor in Sixteenth-Century Portuguese North Africa: Yahya-u-Ta'fut and Portuguese Noble Culture. *The Sixteenth Century Journal*, v. 32, n. 1, p. 67-90, Spring 2001.

ROSENBERGER, Bernard. Yahyā ū Tā'fuft (1506-1518) des ambitions déçues. *Héspéris-Tamuda*, v. XXXI, p. 21-59, 1993.

SERFATY, Nicole S. Le rôle des diplomates juifs dans les relations entre le Maroc et le Portugal au XVI^e siècle. In: *Les courtisans juifs des sultans marocains, XIII^e-XVIII^e siècles*, p. 107-134, 1999. Disponível em: <https://www.cairn.info/les-courtisans-juifs-des-sultans-marocains--291294614X-page-107.htm?contenu=article#rei4noi4>. Acesso em: 13 dez. 2021.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Three ways to be alien: travails & encounters in the Early Modern World*. Waltham: Brandeis University Press, Historical Society of Israel, 2011.

CAPÍTULO IX

Pedro de Mascarenhas

A trajetória do embaixador de D. João III*

Raphael Henrique Dias Barroso

Indo aí D. Pedro de Mascarenhas, embaixador deste sereníssimo rei à Sua Senhoria, não posso deixar de escrever por meio dele à Vossa Senhoria Reverendíssima porque o referido D. Pedro, além de embaixador de um príncipe, tão amigo e obediente à Sede Apostólica como é esta Majestade, é de sangue muito nobre neste reino e, além de suas virtudes, é uma pessoa de grande mérito e favor, junto a seu rei¹.

* Uma versão desse texto foi também publicada em MEGIANI, Ana Paula; MIRANDA, Marcella. *Cultura política e artes de eovernar na Época Moderna: séculos XVI-XVIII*. Porto: Editora Cravo, 2022, p. 431-449, e é um desdobramento da Dissertação de Mestrado *Diplomacia e negócios da fé: a ação dos embaixadores portugueses na Cúria romana (1513-1557)*, defendida em dezembro de 2021 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

1 “Venendo costà don Pietro Mascaregnas, ambasciatore di questo serenissimo re a Sua Signoria, non posso restare di scrivere per lui a Vostra Signoria Reverendissima perché il detto don Pietro, oltre la persona di ambasciatore di un principe si amico et obediente alla Sede Apostolica come questa Maestà, è di sangue nobilissimo inquesto regno et oltre le virtù sue è persona di gran merito et favore

Aos cinquenta e quatro anos de idade, Pedro de Mascarenhas (c. 1484-1555)² havia cumprido mais da metade de sua vida servindo à Coroa portuguesa em diversas situações: comandante da armada portuguesa no ducado de Savoia, estribeiro-mor do rei e embaixador nas cortes da França, do Sacro Império Romano-Germânico e em Roma. Os inúmeros ofícios passados a Mascarenhas se deviam a sua grande aproximação com o rei D. João III (1521-1557), a quem serviu desde antes de sua chegada ao trono. Como afirma o núncio Gerônimo Capodifero – enviado a Portugal por ordem do papa Paulo III (1534-1549) –, na carta em que comunica a indicação de Mascarenhas para a embaixada romana, tratava-se de pessoa “de grande mérito e favor, junto a seu rei”.

Em Portugal, durante o reinado de D. João III, observou-se um progressivo crescimento do número de embaixadores enviados às cortes europeias com a função de residir, isto é, de serem os correspondentes da Coroa e de a informarem sobre todas as notícias de interesse para os assuntos de governo³. Pedro de Mascarenhas foi um dos representantes dessa nova diplomacia. Este trabalho procura reconstruir o percurso desse agente diplomático a serviço da Coroa portuguesa e compreender a finalidade de suas missões, com o intuito de contribuir para o debate sobre as estratégias de governo

appresso il suo re”. CAPODIFERO, Geronimo. Carta a Alessandro Farnese de 2 jan. 1538 *apud* WITTE, Charles-Martial de. *La correspondance des premiers nonces permanents au Portugal 1532-1553*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1980-1986, v. 2, p. 210-211, 2 v.

2 Embora sua data de nascimento seja incerta, é provável que Pedro de Mascarenhas tenha nascido entre os anos 1484 e 1485, pois Diogo de Couto informa que seu falecimento foi no ano de 1555 quando completou “setenta anos”. COUTO, Diogo do. *Décadas da Ásia*. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1782, p. 108, livro 7, parte 1.

3 CARDIM, Pedro. A diplomacia portuguesa no tempo de D. João III. Entre o Império e a Reputação. In: CARNEIRO, Roberto; MATOS, Arthur Teodoro de (ed.). *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*. Lisboa: CHAM, 2004, p. 627-660, p. 630.

de D. João III, em particular no que diz respeito à política diplomática de seu reinado.

A trajetória de Pedro de Mascarenhas

Terceiro filho de D. Fernando Martins de Mascarenhas, alcaide-mor de Alcácer do Sal, e de D. Violante Henrique, Pedro de Mascarenhas foi um dos embaixadores que mais acumulou funções na corte de D. João III. Nasceu em 1484 e, ainda jovem, foi pajem (menino) da rainha Leonor, após o falecimento do marido D. João II (1481-1495). Isto é, foi um escudeiro, que, assim como o navegador Fernando de Magalhães, também foi um dos pajens da rainha⁴. O pai foi um cortesão muito próximo de D. João II: “caualeiro valoroso e pessoa de que El-Rey muito confiaua”⁵. Foi capitão dos ginetes do monarca (posto de guarda do exército abaixo do Condestável e do Marechal⁶) e esteve na execução do terceiro duque de Bragança, pela conspiração contra o monarca, em Viseu, no ano de 1483. Além do mais, foi um dos principais conselheiros do rei D. Manuel (1495-1521) e, como mostra o *Livro de Receitas da Guarda Real*, somente no ano de 1490 D. Fernando recebia um soldo mensal de doze mil e oitenta e seis reais, o mais alto do exército⁷.

Quando D. Fernando faleceu, em 1512, seu filho primogênito, D. João de Mascarenhas, assumiu a capitania dos ginetes e das lanças

4 SOLER, Isabel. Magallanes y el dibujo del mundo. *Anais de História de Além-Mar*, n. 20, p. 17-60, 2019, p. 22.

5 RESENDE, Garcia de. Vidas e feytos d'el-Rey Dom Joan Segundo In: VERDELHO, Evelina (ed.) *Livro das obras de Garcia de Resende*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, p. 234.

6 FARIA, Manuel Severim de. *Notícias de Portugal, offerecidas a el rey N. S. Dom João o V*. Lisboa: Oficina de Antônio Isidoro da Fonseca, 1740, p. 40.

7 FREIRE, Anselmo Braamcamp. A Guarda de D. João II no ano de 1490. *Archivo Historico Português*, v. 5, p. 345-366, 1907, p. 348.

da Guarda Real⁸. Mascarenhas passou para a chefia das estribarias da casa do príncipe D. João (futuro D. João III), ou seja, tornou-se o responsável pelo controle dos cavalos e dos utensílios dos animais domésticos. A função do estribeiro-mor elevava Pedro de Mascarenhas à proximidade com o príncipe, acompanhando-o em caçadas e desfiles públicos, calçando-lhe as esporas e ajudando a subir e descer do animal⁹. Um ofício muito prestigiado, contudo, segundo as *Cortezias que os Senhores Reis de Portugal de glorioza memoria costumão fazer a seus Vassallos* (documento copiado pelo bispo Manuel Pereira no século XVII), Mascarenhas só poderia auxiliar o príncipe na ausência de um infante ou um duque, posições vistas como “mais qualificadas e mais dignas”¹⁰.

Como estribeiro do príncipe, Pedro de Mascarenhas recebia anualmente setenta e quatro mil reais dos impostos dos pescadores de Lisboa, como tença, em 1512¹¹. No ano seguinte, Felipa Henriques, sua primeira mulher, recebeu uma carta de confirmação de arras, ou seja, um contrato dotal em que Mascarenhas assegurava doar trezentos e vinte mil reais dos seus bens: “por que falecendo ele primeiro que ela dita dona filipa sua mulher da vida deste mundo e nam se achando ao dito dom Pedro tantos bens para que ela possa aver as ditas arras lhe asseguramos”¹². O valor do dote do casamento, embora não se especifique na carta de arras, talvez seja a tença de cinquenta e um mil quatrocentos e trinta e seis reais, em nome de

8 Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Chancelaria de D. Manuel. Livro 4, folha 2.

9 Ver o verbete “Estribeiro” em BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino*: aúlico, anatomico, architectonico. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, v. 3, p. 343, 10 v.

10 *Miscelânea histórica*. Biblioteca Nacional de Portugal, Códice 748, folha 66.

11 FREIRE, Anselmo Braamcamp. Os Cadernos de Assentamento. *Archivo Historico Português*, v. 7, p. 292, 1909.

12 ANTT, Chancelaria de D. João III, Doações, livro 48, folha 102v. Sobre as Arras: BLUTEAU, *op. cit.*, v. 1, p. 547.

Filipa Henriques (“finada”) no *Livro das tenças del Rei* de 1524, que Mascarenhas deve ter herdado, devido às *Ordenações Manuelinas* preverem que, na falta de herdeiros, o marido ou a mulher herdavam integralmente os bens do outro, caso não seja expresso em testamento¹³.

Nesses anos, a proximidade com a Casa Real fez Pedro de Mascarenhas acompanhar a princesa D. Beatriz no seu casamento com o duque de Savoia, Carlos II, em cinco de agosto de 1521, na qualidade de capitão das naus e galeotas que iam com “as cousas da Ynfanta”¹⁴. A armada foi grandemente equipada com artilharia e ricos presentes ao duque, como mantimentos, conservas e frutos da Ilha da Madeira. Além de ter como capitão-mor o conde de Vila Nova de Portimão, D. Martinho de Castelo Branco, e com a presença do arcebispo de Lisboa, Martinho Vaz da Costa. A ponto de um cronista como Gaspar Correia afirmar que a armada era o “mjlhor que emtam avya no Reyno”¹⁵.

Ao desembarcar em Nice, no ducado de Savoia, ocorreram festividades promovidas por Carlos II, para a entrega da princesa. Mascarenhas deve ter desfilado nas ruas e participado das danças e banquetes junto ao séquito de D. Beatriz. Entretanto, os fidalgos tiveram que se retirar da companhia da princesa, que foi levada às

13 FREIRE, Anselmo Braamcamp. *Livro das tenças del Rei*. *Archivo Historico Português*, v. 2, p. 79-157; p. 201-227, 1904, p. 96. Ver também o *Título LXIX*: como marido e a mulher socedem hum ao outro das Ordenações do Senhor Rey Dom Manuel I. Lisboa: Real Imprensa da Universidade de Coimbra, 1797, p. 178, livro IV.

14 A participação de Pedro de Mascarenhas na viagem da princesa D. Beatriz carece de uma melhor avaliação, pois na documentação consultada observa-se que Pedro de Mascarenhas teve um homônimo capitão da fortaleza de Azamor, que também foi seu sogro, após o segundo casamento com Helena de Mascarenhas. A documentação não permite definir claramente qual teria sido o acompanhante da infanta, contudo, sabe-se que o homônimo veio a falecer em 1535 após a batalha de Túnis, enquanto Pedro de Mascarenhas faleceu apenas em 1555, durante o vice-reinado na Índia. Sobre a viagem da princesa: CORREIA, Gaspar. *Crônica de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1992, p. 147.

15 *Ibid.*, p. 149.

pressas para Piemonte (residência da corte savoiana), impedindo que qualquer português se aproximasse. Ação que deve ter sido contestada por Mascarenhas, pois ela descumpria as cláusulas de contrato de casamento, em que só seria permitido a entrega da princesa após o pagamento de quinze mil cruzados anuais e a garantia de que ela teria o senhorio das vilas e fortalezas que pertenciam à ex-mulher de Carlos II¹⁶. Porém, de acordo com Gaspar Correia: “O Duque mandou poer gemte armada nos camjnhos que nom leyxasem passar avante os portugueses”¹⁷.

Enquanto muitos regressaram de imediato, outros portugueses persistiram nas terras de Savoia, como Brás de Albuquerque, filho do segundo governador da Índia, D. Afonso de Albuquerque¹⁸. Quando a armada estava de volta em Portugal, provavelmente em 4 de dezembro de 1521, após ancorar em Gibraltar, devido ao falecimento do Arcebispo¹⁹, Pedro de Mascarenhas, como estribeiro do príncipe, talvez já estivesse com D. João III em Almerim, pois “havia poucos dias que la hera hydo com os ynfantes seus yrmãos pera caçar e montar”²⁰. Entretanto, pouco tempo depois tiveram que partir às pressas para Lisboa, pois o rei D. Manuel estava doente e viria a falecer em 13 de dezembro do mesmo ano. Seis dias depois, dia 18, ocorreu a cerimônia de aclamação de D. João III, na qual Mascarenhas deve tê-lo acompanhado pelas ruas de Lisboa, pois o rei se encontrava em um “cavallo muy galante”²¹.

16 RESENDE, Garcia de. A ida da infanta Beatriz. In: VERDELHO, *op. cit.*, p. 493.

17 CORREIA, *op. cit.*, p. 156.

18 BUESCU, Ana Isabel. *D. Beatriz de Portugal, a infanta esquecida (1504-1538)*. Lisboa: Manuscrito, 2019, p. 137.

19 *Memórias dos Arcebispos de Lisboa até 1640*. Biblioteca Nacional de Portugal, Códice 140, folha 42v.

20 CORREIA, *op. cit.*, p. 159.

21 RESENDE, Garcia de. Miscelânea de Garcia de Resende e variedades de histórias, costumes, casos que em seu tempo aconteceram In: VERDELHO, *op. cit.*, p. 585, estrofe 263.

Ao subir ao trono, cuidou D. João III de elevar os membros da sua casa para a corte, como Antônio de Ataíde, vedor da fazenda e, posteriormente, conde de Castanheira e Luís da Silveira, conde de Sortelha e guarda-mor do rei²². O que não foi diferente com Pedro de Mascarenhas, que, já no mês seguinte ao da aclamação, recebeu o alvará régio de estribeiro-mor de D. João III, aumentando o valor das suas rendas e o número de criados que tinha à sua disposição. O valor da tença era de trinta mil reais, retirados na Alfândega de Lisboa, e em Setúbal recebia mais trezentos e doze mil, além de dez mil reais comprados da tença de João de Soure, criado do infante D. Luís, em Beja²³. Aumento de quase cinco vezes em relação ao que recebia como estribeiro do príncipe. Porém, quatro anos depois, quando o rei da França, Francisco I (1494-1547) e o imperador do Sacro Império, Carlos V (1500-1558), assinavam o Tratado de Madri, que estipulava o casamento de Leonor de Áustria (viúva do rei D. Manuel de Portugal) com o rei francês, Pedro de Mascarenhas deixou os trabalhos da estribaria e foi escolhido para sua primeira função de embaixador, recebendo um soldo ainda maior, de mil cruzados, pela embaixada (cerca de quatrocentos mil reais):

Muito alto Senhor. Eu envio dom Pedro de Mazcarenhas de meu conselho e meu estribeiro moor pera vos de minha parte vesitar e dizer o muito grande prazer e contentamento que tenho de saber da amizade dantre vos e ho emperador meu muito amado e prezado irmão e em espicial de vosso casamento com ha Rainha Nossa Senhora²⁴.

22 Sobre a posse de Antônio de Ataíde como conde de Castanheiras e senhor das vilas de Povos e Chileiros, ver ANTT, Núcleo Antigo 878, maço 1, doc. 18. Para a carta de doação a Luís da Silveira como guarda-mor ver ANTT, Chancelaria de D. João III, Doações, livro 36, folha 129v.

23 FREIRE. Livro, *op. cit.*, p. 114.

24 ANTT, Núcleo Antigo 878, maço 1, doc. 7. A conversão dos valores foi baseada no projeto Prices, Wages and Rents da Universidade de Lisboa. Disponível em: <http://pwr-portugal.ics.ul.pt/>. Acesso em: 14 abr. 2022.

Na França, o objetivo era a restituição dos bens tomados por corsários nas ilhas Cabo Verde, o que causava grandes prejuízos aos cofres da Coroa. João da Silveira – que estava em Paris desde o início do reinado de D. João III – recebeu ordem de D. João III para que recebesse Mascarenhas, o novo embaixador na corte: “envio huma pessoa pera entender nos negocios das tomadias que sam feitas. E vos mandarey o que houver por mais meu serviço que façaes acerqua da vossa estada”²⁵. Ao retornar a Portugal, após concluir as negociações na França, Mascarenhas deu seguimento às suas funções diplomáticas, agora na corte do imperador Carlos v. Contudo, mesmo que sua partida fosse anunciada já em finais de 1529 (quando se assinava o Tratado de Cambrai, entre a monarquia francesa e a Casa Habsburgo de Carlos v), na corte portuguesa, o embaixador castelhano, Lope Hurtado de Mendonça, desconhecia qual seria o embaixador enviado ao imperador:

O Rei [D. João III] me disse que envia [uma] pessoa para visitar a Vossa Majestade. Não me disse quem, nem da qualidade que será. Disse que me diria antes de partir (sabendo, avisarei) e que responderia as cartas de Vossa Majestade e da Rainha [Catarina de Áustria]²⁶.

Quando Lope se deu conta que o embaixador seria Pedro de Mascarenhas e que, além disso, a função era para residir, demonstrou irritação com D. João III, porque o embaixador atrasava a sua partida: “D. Pedro de Mascarenhas ainda não foi. O Rei sempre me

25 D. JOÃO III. Carta a João da Silveira de 13 fev. 1527 *apud* VENTURA, Margarida Garcez. *João da Silveira: diplomata português do século XVI*. Lisboa: Gabinete Português de Estudos Humanísticos, 1983, p. 162.

26 “El Rey me ha dicho que enbia persona a visitar a Vuestra Majestad. No me a dicho quien ny de la calidad que será. Dixo que me lo diría antes que partiese, en saviendolo havisará a Vuestra Majestad, y que respondería a las cartas de Vuestra Majestad y asy la Reyna”. MENDONÇA, Lope Hurtado de. Carta a Carlos v de 17 set. 1529 *apud* VIAUDE, Aude. *Correspondance d'un ambassadeur castillan au Portugal dans les années 1530*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2001, p. 378.

disse que o enviará e sei que ganha seu salário como se tivesse ido. Não sei por que causa o detém”²⁷. Na altura em que foi enviada a carta de Lope, o imperador havia sido coroado em Bolonha e partia para Augsburg, onde se realizaria a Dieta imperial com os príncipes eleitores do Sacro Império²⁸. A razão para o atraso na partida, de acordo com D. João III, era a falta de informações de seu embaixador em Castela, Brás Neto²⁹. Mas a demora na partida de Mascarenhas também pode ser explicada de outra forma, pois, àquela altura, o posto de estribeiro-mor era passado ao conde de Vidigueira, D. Francisco da Gama³⁰. Ao que parece, Mascarenhas esperava casar um dos seus futuros filhos com os do conde, após o seu segundo casamento com Helena de Mascarenhas, filha do capitão de Azamor. Nesse mesmo ano de 1530, os registros da chancelaria indicam que Mascarenhas comprou uma porção de terra na vila de Azambuja, na mão de Vasco Gonçalves, almoxarife de Albuquerque (provavelmente, como benefício pela venda do cargo)³¹, e apenas uma tença de cinquenta e um mil quatrocentos e trinta e seis reais, herança do seu primeiro matrimônio³².

Durante o período em que foi embaixador na corte do imperador, Pedro de Mascarenhas participou da Dieta de Augsburg e esteve no

27 “Don Pedro Mazcareñas aun nunca es ydo, siempre me dize el Rey que le enviará y sé que gana aquí su salario como sy fuese ydo. No sé por qué causa le detiene”. MENDONÇA Lope Hurtado de. Carta a Carlos v de 18 maio 1530”, apud VIAUDE, *op. cit.*, p. 412.

28 CARLOS V. Carta a Augustin Grimaldi de 28 fev. 1530, apud LABANDE, Léon Honoré. *Recueil des Lettres de l'Empereur Charles-Quint qui sont conservées dans les archives du Palais de Monaco*. Mônaco: Imprimerie de Monaco, 1950, p. 42.

29 D. JOÃO III. Instruções a Pedro de Mascarenhas de 23 nov. 1529, apud ANDRADA, Ernesto de Campos de. *Relações de Pero de Alcáçovas Carneiro, Conde de Idanha, do tempo que êle e seu pai, António Carneiro, serviram de secretários (1515 a 1568)*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1937, p. 62.

30 COUTO, *op. cit.*, p. 105.

31 ANTT, Chancelaria de D. João III, Doações, livro 51, folha 25.

32 ANTT, Chancelaria de D. João III, Doações, livro 39, folha 133.

condado da Borgonha, em Flandres, Antuérpia, Malinas e Bruxelas. Nessa última cidade, o embaixador se incumbiu de organizar festividades para comemorar o nascimento de D. Manuel, quinto filho e herdeiro de D. João III com a rainha Catarina de Áustria. Grandes personalidades portuguesas da época, como Damião de Góis e André de Resende, auxiliaram a organização do evento e celebraram junto a uma grande comitiva de embaixadores, eclesiásticos e cavaleiros que fazia parte do séquito do Sacro Império³³. No entanto, as cerimônias desagradaram o núncio papal Girolamo Aleandro, que também foi convidado a participar das festividades e observou as cerimônias como uma “sátira manifesta a Roma”. As críticas ao clero interpretadas na peça o *Jubileu de amor* e o forte conteúdo renascentista partilhado por Damião de Góis e Pedro de Mascarenhas chegaram a Roma como um festival de heresias e celebrações protestantes:

Fôramos convidados para o dia de Santo Tomás, o Reverendo Legado, eu e os mais acreditados Embaixadores dos Príncipes, juntamente com os mais distintos Conselheiros do Imperador e muitos outros barões e fidalgos desta corte, para assistirmos a um banquete do Embaixador português, o qual fazia festas inauditas por causa do nascimento dum herdeiro do seu rei, primeiro o Imperador e a Rainha sua irmã, e em seguida a nós. Aí foi representada perante toda a assembleia uma comédia em castelhano e português, de má espécie, que sob o título de Jubileu de amor, era sátira manifesta a Roma, que Roma e do Papa não vinham senão traficâncias de indulgências, e quem não dava dinheiro não somente não era absolvido, mas até excomungado, sempre de novo. Assim começou; assim continuou; assim acabou a comédia; havia sobretudo um que declamava, vestido de roquete de bispo, e fingia ser bispo, e tinha um barrete verdadeiro de Cardeal na cabeça, trazido de casa do Reverendo Legado que lhe dera sem que os nossos

33 ANDRADA, *op. cit.*, p. 213-214.

soubessem para que fim. E todos riam tanto que parecia que todo o mundo se desfazia em júbilo. A mim, contudo, estalava-me o coração. Julgava achar-me dentro da Saxônia e ouvir [Martinho] Lutero ou estar no meio dos horrores do Saque de Roma³⁴.

É provável que a peça que causou o pavor do núncio, teria sido *O Auto da Barca do Inferno* ou *O Auto da Feira*, comédias de Gil Vicente que fazem alusões e censuras ao clero e à corte pontifícia³⁵. Ademais, em Alvito, enquanto Pedro de Mascarenhas preparava as celebrações ao imperador, Gil Vicente também encenava a peça *O Auto da Lusitania*, em comemoração do nascimento do príncipe D. Manuel. De todo o modo, os banquetes, as danças e as outras manifestações festivas que estiveram presentes tanto em Bruxelas, quanto em Alvito, se, por um lado, foram mal vistas pelo núncio papal, por outro, Pedro de Mascarenhas acreditava no verdadeiro sucesso da empreitada:

34 “Fussimo invitati il di di Santo Thomaso, il Reverendissimo Legato, io et gli precipui Oratori di Principi, insieme con gli primi consiglieri Caesarei et infiniti altri Baroni ei nobili di questa Corte, ad un bachetto πρεσβ λυσιτανιαζ, il qual δια τον ποωτοτοχον του βασιλιωζ αυτου ha fato feste inaudite primo a Cesar et alla Regina sorella et poi a noi; dove fu recittata presente mondo una comedia βεριστι χαι λυσιτανστι di una malla sorte, che sotto nome di un Jubileu d'amor era manifesta satyra contra di Roma, sempre nominando apertamente ogni cosa, che da Roma et dal Papa nom veniva se nom vendition di Indulgentie, et chi non dava danari, non era assoluto, ma excomunicato da bel nuovo, et cosi communi-ciò et perserverò et fini la comedia, et era uno principal che parlava, vestito con un rocchetto da Vescovo et fingeasi Vescovo et havea una baretta Cardinalesca in testa, havuta da casa del Reverendissimo Legato, datali per ho senza che gli nostri sapessero per che fine; et era tanto il riso di tutti, che pareva tutto il mondo iubilasse; a me veramente crepava il cuore parendomi esse in meggia Sassonia, ad unir Luther, over esser nelle pene del sacco di Roma”. ALEANDRO, Girolamo. Carta a Clemente VII de 4 jan. 1532 *apud* VASCONCELOS, Carolina Michaelis de. Notas Vicentinas: preliminares de uma edição crítica das obras de Gil Vicente. *Revista da Universidade de Coimbra*, v. 1, n. 1, 1912, p. 219.

35 VITERBO, Francisco de Sousa. Gil Vicente: dois traços para a sua biografia. *Archivo Historico Português*, v. 1, p. 219-228, 1903, p. 227.

Eu senhor quisera servos companheiros nos bailos de Alvito, mas ho que la perdi ganhey qua em guiar a dança e festa que sua Majestade [Carlos v] fez com ha nova da nascença de seu sobrinho, se me Vossa Merçe me vira nela bem crera que tinha parte no aflyhado, do que se fez eu senhor, estou contente, que nom he pouquo, principalmente, do alvoroço com que ho emperador celebrou a festa, e dele pera baixo toda esta corte com mais contentamento que se fora seu proprio principe³⁶.

Ao que parece, Pedro de Mascarenhas tinha muitas razões para festejar pela realização das festas em Bruxelas. Lope Hurtado de Mendonça, por exemplo, percebeu uma euforia na corte portuguesa com a notícia: “O senhor embaixador enviou tão boa exposição ao Rei e à Rainha acerca do prazer que Sua Majestade tivera com o nascimento do seu filho, que me disseram tantos contentamentos como se tivessem restituído um reino perdido”³⁷. Contudo, os altos investimentos careciam de um apoio da Coroa. Mascarenhas, em carta ao secretário, Antônio Carneiro, avisou que receava não ser recompensando como devia, afinal: “a culpa destes meus pensamentos tem ho senhor Amtonio de tayde”³⁸.

Segundo o cronista Garpar Correia, foram gastos cerca de cinco mil cruzados no banquete para o imperador³⁹. No entanto, as maiores despesas da Coroa foram para a embaixada de Antônio de Ataíde, vedor da fazenda, que tinha partido para a França para a

36 MASCARENHAS, Pedro de. Carta a Antônio Carneiro de 26 dez. 1531. ANTT, Corpo Cronológico, Parte 1, maço 46, doc. 42.

37 “El señor enbaxador envió tan buena relación al Rey y la Reina del placer que Su Majestad abia abido del naçimiento de su hijo que me an dicho tantos contentamientos como sy les hubiera hecho restituyr un reyno que hubiera perdido”. MENDONÇA, Lope Hurtado de. Carta a Francisco de los Covos de 16 fev. 1532 *apud* VIAUDE, *op. cit.*, p. 493.

38 MASCARENHAS, Pedro de. Carta a Antônio Carneiro de 26 dez. 1531. ANTT, Corpo Cronológico, Parte 1, maço 46, doc. 42.

39 CORREIA, *op. cit.*, p. 306.

revogação da carta de marca do corsário Jean Ango⁴⁰. Mascarenhas estava a par das negociações na França e ciente dos altos valores que eram enviados à embaixada. Antes da conclusão da revogação da carta de marca, por exemplo, D. João III ordenava a Ataíde: “de tudo farees saber a dom Pedro [de Mascarenhas], meu embaixador, pera dar d’isso conta ao emperador, meu irmão”⁴¹. Ademais, embora servissem a D. João III, desde a casa do príncipe, a proximidade de Antônio de Ataíde com o monarca era vista com desconfiança na corte. “Todos trabalham para lhe fazer dano”⁴² – relatava Lope Hurtado de Mendonça –, e quando Ataíde retornou da França e foi nomeado conde de Castanheira e alcaide de Alegrete: “As duas coisas repercutiram muito aqui e o Rei lhe [Antônio de Ataíde] ama tanto que se acredita que lhe dará outros [benefícios] que sejam muito maiores”⁴³.

Mesmo sob as desconfianças com Ataíde, Pedro de Mascarenhas continuou em campanha com o imperador. Seguiu para Ratisbona, onde programaram a defesa do cerco de Viena e depois para

40 Jean Ango, almirante de Dieppe, havia sido capturado por mercadores portugueses em 1529, após saquear navios da Índia nos arquipélagos dos Açores. Foi enviado de volta a França, com auxílio do embaixador Honorato de Caix. Contudo, em 1531, recebeu uma carta de marca (ou de corso) para a represarias aos navios portugueses. A carta só foi revogada após a embaixada de Antônio de Ataíde e de Covarron, embaixador de Carlos V, em 12 de agosto de 1531, depois do pagamento sessenta mil francos da Coroa portuguesa. PALHA, Fernando. *A carta de marca de João Ango: exposição summaria dos factos extraída de documentos originaes e inéditos*. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1882, p. 11-22.

41 D. JOÃO III. Carta a Antônio de Ataíde de 12 ago. 1531 *apud* FORD, Jeremiah Denis Matthias. *Letters of John III King of Portugal (1521-1557)*. Cambridge: Harvard University Press, 1931, p. 47.

42 “Todos trabajan para hacerle daño”. MENDONÇA, Lope Hurtado de. Carta a Carlos V de 3 set. 1532 *apud* VIAUDE, *op. cit.*, p. 571.

43 “Las dos cosas se han tenido aca en mucho y el Rey le quiere tanto que se cree que le dara otros que sean mucho más”. MENDONÇA, Lope Hurtado de. Carta a Francisco de los Covos de 16 maio 1532 *apud* VIAUDE, *op. cit.*, p. 527.

Bolonha, quando esteve em reunião com o papa Clemente VII (1523-1534), após o anúncio da dissolução do casamento de Henrique VIII (1509-1547) da Inglaterra, e dos preparativos para a realização de um concílio contra o avanço protestante⁴⁴. No caminho de volta à Península Ibérica, entre Milão e Alexandria, Pedro de Mascarenhas, provavelmente, esteve na companhia do agente inglês Augustine de Augustinis, que escreveu ao conde de Essex e ministro, Thomas Cromwell, acerca da conversa que tiveram:

Ao sair de Milão, acompanhei o embaixador do rei de Portugal. Conversei com ele sobre a navegação dos portugueses na Índia, e elogiei o empreendimento do pai do rei, D. Manuel. Ele disse que alguns grandes príncipes [o] invejavam; em que perguntei quem. Ele disse que os reis da França e da Inglaterra forneceram navios aos seus mercadores por conta própria, o que não era uma marinha pequena, e usaram os nomes de seus reis para sua proteção, enquanto interrompiam a navegação dos portugueses, que não foram apenas os primeiros descobridores, mas tiveram a posse dos lugares que lhes foram concedidos pelo papa Alexandre VI⁴⁵.

Augustinis se referia ao tratado de Tordesilhas, assinado por D. João II, os reis Fernando de Aragão e Isabel de Castela e ratificado

44 SANDOVAL, Prudêncio de. *Historia de la Vida y Hechos del Emperador Carlos v.* Madrid: La Ilustración, 1847, v. 6, p. 58.

45 "In coming out of Milan, I accompanied the king of Portugal's ambassador. Talked with him about the navigation of the Portuguese in India, and praised the enterprise of the King's father, Emanuel. He said some great princes envied it; on which I asked who. He said the kings of France and England had furnished their merchants with ships at their own charges, which made no small navy, and used their King's names for their protection, while interrupting the navigation of the Portuguese, who were not only the first discoverers, but had possession of the places granted to them by Pope Alexander VI". AUGUSTINIS, Augustine de. Carta a Thomas Cromwell de 22 mar. 1533 *apud* GAIRDNER, James. *Letters and papers, foreign and domestic of the reign of Henry VIII.* London: Longsmans, Green, Reader & Dyer, 1880, p. 118, v. 6.

pelo papa Alexandre VI, em 1494⁴⁶. Ademais, a referência ao corso e à defesa da legitimidade portuguesa sobre as conquistas deve ter sido uma das motivações de Mascarenhas para assumir a alcaidaria-mor de Trancoso no ano de 1536, com uma tença anual de cinquenta mil reais, quando regressou a Portugal⁴⁷. Nesse momento, as funções diplomáticas parecem ter dado uma pequena pausa na carreira de Mascarenhas. No entanto, dois anos depois, após o embaixador em Roma, Pedro de Sousa de Távora, aceitar o bispado de São Tiago por indicação do papa Paulo III, a Coroa portuguesa decidiu enviar Pedro de Mascarenhas para a embaixada romana. A principal instrução era colocar D. Henrique, irmão de D. João III, como inquisidor-mor para reforçar o tribunal da Inquisição criado há pouco tempo em solo lusitano. Paulo III evitou em vários momentos o pedido do rei de Portugal. Pedro de Mascarenhas, inclusive, chegou a dizer que o negócio da Inquisição era impossível, por isso: “soplyco a Vossa Alteza que me nom queira acupar nem deter no negocio da imquisição, porque eu confesso nam no entender nem ser pera ele, e aver mester negoceado per doutor dos que Vossa Alteza tem por mais espertos em seu servyço”⁴⁸.

Naquela altura, embora a Inquisição tivesse sido criada, algumas cláusulas na bula eram contestadas pelos inquisidores, como o direito de apelação à corte romana e a citação dos nomes das testemunhas durante o processo⁴⁹. Além desse negócio, Mascarenhas também esteve encarregado de outros, como as dispensas papais

46 MARCOCCI, Giuseppe. *A consciência de um império*. Portugal e o seu mundo (séc. xv-xvi). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, p. 69.

47 ANTT, Chancelaria de D. João III, Doações, Livro 21, folha 145v.

48 MASCARENHAS, Pedro de. Carta a D. João III de 21 set. 1539 *apud* *Corpo Diplomático Português, contendo os actos e as relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o século XVI até os nossos dias*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1884, p. 151, v. 4.

49 MASCARENHAS, Pedro de. Carta a D. João III de 15 jun. 1539 *apud* *Corpo Diplomatico, op. cit.*, p. 41.

para o casamento do rei Manicongo, a reforma das abadias dominicanas e agostinianas em Portugal e a incorporação dos mestrados das ordens de Cristo e Avis para a Coroa. Embora, quanto a essa última, o próprio embaixador tenha se recusado a dar seguimento à negociação, visto ser professo (membro) da ordem de Cristo: “recebirey em syngular merce tirar me Vossa Alteza deste escrúpulo porque, ainda que nam ouvese mais que cuidar es que ho nam posso negociar sem encorer em pecado mortal”⁵⁰.

O grande empecilho na resolução dos negócios da Cúria, segundo o embaixador, era o papa Paulo III: “E alembro a Vossa Alteza que este papa he homem pera se esperar delle todo rigor como tomar o freo nos dentes”⁵¹. De fato, Paulo III tinha negado a nomeação de D. Henrique como inquisidor-mor e tinha absolvido Aires Vaz, médico da corte acusado de adivinhar “cousas futuras”⁵², mas também foi em Roma que Mascarenhas acabou sofrendo um grave acidente no rosto, durante um torneio de justa que o deixou impedido de continuar com as negociações pelos últimos meses de 1539:

Com esta nova Vossa Alteza pode bem crer que o acidente dos meus olhos se nam amamsoum amtes lh’afirmo que fez vir febre omde a não avia: e por estar cheo d’emprastos no rosto, e sem poder sofrer cracrydade nos olhos, me nam fuy loguo ao papa, mas com que ficava, e dyzer por palavras o mais que compria ao negoceo⁵³.

Em pouco tempo, com ajuda dos *físicos* (médicos, provavelmente judeus), o embaixador se recuperou e deu seguimento aos trabalhos

50 MASCARENHAS, Pedro de. Carta a D. João III de 21 set. 1539 *apud* Corpo Diplomático, *op. cit.*, p. 172-178.

51 *Ibid.*, p. 176.

52 PAULO III. Carta a Gerônimo Capodifero de 20 set. 1539 *apud* WITTE, *op. cit.*, p. 382-385.

53 MASCARENHAS, Pedro de. Carta a D. João III de 22 jun. 1539 *apud* Corpo Diplomático, *op. cit.*, p. 80. “Emprasto” ou Emplastro é um curativo ou medicamento usado em inchações ou cortes. Ver verbete “Emplastro” em BLUTEAU, *op. cit.*, v. 3, p. 64.

em Roma. Mas as exigências do negócio da Inquisição parecem tê-lo desgastado enormemente, pois, sem garantir que cumpriria o “concerto” na bula da Inquisição, Mascarenhas pediu para retornar a Portugal e ser realocado em outras funções na corte⁵⁴. D. João III negou o pedido, requeria com urgência a resolução dos negócios, principalmente a saída do núncio Gerônimo Capodifero, que negava a execução dos julgamentos. Ante as exigências do rei, Mascarenhas precisou pedir auxílio do cardeal Antonio Pucci para convencer D. João III a lhe dar licença. Em carta, o cardeal informou que a doença nos olhos que o embaixador havia contraído tinha uma única razão, a saudade da segunda mulher. Mascarenhas, que não tinha tido filhos no primeiro casamento, pelo falecimento de Felipa Henriques, quando veio a se casar com Helena Mascarenhas, também não obteve êxito, pois em nenhum dos casamentos conseguiu gerar um herdeiro⁵⁵:

Só uma coisa me distingue no dito D. Pedro: que sempre o vejo triste e que em nada encontra prazer a não ser em servir Vossa Alteza. Mas nem isso basta para o alegrar completamente por causa das muitas dificuldades que trazem consigo a natureza dos negócios e a disposição desta corte. Quando soube que o amor que tem à sua segunda mulher é muito maior que o que teve à primeira, passou a sofrer muito mais. Parece-lhe – e com razão – que está tão longe dela que só vive desta lembrança. Por isso tenho a maior compaixão dele⁵⁶.

54 MASCARENHAS, Pedro de. Carta a D. João III de 22 jun. 1539, apud *Corpo Diplomático*, *op. cit.*, p. 81.

55 MORAIS, Cristóvão Alão de. *Pedatura Lusitana (Nobiliário de famílias de Portugal)*. v. 3. Porto: Fernando Machado, 1998, p. 52.

56 “Una sola cosa mi è dispiaciuta in detto don Pietro: el vederlo sempre afflito et di niuna cosa pigliar piacere se non in negoziare in servitio di Vostra Altezza. Ma anche questo non bastava a farlo stare allegro per le tante difficulta che la natura de negotii et la conditione di questa corte portavano seco. Ma havendo io inteso che lo amore della seconda mogliera è piu potente che quello della prima, tribuisco tutto a questa sola causa parendoli essere tanto remoto da quella della

A carta do cardeal talvez tenha sido o maior auxílio do embaixador para retornar a Portugal, mas, antes, um último negócio foi passado a Mascarenhas, já que a resolução da Inquisição continuaria em aberto. D. João III foi informado pelo reitor do colégio Santa Bárbara da Universidade de Paris, Diogo de Gouveia, da ida a Roma de clérigos que tinham jurado votos de pobreza e castidade e seriam de grande benefício na conversão dos nativos na Ásia⁵⁷. Esses eram os primeiros missionários da Companhia de Jesus (ordem fundada em 1534 e confirmada pelo papa em setembro de 1540)⁵⁸. Para a Coroa, a chegada desses frades era vista como uma importante arma no governo das novas terras, por isso:

Trabalheis por saber que homens estes são, e onde estão, e de sua vida e costumes e letras, e preposito; e sendo estes lhes faleis se ahi estiverem, e sendo absentes lhe escreveys e façays que eles queirão vir a mim, porque certo, se seu preposito he esse de acrescentar e aproveitar a fee, e servir a Deos pregando e com exemplo de suas vidas, nam pode haver parte onde lhes esse mais aparelhado poderem-no fazer e cumprir seus desejos que em minhas conquistas⁵⁹.

Eram quatro os clérigos que Pedro de Mascarenhas havia encontrado: Inácio de Loyola, que era confessor do embaixador, o navarro Francisco Xavier, o saboiano Pierre Fabre e o português Simão Rodrigues. Em setembro de 1539, o grupo ainda era mais extenso

cui memoria solo si pasce, et ragionevolmente. Per il che tanto maggior compassione li porto". PUCCI, Antonio. Carta a D. João III de 4 out. 1539, apud *Corpo Diplomático*, op. cit., p. 189..

57 Para a carta de Diogo de Gouveia ver ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte 1, maço 60, doc. 119.

58 Ver a Bula *Regimini militantes Ecclesiae* apud LOPES, Antônio. *D. Pedro Mascarenhas: Introdutor da Companhia de Jesus em Portugal*. Braga: Editorial Apostolado da Oração, 2003. p. 37.

59 D. JOÃO III. Carta a Pedro de Mascarenhas de 4 ago. 1539 apud *Corpo Diplomático*, op. cit., p. 105.

e já contava com dez frades que tinham retornado de Jerusalém, após obterem autorização do papa Paulo III para peregrinação, como Nicolau de Bombadilla e Diego Laynêz⁶⁰. Mas, em todo caso, Mascarenhas teve boas impressões dos “mestres de Parys”; Bombadilla e Simão Rodrigues, por exemplo, foram por ele escolhidos para servirem à Coroa nos domínios do rei. Bombadilla, no entanto, acabou sendo substituído por Francisco Xavier em último momento por ordem de Inácio de Loyola: “E dos que me deram hum he português. [...] Ho outro castelhano levarey comygo por terra. A mais informação destes crelyguos e maneira de sua vida direy por mym a Vossa Alteza”⁶¹. Mascarenhas deve ter impressionado a corte com suas informações sobre os jesuítas; em pouco tempo, a ordem espalhava pelos domínios do reino. Simão Rodrigues fundou as primeiras casas professas da companhia no colégio Santo Antão-o-Velho e na ermida de São Roque em Lisboa, e, depois, também esteve junto à administração do Colégio das Artes da Universidade de Coimbra, repassada à ordem no ano de 1555⁶². Francisco Xavier foi enviado à Índia e depois ficou conhecido como “Apóstolo das Índias”, tendo ido ao Japão, a Macau e às ilhas Molucas⁶³. Além disso, no Brasil, chegaram Manoel da Nóbrega e José de Anchieta, que vieram com os primeiros governadores gerais⁶⁴.

60 LOPES, *op. cit.*, p. 60-71.

61 *Ibid.*, p. 292.

62 Para a doação das primeiras casas professas da Companhia de Jesus ver RIBEIRO, Victor. Algumas notícias documentais de arte e arqueologia relativas à Misericórdia de Lisboa e a sua Igreja e Casa de São Roque. *Archivo Historico Português*, v. 5, p. 26-42, 1907, p. 41.

63 LOPES, *op. cit.*, p. 167-172.

64 XAVIER, Ângela Barreto. Aparejo y disposición para se reformar y criar otro nuevo mundo: a evangelização dos indianos e a política imperial joanina. In: CARNEIRO, Roberto; MATOS, Arthur Teodoro de (ed.). *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*. Lisboa: CHAM, p. 783-806, 2004.

De volta a Portugal, Mascarenhas, novamente como alcaide de Trancoso, foi enviado para a região de fronteira do reino, especificamente para a demarcação das vilas alentejanas de Arronches e Moura⁶⁵. O censo de 1527 havia estipulado uma distância de oito léguas entre a vila de Moura e a fronteira de Castela e quatro léguas entre Arronches e a vila castelhana de Alburquerque⁶⁶. Porém, o juiz de fora de Campo Maior, João de Andrada, havia informado a Coroa da apreensão de trezentas e noventa cabeças de gado, ovelhas e cabras de cinco castelhanos, justificando que pertenciam às terras do rei de Portugal: “Vossa Alteza me faça merce da parte que lhe pertence neste guado que agora tomei porque aqui me pode ser julgada repartida entre tantos oficiais que comigo leuei”⁶⁷. Mascarenhas, após apurar o caso, concluiu que os bens tomados pertenciam aos moradores castelhanos e que o rei deveria restituir aos donos e também aos “padres e amigos” que o ajudaram na demarcação da fronteira:

Como Vossa Alteza sabe que estes poveitos soem polla maior parte ficar com os mais ricos e mais poderosos dos poucos, e as perdas com os mais fracos e pobres, ha mister que Vossa Alteza mande ca quem os uenha igoalar fazendo tornar aos que o tem sobejo e dar aos pobres o que lhe falta⁶⁸.

Alguns anos depois, em 1548, Mascarenhas era novamente um dos oficiais da casa do príncipe de Portugal D. João, pai do futuro rei D. Sebastião (1568-1578), então, com doze anos e jurado herdeiro do trono nas cortes de Almeirim de 1545. Mascarenhas era o mordomo-mor e tinha um dos valores mais altos entre as tenças, cento e vinte

65 ANTT, Corpo Cronológico, Parte 1, maço 72, doc. 138.

66 FREIRE, Anselmo Braamcamp. Povoação de Entre Tejo e Guadiana no século xvi. *Archivo Historico Português*, v. 4, p. 93-103, 1906, p. 96-97.

67 ANDRADA, João de. Carta a D. João III [S. d.]. ANTT, Núcleo Antigo 879, maço 2, doc. 15.

68 MASCARENHAS, Pedro de. Carta a D. João III de 16 out. 1542. ANTT, Corpo Cronológico, Parte 1, maço 72, doc. 138.

mil setecentos e dezesseis reais por ano, como consta no quadro de despesas da casa do Príncipe:

Quadro 1. Oficiais da casa do príncipe D. João⁶⁹

Nome	Função	Tenças em reais
Pedro de Mascarenhas	Mordomo-mor	120.716
D. Jorge Henrique	Caçador-mor	63.600
Jorge de Melo	Monteiro-mor	51.432
D. Garcia de Almeida	Vedor	66.000
D. Afonso de Noronha	Copeiro-mor	18.570
D. Francisco de Portugal	Estribeiro-mor	48.570
D. Felipe de Sousa	Mestre sala	41.570
Aires de Sousa	Porteiro-mor	—
D. Francisco de Farão	Vedor da fazenda	—
Rui Pereira da Silva	Guarda-mor	—
Francisco de Sá	Camareiro	—

Fonte: ANTT, Coleção de São Vicente, livro 2, folha 240.

No mesmo ano da integração de Mascarenhas à casa do príncipe, Mascarenhas precisou retornar às suas funções diplomáticas, agora em território mulçumano. A Coroa preparou uma armada de escolta às naus da Índia. Havia chegado a notícia de que chegariam três navios com mais de duzentos homens e que piratas e corsários poderiam interceptá-los no norte da África. Além disso, que as praças de Tanger, Arzila e Alcácer-Céguer poderiam ser sitiadas pelos exércitos mulçumanos. Segundo o cronista Francisco de Andrada:

69 Para Aires de Sousa, D. Francisco de Farão, Rui Pereira da Silva e Francisco de Sá, não é indicado o valor das tenças pelo ofício.

El Rey nesse tempo vendo as muytas duuidas que no conselho se mouião nas cousas de Africa, e que polla muyta variedade das informações, e pareceres se não podia acabar de resolver nelas, detriminou mandar lá dom Pedro mazcarennhas, de quem fiaua que lhe saberia dar a verdadeira e certa informação disto⁷⁰.

Foram juntamente com Pedro de Mascarenhas, seu sobrinho, D. João de Mascarenhas, e Manuel Jaques, capitão de Tânger⁷¹. Em agosto, Mascarenhas chegava em Arzila. Suas primeiras ordens foram reforçar a fortificação para conter um possível cerco, mas pediu auxílio do rei com mais soldados e armamentos, sobretudo⁷². Chegou à informação que Dragut Reis, capitão das armadas otomanas, comandaria um ataque. Portanto, foi encomendado pelo capitão de Arzila que as naus de Ceuta partissem para vigiar a costa até Málaga⁷³. Enquanto isso, Mascarenhas procurou reforçar os estaleiros de Alcácer para a chegada da armada portuguesa. A região do Seinal, como descreve o cronista Francisco de Andrada, tinha inúmeras pedreiras e recifes que encalhavam os navios, e Mascarenhas precisou de financiamento da Coroa e do envio de madeira para a reforma do porto, de forma que os navios atracassem com segurança. O investimento era alto, mas D. João III: “ainda que por muytas rezões pareceo a El Rey falsa a noua de Dargut Arraiz [ter] entrado no estreyto, com tudo nas cousas da guerra de qualquer sospeita se deue lançar mão para não auer descuido nelas”⁷⁴.

Assim como Mascarenhas, D. Afonso de Noronha, capitão de Ceuta, escreveu a D. João III pedindo com urgência provimentos para a defesa das praças africanas⁷⁵. De Constantinopla, chegavam

70 ANDRADA, Francisco de. *Crônica de D. João III*. Porto: Lello & Irmão, 1976, p. 1004.

71 *Ibid.*, p. 1006.

72 *Ibid.*, p. 1007.

73 *Ibid.*, p. 1011.

74 *Ibid.*, p. 1012.

75 ANTT, Corpo Cronológico, Parte 1, maço 83, doc. 5.

informações, as “Nouas do Turco”, de que o sultão Solimão havia iniciado uma campanha contra a Pérsia, e que era falsa a informação da vinda da armada otomana⁷⁶. No entanto, uma ofensiva por terra era esperada. Por isso, Mascarenhas partiu como embaixador para o sultanato de Belez para negociar a manutenção de Alcácer-Ceguer e Arzila, que estavam sob cerco mulçumano⁷⁷. A questão da defesa do interior do norte da África era já uma realidade desde o reinado de D. Manuel⁷⁸. Os sultanatos de Belez e Fez, liderados por dinastias rivais, eram apoiados ora ou outra pela Coroa, de forma a proteger as praças portuguesas dispersas no litoral⁷⁹. Contudo, o abastecimento das praças era feito quase exclusivamente pelas rotas marítimas, visto que o interior era cercado pelos territórios mulçumanos e, além disso, que a falta de suprimentos e de proteção já tinha levado ao abandono de Safim, Azamor e Santa Cruz do Cabo da Gué, em 1541⁸⁰.

Com efeito, desde a década de 1520, pelo menos, a Coroa já discutia o abandono das praças no norte da África. Em 1534, por exemplo, a defesa de Azamor e Safim tinha custado cem mil cruzados à Coroa e, em 1541, trezentos mil⁸¹. Mascarenhas aconselhou o rei que deveria “derribar” Alcácer, visto que a defesa e a construção do forte no Seinal seria um investimento de muito custo⁸². D. João III deve ter seguido as recomendações, pois após Mascarenhas ter

76 ANTT, Corpo Cronológico, Parte 1, maço 82, doc. 117.

77 SOUSA, Frei Luís de. *Anais de D. João III*. v. 2 Lisboa: Sá da Costa, 1954, p. 281.

78 CRUZ, Maria Leonor Garcia. As controvérsias ao tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África, *Mare Liberum*, 13, p. 123-199, 1997, p. 125.

79 COUTINHO, Valdemar. O Algarve e a política marroquina de D. João III. In: CARNEIRO, Roberto; MATOS, Arthur Teodoro de (ed.). *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*. Lisboa: CHAM, p. 217-229, 2004.

80 SOUSA, *op. cit.*, p. 170-179; 208-211.

81 *Ibid.*, p. 273.

82 Derribar é desfazer-se de algo, destruindo as casas, eliminando a população e as provisões que seriam repassadas para o inimigo. Ver verbete “Derribar” em

retornado a Portugal, o rei enviou-lhe uma ordem para partir para Trento, à realização da segunda fase do Concílio, enquanto as praças de Alcácer e Arzila eram abandonadas no ano seguinte⁸³.

Esse abandono das praças na África e a repentina morte do príncipe D. João em 1554 marcaram o final das atuações de Mascarenhas como representante da Coroa na Europa. Após retornar da segunda fase do Concílio de Trento, com setenta anos, foi dada uma provisão para o vice-reinado da Índia, na qual Pero de Alcáçovas Carneiro registrou que Mascarenhas esteve reticente com a ordem do monarca:

Na cidade de Lisboa, a 20 dias de mês de Março de 1554, pediu D. Pedro de Mascarenhas a El-Rei, nosso Senhor, depois de o Sua Alteza ter declarado por Vizo-rei das partes da India, que houvesse Sua Alteza por bem de lhe mandar dar uma Provisão, que, quando ele se não sentisse em disposição de poder servir Sua Alteza naquele carregó, mandando ele o ano antes avisar disso Sua Alteza e pedir licença para se vir, ele pudesse vir-se e se abrirem as sucessões, assim, como se abriram no caso, que ele falecesse, e que confiasse Sua Alteza dele que desta Provisão não usaria senão quando outra coisa lhe não fosse possível e ele se achasse em tal disposição, que não pudesse inteiramente cumprir com a obrigação de seu serviço e carregó⁸⁴.

O mandato do governo de Vice-rei da Índia era de três anos, mas Mascarenhas talvez não acreditasse que cumpriria o cargo ou mesmo que regressaria a Portugal. Dez anos antes, D. Estevão da Gama, filho do famoso navegador Vasco da Gama, foi retirado do governo da Índia sem que cumprisse os três anos de mandato, por ordem do inimigo de Mascarenhas, Antônio de Ataíde (que colocava

COVARRUBIAS OROZCO, Sebastián de. *Tesoro de la lengua castellana, o española*. Madrid: Impreso por Luís Sanchez, 1611, folha 305v.

83 MASCARENHAS, Pedro de. Carta a D. João III de 4 ago. 1549. ANTT, Corpo Cronológico, Parte 1, maço 82, doc. 26.

84 ANDRADA, *Relações*, op. cit., p. 425-426.

no lugar Martim Afonso de Sousa)⁸⁵. Naquela altura, Ataíde tinha presença permanente nos autos da Fazenda Real, seja nas Casas da Mina, da Índia, ordenando a preparação das armadas, seja no estabelecimento de contratos de comércio⁸⁶. Embora o vice-reinado da Índia tivesse vários atributos disponíveis para Mascarenhas: um Conselho de Estado, Relação da Alçada, uma Mesa da Consciência e Ordens, Vedoria da Fazenda, Casa dos Contos, além de direitos “majestáticos”, como poder conferir mercês, cunhar moedas, impor tributos, e um ordenado anual de oito mil cruzados⁸⁷, para Mascarenhas, tratava-se mais de “exílio” que de “mercê”: “Ele esteve tão longe de querer este Vice-reinado, que propriamente o chamamos de exílio”⁸⁸.

Na Índia, esperava-se que Mascarenhas aliviasse as receitas dos encargos da Coroa, gerando novas fontes de riquezas para suprir o abandono das praças africanas. Ao aportar em Goa, buscou primeiro evitar conflitos com os soberanos asiáticos, recebeu embaixadores do rei de Visapor, enviou uma armada para a costa de Malabar

85 PELÚCIA, Alexandra. *Martim Afonso de Sousa e sua Linhagem*: a Elite dirigente do Império português nos reinados de D. João III e de D. Sebastião. Tese (Doutorado em História) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2007, p. 219-274.

86 CRUZ, Maria Leonor Garcia. Práticas comerciais e financeiras e reestruturação econômicas em considerações de D. Antônio de Ataíde, conselheiro e vedor da Fazenda de D. João III. In: CARNEIRO, Roberto; MATOS, Arthur Teodoro de (ed.). *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*. Lisboa: CHAM, p. 501-512, 2004.

87 BICALHO, Maria Fernanda e MONTEIRO, Nuno Gonçalo. As instituições civis da monarquia portuguesa na Idade Moderna: centro e periferia do império. In: PALOMO, Federico; STUMPF, Roberta; XAVIER, Ângela Barreto (org.). *Monarquias Ibéricas em perspectiva comparada (séculos XVI-XVIII)*: dinâmicas imperiais e circulação de modelos político-administrativo. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, p. 137-158, 2018, p. 230.

88 “Estuvo él tan fuera de apetecer este Virreynato, que propriamente le llamamos destierro”. SOUSA, Manuel de Faria e. *Ásia Portuguesa*. Lisboa: Oficina de Henrique Valente de Oliveira, 1674, p. 288. v. 2

e frades para o Preste João⁸⁹. Além de ter cunhado a moeda de prata, Patacão: “a maior deste metal, que houve naquele Estado”⁹⁰. O cronista Diogo de Couto, por exemplo, analisando um desses momentos dos despachos de Mascarenhas, registrou o encontro do vice-rei com um criado que requeria retornar a Portugal:

Foi este Viso-Rey homem mui inteiro na justiça, e tanto que chegou à India, mandou fazer hum rol de todos os cargos que estavam vagos, e que hiam vagando; e mandou lançar pregões, que todos os criados de ELREY, que na India andavam servindo, acudissem com seus papeis pera os despacharem [...]. E andando ele despachando estes homens, lhe apresentou seus papeis hum criado de hum valido do Reyno, que havia tres annos que andava na India: este tardando-lhe o despacho, appareceo muitas vezes diante do Viso-Rey, e lhe fez suas lembranças, e de huma lhe disse: “Vossa Senhoria não me despacha, sendo eu hum homem, que ha tres annos que ando nestas partes servindo, o que mereço [para que] me façam mercê?” O Viso-Rey mui severo lhe respondeu: “Ando agora despachando os de vinte, e quinze annos, como chegar aos de tres, então terei lembrança de vós”⁹¹.

Foram apenas nove meses da estadia de Mascarenhas na Índia. Ele faleceu em 16 de junho de 1555: “de uma febrezinha lenta que logo apertou com ele de afeição”⁹². Com efeito, o fato de não ter gerado herdeiros legítimos e constituir morgados e alianças com as casas nobiliárquicas foi um dos motivos do seu “exílio”. Acreditava-se que Mascarenhas não buscava enriquecer na Índia por já ser muito rico e por não ter filhos com quem buscasse dividir as riquezas quando regressasse: “porque assim [poderia] governar mais livremente,

89 ANDRADA, *Crônica*, *op. cit.*, p. 1001-1009.

90 FARIA, *op. cit.*, p. 181.

91 COUTO, *op. cit.*, p. 107-108.

92 *Ibid.*, p. 103.

sem haver quem lhe faça fazer desordens”⁹³. Seus bens foram herdados por sua segunda mulher e seu sobrinho João de Mascarenhas, e, de acordo com o cronista Francisco de Andrada, ele foi sepultado na Catedral da Sé de Goa: “com toda pompa e solenidade funeral que foy possível”⁹⁴.

Em síntese, Mascarenhas foi um dos vários cavaleiros da Casa Real, que, no reinado de D. João III, foi atraída para a empresa expansionista⁹⁵. Vários capitães como João de Lisboa, Duarte Barbosa, Vasco da Gama, Bernardo Pires e Cristóvão Fernandes foram nobilitados ou receberam privilégios exclusivos da nobreza pelos serviços na Índia, como títulos de cavaleiros das ordens militares e isenção de impostos⁹⁶. Esses, excluindo Vasco da Gama, não assumiram posto de vedores ou governadores das conquistas do ultramar, como Mascarenhas, mas se destacaram pelas habilidades náuticas, conseguindo fugir das ações de corsários e trazendo grandes cargas de especiarias. Mascarenhas, no entanto, esteve na contramão. A reticência em assumir o vice-reinado da Índia talvez se explique pela constatação que Lope Hurtado de Mendonça fez a Carlos V, a respeito da perda dos vários fidalgos portugueses que partiam para a Índia em busca de enriquecimento: “Todos se dão ao Diabo pela Índia porque é sepultura da gente nobre deste reino”⁹⁷.

93 *Ibid.*, p. 31.

94 ANDRADA, *Crônica*, *op. cit.*, p. 1209.

95 LACERDA, Teresa. A Nobreza na Carreira da Índia no reinado de D. João III: uma avaliação social *In*: CARNEIRO, Roberto; MATOS, Arthur Teodoro de (ed.). *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*. Lisboa: CHAM, 2004, p. 408, p. 401-415.

96 DUTRA, Francis. The social and economic world of Portugal's elite seafarers, 1481-1600, *Mediterranean Studies*. v. 14, p. 95-105, 2005.

97 “Todos se dan al diablo con la India porque es sepultura de la gente noble d'este reyno”. MENDONÇA, Lope Hurtado de. Carta a Carlos V de 21 jun. 1529 *apud* VIAUDE, *op. cit.*, p. 367. “Dar ao Diabo” é uma expressão em espanhol que significa manifestar desprezo ou indignação a algo ou alguém. Disponível em: <https://dle.rae.es/diablo#92uQnmL>. Acesso em: 4 out. 2021.

Considerações finais

Ao acompanharmos a trajetória de Pedro de Mascarenhas como servidor da Coroa portuguesa durante o reinado de D. João III, podemos entender a escolha das palavras do núncio Gerônimo Capodifero, quando escreveu ao cardeal Farnese anunciando a chegada do embaixador: “é uma pessoa de grande mérito e simpatia, junto a seu rei”. A ligação com o monarca começou ainda antes da sua chegada ao trono, servindo a ele como um fiel escudeiro desde a tenra idade. As variadas ocupações que obteve foram acompanhadas também de valorosas rendas. Da estribaria do príncipe e de seus “modestos” setenta e quatro mil reais anuais em 1512, passando por embaixadas e pela alcaidaria de Trancoso, até a “majestosa” tença de três milhões e duzentos mil reais de vice-rei da Índia em 1554. Valor esse equivalente a quase todos os seus anos como embaixador. Com isso, observa-se uma carreira com muitos benefícios financeiros (excetuando-se as outras rendas que pode ter recebido), mas que demonstra uma trajetória sólida, construída com inúmeros serviços à Coroa lusitana.

Outro importante fator a se destacar é que a Casa dos Mascarenhas já era praticante aos serviços à Coroa, como o pai D. Fernando Martins de Mascarenhas. No entanto, seguir os passos dos antecessores talvez tenha sido uma das opções para Pedro de Mascarenhas, que, por ser o terceiro filho, podia seguir carreiras eclesiásticas. Deve ter sido na casa da rainha Leonor que o incentivo à prática de servir ao rei teve início. Como benefício pelos serviços do pai, o rei D. Manuel escolheu Pedro de Mascarenhas para auxiliar o príncipe nas estribarias. Função que foi desempenhada mesmo depois da chegada de D. João III ao trono. Dessa forma, a relação da Casa de Mascarenhas com a Coroa teve seguimento. Pedro de Mascarenhas cumpriu o trajeto de representante do rei, negociando em seu nome nas mais diversas cortes europeias, e ainda ocupou funções no reino e nas conquistas ultramarinas.

Ao que tudo indica, a embaixada em Roma foi um momento de grande provação para Mascarenhas. Afinal, a resolução dos negócios da Inquisição era uma exigência cotidiana da corte de D. João III para sanar os problemas com os cristãos-novos. Ademais, o papado buscava apaziguar as contendas religiosas para não interferir na administração da Coroa, mas também para não perder a liderança junto aos fiéis em Portugal. O embaixador acabou saindo de Roma sem concluir as demandas da Inquisição, mas se responsabilizou pela introdução dos primeiros frades jesuítas em Portugal, levando a Ordem inaciana a ter grande favorecimento com a Coroa e expandindo suas missões pelos diversos domínios do além-mar. Sobre isso, deve-se lembrar que, na viagem até a Índia, Pedro de Mascarenhas também acompanhou o frade Francisco Xavier, atraído pela proposta de levar a fé católica às mais longínquas terras.

Mas a ida para o vice-reinado da Índia, que de certo ponto de vista é a maior promoção que o monarca poderia oferecer a ele, foi, na visão dos cronistas, um degredo e uma derrota para seus principais opositores. Isso se explica pelo valimento de Antônio de Ataíde junto a D. João III e suas alianças com os Vidigueiras e Sousas Chichorro de Martim Afonso de Sousa que provavelmente foram uma forte oposição para Mascarenhas. Quando concluíram suas funções diplomáticas na década de 1530, Mascarenhas, no Sacro Império, e Ataíde, na França, ambos foram nomeados como alcaides. Contudo, Ataíde se sobressaiu em outras funções na corte, como vedor da fazenda e conde de Castanheira, enquanto Mascarenhas continuou com as funções diplomáticas. Um novo destaque na carreira de Mascarenhas só veio quando D. João III o nomeou como mordomo-mor do príncipe D. João, em 1548. No entanto, a morte do herdeiro da Coroa acabou influenciando a decisão de o enviarem para o vice-reino da Índia (de onde não regressou), como uma opção para o apartarem das decisões do monarca e, sobretudo, da sua experiência como embaixador.

Por fim, acompanhar o percurso de um dos mais próximos cortesãos de D. João III durante a primeira metade do século XVI demonstra como a Coroa portuguesa organizava a promoção das funções para seus integrantes. Pois muitas posições ocupadas por Mascarenhas na corte foram vistas como prêmios pelos serviços prestados, fosse nas embaixadas, fosse nas estribarias, no Conselho da Coroa ou mesmo nas novas conquistas. Há de se concluir que as funções do embaixador residente eram tanto uma afirmação da Coroa no novo modelo de diplomacia da Europa, como também novas oportunidades aos servidores de adentrarem aos serviços ao rei. Assim, averiguar a trajetória de um dos embaixadores portugueses desse momento foi imprescindível para ampliar o conhecimento acerca das ações diplomáticas exercidas pela Coroa.

Referências

ANDRADA, Ernesto de Campos de. *Relações de Pero de Alcáçovas Carneiro, Conde de Idanha, do tempo que êle e seu pai, António Carneiro, serviram de secretários (1515 a 1568)*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1937.

ANDRADA, Francisco de. *Crônica de D. João III*. Porto: Lello & Irmão, 1976.

BICALHO, Maria Fernanda; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. As instituições civis da monarquia portuguesa na Idade Moderna: centro e periferia do império. In: PALOMO, Federico; STUMPF, Roberta; XAVIER, Ângela Barreto (org.). *Monarquias Ibéricas em Perspectiva Comparada (séculos XVI-XVIII): dinâmicas imperiais e circulação de modelos político-administrativo*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, p. 137-158, 2018.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez & latino*: aúlico, anatomico, architectonico. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. IO V.

BUESCU, Ana Isabel. *D. Beatriz de Portugal, a infanta esquecida (1504-1538)*. Lisboa: Manuscrito, 2019.

CARDIM, Pedro. A diplomacia portuguesa no tempo de D. João III: entre o império e a reputação. In: CARNEIRO, Roberto; MATOS, Arthur Teodoro de (ed.). *D. João III e o Império*: Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento. Lisboa: CHAM, 2044. p. 627-660.

CORREIA, Gaspar. *Crônica de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1992.

COUTINHO, Valdemar. O Algarve e a Política Marroquina de D. João III. In: CARNEIRO, Roberto; MATOS, Arthur Teodoro de (ed.). *D. João III e o Império*: actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento. Lisboa: CHAM, 2004. p. 217-229.

COUTO, Diogo de. *Décadas da Ásia*. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1782. Livro 7, Parte 1.

CORPO *Diplomático Português, contendo os actos e as relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o século XVI até os nossos dias*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1884. v. 4.

COVARRUBIAS OROZCO, Sebastián de. *Tesoro de la lengua castellana, o española*. Madrid: Impresso por Luís Sanchez, 1611.

CRUZ, Maria Leonor Garcia. As controvérsias ao tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África. *Mare Liberum*, v. 13, p. 123-199, 1997.

CRUZ, Maria Leonor Garcia. Práticas comerciais e financeiras e reestruturação econômicas em considerações de D. Antônio de Ataíde, conselheiro e vedor da Fazenda de D. João III. In: CARNEIRO, Roberto; MATOS, Arthur Teodoro de (ed.). *D. João III e o Império*:

actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento. Lisboa: CHAM, 2004. p. 501-512.

DUTRA, Francis. The social and economic world of Portugal's elite seafarers, 1481-1600. *Mediterranean Studies*, v. 14, p. 95-105, 2005.

FARIA, Manuel Severim de. *Notícias de Portugal Offerecidas a elRey N. S. Dom João o V*. Lisboa: Oficina de Antônio Isidoro da Fonseca, 1740.

FORD, Jeremiah Denis Matthias. *Letters of John III King of Portugal (1521-1557)*. Cambridge: Harvard University Press, 1931.

FREIRE, Anselmo Braamcamp. Livro das tenças del Rei. *Archivo Historico Português*, v. 2, p. 79-157, p. 201-227, 1904.

FREIRE, Anselmo Braamcamp. Povoação de Entre Tejo e Guadiana no século XVI. *Archivo Historico Português*, v. 4, p. 93-103, p. 330-363, 1906.

FREIRE, Anselmo Braamcamp. A guarda de D. João II no ano de 1490. *Archivo Historico Português*, v. 5, p. 345-366, 1907.

GAIRDNER, James. *Letters and papers, foreign and domestic of the reign of Henry VIII*. v. 6. London: Longsmans, Green, Reader & Dyer, 1880.

LABANDE, Léon Honoré. *Recueil des Lettres de l'Empereur Charles-Quint qui sont conservees dans les archives du Palais de Monaco*. Mônaco: Imprimerie de Monaco, 1950.

LACERDA, Teresa. A Nobreza na Carreira da Índia no reinado de D. João III: uma avaliação social. In: CARNEIRO, Roberto; MATOS, Arthur Teodoro de (ed.). *D. João III e o Império: actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*. Lisboa: CHAM, 2004. p. 401-415.

LOPES, Antônio. *D. Pedro Mascarenhas: introdutor da Companhia de Jesus em Portugal*. Braga: Editorial Apostolado da Oração, 2003.

MARCOCCI, Giuseppe. *A consciência de um Império: Portugal e o seu mundo* (sécs. xv-xvi). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

MORAIS, Cristóvão Alão de. *Pedatura Lusitana (Nobiliário de famílias de Portugal)*. Porto: Fernando Machado, 1998. v. 3.

ORDENAÇÕES do Senhor Rey Dom Manuel I. Lisboa: Real Imprensa da Universidade de Coimbra, 1797. Livro IV.

PALHA, Fernando. *A carta de marca de João Ango: exposição summa-ria dos factos extraída de documentos originais e inéditos*. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1882.

PELÚCIA, Alexandra. *Martim Afonso de Sousa e sua Linhagem: a elite dirigente do Império português nos reinados de D. João III e de D. Sebastião*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2007.

RIBEIRO, Victor. Algumas notícias documentais de arte e arqueologia relativas à Misericórdia de Lisboa e a sua Igreja e Casa de São Roque. *Archivo Historico Português*, v. 5, p. 26-42, 1907.

SANDOVAL, Prudêncio de. *Historia de la Vida y Hechos del Emperador Carlos v*. Madrid: La Ilustración, 1847.

SOLER, Isabel. Magallanes y el dibujo del mundo. *Anais de História de Além-Mar*, n. 20, p. 17-60, 2019.

SOSA, Frei Luís de. *Anais de D. João III*. Lisboa: Sá da Costa, 1954. v. 2.

SOSA, Manuel de Faria e. *Ásia portuguesa*. Lisboa: Oficina de Henrique Valente de Oliveira, 1674. v. 2.

VASCONCELOS, Carolina Michaelis de. Notas Vicentinas: preliminares de uma edição crítica das obras de Gil Vicente. *Revista da Universidade de Coimbra*, v. I, n. I, p. 205-293, 1912.

VENTURA, Margarida Garcez. *João da Silveira: diplomata português do século XVI*. Lisboa: Gabinete Português de Estudos Humanísticos, 1983.

VERDELHO, Evelina. *Livro das obras de Garcia de Resende*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

VIAUDE, Aude. *Correspondance d'un ambassadeur castillan au Portugal dans les années 1530*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2001.

VITERBO, Francisco de Sousa. Gil Vicente: dois traços para a sua biografia, *Archivo Historico Português*, v. I, p. 219-228, 1903.

WITTE, Charles-Martial de. *La correpondance des premiers nonces permanents au Portugal 1532-1553*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1980-1986. 2 v.

XAVIER, Ângela Barreto. Aparejo y disposición para se reformar y criar otro nuevo mundo: a evangelização dos indianos e a política imperial joanina In: CARNEIRO, Roberto; MATOS, Arthur Teodoro de (ed.). *D. João III e o Império: actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*. Lisboa: CHAM, 2004. p. 783-806.

CAPÍTULO 10

***Pax hispanica* ou paz imperfeita?**

A embaixada de Juan Bautista de Tassis na França de Henrique IV (1599-1604)

Marcella Miranda

Introdução

Jean Baptiste Taxis (1530-1610) foi um dos atores políticos mais atuantes no serviço à Monarquia Hispânica, testemunha de eventos históricos decisivos na segunda metade do século XVI. Juan Bautista participou diretamente da Guerra dos Oitenta Anos entre a Monarquia Hispânica e os rebeldes belgas e holandeses; foi o responsável pela assinatura do Tratado de Joinville (17 de janeiro de 1585) com a Liga Católica na França; testemunhou a perda da Invencível Armada junto com o duque de Parma (1588), bem como o fracasso da intervenção hispânica na França na década de 1590, que levou à conclusão da paz pelo Tratado de Vervins (1598), do qual Tassis também participou como representante do arquiduque Alberto de Áustria)¹. Dentre as funções assumidas, destacam-se as

¹ Ver: MIRANDA, Marcella. Hacer política en el Siglo de Oro: Historia y Prudencia en la obra del embajador Juan Bautista de Tassis (1530-1609). In: MATA INDURÁIN,

militares, políticas e diplomáticas: como militar, atuou no socorro à ilha de Malta em 1565 e participou das campanhas militares de Alexandre Farnese para liberar o sítio de Paris (1590-91) e Roan (1592); foi comissário militar e diplomático do duque de Alba e d. Luís de Requesens, governadores dos Países Baixos; embaixador por três vezes na França (1581-1584, 1593 e 1599-1604) e articulador junto à Liga Católica; vedor geral do exército de Flandres e membro do Conselho da Guerra e de Estado do governo dos Países Baixos (dos arquidukes Ernesto e Alberto, respectivamente) e por fim integrante do Conselho da Guerra de Felipe III na corte de Valladolid.

A experiência de empreender tantas batalhas, temporais e espirituais, por quase meio século, em nome do Rei Católico e da fé católica, levou o embaixador a adotar uma perspectiva pragmática na análise das circunstâncias do fracasso do projeto filipino. A imersão no âmago das disputas políticas e confessionais do século XVI serviu como combustível para defender o acordo de paz – com a França e depois com a Inglaterra –, quando já começavam a levantarem-se vozes que defendiam a impossibilidade de obrigar as consciências por força das armas. Estudar a vida e os escritos de Juan Bautista de Tassis nos permite visualizar e entender, às vésperas da teorização da razão de Estado, como as linguagens da política vão sendo construídas e tecidas como respostas imediatas aos desafios – políticos – impostos pelas guerras confessionais, que não deixam de ser também, como observam os contemporâneos de Tassis, guerras por interesse de Estado. As reflexões sobre a razão de Estado, tema central nos escritos de Tassis, impulsionam e magnetizam a

Carlos; SANTA AGUILAR, Sara (eds.). “Ars longa”: Actas del VIII Congreso Internacional Jóvenes Investigadores Siglo de Oro (1150 2018). Pamplona: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Navarra, 2019, 2019. p. 1-13. Neste capítulo, preferimos manter a grafia do nome do embaixador em espanhol, porque esse foi mais utilizado na época, já que ele passou boa parte da sua vida sob o serviço da Monarquia Hispânica.

interlocução com outros diplomáticos e com os franceses, o que se converte em um rico laboratório conceitual para o desenvolvimento dessa linguagem da política. É importante destacar que se trata de reflexões feitas no calor dos acontecimentos, sem o tempo necessário para amadurecer as ideias.

O objetivo deste capítulo é apresentar e analisar o contexto da última embaixada de Juan Bautista na França, no começo do reinado de Felipe III (1598-1621). Tassis foi o primeiro embaixador da Monarquia Hispânica na França depois do Tratado de Vervins, quando Henrique IV foi oficialmente reconhecido pela Espanha. É no mínimo curioso que o mesmo autor do tratado que selou a aliança com a Liga dos príncipes contra o rei de Navarra seja o primeiro embaixador a representar o Rei Católico perante a nova dinastia. Como Tassis avaliou essa experiência? Essa é a principal pergunta que norteia a escrita deste capítulo. A relevância do tema é justamente porque se trata de um período pouco estudado e conhecido na historiografia modernista tanto na Europa quanto no Brasil. Portanto, este texto pretende aportar uma contribuição aos estudos da diplomacia na Europa da Primeira Modernidade como também à história do pensamento político moderno.

A família Tassis ou Taxis ficou conhecida na Europa Ocidental pelo controle que exerceu sobre a atividade dos correios, que se tornou cada vez mais importante e necessária para os soberanos, como meio de garantir o fluxo de comunicação e integração territorial. Além disso, foi nesse período que a diplomacia se consolidava como instituição permanente, o que demandava não só a abertura e organização das vias de comunicação, mas também acordos de inviolabilidade dos correios e imunidade diplomática². Os antepassados dos Tassis, do italiano Tasso, vieram da Itália, da região

2 Os soberanos europeus perceberam rapidamente a importância de centralizar a atividade dos correios e submetê-la à autoridade real, que cria o serviço regular e oficial dos correios. Ver: ALLEN, E. John B. *Post and courier service in the diplomacy*

de Bérgamo, e dali se estenderam para o Sacro Império Romano-Germânico. Entre finais do século xv e princípios do xvi, eles obtiveram privilégios e cédulas reais de sucessivos monopólios que garantiram a presença da família na Itália, nos domínios do Sacro Império, nos Países Baixos e na Espanha. Tamaña foi a importância dessa atividade que o sobrenome Taxis deu origem ao nome do serviço de transporte de táxi. No início do século xvi, o pai e os tios do nosso personagem passaram a integrar a corte dos imperadores Frederico iii e Maximiliano i, obtendo diversos privilégios e cargos áulicos, que foram somando prestígio à família. Jean Baptiste de Tassis, pai do nosso embaixador, foi consagrado cavaleiro por Maximiliano, e o seu neto Carlos v concedeu aos Tassis o direito de usar a águia imperial no escudo³. O casamento entre a princesa Juana de Trastámara, herdeira de Castela e Aragão, e Felipe, o Belo, herdeiro do ducado de Borgonha e filho do imperador Maximiliano, acarretou novas oportunidades de negócios para os Tassis, que conseguiram o monopólio dos correios no ducado da Borgonha e, posteriormente, em Castela⁴. Nesse processo, Jean Baptiste e seus irmãos foram declarados, em 1518, naturais dos reinos e domínios de Carlos i e sua mãe, Juana, e no ano de 1536 esses privilégios foram estendidos a todos os domínios do imperador⁵. Na Península Ibérica, um ramo da família Tassis se estabeleceu em Valladolid, do

of *Early Modern Europe*. The Hague: Springer Science & Business Media, 1972, p. 15-21.

- 3 CHIFFLETT, Jules. *Les marques d'Honneur de la maison de Tassis*. A Anvers: en l'imprimerie plantinienne de Balthasar Moretus, 1645, p. 69.
- 4 O domínio exercido pela família de Tassis no controle geral dos correios da Europa Ocidental durou até pelo menos a Revolução Francesa. Ver: DEVOS, Jean. La poste au service des diplomates espagnols accrédités auprès des cours d'Angleterre et de France (1555-1598). *Bulletin de la Commission royale d'histoire*, Académie royale de Belgique, t. 103, p. 205-267, 1938, p. 210.
- 5 LÓPEZ DE HARO, Alonso. *Segunda parte del Nobiliario Genealogico de los Reyes y Títulos de España*. Madrid: por la viuda de Fernando Correa Montenegro, 1622, p. 24-25.

qual descende o primeiro conde de Villamediana, Juan de Tassis y Acuña, futuro emissário diplomático na Inglaterra⁶.

Há poucas informações sobre a juventude de Tassis. Sabemos que era um dos mais novos dos 13 filhos de Jean Baptiste de Tassis e Cristina de Wachtendonk⁷. Nada mais natural, portanto, que perseguisse as carreiras militar e diplomática, já que os mais velhos se dedicaram a expandir os empreendimentos da família e à carreira eclesiástica. Encontramos o registro da inscrição de Tassis na Universidade de Lovaina, no ano de 1548⁸. Após a universidade, ele provavelmente deve ter atuado nos negócios familiares até começar a carreira militar, da qual temos a primeira informação no ano de 1565, quando participou do socorro à ilha de Malta.

A trajetória da família do embaixador também foi marcada pelas vicissitudes da guerra nos Países Baixos, chamados à época de Dezessete Províncias Unidas, junto com o ducado de Borgonha. Os Tassis permaneceram fiéis ao rei da Espanha. Durante a rebelião que se sucedeu à morte do governador geral, D. Luís de Requesens, em 1576, que resultou na prisão dos membros do conselho de Estado que assumiram a regência, Tassis foi encarcerado pelos rebeldes que tomaram Bruxelas. Ele conseguiu escapar após ser colocado em prisão domiciliar e fugiu saltando os muros da cidade⁹. Junto com ele, estavam outros aliados de Felipe II, como Luis Del Río, membro da poderosa família Del Río e que participou da administração do governo do duque de Alba. Em retaliação, os rebeldes prenderam a esposa de Tassis, Helène d'Éspinée, por vários dias, na cadeia pública. Tassis e seus irmãos mais velhos foram ao encontro de

6 CHIFLETT, *op. cit.*

7 Archives générales du Royaume (AGR), BE-AO510 / A 250, I 109, n. 95-99. Ver também: LOPEZ DE HARO, *op. cit.*, p. 25.

8 Archives de l'État à Louvain, BE-AO518, Registres d'inscriptions, Ancienne Université de Louvain, 22-29.

9 *Sobre la precedencia entre J^o Bautista de Tassys y los de roppa larga en los assentos del Cons^o de estado*. Archivo General de Simancas (AGS), EST, LEG.609. fol. 107.

D. Juan de Áustria em Luxemburgo, onde o recém-chegado governador havia estacionado o exército de Flandres.

Nos anos seguintes, a situação nos Países Baixos se complicou para os súditos fiéis a Felipe II e os estrangeiros residentes naquele território. Com a assinatura do Édito Perpétuo (1577) e do Tratado de Arras (1579), que determinavam, entre as cláusulas principais, a expulsão do exército estrangeiro dos territórios do norte, a atmosfera ficou rarefeita para as ambições de Tassis. Diante do clima hostil, Juan Bautista se dirigiu para a Espanha, com o intuito de oferecer os seus serviços ao rei que considerava legítimo¹⁰. Nesse contexto, a morte do embaixador em Paris, Juan de Vargas Mexía, em 1580, abriu-lhe uma oportunidade de assumir uma função de maior responsabilidade.

Do Tratado de Joinville à paz de Vervins: 1585-1598

O estabelecimento da paz de Vervins em 1598, entre Felipe II e Henrique IV, supôs o fim de quase uma década de conflito aberto entre a Monarquia Hispânica e os partidários do rei de Navarra. Desde 1585 que a Monarquia Hispânica vinha intensificando a sua atuação nas guerras intestinas francesas para apoiar os católicos *zélés* e impedir a ascensão de um rei huguenote ao poder. Entre 1585 e 1595, é importante salientar, não há uma guerra abertamente declarada entre os dois reinos, embora de fato tenham se sucedido várias batalhas, que aumentaram drasticamente a partir de 1589, depois do assassinato de Henrique III. Felipe II teve o cuidado de sempre agir, pelo menos no plano discursivo, como suporte da Liga e como defensor da religião católica, evitando, sem muito sucesso, atrair para si as acusações de atuar em nome do interesse político.

¹⁰ Não era a primeira vez que Tassis ia para a Espanha. Ele passou uma temporada em Madrid no ano de 1576, onde havia se dirigido para solicitar o hábito da ordem de Santiago, que obteve algum tempo depois.

Em janeiro de 1595, depois da fracassada tentativa do Rei Prudente de impor a candidatura da infanta espanhola Isabel Clara Eugenia como rainha proprietária do trono francês, Henrique IV declarou guerra à Espanha. Nesse contexto de guerra declarada, entre 1595 e 1598, também chamada de Guerra Franco-Espanhola, a disputa se tratava mais de garantir o maior número de praças militares importantes para assegurar maior poder decisório no momento de estabelecer o acordo de paz, instado pelo papa Clemente VIII desde que absolvera Henrique IV, em setembro de 1595.

A trajetória política de Juan Bautista de Tassis está completamente imersa no próprio contexto da intervenção da Monarquia Hispânica nas guerras de religião na França, a partir de 1585. O período no qual se decide, desde a corte em Madrid¹¹, ampliar a ingerência nos conflitos do país vizinho coincide com a primeira embaixada de Tassis na França, entre janeiro de 1581 e dezembro de 1584¹². Os principais desafios enfrentados por Juan Bautista foram a crise sucessória de Portugal, em particular o apoio e a proteção de Catarina de Médici a dom Antônio, e a aliança do duque de Alençon, filho mais novo da rainha-mãe, com os rebeldes holandeses. Além disso, Tassis também participou, ainda que de maneira menos ativa, das tratativas do duque de Guise para planejar uma invasão à Escócia e à Inglaterra para liberarem Mary Stuart e o seu filho Jaime. Esse contexto, portanto, representou uma aproximação paulatina entre

11 A ocorrência, no presente capítulo, de grafias não majoritárias no português brasileiro está em acordo com as práticas ortográficas do país de origem dos autores.

12 A primeira nomeação de Juan Bautista como embaixador ocorreu no fim do ano de 1580, mas o diplomata somente chegou em Blois nos primeiros dias de janeiro de 1581. O relevo da sua função ocorreu no dia 7 de dezembro de 1584. Ver: VÁZQUEZ DE PRADA, Valentín. *Felipe II y Francia: política, religión y razón de estado (1559-1598)*. Navarra: EUNSA, 2004, p. 79. No entanto, ao deixar Paris, Tassis seguiu para o norte, passando por Reims, Bastogna e Joinville, onde permaneceu por vários dias para negociar com os *ligueurs*.

Felipe II e os membros da casa de Guise, um ramo mais jovem da linhagem dos duques de Lorena.

Em janeiro de 1585, Juan Bautista de Tassis assinou secretamente, com os nobres da recém-criada Liga dos Príncipes¹³, uma proposta de concessão de uma vultosa ajuda financeira (600 mil escudos anuais) para tomarem armas contra Henrique III. Em troca, os nobres confirmavam o compromisso de impedir o reconhecimento de Henrique de Bourbon como herdeiro do trono francês e o reconhecimento do tio do primeiro, o cardeal de Bourbon, como herdeiro. Entre outras, havia uma cláusula secreta na qual aceitavam entregar o famigerado dom Antônio, prior do Crato, que estava refugiado e protegido na França, ao rei da Espanha. O acordo, conhecido como Tratado de Joinville, apresenta duas curiosidades: a data do documento foi falsificada e as cláusulas foram acordadas pelo embaixador sem o consentimento prévio de Felipe II, já que aquele não seguiu de todo as instruções anteriores do rei¹⁴. Segundo Tassis comentou nas instruções que redigiu ao agente que enviou a Madrid, os conspiradores preferiram falsificar a data e registrá-la como 31 de dezembro de 1584, um dia antes

13 É preciso diferenciar a Liga dos Príncipes, composta por vários nobres da casa de Lorena e Bourbon, e a Liga Urbana. Ainda que possamos traçar um elemento identitário comum, a defesa da causa católica, os dois grupos nem sempre estavam de acordo. A Liga Urbana era mais radical e mais alinhada ao projeto de Felipe II. Sobre as causas que levaram ao surgimento das ligas, ver: JOUANNA, Arlette. *Les temps des guerres de religion en France (1559-1598)*. In: BOUCHER, Jacqueline; BILOGHI, Dominique; JOUANNA, Arlette; LE THIEC, Guy. *Histoire et Dictionnaire des Guerres de Religion*. Paris: Éditions Robert Laffont, 1998, p. 306-318. Sobre a aproximação entre Felipe II e a Liga Urbana, ver: DESCIMON, Robert; RUIZ IBAÑEZ, José Javier. *La imagen de Felipe II en la Liga radical francesa*. In: MARTÍNEZ MILLÁN, José (dir.). *Felipe II (1527-1598): Europa y la monarquía católica*. Madrid: Parteluz, 1998. v. 1, t. 1, p. 111-136.

14 MIRANDA, Marcella. Juan Bautista de Tassis, la Liga Católica y la tesitura del Tratado de Joinville (1585). In: RAVIOLA, Alice; SILVAGNI, Chiara (dir.). *A trent'anni dal volume Giovanni Botero e la "Ragion di Stato" a cura di Enzo A. Baldini (1992-2022): bilanci e prospettive di ricerca*. Milano: Centro Studi Piemontesi, 2023, p. 27-43.

da oficialização da cessão de Cambrai a Henrique III. Nesse caso, não queriam dar a entender que cometiam traição contra o seu soberano, uma vez que uma das cláusulas preconizava a restituição de Cambrai para Felipe II¹⁵. Juan Bautista de Tassis justificou a decisão, algo precipitada, de capitular com os príncipes da Liga e de assentar o acordo antes da aprovação definitiva do rei devido a urgência e à falta de tempo, já que os nobres estavam reunidos na capital do ducado de Guise e se preparando para o conflito. Não podia perder a ocasião, uma das primeiras leis da prudência, como sempre dizia nas suas cartas.

Felipe II somente ratificaria o tratado em março de 1585, mesmo mês em que os aliados divulgaram, na simbólica cidade de Péronne, o manifesto *Déclaration des causes qui ont mu M. le Cardinal de Bourbon et les princes, pairs, prélats et seigneurs, villers, et communautés catholiques de ce royaume, de s'opposer à ceux qui veulent subvertir la*

15 A questão da soberania de Cambrai é bastante complicada. No século XVI, Cambrai era um senhorio eclesiástico vassalo do Sacro Império. A relevância estratégica cada vez maior desse condado, situado entre o Império, o ducado de Borgonha e a França, no contexto das guerras entre Francisco I e Carlos V, fez com que este decidisse construir uma fortaleza amuralhada que daria origem à cidadela de Cambrai. A abdicação de Carlos V das Províncias Unidas em nome de Felipe II e o Tratado de Cateau-Cambrésis resultaram na apropriação secular por parte da Monarquia Hispânica da administração e controle militar da cidadela, ainda que teoricamente pertencesse ao domínio imperial. No contexto da Guerra dos Oitenta Anos, o duque de Anjou, irmão mais novo de Henrique III, havia se apoderado da cidadela e sido nomeado protetor de Cambrai com o apoio do castelão pró-francês, o barão de Ichy. Depois da fracassada tentativa de se tornar soberano dos Países Baixos, concluída pela dramática derrota na Antuérpia, Anjou se retirou definitivamente para Cambrai no final de 1583. Ele faleceu meses depois, deixando a soberania de Cambrai para o rei Henrique III, que prudentemente a repassou para Catarina de Médici. O novo governador, Balagny, estabeleceu um acordo com os espanhóis para garantir a neutralidade da cidadela, que deveria entrar em vigência a partir de 1585. Ver: RUIZ IBAÑEZ, José Javier. *Felipe II y Cambrai: el consenso del pueblo – la soberanía entre la práctica y la teoría política (Cambrai, 1595-1677)*. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2003, p.32-49.

religion et l'Etat. Com tamanha demonstração de força por meio da movimentação de tropas da Liga nas províncias do nordeste, aliada ao rumor do apoio de Felipe II, Henrique III decidiu capitular e promulgou o Tratado de Nemours, que representou um retrocesso na política de conciliação e obrigava a conversão do príncipe de Béarne ao catolicismo para garantir os seus direitos sucessórios. Em poucos meses, os ventos da fortuna já haviam mudado e os *ligueurs* ensaiavam um retorno aos braços do Rei Cristianíssimo.

O aspecto relevante do acordo de Joinville foi alinhar em uma mesma órbita os interesses confessionais (e, em alguns casos, políticos) da Monarquia Hispânica e da Liga dos Príncipes. A partir de então, intensifica-se a atuação de Felipe II no reino de São Luís, por meio da ajuda financeira e militar aos católicos *zélés*, de todas as partes da França, em especial do Nordeste e do Sudoeste, que acudiam ao Rei Prudente como protetor da cristandade e da religião católica romana¹⁶. Além disso, é notório o apoio dado aos *Seize* e aos católicos de Paris, que abarrotavam a mesa do rei *papelero* com pedidos de ajuda.

No entanto, é preciso matizar como essa aliança – especialmente com a Liga dos Príncipes – costuma ser traçada na historiografia, já que não significou uma adesão incondicional dos liguistas a um projeto político em comum, seja um protetorado, um império ou uma monarquia dual, situação que fica muito evidente com o fracasso da nomeação da infanta Isabel Clara como rainha da França. A adesão da nobreza católica aos desígnios de Felipe II, até o fim do conflito, sempre foi temperada com doses de conveniência política e dissimulação. Além disso, a atuação dos *profiteurs* dificultava a unificação da frente católica. Nesse panorama, não surpreende que os signatários se recusassem a nomear diretamente, nas cláusulas,

16 Para uma análise das redes católicas do sudoeste da França, ver: BRUNET, Serge. *“De l’Espagnol dedans le ventre!”: les catholiques du Sud-Ouest de la France face à la réforme vers 1540-1589*. Paris: Honoré Champion, 2007.

os alvos da maquinação (Henrique III e Henrique de Bourbon) e recusassem a se comprometer em reconhecer Felipe II, em uma eventualidade, como imperador da França¹⁷. Menos surpreendente ainda foi a reconciliação com Henrique III, meses depois da ratificação do Tratado de Joinville¹⁸.

O Tratado de Nemours logo foi sucedido pela proclamação do Édito da União, que significou uma conciliação com Henrique III, ainda que momentânea. Era o que Felipe II mais temia, já que desconfiava das intenções do rei francês e da nova demonstração de apoio à causa ultracatólica. Todo o esforço de Tassis em se justificar parecia desvanecer-se no redemoinho da chamada Guerra dos Três Henriques. Houve críticas desde a corte em Madrid por ele ter feito

17 “He procurado como V. M. sabe, de que en un capitulo dixessen que, en consideracion que Su Magestad era el unico y solo protector de la cristiandad en este tiempo, se holgaria de que tomasse titulo de emperador del occidente y prometieron, siendolo, de siempre tenelle y honralle por tal, pero como luego cayessen en que esto tiraba a ganar la precedencia a la corona de Francia, bolviendo los ojos a lo que siempre que esto les seria ymputado a ynfamia y deshonra, se excusaron dello...”. “Procurei, como vossa mercê sabe, de que em um capítulo dissessem que Sua Majestade era o único e só protetor da Cristandade neste tempo, sobraria de que tomasse título de imperador do ocidente e prometeram, sendo-o, de sempre tê-lo e honrá-lo por tal, mas como logo caíssem em que isso levava a ganhar precedência à coroa da França, voltando os olhos a que isso sempre lhes seria imputado a infâmia e desonra, escusaram disso”. *Ynstrucion y acuerdo para el Sr comendador Moreo. Joinville, 17 de enero 1585*. AGS, EST, LEG. 2846. fol. 79.

18 Felipe II ficou bastante contrariado com o fato de os *ligueurs* terem assinado o Tratado de Nemours com Henrique III sem antes consultá-lo, como previa o Tratado de Joinville. Podemos notar o tom de irritação quando comunica ao agora ex-embaixador que ele havia ultrapassado os limites ao voltar a negociar com aqueles sem ordem expressa. Além disso, o Rei Prudente repreendeu Tassis por ter sido brando na cláusula principal da retificação do tratado, ordenando que retirasse a condição vinculatória da causa – a esta causa – para tomar armas, e substituir por uma expressão que abraçava em termos gerais qualquer causa. *Felipe II a Juan Bautista de Tassis*. De Tortosa, a 2 de enero de 1586. AGS, EST, K, LEG. 1448. fol. 69.

demasiadas concessões aos aliados do outro lado dos Pirineus, que se revelaram inconstantes e inconfiáveis¹⁹.

Tassis finalizava a sua primeira embaixada na França deixando um misto de impressões, entre críticas e apoios. Uma das marcas da sua gestão foi ter conseguido estabelecer uma rede estável de espiões importantes²⁰ e por manter boas relações com os secretários de Estado de Henrique III, em especial com Gerônimo Gondí. Sobre a avaliação dos conflitos, o caráter pragmático do embaixador já se fazia notar, algo que no momento não o beneficiou muito. Quando a crise de Cambrai se agravou, Tassis recomendou ao Rei Católico que abrisse mão da cidadela para garantir a pacificação dos Países Baixos, ainda que isso custasse algo da sua reputação. Para o embaixador, os benefícios valiam a pena, considerando uma hierarquia de prioridades, e a maior delas era a pacificação das províncias do norte.

Essa praticidade manifestada por Tassis na corte francesa podia funcionar muito bem nos bastidores das negociações políticas, mas, no ambiente cortesão, marcado pela dissimulação e bajulação, era um ponto negativo²¹. Felipe II desejava uma atuação mais incisiva

19 Havia uma opinião generalizada entre os espanhóis e aliados da Espanha de que os franceses eram impetuosos, impacientes, imprudentes e amantes da liberdade, o que gerava bastante desconfiança no meio diplomático. O frade calabrés Tommaso Campanella, inclusive, justificou a impossibilidade de os franceses alcançarem a monarquia universal pela falta, entre outras coisas, de uma qualidade essencial: a prudência. Ver: CAMPANELLA, Tommaso. *La Monarquía Hispánica*. Traducción del latín, prólogo y notas críticas de Primitivo Mariño. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1982, p. 177-178.

20 VÁZQUEZ DE PRADA, *op. cit.*, p. 80-82.

21 Felipe II mandou repreender Tassis quando ele afirmou, decerto incomodado com os rodeios da rainha-mãe, que havia falado com o núncio papal na França que, se Catarina de Médici queria a coroa de Portugal para si, que colocasse pleito diante do papa. Na carta, à margem, o rei escreveu: “Não convém isso, senão avisá-lo [para] que não trate de tal coisa de nenhuma maneira”. 11 de diciembre de 1581. AGS, EST, K, LEG. 1559. fol. 79.

na corte diante da escandalosa proteção dada a dom Antônio, da perigosa aproximação da França com os rebeldes holandeses e da reiterada dissimulação de Catarina de Médici em responder aos protestos apresentados pelo embaixador em nome de Felipe II. Ainda assim, este último surpreendeu ao nomear, como substituto de Tassis, Bernadino de Mendoza, ex-embaixador expulso da Inglaterra por ter participado da conspiração de Trockmorton para derrubar Elizabeth I. O Rei Prudente também tinha as suas cartas na manga, para a fúria de Catarina, que teve que se contentar em receber o novo embaixador que exalava o veneno da conspiração.

Ao deixar a França em 1585, Tassis voltou para os Países Baixos e foi nomeado vedor geral do exército de Flandres. Desde Bruxelas, o ex-embaixador continuou atuando como agente político nas negociações com os membros da Liga e na distribuição da ajuda de custo enviada pelo Rei Prudente. No começo da década de 1590, o cenário político havia mudado pelo desaparecimento de duas lideranças importantes. O assassinado do duque de Guise, a mando do rei, em dezembro de 1588, privou a Liga de um comandante brilhante e de uma liderança carismática. No ano seguinte, no começo de 1589, Henrique III foi assassinado, tragédia que alçou Henrique de Bourbon ao trono da França. Enquanto a Liga perdeu a sua estrela, o outro lado do campo de batalha acabava de ganhar uma. Nesse meio-tempo, o único herdeiro reconhecido pela Liga e por Felipe II, conforme decidido em Joinville, era o cardeal de Bourbon, que morreu na prisão, em 1590. Para não perder a ocasião, como ensinavam os versados nas artes de governar, Felipe II pôs em marcha os planos para propor a candidatura da infanta Isabel Clara à coroa francesa como rainha proprietária.

O conflito vai assumindo cada vez mais a feição de uma guerra de Estado, e os agentes do rei da Espanha logo começaram a perceber as dificuldades de impor a hegemonia hispânica sobre o reino francês. As dificuldades eram intransponíveis. Antes que os Estados

Gerais se reunissem para decidir o destino da infanta, o exército de Flandres, comandado pelo duque de Parma, governador dos Países Baixos, teve de se desviar para o sul por duas vezes para socorrer os católicos: em 1590, para liberar o cerco de Paris, e, no inverno de 1591-1592, para levantar o sítio de Roan.

Apesar de tudo, Felipe II levou adiante o projeto da candidatura da infanta Isabel Clara Eugenia como rainha proprietária. Filha mais velha de Isabel de Valois, primogênita de Henrique II, ela teria direito ao trono pela via materna, o que se chocava com a lei sálica. Juan Bautista de Tassis, junto com Lorenzo Suárez de Figueroa, o II duque de Feria, e dom Diego de Ibarra, foi nomeado para compor a comitiva da embaixada extraordinária que representaria os direitos da princesa ante os Estados Gerais, reunidos em Paris em janeiro 1593. Nenhum dos três ministros estava confiante de que o projeto lograria êxito, ainda mais quando chegaram as instruções para propor o casamento da infanta com o arquiduque Ernesto de Áustria. Além de romper com a lei sálica, ainda se queria impor um estrangeiro como rei da França. Uma sucessão de erros de cálculo político logo cobrou seus resultados. O Parlamento de Paris (28 de junho) e os Estados Gerais (3 de julho) rejeitaram a candidatura da infanta. E, no dia 25 de julho de 1593, Henrique IV abjurou da fé protestante na Abadia de Saint-Denis.

Juan Bautista de Tassis permaneceu em Paris até princípios de março de 1594, quando deixou a cidade por divergências com o duque de Feria sobre a condução da intervenção na França. Para o primeiro, a atuação no reino de São Luís não podia prescindir da Liga Católica e do seu líder, o duque de Mayenne, ainda que este fosse considerado mais maquiavélico que o próprio Maquiavel. Se não fosse assim, uma intervenção direta faria cair por terra a justificativa ancorada na proteção do catolicismo e confirmaria que a guerra era, no final das contas, um conflito da razão de Estado. Enquanto os agentes diplomáticos estavam imersos nos seus próprios mundos e

disputas egoicas, Henrique IV agia para conquistar novos vassalos. Assim, no dia 22 de março de 1594, ele entrou com suas tropas em Paris, por uma das portas, com a ajuda do prefeito da cidade. O duque de Feria e Diego de Ibarra, junto com a guarnição do Rei Católico que protegia a cidade, receberam um salvo-conduto para deixar a França.

Em busca do equilíbrio da paz imperfeita: 1599-1604

Posso ver claramente, disse-me às vezes esse Príncipe, que por inveja da glória e do interesse do Estado, é muito difícil para a França e a Espanha simpatizarem²².

O começo do reinado de Felipe III (1598-1621) passou à posteridade como o período da *Pax Hispanica*, inaugurado pelo Tratado de Vervins, concluído no dia 2 de maio de 1598. A expressão denota o novo contexto de pacificação, que teria representado uma mudança na condução da política externa da Monarquia Hispânica e o encerramento das frentes de batalha abertas por Felipe II. Na sequência, vieram o Tratado de Londres, assinado com Jaime I, concluído em 28 de agosto de 1604, e a Trégua dos Doze Anos, selada em 10 de abril de 1609, com os holandeses. No entanto, nos últimos anos, essa visão de um reinado pacífico começou a ser matizada por historiadores como Bernardo García García²³. Entre 1599 e 1621, houve várias contendas militares, como a invasão fracassada

22 Henrique IV ao duque de Sully, depois de ficar sabendo de um incidente diplomático com os criados do seu embaixador na Espanha: *Memoires de Maximilien de Béthune, duc de Sully, principal ministre de Henri-Le Grand*. Londres, 1778, p. 148: “Je vois bien, me disoit quelquefois ce Prince, que par jalousie de gloire & intérêt d'état, il est bien difficile que la France & l'Espagne sympatisent jamais”.

23 GARCÍA GARCÍA, Bernardo José. *La Pax Hispanica: política exterior del duque de Lerma*. Leuven: Leuven University Press, 1996.

à Irlanda, derrotada em Kinsale (1601), as campanhas no norte da África, sobretudo em Argel (1601 e 1602), o sítio de Ostende (1601-1604) e a disputa pela sucessão do ducado de Juliers-Clèves (1610). Eram campanhas mais precisas e que buscavam o menor custo possível, mas que revelam que a chama das guerras de reputação ainda estava viva²⁴. No conselho de Estado, as facções se dividiam entre os *reputacionistas* e os pacifistas, e os debates seguiam gravitando em torno da defesa da paz – moderação – ou da guerra – repressão²⁵. As discussões estavam em consonância com o ambiente intelectual da Monarquia Hispânica, no qual se liam e debatiam autores como Justo Lísio, Giovanni Botero e Tácito²⁶. O *momento lipsiano*, com forte marca neoestoica, caracteriza a cultura escrita e política do começo do século XVII na Monarquia Hispânica²⁷. Mergulhado nessa atmosfera, Tassis, já no fim da vida, decidiu escrever uma

24 VELASCO HERNÁNDEZ, Francisco. La gran oportunidad perdida: el fracaso de las “Jornadas de Argel” de 1601 y 1602, *Revista de Historia Naval*, [S. l.], n. 152, p. 55-72, 2021, p. 57.

25 A polarização deste debate tem as suas origens no contexto da eclosão da Guerra dos Oitenta Anos, e se intensifica na época do governador geral das Províncias Unidas, Pedro Álvarez de Toledo, o duque de Alba (1567-1573). Contra a política da linha dura, do lado dos que defendiam a “suavidade” com os rebeldes, estava Benito Arias Montano, que chegou a participar de uma sociedade secreta chamada *La familia del Amor*, que pregava a tolerância. Ver: ECHEVARRÍA, Miguel Ángel. *Flandes y la Monarquía Hispánica: 1500-1713*. Madrid: Sílex, 1998, p. 87.

26 GIL PUJOL, Xavier. Las fuerzas del rey: la generación que leyó a Botero. In: RIZZO, Mario; RUIZ IBAÑEZ, José Javier; SABATINI, Gaetano (ed.). *Le forze del principe: recursos, instrumentos y límites en la práctica del poder soberano en los territorios de la monarquía hispánica*. Murcia: Universidad de Murcia, 2004. t. II, p. 969-1022.

27 Cf. CANTARINO, Elena. Sêneca, Lísio e Gracián. Sobre o neoestoicismo de los siglos XVI y XVII. In: CASABAN MOYA, Enric. *xivè Congrès Valencià de Filosofia*. València: Universitat de València, 2003. p. 225-236. Sobre as polémicas suscitadas pelo Politicorum, ver: CARRASCO, Adolfo. *Pasión estoica: el estoicismo en la primera modernidad, 1580-1650*. Madrid: Dykinson, 2023, p. 325-331.

obra intitulada *Discours sur la paix et la guerre, politie et gouvernement, et plusieurs autres matières*²⁸.

Para o círculo intelectual dos tacitistas e seguidores de Justo Lísio, com grande disseminação na Espanha, a paz era, no fim das contas, uma condição para garantir a manutenção do Estado, que periclitava, uma vez que dispunha todos os recursos – financeiros e humanos – possíveis para subjugar uma terra longínqua. No debate sobre a prudência mista, Justo Lísio concebeu a possibilidade de aceitar os hereges *in foro* interno, isso é, que não manifestassem os sinais externos da sua fé, utilizando como argumento as circunstâncias extremas do tempo vivido e admitindo a necessidade de dissimulação²⁹. Eram tempos draconianos, e o lamento de Lísio sobre a situação dos Países Baixos se fez ecoar: *Flandres era o sepulcro universal da Europa*³⁰.

Na prática da política, os debates tendiam a se focar nas necessidades mais imediatas da monarquia, e a principal delas era a questão econômica. Os acordos de paz foram interpretados, segundo a opinião pública da época, como um mal necessário para permitir a recuperação econômica da monarquia e a reorganização do exército, uma *boa* razão de Estado que liberava momentaneamente as consciências por pactuar com hereges. Juan de Idiáquez, o principal secretário de Estado no final do reinado de Felipe II e princípios de governo de Felipe III, comentava algo nesse sentido, quando, em uma consulta do conselho de Estado em 1600, discutiu que a trégua prevista com os holandeses daria tempo para respirar depois de excessivos gastos e trabalhos, e enfraqueceria militarmente os

28 TAXIS, Jean Baptiste. *Discours sur la paix et la guerre, politie et gouvernement, et plusieurs autres matières*. Bruxelles: Rutger Velpius & Hubert Antoine, 1612.

29 LÍPSIO, Justo. *Políticas: estudio preliminar y notas de J. P. Echevarría y Modesto López*. Traducción de Bernardino de Mendoza. Madrid: Tecnos, 1997, p. 106-110.

30 ECHEVARRÍA, *op. cit.*, p.111.

rebeldes, porque eles voltariam a se dedicar à retomada do comércio³¹. Curiosamente, essa também era a visão que muitos estrangeiros tinham das intenções irênicas da Espanha. Em um discurso dirigido a Jaime I, com o intuito de impedir que o rei estabelecesse a paz com a Espanha, Walter Raleigh discorria que o império espanhol havia começado a declinar e, por isso, queria fazer a pazes para fortalecer as suas fraquezas, obter novamente grandes quantidades de riquezas e afastar os ingleses das atividades militares, fazendo-os esquecer as Índias³².

No caso específico do Tratado de Vervins, a opinião que circulava era de que havia uma inimizade natural e hereditária entre ambos os reinos que levaria inevitavelmente a um novo conflito. Era só uma questão de tempo. Era o que pensava Baltasar Álamos de Barrientos: “Não tenho esta paz por tal, ainda que a chamemos assim, mas por trégua e suspensão de armas, enquanto um ou outro recuperam as forças e o brio e se cansam do sossego”³³. A suspensão de armas se manteria na medida em que prevalecia o equilíbrio das forças e do poder, enquanto as pretensões da França e particularmente de Henrique IV sobre territórios da Monarquia Hispânica permanecessem dormentes. Mas, em se tratando de reis poderosos, que não têm superior que os faça guardar os termos do acordo, as pazes não matavam o fogo, mas, sim, encobriam-no, e a França não perderia tempo de ativá-lo se a ocasião o permitisse³⁴.

31 ALLEN, Paul C. *Philip III and the Pax Hispanica (1598-1621): the failure of Grand Strategy*. New Haven & London: Yale University Press, 2000, p. 1X.

32 *A discourse touching the war with Spain*. Apud: ALLEN, *op. cit.*, p. 110.

33 ÁLAMOS DE BARRIENTOS, Baltasar. *Discurso al Rey nuestro señor Felipe III del estado que tiene sus reinos [...]*. 1598. Biblioteca Nacional de Espanha (BNE), MSS/983. fol. b42: “No tengo esta paz por tal aunque así la ayamos llamado, sino por tregua o suspension de armas, mientras el uno o ambos cobran fuerças y brio y se cansan del sosiego”.

34 *Ibid.*, fol. 41v – 42r.

Como sabemos, Álamos de Barrientos estava relativamente equivocado em suas previsões. Era presumível que Henrique IV ia procurar ocasiões para tentar se fortalecer, mas a paz, por muito que não se acreditasse, durou mais de 30 anos³⁵. No entanto, o que nos interessa recuperar é esse clima de apreensão e relativa incredulidade que marca os primeiros anos após o Tratado de Vervins. Depois de tantas décadas de conflito, era natural a manifestação dessa inquietação, ainda mais que qualquer movimentação da França poderia deslocar as peças do mosaico da geopolítica da Monarquia Hispânica³⁶. Como bem observou Barrientos, se alguém mapeasse a organização territorial daquela monarquia compósita na Europa, iria se dar conta de que a França ocupava justamente o lugar do coração³⁷. Por isso mesmo, ainda que em tempos de paz, a prevenção era o melhor remédio.

Foi justamente nesse ambiente de incertezas que Juan Bautista de Tassis foi nomeado pela segunda vez embaixador na França³⁸. No final de novembro de 1598, dois meses após a ascensão de Felipe III, Tassis escreveu ao rei que havia recebido a missiva com a nomeação

35 Ainda que tenhamos que considerar incluir uma dose de acaso, já que Henrique IV foi assassinado em 1610, bem no meio da animosidade em torno da disputa pelos ducados de Juliers-Clèves. Isso levou, conforme previu Tassis, ao reforço da aliança com a Espanha pela regente Maria de Médici.

36 Sobre a apreensão gerada após o tratado de paz, ver: GELABERT, Juan E. Los Avisos de Valle de la Cerda en su contexto (1598-1599). *Obradoiro de Historia Moderna*, n. 23, p. 35-69, 2014.

37 ÁLAMOS DE BARRIENTOS, *op. cit.*

38 Podemos até dizer que foi a terceira embaixada de Juan Bautista de Tassis, se contarmos que ele integrou a chamada *Gran Embajada* de 1593. Mas o embaixador extraordinário era o duque de Feria, e Tassis tinha o *status* de ministro, como eram chamados os agentes diplomáticos sem título de embaixador. Outro problema identificado, não menos relevante, é que não havia rei nem governo legitimamente reconhecidos, e os Estados Gerais haviam sido convocados pela Liga, o que reduziu significativamente a participação dos deputados. Ainda que oficial, a embaixada carecia de legitimidade em boa parte do reino francês.

para a embaixada na França e o comunicava que aceitava o cargo³⁹. A princípios de março de 1599, ele recebeu em Bruxelas as instruções para a embaixada, mas sem a cifra e o título de embaixador. Ele reclamara sobre essa falta, já que era fundamental para que recebesse plenamente as honrarias que cabia à posição de um dignatário diplomático⁴⁰. Além disso, não havia lista dos outros ministros para manter a correspondência e garantir a comunicação política, e a ausência dessa informação prejudicava a sua credibilidade “como pessoa pública”. Outro elemento relevante, que demonstra a experiência no mundo da diplomacia, foi justamente a apreciação que fez de um ponto das instruções: o correio. A recomendação era de que se empregasse a moderação no uso dos correios, fonte de gastos exorbitantes, quando o assunto não tivesse a ver com a embaixada. Juan Bautista discordou completamente. “O mais substancial de uma embaixada é a certeza dos avisos”, e não havia, segundo ele, posto na Europa onde esse objetivo fosse mais difícil de alcançar do que na França⁴¹. A restrição financeira, por sua vez, limitava a eficá-

39 *Juan Bautista de Tassis a Felipe III*. De Bruselas, a 28 de noviembre de 1598. AGS, EST, K, LEG. 1602. fol. 66.

40 Tassis já havia passado por isso antes. Durante a primeira embaixada na França, tampouco recebera o título de embaixador, situação que o levou a ser preterido em uma cerimônia da Monarquia Francesa, como se queixara uma vez em 1582. Estava há dois anos sem título e na celebração com Henrique III, “foi minha ventura esta vez encontrar-me sem título, por não ter de pensar o que faria se o tivesse”. *Juan Bautista de Tassis a Felipe II*. 2 de diciembre 1582. AGS, EST, K, LEG. 1560. fol. 104.

41 *Juan Bautista de Tassis a Felipe III*. De Bruselas, a ultimo de marzo 1599. AGS, EST, K, LEG. 1602. fol. 36. É notório o conflito sobre o confisco dos despachos diplomáticos da Espanha na França, sendo uma das principais queixas dos embaixadores. As duas monarquias fizeram um acordo no qual seria utilizado o serviço do correio-mor, que passava por Bayonne, Bourdeaux, Limoges e Lyon, com garantida imunidade diplomática. No entanto, Tassis e outros agentes buscavam constantemente rotas alternativas, mais rápidas e confiáveis, o que invariavelmente levou a conflitos, como o descrito por Henrique IV em uma carta ao embaixador em Valladolid para justificar, na corte vallisoletana, a prisão de

cia do serviço: “tampouco por experiência ignoro ser às vezes desserviço dos príncipes encontrar-se o ministro restringido a semelhantes economias”⁴². Alguns anos mais tarde, reiterava sua opinião ao corrigir um aviso que se revelou inconsistente, dizendo que o risco valia a pena: “O substancial de uma embaixada é dar bons e verdadeiros avisos, e que isso se havia de comprar a qualquer preço”⁴³.

Apesar dos empecilhos, no dia 27 de abril de 1599, Tassis finalmente partiu de Bruxelas rumo a Paris⁴⁴. O embaixador começou a observar com atenção como Henrique IV conduzia a reconstrução da França. Ele revelou que, antes mesmo de chegar, havia começado a reunir informações sobre o que se passava do outro lado dos Pirineus. A primeira audiência ocorreu no dia 13 de maio de 1599. Era a primeira vez que se viam, mesmo tendo estado tão próximos, em lados opostos do campo de batalha. A descrição desapaixonada que fez daquele que havia combatido por dez anos não deixa de nos surpreender:

O Rei Cristianíssimo é homem de estatura mediana, feito enxuto, ágil e desenvolto, de rosto nobre, com barba bastante grisalha, cabelos negros, com 45 ou 46 anos, fala a sua língua desembaraçado e por termos elegantes, é dado a extremos a contínuos exercícios corporais de caça, bola e outros, [de] um natural francês e sem cerimônia alguma, rápido inquieto e que não para nunca, [de] grande familiaridade e muito brio, ainda que alguma parte dessas desdoure com alguns, em quanto ao entendimento, tem-no [de] tal [maneira] que pode-se muito bem chamar prudente, e não lhe falta artifício, se

alguns envolvidos. Henrique IV a Ms. De la Rochepot. 8 aout 1600: LAFFLEUR DE KERMAINGANT, P. *Lettres de Henri IV au comte de Rochepot, ambassadeur en Espagne (1600-1601)*. Paris: Typographie Georges Chamerot, 1889, p. 22.

42 Juan Bautista de Tassis a Felipe III. De Bruselas, a ultimo de marzo 1599. AGS, EST, K, LEG. 1602. fol. 36.

43 Juan Bautista de Tassis a Felipe III. De Paris, a 28 de julio 1603. AGS, EST, K, LEG. 1606. fol. 70.

44 Juan Bautista de Tassis a Felipe III. De Mons, a 28 de abril de 1599. AGS, EST, K, LEG. 1602. fol. 38.

vangloria de valente e mestre na guerra, e não se cala, livre no falar e não perde tempo em tachar e fazer zombarias a ninguém, [...], afirma-se que é de boa índole e grande professor em guardar a sua palavra⁴⁵.

O relatório, que inclui as informações recolhidas de antemão, revelou que Henrique IV estava preocupado em colocar ordem na administração do Estado e havia determinado a construção de grandes fábricas em diversas partes do reino. Era bastante cuidadoso com o seu patrimônio e com as finanças, decidido a recuperar a economia do reino e juntar grande quantidade de dinheiro. Por outro lado, não era nada liberal nas dídivas, situação que poderia provocar ressentimentos entre os seus apoiadores⁴⁶.

As pinceladas coloridas com alguns tons de sombra com as quais Tassis desenha o retrato de Henrique IV mostram que o embaixador deixara para trás o mundo das guerras de religião e estava disposto a colaborar com a nova ordem. É interessante notar que o otimismo que apresenta em relação ao futuro das duas monarquias representa um discurso excepcional entre os embaixadores enviados pela

45 *Juan Bautista de Tassis a Felipe III*. De Moret, a 13 de mayo de 1599. AGS, EST, K, LEG. 1602. fol. 44: “El rey Cristianissimo hombre es de mediana estatura, rehecho enjuto, ágil y suelto, de hidalgo rostro, de assaz cana barba, cabellos negros, de 45 o 46 años, habla su lenguaje expeditamente y por elegante termino, es dado a extremo a continuos exercicios corporales de caça, pelota y otros, natural françes sin cerimonia alguna, prompto inquieto y que nunca para, grande familiaridad y mucho brio, y aunque alguna parte destas le desdore con algunos, en cuanto el entendimiento tienele tal que se puede muy bien llamar prudente y no le falta artificio, presume de valiente y maestro en la guerra, y no calla, libre en el hablar y no repara en tachar y echar remoquetes a nadie [...], afirmase que es de buenas entrañas, gran profesor de guardar su palabra”. O mesmo documento é citado por Alain Hugon, ainda que a tradução para o francês não esteja completa. Ver: HUGON, Alain. *Au service du Roi Catholique: honorables ambassadeurs et “Divins espions” – representation diplomatique et service secret dans les relation hispanique-françaises de 1598 à 1635*. Madrid: Casa de Velázquez, 2004, p. 61.

46 *Juan Bautista de Tassis a Felipe III*. De Moret, a 13 de mayo de 1599. AGS, EST, K, LEG. 1602. fol.44.

Monarquia Hispânica na primeira metade do século xvii, como mostrou a pesquisa de Alain Hugon⁴⁷. Como veremos adiante, isso também tem a ver com o caráter pragmático do embaixador, mais preocupado com a efetividade e êxito dos cálculos políticos do que com os preconceitos e rivalidades considerados inúteis. Ele tampouco se mostra muito interessado pelas *disputatio* teológicas, sendo notável em seus discursos a ausência da verborragia providencialista que marca a epistolografia dos diplomáticos espanhóis que atuaram na França no mesmo contexto que ele⁴⁸.

O mais interessante desse discurso de Tassis é como encaminha a questão confessional, em particular a fiabilidade da conversão do Rei Cristianíssimo, algo que não deve ser desconsiderado. Desde que Henrique iv se converteu ao catolicismo, em julho de 1593, havia uma descrença generalizada entre o corpo diplomático da monarquia e entre a própria corte em Madrid quanto à honestidade daquele ato, e muito se discutiu que teria representado o triunfo da razão de Estado sobre a religião. O próprio Tassis, em suas memórias, reconheceu o peso político daquela decisão, chamando-a de “prudente marca de engenhosidade política”⁴⁹. Em 1594, dias após a queda de Paris e a expulsão da guarnição que a protegia, Tassis assegurou a Felipe ii que não acreditava que o *béarnais* reconsiderasse a conversão, porque havia conseguido uma base de apoio impressionante, da qual não poderia se desfazer⁵⁰. Podia

47 HUGON, *op. cit.*

48 Para aprofundar o tema, ver: MIRANDA, Marcella. *Razão de Estado na Monarquia Hispânica: os debates dos agentes políticos durante a guerra civil-religiosa francesa*. 2020. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

49 TASSII, Joannis Baptistae de. *Commentariorum de tumultibus Belgicis sui temporis. Libri Octo*. In: VAN PAPENDRECHT, Corneli Pauli Hoyneck. *Analecta Belgica*. La Haya, t. ii, p. 119-600, 1743, p. 545.

50 *Juan Bautista de Tassis a Felipe ii*. De Bruselas, a 26 de marzo de 1594. AGS, EST, K, LEG. 1590. fol. 49.

até ser fingida, mas era eficaz. Contudo, havia um *plus* em 1599 que reavivou a suspeita da verdadeira orientação religiosa do rei que se nomeava Cristianíssimo: o Édito de Nantes (30 de abril de 1598). Para os detratores, esse seria o primeiro passo para reconduzir o reino francês de volta ao berço da heresia. Tassis, no entanto, faz outra leitura da situação:

[Henrique iv] Continua o exercício público da religião católica, o oculto que pode haver o sabe Deus, e aquele fim que alguns temem, a saber, que ao cabo poderia golpear a religião católica com o mastro, pelo perigo o tenho remoto, e que antes podia morrer-se o que não o visse⁵¹.

Dada por garantida a salvaguarda da religião católica, ainda que por vias imperfeitas, a questão a discutir era a condução das relações entre ambos os reinos para assegurar a manutenção do Tratado de Vervins. Ainda que o embaixador considerasse a sua análise preliminar, acreditava que havia boas intenções de Henrique iv. No entanto, como um experiente diplomata que conhecia as entranhas das relações políticas, a prudência deveria guiar o diálogo para produzir melhores resultados.

E o que seria voltar conosco em guerra por eleição, se bem será conveniente em andar sempre nisso com recato, contudo até aqui nenhuma coisa fundada me oferece por onde temê-lo, se acertamos em andar destro com ele, caminho aquele muito digno de se usar em todo aquilo que é Estado e mais fácil para conquistar o fim das coisas⁵².

51 *Juan Bautista de Tassis a Felipe III*. De Moret, a 13 de mayo de 1599. AGS, EST, K, LEG. 1602. fol. 44: "Continua el ejercicio público de la religion catolica, lo oculto que puede haber Dios lo sabe y aquel fin de que algunos se temen, a saber, que al cabo podria dar con la religión católica al maste, por peligro le tengo remoto y que antes podría morirse el que no se viesse [...]".

52 *Ibid*: "Y lo que es bolver con nosotros en guerra por elección, si bien será conveniente de andar siempre en aquello con recato, con todo hasta aquí ninguna cosa fundada se me ofrece por donde temello, si acertamos de andar diestro con

Isso não queria dizer que Tassis acreditava cegamente nas intenções do seu antigo inimigo. A questão tinha mais a ver com adotar uma posição ajustada ao desenrolar dos acontecimentos, mais ou menos flexível, dependendo das ações de Henrique IV. Pouco tempo depois, o emissário do Rei Católico acrescentou que sempre recomendaria estar alerta e ter muito cuidado em todas as fronteiras, por mais paz que exista⁵³. A vigilância constante sempre vinha contrabalanceada com conselhos sobre formas de promover a reconciliação em casos de contenda. Foi o que aconteceu, por exemplo, quando eclodiu a guerra comercial entre ambos os reinos, que tensionaram a corda da ruptura, no contexto chamado por Alain Hugon de guerra fria. Felipe III havia decretado o aumento de 30% da alíquota das importações das mercadorias, com o objetivo de estrangular o comércio dos holandeses⁵⁴. A França foi bastante prejudicada, e o Rei Cristianíssimo determinou a subida de 50% dos direitos sobre o trigo e na sequência o fim das transações comerciais com a Península Ibérica⁵⁵. Além disso, eram constantes os embargos de navios e mercadorias dos dois reinos nos litorais um do outro, gerando uma linha cruzada de constantes queixas

él, camino aquel muy digno de usarse en todo aquello que es Estado y mas facil para salir con el fin de las cosas [...]”.

- 53 *Juan Bautista de Tassis a Felipe III*. De Lyon, a 16 de enero de 1601. AGS, EST, K, LEG. 1604, fol. 174.
- 54 Em uma audiência com Henrique IV, Tassis soube que a intenção do rei era fazer uma represália e proibir o comércio com Flandres. Confessou a Felipe III que o assunto era muito delicado, sendo o comércio a alma da república, e não acreditava que apertar os franceses como haviam feito com os holandeses provocasse o mesmo resultado. Sem poder navegar próximo à costa, iriam fazê-lo longe, “e que de um pirata francês que há, quando menos olhamos brotam cem”. *Juan Bautista de Tassis a Felipe III*. De Paris, 11 de octubre de 1603. fol.45. Sobre o Decreto Gauna e os seus efeitos desastrosos, ver: ECHEVARRÍA, *op. cit.*, p.175-178.
- 55 HUGON, Alain. Las relaciones con Francia. In: MARTÍNEZ MILLÁN, JOSÉ; VISCEGLIA, Maria Antonieta (org.). *La monarquía de Felipe III: Los reinos*. Madrid: Fundación Mapfre, 2008, v. IV, p. 1408-1446, p. 1426-1427.

e retaliações. Quando as primeiras manifestações dessa disputa começaram, o conselho de Tassis foi adotar a mediação. Uma vez que a França mostrasse intenção de desfazer a medida, o sinal de arrependimento deveria ser respondido com igual demonstração de boa vontade:

Se isso for [verdade] e desfizerem do seu [decreto], que resolveram em vingança do dito sucedido, isso já será mostrar arrependimento e sendo-lhes os primeiros em fazê-lo, parece que o abrir a porta para poder lhes corresponder com reputação, com algo que os faça depois de mandar embaixador, de maneira que assim por escalões vai-se jogando terra ao negócio, consistindo o forte dos meios para apaziguar diferenças no começar⁵⁶.

O principal desafio enfrentado por Juan Bautista de Tassis foi a disputa envolvendo o marquesado de Saluzzo entre o duque de Savoia e Henrique IV. O território era um enclave francês nos Alpes, circundado pelos domínios do ducado de Savoia, desde o Tratado de Cateau-Cambrésis (1559). Era uma região sensível para a Monarquia Hispânica, porque por ali passava justamente a rota do caminho espanhol para os Países Baixos, fundamental para a movimentação do temido exército de Flandres. No entanto, o marquesado fora conquistado pelo duque de Savoia, Carlos Emmanuel I, durante os distúrbios do ano de 1588, aproveitando-se da fragilidade de Henrique III. A questão de Saluzzo fora uma ponta solta no Tratado de Vervins, já que o duque de Savoia se recusou a devolver a conquista

⁵⁶ Juan Bautista de Tassis a Felipe III. De Paris a 15 de noviembre de 1601. AGS, EST, K, LEG. 1604. fol. 91: "Si esto fuere y deshiciere de suyo lo que resolvieron en vengança de lo dicho subcedido ya esso será mostrar arrepenimiento y siendo ellos los primeros en el hacer, parece que el abrir puerta para poderseles con reputación corresponder con algo que los haga despues de enviar embaxador, de manera que assi por escalones se vaya echando tierra al negocio consiendiendo lo fuerte de los medios para apaciguar diferencias en el començar".

à França⁵⁷. A questão era mais complicada do que em um primeiro momento poderia parecer, já que voltou à tona o velho debate sobre a disputa pelo domínio da Itália. A França deveria aproveitar a ocasião e contrabalancear a influência espanhola sobre o território italiano? A Europa, os estados italianos e o papa aguardavam ansiosamente o desenlace do conflito que impactaria as relações de força dentro da Itália⁵⁸. Por ironia do destino, a maior prejudicada desse conflito talvez tenha sido a própria Monarquia Hispânica.

Quando Tassis chegou ao reino francês, Carlos Emmanuel havia começado a negociar com Henrique IV, já que este continuava a demandar a devolução do marquesado. O duque passou alguns meses na França, no inverno de 1599-1600, sem obter nenhum êxito, mas granjeando aliados com presentes extravagantes e dinheiro, tendo conseguido o beneplácito da amante do rei, Gabrielle d'Éstrées⁵⁹. Negociar diretamente não deu certo, pela inconstância do cunhado de Felipe III, e produziu o efeito inverso. Retido na França e temeroso com o que poderia ocorrer, Carlos Emmanuel foi obrigado a aceitar duas demandas do rei: entregar o marquesado e a cidade de Bresse. Ele acabou assinando um acordo no dia 27 de fevereiro de 1600, que determinava que as transferências ocorreriam dentro de um prazo de três meses a contar a partir de 1º de junho⁶⁰. Liberado por Henrique IV e de volta a Savoia, o duque começou a se preparar para a guerra: recorreu a Felipe III em busca de apoio, enviou uma embaixada ao papa e mobilizou a rede de aliados na França para favorecer a sua causa. Diante dessa jogada arriscada, Juan Bautista de Tassis manifestou que seria erro

57 PARKER, Geoffrey. *El ejército de Flandes y el Camino Español, 1567-1659*. Madrid: Alianza Editorial: 2010, p. 115.

58 PHILIPPSON, Martin. *Heinrich IV und Philipp III: die Begründer des französischen Übergewichts in Europa (1598-1610)*. Berlin: Duncker, 1870. v. 1, p. 83.

59 MACKEY, Dom B. Le voyage du Charles-Emmanuel 1^{er} a Paris (décembre 1599), *Revue savoissienne*, 43, [S. l.], p. 94-101, 1902, p. 95.

60 PHILIPPSON, *op. cit.*, p. 96.

de cálculo político menosprezar o poderio francês, já que o duque não tinha provisão suficiente para a sua defesa e a França tomaria Bresse e Savoia antes que Carlos Emmanuel pudesse se movimentar⁶¹. O tiro dado por Tassis foi certo.

Dado o alinhamento do duque de Savoia com a Espanha, ratificado com o casamento do duque com a infanta Catalina Micaela em 1585, o principal receio de Tassis tinha a ver com a implosão do tratado de paz entre a Espanha e a França no caso de estourar a guerra. A Monarquia Hispânica ficou numa encruzilhada. Tassis alertou a Felipe III que este deveria se antecipar ao conflito, já que o lado francês desconfiaria de que o duque de Savoia, tradicional aliado, seria apoiado pela Espanha em suas pretensões⁶². A mesma preocupação marcou a reunião do Conselho de Estado para discutir as cartas de Tassis do começo de agosto de 1600. O perigo de se envolver em um conflito armado era o risco que envolvia a segurança do caminho espanhol e a tranquilidade dos Países Baixos. Os conselheiros instaram Tassis para que insistisse com os emissários de Savoia para que o duque acatasse a devolução do marquesado, porque “o não cumprimento será causa da guerra, e guerra injusta, e ocasião de faltar à que tão justamente se faz em Flandres, porque não se pode acudir a tudo [...]”⁶³. Adicionalmente, havia o receio de que Henrique IV usasse esse pretexto para *ofender* ou *inquietar* a Itália, razão pela qual o alcance do equilíbrio era fundamental, “havendo vossa Majestade justificado a sua [causa] e mostrado ao mundo o quão justa leva a balança em todas as suas ações”⁶⁴. No entanto, havia certa dúvida nesse discurso, porque o Rei Católico havia ordenado o conde

61 *Juan Bautista de Tassis a Felipe III*. De Lyon, a 6 de agosto de 1600. AGS, EST, K, LEG. 1603. fol. 71.

62 *Juan Bautista de Tassis a Felipe III*. De Lyon, a 6 de agosto de 1600. AGS, EST, K, LEG. 1603. fol. 206.

63 *El Consejo de Estado*. 22 de agosto de 1600. AGS, EST, K, LEG. 1603, fol. 343.

64 *Ibid.*

de Fuentes, governador de Milão, a recrutar tropas e preparar-se para a guerra. Fuentes chegou em Gênova com quatro mil soldados para proteger Milão⁶⁵. Essas movimentações não foram acompanhadas do endosso público aos devaneios de Carlos Emmanuel, o que levou, nas palavras de Claudio Rosso, a uma política de silêncio-asentimento⁶⁶, o que decerto dava margem a más interpretações e desconfianças dos outros potentados europeus. Nesse meio-tempo, Tassis tentava de todas as formas mediar o conflito e assegurar a neutralidade da Espanha. Segundo uma carta do rei francês para o seu embaixador na Espanha, ele ficara contente com o que Tassis estava dizendo e sentiu que o representante do Rei Católico tinha boas intenções ao defender a aliança franco-espanhola para refrear a ambição desmedida do duque de Savoia⁶⁷.

A balança entre as duas potências seria colocada à prova quando o duque de Savoia tentou, segundo os informes de Tassis e do conde de Aremberg, mudar o discurso e cooptar Henrique IV para uma aliança contra a Espanha em troca de Saluzzo. O plano do duque continha, segundo delatou o Rei Cristianíssimo, o projeto de um ataque conjunto ao ducado de Milão. O jogo dúbio do mal afamado duque se revelou um desastre, conseguindo descontentar tanto a

65 ALLEN, *op. cit.*, p. 58.

66 ROSSO, Claudio. España y Saboya: Felipe III y Carlos Manuel I. In: MARTÍNEZ MILLÁN, José; VISCEGLIA, Maria Antonieta. (org.). *La monarquía de Felipe III: los reinos*. Madrid: Fundación Mapfre, 2008, v. IV, p. 1092-1100, p. 1094.

67 “Às vezes, Jean-Baptiste de Tassis, que conhece melhor o natural e as ações do referido duque de Savoia, que não são as outras do conselho do dito rei da Espanha que está além, disse para alguns, que era necessário que o dito da Espanha e eu coloquemos no freio o dito duque, de modo que ele não possa resistir no futuro, nem perturbar a cristandade por sua inquietude, cobiça e infidelidade, que os espanhóis experimentaram como os francos. Esta proposta me atraiu, porque acredito com certeza que é a maneira verdadeira e segura que podemos tomar, para garantir a paz pública [...]” Henrique IV ao conde de Rochepot. 23 de setembro de 1600: LAFFLEUR DE KERMAINGANT, *op. cit.*, p. 50.

Espanha quanto a França⁶⁸. Na sequência, a audiência que Juan Bautista teve com o rei da França revela a tensão que se instalara nos bastidores com as sondagens do duque de Savoia. Henrique iv relatou ao embaixador que não quis se comprometer a fazer a aliança porque, “todavia, era tão fresca a quietude do seu reino e que este se encontrava tão pouco refeito das ruínas passadas, que tinha necessidade de tempo para recompor-se bem [...]”⁶⁹.

A velocidade do resultado desses acontecimentos foi surpreendente. Henrique iv perdeu a paciência e, em agosto de 1600, ordenou a invasão do Piemonte. A facilidade com que as tropas francesas, tendo como comandante em chefe o próprio rei, tomaram os territórios dos Alpes não surpreendeu Tassis. Bresse, Montmélian, Chambéry e outras cidades foram caindo uma a uma. Sem saída, com o inverno batendo às portas, o duque de Savoia, por fim, assinou o Tratado de Lyon com Henrique iv, em 17 de janeiro de 1601. O marquesado de Saluzzo foi assegurado como possessão de Savoia e, em contrapartida, a França reteve os territórios dos Alpes piemonteses situados a oeste do rio Ródano (Rhône): Bresse, Bugey, país de Gex e Valromey⁷⁰. O caminho espanhol foi seriamente prejudicado, restando apenas a passagem pelo estreito vale da Valtelina, que tinha uma única maneira através da qual se podia cruzar o Ródano, a *pont de Grésin*⁷¹.

68 Para uma discussão mais sucinta sobre a lenda negra de Carlos Emmanuel I, ver: GAL, Stephanie. *Quand un crétin voulait devenir roi des Alpes: la légende noire des Savoie de Charles-Emmanuel I^{er} à Victor-Amédée II*. [online]. Disponível em: <https://www.unicaen.fr/mrsh/hce/index.php?id=194>. Acesso em: 15 jul. 2022.

69 *Lo que el rey de Francia dixo a Juan Bautista de Tassis, en Grenoble a 23 de septiembre de 1600*. AGS, EST, K, LEG. 1603, fol. 240.

70 DU MONT, Jean. *Corps universel diplomatique du droit des gens; contenant un recueil des traitez d'alliance, de paix... de toutes les conventions... & autres contrats, qui ont été faits en Europe, depuis le regne de l'empereur Charlemagne jusques à présent*. Amsterdam: Chez P. Husson et Charles Levier, 1728, p. 11, tome v, partie II.

71 Um dos receios de Tassis, ao conhecer os termos do tratado, era justamente a proximidade inconveniente com franceses, que poderiam fechar o caminho

A análise que Juan Bautista fez desse acordo seguia uma retórica política maquiaveliana. Os logros e fracassos são avaliados em nome da *lei de Estado*, da *reputação* e do *interesse*, discutidos a partir da lógica da força. O relatório foi escrito um dia antes da conclusão da paz, e Tassis ainda não estava totalmente seguro de que o duque de Savoia iria assiná-lo, já que era dado a destemperos de última hora, o que lhe parecia descabido, por se encontrar este “*tan en los cuernos del toro*”. E acrescenta que ainda assim, Carlos Emmanuel I saiu da negociação “Com mais farta reputação daquela que se pôs em jogo ao perder o que se perdeu”⁷². Por outro lado, a França ganhou extensão territorial ao incorporar a porção oeste do Ródano, terras ricas e densamente povoadas. Em lei de Estado, a expansão e a conquista de novos territórios eram uma das principais maneiras de se ganhar reputação. Assim a atitude de Henrique IV foi orientada pela *ley de Estado*, de modo a garantir o maior benefício em menos tempo e com menos custo. “Examinando discursos [sobre] o porquê se tem acomodado este rei assim sobre ter posto a fronteira do seu reino aos Alpes, que na lei de Estado que corre lhe importava o que não se pode encarecer”⁷³.

No meio-tempo da guerra com Savoia, uma dupla questão diplomática entre os reinos merece destaque. Henrique IV havia encaminhado a Felipe III uma solicitação para que jurasse as condições da paz de Vervins e confirmasse as disposições do tratado. Tassis

diante de algum conflito. AGS, EST, K, LEG. 1604, fol. 173. Os franceses souberam aproveitar bem a vantagem sobre o território e, na ocasião da conspiração do marechal de Biron, destruíram a ponte, prejudicando seriamente a passagem das tropas do Rei Católico para o norte. Ver: PARKER, *op. cit.*, p. 116-117.

72 Juan Bautista de Tassis a Felipe III. De Lyon, a 16 de enero de 1601. AGS, EST, K, LEG. 1604, fol. 174: “harta mas reputacion de la que se interesso al perder lo que se perdio”.

73 Juan Bautista de Tassis a Felipe III. De Lyon, a 16 de enero de 1601. AGS, EST, K, LEG. 1604, fol. 174: “Escudriñando discursivos el porque se ha acomodado este rey ansi sobre haver puesto por frontera de su reyno a los Alpes, que en la ley de estado a que corre le importava lo que no se puede encarecer”.

recomendou ao Rei Católico que atendesse ao pedido e que, como demonstração de boa vontade, convidasse o embaixador que seria enviado pela França para almoçar na mesa do rei, como Henrique IV havia feito nas celebrações do juramento da paz que se passaram no reino francês⁷⁴. Não tivemos acesso a essa missiva, mas o Conselho de Estado discutiu essa recomendação em junho de 1600. Em um primeiro momento, parece que a proposta foi rejeitada, mas, diante da insistência por parte da França, o conselho recomendou a Felipe III realizar o juramento. Sobre a questão do protocolo cerimonial, o conselho a rejeitou, alegando que não se deveria introduzir novidades no cerimonial da Borgonha adotado pela corte em Madrid:

Que almoçar o embaixador com V. Mgde no dia do juramento como Juan Bautista de Tassis apontou nos dias passados não se deve permitir, ainda que o tenha feito o rei da França, porque lá e em Roma e na Alemanha aquilo está introduzido e aqui nunca se fez com ninguém, e não tem porque fazer novidade⁷⁵.

74 Nessa ocasião, a comitiva enviada a Paris pelo arquiduque Alberto foi composta por Charles III de Croy, duque de Aerschot, o conde de Arambusch, Francisco López de Mendoza, almirante de Aragão e o presidente Richardot, um dos negociadores do tratado. Segundo o relato da viagem, eles chegaram em Paris no dia 1º de julho, sendo recebidos com toda a pompa. No dia 5 de julho, depois da missa e da cerimônia de juramento, todos foram convidados a comer junto com o rei na casa do arcebispo, e o fizeram cobertos, simbolizando o reconhecimento que Henrique IV deu àquela ocasião: *Felicissima relacion del solemne recebimiento, que el rey de Francia hizo al duque de Arascot, y al almirante de Aragon, y al conde Aramburch, y a don Luys de Velasco, y al presidente Ricardote, [...] diputados de la paz entre el rey don Felipe y el dicho rey de Francia*. Sevilla: por Rodrigo de Cabrera, 1598. 2 folios. Na época, eram notórias as cerimônias pomposas dadas por Henrique IV para receber os diplomatas, com muito afago e presentes. O almirante de Aragão recebeu uma pluma cravejada de diamantes, que foi sequestrada, anos depois, por ordens do rei, quando o almirante foi encarcerado. Ver: RODRÍGUEZ VILLA, Antonio. D. Francisco de Mendoza, almirante de Aragón. In: VALERA, Juan. *Homenaje a Menéndez y Pelayo en el año vigésimo de su profesorado: estudios de erudición española*. Madrid: Victoriano Suárez, 1899, p. 487-610, p. 601.

75 *Traslado de la consulta sobre el juramento de la paz con Francia y acogimiento del embajador de aquel reyno*. Madrid, 13 de junio de 1600. AGS, EST, K, LEG. 1461,

O embaixador extraordinário, conde de Rochepot, chegou em Burgos no dia 30 de junho de 1600. A eclosão da guerra com Savoia decerto desacelerou as tratativas e acirrou os ânimos, provocando enfrentamentos na corte entre o embaixador e o duque de Lerma. Quando a paz estava praticamente concluída, Tassis aproveitou a primeira oportunidade que teve e voltou a recomendar a celebração do juramento e que o monarca convidasse o diplomata para comer em sua mesa, argumentando que seria um sinal de boa vontade ao conde. Eram coisas que não custavam e em que a igualdade negada ofendia⁷⁶.

Por conta da guerra e das desavenças do duque de Lerma com o conde de Rochepot sobre a acreditação da embaixada, a cerimônia de ratificação da paz de Vervins ocorreu um ano após a chegada do embaixador. Depois da celebração da missa e do ato, o rei e Rochepot voltaram para o palácio juntos, mas não confirmamos se chegou a almoçar com o rei, como insistiu Tassis com base na igualdade de tratamento⁷⁷. Independentemente disso, o que aconteceu depois foi muito mais grave.

A curta embaixada de Rochepot foi marcada por vários enfrentamentos na corte, inclusive com violência⁷⁸. Luis Cabrera de Córdoba conta que foi apresentada uma comédia que proferiu ofensas ao

fol. 9: "Que el comer el embajador con V. Mgd el día del juramento como Juan Bautista de Tassis lo apunto los días passados no se debe permitir aunque lo aya hecho el rey de Francia, porque alla y en Roma y en Alemania esta introduzido aquello y acá nunca se ha hecho con nadie, y no hay para que hacer novedad".

76 Juan Bautista de Tassis a Felipe III. De Lyon, a 16 de enero de 1601. AGS, EST, K, LEG. 1604, fol. 174.

77 CABRERA DE CÓRDOBA, LUIS. *Relaciones de las cosas sucedidas en la corte de España, desde 1599 hasta 1614*. Madrid: Imprenta de J. Martín Alegría, 1857, p. 87, 108.

78 Para uma descrição detalhada dos conflitos, ver: LE ROUX, Nicolas. *Représentation diplomatique et guerre couverte: la mission du comte de La Rochepot, ambassadeur en Espagne pour l'application du traité de Vervins*. In: VIDAL, Claudine; PILLEBOUE, Frédérique. *La paix de Vervins, 1598*. Amiens: Fédération des sociétés d'histoire et d'archéologie de l'Aisne; Société historique et archéologique de Vervins et de la Thiérache, Paris: C.I.D., 1998, p. 185-228.

embaixador, que geraram protestos e, para acalmar os ânimos, o rei mandou prender os responsáveis. Outro incidente aconteceu quando Rochepot foi à igreja com seu séquito, e o grupo foi acosado com zombarias pelas roupas extravagantes (segundo a moda espanhola) que usavam. Para se defenderem da burla, eles sacaram a espada, o que resultou em uma briga na qual vários espanhóis saíram esfaqueados. O mais grave dos incidentes ocorreu em julho de 1601, quando houve um sangrento enfrentamento entre espanhóis e franceses, que gerou versões conflitantes sobre os responsáveis pela provocação. Os guardas da corte invadiram a casa do embaixador de madrugada e prenderam dezesseis pessoas, entre elas o sobrinho do La Rochepot, sob protestos de violação da imunidade diplomática. Henrique IV não perdeu a ocasião de insuflar a ofensa recebida, o que deixou Tassis em uma posição bastante desfavorável⁷⁹. A crise foi resolvida com certa discrição por intermediação do papa. Felipe III aceitou, depois de meses, libertar os prisioneiros, mas três deles foram enviados presos a Roma para que o papa os entregasse ao Rei Cristianíssimo.

Passada a crise diplomática, a questão do duque de Savoia voltou à tona. Malgrado o resultado do Tratado de Lyon, Carlos Emmanuel continuou a atuar nos bastidores para desestabilizar a monarquia de Henrique IV, algo que, decerto, Tassis imaginava que ele poderia fazer. Dessa vez, contava com dois aliados de peso: Charles de Gontaut, o marechal de Biron, comandante do exército do rei, e o conde de Fuentes⁸⁰. Biron ficou colérico com a distribuição dos governos dos

79 CANO DE GARDOQUI, José Luis. El incidente del embajador francés en Valladolid (1601). *Investigaciones históricas: Época moderna y contemporánea*, Valladolid, n. 5, p. 37-54, 1985, p. 46. CABRERA DE CÓRDOBA, *op. cit.*, p. 104.

80 Pedro Enríquez de Acevedo y Toledo (1525-1610), conde de Fuentes, era sobrinho e cunhado do duque de Alba. O clã era conhecido pela defesa da linha dura contra os rebeldes dos Países Baixos, que atingiu o apogeu – drástico e sangüinário – durante o governo geral do duque de Alba. O conde de Fuentes assumiu a liderança das operações militares da Monarquia Hispânica nos Países Baixos,

territórios conquistados, um dos quais foi entregue a um dos seus inimigos, o que o levou a integrar o complô de Carlos Emmanuel. Quando os rumores de conluio começaram a circular, Biron confessou ao rei e recebeu o perdão. Contudo, as denúncias posteriores de uma pessoa próxima do marechal revelaram ao rei que a trama urdida fora muito mais grave, planejando a morte do próprio rei e do delfim. Quando a conspiração foi descoberta, Tassis se mostrou surpreso, e as tratativas lhe passaram despercebidas. Não surpreende, já que Tassis tentou dissuadir o duque de Savoia de romper com Henrique iv e recomendou o Conselho de Estado em Valladolid a fazer o mesmo. O conde de Fuentes deve ter prevenido os outros a não tratarem do tema com Juan Bautista de Tassis, a essas alturas já conhecido por seu caráter moderado e menos favorável à política encoberta⁸¹. Em 11 maio de 1602, Tassis retratou o burburinho na corte provocado pelos rumores que corriam – “*en plaza pública*” – sobre a conspiração do duque de Savoia e do conde Fuentes, e manifestou o seu desconforto com a menção do nome do Rei Católico no meio das intrigas.

A descrição que Tassis fez dos acontecimentos reforça a hipótese do motivo dessa alienação: o embaixador não era muito afeito a fazer a política pela via clandestina. Mesmo escanteado e sem conhecer

a partir de 1592, de onde partiam as operações militares que intervinham na França. Fuentes, seguindo ordens de Felipe II, deu um novo ímpeto às incursões militares no norte, e a violência do exército não passou despercebida: os seus soldados massacraram a vila de Doullens, além de terem assassinado a sangue frio o marechal Villars-Brancas, um dos comandantes de Henrique iv. Uma testemunha da batalha disse que o conde “*pasó el cuchillo*” na cidade. Fuentes também atuou como regente do governo entre 1594 e 1596, até a chegada do arquiduque Alberto de Áustria. Por isso, Tassis e Fuentes eram velhos conhecidos, mas apresentavam visões opostas sobre a condução política dos assuntos dos Países Baixos. Ver: MIRANDA, *op. cit.*, p. 351.

- 81 Na famosa memória que o 11 duque de Fera, d. Lorenzo Suárez de Figueroa, entregou ao arquiduque Alberto, ele falava precisamente sobre essa “indecência” de Juan Bautista de Tassis, de quem tinha profundas divergências políticas. *Copia del papel que el Duque de Fera dio al Sr Cardenal Archiduque sobre las cosas de Flandes*. (1596). AGS, EST, LEG. 343. fol. 117v.

os detalhes da maquinação, Tassis viu uma oportunidade para deslizar a sua pluma e dar uma lição sobre os usos da prudência política, desprovida de paixão:

Ninguém pode negar que este Rei não se tenha dado a contravir a paz, não muito depois de tê-la feito e jurado, nem que continua nisso (com a correspondência que anda entre ele e nossos rebeldes) como tampouco deixar de confessar que merece muito bem ser pago na mesma moeda e que não sairia do honesto fazê-lo, mas se bem é assim, não desobriga aquilo a que se olhe bem, (antes de começar), em se é factível e útil, porque se o primeiro não se pode, o segundo ameaça dano antes que proveito. Não parece que pode caber razão tê-lo por acertado⁸².

Em primeiro lugar, qualquer conflito com a França e tentativa de subverter aquele reino teria que levar em consideração o poder de Henrique IV e a ampliação do controle que tentava exercer sobre a nobreza. O monarca, segundo Tassis, construiu uma rede de informação que desbarataria e remediaria qualquer rebelião.

Segue-se a isto o ponderar sem paixão a quão grande carga seria a guerra sobre trazer às costas a de Flandres e andar engolfado na da Inglaterra, e quão mal possível acudir-se a tão diversas e valentes partes [...] e quão conformes à natureza que o dividido em muitas, qualquer delas costuma decair em seu vigor⁸³.

82 *Juan Bautista de Tassis a Felipe III*. De Blois, a 11 de mayo de 1602. AGS, EST, K, LEG. 1605, fol. 277: "Nadie puede negar que no se aya este Rey dado a contravenir a la paz, no mucho despues que la hizo y juro, ni que continua en ello (con la correspondencia que anda entre el y nuestros rebeldes) como tampoco dejar de confesar que merece mucho bien ser pagado en la misma moneda y que no saldría de lo honesto el hazello, pero si bien es assi, no desobliga aquello a que se mire bien, (antes de començar), en si es factible y util, porque si lo uno no se puede, y lo otro amenaza daño antes que provecho. No parece que puede caber razón tenello por acertado".

83 *Ibid.*: "Sigue a esto el ponderar sin pasión cuan grande carga seria la guerra sobre traer a cuestras la de Flandes y andar engolfado en la de Inglaterra, y quan mal posible acudirse a tan diversas y gallardas partes [...] y cuan conformes

Qualquer decisão vinda da corte espanhola, longe dos conflitos, deveria ser tomada com atenção e *desapaixonadamente*. Nesse sentido, buscar a retaliação não resultaria em utilidade e factibilidade, e seria perder definitivamente Flandres. No momento, a prudência recomendava ir “continuando a passar o melhor que se pode a *imperfeição da paz que por aqui corre*, para que a soma dela dure o quanto seja possível”⁸⁴.

O marechal de Biron foi preso e julgado meses depois. Até hoje, o grau de implicação dos participantes e os verdadeiros objetivos do conluio são pouco conhecidos. O julgamento, para Tassis, fora uma farsa, e ele comenta que ecoavam vozes de que a sentença de morte fora pouco justa, deferida antes pela razão de Estado do que pelo mérito da acusação. Nesse processo, prevaleceu a autoridade e a vontade real sobre o exercício da justiça⁸⁵.

Em 1603, a morte da rainha Elizabeth I provocou uma onda de expectativas sobre as alianças políticas que o novo rei, Jaime I, faria. A ascensão de um novo rei protestante no norte colocava em evidência a urgência de preparar estratégias para blindar a atuação da França e dos holandeses. Para assegurar a continuidade da aliança com a Inglaterra, Henrique IV enviou para a ilha o marechal de Rosny, Maximilien Béthune, duque de Sully. A embaixada extraordinária tinha o intuito de parabenizar o novo rei, mas também isolar a Monarquia Hispânica. Tassis recebia informações do que se passava naquela corte e se preocupava mais com o tratado que poderiam fazer com os holandeses, cujos deputados também se encontravam na corte inglesa. Diante desse novo desafio, é interessante observar uma mudança no tom otimista dos primeiros anos das missivas

a la naturaleza que lo dividido en muchas qualquiera dellas suele descaer de su vigor”.

84 *Ibid.*

85 *Juan Bautista de Tassis a Felipe III*. De Paris, 4 de agosto de 1602. AGS, EST, K, LEG. 1605, fol. 205.

de Tassis e identificar um crescente ceticismo, com reflexões mais afiadas recheadas com algumas doses de cinismo.

Em primeiro lugar, o embaixador também considerava que qualquer paz que a Espanha fizesse com o novo rei da Inglaterra teria que se contentar com que “corra imperfeita como a que se faz aqui”⁸⁶. Nesse sentido, Tassis se mostrou reticente a negociar com Jaime I – diante das circunstâncias menos favoráveis, recomendou postergar e dar tempo para que surgisse uma nova ocasião, e assim se fizesse “*com gosto público de perfeita*”. Nesse caso, parecia estar em sintonia com o Conselho de Estado, que preferiu atuar com mais recato, ao contrário da agilidade dos inimigos. Se Felipe III optasse por seguir adiante com as tratativas da paz, Tassis recomendava que o embaixador extraordinário que fosse enviado ali soubesse “dissimular e sobrelevar a dita imperfeição, de maneira que a paz dure”⁸⁷.

A reflexão sobre a paz perfeita e imperfeita tinha como pano de fundo a notícia de que a aliança da Inglaterra com a França e a Holanda era irreversível, informação que depois se revelou precipitada. Além disso, o marechal de Rosny presumia abertamente na corte francesa que lograra o acordo com Jaime I. Diante disso, Tassis não perdeu as esperanças de que os ventos da fortuna pudessem mudar. As ligas, mesmo as mais fundamentadas, podem variar, e era melhor esperar outra ocasião na qual se pudesse negociar com melhores condições, já que:

86 AGS, EST, K, LEG. 1606. Fol. 64. De Paris, a 28 de julio de 1603.

87 *Ibid.*, Os emissários diplomáticos que estavam na Inglaterra para negociar com Jaime I eram o conde de Aremberg e o sobrinho e homônimo do embaixador, Juan de Tassis, I conde de Villamediana. No entanto, o arquiduque Alberto reclamara por diversas vezes que Villamediana não era uma pessoa apta para o cargo e instara que desde Madrid se enviasse uma pessoa com mais experiência. Ver: *Colección de Documentos Inéditos para la Historia de España* (CODON). Tomo 42. Madrid: Imprenta de la viuda de Calero, 1867, p. 460-461. Em Londres, havia outro sobrinho homônimo de Juan Bautista de Tassis, chamado de *El moço* na correspondência, que colaborara com o tio na França e em Flandres por longos anos. Aquele atuava como secretário do primo nas negociações.

Mortal é o rei daqui e seu herdeiro tão pequeno, que é necessário que o pai lhe sobreviva muitos [anos] para não ter de ter algum dia muita necessidade de amizade com a Espanha, que logo se veria outro jogo⁸⁸.

As palavras de Tassis nos provocam até certo desconforto pelo acerto da sua previsão. Quando já tinha notícias certas de que as palavras de Rosny eram só palavras, Tassis acrescenta uma dose de malícia ao dizer que “pode ser muito bem, segundo aqui são *estadistas*, mas com [...] meu voto o seremos tanto como eles, e admitiremos quando dizem que enquanto nos estiver bem”⁸⁹.

Conclusão

Em outubro de 1603, chegava à França d. Baltasar de Zúñiga, o substituto de Juan Bautista de Tassis. Para concluir a transição do cargo, Tassis ainda permaneceu na França por vários meses, abandonando o país apenas em 1604. Desde 1600, ele pedia para ser dispensado do cargo devido à idade avançada⁹⁰ e, mesmo que o Conselho de Estado tivesse aprovado, ainda demoraria três anos para que o substituto pisasse o solo francês. Uma das dificuldades enfrentadas pelo *senex* era, como apontou Alain Hugon, o nomadismo da corte, e os constantes deslocamentos supunham grandes desafios ao velho embaixador. Mesmo assim, Tassis seguiu o rei Henrique IV em pelo menos cinco estâncias fora de Paris.

88 *Ibid.*: “Mortal es ese rey de aquí y su heredero tan niño que ha menester vivirle el padre mucho para no haver de haver algun día mucha necesidad de amistad con España que presto se veria otro juego”.

89 *Juan Bautista de Tassis a Felipe III*. AGS, EST, K, LEG. 1606. De Paris, a 2 de agosto de 1603. fol. 82.

90 “Realmente é impossível que os velhos trabalhem como quando está de pé a robusta idade...”. *Juan Bautista de Tassis a Felipe III*. De Lyon, a 8 de agosto 1600. AGS, EST, K, LEG. 1603. fol. 324.

Juan Bautista se mostrava disposto a contribuir para manter as boas relações entre ambos os reinos, e as boas-vindas de Henrique iv pareciam mostrar que a intenção era recíproca⁹¹. No entanto, parece que ao Conselho de Estado não agradou muito a atuação de Tassis no primeiro ano:

Ainda que ele seja cavaleiro honrado, prático e sábio e que serviu muito bem, não é a propósito para o lugar que tem, porque como homem pouco estimado e respeitado pelos franceses, e de menos ação e brio que requer o tempo presente e o humor arrogante daquele rei e de sua nação⁹².

O comentário do Conselho não parece corresponder totalmente aos fatos⁹³. É certo que, em alguns casos, como quando um correio foi desviado por não usar a rota oficial, os conselheiros haviam dito que Tassis fora fraco, porque devia ter feito uma grande demonstração de autoridade quando lhe tomaram os despachos, exigindo o rigor no castigo do responsável por tamanha afronta⁹⁴. Por outro lado, não se mostrou muito interessado em participar de conspirações para minar a autoridade e os interesses do rei francês.

No entanto, para suprir os inconvenientes da idade, Tassis construiu uma rede de informantes impressionante que, considerando o tempo em que ficou na embaixada, foi uma das mais efetivas até 1635⁹⁵. Além disso, empregava seus secretários de confiança, como Gabriel da Alegria, para realizar pequenas missões em seu nome e lidar com os espões. Tudo isso nos leva a crer que talvez o principal

91 HUGON, *Au service*, *op. cit.*, p.133.

92 *El consejo de Estado*. 27 de mayo de 1600. AGS, EST, K, LEG.1426. fol. 52: "Aunque el es honrado cauallero platico y entendido y que ha servido muy bien, no es a proposito para el lugar que tiene porque como hombre poco estimado y respetado de franceses, y de menos action y brio que requiere el tiempo presente y el humor arrogante de aquel Rey y su nación [...]".

93 HUGON, *op. cit.*

94 *El Consejo de Estado*. 22 de agosto de 1600. AGS, EST, K, LEG.1603. fol. 343.

95 HUGON, *op. cit.*, p. 156.

problema tenha sido político. A postura dialogante e a prudência podem ter contribuído para o distanciamento entre Tassis e o Conselho de Estado. Quando se aproximava o fim da estadia, Tassis escreveu ao rei pedindo um assento no Conselho de Estado, o mais prestigiado, e a manutenção do seu salário de embaixador⁹⁶. Para terminar a sua carreira como diplomata, Tassis reivindicava um *status* que estivesse à altura da longa lista de serviços prestados: “De carne e osso me fez Deus, e não de mármore, nem que ainda velho, tenho envelhecidas as potências da alma”⁹⁷.

Os cinco anos em que Juan Bautista de Tassis permaneceu no reino francês foram caracterizados pelo que ele mesmo definiu como paz imperfeita. Nesse período, observamos as dificuldades para manter a balança política entre a Espanha e a França em equilíbrio e evitar a eclosão de uma nova guerra aberta. Tarefa que, decerto, foi se revelando cada vez mais difícil, tendo que lidar com os franceses “estadistas” e de “humor arrogante”. A primeira década do século xvii, chamada *Pax Hispanica*, deve ser estudada com uma lupa, capaz de recuperar essas micro-histórias que revelam a tessitura de um jogo político – oficial e extraoficial – que é muito mais rico e complexo. Sob a lente de Tassis, a *paz hispânica* se converte nessa *paz imperfeita*, cheia de perigos e truques, que requeria trabalho incansável. Conhecer e recuperar a trajetória de Juan Bautista de Tassis nos permite cruzar diversas facetas da História Moderna, entre a história política, a diplomacia e o pensamento político.

Referências

ÁLAMOS DE BARRIENTOS, Baltasar. *Discurso al Rey nuestro señor Felipe III del estado que tiene sus reinos [...]*. 1598. (manuscrito).

96 Juan Bautista de Tassis a Felipe III. AGS, EST, K, LEG.1406. Paris 23 de enero de 1603.

97 Juan Bautista de Tassis a Felipe III. De Paris, a 22 de diciembre de 1603. AGS, EST, K, LEG.1606. fol. 117.

ALLEN, E. John B. *Post and courier service in the diplomacy of Early Modern Europe*. The Hague: Springer Science & Business Media, 1972.

ALLEN, Paul C. *Philip III and the Pax Hispanica (1598-1621): The failure of Grand Strategy*. New Haven & London: Yale University Press, 2000.

BÉTHUNE, Maximilien de. *Memoires de Maximilien de Béthune, duc de Sully, principal ministre de Henri-Le Grand*. Londres: 1778. Tomo IV.

BRUNET, Serge. “*De l’Espagnol dedans le ventre!*”: les catholiques du Sud-Ouest de la France face à la réforme vers 1540-1589. Paris: Honoré Champion, 2007.

CABRERA DE CÓRDOBA, Luis. *Relaciones de las cosas sucedidas en la corte de España, desde 1599 hasta 1614*. Madrid: Imprenta de J. Martín Alegría, 1857.

CAMPANELLA, Tommaso. *La Monarquía Hispánica*. Traducción del latín, prólogo y notas críticas de Primitivo Mariño. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1982.

CANO DE GARDOQUI, José Luis. El incidente del embajador francés en Valladolid (1601). *Investigaciones históricas: Época moderna y contemporánea*, Valladolid, n. 5, p. 37-54, 1985.

CANTARINO, Elena. Sêneca, Lísio e Gracián: sobre o neoestoicismo de los siglos XVI y XVII. In: CASABAN MOYA, Enric. *XIVè Congrès Valencià de Filosofia*. València: Universitat de València, 2003. p. 225-236.

CARRASCO, Adolfo. *Pasión estoica: el estoicismo en la primera modernidad, 1580-1650*. Madrid: Dykinson, 2023.

CHIFFLETT, Jules. *Les marques d’Honneur de la maison de Tassis*. A Anvers: en l’imprimerie plantinienne de Balthasar Moretus, 1645.

COLECCIÓN de Documentos Inéditos para la Historia de España (CODOIN). Tomo 42. Madrid: Imprenta de la viuda de Calero, 1867.

DESCIMON, Robert; RUIZ IBAÑEZ, José Javier. La imagen de Felipe II en la Liga radical francesa. In: MARTÍNEZ MILLÁN, José (dir.). Felipe II (1527-1598): Europa y la monarquía católica. Madrid: Parteluz, 1998. v. I, t. I, p. III-136.

DEVOS, Jean. La poste au service des diplomates espagnols accrédités auprès des cours d'Angleterre et de France (1555-1598). *Bulletin de la Commission royale d'histoire*, Académie royale de Belgique, t. 103, p. 205-267, 1938.

DU MONT, Jean. *Corps universel diplomatique du droit des gens; contenant un recueil des traitez d'alliance, de paix... de toutes les conventions... & autres contrats, qui ont été faits en Europe, depuis le regne de l'empereur Charlemagne jusques à présent*. Amsterdam: Chez P. Husson et Charles Levier, 1728. Tome v, partie II.

ECHEVARRÍA, Miguel Ángel. *Flandes y la Monarquía Hispánica (1500-1713)*. Madrid: Sílex, 1998.

FELICISSIMA relacion del solemne recebimiento, que el rey de Francia hizo al duque de Arascot, y al almirante de Aragon, y al conde Aramburch, y a don Luys de Velasco, y al presidente Ricardote, [...] diputados de la paz entre el rey don Felipe y el dicho rey de Francia. Sevilla: por Rodrigo de Cabrera, 1598.

GAL, Stephanie. *Quand un crétin voulait devenir roi des Alpes: la légende noire des Savoie de Charles-Emmanuel Ier à Victor-Amédée II*. [online]. Disponível em: <https://www.unicaen.fr/mrsh/hce/index.php?id=194>. Acesso em: 22 jul. 2022.

GARCÍA GARCÍA, Bernardo José. *La Pax Hispanica: política exterior del duque de Lerma*. Leuven: Leuven University Press, 1996.

GELABERT, Juan E. Los Avisos de Valle de la Cerda en su contexto (1598-1599). *Obradoiro de Historia Moderna*, n. 23, p. 35-69, 2014.

GIL PUJOL, Xavier. Las fuerzas del rey: la generación que leyó a Botero. In: RIZZO, Mario; RUIZ IBAÑEZ, José Javier; SABATINI, Gaetano (ed.). *Le forze del principe: recursos, instrumentos y límites en la práctica del poder soberano en los territorios de la monarquía hispánica*. Murcia: Universidad de Murcia, 2004. t. II, p. 969-1022.

HUGON, Alain. *Au service du Roi Catholique: honorables ambassadeurs et "Divins espions" – représentation diplomatique et service secret dans les relation hispanique-françaises de 1598 à 1635*. Madrid: Casa de Velázquez, 2004.

HUGON, Alain. Las relaciones con Francia. In: MARTÍNEZ MILLÁN, José; VISCEGLIA, Maria Antonieta (org.). *La monarquía de Felipe III: Los reinos*. Madrid: Fundación Mapfre, 2008, v. IV, p. 1408-1446, p. 1426-1427.

JOUANNA, Arlette. Les temps des guerres de religion en France (1559-1598). In: BOUCHER, Jacqueline; BILOGHI, Dominique; JOUANNA, Arlette; LE THIEC, Guy. *Histoire et Dictionnaire des Guerres de Religion*. Paris: Éditions Robert Laffont, 1998. p. 306-318.

LAFLEUR DE KERMAINGANT, P. *Lettres de Henri IV au comte de Rochepot, ambassadeur en Espagne (1600-1601)*. Paris: Typographie Georges Chamerot, 1889.

LE ROUX, Nicolas. Représentation diplomatique et guerre couverte: la mission du comte de La Rochepot, ambassadeur en Espagne pour l'application du traité de Vervins. In: VIDAL, Claudine; PILLEBOUE, Frédérique. *La paix de Vervins, 1598*. Amiens: Fédération des sociétés d'histoire et d'archéologie de l'Aisne; Société historique et archéologique de Vervins et de la Thiérache, Paris: C.I.D., 1998. p. 185-228.

LIPSIO, Justo. *Políticas*. Estudio preliminar y notas de J. P. Echevarría y Modesto López. Traducción de Bernardino de Mendoza. Madrid: Tecnos, 1997.

LÓPEZ DE HARO, Alonso. *Segunda parte del Nobiliario Genealogico de los Reyes y Títulos de España*. Madrid: por la viuda de Fernando Correa Montenegro, 1622.

MACKEY, Dom B. Le voyage du Charles-Emmanuel 1^{er} a Paris (décembre 1599), *Revue savoisienne*, 43, [S. l.], p. 94-101, 1902, p. 95.

MARTÍNEZ MILLÁN, José; VISCEGLIA, Maria Antonieta (org.). *La monarquía de Felipe III: Los reinos*. Madrid: Fundación Mapfre, 2008. v. iv.

MIRANDA, Marcella. Hacer política en el Siglo de Oro: Historia y Prudencia en la obra del embajador Juan Bautista de Tassis (1530-1609). In: MATA INDURÁIN, Carlos; SANTA AGUILAR, Sara (ed.). “Ars longa”: Actas del VIII Congreso Internacional Jóvenes Investigadores Siglo de Oro (JISO 2018). Pamplona: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Navarra, 2019. p. 1-13.

MIRANDA, Marcella. *Razão de Estado na Monarquia Hispânica: os debates dos agentes políticos durante a guerra civil-religiosa francesa*. 2020. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

MIRANDA, Marcella. Juan Bautista de Tassis, la Liga Católica y la tesitura del Tratado de Joinville (1585). In: RAVIOLA, Alice; SILVAGNI, Chiara (dir.). *A trent'anni dal volume Giovanni Botero e la “Ragion di Stato” a cura di Enzo A. Baldini (1992-2022): bilanci e prospettive di ricerca*. Milano: Centro Studi Piemontesi, 2023. p. 27-43.

PARKER, Geoffrey. *El ejército de Flandes y el Camino Español (1567-1659)*. Madrid: Alianza Editorial, 2010.

PHILIPPSON, Martin. *Heinrich IV und Philipp III: die Begründer des französischen Übergewichts in Europa (1598-1610)*. Berlín: Duncker, 1870. v. I.

RODRÍGUEZ VILLA, Antonio. D. Francisco de Mendoza, almirante de Aragón. In: VALERA, Juan. *Homenaje a Menéndez y Pelayo en el año vigésimo de su profesorado: estudios de erudición española*. Madrid: Victoriano Suárez, 1899. p. 487-610.

ROSSO, Claudio. España y Saboya: Felipe III y Carlos Manuel I. In: MARTÍNEZ MILLÁN, José; VISCEGLIA, Maria Antonietta (org.). *La monarquía de Felipe III: Los reinos*. Madrid: Fundación Mapfre, 2008. v. IV, p.1092-1100.

RUIZ IBAÑEZ, José Javier. *Felipe II y Cambrai: el consenso del pueblo – la soberanía entre la práctica y la teoría política (Cambrai, 1595-1677)*. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2003, p.32-49.

TASSII, Joannis Baptistae de. *Commentariorum de tumultibus Belgicis sui temporis. Libri Octo*. In: VAN PAPENDRECHT, Corneli Pauli Hoyneck. *Analecta Belgica*. La Haya, t. II, p. 119-600, 1743.

TAXIS, Jean Baptiste. *Discours sur la paix et la guerre, politique et gouvernement, et plusieurs autres matières*. Bruxelles: Rutger Velpius & Hubert Antoine, 1612.

VÁZQUEZ DE PRADA, Valentín. *Felipe II y Francia: política, religión y razón de estado (1559-1598)*. Navarra: EUNSA, 2004.

VELASCO HERNÁNDEZ, Francisco. La gran oportunidad perdida: el fracaso de las “Jornadas de Argel” de 1601 y 1602. *Revista de Historia Naval*, [S. l.], n. 152, p. 55-72, 2021.

CAPÍTULO XI

“Vendo quanto nos outros reynos foi estimada a felicidade que o nosso alcançou”

*A relação e a missão diplomática do padre
Inácio Mascarenhas em 1641*

*Daniel Pimenta Oliveira de Carvalho**

Após a aclamação do duque João de Bragança como novo rei de Portugal em dezembro de 1640, as expectativas em relação ao futuro desse movimento de restauração da independência da coroa, e mais especificamente em relação a qual seria o seu acolhimento pelas potências estrangeiras inimigas da monarquia hispânica, explicam a ocorrência de um importante fenômeno editorial. Entre 1641 e 1642, em um contexto de intensa multiplicação de impressos observada no reino luso, algumas dezenas de obras editadas em Lisboa tinham relação com os sucessos da diplomacia de D. João IV. Incluem-se aí os relatos sobre as primeiras missões enviadas ao estrangeiro, bem como documentos que serviam de testemunho de sua boa recepção e das alianças firmadas, mas também elogios literários e folhas de notícias estrangeiras, em que se

* O autor agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento que possibilitou a realização deste trabalho.

tratava de demonstrar o bom caminho tomado pelo reino, tendo em vista a conjuntura internacional. Para os portugueses, leitores desses impressos, que os encontravam sendo vendidos lado a lado com as primeiras relações de guerra e com os primeiros manifestos jurídico-políticos em favor da Restauração, era imperativo saber se o novo monarca encontraria apoios em outros Estados europeus, e quais seriam suas consequências para o conflito desencadeado em suas fronteiras.

Que se saiba, o primeiro desses impressos sobre as relações exteriores da monarquia restaurada foi uma *Relaçam do successo que o padre mestre Ignacio Mascarenhas da Companhia de JESU teve na jornada, que fez à Catalunha, por mādado de S. M. elRey DOM JOAM o IV nosso Senhor aos 7 de Janeiro de 1641*. O jesuíta Inácio Mascarenhas, primeiro enviado diplomático da coroa, assume a autoria deste breve relato da sua viagem, dirigido ao rei e posto à venda pelo preço de um vintém em Lisboa. Os leitores desse texto puderam, então, sem grandes custos, conhecer os perigos e aventuras vividas pelo religioso, que o tinham conduzido de Barcelona a Gênova, dali à França, entre a Provença e o Languedoc, mais uma vez à Catalunha, e enfim a Bordeaux e La Rochelle, de onde ele retornou a Portugal. Em Barcelona, Mascarenhas tinha sido testemunha, mesmo que com alguma distância das trincheiras, da Batalha de Monjuic, vencida pelos catalães alguns dias depois de sua chegada; em Gênova, ele tinha corrido grandes riscos para escapar da perseguição lançada pelo marquês de Leganés, ex-governador de Milão, de passagem pela cidade; no porto de Cadaqués, finalmente, ele tinha se encontrado com o arcebispo de Bordeaux, que liderava uma poderosa armada naval e que se mostrou, como diz o texto, “muy deseioso de vir servir”¹ ao rei de Portugal.

1 MASCARENHAS, Inácio. *Relaçam do successo que o padre mestre Ignacio Mascarenhas da Companhia de JESU teve na jornada, que fez à Catalunha, por mādado de S. M. elRey Dom Joam o IV nosso Senhor aos 7 de Janeiro de 1641*. Lisboa: Officina de

Ao final do impresso, a *Relaçam* vem assinada por Mascarenhas e datada de 20 de julho. Este foi também o dia da primeira licença de impressão, acordada pelo Tribunal da Inquisição, que abre a publicação:

Este papel, em que o Reverendo Padre Ignacio Mascarenhas dà conta a Sua Magestade do successo de sua embaixada ao Principado de Catalunha, não tem cousa que impeda o poder se imprimir, antes será muito aceito a todos, vendo quanto nos outros Reynos foy estimada a felicidade, que o nosso alcançou, com a grande merce, que Deos nos fez, dandonos Rey natural, & tal Rey, & tam bom, convem, que se saiba a diligencia, & cuidado, com que o mesmo Padre fez o officio, que com tanta rezaõ Sua Magestade foy servido encomendarlhe².

Prognosticando o bom acolhimento desta *Relaçam* pelo público português, o frei Inácio Galvão, autor da licença, não deixava de estar fazendo a sua parte, procurando estimular essa recepção positiva. Para tanto, e sabendo que uma aprovação como essa apareceria impressa no início da publicação, ele anuncia aos leitores que encontrariam ali a confirmação do bom caminho tomado por Portugal sob a nova realza. No entanto, com a sequência dos acontecimentos, essas palavras de Galvão e a narrativa de Mascarenhas como um todo se revestem de um significado mais forte, pois as datas das demais licenças de impressão delimitam um momento bastante delicado desse contexto inicial da Restauração. Entre os dias 21 e 23 julho, foram expedidas as outras duas licenças do sistema de censura prévia português, a do bispado e a do desembargo do Paço, e o texto já impresso passou para ser verificado pelas mesmas três instâncias entre 3 e 7 de agosto, data de sua taxaço e liberaço para

Lourenço de Anveres, 1641, p. 15. Este texto conheceu uma nova edição por: PRESTAGE, Edgar (ed.). *Relação da Embaixada do Padre Mestre Inácio Mascarenhas à Catalunha em 1641*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.

2 MASCARENHAS, *op. cit.*, s.n.

a venda. Nesse ínterim, o governo de D. João IV havia descoberto e aprisionado os membros de uma conspiração suspeitos de preparar um contragolpe de Estado, incluindo-se aí figuras de grande importância como o marquês de Vila Real, o duque de Caminha, o arcebispo de Braga e o inquisidor-mor do reino³.

Foi, então, sob uma atmosfera política bastante incerta que a obra de Inácio Mascarenhas saiu das prensas do tipógrafo Lourenço de Anveres, e demonstrando, já apenas pelas linhas gerais do percurso narrado na *Relaçam*, a conexão entre a insurreição portuguesa e outros movimentos militares e diplomáticos do período: em primeiro lugar, o contexto de recrudescimento da guerra entre França e Espanha, como parte de um conflito mais amplo, e decisivo para as relações de força entre as potências europeias; em segundo lugar, o jogo instável de influência política e militar dos dois rivais na Península Itálica; e por fim, e mais diretamente, a possibilidade de um desmantelamento do poder castelhano no interior mesmo da Península Ibérica, pela conjugação dos esforços militares francês, catalão e português. Ou seja: a narrativa do périplo de Mascarenhas, de forma aparentemente não programada, mas bastante conveniente, trazia aos leitores uma dimensão internacional da conjuntura portuguesa, logo em seguida à ocorrência de uma grave crise política interna. Será fundamental, portanto, analisar o seu texto de forma pormenorizada, para que se destaque seu interesse como um importante documento histórico a respeito da primeira embaixada da Restauração, sem que se possa, porém, esquecer que os objetivos e implicações principais de sua publicação giravam em torno da divulgação, a partir de Lisboa, das intenções e dos resultados daquela empreitada diplomática.

3 WAGNER, Mafalda de Noronha. *A Casa de Vila Real e a conspiração de 1641 contra D. João IV*. Lisboa: Colibri, 2007, p. 155-213.

O desembarque da boa notícia: os feitos do padre Mascarenhas de Barcelona a Gênova

Em um tal contexto de crise, era urgente falar em sucessos, e de fato, ao longo de toda a sua narrativa, o inaciano insiste em indicar os efeitos positivos de sua embaixada. Primeiramente, na grande euforia provocada pela notícia da aclamação do rei português. Mascarenhas diz ter começado, desde sua chegada a Barcelona em 24 de janeiro, “a publicar o q por cá passava, & com isso animar aquela gête que notavelmête estava descorçoada, & com o que eu lhes dizia, cobravão hũ animo, & valor incrível”⁴. A respeito desse descorçoamento, ou seja, desse desânimo, desse desencorajamento dos catalães observado por Mascarenhas à sua chegada, e que a publicação da notícia portuguesa conseguia dissipar, ele não perde a ocasião de sugerir que era motivado, para além do perigo iminente representado pela presença de tropas castelhanas numericamente superiores se preparando para invadir a cidade, pela presença dentro dela de “muitos traydores, q tinham entre sy, que em toda parte ha desta mà fruta, & a môr desgraça era, que os principaes erão os de que menos se podião fiar, porque como este tinham mayores dependencias de Castella, por seu interesse proprio, vendião tẽ a mesma Patria”⁵.

Esse rápido comentário, por uma curiosa coincidência, relembra aos leitores que a traição não era uma exclusividade da conjuntura portuguesa e, ao mesmo tempo, que, naquele contexto de libertação do jugo castelhano, era previsível que uma parte da nobreza principal da região emancipada tentasse vender a pátria. Entretanto, o importante era demonstrar o poder da divulgação de boas notícias provenientes de países vizinhos e aliados, e sua capacidade de restabelecer a confiança das pessoas e de lhes fazer superar a depressão causada pela traição dos nobres. Ainda mais, porque, nessa *Relaçam*,

4 MASCARENHAS, *op. cit.*, p. 3-4.

5 *Ibid.*, p. 4.

mesmo que com um certo atraso, Mascarenhas estava repercutindo boas notícias catalãs em Portugal, a respeito de uma vitória militar significativa contra o inimigo comum.

É nesse momento da narração que o embaixador entra na cidade de Barcelona. Ele explica que, como o navio que tinha saído de Lisboa no início de dezembro para transmitir a notícia da Restauração tinha sido capturado pelos espanhóis, os habitantes do principado dispunham até então apenas de notícias confusas disseminadas pelo inimigo, sobre um motim português, mas sem, por exemplo, a informação sobre a nomeação de um novo rei. Mascarenhas exagera nesse ponto, e o detalhe é interessante para se pensar os objetivos da publicação: no diário da *Junta General de Braços* catalã, as primeiras informações sobre a tomada do poder em Lisboa, registradas em 4 de janeiro, já citam a coroação do duque de Bragança⁶; além disso, na *Gazette* francesa, as primeiras notícias sobre a revolta portuguesa, em meados de janeiro, chegaram pela fronteira da Catalunha e falavam da eleição de um filho da casa de Bragança ao trono⁷. Logicamente, isso não impede que os espanhóis tenham espalhado relatos contraditórios, levando a alguma confusão sobre a situação real em Portugal, na ausência de um comunicado oficial do novo governo. Porém, com a omissão do fato de que os catalães já tinham informações sobre o novo monarca português na época de sua chegada, Mascarenhas conseguia mais facilmente valorizar o sucesso da sua missão diplomática no domínio da informação.

Com efeito, a demonstração desse tipo de sucesso é um eixo fundamental do texto como um todo. De acordo com a *Relaçam*, desde

6 PÉREZ SAMPER, Maria Àngel. *Catalunya i Portugal el 1640: dos pobles en una cruïlla*. Barcelona: Curial, 1992, p. 263.

7 *Recueil des Gazettes, nouvelles, relations, extraordinaires, et autres recits des choses avenues toute l'année mil six cent quarante-un. Par Theophraste Renaudot Conseiller & Médecin du Roy, Commissaire général des pauvres, Maître & Intendant général des Bureaux d'Adresse de France*. Paris: Au Bureau d'Adresse, 1642, p. 22.

sua chegada na cidade, os barceloneses iam ao encontro do enviado português para “se informarem”, e ele mesmo fazia correr a notícia pelas muralhas e fortalezas catalãs, ou seja, entre os soldados que se preparavam para defender a cidade: “& eles não acabavão de o crer: pedião a carta de crêça de V. M. não menos pera a reverenciar, & pôr sobre a cabeça, como fazião, q pera se certificarem do q ouvião, & não acabavão de crer”⁸. A informação precisa sobre a verdadeira dimensão dos eventos em Portugal, que os castelhanos tentavam esconder, havia trazido de volta aos combatentes da Catalunha seu orgulho e sua coragem para a batalha.

Mascarenhas mostra que se servia das credenciais dadas pelo rei português não apenas para anunciar sua missão diplomática aos deputados do principado, mas também para difundir a boa notícia lusa entre os habitantes de Barcelona, e suas tropas, que ouviam, mas não conseguiam acreditar. E por isso, chegavam mesmo a lidar com aquele documento como um objeto de devoção, que eles reve-renciavam, botavam sobre a cabeça. A imagem remete claramente ao analfabetismo daqueles soldados, ou de uma parte deles, e nos relembra que os usos possíveis dos escritos não excluía necessariamente um público iletrado⁹. Neste caso, percebe-se como a publi-

8 MASCARENHAS, *op. cit.*, p. 5.

9 Roger Chartier sublinhou e ilustrou por diversas vezes os modos pelos quais a cultura do impresso tomou parte na transformação das práticas culturais iletradas no Antigo Regime francês, tanto por sua relação contínua com a oralidade quanto pelos diferentes usos dos impressos enquanto objetos. Ver, por exemplo: CHARTIER, Roger. *Stratégies éditoriales et lectures populaires (1530-1660)*. In: CHARTIER, Roger; MARTIN, Henri-Jean (dir.). *Histoire de l'édition française. tom. 1, Le livre conquérant: du Moyen Age au milieu du XVII^e siècle*. 2^e éd. Paris: Fayard/Promodis, 1989, p. 698-721; CHARTIER, Roger. *Du rituel au for privé: les chartes de mariage lyonnaises au XVII^e siècle*. In: CHARTIER, Roger. (dir.). *Les usages de l'imprimé (XV^e-XIX^e siècle)*. Paris: Fayard, 1987, p. 229-251; CHARTIER, Roger. *Lectures et lecteurs dans la France d'Ancien Régime*. Paris: Seuil, 1987, p. 11-19, 87-124, 203-215, 353-359. Sobre a ocorrência de fenômenos desse tipo na Espanha do Século de Ouro, há um estudo muito sugestivo de Fernando Bouza,

cação do conteúdo da carta de crença passava pela sua leitura em voz alta, e como a própria existência do objeto escrito importava na relação entre o texto e seus ouvintes.

Finalmente, no momento de anunciar aos leitores portugueses a vitória catalã em Monjuic, a *Relaçam* pôde sugerir aquela retomada de entusiasmo como sua causa imediata, logo “depois do poder e misericórdia de Deos”¹⁰, inclusive porque o efeito contrário teria sido suscitado nas forças inimigas. Mascarenhas conta que, durante a batalha, o inimigo estava ganhando as trincheiras de Monjuic quando “hũ’s 30 Catalaẽs, q sairão de refresco, dizẽdo: *Já vem socorro de Portugal, já chega o de França*, afracaraõ tanto os Castelhanos, que todos perderaõ o animo, muitos rodavão pollo monte, muitos se matavaõ huns aos outros”¹¹. Era o começo da derrota espanhola, e não só na Catalunha.

Ainda segundo seu relato, o navio genovês em que Mascarenhas prosseguiu viagem havia se dirigido à Itália por acidente, em razão de uma tempestade de vento, pois seu objetivo seria rumar diretamente a Marselha para divulgar a nova situação em Portugal e já também a recente vitória dos catalães, além de conseguir rapidamente

em que o autor evoca o caso de soldados de infantaria que levavam sobre sua pele o testamento impresso de um herói militar, para a proteção de suas vidas: BOUZA, Fernando. Pour les sens: toucher, goûter, voir et écouter l'écrit. In: BOUZA, Fernando. *Hétérographies: Formes de l'écrit au Siècle d'or espagnol*. Madrid, Casa de Velázquez, 2010, p. 1-34. Para uma visão mais geral sobre as interseções entre cultura escrita, oralidade e analfabetismo no mundo ibérico, ver também: BOUZA, Fernando. *Comunicación, conocimiento y memoria en la España de los siglos XVI y XVII*. Salamanca: Seminario de estudios medievales y renascentistas, 1999; MARQUILHAS, Rita. *A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*. Lisboa: INCM, 2000; CASTILLO GOMEZ, Antonio (comp.). *Escribir y leer en el siglo de Cervantes*. Barcelona: Gedisa, 1999; CASTILLO GOMEZ, Antonio. *Entre la pluma y la pared: una historia social de la escritura en los Siglos de Oro*. Madrid: Akal, 2006, p. 7-91, 203-251.

10 MASCARENHAS, *op. cit.*, p. 6.

11 *Ibid.*, p. 7-8.

socorro francês para estes. Mas, apesar do desembarque em Gênova ter sido um imprevisto, assim que o navio ancorou, em 6 de fevereiro, “a cidade se começou a despejar, & a virẽ todos em barquinhos a bordo pera saberem novas de Portugal”¹² e da Catalunha. O religioso comenta que, entre esses genoveses que chegavam, havia “muitos apaixonados por Castella”, que ficaram surpresos com a sua derrota recente, e ainda menos

se podiaõ persuadir na conformidade, & cõmũ consentimẽto, com q V. M. fora aclamado & jurado por Rey em todas as cidades, villas, & lugares deste Reyno, & dos Algarves, porque tambem disto não tinham senão hũas noticias muy confusas, & viciadas, por envejosos Castelhanos, que não queriaõ conceder esta nossa felicidade: mas sô lhe chamavão hum levantamento confuso, & dividido, como o antigo de Alentejo¹³.

Desse modo, à notícia da batalha de Monjuic se somavam as informações trazidas a Gênova por Mascarenhas sobre a aclamação de D. João IV em todas as cidades e localidades de Portugal, que caíam como uma bomba sobre as facções pró-espanholas da República genovesa. Uma vez mais, a chegada do jesuíta frustrava as estratégias de seus adversários no terreno da informação, que difundiam a visão de uma sublevação isolada e dividida, uma simples repetição do ocorrido nas chamadas Alterações de Évora em 1637.

Mesmo tendo sido por obra do acaso, a estadia de Mascarenhas em Gênova durou ainda 42 dias, bem mais tempo do que a passagem pela Catalunha, e uma boa parte da *Relaçam* narra essa nova etapa de sua missão. É notável, aliás, como comentaremos adiante com mais detalhes e informações, sua precaução em contestar as críticas que havia sobre o fato de ter deixado o principado tão rápido. Ele frisa que, assim que chegou a Gênova, conseguiu escrever para

¹² *Ibid.*, p. 9.

¹³ *Ibid.*, p. 9-10.

Marselha e despachar algumas cartas escritas por deputados catalães e capitães franceses que se encontravam em Barcelona, informando sobre a situação na cidade. O resultado teria vindo rapidamente, com a expedição pelo cardeal de Lyon e pelo governador da Provença de seis navios com armas, soldados e mantimentos para a Catalunha, e outros socorros que se sucederam enquanto não saía a armada do arcebispo de Bordeaux. Dessa forma, Mascarenhas tinha conseguido garantir a segurança de Barcelona mesmo sem chegar a Marselha com a rapidez desejada.

Desde também seus primeiros dias em Gênova, ele havia sofrido ameaças pela presença do inimigo na cidade. No primeiro albergue em que se hospedou, estava um grupo de servidores do marquês de Leganés, Diego Mexía de Guzmán y Dávila, que, após deixar o governo de Milão, passaria por Gênova no seu retorno à Espanha. Esses homens, tendo descoberto sua identidade e sua missão, tentaram atraí-lo para uma armadilha, enviando-lhe um milanês que se dizia fiel a D. Duarte de Bragança, irmão do rei português, mas cuja intenção seria de matar o prelado. A armadilha, porém, foi revelada a Mascarenhas por um doméstico dos próprios castelhanos, e assim ele e seu companheiro de viagem conseguiram uma oportunidade para fugir para outra casa. Com o sumiço dos dois e após a chegada do marquês de Leganés na cidade, a busca por eles se reforçou, inclusive porque Leganés e os partidários da Espanha achavam que sua intenção era ir a Roma para tratar dos negócios do Bragança. Quando o marquês percebeu que Mascarenhas estava ainda na cidade, encaminhou uma série de queixas à República pedindo por sua prisão. A resposta do Senado genovês, após tantos perigos e adversidades, apresenta-se, então, como uma outra boa notícia que a *Relaçam* vinha difundir em Portugal, pois ela dizia

q se eu era pessoa de tanto prestimo, & qualidade, q v.m.
me occupava em officio de tanta consideração, como era ser
Embaixador seu, q não era bẽ q elles agravassem a tal pessoa,

& a tal Rey, sendo a sua Republica livre a todos: & se eu não era o q elle dizia, não parecia també rezão entregassem a hũr innocent¹⁴.

O inaciano chega a comentar que não faltaram votos em favor de que se atendesse ao pedido do marquês de Leganés, mas, mesmo assim, a interpretação mais geral do veredito político genovês estava garantida: os leitores portugueses podiam se assegurar não somente de que a influência castelhana não era absoluta naquela república, como também que o respeito aos embaixadores tenderia a atuar em favor das próximas missões diplomáticas portuguesas dirigidas a outros potentados italianos. A sequência da narrativa o confirma. Sem sucesso em seus requerimentos, o marquês castelhano multiplicou as diligências para capturar o emissário português, o que passava também por ameaças àqueles que o acolhiam. Mascarenhas, então, foi quem se queixou dessa situação ao Senado, que o recebeu muito bem, escutou e lhe ofereceu guardas para a sua defesa, o que inibiu novos ataques contra ele.

Dessa forma, após um mês e meio escapando a todo tipo de perseguições, o jesuíta conseguiu fretar alguns navios holandeses e se dirigir à costa francesa, mas não sem antes ter garantido o envio de uma grande quantidade de armas para serem vendidas por um mercador genovês instalado em Lisboa, um certo João Baptista Lavioza, que ele nomeia como para atestar diante de seu público a veracidade do seu relato. Ao narrar sua partida de Gênova, finalmente, ele comenta que “ficarão os Castelhanos, & seus sequazes, bẽ corridos, & envergonhados, os quais faziaõ a presa já tanto sua, q publicarão terẽ na já de sua maõ”¹⁵. Em resumo, a estadia imprevista e tumultuada do embaixador havia conseguido modificar a opinião corrente em Gênova sobre a conjuntura portuguesa, quiçá sobre o futuro da monarquia hispânica, uma mudança que, para além da

¹⁴ *Ibid.*, p. 13.

¹⁵ *Ibid.*, p. 14.

primeira divulgação de notícias sobre a amplitude do movimento político luso, teria sido promovida notadamente a partir de sua boa recepção pelas instituições políticas genovesas, do que Portugal já recolhia os primeiros frutos materiais. E no terreno da difusão da informação, o fato de ele deixar a cidade incólume era uma nova e última vitória, já que os castelhanos, tendo publicado precocemente o anúncio de sua captura, descreditavam-se ainda mais aos olhos de seus aliados italianos. É nesse tom que o padre Mascarenhas chega à parte final do texto. Cabe neste ponto, porém, interrompermos o seu percurso para confrontarmos a visão promovida pela *Relaçam* com outros documentos e testemunhos suscitados por sua atuação, principalmente graças a essa etapa italiana de sua viagem.

Os jesuítas e a Companhia: cartas e outras fontes sobre a missão de Mascarenhas

É interessante notar como o pertencimento de Inácio Mascarenhas à Companhia de Jesus é anunciado apenas no título da publicação. Em nenhum momento da narrativa, o autor evoca sua ordem religiosa ou contatos com outros padres inacianos. Esse silêncio, que não escaparia aos leitores mais atentos, torna-se ainda mais significativo quando descobrimos que foi devido a tais contatos que a coroa espanhola recebeu informações importantes sobre os movimentos de Mascarenhas e de Paulo da Costa, o outro prelado português que o acompanhava. Quando eles desembarcaram em Gênova, o conde de Siruela, Juan de Velasco y la Cueva, tinha já deixado sua embaixada na cidade para ir governar o estado de Milão na ausência do marquês de Leganés, e o próximo representante espanhol, Juan de Erasso, só chegaria em novembro de 1641¹⁶. Foi, assim, o embaixador em Roma, Juan de Chumacero y Carrillo, quem

¹⁶ SCHIAFFINO, Agostino. *Memorie di Genova (1624-1647)*, a cura di Carlo Cabella. Disponível em: <http://www.quaderni.net/WebCAB/1641.htm>. Acesso em: 24 jul. 2022.

despachou para Madri, com suas cartas de 16 de março de 1641, um conjunto de cópias de documentos, proveniente certamente de um informante ligado ao generalato da Companhia, que dava conta da presença dos dois portugueses na Itália.

A primeira cópia começava apresentando extratos de cartas de Francesco Semino, padre preposto da casa professa de Gênova, ao padre geral Muzio Vitelleschi em Roma. Ele lhe escreveu em 8 de fevereiro, relatando ter sido procurado por dois estrangeiros, vestidos em hábitos seculares, que se diziam jesuítas portugueses. Inácio Mascarenhas, sobrinho do padre Antonio Mascarenhas, provincial de Portugal, e Paulo da Costa contaram ter sido enviados pelo novo rei de Portugal a Barcelona, e após terem ali tratado de seus negócios, não encontrando um meio para retornar a Portugal, seguiram viagem no navio genovês que lhes havia levado à Catalunha. Na ocasião, eles pensavam em ir a Roma, mas, como não apresentavam cartas patentes de seus superiores para tal viagem, Semino lhes respondeu que não seria pertinente que se soubesse naquela cidade, em que havia tantos dependentes e partidários de Castela, que os dois eram jesuítas, haja vista o objetivo de sua saída de Portugal e sua negociação na capital catalã. As pessoas que lhes haviam conhecido em roupas seculares durante a travessia marítima não deveriam poder identificá-los na casa ou com os hábitos da Companhia. Por isso, ele lhes aconselhou a permanecerem disfarçados como laicos, abrigados onde já se encontravam, e que procurassem o mais rapidamente uma embarcação para voltar a Portugal, já que sua presença não agradaria ao papa e não seria conveniente à Companhia, por diversas razões.

Em um primeiro momento, os portugueses contestaram dizendo que precisavam realmente ir a Roma, mas, dias depois, tinham já reconsiderado aquelas razões e dito que tratavam de retornar a Lisboa. Em seguida, encontrava-se na mesma cópia um parágrafo retirado de uma nova carta do padre Semino, de 16 de fevereiro, em que ele declarava ao padre geral que os dois religiosos não o haviam

mais solicitado, e que ele sabia apenas da existência de espiões dos ministros espanhóis em seu encalço.

A crer na data da primeira carta, os jesuítas portugueses fizeram contato com o padre preposto desde seu primeiro dia em Gênova, e contavam se integrar à casa professa durante sua estadia na cidade, servindo-se de seu estatuto religioso para passar a Roma. Mas essa esperança, se era real, não durou muito. O mesmo documento continha ainda uma outra carta de 8 de fevereiro ao padre Vitelleschi, mas esta enviada por um outro jesuíta, que afirmava ter dito ao padre preposto que, sem hábito da Companhia ou carta patente de seus superiores, não havia razões para acreditar nos dois personagens, e que se eles fossem realmente jesuítas seria mais correto proceder contra eles, do que os acolher. Em um tom muito mais grave, e preocupado com o que se poderia dizer na cidade pela presença, sem hábitos, de “dois dos nossos enviados pelo novo, e intruso Rei de Portugal”, ele conclui que, para abafar aquele rumor e para não o corroborar, era melhor não os ter em casa e nem mesmo fazer diligências para verificar sua história.

Essa carta dá a impressão de ter sido escrita por alguém superior ao padre Francesco Semino, que ele teria procurado para saber como agir no caso. Ainda mais porque ele a termina dizendo que dificilmente os dois portugueses viriam o encontrar, mas que, se isso ocorresse, ele os convenceria a reembargar para Portugal o quanto antes. O enunciado da cópia informa apenas que se trata de um outro superior de Gênova, mas algumas notas acrescentadas ao verso desses papéis atribuem esta última carta ao “provincial de Gênova”¹⁷. No entanto, os estabelecimentos jesuítas de Gênova faziam parte, nessa época, da província milanese da ordem¹⁸; tratar-se-ia, então, do padre

17 Archivo General de Simancas [AGS], Estado, 3005, s.n.: “dui de’ nostri mandati dal nuovo, et intruso Re di Portogallo”; “provincial de Gênova”.

18 CASASSA, Michele. *La Compagnia di Gesù*. In: SIGNORELLI, Bruno; USCELLO, Pietro (a cura di). *La Compagnia di Gesù nella Provincia di Torino dagli anni di Emanuele*

provincial de Milão, Francesco Piccolomini (o mesmo que se tornará o geral da Companhia em 1649)¹⁹, mas apenas se se comprovar que ele estava em Gênova na ocasião, porque o autor da carta diz claramente que os portugueses queriam se alojar “aqui na casa”²⁰. A hipótese não é improvável, pois a presença do provincial era normal num período em que, por exemplo, por causa das campanhas militares no território milanês, as Congregações provinciais de 1636, 1639 e 1642 tiveram que se realizar em Gênova²¹.

A *Relaçam do successo* publicada em Lisboa não relataria essa derrota inicial da visita de Mascarenhas a Gênova. A ênfase sobre o caráter fortuito dessa etapa de seu percurso e a insistência no bom acolhimento e nas boas reações da República à sua presença serviam, assim, para mitigar a imagem de um desamparo da parte de seus companheiros genoveses, que parecem ter reprimido um projeto concreto de ida a Roma, desígnio que aparece na *Relaçam* apenas como suspeita de seus inimigos. Restava apenas, como indício desse insucesso, o silêncio a respeito da relação frustrada do enviado português com a Companhia de Jesus genovesa, que afinal era o que havia permitido que sua consequência mais nefasta, ou seja, o abandono dos dois inacianos à sua própria sorte, ao risco de serem mortos pelas criaturas do marquês de Leganés, fosse retrabalhada como a base de suas vitórias mais entusiasmantes na cidade.

Filiberto a quelli di Carlo Alberto. Torino: Società Piemontese di Archeologia e Belle Arti, p. 13-24, 1998, p. 13-14.

19 O'NEILL, Charles E.; DOMINGUEZ Joaquin M. (dir.). *Diccionario histórico de la Compañía de Jesús*: Biográfico-Temático. Roma: Institutum Historicum; Madrid: Universidad Pontificia Comillas, 2011, v. II, p. 1629-1630.

20 AGS, Estado, 3005, s.n: “qui in casa”.

21 Encontram-se algumas informações sobre essas Congregações na *Historia Domus* da casa professa de Gênova, escrita por diversos autores e em diferentes etapas desde sua fundação até a supressão da Companhia de Jesus. Uma versão italiana foi publicada por: RAFFO, Giuliano. I Gesuiti a Genova nei secoli XVII e XVIII: storia della Casa Professa di Genova della Compagnia di Gesù dall'anno 1603 al 1773. *Atti della Società ligure di storia patria*, Nuova Serie (cx) xxxvi, Fasc. I, p. 249-273, gen./giu. 1996.

Seria necessário consultar a documentação produzida pelas instituições políticas genovesas, a correspondência do governo de Milão e a da Companhia de Jesus no mesmo período, para chegar a uma dimensão mais completa das tensões suscitadas pela estadia de Mascarenhas e Costa em Gênova. Em todo caso, podemos imaginar sua relação com a conjuntura particular vivida pela República nos anos 1630-1640, com a ascendência na senhoria e no *Minor Consiglio* de uma nova geração política que, em resposta ao tratamento dos interesses genoveses pela diplomacia de Filipe IV e às consequências da bancarrota espanhola de 1627, buscava estimular o reinvestimento nas atividades marítimas e mercantis, paralelamente à adoção de uma neutralidade armada em face do conflito franco-habsburgo na Itália após 1635. Cogitava-se romper uma ligação com a monarquia hispânica que durava já mais de um século, mas a força dessa corrente política não era hegemônica, e o período foi marcado pela instabilidade, por conflitos institucionais que impediam a execução e a continuidade de tais projetos²².

Mascarenhas se remetia àquele ambiente político quando sublinhou em sua *Relaçam* a vitória apertada dos que não aceitaram no Senado o pedido de prisão feito pelo marquês de Leganés, ou quando ele assinalou que, para além dos genoveses pró-castelhanos, havia “também muitos muito amigos, & apaixonados de França, & Portugal”²³. O jesuíta provavelmente exagerou ao descrever o apoio que lhe foi oferecido pela República, mas não é inverossímil que se tenha pretendido prejudicar o ex-governador de Milão, se consideramos o conflito descrito nos anais de Filippo Casoni: em 1639, nos primeiros meses do dogado de Giovanni Battista Durazzo, após uma série de execuções judiciais contra vassallos da Monarquia Católica

22 COSTANTINI, Claudio. *La Repubblica di Genova nell'età moderna*. Torino: UTET, 1978, p. 245-299; VITALE, Vito. *Breviario della Storia di Genova*: lineamenti storici ed orientamenti bibliografici. Genova: Società Ligure di Storia Patria, 1955, v. 1, p. 260-288.

23 MASCARENHAS, *op. cit.*, p. 10.

que navegavam no mar da Ligúria sem autorização, Leganés convocou uma congregação de ministros que decidiu pela expropriação dos bens possuídos na região de Milão por membros da magistratura do banco de San Giorgio, entre os quais estava Durazzo, que continuaria como doge ainda em 1641 quando da passagem de Leganés por Gênova²⁴. O fato é que, como substrato da divulgação feita pela *Relaçam* de Mascarenhas sobre sua proteção pelo Senado e sobre o estabelecimento de relações com mercadores da cidade, encontra-se a sua percepção dos benefícios que Portugal poderia tirar dessa abertura política que se desenhava na República genovesa.

Em princípio, o pertencimento do embaixador português à Companhia de Jesus deveria favorecer essa aproximação, pois, pelo pouco que se sabe, os jesuítas genoveses, em sintonia com a nova corrente política, tinham à época uma relação bem próxima com a senhoria. O primeiro doge eleito por esse movimento foi Agostino Pallavicini, em 1637, e foi o padre Francesco Semino, um pouco antes de se tornar o preposto da casa professa da cidade, que pregou em sua coroação um sermão conhecido por apresentar em sua conclusão um verdadeiro manifesto do programa de ação defendido pela nova geração aristocrática que chegava ao poder²⁵. Além disso, não obstante a discrição aconselhada aos autores das *Historiae Domus* da Companhia²⁶, a da casa de Gênova não deixa de registrar a relação estreita entre a ordem e a senhoria durante o período. Desde o iní-

24 CASONI, Filippo. *Annali della Repubblica di Genova del secolo decimo settimo*. Genova: Stamperia Casamara, 1800, t. v, p. 245-247.

25 COSTANTINI, *op. cit.*, p. 278; COSENTINO, Giuseppe. Potere religioso e potere politico nella Repubblica di Genova (secc. XVI e XVII). In: DI NOVI, Cesare Cattaneo Mallone. *La storia dei genovesi: atti del convegno di studi sui ceti dirigenti nelle istituzioni della Repubblica di Genova*. Genova: Associazione nobiliare ligure, 1986, v. VI, p. 281-321.

26 FERLAN, Claudio. *La Historia Domus, strumento di conoscenza e di governo nella Compagnia di Gesù delle origini: la gestione del conflitto confessionale al confine austroveneto (secoli XVI-XVII)*. Disponível em: <https://www.academia.edu/8751689>. Acesso em: 20 jul. 2022.

cio do documento, é notável a participação das famílias Pallavicini e Durazzo na formação das instituições jesuíticas locais, e entre 1638 e 1639, essa proximidade foi sancionada pela construção de uma passarela ligando o *Palazzo Ducale* à *Chiesa del Gesù*, pela presença dos doges nesta igreja nas celebrações do Natal desses dois anos e na de Páscoa de 1640, e finalmente por sua escolha como palco para a coroação de Giovanni Battista Durazzo naquele mesmo ano²⁷.

Contudo, pelo que se vê nas cartas coletadas por Juan de Chumacero em Roma, parece que essa afinidade entre a Companhia de Jesus e o governo da República não facilitou o contato de Mascarenhas com as instituições políticas genovesas. Acima de tudo, parece que os jesuítas genoveses não quiseram acolher o enviado português e correr o risco de indispor não apenas os partidários da Monarquia Católica em Gênova, como também todos os seus súditos ligados à Companhia nas outras partes da província, e da Itália. Mesmo que sua cumplicidade com os defensores de uma neutralidade ativa do Estado genovês face à Espanha pudesse predispor Francesco Semino a fazê-lo, a dimensão supranacional de sua ordem certamente o impedia de ajudar o companheiro português. Pelo menos, o impedia de fazê-lo abertamente e de confessá-lo a seus superiores.

Sobre a questão da relação entre a missão diplomática de Mascarenhas e seu vínculo com a Companhia de Jesus, o segundo documento do dossiê constituído por Chumacero é ainda mais interessante. Trata-se de uma cópia de uma carta escrita pelo provincial português, o padre Antonio Mascarenhas, na qual ele comunicou ao padre Vitelleschi sobre a nomeação de seu sobrinho como embaixador na Catalunha, alegando ter feito tudo para tentar evitá-la. Ele havia falado com todos, o rei, seus favoritos e conselheiros, e feito todos os ofícios possíveis, para explicar os inconvenientes de uma tal viagem; o padre Inácio mesmo tentava declinar do cargo, mas

27 RAFFO, *op. cit.*, p. 254-259.

sem sucesso até então: “tégora nam he partido, e Deos mande algũ estorvo q empida a jornada”²⁸. A insatisfação dos jesuítas genoveses com a primeira missão diplomática da Restauração era, portanto, compartilhada pela província portuguesa da Companhia. Foi pelo menos o que Antonio Mascarenhas procurou fazer crer ao generato de sua ordem em Roma, através dessa missiva enviada antecipadamente à partida de seu sobrinho. E como prova de seus esforços, ele anexou à carta um memorial que havia entregado a D. João iv, em que lhe apresentava três razões por que ele não deveria escolher um padre jesuíta como embaixador na Catalunha²⁹.

O texto do memorial aparece também na cópia transmitida por Chumacero a Madri, e suas razões merecem ser acompanhadas. O primeiro problema era que os inacianos catalães, declarados a favor do rei de Castela, diziam aos habitantes do principado que eles não podiam pegar em armas contra seu rei natural, podendo apenas desejar a conservação de seus foros e privilégios, mas que estavam obrigados a guardar obediência a Filipe iv. Naquela altura, Antonio Mascarenhas pontua, os povos da Catalunha não estavam conseguindo forçar seus jesuítas a pegar em armas, e nem mesmo a retratar aquelas afirmações, e a entrada em cena de um embaixador português jesuíta daria ocasião a novas inquietações. Os membros

28 AGS, Estado, 3005, s.n.

29 Em Portugal, essa resistência ao envio dos dois inacianos devia ser conhecida, já que, no livro *Restauração de Portugal Prodigiosa*, publicado pelo também jesuíta João de Vasconcellos, sob o pseudônimo de Gregorio de Almeida, em 1643, ele comentaria sobre a sua nomeação à embaixada: “Esta eleição foi feita sómente por Sua Magestade, & com grande fundamento se pode presumir, que com particular inspiração divina, pois não deferio a nenhua das graves razoens, & difficuldades, que se lhe representaraõ para os Padres não averem de ir, pore todas cessaraõ, & obedeceraõ à vontade, & serviço de Sua Magestade, assi pela obrigação géral de vassallos, como pela particular, que os Religiosos da Companhia deste Reyno tem aos Reys Portuguezes, álem da especial, que no Padre Ignacio Mascarenhas ha com S. Magestade” (ALMEIDA, Gregorio de. *Restauração de Portugal Prodigiosa*. Lisboa: Antonio Alvarez, 1643, p. 375).

da Companhia tinham como regra se abrigarem nas casas e colégios da cidade em que se encontrassem, mas nesse caso os prelados catalães se recusariam a os acolher e assistir. Uma tal situação acabaria colocando os emissários portugueses em perigo, e frustraria “o intento, e serviço de V. Mag^{de}, e nam guardar esta regra sera dificultoso, e mal tomado, q V. Mag^{de} nam deve permitir pello amor q tem a Comp^a podendo conseguir melhor, e mais facilmente o intento, mandando outra pessoa”³⁰.

Na economia do memorial, essa primeira razão ocupa também a maior parte do texto, e percebe-se bem como ela se destinava a convencer as forças políticas responsáveis por aquela nomeação. Pela forma com que o assunto é abordado, podemos inferir que a resistência dos jesuítas em aderir à revolta na Catalunha era um problema bem conhecido, mesmo em Portugal³¹. Efetivamente, as residências e colégios catalães dependiam da província aragonesa da ordem, e este enquadramento administrativo explica em parte a eficácia das recomendações de circunspecção em matéria política emitidas por Muzio Vitteleschi aos superiores da província. Uma prova do sucesso dessa política de discrição é justamente a quase ausência de padres jesuítas na documentação política catalã do período ou na publicação de sermões em favor do governo do principado, em total oposição com o caso português³². No fim das

30 AGS, Estado, 3005, s.n.

31 Não conhecemos outro comentário sobre o assunto em Portugal, mas, em Sevilha, o padre Rafael Pereyra foi informado dessa forma sobre a situação dos jesuítas catalães, já em finais de setembro de 1641, por um de seus correspondentes de Madri: “De los de la Compañía se dice mucho de la entereza y lealtad que manifiestan en servicio de S. M., sin dejarse llevar de malos ejemplares” (*Memorial histórico español*: colección de documentos, opúsculos y antigüedades, que publica la Real Academia de la Historia. Madrid: Imprenta Nacional, 1862, t. XVI, p. 6).

32 BATLLORI, Miquel. Los jesuitas y la guerra de Cataluña: 1640-1659. In: BATLLORI, Miquel; PERALTA, Ceferino (ed.). *Baltasar Gracian en su vida y en sus obras*. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”, 1969, p. 189-223; GONZÁLEZ PEIRÒ, María Rosa. Los predicadores y la revuelta catalana de 1640. Estudio de dos

contas, talvez essa incompatibilidade com a Companhia de Jesus em Barcelona tenha sido uma das razões pelas quais Mascarenhas houvesse partido da cidade sem demora, atitude que ele explicou em sua *Relaçam*, conforme mencionamos acima, respondendo a acusações de covardia:

Não cuido merece esta acção censura contra o valor, como alghũs, q devẽ ter na lingoa, o que lhes falta nas obras, quizeirão dizer: porq quẽ entrou em Barcelona antes de aver pelouros, & assistiu pelas muralhas e trincheras, ã quãto os ouve, nẽ se sahio da cidade, senão depois de os não aver, & o inimigo se retirar, bẽ mostra, q não fugia delles, e q o sair entam a outros riscos mayores, só era por remediar não os aver tam cedo em Portugal: e o certo he, q nisto, & em tudo o mais tive sẽpre diante dos olhos o mayor serviço de Deos, de v.m., & bẽ deste Reyno: & nesta acção cuido o mostrei mais q em todas³³.

O embaixador português se defendeu, diante do rei e de seus leitores portugueses, de rumores que atribuíam sua estadia demasiadamente curta na Catalunha ao seu medo do exército espanhol.

sermones. In: *Primer Congrès d'Historia Moderna de Catalunya*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1984, v. 2, p. 435-443; MITCHELL, Andrew. "Por Dios, por Patria": the Sacral Limits of Empire as seen in Catalan Political Sermons, 1630-1641. In: ANDRADE, Tonio; REGER, William (ed.). *The Limits of Empire: European Imperial Formations in Early Modern World History – Essays in Honor of Geoffrey Parker*. Farnham: Ashgate, 2013, p. 11-31.

- 33 MASCARENHAS, *op. cit.*, p. 8-9. Em sua obra sobre as relações entre a Catalunha e Portugal neste período, Maria Àngel Pérez Samper analisa a embaixada de Mascarenhas através de suas aparições na documentação catalã, as compara com a versão publicada por sua *Relaçam* e conclui, entre outras coisas, que as reprovações a que o inaciano respondia nesta passagem eram certamente as razões que lhe haviam animado a escrever e publicar aquele texto. Sobre sua rápida partida, a autora diz não ter encontrado nada nos arquivos do principado sobre esta oferta de ir à França conseguir reforços. E parece também não ter encontrado qualquer informação sobre possíveis contatos de Mascarenhas com os membros da Companhia de Jesus em Barcelona: PÉREZ SAMPER, *op. cit.*, p. 265-281.

Logo, é bem provável que sua rápida partida não tenha sido ordenada por D. João IV, ou Mascarenhas poderia se justificar mais facilmente. Ele tenta mostrar que não fugiu no momento mais arriscado, durante a Batalha de Monjuic, e que, deixando a cidade após a derrota inimiga, ele iria passar por riscos ainda mais sérios, o que aliás é o ponto que o encaminha à narrativa de suas proações em Gênova. Mas é possível que ele tenha escolhido, sobretudo, não se expor ao risco de desencadear as tensões com os seus companheiros catalães previstas no memorial do padre provincial, seu parente.

Pode-se mesmo supor que, por prudência, Mascarenhas tenha preferido não exibir demais o seu pertencimento à Companhia de Jesus, o que explicaria o fato de essa informação não estar destacada nas principais fontes catalãs que testemunham as suas visitas diplomáticas. Com efeito, os registros diários da *Generalitat* falam muito genericamente da recepção feita aos embaixadores portugueses, sem nomeá-los³⁴, enquanto os do *Consell de Cent* identificam apenas Mascarenhas, mas com um atributo que não é mencionado em sua *Relaçam*: “s.^r D. Ignacio Mascarenas Embaxador y nebot del Rey de Portugal”³⁵. Em sua crônica, Miquel Parets destaca igualmente que, segundo a carta de crença trazida pelo embaixador, ele era sobrinho do novo rei³⁶. Assim, era o parentesco com D. João IV³⁷ o aspecto ressaltado na comunicação de Mascarenhas com as instituições políti-

34 *Dietaris de La Generalitat de Catalunya*. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1999, v. V, p. 1139-1140.

35 *Manual de novells ardis*: vulgarment apellat Dietari de l'antich Consell Barceloní. Barcelona: Henrich y Compañía, 1910, v. 12, p. 594.

36 *Memorial histórico español*: colección de documentos, opúsculos y antigüedades, que publica la Real Academia de la Historia. Madrid: Imprenta y Fundición de Manuel Tello, 1889, t. XXII, p. 64-65. Para uma descrição das cerimônias de recepção da embaixada de Mascarenhas a partir dessas fontes, ver PÉREZ SAMPER, *op. cit.*, p. 272-276.

37 Como seu irmão João Mascarenhas, conde de Santa Cruz, Inácio era filho de Maria de Lencastre, uma descendente do terceiro duque de Bragança, Fernando II (PRESTAGE, *op. cit.*, p. 8-9).

cas do principado, e exposto nas credenciais que ele lhes entregava e que ele fazia ler entre os soldados catalães, e não os seus laços com a Companhia de Jesus ou com o provincial português.

A segunda razão enunciada pelo memorial de Antonio Mascarenhas, de maneira mais curta, mas que podemos supor crucial para o interesse dos jesuítas, era que a dispensa de um prelado da ordem para tratar de negócios similares era proibida, sob pena de grave pecado, pela Congregação, e o rei de Portugal não deveria querer “com seu sancto zelo meter algum da Comp.^a nestes escrúpulos”. E, enfim, em seu último argumento, abordado também sem muitos detalhes, o padre provincial dizia que, tendo em vista o que seria pedido aos catalães, não deveria ser um eclesiástico português da Companhia a aconselhar “aquillo mesmo q os naturaes Catelhães mais interessados julgam nam ser lícito fazer nem aconselhar, tratando de sua defensam”³⁸. Essa consideração retoma a cena inicial e a associa ao receio de uma oposição entre os jesuítas catalães e o apoio à rebelião trazido por Inácio Mascarenhas com sua embaixada. Sob essa ótica, ainda que o memorial não o explicita, nota-se bem que o risco maior não era o fracasso da missão diplomática, mas o de uma exposição da Companhia a um conflito de interesses, de que o provincial português não queria ser considerado responsável. E é o que ele tentava demonstrar ao padre geral, prevendo os conflitos que se sucederiam ao desembarque de seu sobrinho em Barcelona, e principalmente a má repercussão desses conflitos em Roma. O que Antonio Mascarenhas não sabia, ou que ele não ousava dizer naquela carta, era que o padre Inácio levaria sua missão a Gênova, e que cogitaria inclusive se deslocar até Roma para encontrar pessoalmente o padre geral.

O último papel que integra o pacote enviado por Chumacero traz finalmente as cópias das cartas dos dois jesuítas embaixadores

38 ACS, Estado, 3005, s.n.

ao padre Vitelleschi, escritas em Gênova no dia 16 de fevereiro. A de Inácio Mascarenhas, composta de um só parágrafo, repetia a situação descrita pelo provincial de Portugal e pelos dois superiores genoveses, mas do seu ponto de vista:

Do meu repouso em q estava no Col.^o de Evora me tirou sua Mag.^{de} p.^a o vir servir à Barcelona com a embaxada do que pasava na quelle Reino, da qual jornada nam foi possivel escuzarme por mais q por m.^d lhe pedi e o P.^e Ant.^o Masc.^s representandolhe o risco em q punha a Comp.^a, e como nam era de nosso instituto semelhante officio. Em fim foi forçoso vir, e por as cousas de Barcelona nam estarem p.^a *lá ficar, nem aver comodidade p.^a* della sair p.^a Portugal por mar, ou por terra, nos viemos no mismo navio de Genova ò P.^e Paulo da Costa, e eu achandonos a qui nam menos mortificados, pois sendo a destançia tam pouca, p.^a quem tem vincido o mais nos nam he possivel chegar a tomar a bençam de V. P., por se romper no lugar, ò segredo de nossas pessoas, e tratarem de nos tomar no caminho como nos consta por via certa. E assim de ca humil.^{te} pesso à bençam de V. P. em que m.^{to} me encom.^{do39}.

Quando Mascarenhas sublinhava que estava em seu repouso em Évora no momento em que o rei o convocou, ele deixava claro não ter feito nada, isto é, nada em favor do golpe de 1640, para merecer aquela nomeação, de cuja carga simbólica evidentemente o governo português fez questão de se servir. Com a eleição de Mascarenhas como primeiro embaixador, o novo rei afirmava o engajamento da Companhia de Jesus a seu lado, no reino e por onde ele passasse ou onde se ouvisse falar dele, e essa estratégia se reforçaria ainda mais pela existência de um laço de parentesco com o monarca. Esses dois vínculos do embaixador, porém, não foram explorados da mesma forma nas diferentes etapas da missão. Na Catalunha, como foi visto, ele parece ter tentado evitar se apresentar enquanto jesuíta,

39 ACS, Estado, 3005, s.n.

e valorizar, sobretudo, o laço familiar com D. João IV. Mas uma vez em Gênova, mesmo sem os hábitos e as patentes de sua ordem, ele procurou obter benefícios de seu pertencimento à Companhia. Em toda essa correspondência jesuítica reunida por Juan de Chumacero, apenas o parentesco do padre Inácio com o padre provincial é pontuado, sem qualquer menção ao vínculo sanguíneo com os Bragança, o que provavelmente tornaria todos aqueles relatos de repouso e resistência menos credíveis. Contudo, ao mesmo tempo em que os dois Mascarenhas, Inácio e Antonio, desculpavam-se por se acharem implicados nos negócios de Estado português, eles não deixavam de reconhecer em suas cartas a Vitelleschi a majestade do novo monarca, e assim de indicar ao padre geral que ele não poderia esperar encontrar em Portugal a mesma circunspecção que havia recomendado aos jesuítas catalães.

Enfim, assim como seu tio, Inácio Mascarenhas não explicou muito bem a Vitelleschi por que suas escusas não tinham sido aceitas pelo rei. Além disso, das três razões declaradas pelo memorial de seu tio, ele só destacou as duas diretamente relacionadas aos interesses da Companhia, e se dispensou de dar detalhes sobre o desenrolar da missão na Catalunha. Ele insistia que sua intenção, não querendo causar ainda mais incômodos à ordem, era de retornar diretamente a Portugal, mas declarou ter querido ir beijar as mãos do geral, já que estava tão próximo, projeto finalmente abortado pelos riscos que ele e seu companheiro correriam no caminho a Roma. Mas preferiu, aparentemente, não reclamar da recepção pouco acolhedora encontrada na casa professa de Gênova, que afinal havia contribuído para a manutenção daqueles riscos, e também não evocar o objeto de sua viagem frustrada a Roma.

A carta do padre Paulo da Costa, por sua vez, trazia mais detalhes sobre os assuntos que eles tinham a tratar com o generalato da Companhia. Para chegar a esse ponto, ele começa evocando sua participação na missão à Catalunha de forma bem simples: “Sabe V. P.

a execução com q os Principes querem ser obedecidos, e assi não estranhara a occasião de nossa viagem”. Ora, oferecer como explicação para a concretização daquela missão diplomática o desejo, comum nos reis, de serem obedecidos com celeridade era também uma forma de não se implicar na compreensão das consequências e significados de uma tal empreitada. Aliás, a imagem contribuía igualmente para naturalizar a sujeição da Companhia de Jesus portuguesa à autoridade de D. João iv. O rei luso, ele continua, havia ordenado ao padre Mascarenhas ir a Barcelona “a cousas de seu serviço”, nomeação que ele manteve apesar dos inconvenientes apresentados pelo padre e seus superiores, e havendo o próprio Paulo da Costa tentado se esquivar de o acompanhar na viagem, também sem sucesso:

Chegamos à Barcelona em 25 do pasado, e depois de obrar alli o que nos foi encarregado, nos embarcamos por a esta Cidade, da qual me pareço q com comodidade poderia ir tomar a bençã à V. P., è tratar pessoalmente das conveniências da minha Prov.^a, que sem duvida considero perdida com estas alterações porque nam podendo aquelle estado estado ser socorrido por nunha das Coroas, se aproveitaram os Olandeses da occasiam para senhorearem e sendo este o risco, tinha por convenientissimo resolver con V. P. o que se devia obrar em suceso tam extraordinario⁴⁰.

Assim, após simplificar o significado da escolha dos dois jesuítas como enviados diplomáticos à Catalunha, o padre Costa tratou a passagem por Barcelona como coisa de pouca importância, diante dos negócios que ele pretendia levar a Roma. De todos os autores das cartas que vimos até aqui, ele foi o único a não referir o caráter imprevisto da viagem a Gênova, e sua frase, fora de contexto, parece mesmo mostrar que esse desvio pela Itália era algo planejado por ele, e justificado por suas preocupações com o estado de

40 AGS, Estado, 3005, s.n.

sua província. Paulo da Costa, natural do Rio de Janeiro, estava em Portugal em 1640 como procurador da província brasileira da Companhia de Jesus⁴¹. Ao recordar o problema da presença dos holandeses, que durava desde a tomada de Olinda e Recife em 1630, ele previa a consolidação de seu poder herético sobre o território brasileiro, enquanto consequência de seu abandono pelas coroas de Espanha e Portugal, em guerra dali em diante. Dessa maneira, ele demonstrava que o objetivo de sua viagem a Roma transcendia as suas obrigações ao serviço do rei português, finalizadas após sua partida da Catalunha, e que ele se voltava sobretudo aos interesses da Companhia de Jesus e da Igreja, enquanto organizações supranacionais, chamando a sua atenção para as repercussões ultramarinas do conflito ibérico.

Entretanto, comenta ainda o padre Costa, dificuldades insuperáveis se interpuseram contra aquela jornada, exatamente porque se havia presumido em Gênova que ele e Mascarenhas seguiriam para Roma como embaixadores do rei de Portugal. As diligências do inimigo colocavam suas vidas em perigo, e eles tiveram que suspender a viagem. Desde seu desembarque, eles tinham se apresentado ao padre preposto da casa professa, mas “como esta Republica esta tam empenhada com Castella nam pareceo a ò dicto P.^e que convinha agazalharmonos em algua das Casas da Comp.^a e assi nos ficamos nos riscos que o tempo, e occasião podem oferecer”. No momento da escrita da carta, Costa não sabia quando e como eles deixariam a cidade, mas assegurava a Vitelleschi que tudo o que queriam era voltar a Lisboa. Finalmente, ele conclui, todos os seus

41 RODRIGUES, Francisco. *História da Companhia de Jesus na assistência de Portugal*. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1944, t. III, v. I, p. 391; LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945, t. v, p. 380, 391. Essa informação se confirma também graças a uma carta que lhe foi enviada do Brasil pelo padre Francisco Pais, em 1º de fevereiro de 1640, publicada por: VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. *História das Lutas com os Holandeses no Brasil desde 1624 até 1654*. Vienne: [s.n.], 1871, p. 326-331.

superiores em Portugal, bem como outros indivíduos particulares, conheciam as diligências extraordinárias que ele havia feito para não integrar aquela missão, e eles poderiam o comprovar quando o geral achasse necessário.

Tal como no caso do pertencimento de Inácio Mascarenhas à Companhia de Jesus e de seu vínculo familiar com os Bragança, as informações concernentes à previsão do percurso dos dois enviados oscilaram nos diferentes momentos de sua embaixada. Na *Relaçam* publicada após o retorno de Mascarenhas a Lisboa, seria especificado que sua intenção era partir da Catalunha em direção à França, e que a parada em Gênova se deveu a imprevistos meteorológicos. Ali, a possibilidade de uma visita a Roma é citada apenas como suspeita infundada dos castelhanos que os perseguiam. No entanto, o diário da *Generalitat* e a crônica de Miquel Parets indicam que Mascarenhas havia anunciado em Barcelona a intenção de partir para tratar com a França, mas também com a Santa Sé⁴². Chegando, então, a Gênova, nem ele nem seu companheiro informaram os superiores da Companhia sobre a continuidade de sua missão na França.

Não conhecemos as instruções régias da embaixada de Mascarenhas, mas a menção às autoridades políticas catalãs de uma visita ulterior à Cúria romana sugere que a etapa italiana estava prevista pelo governo português. Assim, a *Relaçam* escondia de seus leitores os detalhes desagradáveis de seu contato com a Companhia de Jesus em Gênova, mas também o abandono consequente da parte romana de sua missão. O último documento do dossiê enviado por Juan de Chumacero y Carrillo nos mostra como a escolha do padre Paulo da Costa como parceiro de viagem de Mascarenhas estava fundada na convicção portuguesa de que seus vínculos religiosos ofereceriam os meios para o cumprimento de sua missão em Roma. Com sua

42 *Dietaris de La Generalitat de Catalunya, loc. cit.*; *Memorial histórico español, loc. cit.*; PÉREZ SAMPER, *op. cit.*, p. 275.

carta, Costa esperava suscitar o interesse do padre Vitelleschi pela causa do combate travado pelos inacianos da província do Brasil contra a presença holandesa na América. Ele o exortava, assim, a não permitir que o elo entre a Companhia e a Monarquia Católica o distanciasse de seus confrades portugueses, apesar de seu claro e imediato apoio ao movimento de separação do reino e de seus territórios do ultramar.

Paulo da Costa tentava estabelecer essa via de diálogo direto com o generalato da ordem, mesmo já sabendo que não seria possível ir pessoalmente a Roma. Para tanto, era preciso minimizar a responsabilidade de D. João IV por sua presença em Gênova e dissimular a dimensão diplomática de sua estadia na Itália, o que incluía silenciar sobre a continuidade de sua viagem à França. Além disso, para Chumacero, embaixador espanhol em Roma, toda essa sequência de documentos servia para certificar o governo em Madri, como ele refere rapidamente em sua carta de 16 de março ao rei, e em outra do dia 23 ao conde-duque de Olivares⁴³, que o negócio dos portugueses em Gênova não havia trazido danos até então, e não parecia que iria repercutir na Santa Sé. Mas sua leitura certamente serviria como advertência sobre os caminhos que os rebeldes pensavam em construir para se comunicar com as instituições eclesiásticas romanas. Tratava-se aí de um dos primeiros movimentos de uma luta de influências e de escritos na Cúria que atravessaria todo o período da guerra luso-castelhana⁴⁴.

43 AGS, Estado, 3005, s.n.

44 ADEMOLLO, Alessandro. *La questione delle indipendenza portoghese a Roma dal 1640 al 1670*. Firenze: Gazzetta d'Italia, 1878; BRAZÃO, Eduardo. *A missão a Roma do bispo de Lamego*. Coimbra: Coimbra Editora, 1947; BORGES, António Antunes. Provisão dos bispados e concílio nacional no reinado de D. João IV, *Lusitania sacra*, II, p. 111-219, 1957; CAMENIETZKI, Carlos Ziller. *O paraíso proibido: a censura ao paraíso brasileiro, a Igreja portuguesa e a Restauração de Portugal entre Salvador, Lisboa e Roma*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014, p. 166-195; COSTA, Luciano Cesar da. *Teatro do Mundo: embaixadores, diplomacia e Relações*

A conclusão da *Relaçam*: informação, recrutamento e usos do impresso na Catalunha

Na penúltima página de seu relato impresso em Lisboa, quando o jesuíta conta sobre sua chegada enfim à França, mais uma vez, vemos as notícias por ele disseminadas provocando a alegria das populações. A partir de Cavalaire, na época o porto mais oriental do Mediterrâneo francês, Mascarenhas percorreu a costa por terra até o Languedoc, e por toda a parte os franceses o “recebião nos braços e não cessavam de louvar aos Portugueses, polo que aviaõ feito”. Durante esse percurso, ele comenta ter percebido o “quanto os Frãceses geralmente desejavão vir servir a V. M. tanto, q se eu tivesse comissão para isso, pudera trazer muitos mil, assi de cavalo como de pé”⁴⁵. Essa seria, então, uma outra dimensão do objetivo alcançado por sua missão diplomática: a incitação ao recrutamento de possíveis soldados, portugueses e estrangeiros, para ir servir na guerra em Portugal. Por isso, então, o texto passa a tratar de seu retorno a Barcelona, onde ele foi, segundo suas palavras, para:

colher o fruto das cartas que avia mandado ao exercito, & de novo fiz imprimir a carta de crença que levava, & a provisãõ de V. M. o que tudo se espalhou polo exercito, pera que a todos delle, principalmente aos Portugueses, constasse da verdade & se pudessem vir, & sem duvida todos se viriaõ se o seu Terço se não reformara polos outros Castelhanos, mas com todo este aperto, os principais Capitães, & cabos se vierão⁴⁶.

Assim, como podemos constatar, os dois polos do impacto positivo divulgado pela *Relaçam* estão interconectados, em seu discurso. Em Gênova, a difusão eficiente da informação sobre Portugal tinha

Internacionais na Restauração Portuguesa (1640-1668). 2019. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2019.

45 MASCARENHAS, *op. cit.*, p. 15.

46 *Ibid.*, p. 15-16.

dado como primeiro fruto tangível um contrato de venda de armas em Lisboa, e na França, a partir do mesmo tipo de atuação bem sucedida, Mascarenhas reparou em um grande número de homens passíveis de serem conduzidos aos exércitos portugueses. Agora de volta à Catalunha, onde verdadeiramente o jesuíta tinha ordem régia para tanto, ele realizou sua primeira leva de soldados. E, após a leitura dessa passagem, nós compreendemos melhor, assim como o leitor da época, o lugar da citada carta de crença no âmago das suas estratégias de ação: o papel que os soldados catalães colocavam sobre a cabeça, para conseguir acreditar no texto que acabavam de ouvir, era um impresso.

Quando de sua primeira passagem por Barcelona, de fato, ele já tinha mandado imprimir uma grande folha em português intitulada *Carta de crença que V. Magestade manda dar a Dom Inacio Mascarenhas*, de que há um exemplar conservado nos fundos do *Consell de Cent*⁴⁷. Essas folhas, portanto, eram entregues pelo jesuíta aos conselhos e autoridades catalães que visitava, e distribuídas no exército. Seu texto foi também traduzido para o catalão e publicado em Barcelona pelo impressor Gabriel Nogues em um panfleto de 8 páginas intitulado *Copia de una carta que lo Serenissim Rey de Portugal a enviat als Deputats de Catalunya, y Ciutat de Barcelona*⁴⁸. Trata-se de um documento assinado por D. João IV em 19 de dezembro de 1640, ou seja, quatro dias depois da cerimônia de sua coroação em Lisboa.

47 O impresso está transcrito nos apêndices do *Manual de novells ardis*, *op. cit.*, p. 818-820. Cf. PÉREZ SAMPER, *op. cit.*, p. 269. Existe outro exemplar dessa folha no Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT], Manuscritos da Livraria, 366, Depósito Diplomático, t. III, f. 27, cujo texto foi publicado por: BOCAGE, Carlos Roma du. *Subsídios para o estudo das relações exteriores de Portugal em seguida à Restauração* (1640-1649). Coimbra, Imprensa da Universidade, 1916, v. I, p. 186-188.

48 *Copia de una carta que lo Serenissim Rey de Portugal a enviat als deputats de Catalunya, y ciutat de Barcelona; vertida de llengua Portuguesa en llengua Cathalana: y la enviada per son Embaxador, que entrà en Barcelona à 26 de janer 1641*. En Barcelona: per Gabriel Nogues, 1641.

O novo monarca fala aí de sua recente aclamação pelos três Estados de Portugal, e da restituição dos direitos que cabiam à sua avó, D. Catarina de Bragança, após a morte do cardeal-rei D. Henrique, direitos usurpados pelos reis Filipes de Espanha. Reconhecendo sua obrigação de restaurar a liberdade de uma população tiranizada durante tanto tempo, ele havia aceitado aquela restituição, e, após sua celebração solene, vinha pedir pelo apoio e ajuda de todos os príncipes, repúblicas e províncias, particularmente a dos habitantes da Catalunha, que tinham tomado em armas para combater as mesmas imposições e vexações sofridas pelos portugueses. D. João IV lhes relembra, então, dos antigos laços de amizade e de confederação entre os reis seus predecessores e os reis da coroa de Aragão, reino ao qual o principado catalão estava vinculado desde sua fundação no século XII. Era, então, para confirmar aquela amizade que ele lhes enviava seu sobrinho, “pessoa Eclesiástica”⁴⁹, com poderes suficientes para o representar e para assinar acordos e capitulações em seu nome. Conforme indicado pela documentação catalã, portanto, as credenciais de Mascarenhas exibiam o seu parentesco com o monarca aclamado em Lisboa, e de fato omitiam especificamente o seu pertencimento à Companhia de Jesus, apesar de não deixarem de mencionar a sua condição de homem religioso.

Na mesma passagem da *Relaçam* citada acima, Mascarenhas diz ainda que imprimiu uma provisão régia endereçada aos soldados e oficiais portugueses que serviam no exército castelhano. Não se conhece qualquer exemplar da impressão individual desse documento, mas o seu texto também foi publicado em catalão, ao lado de notícias portuguesas divulgadas pelo mesmo Gabriel Nogues, em um panfleto intitulado *Carta llealment vertida de portuguès en català, la qual un cabo portuguès escrigué a un religiòs portuguès*⁵⁰, também de

49 BOCAGE, *op. cit.*, p. 188.

50 *Carta llealment vertida de portuguès en català, la qual un cabo portuguès escrigué a un religiòs portuguès: dòna avis dels bons successos que ha tingut las armas del rey de*

1641, bem como nos apêndices do livro *Secrets publichs, Pedra de toch, de les intencions del enemich, y llum de la veritat*, do mesmo ano⁵¹. Essa provisão de D. João IV, datada do mesmo 19 de dezembro de 1640, prometia honras e mercês aos militares que quisessem passar para o lado catalão para serem conduzidos a Portugal por seu embaixador, e ameaça de punição aqueles que preferissem continuar a servir a Filipe IV.

Esses dois documentos, impressos e reimpressos durante suas duas estadias em Barcelona, estavam, portanto, no cerne da execução da missão diplomática de Mascarenhas. Pelo que se depreende da sua *Relaçam* e do conteúdo dos dois textos, ele os fazia ler e distribuir entre a população catalã, e tentava fazer com que chegassem às tropas inimigas. A menção à antiga amizade entre Portugal e Aragão, nesse sentido, para além do fato de ser historicamente mais precisa, correspondia a esse objetivo, pois se pensava em insuflar em soldados e súditos de todo o reino aragonês a adesão à revolta catalã.

Foi com armas tipográficas, enfim, que Mascarenhas afirmava ter combatido a desinformação operada pelos castelhanos, e conseguido recrutar soldados experientes para o exército português. Ele sublinha, no final da *Relaçam* que, além da carta de crença e da provisão real, ele havia conseguido transmitir cartas especificamente endereçadas a mais de trinta capitães e soldados portugueses, e retornar à França com uma parte deles. Mais tarde, em Bordeaux, acompanhado já de mais de cinquenta homens prontos pra embarcar, ele soube que, com a tomada de Tarragona pelos franceses, havia

Portugal, don Juan, contra las armas del rey de Castilla. Va a la fi un edicte del rey de Portugal en favor dels catalans. Em Barcelona: per Gabriel Nogués, 1641.

⁵¹ *Secrets publichs; Pedra de toch, de les intencions del enemich, y llum de la veritat. Que manifeste los enganys, y cauteles de uns papers volants que va distribuïnt lo enemich per lo Principat de Catalunya. Va en esta ultima impressio sinch cartas, las tres del Rey Christianissim y las dos de la entrada Naval en Catalunya, y la victoria de dita armada Naval, y una provisio del Rey de Portugal en favor dels Catalans* [s.l., s.n., s.d].

ainda mais duzentos outros soldados portugueses esperando para partir para Lisboa. Dessa vez, o religioso enviou apenas o seu companheiro de missão, o padre Paulo da Costa, só então nomeado pela *Relaçam*, para os buscar em Barcelona, e embarcou em La Rochelle com destino a Portugal.

Datando, como referimos, ao final do impresso, o texto da *Relaçam* do mesmo dia da licença que abria a publicação, Mascarenhas dava a impressão de estar se dirigindo a D. João IV em público, de prestar contas de sua missão diplomática simultaneamente ao monarca português e aos leitores. A esse respeito, é significativo que o frei Inácio Galvão, de forma a promover a aceitação da obra, tenha escolhido enfatizar o reconforto que os leitores encontrariam ali, “vendo quanto nos outros Reynos foi estimada a felicidade que o nosso alcançou”. O censor do Santo Ofício identificava a expectativa do público português por notícias sobre a repercussão no estrangeiro daquela insurreição, e a estimulava. Nesse sentido, as imagens que veiculavam a alegria dos catalães, dos franceses e de uma parte dos genoveses com a notícia da Restauração são julgadas mais encoajadoras, mais dignas de destaque, do que os anúncios feitos em suas páginas sobre a chegada de armas e soldados a Portugal. Esses efeitos tranquilizantes se tornavam ainda mais oportunos, visto que o livro saía nos dias seguintes à frustração de uma grave tentativa de contragolpe em Lisboa. A representação daquele belo começo dos contatos diplomáticos do novo governo se unia, assim, aos esforços de apaziguamento das tensões e dos receios suscitados por uma tal revelação da fragilidade política do movimento português.

Nesse ínterim, no interior da própria *Relaçam*, entre o sucesso da divulgação a respeito da real e estável situação em Portugal e os primeiros ganhos militares da sua missão, sinais da futura derrota espanhola e da boa escolha dos que permaneceram ao lado de D. João IV, Mascarenhas deixava ver também o papel crucial desempenhado pela impressão em Barcelona dos textos oficiais que ele

tinha levado enquanto representante do rei. Para os leitores do tempo, essa pista poderia revelar aquilo que era também um objetivo da *Relaçam*, que de fato procurava produzir em Portugal alguns efeitos que ele dizia ter alcançado na Catalunha, em Gênova, e no sul da França: ganhar a confiança das populações, incluídos aí os comerciantes e os soldados, e quem sabe estimular o recrutamento de novas tropas. Mas os leitores de hoje podem ademais perceber como o manejo da informação e de sua divulgação é valorizado, em todas as partes do texto do jesuíta, como um dado sempre determinante, influenciando tanto os eventos militares quanto a vida política dos reinos, repúblicas e províncias pelos quais ele passou.

A estratégia de recrutamento de soldados a partir do *front* catalão se revelaria efetivamente bem sucedida, e isso ao longo de todo o ano de 1641. Em uma carta enviada pelos deputados do principado a D. João IV em 10 de abril, alguns dias antes da segunda passagem de Mascarenhas pela Catalunha⁵², eles louvavam o trabalho de um outro prelado português, o franciscano Miguel da Purificação, na continuação do exercício iniciado pelo embaixador. De acordo com os deputados, esse religioso prestava um grande serviço ao rei de Portugal, “dando avisos, enviando cartas, e provisões impressas, cópias das que V. Mag.^e mandou expedir aos cabos e soldados portugueses que residem no exército inimigo, induzindo e animando-os a que passem a esta Província (como o fazem muitos)”⁵³. E graças

52 Em uma outra carta de 15 de abril, que o próprio Mascarenhas levou a Portugal com uma duplicata desta do dia 10, os deputados já se referem a essa nova visita e se regozijam pelo sucesso do sobrinho de D. João IV em escapar dos perigos que correu em Gênova. As duas cartas, conservadas nos arquivos da coroa de Aragão, foram publicadas nos anexos da edição da crônica de Miquel Paret: *Memorial histórico español, op. cit.*, p. 384-386.

53 *Ibid.*, p. 384-385: “donant avisos, enviant cartas, y provisions impressas, copias de las que V. Mag.[†] ha mandadas despedir als cabos y soldats portugueses que resideixan en lo exercit enemich, induint y animantlos á que passem á esta Província (com ho fan molts)”.

às suas diligências, uma série de oficiais militares e outros soldados acabavam de chegar a Barcelona para serem conduzidos a Portugal.

Purificação tinha nascido na Índia e, eleito custódio e procurador geral da província franciscana de São Tomé da Índia, deixou Goa em 1635 para defender em Madri a autonomia daquela província em relação à província de Portugal, deslocando-se na sequência para Roma, onde assistiu ao capítulo geral da ordem reunido em 1639. De volta à Península Ibérica, ele estava em Barcelona, como assinalam os deputados catalães, “na ocupação de um livro que imprime”⁵⁴. No começo de 1640, ele havia feito sair das prensas de Sebastian e Jaime Matevad uma *Relação defensiva dos filhos da Índia Oriental*, que narra todo o seu itinerário e reproduz todo tipo de papéis e memoriais produzidos ao longo de suas instâncias⁵⁵. Em 1641, ele preparava a publicação da *Vida evangelica y apostolica de los frailes menores*, um grande tratado sobre a ordem seráfica, seu papel na Cristandade, sua fundação e seu funcionamento, que foi impresso por Gabriel Nogues na segunda metade do ano. As primeiras aprovações para a edição do livro remontam às estadias de Miguel da Purificação em Madri e Roma entre 1637 e 1639, mas ele acrescentou posteriormente as licenças de autoridades políticas e religiosas da Catalunha, assim como uma epístola dedicatória a D. João IV assinada em 28 de agosto de 1641, que inscreve sua obra no crescente repertório de publicações bragancistas. “Bem saberá

54 *Ibid.*, p. 384: “en la ocupatió de un llibre que imprimeix”.

55 PURIFICAÇÃO, Miguel da. *Relação defensiva dos filhos da Índia Oriental, e da província do apóstolo S. Thome dos frades menores da regular observância da mesma Índia*. En Barcelona: em a emprenta de Sebastião e João Matheva, 1640. Ver: XAVIER, Ângela Barreto. Fr. Miguel da Purificação, entre Madrid y Roma: relato del viaje a Europa de un franciscano portugués nacido en la India. *Cuadernos de Historia Moderna*, Anejo XIII: La memoria del mundo: clero, erudición y cultura escrita en el mundo ibérico (siglos XVI-XVIII), p. 87-110, 2014; XAVIER, Ângela Barreto. Itinerários franciscanos na Índia seiscentista, e algumas questões de história e de método, *Lusitania Sacra*, 2ª série, n. 18, p. 87-116, 2006.

defender livros mais autorizados, quem sabe defender, e libertar Reinos inteiros”, conclama ele ao rei de Portugal⁵⁶.

Esse frade estava, portanto, em Barcelona desde bem antes da chegada da embaixada portuguesa, e ele teve a responsabilidade, entre as curtas estadias de Inácio Mascarenhas, de fazer chegar às forças inimigas as cópias impressas da provisão régia e as cartas endereçadas diretamente aos oficiais portugueses. E mesmo após a nova visita do padre Paulo da Costa em junho de 1641⁵⁷, o fluxo de soldados passando para a Catalunha não cessou, o que inquietava os espanhóis. A dispersão do regimento português que integrava o exército do marquês de Los Velez evocada pela *Relaçam* ocorreu em fevereiro, graças a uma denúncia feita pelo mestre de campo Simão de Mascarenhas, um dos capitães portugueses visados pelas cartas do embaixador português⁵⁸, mas soldados continuaram a ser enviados a Portugal pelo principado até pelo menos o mês de novembro⁵⁹.

Durante esse período, o bispo de Málaga informou o governo de Madri sobre os serviços prestados por outro mestre de campo português, Pablo de Parada⁶⁰, que se aplicava em obstruir “por todos

56 PURIFICAÇÃO, Miguel da. *Vida Evangelica y Apostolica de los frayles Menores: illustrada con varias materias morales y conceptos predicables con un copioso elenco para muchos sermones, y platikas para diferentes assumptos*. En Barcelona: por Gabriel Nogues, 1641, s.n.: “Bien sabrà defender libros mas autorizados, quien sabe defender, y libertar Reynos enteros”.

57 Conhecemos o momento de sua passagem pela cidade graças a uma carta do governo catalão enviada a Portugal em 22 de junho: *Memorial histórico español*, *op. cit.*, p. 387.

58 Esse revés é explicado na carta dos deputados catalães de 10 de abril, supracitada. A resposta de Filipe IV ao pedido de reforma do *tercio* português feito por Simão de Mascarenhas, assim como suas próprias cartas sobre o assunto, está transcrita igualmente no *Memorial histórico español*, *op. cit.*, p. 355-357, 385. Ver: PÉREZ SAMPER, *op. cit.*, p. 282-285.

59 *Ibid.*, p. 296-299.

60 Sabemos que Pablo de Parada era português, mestre de campo, e que no começo de julho governava a praça de Monzon em Aragão, graças a uma “Relación de lo sucedido en las fronteras de Aragón al ejército Real que se juntó contra

os meios possíveis com sumo cuidado as vias por onde chegam as cartas, e avisos do Tirano de Portugal e de seus Agentes Dom Inácio Mascarenhas e frei Miguel da Purificação, e de quaisquer outros, evitando-se tão prejudicial comunicação”⁶¹. Em 5 de agosto de 1641, a *Junta de Inteligencias de Portugal* deliberou em favor da remuneração daquele oficial português, e alguns meses mais tarde, em 14 de novembro, seus membros se reuniram uma vez mais em torno de algumas cartas de Parada e de outras do próprio frei Miguel da Purificação,

que pelo Rebelde Dom João de Bragança reside em Barcelona remitidas pelo bispo de Málaga, com relações que naquela cidade se imprimiram do levantamento de Portugal e da recepção que nele se fez ao chamado embaixador da Catalunha, e com uma ordem impressa com que o mesmo rebelde procurou que os portugueses que se acham por aquelas partes, deixando o serviço e armas de V. Majestade se passem à sua obediência e para executá-lo lhes oferece o dito frei Miguel caminho franco, bom acolhimento, embarcação e dinheiros, animando-os não somente com as promessas contidas na ordem do tirano, mas com o exemplar de outros que diz terem passado, e embarcado, os quais papéis remitiu Pablo de Parada ao bispo⁶².

Cataluña desde los primeros de Enero de 1641”, publicada no *Memorial histórico español*: colección de documentos, opúsculos y antigüedades, que publica la Real Academia de la Historia. Madrid: Manuel Tello, 1891, t. xxiii, p. 226-232.

61 ACS, Estado, 7041, *Años de 1641 y 1642. Portugal. Junta de Inteligencias del Reyno de Portugal, de estos años. Legajo primero*, n. 75, Madri, 5 de agosto de 1641: “por todos los medios posibles con sumo cuidado las vias por donde llegan las cartas, y avisos del Tyrano de Portug^l y de sus Agentes Don Ignacio Mascareñas, y fr. Mig^l de la Purificaç^{on}, y de qualquier otros, evitandose tan prejudicial comunicaç^{on}”.

62 *Ibid.*, n. 150, Madri, 14 de novembro de 1641: “q por el Rebelde Don Juⁿ de Brag^{ca} reside en Barcelona remittidas por el obispo de Malaga, con relaciones q en aquella ciu^d se imprimieron del levantam^{to} de Portug^l y del recibim^{to} q en el se hiço al llamado embax^{or} de Cataluña, y con una orden impressa con q el mismo

Para frustrar a incitação à deserção de soldados portugueses no *front* catalão, a coroa hispânica devia enfrentar essa campanha de divulgação lançada pelas visitas de Inácio Mascarenhas na Catalunha e entretida por Miguel da Purificação, que fazia imprimir e chegar ao território aragonês, ao longo de todo o ano, textos que tratavam do sucesso da restauração do trono português e da construção de suas relações diplomáticas com o principado. Entre os panfletos que ele pôs em circulação, encontram-se sem dúvida a *Relacion verdadera del recibimiento, que el rey de Portugal Don Juan IIII hizo al embajador del Principado de Cataluña*, que descreve a recepção feita em Lisboa ao embaixador Jacint Sala, enviado pelos catalães a partir do fim de fevereiro⁶³, as publicações supracitadas que continham a carta de crença e a provisão régia dirigida aos soldados portugueses, além provavelmente algumas de peças confeccionadas por Gabriel Nogues e outros impressores barceloneses como os irmãos Matevad ou Jaume Romeu que, a exemplo da *Relacion verdadera que un religioso portuguez tuvo del levantamiento del Rey de Portugal, Don Juan Quarto, y del estupendo milagro que sucedio en el dia de su aclamacion*⁶⁴, apresentavam notícias políticas, militares,

rebelde ha procurado q los Portuguezes q se hallan por aquellas partes, dexando el serv^o y armas de V. Mg^d se passen a su obediencia, y p^a executar lo les offrece el d^{ho} fr. Migⁱ camino franco, buen acogim^{to}, embarcac^{on} y dineros, animandolos no solamente con las promessas contenidas en orden del tyrano, sinò con el exemplar de otros q dize haverse passado, y embarcado, los quales papeles ha remittido Pablo de Parada al obispo”.

63 *Relacion verdadera del recibimiento, que el rey de Portugal Don Juan IIII hizo al Embaxador del Principado de Cataluña, y de otras cosas particulares, por aviso de un correo, que partiò de Lisboa a 2 de Junio, y llegó a esta Ciudad de Barcelona a 21 del mismo mês.* Barcelona: en casa de Gabriel Nogues, 1641. Sobre a embaixada de Jacint Sala, ver também: PÉREZ SAMPER, *op. cit.*, p. 285-313.

64 *Relacion verdadera que un religioso portuguez tuvo del levantamiento del Rey de Portugal, Don Juan Quarto, y del estupendo milagro que sucedio en el dia de su aclamacion, y de las cartas que el mismo Rey escrivio al Rey de Castilla, y al Conde Duque, y de la que escrivio el Rey de Castilla al Christianissimo Rey de Francia Luys XIII.* y su respuesta. Barcelona: en casa de Gabriel Nogues, 1641.

diplomáticas e religiosas que confirmavam a consolidação do poder da monarquia portuguesa.

Em 1642, Jaume Romeu publicou ainda, às suas próprias custas, o manifesto *Justicia del Inclyto Principe D. Juan iv*, uma obra anônima frequentemente atribuída ao padre Inácio Mascarenhas. Peça importante da propaganda sobre Portugal feita na Catalunha nos primeiros anos da Restauração, esse livreto promete dar aos leitores “manifesta notícia das coisas de Portugal, e estado do Reino, com que deduzirás a justiça que o Sereníssimo Rei possessor tem”⁶⁵, e começa por um resumo da história da fundação do reino, da genealogia dos reis portugueses, chegando à justificação do direito dos Bragança à sucessão do trono em 1580. Em seguida, ele apresenta, sempre em espanhol, alguns documentos históricos utilizados pelos defensores da autonomia portuguesa, tais como as atas da Cortes de Lamego e o juramento do primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques, a respeito da aparição miraculosa do Cristo na véspera de sua vitória militar em Ourique em 1139. Estes textos haviam aparecido durante o período da união das coroas, como pretensas provas dos mitos de origem do reino que, agora após a Restauração, serviam para demonstrar os fundamentos históricos da exclusão da sucessão monárquica portuguesa de mulheres casadas com estrangeiros, bem como para

65 *Justicia del Inclyto Principe D. Juan iv Rey de Portugal, de los Algarves, y conquista de Guinea, &c. Arbol de los Reyes Portugueses, y casa de Bergança. Leyes de Lamego, hechas en la fundacion del Reyno. Privilegios, que prometió guardar el Rey D. Felipe II en su nombre, y de sus successores. Juramento de D. Alfonso I Rey de Portugal, de la Vision de Jesu Christo, quando le dió las armas: En que parece que se prometia al Reyno la maravillosa Coronacion de el Rey D. Juan iv, con otros Titulos en favor de este Principe, &c. C. Por un aficionado a la gloriosa Nacion Portuguesa. Barcelona: en la imprenta de Jayme Romeu, 1642, Y à su costa, s.n.: “manifesta noticia de las cosas de Portugal, y estado del Reyno, con que deduzirás la justicia que el Serenissimo Rey possessor tiene”.*

comunicar uma carga profética e providencial ao novo governo⁶⁶. No impresso de Jaume Romeu, há ainda um extrato do testamento do rei D. João I, do século XIV, que confirmaria a mesma regra em relação à herança do trono, e enfim um documento comportando o conjunto dos privilégios acordados a Portugal pelo monarca espanhol Filipe II em 1581 nas Cortes de Tomar, e negligenciados pelo governo castelhano nas décadas seguintes. Trata-se, portanto, igualmente de uma tentativa de propagar, na Catalunha e nos espaços contíguos da monarquia hispânica, os fundamentos morais, jurídicos, históricos e proféticos brandidos pelos defensores do poder de D. João IV em Portugal.

No entanto, não é possível acrescentar essa iniciativa aos feitos do embaixador jesuíta. Aparentemente, a atribuição de sua responsabilidade por essa publicação repousou na suposição de que ela seria o alvo do livro de Juan Adam de la Parra, *Apologetico contra el tirano y rebelde Verganza, y conjurados, arzobispo de Lisboa y sus parciales, en respuesta a los doze fundamentos del padre Mascareñas*,

66 Encontram-se já relatos do *milagre de Ourique* em crônicas portuguesas escritas no século XV, mas o suposto texto do juramento de D. Afonso Henriques apareceu apenas na segunda edição dos *Diálogos de Varia Historia* de Pedro de Mariz, em 1599, e passou a integrar as obras historiográficas dos monges cistercienses da abadia de Alcobaça, Bernardo de Brito e Antonio Brandão, a *Primeira parte da Chronica de Cister*, que viu a luz em 1602, e a *Terceira parte da Monarchia Lusitana*, em 1632, respectivamente. Esta última traz também pela primeira vez a história da convocação das Cortes de Lamego e suas atas apócrifas. Ver: BUESCU, Ana Isabel. Um mito das origens da nacionalidade: o milagre de Ourique. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (ed.). *A Memória da Nação*: Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, 7-9 Outubro, 1987. Lisboa: Sá da Costa, 1991, p. 49-69; ALBUQUERQUE, Martim de. *A Consciência Nacional Portuguesa*: ensaio de História das Idéias Políticas. Lisboa: [s.n.], 1974, p. 340-351; TORGAL, Luis Reis. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1981, v. 1, p. 231-233; CIDADE, Hernani. *A Literatura Autonomista sob os Filipes*. Lisboa: Sá da Costa, 1948, p. 83-105.

impresso em Saragoça naquele mesmo ano⁶⁷. Mas a leitura desse texto mostra rapidamente que não é o caso, porque os argumentos e inclusive citações do adversário que Adam de la Parra combate não são jamais mobilizados no manifesto publicado em Barcelona⁶⁸. Ainda que a reação do *Apologetico* aos efeitos provocados pelas obras pró-portuguesas saídas das prensas catalãs seja perceptível, e significativa, não há elemento que permita confirmar que o *Mascareñas* a que ele diz responder seja efetivamente o padre Inácio. O livro desse inquisidor originário de La Rioja nos faz talvez especular sobre a existência de ainda um outro impresso ligado à viagem do jesuíta português, e nos deixa imaginar a existência de uma pluralidade de publicações em favor de Portugal de que não subsista qualquer exemplar atualmente⁶⁹. Todavia, não é realmente à *Justicia*

67 Sem oferecer outras explicações, Diogo Barbosa Machado inclui a *Justicia del Inclito Príncipe D. Juan IV* entre as obras do padre Inácio Mascarenhas, e diz que o livro de Adam de la Parra responde a ela: BARBOSA MACHADO, Diogo. *Bibliotheca Lusitana, Historica, Critica e Cronologica*. Lisboa: Ignacio Rodrigues, 1747, t. II, p. 544. Essa dupla atribuição não foi seguida por: SILVA, Innocencio Francisco. *Diccionario bibliográfico português*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859, t. III, p. 212. Entretanto, tais informações são retomadas por catálogos de diversas bibliotecas, e por obras historiográficas mais recentes, como, por exemplo: TORGAL, *op. cit.*, p. 139; ARREDONDO, María Soledad. *Literatura y propaganda en tiempo de Quevedo: guerras y plumas contra Francia, Cataluña y Portugal*. Madrid: Iberoamericana, 2011, p. 314-315.

68 PARRA, Juan Adam de la. *Apologetico contra el tirano y rebelde Verganza, y conjurados, arzobispo de Lisboa, y sus parciales, en respuesta a los doze fundamentos del padre Mascareñas*. En Zaragoza: por Diego Dormer, 1641.

69 Já na época de sua publicação, o alvo do *Apologetico* não era facilmente identificável. O juiz granadino Juan Alonso Calderón, em uma relação dos impressos em favor de D. João IV posta na abertura de seu tratado manuscrito *Portugal concluido y el tirano Braganza conbenzido de sus mismos argumentos por el Rei Católico y obligación de el Papa para salir contra ella con ambos cuchillos*, menciona a existência do livro sem saber nada sobre ele para além do que é explicitado por Adam de la Parra: “*El Padre Mascareñas apoyando con doze fundamentos el lebantamiento del tirano Braganza, a quien respondió con erudición y gravedad de estilo Don Juan Adán de la Parra, Inquisidor Apolojético contra Braganza, libertad de Portugal, sin nombre del autor*”. Fernando Bouza, que encontrou e publicou

del Inclyto principe que ele se encarrega de responder. Finalmente, tudo o que se sabe sobre a concepção dessa obra é o financiamento que o impressor Jaume Romeu diz ter assumido ele mesmo de sua produção, mesmo se é bem provável que ela seja uma consequência da presença de agentes lusos na Catalunha, ou das relações diplomáticas estabelecidas entre os dois governos rebeldes.

Em todo caso, os objetivos e dinâmicas envolvidos na impressão de manifestos, tratados e folhas de notícias sobre Portugal, enquanto uma parte expressiva, na primeira metade dos anos 1640, da mediação da revolta catalã, mereceriam um estudo mais aprofundado, que não será desenvolvido aqui⁷⁰. Entretanto, no que concerne aos circuitos de difusão desses papéis, é possível desde já reter sua aptidão simultânea à ressonância interna no principado e à produção de respostas do outro lado da fronteira inimiga. Nesse sentido, eles podiam não apenas endereçar uma mensagem eficaz aos portugueses presentes nos regimentos do exército da Monarquia Católica, como pretender estimular indiretamente novas dissidências no interior de seus outros domínios ibéricos. O próprio Juan Adam de la Parra, aliás, é bastante claro a esse respeito, quando justifica a necessidade de responder à propaganda portuguesa, em sua dedicatória ao conde-duque de Olivares, ministro principal de Filipe IV:

Tudo do Rebelde, do Tirano pendia de desmaiar o povo Português, e de que se acreditasse em Castela, que ali era constante a obediência ao Tirano, e aqui duvidosa a seu Rei, e senhor natural: e esta mentira espalhada na fronteira, fazia mais brecha do que se se empreendesse a viva força: mais dano os

essa lista bibliográfica, segue a tradição e refere a *Justicia del Inclyto principe D. Juan IV*, mas fica claro que Alonso Calderón, de sua parte, não conhecia pessoalmente a obra contestada pelo *Apologetico*: BOUZA, Fernando. *Papeles y opinión: políticas de publicación en el Siglo de Oro*. Madrid: CSIC, 2008, p. 159-160.

⁷⁰ Há uma série de outras bons exemplos e pistas sobre o tema em: PÉREZ SAMPER, *op. cit.*, p. 314-395.

desalentos, do que o estrépito das armadas e tropas que fez o Bragança trazer enganando a seus amigos, apenas para que se divisassem nas Costas da Andaluzia as suas velas⁷¹.

De acordo com o polemista castelhano, as mentiras disseminadas pelo duque de Bragança divulgavam a imagem de um Portugal unido sob sua obediência e, por esse meio, colocavam em risco todas as demais fidelidades ao rei católico. Os impressos que inspiravam um tal desarranjo atravessavam as fronteiras luso-espanholas, mas também as da Catalunha sublevada, e eram igualmente publicados em Paris. No fim das contas, nesse terreno, os insurretos não faziam mais do que dar continuidade ao estratagema do inimigo francês, para quem, graças à orientação do cardeal de Richelieu, primeiro-ministro de Luís XIII, tudo tinha sido “envolver maliciosamente em erros, e labirintos obscuros os Príncipes confinantes, e vassalos alheios”⁷². Em 1642, Adam de la Parra denunciava nos movimentos publicísticos catalão e português um prolongamento perigoso da atividade editorial sustentada por Richelieu, “com gazetas, diários, e sinistras relações”⁷³, que era preciso enfrentar antes que fosse tarde demais, e com as mesmas armas. Não sabemos se o padre Mascarenhas que ele toma como adversário é o mesmo de que examinamos aqui a viagem e as publicações, mas foi graças à sua embaixada que se formaram os primeiros elos entre esses dois *fronts* panfletários que, segundo o *Apologetico*, a França havia erguido contra o coração da monarquia hispânica.

71 PARRA, *op. cit.*, p. 4v: “El todo del Rebelde, del Tirano pedia de desmayar al pueblo Portugues, y de q se creyesse en Castilla, que alli era constante la obediencia al Tirano, y acà dudosa a su Rey, y señor natural: y esta mentira esparcida en el confin, hazia mas brecha que si se emprendiesse à viva fuerça: mas daño los desalientos, que el estrepito de las armadas y tropas que hizo Vergança traer engañando à sus amigos, solo para que se divisassen en las Costas de Andaluzia sus velas”.

72 *Ibid.*, p. 1v: “todo ha sido enlaçar maliciosamente en errores, y laberintos obscuros los Principes confinantes, y vassallos agenos”.

73 *Ibid.*, *loc. cit.*: “con gazetas, diarios, y siniestras relaciones”.

Referências

- ADEMOLLO, Alessandro. *La questione delle indipendenza portoghese a Roma dal 1640 al 1670*. Firenze: Gazzetta d'Italia, 1878.
- ALBUQUERQUE, Martim de. *A consciência nacional portuguesa: ensaio de história das idéias políticas*. Lisboa: [s.n.], 1974.
- ALMEIDA, Gregorio de. *Restauração de Portugal Prodigiosa*. Lisboa: Antonio Alvarez, 1643.
- ARREDONDO, María Soledad. *Literatura y propaganda en tiempo de Quedo: guerras y plumas contra Francia, Cataluña y Portugal*. Madrid: Iberoamericana, 2011.
- BARBOSA MACHADO, Diogo. *Bibliotheca Lusitana, Historica, Critica e Cronologica*. Lisboa: Ignacio Rodrigues, 1747. t. II.
- BATLLORI, Miquel. Los jesuitas y la guerra de Cataluña: 1640-1659. In: BATLLORI, Miquel; PERALTA, Ceferino (ed.). *Baltasar Gracian en su vida y en sus obras*. Zaragoza: Institución "Fernando el Católico", 1969. p. 189-223.
- BOCAGE, Carlos Roma du. *Subsídios para o estudo das relações exteriores de Portugal em seguida à Restauração (1640-1649)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1916. v. I.
- BORGES, António Antunes. Provisão dos bispados e concílio nacional no reinado de D. João IV. *Lusitania sacra*, n. II, p. III-219, 1957.
- BOUZA, Fernando. *Comunicación, conocimiento y memoria en la España de los siglos XVI y XVII*. Salamanca: Seminario de estudios medievales y renacentistas, 1999.
- BOUZA, Fernando. *Papeles y opinión: políticas de publicación en el Siglo de Oro*. Madrid: CSIC, 2008.

BOUZA, Fernando. Pour les sens : toucher, goûter, voir et écouter l'écrit. In: BOUZA, Fernando. *Hétérographies: formes de l'écrit au Siècle d'Or espagnol*. Madrid: Casa de Velázquez, 2010.

BRAZÃO, Eduardo. *A missão a Roma do bispo de Lamego*. Coimbra: Coimbra Editora, 1947.

BUESCU, Ana Isabel. Um mito das origens da nacionalidade: o milagre de Ourique. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (ed.). *A memória da nação: Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia realizado na Fundação Calouste Gulbenkian*, 7-9 outubro, 1987. Lisboa: Sá da Costa, p. 49-69, 1991.

CAMENIETZKI, Carlos Ziller. *O Paraíso proibido: a censura ao paraíso brasileiro, a Igreja portuguesa e a Restauração de Portugal entre Salvador, Lisboa e Roma*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.

CASASSA, Michele. La Compagnia di Gesù. In: SIGNORELLI, Bruno; USCELLO, Pietro (a cura di). *La Compagnia di Gesù nella Provincia di Torino dagli anni di Emanuele Filiberto a quelli di Carlo Alberto*. Torino: Società Piemontese di Archeologia e Belle Arti, 1998.

CASONI, Filippo. *Annali della Repubblica di Genova del secolo decimo settimo*. Genova: Stamperia Casamara, 1800. t. v.

CASTILLO GOMEZ, Antonio (comp.). *Escribir y leer en el siglo de Cervantes*. Barcelona, Gedisa, 1999.

CASTILLO GOMEZ, Antonio. *Entre la pluma y la pared: una historia social de la escritura en los Siglos de Oro*. Madrid: Akal, 2006.

CHARTIER, Roger. Du rituel au for privé : les chartes de mariage lyonnaises au XVII^e siècle. In: CHARTIER, Roger (dir.). *Les usages de l'imprimé (XV^e-XIX^e siècle)*. Paris: Fayard, 1987. p. 229-251.

CHARTIER, Roger. *Lectures et lecteurs dans la France d'Ancien Régime*. Paris: Seuil, 1987.

CHARTIER, Roger. *Stratégies éditoriales et lectures populaires (1530-1660)*. In: CHARTIER, Roger; MARTIN, Henri-Jean (dir.). *Histoire de l'édition française*. 2^e éd. Paris: Fayard; Promodis, 1989. t. I (Le livre conquérant: du Moyen Age au milieu du XVII^e siècle), p. 698-721.

CIDADE, Hernani. *A Literatura Autonomista sob os Filipes*. Lisboa: Sá da Costa, 1948.

COSENTINO, Giuseppe. Potere religioso e potere politico nella Repubblica di Genova (secc. XVI e XVII). In: DI NOVI, Cesare Cattaneo Mallone. *La storia dei genovesi: atti del Convegno di studi sui ceti dirigenti nelle istituzioni della Repubblica di Genova*. Genova: Associazione nobiliare ligure, 1986. v. VI, p. 281-321.

COSTA, Luciano Cesar da. *Teatro do mundo: embaixadores, diplomacia e Relações Internacionais na Restauração Portuguesa (1640-1668)*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2019.

COSTANTINI, Claudio. *La Repubblica di Genova nell'età moderna*. Torino: UTET, 1978.

FERLAN, Claudio. *La Historia Domus, strumento di conoscenza e di governo nella Compagnia di Gesù delle origini: la gestione del conflitto confessionale al confine austroveneto (secoli XVI-XVII)*. Disponível em: <https://www.academia.edu/8751689>. Acesso em: 20 jul. 2022.

GONZÁLEZ PEIRÒ, María Rosa. Los predicadores y la revuelta catalana de 1640. Estudio de dos sermones. In: Primer Congrès d'Historia Moderna de Catalunya. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1984. v. 2, p. 435-443.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945. t. v.

MASCARENHAS, Inácio. *Relaçam do successo que o padre mestre Ignacio Mascarenhas da Companhia de JESU teve na jornada, que fez à*

Catalunha, por mādado de S. M. elRey Dom Joam o IV nosso Senhor aos 7 de Janeiro de 1641. Lisboa: Oficina de Lourenço de Anveres, 1641.

MARQUILHAS, Rita. *A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII.* Lisboa: INCM, 2000.

MITCHELL, Andrew. “Por Dios, por Patria”: the Sacral Limits of Empire as seen in Catalan Political Sermons, 1630-1641. In: ANDRADE, Tonio; REGER, William (ed.). *The Limits of Empire: European Imperial Formations in Early Modern World History – Essays in Honor of Geoffrey Parker.* Farnham: Ashgate, 2013. p. 11-31.

O’NEILL, Charles E.; DOMINGUEZ Joaquin M. (dir.). *Diccionario histórico de la Compañía de Jesús: biográfico-temático.* Roma: Institutum Historicum; Madrid: Universidad Pontificia Comillas, 2011.

PARRA, Juan Adam de la. *Apologetico contra el tirano y rebelde Verganza, y conjurados, arzobispo de Lisboa, y sus parciales, en respuesta a los doze fundamentos del padre Mascareñas.* Zaragoza: por Diego Dormer, 1641.

PÉREZ SAMPER, Maria Àngel. *Catalunya i Portugal el 1640: dos pobles en una cruïlla.* Barcelona: Curial, 1992.

PRESTAGE, Edgar (ed.). *Relação da Embaixada do Padre Mestre Inácio Mascarenhas à Catalunha em 1641.* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.

RAFFO, Giuliano. I Gesuiti a Genova nei secoli XVII e XVIII: storia della Casa Professa di Genova della Compagnia di Gesù dall’anno 1603 al 1773. *Atti della Società ligure di storia patria*, Gênova, Nuova Serie (CX) XXXVI, Fasc. I, p. 151-429, gen./giu. 1996.

RECUEIL des Gazettes, nouvelles, relations, extraordinaires, et autres recits des choses avenues toute l’année mil six cent quarante-un. Par Theophraste Renaudot Conseiller & Médecin du Roy, Commissaire général des

pauvres, Maistre & Intendant général des Bureaux d'Adresse de France. Paris: Au Bureau d'Adresse, 1642.

RODRIGUES, Francisco. *História da Companhia de Jesus na assistência de Portugal*. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1944. t. III, v. I.

SCHIAFFINO, Agostino. *Memorie di Genova (1624-1647), a cura di Carlo Cabella*. Disponível em: <http://www.quaderni.net/WebCAB/164I.htm>. Acesso em: 24 jul. 2022.

SILVA, Innocencio Francisco. *Diccionario bibliográfico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859.

TORGAL, Luis Reis. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1981-1982. 2 v.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. *História das Lutas com os Holandeses no Brasil desde 1624 até 1654*. Vienne: [s.n.], 1871.

VITALE, Vito. *Breviario della Storia di Genova: lineamenti storici ed orientamenti bibliografici*. Genova: Società Ligure di Storia Patria, 1955.

WAGNER, Mafalda de Noronha. *A Casa de Vila Real e a conspiração de 1641 contra D. João IV*. Lisboa: Colibri, 2007.

XAVIER, Ângela Barreto. Fr. Miguel da Purificação, entre Madrid y Roma: relato del viaje a Europa de un franciscano portugués nacido en la India. *Cuadernos de Historia Moderna*, Anejo XIII: La memoria del mundo: clero, erudición y cultura escrita en el mundo ibérico (siglos XVI-XVIII), p. 87-110, 2014.

XAVIER, Ângela Barreto. Itinerários franciscanos na Índia seiscentista, e algumas questões de história e de método. *Lusitania Sacra*, 2ª série, n. 18, p. 87-116, 2006.

CAPÍTULO XII

Antônio de Sousa de Macedo

Teoria e prática da diplomacia na época da Restauração

Rodrigo Ricupero

Pierre Renouvin, na “Introdução geral” da *História das relações internacionais*, de 1953, destacava os vários pontos de vista utilizados pelos historiadores nos estudos sobre as relações internacionais. Para Renouvin, a concepção tradicional partia das relações entre os governos, buscando construir uma explicação dessas relações por meio dos interesses políticos dos Estados, ao mesmo tempo que procurava conhecer os atos daquelas personagens que haviam atuado no campo diplomático. Essa história teria assim uma predileção pelo papel desempenhado pelos indivíduos, valorizando “os pontos de vista pessoais destes homens, de seus caracteres, de suas habilidades ou de seus erros”, ficando dessa forma limitada ao próprio horizonte das chancelarias.

Em contrapartida, as então novas tendências optavam por orientação totalmente distinta, destacando mais as relações entre os povos que entre os governos. Renouvin lembrava que essa nova orientação, por sua vez, se dividia em duas linhas. A primeira procurava

no meio geográfico, nas condições de vida material, nas estruturas econômicas, ou seja, nas forças subjacentes e nos movimentos profundos a explicação para a história das relações entre os Estados; desse modo, pouco importariam “os incidentes espetaculares ou os acidentes que formam a trama habitual da história diplomática”, que seriam, citando Braudel, simples “agitação na superfície”.

A segunda linha não acreditava que as condições econômicas e sociais desempenhassem tal predominância na relação entre os povos, tanto que, para autores como Federico Chabod, “as grandes forças da história são os sentimentos, as paixões coletivas”. Daí a necessidade de conhecer as “reações mentais e os estados de alma” que condicionariam a própria ação dos agentes históricos.

Para Renouvin, cada uma dessas tendências encerraria apenas uma parte da verdade e, dessa forma, se a história diplomática “crê na influência primordial dos homens”, não se deve, contudo, perder de vista “que os limites dentro dos quais se exerce sua ação, são traçados pelo jogo de forças profundas”. Tal risco, para Renouvin, seria amplificado pela abundância das fontes diplomáticas, que permitiriam conhecer até os banais incidentes, assim “os informes, que dão os detalhes, dia a dia, omitem frequentemente a investigação das causas” e mesmo no século XIX seria frequente que a “grande política” fosse vista pelos agentes diplomáticos “muito por cima” das contingências das “forças profundas”, daí o erro de certos historiadores seria acreditar que para o estudo das relações internacionais bastariam os documentos diplomáticos¹.

Não pretendemos neste trabalho fazer uma reflexão mais aprofundada sobre a história das relações internacionais ou da história da diplomacia. Entretanto, acreditamos que as observações de Renouvin podem nos ajudar a compreender as reflexões sobre a

1 RENOUVIN, Pierre. *História de las relaciones internacionales*. Madrid: Aguilar, 1927, v. I, p. IX et seq. 4 v.

diplomacia e as relações internacionais desenvolvidas por Antônio de Sousa de Macedo em meados do século xvii.

Antes de avançarmos, porém, parece-nos pertinente apresentarmos um pequeno esboço biográfico de Antônio de Sousa de Macedo. Nascido em 1606, seguiu a carreira jurídica, com estudos em Coimbra, tendo paralelamente começado, de forma precoce, uma carreira como escritor, publicando, em 1631, *Flores de España, Excelencias de Portugal*, e, em 1640, o poema *Ulyssipo*, obras de exaltação de Portugal². Sousa de Macedo deixou enorme produção, entre livros publicados e trabalhos inéditos, escrita em português, castelhano e latim, sobre assuntos diversos, com destaque para as questões políticas do tempo da Restauração³.

O golpe de 1º de dezembro de 1640, com a aclamação de D. João iv, acabaria também alterando a vida de Sousa de Macedo, que rapidamente se colocou a serviço da independência de Portugal, sendo já no começo de 1641 nomeado secretário da embaixada de D. Antão de Almeida e do Dr. Francisco de Andrade Leitão à Inglaterra, que resultaria no Tratado de 1642⁴. Desse período é a sua exposição, escrita em latim, sobre os direitos de D. João iv para o governo inglês, que teria facilitado, segundo Carlos du Bocage, o êxito da embaixada⁵. Com a volta dos embaixadores, Sousa de Macedo acabou por

2 CIDADE, Hernani. *A Literatura autonomista sob os Filipes*. Lisboa: Sá da Costa, 1950, p. 127, p. 200.

3 Sobre a produção literária de Sousa de Macedo, ver, além das obras citadas na nota 10, MACHADO, Barbosa. *Bibliotheca Lusitana* [1741]. Coimbra: Atlântida, 1965, v. 1, p. 399. 4 v.

4 Todos os tratados citados neste texto podem ser vistos no Tomo I da obra de CASTRO, Visconde de Borges de. *Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos celebrados entre a Corôa de Portugal e as mais potências desde 1640*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1856-1858, 8 v., continuada, com inúmeros documentos complementares, por BIKER, Julio. *Suplemento à Collecção dos Tratados....* Lisboa: Imprensa Nacional, 1872-1880, 24 v.

5 Sousa de Macedo, aliás, publicaria pelos prelos londrinos diversos trabalhos no período em que residiu na cidade, incluindo, nas palavras de Prestage, um

permanecer na Inglaterra, na qualidade de “residente”, até 1646, período em que se envolveu em vários episódios dos primeiros anos da revolução inglesa, colaborando com a causa realista, inclusive servindo de intermediário da correspondência entre Carlos I e a rainha, então exilada no continente⁶.

Após um período em Portugal, Sousa de Macedo seria enviado à Holanda em 1650, agora como embaixador, substituindo Francisco de Sousa Coutinho, para tentar negociar uma acomodação com os holandeses às vésperas do final da trégua dos 10 anos. A tarefa era das mais difíceis, pois, ainda que a trégua, acordada em 1641, nunca tenha sido respeitada no ultramar, as vitórias militares portuguesas em Pernambuco e em Angola no final da década tinham colocado a Companhia das Índias Ocidentais à beira da ruína, o que, por sua vez, motivou que as exigências holandesas para um acordo fossem enormes, inviabilizando assim o tratado de 1648 negociado por Sousa Coutinho, mas rejeitado por Portugal⁷. Os holandeses, portanto, acusavam Sousa Coutinho de os ter enganado, aceitando uma negociação que teria contribuído apenas para evitar o envio de reforços para o Brasil, o que, na visão deles, teria facilitado as vitórias portuguesas. O resultado dessa hostilidade seria o fracasso da missão de Antônio de Sousa de Macedo.

“*magnum opus*” sobre a defesa dos direitos de D. João IV, intitulado *Lusitania liberata ab injusto Castellorum dominio*.... PRESTAGE, Edgar. *As relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda de 1640 a 1668*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928, p. 110. Ainda de BOCAGE, Carlos Roma du. *Subsídio para o estudo das relações exteriores de Portugal em seguida à Restauração*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1916, p. 86.

6 Sobre a atuação diplomática de Sousa de Macedo na Inglaterra, ver: PRESTAGE, *op. cit.*, p. 109 *et seq.*; *Id.*, *O Dr. Antônio de Sousa de Macedo, residente de Portugal em Londres (1642-1646)*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1916, (Separata do Boletim da Segunda Classe).

7 Sobre o tema, além da obra de PRESTAGE. *As relações, op. cit.*, p. 233, ver o livro de MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

A conjuntura do começo da década de 1650 era para Portugal das mais dramáticas, além da continuação da guerra com a Espanha e do conflito aberto com a Holanda, uma nova ameaça se colocava. A vitória da República na Inglaterra, em 1649, levaria ao poder o agressivo governo de Cromwell, que procuraria aproveitar a situação portuguesa em seu favor, vingando-se ainda do apoio português à causa realista⁸.

Assim, Antônio de Sousa de Macedo, de volta a Portugal, após o fracasso das negociações com os holandeses, se envolveria nas negociações com os ingleses. Sousa de Macedo era nessa altura o melhor conhecedor da situação inglesa em Portugal, mas, se sua atuação a favor da causa do rei deposto inviabilizava seu nome como embaixador, ela não impediria que, na condição de conselheiro da Coroa, Sousa de Macedo tivesse importante participação nas negociações que levaram à assinatura do Tratado de 1654 com Cromwell.

Dentro dos limites deste trabalho, são esses anos das décadas de 1640 e 1650 que aqui nos interessam, especialmente para avaliarmos as reflexões de Sousa de Macedo sobre a diplomacia da época. No entanto, não podemos deixar de lembrar que o golpe palaciano que pôs fim à regência da rainha D. Luísa, viúva de D. João IV, entregando o poder formalmente a D. Afonso VI, mas na prática ao Conde de Castelo Melhor, permitiria que Sousa de Macedo, partidário do conde, assumisse o importante posto de secretário de Estado. Sua queda em 1667, em um episódio nebuloso, após um atrito com a rainha Maria Francisca, em que Sousa de Macedo correu o risco inclusive de ser assassinado, pode ser entendida como um primeiro movimento de um novo golpe palaciano, que daria o poder (e a esposa) de D. Afonso VI – destituído e preso – ao irmão, o futuro D. Pedro II de Portugal⁹. Tal mudança encerraria a carreira política

8 Sobre as relações com a Inglaterra, ver as obras já citadas nas notas anteriores.

9 Sobre o episódio ver, por exemplo, os relatos contemporâneos dos acontecimentos publicados por PERES, Damião. *Monstruosidades do tempo e da fortuna*.

de Sousa de Macedo, que permaneceria excluído dos círculos do poder até sua morte em 1682¹⁰.

Desse modo, entre acidentes e incidentes vividos em Londres, na Corte de Carlos I, nos primeiros anos da revolução inglesa, em Haia, negociando com o governo das Províncias Unidas em meio à revolta contra o domínio holandês no Brasil ou, ainda, em Lisboa, durante a guerra da Restauração contra a Espanha, Antônio de Sousa de Macedo, mesmo convivendo com reis e grandes personagens, reconhecia as limitações dos agentes diplomáticos e não deixou de refletir nos seus textos, como veremos, sobre a importância para a ação diplomática das questões mais estruturais ou, ainda, dos sentimentos e paixões dos povos.



As enormes dificuldades enfrentadas pela monarquia hispânica no século xvii, para impedir a ascensão da França, aliada à incapacidade de derrotar a “rebelião” dos holandeses e à rivalidade com a

Porto: Machado, 1938-1939, v. I, p. 26, 4 v., e por CASTELO BRANCO, Camilo. *Vida d'el-Rei Affonso vi* (pós 1684). Porto: Chardron, 1873, especialmente os capítulos VIII e IX, este especialmente hostil a Sousa de Macedo. Ver, ainda, BRAZÃO, Eduardo. Apresentação. In: MACEDO, Antonio de Sousa de. *D. Afonso vi*. Porto: Civilização, 1940, p. 9-24; DÓRIA, António Álvaro. *A Rainha D. Maria Francisca de Sabóia*. Porto: Civilização, 1944, p. 160 *et seq.*, e, para uma visão mais recente sobre o assunto, XAVIER, Ângela Barreto; CARDIM, Pedro. *D. Afonso vi*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, p. 233-274.

- 10 A biografia de Sousa de Macedo, aqui apenas esboçada, pode ser vista nos seguintes trabalhos: CIDADE, Hernani. Macedo, Dr. António de Sousa de. In: SERRÃO, Joel. *Dicionário de história de Portugal*. Porto: Figueirinhas, v. IV, 1984, p. 112, 6 v.; BRAZÃO, *op. cit.*; TORGAL, Luís Reis. *Ideologia política e Teoria do Estado na Restauração*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1981-1982, v. II, p. 300, 2 v.; SILVA, Pedro José Barbosa da. *António de Sousa de Macedo: diplomata, conselheiro da fazenda, secretário de Estado*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015.

Inglaterra colocariam sua hegemonia na Europa em questão. Tal situação se agravaria na conjuntura da Guerra dos Trinta Anos, com seguidas derrotas militares, e ainda com diversas revoltas em seus domínios – Catalunha e Portugal, ambas em 1640, seguidas pelas revoltas na Sicília e em Nápoles na mesma década – acabariam por configurar a chamada “decadência” espanhola¹¹.

Nesse contexto, o golpe de 1º de dezembro de 1640 em Lisboa, seguido pela aclamação de D. João IV, daria início à longa luta pela Restauração da independência de Portugal, que só terminaria com o reconhecimento da independência pela Espanha em 1668. A rápida e relativamente fácil aclamação da nova dinastia por todo o reino e praticamente por todo o Império, com exceção de Ceuta, confirmava o amplo descontentamento com o domínio espanhol; contudo, a aparente facilidade dos primeiros momentos não eliminava as enormes dificuldades da luta que seria travada, seja nos campos de batalha, seja na arena diplomática, e, em vários momentos, Portugal parecia prestes a sucumbir como Estado autônomo¹².

Inicialmente a primeira tarefa posta era preparar a guerra contra a Espanha nas fronteiras e a defesa das conquistas ultramarinas, particularmente atacadas pelos holandeses no Oriente e no Ocidente. Para tanto, era necessário reorganizar o exército e reconstruir uma

11 Entre os títulos da vastíssima bibliografia, indicamos, como síntese do período, os clássicos de PARKER, Geoffrey. *Europa en crisis*. Madrid: Siglo XXI, 2017, e de ELLIOTT, J. H. *Richelieu y Olivares*. Barcelona: Crítica, 1984, e, ainda, em especial para a monarquia espanhola, a obra coletiva de DOMINGUEZ ORTIZ, Antonio *et al.* 1640: la monarquia hispánica en crisis. Barcelona: Crítica, 1992.

12 Sobre o tema ver a síntese de GODINHO, Vitorino Magalhães. 1580 e a Restauração. In: *Id.*, *Ensaíos*. Lisboa: Sá da Costa, 1968, p. 255-292, v. II; o clássico trabalho de FRANÇA, Eduardo d'Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997, e, entre outros, os estudos mais recentes de VALLADARES, Rafael. *La rebelión de Portugal*. Valladolid: Junta de Castilla y León, 1998 e de BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal no tempo dos Filipes*. Lisboa: Cosmos, 2000. Por fim, a síntese mais recente de HESPANHA, Antonio M. *As faces de uma revolução. Penélope*, v. 9-10, p. 7-16, 1993.

força naval, o que exigia um enorme esforço para superar as dificuldades financeiras.

A questão seria explicitada já nas primeiras Cortes do Reino em janeiro de 1641, quando, em um capítulo apresentado a D. João IV, os nobres lembravam ao monarca a velha máxima, “A fazenda não é somente o nervo da guerra, mas também o fundamento com que se sustenta o reino, assim na guerra, como na paz”, e concluíam que “para aumento e conservação da fazenda deste reino, o mais importante meio é o do comércio por mar e terra”, instando D. João IV a mandar abrir o comércio “por mar com todas as nações estrangeiras, pois nenhuma é inimiga desta Coroa” e por terra com Castela¹³ quando fosse possível, favorecendo, ainda, “a praça dos homens de negócio”, com “os favores que forem justos” para que se tornasse à época em que “nela havia mais de cinquenta milhões de ouro, com que se enriqueciam as alfândegas e se achavam nelas prontos os socorros necessários de dinheiro”¹⁴.

D. João IV obviamente não discordava dessas ideias e, em sua resposta, afirmou que “com todas as nações do Norte está aberto o trato e o comércio por mar”, possivelmente se reportando a uma provisão, assinada poucos dias antes, em que concedia licença aos

13 Na época era comum a utilização do termo Espanha para designar o conjunto da península Ibérica, com seus vários reinos, contrapondo-se, portanto, então o Reino de Portugal ao Reino de Castela e não à Espanha. Neste trabalho, exceto na citação de fontes da época, optamos por utilizar o termo Espanha, entendida como o conjunto de domínios submetidos à chamada monarquia hispânica na península Ibérica, dentre os quais o Reino de Castela era o mais importante, além de ser a sede da Corte.

14 *Auto das Cortes que fez aos três Estados do Reino El-Rei Dom João IV, na cidade de Lisboa, a 29 de janeiro de 1641* apud SILVA, José Justino de Andrade e. *Collecção chronologica da legislação portugueza*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1856, v. VI, p. 46-47. Sobre as Cortes, ver, ainda, CARDIM, Pedro. *Cortes e cultura política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: Cosmos, 1998.

estrangeiros de “qualquer nação” o comércio em Portugal¹⁵ e ao fato de que os embaixadores que naquele momento estavam partindo para França, Inglaterra, Holanda, Dinamarca e Suécia tinham também como objetivo incentivar as relações comerciais com Portugal, resguardando-se, contudo, o exclusivo do comércio com os domínios ultramarinos¹⁶.

Se o florescente comércio português que se desenvolvera a partir do final do século xv, graças às descobertas marítimas, às novas rotas marítimas abertas e aos gêneros importados das mais variadas regiões, tinha transformado Lisboa em um dos maiores entrepostos comerciais do mundo, sustentando ainda o esplendor da monarquia portuguesa na primeira metade do século xvi, em especial nos gloriosos anos do reinado de D. Manuel, agora, após os sessenta anos de governo espanhol, toda essa articulação mercantil, estruturada no domínio imperial, estava em risco de se perder completamente para os holandeses, que vinham impondo uma série de derrotas aos portugueses em todo o mundo¹⁷.

15 SILVA, *op. cit.*, p. 47, p. 87. A *Provisão régia concedendo liberdade de comércio* de 21 de janeiro de 1641, aqui referida, é dirigida especialmente aos súditos das Províncias Unidas (Holanda), mas depois seria incorporada ao Tratado com a Inglaterra de 1642 e, de uma forma ou de outra, foi estendida às demais nações europeias.

16 Nas instruções dadas em 29 de setembro de 1643 por D. João iv ao Dr. Luis Pereira de Castro, enviado em missão diplomática à França, o monarca explicava: “é muito apetecido pelos estrangeiros poderem ir as conquistas desta Coroa, e porque a conservação delas consiste em lá não passar nenhum, com qualquer pretexto ... e por esta razão se proibiu por tantas e tão apertadas leis pelos reis meus predecessores; se nisto se vos falar, e se vos pedir dispensação [sic], ou derrogação destas leis, por algum dos príncipes, não vireis nela em nenhuma forma”: COELHO, Laranjo. *Cartas de El-rei D. João iv ao Conde da Vidigueira (Marquês de Niza) embaixador em França*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1940, v. 1, p. 79, 2 v.

17 Ver sobre o tema a síntese de BOXER, Charles. *O Império Colonial Português*. Lisboa: Edições 70, 1981, p. 117-135, em seu capítulo “A luta global com os holandeses (1600-1663)”.

Não por acaso uma das principais críticas ao domínio espanhol era o abandono das conquistas portuguesas aos inimigos, exemplificado, entre outros fatos, pela “Trégua dos doze anos” (1609-1621) entre Espanha e a Holanda, afinal o Rei da Espanha, “aplicando o cuidado a outros Reinos, não tratava desse, mais que para o desfrutar. Tanto mostrou sempre, que lhe não davam cuidado nossas coisas”; assim, ao negociar “tréguas com os holandeses, as assentou da linha [do Equador] para o Norte, deixando fora delas o que fica para o Sul, onde cai o principal de nossas conquistas”¹⁸.

Daí o curioso saudosismo dos bons tempos do comércio português exposto na argumentação da nobreza nas Cortes de 1641, vista acima, e da defesa dos homens de negócio, ainda mais surpreendente, apresentada pelos nobres, que sugeriam ao monarca que esse os devia “conservar e aumentar” com favores justos, em busca da retomada da prosperidade perdida, fundamental para sustentar o Reino¹⁹. A nobreza apresentava, ainda, uma curiosa reflexão sobre as relações comerciais com Castela, para eles “as principais fazendas, como são as drogas [e] as roupas da Índia, o pano de linho e linhas” de Portugal “não tem outro consumo senão em Castela e de lá nos há de vir patacas, dobrões, barras de ouro e prata, perolas, esmeraldas e outras mercadorias para o emprego da Índia e conquistas”²⁰. Tal reflexão, ainda que muito parcial, indicava, contudo, a consciência da articulação, por um lado, entre o comércio europeu

18 *Manifesto do Reino de Portugal* (1641). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1924.

19 A importância do comércio, em especial ultramarino, e a defesa dos grupos mercantis para a independência de Portugal, também é exposta na época pelo famoso jesuíta, padre Antônio Vieira, que para tanto não apenas defendia a criação de companhias de comércio, mas também a proteção dos grupos mercantis cristãos-novos. Ver: CARDOSO, José Luís. O pensamento económico na época da Restauração. *Penélope*, v. 9-10, p. 135-150, 1993; GRAHAM, Thomas R. *The Jesuit Antonio Vieira and his plans for the economic rehabilitation of seventeenth-century Portugal*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1978, p. 63.

20 *Auto das Cortes*, *op. cit.*

e o império e, por outro, da riqueza mercantil com a manutenção do Reino e do próprio Império.

Assim, em uma espécie de círculo vicioso, os recursos imprescindíveis para sustentar a guerra da independência (e do próprio Estado português) viriam, em maior ou menor medida, do comércio ultramarino, que, por sua vez, exigia também enormes recursos para ser defendido. A guerra da Restauração, nesse sentido, era também uma guerra mundial²¹. No entanto, já nos últimos tempos da União Ibérica, em virtude das perdas sofridas no Oriente, era, na expressão de Oliveira França, “o comércio do açúcar que compensava os dissabores orientais”²². Na mesma altura, para Charles Boxer, “exceção feita de alguns visionários e fanáticos, via-se claramente que o império português da Ásia era coisa do passado”²³.

Tal opinião já era exposta por vários autores da época, como, por exemplo, em um parecer escrito no início da década de 1650, que explicava assim a questão: “por que hoje nem temos Índia, e ainda que a tenhamos não é ela a que nos há de sustentar”²⁴. O Brasil, ao contrário, continua o mesmo autor, “sustenta os ricos com os quotidianos comércios”, os pobres que para lá vão com “o agasalho que lhes dão os lucros que nele alcançam” e ainda sustenta os que ficam em Portugal com o resultado do trabalho que “aplicam aos frutos de lá trazidos e dos que resultam das manufaturas que deste reino para lá se levam”. Mantinha ainda os fidalgos e ministros com

21 Sobre esse sentido global da guerra, ver BOXER, *op. cit.*, p. 117 e, especialmente, SCHWARTZ, Stuart. Prata, açúcar e escravos: de como o império restaurou Portugal. *Tempo*, v. 12, n. 24, p. 201-223, 2008, p. 220.

22 FRANÇA, *op. cit.*, p. 398.

23 BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973, p. 191.

24 Infelizmente a cópia conhecida do documento não traz o nome do autor, nem a data, mas seguramente era o autor um observador privilegiado, tendo estado inclusive na Holanda, e pela referência à guerra entre a Holanda e a Inglaterra, podemos datar o texto entre 1652 e 1654: *Sobre a importância do Brasil*. Biblioteca Nacional de Portugal, Cód. 9860, doc. 31.

“as rendas de seus juros que dos direitos dos ditos frutos se lhes pagam e a mesma coisa com os rendimentos das alfândegas que com ele [o comércio] crescem e tanto que eles tardam esmorecem”. Demonstrando, assim, até com certo exagero, que, diferentemente dos interesses ligados ao Império Oriental, os interesses produzidos pelas relações com o Brasil eram, diretamente ou indiretamente, disseminados por amplos setores da população do Reino²⁵.

Dessa forma, para tal autor, o Brasil era “a melhor coisa que tem Portugal” e dele dependia a conservação do Reino e do próprio Império Oriental; para ele, ainda, no mesmo sentido de exaltação, o Brasil seria “a melhor [parte] que tem achado e descoberto todas as nações da Europa, pois todas elas a cobiçam e anelam a seus comércios”, como castelhanos, holandeses, ingleses, alemães, italianos, franceses, entre outros, os quais se não “podem intentar o Brasil, pelo menos desejam, louvam-no e solicitam associar-se” no comércio²⁶.

A melhor síntese dessa opinião teria sido feita pelo próprio monarca, na famosa frase, atribuída a D. João IV, segundo o qual o Brasil seria sua “vaca de leite”²⁷. Foi, portanto, nesse momento que o Brasil, em que pese a ocupação de Pernambuco e áreas vizinhas, se tornaria o centro dinâmico do Império português e a fonte de recursos fundamentais para a Restauração de Portugal; afinal, nas palavras de Stuart Schwartz: “Obviamente não houve uma causa única para o sucesso político de Portugal, mas a produção e o comércio colonial foram indispensáveis; sem eles, o destino de Portugal teria se assemelhado ao da Catalunha ou de Nápoles”²⁸. Dessa forma,

25 CORTESÃO, Jaime. A geografia e a economia da Restauração [1940]. In: *Id., Teoria geral dos descobrimentos portugueses*. Lisboa: Horizonte, 1984, p. 46-66. Ideia desenvolvida posteriormente por SERRÃO, Joel. *Em torno das condições econômicas de 1640*. Coimbra: [s. n.], 1951.

26 *Sobre a importância, op. cit.*

27 BOXER, *op. cit.*, p. 190.

28 SCHWARTZ, *op. cit.*, p. 223. A ideia de que sem as possessões ultramarinas Portugal fatalmente seria incorporado à Espanha se tornaria um lugar comum

se os recursos financeiros essenciais para sustentar a guerra da Restauração contra Espanha vinham, em maior ou menor medida, do comércio dos produtos ultramarinos, impunham-se, portanto, duas condições fundamentais para a defesa do Reino: a preservação do Império, fonte dos ditos gêneros, e o estabelecimento de relações comerciais com os vários Estados europeus, mercado consumidor desses produtos.

Retornando às Cortes de 1641, se a compreensão que a nobreza tinha da centralidade da abertura do comércio marítimo “com todas as nações estrangeiras” demonstrava uma percepção estratégica correta, a ideia, por outro lado, de que “nenhuma [destas nações] é inimiga desta Coroa”²⁹ expressava certa ingenuidade ou, pelo menos, um excesso de otimismo em relação à facilidade no restabelecimento de relações diplomáticas – e mercantis – com as demais nações.

A independência de Portugal foi, evidentemente, também uma revolução no campo das relações internacionais. Afinal, se era certo que os aliados da véspera agora seriam inimigos, o inverso não era automático e nem todos os inimigos de ontem estavam dispostos a retornar à condição de amigos, ou, pelo menos, não o fariam sem colocar seus próprios interesses em primeiro lugar. Dessa forma, a busca de reconhecimento internacional e de apoios contra a Espanha, dentro do complexo jogo de interesses da política internacional da época, não seria uma tarefa fácil. Afinal, a guerra da Restauração (1640-1668) se desenrolou em um período marcado pela sobreposição de guerras, revoltas e revoluções por toda a Europa, agravada por

entre os grandes quadros da Coroa, como, por exemplo, D. Luís da Cunha ou D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Para uma avaliação comparada dos processos de Portugal e da Catalunha, ver ELLIOTT, J. H. *La rebelión de los catalanes*. Madrid: Siglo XXI, 1977, p. 478-482.

29 *Auto das Cortes*, *op. cit.*

enormes problemas sociais e econômicos, e que ficaria conhecido na historiografia como a “crise geral do século XVII”³⁰.

A rivalidade com a Espanha, portanto, não bastava para Portugal conseguir o apoio das potências rivais. Era preciso lidar com os interesses dessas, que também podiam se alterar em virtude, por exemplo, de um tratado de paz ou do começo de uma guerra, como no caso da França, ou, ainda, de disputas internas, como a Revolução Inglesa, que modificavam, assim, o curso das negociações. Além disso, as negociações diplomáticas eram ainda constantemente afetadas por eventos concretos; derrotas ou vitórias militares na Europa ou no ultramar alteravam, por exemplo, no caso com a Holanda, o curso das conversações, aumentando ou diminuindo as exigências que eram negociadas nos tratados ou, ainda, anulando os acordos feitos.

Foi, portanto, nesse emaranhado de interesses divergentes e de conflitos militares que a reconstituída diplomacia portuguesa – aqui pensada tanto em termos de orientação estratégica, como de formação de quadros – teve de atuar, buscando garantir as condições para a sobrevivência de Portugal como Estado autônomo³¹ e articulando, ainda, a defesa do Reino na Europa, com a preservação do império; essa, como vimos, central para fornecer os recursos financeiros, via comércio, para sustentação do Estado e da guerra.

30 Ver, dentre a vasta bibliografia, PARKER, Geoffrey; SMITH, Lesley (ed.). *The general crisis of the seventeenth century*. 2. ed. London: Routledge, 1997.

31 Para uma visão geral da diplomacia da Restauração, ver SANTARÉM, Visconde de. *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo*. Paris e Lisboa: Aillaud e Academia Real de Ciências, 1842-1876, 18 v.; PRESTAGE, *op. cit.*; BRAZÃO, Eduardo. *A Restauração, relações diplomáticas de Portugal de 1640 a 1668*. Lisboa: Bertrand, [s.d.]; MACEDO, Jorge Borges de. *História diplomática portuguesa: constantes e linhas de força*. Lisboa: Inst. da Defesa Nacional, 1987; MELLO, *op. cit.*; FARIA, Ana Leal de. *Arquitetos da paz, a diplomacia portuguesa de 1640 a 1815*. Lisboa: Tribuna, 2008.

Desse modo, se as possessões espalhadas pelo mundo, em especial o Brasil, com suas articulações mercantis, jogavam, por um lado, a favor da Restauração, por outro, os interesses, especialmente ingleses e holandeses, nesse campo, criavam obstáculos que dificultavam as negociações³². Afinal, como definiu bem Prestage, o apoio recebido contra a Coroa espanhola tinha um custo elevado, e “holandeses e ingleses, sendo essencialmente homens de negócio não faziam favor sem paga”, o que colocaria no centro das negociações com holandeses e ingleses o problema das conquistas e do comércio, obrigando D. João IV, nos tratados diplomáticos, a aceitar perdas territoriais, notadamente no Oriente, e a fazer “em assuntos comerciais, concessões que os seus avós haviam recusado”, mas que ao mesmo tempo garantiriam a preservação do Império e do seu comércio³³.

Isso posto, vejamos agora as reflexões mais teóricas de Antônio de Sousa de Macedo, elaboradas na primeira metade da década de 1650, sobre a questão diplomática em geral, à luz das relações de Portugal com a França, Holanda e Inglaterra, bem como as orientações práticas fornecidas por ele sobretudo para a negociação com os ingleses. Para tanto, vamos nos valer em especial de cinco trabalhos de Sousa de Macedo do período, dos quais quatro foram escritos para orientar a ação diplomática portuguesa³⁴: *Parecer que El Rei*

32 Sobre as negociações dos tratados, em especial no que toca à questão do comércio colonial, ver RICUPERO, Rodrigo. O exclusivo metropolitano no Brasil e os tratados diplomáticos de Portugal com a Inglaterra (1642-1661). *Revista de História (USP)*, v. 176, p. 1-33, 2017.

33 PRESTAGE, Edgar; MELLANDER, Karl. *As relações diplomáticas e comerciais entre a Suécia e Portugal de 1641 a 1670*. Porto: Gama, 1943, p. 18. Sobre a relação entre os grupos mercantis e o governo na Inglaterra no tempo da revolução, ver BRENNER, Robert. *Mercadores y revolución*. Madrid: Akal, 2011.

34 Os três primeiros encontram-se no Códice 51-VI-34 da Biblioteca da Ajuda, intitulado “Papéis vários sobre diferentes matérias”, com o subtítulo “Votos e pareceres de Antônio de Sousa de Macedo que se lhe pediram, sobre negócios vários que se ofereceram”, a partir respectivamente dos fólios 219, 232 v. e 249 v. O primeiro e o terceiro foram transcritos na tese de Pedro José Barbosa da Silva,

me mandou que desse sobre a instrução que o Conde Camareiro-mor havia de levar quando foi por embaixador a Inglaterra, Razões porque parece que não convém a Inglaterra navegarem os seus navios para o Brasil, como se pede³⁵, Interesse dos príncipes e Estados de Europa com Portugal³⁶ e Papel sobre as pazes com os holandeses³⁷.

O quinto, único publicado, é o livro *Armonia política*, dedicado ao herdeiro do trono português, D. Theodosio, que, contudo, faleceria antes de assumir o governo³⁸. Escrito, como o próprio autor explicava, não “só por lição ou só por experiência, mas juntamente pelo que li e pelo que experimentei, nas embaixadas que tive a meu cargo, vi e pratiquei os negócios mais graves” que se enfrentaram na Europa nos onze anos depois da restituição de D. João IV ao trono, período, que Macedo definiria como “anos mais notáveis que muitos séculos”³⁹.

já citada, e aqui, pela facilidade da consulta, serão citados por esse trabalho. O segundo será citado pelo original. Registramos ainda que outra cópia do *Parecer*, com alguma variação, encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Manuscritos da Livraria, 1051, f. 127 *et seq.* Tais instruções devem ter sido escritas entre a volta de Sousa de Macedo da Holanda em 1651 e a partida da embaixada para a Inglaterra em 1652.

35 O único dos quatro documentos que vem datado: Lisboa, 11 de julho de 1654.

36 Pedro da Silva acredita que o *Interesse dos príncipes* teria sido escrito para o “recém-empossado D. Afonso VI”, contudo, parece-nos que o texto foi escrito antes de 1654, portanto, ainda no tempo de D. João IV: SILVA, Antônio de Sousa, *op. cit.*, p. 84.

37 Escrito após o fracassado tratado com a Holanda do final de 1648, portanto, provavelmente de 1649. MACEDO, Antônio de Sousa de. *Papel sobre as pazes com os holandeses*. Biblioteca da Ajuda (BA), Cód. 51-VI-38, f. 76. Trata-se de documento Anônimo, mas cuja atribuição da autoria de Macedo foi dada por Boxer e referendada por MELLO, *op. cit.*, p. 129.

38 A obra foi publicada em Haia na Holanda, 1651, mas aqui citaremos pela edição de Coimbra do século XVIII: MACEDO, Antônio de Sousa de. *Armonia política dos documentos divinos com as conveniências de Estado*: exemplar de príncipes nos gloriosíssimos Reis de Portugal. Coimbra: Antônio Simões Ferreyra, 1737, p. 4.

39 MACEDO, *loc. cit.* Registramos que as citações aqui feitas das obras de Antônio de Sousa de Macedo e de outras fontes do século XVII sofreram, em geral,

Típico *speculum principis*, a obra, escrita a partir do que se convencionou chamar de Razão de Estado católica, procura apresentar uma série de conselhos aos futuros governantes portugueses, a partir das lições da história clássica e portuguesa, articuladas com as ideias defendidas pela Igreja Católica. Assim, nas palavras de Torgal, Sousa de Macedo “estabelece uma ligação profunda e constante entre religião e política”, como o próprio título revela⁴⁰. Assim, dada sua abrangência, a parte de interesse direto para a relação entre os Estados é reduzida, mas, como veremos, ajuda a entender as concepções defendidas por Sousa de Macedo neste campo, expressas nas suas orientações específicas que forneceu para os casos concretos enfrentados pela diplomacia portuguesa⁴¹.

As negociações diplomáticas entre Portugal e as várias potências europeias, entre o golpe de 1640 que deu início à luta pela Restauração e o reconhecimento da independência pela Espanha em 1668, passaram por várias fases, conforme iam se desenvolvendo os enfrentamentos militares na Europa e no ultramar ou ainda as questões internas de cada uma das potências envolvidas. Desse modo, por exemplo, acontecimentos como a queda da monarquia na Inglaterra em 1649 ou a paz entre a França e a Espanha em 1659 obviamente acabavam tendo um impacto nas relações com Portugal.

Aqui, nos limites propostos deste trabalho, não apresentaremos todo o processo diplomático da Restauração, limitando-nos a discutir as negociações de que Antônio de Sousa de Macedo participou mais diretamente na época em que ocupou um papel de destaque na diplomacia portuguesa. Nesse sentido, vamos abordar os casos das

alterações, tanto na ortografia, como na pontuação, procurando facilitar a leitura para ao público não familiarizado com os textos daquela época.

40 TORRAL, *op. cit.*, v. II, p. 187. A obra de Macedo foi analisada por Torgal em vários momentos do seu importante trabalho, em especial no v. II, p. 111.

41 Especialmente na parte terceira, os parágrafos VII - Fortaleza, com os itens: Neutralidade, Ligas, Socorros e Pazos, e VIII - Moderação.

negociações com a Inglaterra e Holanda, sem deixar totalmente de lado o papel da França, pois, ainda que Sousa de Macedo não tenha tomado parte direta nas negociações com os franceses, essa potência ocupou um papel central, em especial até a paz dos Pirineus com a Espanha, em 1659, na política externa portuguesa. Além disso, por um recurso didático, vamos apresentar os casos separadamente, sem seguir uma ordem cronológica, mas, como ficará claro, existia uma profunda conexão entre essas negociações.

Iniciando pelas relações com a França, pode-se dizer que em linhas gerais foi essa de fato a primeira grande aliada da nova dinastia. A monarquia francesa, grande rival da Espanha dos Habsburgos, com a qual disputava a hegemonia na Europa desde o século XVI, entraria em 1635, no contexto da Guerra dos Trinta Anos, novamente em uma guerra aberta com a Espanha; portanto, tinha todo interesse em apoiar ou mesmo fomentar qualquer movimento que viesse a enfraquecer a velha inimiga⁴².

Se a enorme rivalidade com a Espanha e a ausência de pontos de atrito com Portugal, sobretudo no que toca à questão mercantil e às possessões ultramarinas, facilitava a aproximação com a França, isso não transformava a França em uma aliada incondicional. Afinal, essa nunca deixou de explorar a situação em benefício de seus interesses, favorecendo sempre mais a continuidade da guerra do que a obtenção da paz, visando, dessa forma, a enfraquecer a Espanha, alimentando um conflito aberto na Península Ibérica.

Sousa de Macedo, no seu escrito intitulado *Interesse dos príncipes e Estados de Europa com Portugal*, analisaria a situação. Dividindo os vários reinos entre os que a França “ama” ou a “aborrece[m]”, para ele, Portugal estava em “último” entre os primeiros, pois causava

42 Sobre a interferência francesa em Portugal pré-1640, ver CAVALHEIRO, Rodrigues. 1640, *Richelieu e o Duque de Bragança*. Lisboa: Clássica, 1942 e ELLIOTT, *op. cit.*, p. 452 *et seq.* A rivalidade entre França e Espanha em meados do século XVII também pode ser acompanhada na obra de ELLIOTT. *Richelieu, op. cit.*

“dissabor” na França “entender que não estamos tão unidos e prontos a seus interesses”. Após uma avaliação da política francesa, sintetiza: “seu interesse é estar Castela dividida com Portugal, para não se lhe opor; Itália dividida para lhe dar entrada” na península; “Alemanha descontente do imperador para desejar outro governo. Inglaterra e Holanda confusas nas facções para não socorrerem Flandres e Escócia a sua devoção para servir contra Inglaterra”.

Dessa forma, Portugal poderia “obrigá-la ou com fazer guerra aos castelhanos, ou com mostrar que podem vir a concerto com eles”, no sentido de incluir os interesses portugueses em um eventual tratado de paz entre as duas potências. Para Sousa de Macedo tentar uma aliança com a Inglaterra seria o “meio principal”, para conseguir que a França, com “ciúmes” de tal aliança, fizesse “boas obras” a favor de Portugal. Concluindo, Portugal poderia esperar da França “intercessão para com o Papa, mediação e dinheiro em segredo contra os holandeses, contra Castela socorros grandes”⁴³.

A França de fato auxiliou Portugal de várias formas, em especial nos primeiros anos da luta pela independência. No contexto diplomático, como apontado por Sousa de Macedo, os franceses colaboraram com Portugal, tanto em Roma, ainda que sem efeitos práticos no reconhecimento de D. João IV pelo Papa, como em Haia, contribundo, em especial, para a negociação da trégua de dez anos em 1641. A expectativa, contudo, de uma aliança – a liga formal – com a França, que a obrigasse a não encerrar a guerra contra a Espanha sem que os espanhóis reconhecessem a independência de Portugal, jamais foi alcançada, apesar das promessas de Richelieu⁴⁴.

43 MACEDO, Antônio de Sousa de. *Interesse dos príncipes e Estados de Europa com Portugal*. BA, Cód. 51-vi-34, f. 249 v. apud SILVA, Antônio de Sousa, *op. cit.*, p. 123.

44 A França informava aos portugueses que estaria “résolue de prendre soin de ce qui les touche, et de lier leurs intérêts avec ceux de la France si étroitement, qu'elle ne fera pas de difficulté de s'obliger à ne traiter aucun traité avec les espagnols, sans que les portugais y soient compris à leur contentement”: *Mémoire et instruction au signor Saint-Pé, consul de la nation française en Portugal*, 6 de março

Após alguns anos de fracassadas negociações, incluindo o tratado não ratificado de 1655, a insatisfação da Coroa portuguesa era expressa em 1657 na “instrução secreta”, assinada por Afonso VI e dada ao embaixador Francisco de Melo, afinal, depois de descrever os desenganos do apoio francês, “a experiência foi mostrando” que o objetivo da França era “ter Portugal sempre dependente de sua graça, e o que pior é, arriscada a sua conservação”, pois a França “cuida para usar dela [conservação] em preço de suas conveniências, quando chegar a hora de fazer a paz com Castela”⁴⁵.

Tal prognóstico viria a se confirmar, pouco depois, na Paz dos Pirineus de 1659, que encerraria a guerra entre a França e a Espanha. O tratado negociado pelo cardeal Mazarino e por D. Luiz Mendes de Haro, que além de ajustar os interesses diretos das duas potências, procurava também incorporar ao acordo tanto aliados como vassalhos rebeldes dos dois monarcas, deixaria, contudo, por imposição de Filipe IV, de atender os interesses portugueses. No longo artigo 60, os franceses expunham as propostas feitas – e rejeitadas pela Espanha – para o reconhecimento da independência portuguesa. Pelo artigo, os franceses teriam três meses de prazo para enviar um ministro para Lisboa visando a uma acomodação, obviamente inviável, entre Portugal e Filipe IV e, confirmando-se a impossibilidade de tal acordo, a França se comprometia a não dar mais nenhum apoio ou socorro aos portugueses, o que, obviamente, não deve ser entendido ao pé da letra⁴⁶.

de 1641 *apud* SAINT-AYMOUR, Vicomte de Caix de. *Recueil des Instructions donnés aux Ambassadeurs et Ministres de France-Portugal*. Paris: Félix Alcan, 1886, p. xxvii. Ver ainda PRESTAGE. *As relações*, *op. cit.*, p. 2.

45 *Instrução secreta para Francisco de Melo, embaixador de Portugal na Corte de Londres, acerca das negociações de que ia encarregado*, 10 de julho de 1655 [o correto é 1657] *apud* SANTARÉM, *op. cit.*, v. 18, p. 162 e em BRAZÃO, *op. cit.*, p. 242. Ver, ainda, PRESTAGE, *op. cit.*, p. 150 *et seq.*

46 *Tratado definitivo de paz y comercio entre las coronas de España y Francia, comunemente llamado de los Pirineos*, 7 de novembro de 1659 *apud* ABREU Y BERTODANO,

Consequentemente, a França enviaria o Marquês de Chouppes, como embaixador, para informar ao governo português a nova situação que se colocava após a paz com a Espanha⁴⁷. Como esperado, as negociações não foram fáceis e, ainda que algumas hipóteses de ajuste tenham sido formuladas, os portugueses declararam sua disposição de continuar a luta, ainda que sozinhos, contra Espanha, que, por sua vez, agora livre da guerra com a França, também não aceitaria menos que uma capitulação total⁴⁸.

Dessa forma, com a paz dos Pirineus, as relações entre Portugal e França ficaram estremecidas, inclusive com a ausência de troca de embaixadas entre 1661 e 1667⁴⁹. Nem por isso os franceses deixaram de apoiar a causa portuguesa, pois, como apontou Prestage, “sob seu ponto de vista [de Mazarino], aos interesses franceses continha um Portugal autônomo, mas dependente”⁵⁰, da mesma forma que não teria sentido para Portugal um rompimento definitivo com os franceses.

Ainda que não seja por nós conhecida a opinião de Antônio de Sousa de Macedo sobre a política francesa na altura do Tratado dos Pirineus, é possível, analisando seus escritos anteriores, entender o

Joseph Antonio de. *Coleccion de los Tratados de paz... hechos por los pueblos, Reyes y Principes de España*. Madrid: Antonio Marin, 1751, parte VII, p. 114.

47 Sobre essa embaixada, ver PRESTAGE, *op. cit.*, p. 84 *et seq.*, e a documentação publicada em SAINT-AYMOUR, *op. cit.*, p. 49 *et seq.*

48 “Ils me dirent que puisqu'ils n'avoient rien à prétendre du côté du Roi Catholique sans quitter la couronne de Portugal, qu'ils aimoient mieux tout périr, et que s'ils avoient l'exclusion de secours de la France, Angleterre, de Suede et de Hollande, qu'ils en auroient des turcs et que cependant ils se maintiendront bien contre la force d'Espagne, car ce ne seroit pas la première fois que le Portugal ait la guerre contre l'Espagne, qu'ils s'etoient bien maintenus et que depuis vingt années qu'ils sont en guerre, les Castillans ne leur ont point fait du mal”: *Relation de la Mission du Marquis de Chouppes*, 30 de dezembro de 1659 *apud* SAINT-AYMOUR, *op. cit.*, p. 68.

49 MACEDO. *História diplomática*, *op. cit.*, p. 189.

50 PRESTAGE, *op. cit.*, p. 89 e 163.

pensamento dele sobre como Portugal deveria tratar a questão das alianças e das ligas formais com outras potências e dos socorros que poderia esperar dessas potências, inclusive sobre a própria negociação com a França, que, como vimos, vinha se arrastando desde o início da luta pela Restauração.

Na opinião de Sousa de Macedo, expressa no *Interesse dos príncipes*⁵¹, a “conservação dos Estados tem muita conveniência com a assistência dos estrangeiros”, assistência que permitiria a um pequeno Estado igualar “a potência do grande”. Situação que ele exemplificaria com o caso da resistência holandesa ao poder espanhol. Tais auxílios estrangeiros, contudo, “nascem [...] algumas vezes da inclinação, as mais [vezes] do interesse” das potências. Assim, se “os príncipes mandam aos povos, o interesse manda aos príncipes”, e, portanto, caberia aos responsáveis pelos reinos avaliar, como os médicos faziam com os doentes, os vários interesses em jogo, pois “o tratado se deve conformar com a condição daquele com que se negocia”, e a mesma assistência que poderia ser benéfica para um reino, poderia ser prejudicial para outro⁵².

Se as alianças eram vistas de forma positiva, as ligas formais já representavam uma opção perigosa, pois limitavam a liberdade de ação, em especial das potências menores. Assim, por exemplo, nas recomendações feitas na altura das negociações com a Inglaterra de Cromwell, Sousa de Macedo apontava que os ingleses, rompendo com a Holanda, poderiam propor que Portugal também entrasse em guerra aberta com os holandeses, o que deveria ser recusado. Se

51 Obra que apresenta, segundo o autor, “as advertências que com estudo particular colhi de lição varia, ajudada de mais de cinco anos que com grande aplicação tive a meu cargo a embaixada de Vossa Majestade em Inglaterra; aonde, como Empório da Mercância e a Reino de tantas consequências para as matérias de Estado, concorrem não somente mercadores de todo o mundo, mas também ministros dos maiores príncipes”: MACEDO. *Interesse, op. cit.*, p. 123.

52 *Ibid.*, p.122.

essa, contudo, fosse a condição para a paz com a Inglaterra, Sousa de Macedo fazia uma distinção, pois “se quiserem que rompamos por agora, ficando em nosso arbítrio fazermos pazes quando quisermos”, poderia ser útil, pois os ingleses, agradecidos da ajuda dos portugueses, poderiam incluir Portugal em um futuro tratado de Paz com a Holanda, mas “se quiserem que nos obriguemos a não fazer pazes, senão quando Inglaterra as fizer; só consentira eu nisto se Inglaterra fizer uma recíproca conosco contra Holanda”, mas nunca deveria se aceitar tal acordo se a Inglaterra ficasse “desobrigada, para se acordar quando quiser [com a Holanda], deixando-nos na guerra aberta”. Enfim, “a liga havia de ser igual” ou não seria interessante, muito menos “darmos [por ela o] comércio no Brasil, nem outras coisas das que acima ficam reprovadas; porque essa perda não tem justa recompensa”⁵³.

O tema já tinha sido tratado por Sousa de Macedo, de um ponto de vista mais teórico, na *Armonia Política*, defendendo que as ligas “devem-se escusar quanto for possível, porque como os coligados têm fins diversos, cada um se aparta logo que acha seu interesse, desamparando o outro no maior empenho”, o que muitas vezes transformava os aliados em inimigos. Sousa de Macedo entendia que ainda que as ligas “têm maior carranca, que efeito”. Com um reino mais poderoso os inconvenientes eram ainda maiores, pois este “não teme apartar-se, quando lhe convém, e o menos poderoso sempre receia descontentá-lo”, o mais poderoso usaria a liga “como quer, e se é vencedor, fica o menor seu sujeito”. Recomendava ainda que as ligas deveriam ser usadas, como “último remédio”, para a defesa, de preferência com as repúblicas, porque nos “príncipes há mais ocasião de mudança”, concluindo, em certo tom de

53 *Id.*, *Parecer que El Rei me mandou que desse sobre a instrução que o conde Camareiro-mor havia de levar quando foi por embaixador a Inglaterra*. BA, Cód. 51-VI-34, f. 219 apud SILVA. António de Sousa, *op. cit.*, p. 121.

advertência, que os “Reis de Portugal nunca tiveram liga formal”, apenas se valendo de socorros em algumas ocasiões⁵⁴.

Sobre a questão dos socorros, ou, como diríamos, do apoio em recursos materiais, financeiros ou humanos, Antônio de Sousa de Macedo também apresentava algumas considerações que ajudam a entender suas ideias sobre as negociações então em curso. Para ele era “prudência procurá-los, erro pedi-los, engano fiar neles. Procurá-los com destreza, talvez acrescente as forças, sem prejudicar à reputação”, dando como exemplo casos do tempo de D. Afonso Henriques e de D. Afonso II. Não obstante, “pedi-los com instâncias, destrói a estimação, descobrindo a necessidade”, como no caso de D. Afonso V ao rei Luís XI da França. Assim, sugere “solicitá-los com tal indústria, que nem pareçam rogados, nem desagradecidos e que entenda quem os dá, que igualmente faz negócio próprio” e que “se por esta via se não alcançarem, menos se alcançarão por petição humilde”. Arrematando, em um conselho que repetiria em outras ocasiões, a maior vantagem do auxílio em dinheiro do que em soldados, que sempre provocavam problemas⁵⁵.

Dessa forma, se as alianças eram fundamentais para fazer face à ameaça espanhola, era preciso agir com destreza para aproveitar as possibilidades de apoio, explorando os interesses conflitantes das várias potências europeias. E no intrincado contexto europeu do final da década de 1650, paralelamente às negociações de paz entre a França e a Espanha, outro grande evento estava se desenhando, o restabelecimento da monarquia inglesa, o que abriria para Portugal, decepcionado com a política francesa, a possibilidade de estabelecer uma nova aliança, que reforçasse sua posição na luta contra a Espanha, sem necessariamente romper com a França⁵⁶.

54 MACEDO. *Armonia*, *op. cit.*, p. 51.

55 *Ibid.*, p. 51-52. Sobre o último ponto, ver também MACEDO. *Interesse*, *op. cit.*, p. 125.

56 Os casamentos de D. Catarina de Bragança com Carlos II da Inglaterra e de D. Afonso VI com uma princesa francesa, D. Maria Francisca de Saboia,

Antônio de Sousa de Macedo, como vimos anteriormente, tinha ido para a Inglaterra em 1641 como secretário da embaixada que negociou o tratado de 1642, ficando como residente após o retorno dos embaixadores. Tal tratado, a princípio, tinha normalizado as relações entre os dois reinos, mas a eclosão da primeira guerra civil inglesa, nesse mesmo ano, impediria a monarquia inglesa de desempenhar um papel relevante no cenário internacional e, portanto, Portugal pouco poderia esperar de uma eventual ajuda inglesa.

De toda forma, nesse contexto tão adverso, Sousa de Macedo, realista convicto, se colocaria ao lado do Rei, servindo ao monarca inglês, seja em tentativas de conseguir armas no continente, seja como intermediário da correspondência entre Carlos I e a rainha, quando essa esteve exilada na Holanda e depois na França⁵⁷. As aventuras de Sousa de Macedo nos primeiros tempos da revolução inglesa, bem como suas opiniões sobre os acontecimentos e costumes ingleses da época, foram estudadas por Prestage, a partir das cartas enviadas ao embaixador português em Paris, o Conde da Vidigueira, depois Marquês de Niza, e dão uma boa dimensão também do dia a dia da atividade diplomática, incluindo – tema caro a Sousa de Macedo – a defesa de suas prerrogativas como embaixador⁵⁸.

Aqui, contudo, nos interessa destacar que, paralelamente ao serviço em prol da causa realista, Sousa de Macedo procurava, como

simbolizam as duas vertentes exploradas pela diplomacia portuguesa em contraposição à ameaça espanhola na segunda metade do século XVII e que terminaria com a subida ao trono espanhol de Filipe V, neto de Luís XIV, após a Guerra da Sucessão da Espanha no começo do XVIII.

57 Sobre sua atuação na causa realista, veja-se em especial a *Memória dos serviços de Sousa de Macedo ao rei Carlos I* apud PRESTAGE. *O Dr. António, op. cit.*, p. 88, escrita em inglês, depois da restauração da monarquia em 1660, e provavelmente a partir de um texto do próprio Sousa de Macedo. Em recompensa desses serviços, foi concedido por Carlos II o título de Barão de Mullingar, na Irlanda, para seu filho Luís Gonçalo de Sousa de Macedo.

58 As cartas reunidas em um códice da Biblioteca Pública de Évora, segundo Prestage, ocupam mais de 400 folhas: *Ibid.*, p. 2.

era natural, promover os interesses portugueses, inclusive aproveitando-se, para tanto, das dificuldades enfrentadas pela monarquia inglesa. Em carta de 1645, publicada por Prestage, Sousa de Macedo descrevia para D. João IV os quatro negócios, em grande medida de sua iniciativa, ora em curso⁵⁹.

Dois desses eram mais ligados à questão de prestígio da Coroa portuguesa, e iam da sugestão para que D. João IV servisse de mediador entre Carlos I e o Parlamento – que visava, nas palavras de Sousa de Macedo, “procurar o maior crédito do serviço de Vossa Majestade” – até à negociação para o envio de um embaixador inglês para Lisboa, “pela autoridade do serviço de Vossa Majestade e [para causar] inveja, para não dizer raiva, de el-rei de Castela”⁶⁰. Dos outros negócios, um era a tentativa de obter a liberdade do irmão de D. João IV, o príncipe D. Duarte, mantido prisioneiro pelos espanhóis desde a revolução de 1640, por intervenção inglesa, que, dado “o grande aperto de dinheiro que estava el-rei da Inglaterra”, seria obtida por meio de uma “promessa considerável” de cerca de 200 mil cruzados como recompensa⁶¹.

Por fim, o último e mais ambicioso projeto de Sousa de Macedo era o casamento de uma princesa portuguesa com o herdeiro da monarquia inglesa, o futuro Carlos II, explorando também neste caso as dificuldades financeiras de Carlos I, com a oferta de um bom dote. Para ele, várias eram as vantagens que tal união poderia trazer para a Coroa portuguesa, e podem ser agrupadas em dois blocos. No primeiro, estava o problema religioso, pois tal casamento poderia contribuir para, pelo menos, diminuir a perseguição que os

59 MACEDO, Antônio de Sousa de. *Carta de 28 de fevereiro de 1645 para el-rei apud PRESTAGE, Edgar. Duas cartas do Dr. António de Sousa de Macedo escritas de Inglaterra a el-rei D. João IV*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1916, p. 8.

60 *Ibid.*, p. 17, p. 19. As negociações estão apresentadas aqui em ordem diferente da exposta pelo autor.

61 *Ibid.*, p. 8.

católicos ingleses sofriam e, dessa forma, tal enlace seria um “serviço de Deus”, trazendo, portanto, prestígio a D. João IV e o favor do Papa, contribuindo, assim, para o reconhecimento da nova dinastia por parte de Roma⁶².

O outro bloco de argumentos se centrava no efeito das relações internacionais que a aliança com a monarquia inglesa provocaria. Estabelecendo uma relação estreita com a Inglaterra, Portugal poderia esperar a ajuda inglesa contra Castela, assim que o rei inglês recuperasse o controle sobre o Reino, mas da mesma forma essa amizade serviria na luta contra os holandeses, que desse modo “terão mais respeito” a Portugal e, por fim, permitiria que as “forças de Vossa Majestade sejam mais consideráveis, não dependendo somente de el-rei da França”⁶³. Ainda que das quatro negociações abertas por Antônio de Sousa de Macedo apenas a menos relevante, a ida do embaixador inglês para Portugal, se concretizasse a curto prazo, o conjunto de argumentos apresentados nos ajuda a compreender a sua visão estratégica sobre as relações internacionais do período.

É possível perceber que, sob seu prisma, Portugal precisava jogar com a aliança inglesa para evitar uma excessiva dependência da França. Tal percepção, como vimos anteriormente, continuaria nos anos seguintes e vem expressa no seu *Interesse dos Príncipes*. Assim, para ele, a aliança com Inglaterra poderia provocar “ciúmes” na França, para que a levasse a favorecer Portugal. Sousa de Macedo entendia que a Inglaterra, por sua vez, só amava os flamengos “por antiga aliança”, e tinha aborrecimento com escoceses, irlandeses e franceses “por inveja”, e com castelhanos e holandeses “por ingratos

62 Dada a pressão espanhola, a Igreja Católica só iria reconhecer a nova dinastia depois do reconhecimento por parte da Espanha da independência de Portugal em 1668, apesar de toda ação diplomática lusa em Roma durante o período: COSTA, Luciano Cesar da. *Teatro do mundo: embaixadas e diplomacia em Roma durante a Restauração Portuguesa (1640-1671)*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

63 *Ibid.*, p. 15-16.

aos benefícios que lhes fez e por competidores no comércio”. A Inglaterra seria indiferente quanto às demais nações, incluindo Portugal, mas se “o interesse com França nos faz odiosos” aos ingleses, a “memória da antiga amizade” e “da moderna hostilidade com a Holanda nos torna amáveis” e, portanto, Portugal enfrentava “opiniões e afeições diversas”.

Para Sousa de Macedo, a principal aspiração inglesa era “conservar o que possui e aumentar o seu comércio”, sustentando uma grande armada e buscando novas terras na América, “porém sem guerra, que nela não acham os mercadores conta”. Dessa forma, o interesse da Inglaterra era ter “em público” paz com todos, mas “em segredo diminuir o poder da França e de seus amigos”, incluindo, entre esses, Portugal. Além disso, a Inglaterra desejava que Castela nem ficasse fraca que não pudesse resistir à França, nem forte que a ameaçasse, e que a Holanda perdesse força no comércio, “para que não acabe de fazer estanque dele”.

Desse modo, Portugal, não se mostrando tão favorável à França e com algumas conveniências de comércio contra os holandeses, poderia esperar da Inglaterra “respeito para com França, mediação para com a Holanda”⁶⁴. O desenvolvimento da revolução inglesa, contudo, alteraria as relações com a Inglaterra e, ao contrário do que Sousa de Macedo imaginava, Carlos I não só não conseguiu recuperar o controle do Reino como ainda seria preso e executado, com consequente abolição da monarquia 1649. Para aumentar as dificuldades de Portugal, um episódio inesperado, a entrada de uma pequena armada realista no porto de Lisboa, perseguida por uma armada republicana, colocaria os portugueses no meio da guerra civil inglesa, o que abriria um conflito armado entre a República inglesa e Portugal⁶⁵.

64 MACEDO. *Interesse*, op. cit., p. 124, p. 125.

65 Ver ERICEIRA, Conde da. *História de Portugal Restaurado* (1679). Porto: Civilização, 1945, v. II, p. 340, 4 v.

A década de 1650 para Portugal iniciava com perspectivas trêves: à guerra com a Espanha, que completava uma década, se somava um conflito armado com a República inglesa em aberto e a aproximação do fim da trégua com a Holanda ou mesmo a ruptura dessa por parte dos Estados Gerais, que poderia trazer para a Europa o conflito com os holandeses que, a despeito da trégua, continuava no ultramar. Para tentar resolver uma parte desses conflitos, a Coroa portuguesa buscou uma nova tentativa de entendimento com os holandeses, depois do fracasso das negociações de Francisco de Sousa Coutinho, enviando Sousa de Macedo como embaixador para a Holanda⁶⁶.

A tarefa de Sousa de Macedo, contudo, era das mais complicadas, assumindo as negociações no lugar de Francisco de Sousa Coutinho, que era acusado pelos holandeses de “má-fé”⁶⁷. Sousa Coutinho tinha sido enviado em 1643 como embaixador à Holanda para apresentar a reivindicação portuguesa da restituição de todos os territórios tomados pelos holandeses no Brasil e no Oriente, mas a prioridade era negociar a recuperação do Brasil, para a qual poderia inclusive oferecer uma compensação financeira⁶⁸.

Tendo ficado na Holanda até 1650, as negociações de Sousa Coutinho foram sendo afetadas pelos resultados concretos da luta no ultramar. As vitórias holandesas do começo da década de 1640, contudo, reforçavam a posição holandesa de rejeição a qualquer

66 Toda a negociação com os holandeses pode ser seguida nas obras de PRESTAGE. *As relações*, *op. cit.*, e de forma ainda mais minuciosa na de MELLO, *op. cit.*

67 Os holandeses, segundo um dos trabalhos mais importantes sobre a diplomacia do século XVII, “estoient si peu satisfaits de la conduite et de la mauvaise foy de D. Francisco de Sousa Coutinho”: L. M. P. *Memoires touchant les ambassadeurs et les ministres publics*. Cologne: Pierre du Marteau, 1676, p. 262. A obra é atribuída ao holandês Abraham van Wicquefort.

68 *Instruções Secretas dadas a Sousa Coutinho por El-Rei*, 5 de maio de 1643 *apud* PRESTAGE, Edgar e AZEVEDO, Pedro de. *Correspondência diplomática de Francisco de Sousa Coutinho durante sua embaixada em Holanda*. Coimbra e Lisboa: Imprensa da Universidade e Academia das Ciências de Lisboa, 1920-1955, v. 1, p. 1, 3 v.

composição, que incluísse a devolução das áreas conquistadas. A rebelião de Pernambuco contra os holandeses em 1645, seguida da primeira vitória em Guararapes em 1648, por sua vez, levaram os holandeses a assumir no campo diplomático uma posição mais intransigente, aproveitando-se tanto do final da guerra com a Espanha como da aproximação do fim da trégua dos dez anos, para exigir a devolução das áreas perdidas no Brasil para os rebeldes pernambucanos, sob ameaça de declaração de guerra.

Foi nesse contexto, como último meio para evitar a guerra, que Francisco de Sousa Coutinho negociou um tratado no final de 1648, que aceitava a entrega de Pernambuco e o pagamento de uma enorme indenização para os holandeses. Tal tratado provocaria uma enorme polêmica em Portugal: o padre Antônio Vieira, que retornava da Holanda com as notícias das negociações, assumiria a defesa do tratado com o seu famoso “papel forte”; contudo, tais propostas de acordo acabariam sendo rejeitadas pela ampla maioria dos conselheiros da Coroa, dadas as enormes exigências holandesas, e também animados com as notícias da reconquista de Angola e da segunda vitória em Guararapes⁶⁹.

Antônio de Sousa de Macedo foi um dos que se posicionaram contra. Para ele, o Brasil era o “principal cabedal” do Reino, e, sem suas conquistas, “ficará exposto Portugal a fúria de Castela”, da mesma forma que ceder para os holandeses parte do Brasil lhes daria mais recursos, que poderiam ser empregados contra Portugal. Lembrava assim que “matar-se por não morrer [...] é prudência reprovável”, dadas as enormes exigências do tratado, sendo, portanto, preferível a luta. Além disso, poderiam “suceder [...] muitas coisas não esperadas, uma mudança em Castela, uma guerra civil em Holanda, um rompimento de França com os holandeses” e “quando chegemos

69 VIEIRA, Padre Antônio. Papel a favor da entrega de Pernambuco aos holandeses (1648). In: *Id., Obras escolhidas*. Lisboa: Sá da Costa, 1951, v. III, p. 29. 12 v.

ao último, nunca nos pode faltar este mal concerto com os mesmos holandeses, ou com França ou Inglaterra, donde pode ser que tiremos mais utilidade”⁷⁰.

Por fim, a rejeição do tratado e a chegada à Holanda da notícia da perda de Angola e de nova derrota militar no Brasil acabariam por inviabilizar a permanência de Sousa Coutinho, inclusive, como relata Prestage, “sua vida mais de uma vez esteve em perigo pela indignação do povo”, acusado que era pelos holandeses de ter colaborado para as suas derrotas, pois “a todos ia entretendo com promessas ilusórias”, que teriam impedido o envio de socorros em tempo hábil⁷¹.

Nesse contexto, a recepção de Antônio de Sousa de Macedo na Holanda seria naturalmente a pior possível. Os Estados Gerais se recusaram a recebê-lo como embaixador, descontentes que estavam com Sousa Coutinho. Enquanto isso iam preparando uma armada contra Portugal, que serviria também para pressionar o novo embaixador a aceitar as propostas, basicamente as anteriormente negociadas por Sousa Coutinho e recusadas pelos portugueses, sem apresentar, contudo, uma declaração formal de guerra.

A primeira batalha de Sousa de Macedo, portanto, seria pelo reconhecimento de seu caráter de embaixador, em um episódio que deve ter tido grande repercussão nos meios diplomáticos para ser narrado com detalhes por Wicquefort no seu *Memoires touchant les ambassadeurs*⁷². Obrigado a ir incógnito até Haia, Sousa de Macedo só conseguiria obter uma primeira audiência cinco meses depois de sua chegada à Holanda, quando fez um forte discurso contra o que entendia ser uma violação do direito das gentes contra sua pessoa.

70 MACEDO. *Papel*, *op. cit.*, f. 76-78.

71 Prestage endossa essa opinião, pois: “à coragem e talento diplomático de Sousa Coutinho ficou devendo Portugal em grande parte a reconquista definitiva da sua mais importante colônia”: PRESTAGE, *op. cit.*, p. 230, p. 232; MELLO, *op. cit.*

72 L. M. P. *Memoires*, *op. cit.*, p. 262-265. A narrativa do episódio seria reproduzida em obras posteriores de Wicquefort.

Wicquefort descreveria a situação: “ele [Sousa de Macedo] tinha um espírito muito impetuoso, para conduzir” as negociações, de sorte que, se os Estados Gerais tinham motivos para estar insatisfeitos com seu antecessor, “eles estariam menos ainda com ele”⁷³. Dessa forma, em resposta ao ultimato holandês, Sousa de Macedo apresentaria uma nova proposta, que centralmente retomava a questão de uma indenização pelos territórios perdidos pelos holandeses em Pernambuco, e, segundo Prestage, “assumindo um ar de desasombro que as vitórias portuguesas no Brasil e Angola justificavam”, advertiria ainda os Estados Gerais que tais propostas “ficariam sem efeito ao menor ato hostil”⁷⁴.

Recusada novamente tal ideia, os Estados Gerais decidiram no dia seguinte que não manteriam mais conferências com Sousa de Macedo e que ainda não o reconheceriam mais como embaixador, mas apenas como pessoa privada. Sousa de Macedo responderia que se era certo que a continuidade das negociações dependia de uma decisão dos Estados Gerais, o mesmo direito não se aplicava quanto ao não reconhecimento do caráter de embaixador, pois se tal atribuição não dependia deles, portanto, também não podiam despojá-lo dela. Sendo uma decisão exclusiva do rei de Portugal e que todos os Estados eram obrigados pelo direito das gentes a reconhecê-lo como tal, ainda que ele não lhes agradasse e, mesmo no caso de uma ruptura, os holandeses deveriam dar-lhe o tempo necessário

73 *Ibid.*, p. 262: “il [Macedo] avoit l'esprit trop chaud, pour avoir de la conduite”; “ils le surent encore moins de celuicy”.

74 PRESTAGE, *op. cit.*, p. 235. Outra testemunha da época, o inglês Colbatch, apresenta uma interessante análise da figura de Sousa de Macedo, da qual destacamos: “there was something in his carriage that made him appear morose, sour and peevish, whereby he became uneasy to such as had business with him [...] this rough behaviour was no doubt the worse taken in him for that the people had been accustomed to other usage”: COLBATCH, John. *An account of the court of Portugal under the present King Dom Pedro II*. London: Thomas Bennet, 1700, p. 87-88.

para se retirar, reconhecendo-o, porém, como embaixador, até a sua chegada a Lisboa. Resultando, conforme Wicquefort, que dá razão a Sousa de Macedo na querela, que os Estados de Holanda “estavam obrigados a considerá-lo como pessoa pública, porque nem os Estados Gerais [...] não poderiam despojar do caráter público de ministro, que ele tinha de um príncipe soberano”⁷⁵.

Dessa forma, embora os objetivos centrais de uma missão – quase impossível – não tivessem sido obtidos e o conflito com os holandeses continuasse em aberto, a atuação de Sousa de Macedo não deixava de ser positiva, pois, se lembrarmos que, no *Interesse dos príncipes*, ele resumia todas as expectativas diante da Holanda na ideia que “dela podemos só esperar que nos não faça guerra descoberta”, era exatamente isso que ele tinha conseguido manter⁷⁶. Além disso, também não deixava de ser uma vitória pessoal de Sousa de Macedo a sua atuação na defesa das prerrogativas da função de embaixador contra os Estados Gerais, da mesma forma como tinha sido a defesa da inviolabilidade da correspondência e da residência da embaixada em Londres contra o Parlamento inglês⁷⁷. O inglês John Colbatch, em uma espécie de livro de memórias sobre a Corte de Portugal, avaliava que a embaixada na Holanda teria contribuído para a reputação de Sousa de Macedo diante do monarca, sendo então altamente estimado na Corte⁷⁸.

Ao retornar para Lisboa em meados de 1651, Sousa de Macedo entraria, agora como conselheiro, em outro debate diplomático: a

75 L. M. P. *Memoires*, *op. cit.*, p. 264-265: “obligés de le considerer comme personne publique, parce que ny les Etats Generaux [...] ne le pouvoient pas dépouiller du caractere public de ministre, qu’il tenoit d’un Prince Souverain”.

76 MACEDO. *Interesse*, *op. cit.*, p. 127.

77 Ver PRESTAGE. *O Dr. António*, *op. cit.*, p. 31, p. 51.

78 Nas próprias palavras de Colbatch: “he went ambassador to Holland, and in a very difficult negotiation, he acquitted himself much to his Master’s satisfaction and his own credit, and at his return, he was highly esteem’d at court”. COLBATCH, *op. cit.*, p. 73.

pacificação das relações com a República inglesa, que, obviamente, tinha enorme conexão com o conflito com os holandeses. Afinal, para Sousa de Macedo, a única forma de vencer a Holanda era “com hostilidades encobertas”, em união com a França, “para que o favor de suas armas cause respeito ou recuo” dos holandeses, e “com os mercadores de Inglaterra para lhe causar ciúmes ou competência”⁷⁹.

Essa compreensão da crescente rivalidade mercantil entre a Holanda e a Inglaterra seria fundamental nas negociações diplomáticas. Além disso, a deflagração, em 1652, da primeira guerra anglo-holandesa contribuiria para a expulsão dos holandeses dos seus últimos redutos no Brasil no começo de 1654. Confirmando a ideia, já vista, de Sousa de Macedo, de que a entrega de parte do Brasil para os holandeses seria precipitada, pois poderiam “suceder [...] muitas coisas não esperadas”⁸⁰, que poderiam mudar o curso dos acontecimentos a favor de Portugal. Assim, “cumpria-se”, nas palavras de Evaldo Cabral de Mello, “o vaticínio” de Sousa de Macedo, ainda que de uma forma por ele não imaginada⁸¹.

Antes, porém, de avaliar as ideias de Sousa de Macedo sobre as questões de fundo da relação entre Portugal e a Inglaterra, é interessante conhecermos, inclusive por ser algo incomum, as suas observações sobre alguns aspectos da negociação, que seriam enfrentadas na Inglaterra de Cromwell pelo embaixador escolhido, o chamado Conde Camareiro-mor, que tentaria retomar as negociações iniciadas pelo Dr. João de Guimarães em 1650⁸². Essas se referiam basicamente às condições preliminares, com as quais o governo inglês

79 MACEDO. *Interesse*, loc. cit.

80 MACEDO. *Papel*, op. cit., f. 77v, f. 78.

81 MELLO, op. cit., p. 167.

82 D. João Rodrigues de Sá e Menezes, o Conde de Penaguião, era mais conhecido na época como Conde Camareiro-mor, forma que ele próprio utilizava para assinar os documentos, dado o posto que ocupava na Corte de D. João IV. Mais uma vez, a descrição clássica dessa embaixada se encontra em PRESTAGE. As

pretendia se indenizar das perdas causadas pelo apoio português à armada realista em Lisboa, e que os ingleses consideravam uma etapa prévia para qualquer futura negociação para um novo tratado com a República inglesa⁸³.

Para Sousa de Macedo, em primeiro lugar, o embaixador deveria “tomar o Porto mais chegado a Londres, que com segurança lhe for possível”, para assim ficar mais próximo no caso esperado de se colocar em questão pelos ingleses se ele deveria ou não ser recebido. Além disso, deveria desembarcar logo, para que, no caso de o Parlamento colocar alguma dúvida, essa não o encontrar “dentro do navio de onde lhe seria grandemente incômodo esperar a resolução”. Após desembarcar, deveria imediatamente despachar o secretário da embaixada ou outra personagem “luzida e inteligente” com cartas para o Parlamento e para o Conselho de Estado, nas quais avisasse sua chegada, e que ficasse esperando a resposta para fazer a sua entrada em Londres. Além dessas, deveria escrever também ao Secretário de Estado, pedindo brevidade na resposta.

Na avaliação de Sousa de Macedo, o Parlamento colocaria a questão da admissão do embaixador em votação, pois, ainda que a desejem, “hão de tratar de sua autoridade, mostrando que a põem em dúvida” e, dessa forma, se decidiria sua admissão ou não, podendo, contudo, que ele fosse admitido “debaixo de alguma condição”⁸⁴.

relações, op. cit., p. 141. Para as negociações prévias conduzidas pelo Dr. João de Guimarães em Londres entre 1650 e 1651, ver: *Ibid.*, p. 130.

83 Ver os seis *Artigos preliminares do Tratado de Paz*, 29 de dezembro de 1652 *apud* CASTRO, *Collecção*, op. cit., v. I, p. 162. Diga-se de passagem que a questão do pagamento dessa indenização ainda estava, segundo o embaixador português José da Cunha Brochado, em aberto na altura da guerra da Sucessão Espanhola no começo do século XVIII. Situação que era muito comum no pagamento de indenizações e subsídios prometidos pelas potências nos vários tratados da época: PERES, Damião. *A diplomacia portuguesa e a Sucessão de Espanha*. Barcelos: Portucalense, 1931, p. 44.

84 MACEDO. *Parecer, op. cit.*, p. 115-122.

Nesse ponto, passa a analisar as várias opções. Se a admissão sem condições seria um “bom princípio” para a negociação, a não admissão, posição que ele não acreditava que fosse tomada, exigiria uma outra ação por parte do embaixador. No caso, o secretário da embaixada deveria retornar a Londres “com cartas mais apertadas” ao Parlamento, ao Conselho e ao secretário de Estado, combinadas com cartas para “alguns mercadores, pedindo-lhes que deem parte dela a todos os interessados no comércio de Portugal”, como forma de criar um grupo de pressão a favor da abertura de negociações com Portugal, em um setor sensível ao novo regime inglês⁸⁵.

Não deveria, entretanto, prolongar o impasse por muito tempo, pois, como Sousa de Macedo sentenciaria, “instar sem aparência” de se conseguir “acrescentará o descrédito, sem utilidade” e, por outro lado, os ingleses, vendo a decisão de retirada do Conde Camareiro-mor, poderiam mudar de posição ou desistir “da ficção, se o era a repulsa com que o tentavam”.

O mais provável, porém, era colocarem alguma condição para a admissão, para a qual, nesse caso, Sousa de Macedo imagina três opções. A primeira, se o embaixador concluiria o negócio dentro de tantos dias, era condição “fácil de aceitar”. A segunda, se o embaixador trazia amplos poderes para decidir sem ter de recorrer ao rei de Portugal, ao contrário do Dr. João de Guimarães, também seria fácil de resolver, pois, como lembra Sousa de Macedo, o embaixador sempre poderia responder que tinha amplos poderes, mas “depois quando não conceda, poderá dizer que ainda que pode, não lhe parece justo conceder”.

A terceira condição era perguntarem se ele “iria conceder o que negou o Doutor João de Guimarães (como a mim me perguntaram na Holanda)”. Nesse caso, o Conde Camareiro-mor deveria

85 Recurso já utilizado por Sousa de Macedo na época da sua residência em Londres: PRESTAGE. *O Dr. António, op. cit.*, p. 33, p. 53.

responder aos ingleses “que mal” poderia responder a isso antes de ser admitido por embaixador, pois não teria dito com fé pública; nem ficaria comprometido o rei “com a mesma fé”. Poderia, contudo, informar ao secretário de Estado ou a outra personalidade, que, sim, concederia o que o Dr. João de Guimarães negou, mas que “lhes declara como amigos em particular”, já que “o decoro da Embaixada não permite responder em público”. Como último recurso, no caso de o Parlamento não ceder nesse ponto, seria menor inconveniente responder que sim, do que comprometer o prosseguimento da missão. A longa discussão sobre a questão da admissão do embaixador português reforça a preocupação de Sousa de Macedo com as prerrogativas do cargo e, também, com o decoro da função, questões já na época fundamentais, e pelas quais Sousa de Macedo tanto tinha batalhado nas suas próprias missões na Inglaterra e na Holanda⁸⁶.

Superada a questão da admissão, Sousa de Macedo avança novas sugestões práticas sobre como o Conde Camareiro-mor deveria se portar na primeira audiência. Recomendava que fizesse uma “prática breve e grave”, apresentando de uma forma geral o que se pretendia negociar, “sem descer a particularidades, nem discursos; posto que pareceram bons”. Afinal, como explicava, esses discursos eram então impressos “dentro e fora de Inglaterra” e “nota cada um o que quer, tirando sempre argumentos contra nós e nunca os tiram por nós”, por melhor que tenham sido compostos. Sousa de Macedo, portanto, advertia: “de modo que práticas, papéis e discursos largos, posto que muito excelentes são mais aparelhados para

86 Sobre a arte diplomática na época, ver, além do citado *Memoires touchant les ambassadeurs et les ministres publics*, a famosa obra de VERA Y ZUÑIGA, Don Juan Antonio de. *El enbaxador* (1620). Madrid: Coleccion Cuatrocientos Ejemplares, 1947 e o clássico estudo de MATTINGLY, Garret. *La diplomacia del Renacimiento*. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1970, p. 335, que nos lembra, por exemplo, que as traduções francesa e italiana da obra de Vera y Zuñiga a rebatizaram com os significativos títulos de *Le parfait ambassadeur* (1635) e *Il perfetto ambasciatore* (1649).

nos prejudicar” do que favorecer e sendo ditos em português era necessário que fossem traduzidos em latim e entregues imediatamente no Parlamento, “como é costume, para que lhe não levantem algum testemunho falso”⁸⁷.

Após a primeira audiência, o Conde Camareiro-mor deveria pedir por escrito a indicação de comissários para dar início à negociação, reparando “muito em que o modo e lugar da conferência” fosse em tudo no mesmo estilo “que se usa com o embaixador de Castela”, e quando colocassem isso em dúvida – situação em que, contudo, ele não acreditava – o embaixador deveria disputar “com todo o empenho de tempo e ainda do negócio; porque o bom sucesso dele pende muito de não ceder da autoridade” e sentenciava “quem cuidar que dissimulando”, ou seja, cedendo nesta questão de autoridade, “avancará o tratado, há de perder uma e outra coisa”.

Superada mais essa questão, na conferência, Antônio de Sousa de Macedo recomendava que se levasse “por escrito em latim a proposta substancial” da embaixada, avançando ainda orientações que julgava essenciais para se conseguir o objetivo da missão. O negócio deveria ser retomado “nos termos em que o deixou João de Guimarães”, declarando-se “que se vai concluir; porque se quisermos começar de novo, vendo-se segunda vez rogados, hão de pedir muito mais e por muito que se trabalhe não se há de alcançar melhora”. Portanto, ainda quando os ingleses “queiram começar novo tratado”, dever-se-ia impedir, segundo Sousa de Macedo, com argumento – que ele sabia falso – de que, ainda que os portugueses esperassem algum melhoramento, aquele tratado já não estaria “em termos de tornar atrás”, pois, como ele mesmo explicava, “temos já dado cumprimento de maior parte dele nas restituições que fizemos”. Por isso, não valeria a pena correr o risco de perder o que já

87 A visão de Sousa de Macedo sobre os membros do Parlamento inglês, especialmente os “poucos violentos que tem o povo por si”, era a pior possível. Ver: PRESTAGE, *op. cit.*, p. 30, p. 48.

tinha sido feito, como, por exemplo, em conformidade com dois dos artigos preliminares, soltando os ingleses presos, restituindo navios e fazendas capturados e, ainda, o “dinheiro [que] se lhes tem dado [em] consignação”. Com tudo isso, estavam “satisfeitos os mercadores” ingleses, “como consta de um papel que deve levar assinado pelos que aqui se acham”.

No que tocava aos outros quatro artigos que propuseram ao Dr. João de Guimarães, estaria o rei de Portugal pronto para fazer algum acerto de dinheiro, “em que tinham convindo”, mas, advertia Sousa de Macedo, que haveria de ser um valor certo, evitando contas miúdas, e dando “o Parlamento em desconto, como estava acordado”, o que os ingleses tinham tomado aos portugueses em represália, com as devidas negociações em torno das avaliações das presas, prazos de pagamento, entre outras questões menores.

Se os ingleses pedissem alguma fiança para a satisfação, Sousa de Macedo orientava que se respondesse “que além de ser bastante, a palavra e juramento Real; serve também de empenho e caução a restituição” que Portugal já fez aos ingleses, “pois não havemos de querer que fique perdida, ficando nós em guerra por não satisfazer o mais”. Advertia ainda que por “nenhum caso se admita prática de lhe darmos porto algum em reféns; nem também o dar reféns de pessoas, por ser coisa desusada e de menos honra neste caso”.

Resolvidos os pontos preliminares, Sousa de Macedo indicava que se deveria “tratar de firmar logo a paz”, sem esperar pela satisfação das despesas. Contudo, era esse o ponto que tinha causado o malogro da missão do Dr. João de Guimarães e que poderia novamente atrapalhar as negociações, caso o Parlamento pretendesse segurar a paz até a integral satisfação das despesas. Nesse caso, Sousa de Macedo orientava que o Conde Camareiro-mor deveria responder que os ingleses “já têm quase conseguido seu intento, pois tem já a restituição das represálias e grande parte das ditas despesas e danos” com o que capturaram dos portugueses e, portanto, “o que

falta é o menos em comparação do que está feito”. O problema era se o Parlamento insistisse em não firmar a paz sem o pagamento integral, porquanto sempre ficava se conviria “desembolsarmos tanto dinheiro a risco de nos porem depois tais condições de paz que se não efetuem, grandes tormentos nos podem dar se prosseguirem neste intento”. Sousa de Macedo, nesse caso, prefere remeter a decisão para o Conselho de Estado, pois, nesse ponto “eu me não atrevo interpor juízo nele”.

Avançando para a questão da paz com a Inglaterra, sugeria que se procurasse “com toda a instancia sejam na mesma forma das que havia antes desta quebra assim em Europa, como na Índia e mais conquistas”. Porém, Sousa de Macedo acreditava que o Parlamento tentaria alterar os termos do tratado de 1642 com novas condições, e que por causa disso não tinham concluído com o Dr. João de Guimarães, negando-se inclusive a revelar quais seriam as novas condições; estratégia que, como vimos, garantia parte das indenizações, mesmo que os portugueses não aceitassem as novas condições. Ele com razão previa, como veremos adiante, que seriam vantagens comerciais, relativas ao comércio com as conquistas portuguesas no ultramar, e concessões em matéria de religião para os ingleses em Portugal.

A última orientação, de caráter mais prático, que Sousa de Macedo dava ao Conde Camareiro-mor era “que tanto que puder alcançar qualquer conveniência honesta, lance logo mão dela”, sem acreditar que o prolongamento das negociações traria algum melhoramento; “porque com ingleses cada dia se vai piorando o negócio”, ainda que nas conferências “nada deve fiar da palavra porque no dia seguinte a negam e afirmam que a outra parte lhe prometeu quanto querem”. Dessa forma, o “modo de tratar com eles, é não passar coisa de parte a parte, que no mesmo instante se não escreva em latim e ainda assim dizem depois que houve embaraço ou equivocação; mas não há outro remédio”.

Sousa de Macedo também não deixou de dar ao Conde Camareiro-mor sua opinião sobre como as relações com a Holanda poderiam intervir nas negociações com os ingleses. No caso de uma guerra da Inglaterra com a Holanda, como vimos, quando tratamos da questão das alianças, os ingleses poderiam tentar atrair os portugueses, mas na opinião de Sousa de Macedo era fundamental manter a liberdade de ação e buscar a reciprocidade em qualquer aliança. Por outro lado, apontava que o Parlamento poderia “procurar dar ciúmes ao Conde Embaixador com os holandeses”, ciúmes que se deviam desprezar, mas que “também não são muito de temer; porque aquelas nações pela vizinhança e pelo mesmo ofício de mercadores, são naturalmente tão inimigas que nunca farão liga contra nós”, querendo cada uma todas as utilidades apenas para si. Lembrando que, na época em que estava na Holanda, a possibilidade de uma aliança anglo-holandesa contra Portugal já fora utilizada como ameaça, mas sentenciava: “digo isto para que estas carrancas, nos não obriguem a mais do que devemos”.

Quanto ao embaixador da Espanha, Sousa de Macedo não se preocupava muito, mesmo que esse fizesse “grandes diligências com dinheiro”; pois não via razão “nem interesse público que possa persuadir ao Parlamento a nos fazer guerra por amor de Castela”, além da “maior utilidade” no comércio com Portugal. Dessa forma, se os ingleses não chegassem a um acordo com Portugal “há de ser somente por capricho próprio, querendo que lhe concedamos quanto pedir com arrogância”. Essa arrogância, concluía, é “só a que eu receio, e não que [a Inglaterra] se mova por conveniências” contra Portugal e posto que “isto pareça paradoxo, como se aquela gente se não governar por razão remeto a experiência”, expressando aqui mais uma vez sua implicância com o novo governo inglês.

Sousa de Macedo, como vimos, já previra com acerto, nas instruções ao Conde Camareiro-mor, os principais pontos das dificuldades que seriam postas nas negociações do tratado, expondo suas

opiniões tanto sobre a questão religiosa quanto sobre as mercantis. Aqui, dado o escopo deste trabalho, vamos apresentar brevemente apenas a opinião sobre a questão do comércio com as colônias, e, em especial, com o Brasil, que ocupava um papel estratégico na visão de Sousa de Macedo. Para ele “conceder-lhes nisto qualquer coisa será a nossa destruição, porque metendo um pé hão de meter todo o corpo, sem que lho possamos estorvar”, diferentemente do que seria com os holandeses, os quais considerava menos poderosos e, portanto, poderiam mais facilmente ser impedidos “quando passassem do concedido”⁸⁸. Dessa forma, entendia “que seria de menos prejuízo a guerra que qualquer concessão neste ponto” e sugeria que se argumentasse que tal concessão induziria França, Suécia e outros países a pedirem a mesma coisa, com o “que divertido o comércio de nossas conquistas fica-se Portugal sem cabedal contra Castela, e sem ter que vender aos mesmos ingleses com que se perderia o comércio entre nós que a eles é útil”⁸⁹, atestando assim a íntima relação do comércio colonial com a própria sobrevivência de Portugal⁹⁰.

As negociações entre o Conde Camareiro-mor e o governo inglês, como, aliás, previa o próprio Antônio de Sousa de Macedo, não seriam fáceis e se estenderiam entre 1652 e 1654, quando finalmente se assinou um novo tratado⁹¹. Os ingleses, explorando as difi-

88 MACEDO. *Parecer*, op. cit., p. 120. Ver também *Id. Razões porque parece que não convém a Inglaterra navegarem os seus navios para o Brasil, como se pede*, 11 de julho de 1654. BA, Cód. 51-VI-34, f. 232v.

89 MACEDO. *Parecer*, loc. cit. No mesmo sentido, apontava o risco de Castela se unir com holandeses e ingleses “para nos privar das conquistas, sem as quais sabe que nós [não] podemos [nos] sustentar”: *Id., Interesse*, op. cit., p. 131. Ver também *Id., Papel*, op. cit., f. 78v-79.

90 Registre-se que Portugal conseguiu minimizar as concessões sobre o comércio no Brasil, a ponto de Evaldo Cabral de Mello poder afirmar que se tirava “com uma mão o que se dera com a outra”. MELLO, op. cit., p. 216. Sobre o tema em detalhes, ver RICUPERO, op. cit.

91 Fato emblemático da embaixada foi a execução do irmão do embaixador, preso por ter matado um inglês em um conflito nas ruas de Londres.

culdades portuguesas, conseguiram, nas palavras de Prestage, “uma vitória diplomática” para a República, que obtinha “assinaldos privilégios comerciais e religiosos” em troca das “vantagens da paz e da mútua amizade”⁹². Reconhecido como muito desfavorável a Portugal, o tratado foi objeto de grandes debates na Corte portuguesa, particularmente sobre a questão religiosa, o que retardaria a ratificação até 1656.

De forma emblemática, o último lance dessa longa negociação também confirmaria a acurada percepção de Sousa de Macedo, que encerrava as suas instruções ao Conde Camareiro-mor com uma advertência, quase que profética: “finalmente advirto que se pode reear que tanto que chegar o embaixador a Inglaterra, mande logo o Parlamento alguns navios de guerra sobre esta costa para nos obrigar a conceder mais”⁹³. Pois foi exatamente a ameaça de ataque da armada inglesa aos navios portugueses na entrada da barra de Lisboa, que, obtendo a ratificação de D. João IV ao tratado, encerrou a questão.

Ainda que amargo, o tratado de 1654 com Cromwell encerrou o risco de uma guerra aberta contra um terceiro inimigo. Além disso, as guerras da Inglaterra contra a Holanda e depois contra a Espanha acabariam ajudando indiretamente os portugueses, em especial na expulsão dos holandeses do Brasil em 1654. Portugal mantinha-se, contudo, em guerra contra a Espanha na Europa e com uma guerra “não declarada” contra a Holanda no ultramar e, no campo diplomático, a França seguia sua política de apoio à independência portuguesa, mas sem se comprometer com uma aliança formal. A virada na situação se daria no final da década com dois eventos de grande impacto nas relações internacionais: o tratado dos Pirineus de 1659 que selaria a paz entre a França e a Espanha e a restauração

92 PRESTAGE. *As relações*, op. cit., p. 147.

93 MACEDO. *Parecer*, op. cit., p. 122.

da monarquia inglesa em 1660, mas previsível a partir da morte de Cromwell em 1658⁹⁴.

A decepção portuguesa com a nova orientação da França, até então o principal apoio político para a Restauração, ainda que não tenha significado uma ruptura de parte a parte, em paralelo à restauração da monarquia na Inglaterra, recolocou no jogo a alternativa inglesa, que, dadas as rivalidades da Inglaterra, seria útil tanto contra a Espanha como contra a Holanda⁹⁵.

Era preciso, contudo, enfrentar uma enorme concorrência pelo apoio inglês, o que transformaria o casamento de Carlos II, marco simbólico da nova orientação inglesa, em uma questão internacional da mais alta relevância. Nesse contexto, o casamento da irmã de D. Afonso VI, a princesa Catarina de Bragança, com aquele Rei, foi uma vitória da diplomacia portuguesa, ao mesmo tempo que também era a realização de um velho plano defendido por Sousa de Macedo nos tempos de sua residência inglesa⁹⁶, que entendia que uma “confederação” com a Inglaterra, que provocasse ciúmes nos franceses, serviria aos interesses portugueses, evitando uma excessiva dependência diante da França⁹⁷.

Na avaliação de Prestage, o casamento de Catarina de Bragança com Carlos II, que nos momentos finais, contaria inclusive com o apoio de Luís XIV, “seria o primeiro passo para o predomínio da influência inglesa sobre a francesa” em Portugal. De fato, a aliança inglesa acabaria contribuindo para a restauração de Portugal, em particular no esforço diplomático para o reconhecimento da inde-

94 Sobre a conexão entre os dois eventos, ver ROUTLEDGE, F. J. *England and the Treaty of Pyrenees*. Liverpool: University Press, 1953.

95 Ver MACEDO. *História Diplomática*, op. cit., p. 190.

96 Para o complexo jogo diplomático em torno do casamento, ver PRESTAGE, op. cit., p. 89, p. 157 e, ainda, GOUBERT, Pierre. *Mazzarino*. Milano: Rizzoli, 1992, p. 328.

97 MACEDO. *Interesse*, op. cit., p. 124-125.

pendência por parte dos espanhóis em 1668⁹⁸, momento em que a França, novamente em guerra com a Espanha, preferiria a continuidade do conflito⁹⁹. A consolidação da independência portuguesa foi, no entanto, conquistada muito mais com as vitórias militares obtidas pelos portugueses na Europa e no Brasil do que graças a qualquer acordo diplomático.



Tendo em vista as observações, anteriormente apresentadas, de Pierre Renouvin sobre a história das relações internacionais, vamos concluir esse trabalho analisando como o próprio Antônio de Sousa de Macedo pensava, a partir de sua experiência concreta, as relações internacionais da época. O seu pensamento sobre o tema aparece em dois momentos do seu texto sobre o *Interesse dos príncipes e Estados de Europa com Portugal*¹⁰⁰. Para Sousa de Macedo, a “assistência” entre os Estados nascia “algumas vezes da inclinação, as mais do interesse; e só por estes dois caminhos se solicitam”; dessa forma, não “há eloquência [dos embaixadores] que mude o natural, nem negociação que vença a conveniência”. O interesse, contudo, “é o mais certo, porque assim como os príncipes mandam aos povos, o interesse manda aos príncipes”, assim poderia “um príncipe enganar-se, seu conselho corromper-se”, porém “só o interesse sempre subsiste”¹⁰¹.

98 Ver SOARES, Carolina Esteves. *A (re)construção do diálogo entre Portugal e Castela*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.

99 Sobre o tema da rivalidade anglo-francesa em Portugal, que se estenderia até o século XIX e suas repercussões na política portuguesa, ver, entre outros, MACEDO. *História diplomática*, op. cit.

100 O tema também é tratado por Sousa de Macedo, na obra *Armonia política*, onde repete e desenvolve algumas ideias: MACEDO. *Armonia*, op. cit., p. 54-55.

101 *Id.*, *Interesse*, op. cit., p. 122.

Inclinação aqui corresponderia, em um sentido amplo, aos sentimentos entre os povos, daí Sousa de Macedo, ao analisar cada um dos principais Estados europeus, dividir os outros povos em três grupos: os que eram amados, os que lhe aborreciam e os que lhe eram indiferentes. Esses sentimentos, como vimos, eram em geral suplantados pelos interesses econômicos ou políticos de cada Estado. Desse modo, era fundamental que tanto os sentimentos como os interesses fossem levados em conta nas negociações diplomáticas.

Aprofundando a questão, Sousa de Macedo, na conclusão do texto, intitulada “Meio fácil para conservar e dilatar a Coroa de Portugal e ser temida de toda a Europa”, apresentaria o elemento central de sua reflexão. Para ele, o meio mais adequado era a Coroa portuguesa ter “sempre uma poderosa armada, que corra os mares”, que, em sua opinião, seria “fácil”, pois traria ganhos e pouparia muitos recursos, já que com uma armada poderosa as conquistas, “que por muito largas, não podem ser guardadas de outra maneira, ficarão seguras estando em Lisboa esta Armada”¹⁰².

Além disso, tal armada, além de servir na guerra contra Castela, correndo a costa de Portugal se faria “senhora do comércio de Europa, porque todos os navios que navegam de Norte ao Levante” poderiam ser abordados; o que faria com que “nenhuma nação queira ser nossa inimiga”; pois perderia a sua navegação e “ser-lhe-ia necessário fazer excessivas despesas” com armadas para proteger seu comércio¹⁰³. Assim, Portugal poderia deixar de enviar embaixadores às demais nações, poupando recursos, que seriam acrescidos pela economia na proteção das conquistas e pelos tributos cobrados do comércio que cresceriam¹⁰⁴.

¹⁰² *Ibid.*, p. 131.

¹⁰³ *Ibid.*, p. 132; e com outros elementos em MACEDO. *Armonia*, *loc. cit.*

¹⁰⁴ Sobre a inutilidade dos embaixadores e o melhor uso dos recursos em navios, ver *Ibid.*, p. 18 e 54.

A ideia, ainda que à primeira vista possa parecer algo fantasiosa, tinha uma base concreta. Possivelmente inspirada nas políticas inglesa e holandesa, ela claramente articulava o poder naval com o comércio ultramarino, central para garantir os recursos necessários para a independência de Portugal, tanto contra a Espanha quanto contra as demais potências¹⁰⁵. Em outras palavras, era a compreensão de que o destino de Portugal era decidido em um cenário global.

Concluindo, se Sousa de Macedo procurava alicerçar a orientação da política portuguesa diante das demais potências da época a partir da análise dos sentimentos e dos interesses, ele era consciente de que os diplomatas nada poderiam conseguir contrário a tais interesses. Da mesma forma, a autonomia portuguesa não poderia depender de alianças e auxílios externos, mas centralmente das próprias forças de Portugal¹⁰⁶. Assim, a existência de uma armada poderosa, espécie de obsessão de Sousa de Macedo, materializava, digamos assim, a concepção do autor da centralidade da correlação de forças – militar e econômica – nas relações internacionais, pois como ele sentenciara, “termos armada é o principal artigo da instrução e mais poderoso que todas as razões e que todos os embaixadores”¹⁰⁷. E ele, como sabemos, não estava errado¹⁰⁸.

Referências

BIKER, Julio. *Suplemento à Collecção dos Tratados....* Lisboa: Imprensa Nacional, 1872-1880. 24 v.

105 “As riquezas são as armas mais fortes e nervo da guerra”: *Ibid.*, p. 38.

106 Ao fim e ao cabo, esse era o conselho dado pelo cardeal Richelieu ao novo monarca português, quando sugeria que este formasse uma armada e um exército próprios: *Carta do cardeal Richelieu a El rei D. João IV*, 15 de junho de 1641, apud BOCAGE, *op. cit.*, p. 197.

107 MACEDO. *Parecer*, *op. cit.*, p. 122.

108 HOWARTH, David. *Sovereign of the seas, the story of British sea power*. London: Quartet, 1974.

BOCAGE, Carlos Roma du. *Subsídio para o estudo das relações exteriores de Portugal em seguida à Restauração*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1916.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal no tempo dos Filipes*. Lisboa: Cosmos, 2000.

BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

BOXER, Charles. *O Império Colonial Português*. Lisboa: Edições 70, 1981.

BRAZÃO, Eduardo. Apresentação. In: MACEDO, Antonio de Sousa de. *D. Afonso VI*. Porto: Civilização, 1940. p. 9-24.

BRAZÃO, Eduardo. *A Restauração, relações diplomáticas de Portugal de 1640 a 1668*. Lisboa: Bertrand, [s.d].

BRENNER, Robert. *Mercadores y revolución*. Madrid: Akal, 2011.

CARDIM, Pedro. *Cortes e cultura política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: Cosmos, 1998.

CARDOSO, José Luís. O pensamento económico na época da Restauração. *Penélope*, v. 9-10, p. 135-150, 1993.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Vida d'el-Rei Affonso VI (pós 1684)*. Porto: Chardron, 1873.

CASTRO, Visconde de Borges de. *Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos celebrados entre a Corôa de Portugal e as mais potências desde 1640*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1856-1858. 8 v.

CAVALHEIRO, Rodrigues. *1640, Richelieu e o Duque de Bragança*. Lisboa: Clássica, 1942.

CIDADE, Hernani. *A Literatura autonomista sob os Filipes*. Lisboa: Sá da Costa, 1950.

CIDADE, Hernani. Macedo, Dr. António de Sousa de. In: SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1984. v. IV, p. 112, 6 v.

COELHO, Laranjo. *Cartas de El-rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (Marquês de Niza) embaixador em França*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1940. 2 v.

COLBATCH, John. *An Account of the Court of Portugal under the present King Dom Pedro II*. London: Thomas Bennet, 1700.

CORTESÃO, Jaime. A geografia e a economia da Restauração. In: CORTESÃO, Jaime. *Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Horizonte, 1984. p. 46-66.

COSTA, Luciano Cesar da. *Teatro do mundo: embaixadores, diplomacia e Relações Internacionais na Restauração Portuguesa (1640-1668)*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2019.

DOMINGUEZ ORTIZ, Antonio *et alii*. 1640: la monarquia hispánica en crisis. Barcelona: Crítica, 1992.

DÓRIA, António Álvaro. *A Rainha D. Maria Francisca de Sabóia*. Porto: Civilização, 1944.

ELLIOTT, J. H. *La rebelión de los catalanes*. Madrid: Siglo XXI, 1977.

ELLIOTT, J. H. *Richelieu y Olivares*. Barcelona: Crítica, 1984.

ERICEIRA, Conde da. *História de Portugal Restaurado (1679)*. Porto: Civilização, 1945. 4 v.

FARIA, Ana Leal de. *Arquitetos da paz, a diplomacia portuguesa de 1640 a 1815*. Lisboa: Tribuna, 2008.

FRANÇA, Eduardo d'Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *Ensaio*. Lisboa: Sá da Costa, 1968. 4 v.

GOUBERT, Pierre. *Mazzarino*. Milano: Rizzoli, 1992.

GRAHAM, Thomas R. *The Jesuit Antonio Vieira and his plans for the economic rehabilitation of seventeenth-century Portugal*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1978.

HESPAÑA, Antonio M. As faces de uma Revolução. *Penélope*, v. 9-10, p. 7-16, 1993.

HOWARTH, David. *Sovereign of the seas, the story of British sea power*. London: Quartet, 1974.

L. M. P. [Abraham van Wicquefort]. *Memoires touchant les ambassadeurs et les ministres publics*. Cologne: Pierre du Marteau, 1676.

MACEDO, Antônio de Sousa de. *Papel sobre as pazes com os holandeses*. Biblioteca da Ajuda, Cód. 51-VI-38, f. 76.

MACEDO, Antônio de Sousa de. *Razões porque parece que não convém a Inglaterra navegarem os seus navios para o Brasil, como se pede*, 11 de julho de 1654. Biblioteca da Ajuda, Cód. 51-VI-34, f. 232 v.

MACEDO, Antônio de Sousa de. *Armonia política dos documentos divinos com as conveniências de Estado: exemplar de príncipes nos gloriosíssimos Reys de Portugal* [1651]. Coimbra: Antônio Simões Ferreyra, 1737.

MACEDO, Jorge Borges de. *História Diplomática portuguesa: constantes e linhas de força*. Lisboa: Inst. da Defesa Nacional, 1987.

MACHADO, Barbosa. *Bibliotheca Lusitana* [1741]. Coimbra: Atlântida, 1965. 4 v.

MANIFESTO do Reino de Portugal (1641). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1924.

MATTINGLY, Garret. *La diplomacia del Renacimiento*. Madrid: Instituto de Estudos Políticos, 1970.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

PARKER, Geoffrey; SMITH, Lesley (ed.). *The general crisis of the seventeenth century*. 2. ed. London: Routledge, 1997.

PARKER, Geoffrey. *Europa en crisis*. Madrid: Siglo XXI, 2017.

PERES, Damião. *A diplomacia portuguesa e a Sucessão de Espanha*. Barcelos: Portucalense, 1931.

PERES, Damião. *Monstruosidades do tempo e da fortuna*. Porto: Machado, 1938-1939. 4 v.

PRESTAGE, Edgar. *As relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda de 1640 a 1668*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928.

PRESTAGE, Edgar. *Duas cartas do Dr. António de Sousa de Macedo escritas de Inglaterra a el-rei D. João IV*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1916.

PRESTAGE, Edgar; AZEVEDO, Pedro de. *Correspondência diplomática de Francisco de Sousa Coutinho durante sua embaixada em Holanda*. Coimbra e Lisboa: Imprensa da Universidade e Academia das Ciências de Lisboa, 1920-1955. 3 v.

PRESTAGE, Edgar; MELLANDER, Karl. *As relações diplomáticas e comerciais entre a Suécia e Portugal de 1641 a 1670*. Porto: Gama, 1943.

PRESTAGE. *O Dr. António de Sousa de Macedo, residente de Portugal em Londres (1642-1646)*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1916. (Separata do Boletim da Segunda Classe).

RENOUVIN, Pierre. *História de las Relaciones Internacionales*. Madrid: Aguilar, 1927. 4 v.

RICUPERO, Rodrigo. O Exclusivo Metropolitano no Brasil e os Tratados Diplomáticos de Portugal com a Inglaterra (1642-1661). *Revista de História (USP)*, v. 176, p. 1-33, 2017.

ROUTLEDGE, F. J. *England and the Treaty of Pyrenees*. Liverpool: University Press, 1953.

SAINT-AYMOUR, Vicomte de Caix de. *Recueil des Instructions donnés aux Ambassadeurs et Ministres de France-Portugal*. Paris: Félix Alcan, 1886

SANTARÉM, Visconde de. *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo*. Paris e Lisboa: Aillaud e Academia Real de Ciências, 1842-1876. 18 v.

SCHWARTZ, Stuart. Prata, açúcar e escravos: de como o império restaurou Portugal, *Tempo*, v. 12, n. 24, p. 201-223, 2008.

SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1984. 6 v.

SERRÃO, Joel. *Em torno das condições econômicas de 1640*. Coimbra, 1951.

SILVA, José Justino de Andrade e. *Collecção chronologica da legislação portugueza*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1856. 10 v.

SILVA, Pedro José Barbosa da. *António de Sousa de Macedo*: diplomata, Conselheiro da Fazenda, Secretário de Estado. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015.

SOARES, Carolina Esteves. *A (re)construção do diálogo entre Portugal e Castela*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.

TORGAL, Luís Reis. *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1981-1982. 2 v.

VALLADARES, Rafael. *La rebelión de Portugal*. Valladolid: Junta de Castilla y León, 1998.

VERA Y ZUÑIGA, Don Juan Antonio de. *El embaxador* (1620). Madrid: Coleccion Cuatrocientos Ejemplares, 1947.

VIEIRA, Padre Antônio. Papel a favor da entrega de Pernambuco aos holandeses (1648). In: VIEIRA, Padre Antônio. *Obras escolhidas*. Lisboa: Sá da Costa, 1951. v. III, p. 29, 12 v.

XAVIER, Ângela Barreto; CARDIM, Pedro. *D. Afonso VI*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

Sobre as autoras e os autores

AFONSO CELSO MALECHA TEIXEIRA é Graduado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em História Medieval pela École Normale Supérieure de Lyon, Doutor em História pela Universidade de Poitiers (UP) e em História Social pela UFF. Nessa última instituição, atualmente, desenvolve pesquisa de pós-doutorado. É membro do Centre d'Études Supérieures de Civilisation Médiévale (CESCM) da UP e do *Scriptorium* – Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos da UFF.

ANA MARIA HOMEM LEAL DE FARIA é Doutora em História Moderna, especialidade Relações Internacionais, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL) e Professora Jubilada com agregação da mesma Faculdade. Investigadora do Centro de História da FLUL, Académica de Número da Academia Portuguesa da História (APH), recebeu o Prêmio Aristides de Sousa Mendes, da Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses (2004), e o Prêmio Calouste Gulbenkian de História Moderna e Contemporânea de Portugal (2009). Possui numerosos estudos sobre a História das Relações Internacionais e da Diplomacia na Época Moderna e Contemporânea.

DANIEL PIMENTA OLIVEIRA DE CARVALHO é Graduado em História, Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Doutor em *Histoire et Civilisations* pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) de Paris. Atualmente, desenvolve pesquisa de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. É membro do Grupo de Pesquisa *Sigillum*: estudos de diplomacia e história diplomática.

DOUGLAS MOTA XAVIER DE LIMA é Mestre e Doutor em História pela UFF. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), coordenador do *Legatio* – Grupo de pesquisa, ensino e extensão em História Medieval e Ensino de História, e membro fundador do Grupo de Pesquisa *Sigillum*.

JOSÉ DAMIÃO RODRIGUES é Doutor em História pela Universidade dos Açores. Atualmente é Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL). Dedicar-se à história dos impérios ibéricos, mais especificamente à cultura política no espaço atlântico no período moderno e às relações entre as monarquias ibéricas nos séculos XVII e XVIII.

LUCIANO CESAR DA COSTA é Mestre e Doutor em História pela UFF. Dedicar-se ao estudo das embaixadas portuguesas em Roma durante a Restauração de Portugal e da atuação da comunidade portuguesa na Roma seiscentista. É membro fundador do Grupo de Pesquisa *Sigillum*.

MANUELA SANTOS SILVA licenciou-se em História e fez o Mestrado em História Medieval na Universidade Nova de Lisboa e doutorou-se em História Medieval pela Universidade de Lisboa, exercendo docência na Faculdade de Letras da mesma Universidade. Tem

investigado o papel e as competências das mulheres na Idade Média, sobretudo, o desempenho de funções das rainhas de Portugal.

MARCELLA MIRANDA é Graduada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mestra e Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Realizou estâncias de pesquisa na Universidad de Salamanca, na Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED) e na Universidade de Amberes. Foi Professora Visitante na Universidad Carlos III de Madrid e Professora IV (acreditada) na Universidad Europea de Madrid. Atualmente é bolsista de pós-doutorado (Bolsa Juan de la Cierva) na UNED. É membro do Grupo de Pesquisa *Sigillum*.

MARÍLIA DE AZAMBUJA RIBEIRO MACHEL é Doutora pela Università degli Studi de Florença (UNIFI) e Professora Titular de História Moderna na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Dedica-se ao estudo da cultura política na época moderna, em particular, dos usos políticos da imprensa. Integra a Comissão Executiva da H-moderna: Rede Brasileira de Estudos em História Moderna e é membro Grupo de Pesquisa *Sigillum*.

ÓSCAR VILLARROEL GONZÁLEZ é Professor Titular da Universidad Complutense de Madrid. Doutor em História pela mesma Universidade, é especialista em História da Diplomacia, dedicando-se, em particular, às relações de poder entre a Igreja e a Monarquia Castelhana durante a Baixa Idade Média.

RAPHAEL HENRIQUE DIAS BARROSO é Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Mestre em História Social pela USP. Dedica-se ao estudo da ação dos embaixadores

portugueses na cúria romana durante o século xvi. Atualmente é professor da Educação Básica pela Secretaria de Educação de Minas Gerais. É membro do Grupo de Pesquisa *Sigillum*.

RODRIGO RICUPERO é Doutor em História Econômica pela USP, onde é, atualmente, Professor de História do Brasil Colonial. É Pesquisador da Cátedra Jaime Cortesão da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP e autor de inúmeros trabalhos sobre a experiência colonial portuguesa no Brasil entre os séculos xvi e xviii.

THIAGO GROH é Graduado em História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Mestre em História Social pela UFF e Doutor em História Social pela UFRJ. Foi Professor Substituto na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). É membro fundador do Grupo de Pesquisa *Sigillum*.

<i>Título</i>	O mundo das embaixadas: organização, agentes e práticas diplomáticas (séculos XII a XVIII)
<i>Organização</i>	Daniel Pimenta Oliveira de Carvalho Marília de Azambuja Ribeiro Machel Thiago Groh
<i>Formato</i>	E-book (PDF)
<i>Tipografia</i>	Scala Pro (texto) e Scala Sans Pro (títulos)
<i>Desenvolvimento</i>	Editora UFPE



Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20, Várzea, Recife-PE
 CEP: 50740-530 | Fone: (81) 2126.8397
editora@ufpe.br | editora.ufpe.br

